

## REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

# Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 180

JULHO - SETEMBRO

1943

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos Et possint sera posteritate frui.

CLAUDIO GANNS

Diretor da Revista



INSTITUTUM
HISTORIÇO CEOGRAPHICUM
IN URBE FLUMINENSI
CONDITUM
DIE XXI OCTOBRIS
AD-MDCCCXXXVIII

IMPRENSA NACIONAL RIO DE JANEIRO - 1943



### REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

## Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 180

JULHO - SETEMBRO

1943

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos Et possint sera posteritate frui.

CLAUDIO GANNS Diretor da Revista



INSTITUTUM
HISTORICO GEOGRAPHICUM
IN URBE FLUMINENSI
CONDITUM
DIE XXI OCTOBRIS
A-D-MDCCCXXXVIII

IMPRENSA NACIONAL

TRANSPIROS ORIGINALIS

TRABALHOS ORIGINAIS



### NOTAS ETNOGRÂFICAS SÔBRE OS TICUNAS DO ALTO SOLIMÕES

FREI FIDELIS DE ALVIANO (Missionário capuchinho)

#### Tribus e idiomas do alto Solimões

#### Tribus:

As tribus indígenas que povoam a imensa floresta do Alto Solimões, no extremo norte do nosso país, não se encontram à margem do rio gigantesco, mas sim no interior da floresta, à beira dos afluentes, dos igarapés e dos lagos, ou nas restingas interiores. É interessante conhecer o nome das tribus e dos rios, igarapés ou lagos em que moram, bem como os principais idiomas por elas falados.

Daremos, portanto, em breve elenco, essas informações.

Nome das Tribus	Nomes dos rios, Igarapés ou Lagos
1 Ticunas	Ao longo do rio Jacurapá (afluente do rio Içá), nos igarapés de Tacana; de Belém; de S. Jerônimo; de Santa Rita; de Morcegos; de Mariaçú (perto de Tabatinga).
2 Jáuas (ou Iáuas)	No rio Javarí; no rio Curuçá no rio Ituí. Estes índios são nômades, vão do Brasil ao Perú, e voltam.
3 Cucamas (on Cocamas)	Esta tribu em tempos remotos emigrou do Brasil para o Perú; agora está voltando a mãe Pátria e vai-se estabelecendo ao longo do Alto Solimões, nos paranás de Tauarú, das Panelas e da Floresta.
4 Marubas	Esta tribu vive no Alto Curuçá, no Ituí, Itaquaí, Arrôjo, rio das Pedras. Estes indios são inimigos dos caucheiros; têm pouco contacto com os brancos.

5 Canamarís	
6 Tucanos 7 Magirona (ou Maiorunas)	Estes índios vivem no rio Jandiatuba (afluente direito do Solimões). Os Canamarís vivem pròpriamente no Jutaí, mas passam períodos de tempo no Jandiatuba, por causa das
•	
8 Uitotos	Estes índios vieram da Cordilheira dos Andes pelo rio Içá (ou Putumaio, afluente esquerdo do Solimões), que põe em comunicação o Ama- zonas com o Perú, Colômbia e Equador.
9 Cauixanos	Vivem nos lagos e nos igarapés, ao extremo nordeste do município de São Paulo de Olivença, entre os rios Içá e Japurá.
10 Caribós	Vivem no rio Quixito (afluente do Javari), mas internados no seio da floresta, longe da beira do rio.
11 Benjapás	Os Benjapás vivem no rio das Pedras, aflu-

#### Idiomas:

1 — IDIOMA DOS TICUNAS — A principal língua dos Ticunas, conhecida por êsse mesmo nome, é considerada pelos americanistas como um dialeto da família lingüística Arauak, ou Aravaco.

ente do Javari.

- 2 Idioma dos Cocamas A língua dos Cocamas é da família do Tupí ou de modo geral dos Tupí-Guaranís, tendo estreitas afinidades com a língua geral falada no Alto Amazonas e no Alto Solimões, pois esta tribu, como verificamos, embora esteja vindo agora do Perú, é originária do Alto Solimões, de onde emigrou em tempos idos.
- 3 Idioma dos Marubas É um dialeto do primeiro grupo lingüístico, dos americanistas, e pertence à família *Pano*.
- 4 IDIOMA DOS CANAMARÍS A língua dos Canamarís do rio Jandiatuba merece um estudo especial, pois é sabido que há três línguas de famílias diversas, que levam o nome de Canamarí. A primeira é a dos Canamarís que moram no rio Jacú; esta língua pertence ao segundo grupo, isto é, ao grupo preandino, e pertence à família Arauak. A segunda família é a língua dos Canamarís que vivem no





rio Purús e Juruá, pertencente à família Katukinas. A terceira é a dos Canamarís que moram mais acima, no alto Purús, e no seu afluente da esquerda, Curumahá; esta língua pertence ao primeiro grupo — família Pano, como o idioma dos Marubas.

5 — Idioma dos Tucanos — Há duas tribus distintas denominadas Tucanos. A primeira tribu é a dos índios dos rios *Uaupé*, *Negro* e *Juruá*. A língua dêstes índios pertence à família Tucano, pròpriamente dita.

O outro idioma que leva o nome de Tucano é o dos índios Japas que vivem no rio das *Pedras*, no rio *Itacoaí*, ambos afluentes do rio *Javarí*, pertecente à família *Katukina*.

6 — Idioma dos Jauas — A língua dos índios Jauas, do rio Javarí, merece também um estudo especial, pois não é um dialeto da família Inca e Quechúa, como se pensou até há poucos anos atrás, mas foi colocada, pelos modernos americanistas, no sexto grupo da família Karib. Este grupo compreende algumas línguas que até agora eram consideradas como partícipes da família Peba: agora, o mesmo Peba, e mais o Jaua e o Jaméo formam o sexto grupo da família Karib.

Os idiomas dos Ultôtos, Cauixanos, Caribós e Benjapás pertencem ao grupo *Andino* pròpriamente dito. Os indianistas não concordaram ainda no estabelecimento da família a que pertence cada um dêstes idiomas.

#### Bebidas alcoólicas entre os índios Ticunas e Cucamas

Os índios não se preocupam com o problema da alimentação; a floresta, com a copiosidade das frutas, e os rios com a reserva inesgotável de seus peixes, fornecem com fartura o que êles precisam para sua alimentação. Preocupam-se, porém, e trabalham muito para preparação de bebidas alcoólicas destinadas à celebração das festas, ou para convocar a "indiada do igarapé" quando devem efetuar algum trabalho em comum ou "a jurí". (1) São trezentas

<sup>(1) &</sup>quot;Indiada do igarapé" é expressão corrente para designar todos os índios que moram num igarapé ou rio.

ou quatrocentas pessoas convidadas por meio de um instrumento chamado auricana, a tomar parte nos trabalhos de roçagem ou na construção de uma barraca.

Preparam-se, para tal fim, várias bebidas alcoólicas e copiosa caça que se chama "muquiado". Trabalham até meio dia, hora em que êles se acham quase completamente embriagados; começa então a dansa e uma verdadeira orgia que se prolongam por dois ou três dias.

Os índios, não podendo dar-se ao luxo da cachaça como fazem os brancos, ingerem grande quantidade de bebidas doces e alcoólicas, tais são o pajuarú, a caiçuma, o aloá e a tchicha. Estas bebidas têm o privilégio de serem nutritivas, pois são um creme de magacheira, de bananas e de outras frutas que alimentam e embebedam, sendo fermentadas e altamente alcoólicas.

#### Como se prepara a caiçuma

A caiçuma prepara-se da seguinte maneira: descasca-se a magacheira, cozinha-se nas panelas, soca-se bem com um instrumento chamado "tocarí" (prancha de madeira pesada e redonda, em forma de semi-círculo, com um cabo no meio). Assim refinada, a massa de magacheira é colocada numa igaçaba e diluída com água para fermentar durante oito dias. No oitavo dia os Ticunas experimentam a caiçuma, temperam-na com gengibre e sumo de cana. Esperam ainda dois dias e a caiçuma está pronta.

#### Como se prepara o pajuarú

Um pouco diferente e mais complicado é o processo para preparar o "pajuarú", produto da mandioca.

Rala-se a raiz da mandioca e a massa resultante vai para uma gamela onde fica por espaço de 15 horas; depois estende-se numa espécie de esteira chamada *tipiti*; tal massa assim enxuta tem que passar por uma peneira (napino) feita de talos de várias palmeiras. Esta pasta já refinada é achatada numa telha de barro de grande formato, e dêsse modo obtem-se numerosos "beijús". Em seguida em-





pilham-se os beijús e põe-se sôbre a pilha o pó das fôlhas torradas da magacheira (manissoba).

Cobre-se tudo com fôlhas verdes de magacheira e deixa-se fermentar por espaço de três dias. Passado êsse tempo põe-se dentro da igaçaba, a qual tem no interior uma grade de paus, a uma altura de quarenta centímetros. Sôbre essa massa deixa-se pingar, por vários dias, água fria, a qual se vai colocar no fundo da igaçaba. Este líquido chama-se vinho-de-pajuarú. É êste vinho, fermentado por dez dias, que dá bebida altamente alcoólica chamada simplesmente pajuarú.

#### Entre os índios do alto Solimões

#### Convicções

Os índios têm convicções próprias; convicções religiosas e morais pelas quais se revelam também seres humanos, seres racionais, responsáveis pelos próprios atos.

Experimentam, com efeito, a fôrça de uma lei natural, a fôrça de uma sanção por parte de um legislador supremo, e têm medo de seus castigos. Além disso, têm uma legislação peculiar que regula tôdas as manifestações sociais na tribu, desde o nascimento até os ritos funerários. A sanção desta lei está na estima ou na reprovação que o índio encontra perante os membros da própria tribu. Naturalmente reservadíssimos em manifestar aos brancos as suas convicções, não conseguem êles, muitas vêzes, ocultar a significação e o simbolismo do que fazem. Especialmente nas festas, nas máscaras, nos cânticos e nos ritos funerários aparece o patrimônio das suas convicções. Para falar, todavia, das convicções dos índios, ocorre antes de tudo conhecer o simbolismo das máscaras, o desenrolar das festas, as leis que regulam o matrimônio e os ritos funerários; mas tudo isto o civilizado não pode compreender se não conhece e não estuda o fenômeno social-religioso que domina a alma e a organização dos indios, com repercussão em tôdas as suas manifestações, isto é - o totemismo.

O totemismo é, como efeito, o grande fenômeno espiritual que regula as idéias religiosas, as leis matrimoniais, as festas nacionais,

os ritos funerários. O totemismo divide a tribu em clans, dando a cada clan um nome especial, cânticos especiais, ornamentos próprios infere na confecção das máscaras, nos ornamentos, na determinação da côr das penas de determinados pássaros, e obriga o uso daquelas penas, e não de outras, pelos membros de determinado clan. Indica ainda o modo de enfeitar as flechas, os instrumentos musicais; de engalanar a própria barraca nos dias de festa.

#### O Totemismo

O que é então o totemismo?

O totemismo é uma nova atitude mental que o índio toma pela sua posição em face do animal. O índio, por sua natureza caçador, se apodera do animal e dêle faz seu alimento; mas de tudo isso não se mostra satisfeito e pretende apoderar-se também das fôrças do animal, e especialmente das fôrças psíquicas que o índio lhe atribue. Com efeito, desde os tempos mais remotos os povos da Tasmânia observam escrupulosamente êsse cerimonial, matando certos animais e conservando determinadas partes do seu corpo. Guardam-nas religiosamente e as levam consigo como imunizantes nas guerras que devem sustentar contra as tribus rivais.

Disto deriva a preservação de alguns animais e daí provém cerimonial especial na matança de outros, bem como a proteção que se deve implorar enquanto o animal morre.

Esse conjunto de cerimônias mágico-sociais que se encontram quase em tôdas as tribus indianas é que se chama totemismo; o objeto desta atitude psicológica se chama — "Totem".

O "Totem", ao longo dos tempos, degenerou, e do totemismo animal derivou também um totemismo vegetal. Hoje verifica-se que não sòmente um animal serve como totem, mas também uma árvore; encontrando-se por tal maneira entre os índios um totemismo animal e outro vegetal. Seja um ou outro, dão igualmente origem a reflexos psicológicos, religiosos e sociais, que nos foram revelados pelos indianistas, e que muito concorrem para sempre mais conhecer o homem no seu estado natural.

O primeiro reflexo social a que o totemismo dá origem, é o dividir a tribu em muitos e diferentes clans ou grupos sociais; cada clan se põe sob a proteção do próprio totem, isto é, do animal ou da árvore que é totem daquele clan e dêste toma o nome vivendo assim quase de uma simbiose mágica. Éstes grupos, o totem-clan, consideram-se como ligados por laços especiais de parentesco com o animal que é totem daquele clan. E êste parentesco é de dupla espécie: a primeira é aquela pela qual se julga que o totem-clan tenha descedência dêste animal; a segunda é aquela pela qual se julga ou pensa que os antepassados do clan tinham liames de parentesco com os antepassados daquela espécie de animais. Daquí dimana um novo impedimento matrimonial que se encontra entre os indios; impedimento totêmico, impedimento extra-família, que tem referência com o totem ou com a espécie dêle; e os índios são observantes escrupulosissimos dêste impedimento, tanto que dificilmente se encontra um caso de infração, ou um êrro dêste gênero.

#### O Totemismo dos índios Ticunas

O totemismo tal como nós encontramos entre os índios Ticunas e Cucamas, é da segunda espécie, isto é, êles pensam que os antepassados dos diferentes *clans* tiveram liames de parentesco com os antepassados de uma espécie, ou gênero de animais. Desta maneira o indivíduo que tem por totem um volátil se considera parente, não sòmente de outro indivíduo que tem por totem o mesmo volátil, mas sim, de todos aquêles que têm por totem um pássaro qualquer.

Vamos a um exemplo particular. As sociedades totêmicas, o totem-clan dos índios Ticunas são oito, isto é: do Manguary, da Arara, do Tucano, do Urubú, da Saúva, da Onça, do Pau d'Arco. Cada uma destas sociedades que os índios chamam — nacionalidade, se considera como descendente e parente de um de tais animais, cujo nome dão a nacionalidade mesmo. Dêste modo, tal parentesco, e por consequência o impedimento matrimonial, se estende, não somente a todos os indivíduos da mesma nacionalidade (ou clan), mas sim a todos os clans que têm por totem o animal do mesmo gênero ou espécie; por isso o indivíduo que tem por totem o tucano (volátil) não sòmente encontrará impedimento matrimonial com outro indivíduo de clan Tucano, mas sim o encontrará com todos os indi-

víduos que tem por totem um volátil e, assim, não poderá contrair matrimônio com indivíduo do clan Arara, do clan Manguary, e nem do clan Urubú; apenas deverá contrair matrimônio com indivíduo do clan Onça, Tigre, ou do clan Saúva, do clan Páu-d'arco, porque êstes não são pássaros. Um parentesco de tal gênero e um impedimento tal é chamado, pelos indianistas, tribal ou inter-clan porque abrange não um apenas, mas muitos totem-clan.

O totemismo pelo que temos dito não se pode considerar pròpriamente como sentimento religioso, mas respeito especial pelo animal que é totem do próprio clan. O sentimento de respeito se traduz nestes três preceitos: não matar o animal, que é totem do seu clan; não comer o animal ou fruto da árvore que é totem do seu clan; não usar a cousa que é o totem do seu clan.

Estes preceitos gerais admitem, todavia, muitas variações e degenerências, dando por isso origem a um totemismo parcial, pelo qual uma parte sòmente do animal é objeto do preceito proïbitivo e digno de grande respeito. Tal é o totemismo que nós encontraremos entre os índios Ticunas; êles, com efeito, matam e comem o animal que é totem do clan ou da nacionalidade dêles, mas guardam uma parte do animal, a parte que é ritual, e esta é também a insígnia que guardam e levam consigo nas manifestações e nas festas servindo como o distintivo da própria nacionalidade.

#### As Máscaras

Considerando o totemismo como base e chave das convicções dos índios, irei, agora, falar das máscaras de que usam nas festas, mas especialmente na festa da *Moça Nova*.

Com efeito, das máscaras se depreende a convicção íntima dos índios, sendo elas quase sempre um símbolo ou um vestido à fantasia que representa o animal que é totem daquela tribu ou nacionalidade.

As principais máscaras são: 1.º) A mãe do vento, o pai do vento, o Jurupary (demônio), o Manguary, o Macaco, a Onça, etc. Tôdas estas máscaras representam, em geral, as fôrças adversas da natureza elevadas a mito, os espíritos malígnos ou, enfim, um totemismo parcial que representa, no todo ou em parte, o totem do clan a que per-

tence a família que celebra uma ocorrência festiva. Diremos algumas palavras do primeiro gênero de máscaras, isto é, do Pai do vento. O indio habitante da imensidade da floresta, viu muitas vêzes. horrorizado, a fôrça espantosa do furação que assola, em um instante com violência, a imensa floresta, sepultando nos escombros dos paus abatidos a própria choupana. Formou por isso uma idéia grandiosa daquela fôrça e, consequentemente, uma mitologia, unindo êsses agentes poderosos às fôrças maléficas dos espíritos malignos que conspiram contra o homem. Éle a enaltece para propiciá-la ou para apontá-la aos pósteros como um grande perigo a evitar. Eis, com efeito, a exposição que me fêz um índio ao qual eu pedí informes acêrca da significação da máscara - Pai do Vento: "Um antigo nosso pagé, contou-me êle, foi transportado ao seio da terra (ao menos assim nos contaram os velhos) e numa gruta achou a Mãe do Vento, o Pai do Vento, o Jurupary e outros maus espíritos e fôrças espantosas que, sentados, estavam conjurando e discutindo acerca da maneira como deviam derrubar e acabar o mundo. Este pagé voltou todo espantado e nos contou o que tinha visto, e é por isso que os nossos antepassados costumavam representar o Pai do Vento com a forma estranha e espantosa que nós damos a estas máscaras".

E a corroborar esta explicação está o fato recente que nos revela ainda uma vez a mentalidade do índio, o qual tende sempre a reproduzir os instrumentos ou fatores de fôrças superiores que, ao decorrer dos tempos se tornam, perante êle, um mito. Êle viu, ùltimamente, com grande espanto um hidroavião que atravessou o céu das florestas amazônicas; pensou que fôsse Tupã que tivesse falado ao pagé do rio Jandiatuba; êste, para se salientar sempre mais entre os índios, disse com efeito que Tupã lhe havia falado e dito que, em breve, devia acabar-se o mundo entre um fumaceiro espantoso. As consequências desta notícia foram das mais funestas para muitos índios. Para não assistir a esta terrível catástrofe, beberam o sumo do Timbó (cipó venenosíssimo) e morreram no primeiro dia 15 indios e, nos outros dias, continuaram em tal abatimento moral que não comeram mais, não beberam mais, esperando de um momento, para outro a morte. Alguns civilizados e missionários piedosamente aconselharam-nos a voltar às suas barracas e ao trabalho, porque estava bem longe o perigo pelo qual se tinham amedrontado. Muitos voltaram com efeito, à própria barraca, mas a impressão geral que produziu êste avião, e que confirma a nossa tese é esta: os índios de todo os rios e de todos os igarapés reproduziram de mil maneiras o hidroavião. Alguns o pintaram nos tururys (tapetes que fazem com uma casca de árvore) e nos vasos de terra-cota; esculpiram-no nas tábuas, nas cascas de árvores; colocaram-no nas copas das altas árvores, na cumieira da própria barraca; reproduziram-no nas máscaras, nos vestuários e, por fim, tentaram reproduzí-lo por completo, em tôdas as dimensões, (atingindo alguns o comprimento e largura de quatro metros) para serem colocados no cimo das mais altas árvores, ao redor da barraca, tanto que o visitante que atravessa a floresta ou percorre o rio, percebe já, de longe, a habitação do índio indicada por um grande número de hidroaviões colocados nos mais altos paus.

Nem se pode dizer que isto fizeram simplesmente por um passatempo ou por brincadeira, porque algumas dessas reproduções exigem muitos dias de trabalho. E nem se pode supor que todos os índios saibam reproduzir um hidroavião com tôdas as suas linhas, e de tal tamanho. Aliás sabemos que alguns dêles, mais hábeis neste trabalho, foram chamados por outros índios com o fim de reproduzir os ditos aviões e colocá-los ao redor da própria choupana. Tudo isto revela uma convicção, uma superstição que tende a fazer desta nova fôrça um mito a relembrar aos vindouros a impressão causada por êsse acontecimento.

Outras máscaras, como já disse, representam os espíritos malignos, os quais conjuram contra o homem, e são reproduzidos pelas máscaras do Jurupary e do Macaco; máscaras estas que excedem qualquer intenção na obcenidade, seja pelo seu aspecto, seja pelos seus movmientos lúbricos. O Jurupary, com efeito, é sinônimo de demônio, espírito imundo; e o Macaco é também êle imundo, e por isso o escolhem de propósito para representar qualidades imundas; sempre obceno nas suas atitudes, e nos seus movimentos.

Estas duas máscaras, indispensáveis na festa da Moça-Nova, estão a representar as tentações da carne, contra as quais a jovem entrando na vida e na puberdade, deve aprender a resistir e fugir. Esta significação é evidente nos movimentos obcenos do Jurupary,





o qual procura sempre arremessar-se sôbre a jovem moça; na diligência com que os parentes da jovem procuram defendê-la das investidas do mesmo Jurupary, protegendo-a durante os três dias e as três noites em que se desenrola a festa-baile da Moça-Nova; na lenga-lenga com que os índios acompanham a dansa. Nessa lengalenga vão as recomendações e sugestões com que os parentes da moça nova a previnem acêrca dos perigos que ela irá encontrar durante a sua vida, e conselhos para que não se comporte como tola. E que êste seja, aliás, o sentido moral dessas máscaras, foi-me confirmado por um índio ao qual eu perguntei: Por que os parentes da Moca-Nova tanto se esforçam para impedir que o Jurupary e o Macaco se acheguem dela? — Porque, me respondeu êle, o Jurupary e o Macaco são inimigos dela e querem fazer mal a ela, querem-na matar. Ora, êste mal e esta morte não se deve entender em sentido material. porque dois indivíduos mascarados, inermes e parentes da jovem não podem absolutamente conceber a idéia de morte material, mas sim de mal moral.

O outro gênero de máscaras é, como já disse, um vestuário à fantasia que representa ou em todo ou em parte o Totem da tribu a que pertence a família em festa. Tais são as máscaras do Manguary, do Tucano, da Arara, da Onça, etc.

Nestas máscaras os índios fazem largo uso das penas do volátil que é Totem da dita família, e do qual leva o nome o seu clan.

Este último gênero de máscaras é interessante, não sòmente pela fineza com que os índios representam o animal nas suas formas superiores, mas também pela perfeição dos gestos com que procuram imitar todos os movimentos e os instintos do mesmo animal.

#### A Festa da Moça-Nova

O segundo flagrante em que se surpreendem as convicções dos indios Ticunas é sem dúvida na festa da Moça-Nova, a qual, embora encerre ainda muitos mistérios e muitos pontos interrogativos para o observador, deixa, contudo, entrever claramente o tesouro das suas convicções. Contar, porém, como na realidade se desenrola a festa da Moça-Nova e descrever a multidão das cerimônias acompanhadas

pelas numerosas máscaras e instrumentos simbólicos, não é cousa que se possa dizer num artigo de Revista e nem estamos ainda em condições de poder dar uma explicação satisfatória do que êles fazem e do que dizem na interminável cerimônia da Moça-Nova. O civilizado é para os índios um profano que não deve ser admitido nos segredos das intimas convicções e, por isso, não dão quase nenhuma explicação do que fazem. Podemos, todavia, dizer uma palavra, acêrca do que se vê para algumas breves deduções. Diremos, então, antes de tudo, que a festa da Moça-Nova é um conjunto de cerimônias, de atos expiatórios e propiciatórios com que a jovem índia dará início ou se disporá às funções sexuais, alcançando, por meio do que ela sofre naquelas cerimônias, uma benevolência especial de Tupã. A jovem, ao atingir a idade de 14 anos, é pelos pais guardada cuidadosamente, e separada do convívio familiar, construindo-se para ela uma espécie de quarto bem apartado, num ângulo da choupana, chamado Curral. Aí a jovem passará um longo tempo, meses, até, e também um ano, enquanto os pais não preparam caça abundante e abundantes bebidas alcoólicas, o necessário para celebrar a festa ritual da Depilação; depilação dolorosíssima que a jovem terá de sofrer com paciência em face de um grande número de convidados e, especialmente, em presença do noivo e dos membros de sua família.

Estes e outros atos de penitência são indispensáveis para que a jovem índia possa merecer a dignidade de espôsa, pois a família do futuro espôso nunca permitirá que uma jovem se una a um membro da família se não foi de antemão submetida a tais provas de paciência e a tais atos de penitência, pelos quais tenha se tornado propícia a Tupã.

Quando os pais da Moça-Nova determinam a celebração da festa da depilação, encerram a noiva no Curral ou prisão, feita com ámagos de palmeira Hirity; não poderá ela conversar com pessoa alguma, a não ser com os próprios pais. Os estranhos não serão admitidos à sua presença, nem deverão vê-la. Nos três meses anteriores à depilação, estará ela sempre no Curral; tecerá com o tucum (fibra) maqueiras e rêdes, e poderá sair por momentos; mondição de não haver pessoa estranha ao redor da bar aca, e de correr logo a encerrar-se no Curral se surgir pessoa estranha; de maneira que não veja o estranho nem seja vista. Chegado o tempo da festa, isto é,



C: rial, in ; r) - 1 que a Min-Nova fica presa por varios meses antes da



o plenilúnio pelos pais escolhidos como mais próprio, convidar-se-á por meio de *Auricanas* e de outros instrumentos musicais um grande número de pessoas amigas e parentes; dar-se-á início às dansas rituais, ficando a moça sempre fechada e estranha à festa que se está desenrolando na própria casa. Chegado, porém, o 3.º dia da grande festa, justamente à meia noite do plenilúnio que intercede entre o 3.º e o 4.º dia de festa, dois ou mais indivíduos, escolhidos pelos pais, derrubarão o curral, de onde sairá a jovem índia, nua, mas totalmente pintada e enfeitada de penas e plumas em tôdas as partes de seu corpo, de modo que se não perceba nada da sua nudez.

Saída do seu *Curral*, a moça é rodeada pelos parentes e por um grande número de índios que dansam em redor dela, acompanhada a dansa pelo ruído de muitos tambores, auricanas, gaitas, e auays e pelos cânticos, que se prolongam até a madrugada.

As máscaras têm nesta noite um grande papel a desempenhar; antes da moça sair do seu *Curral*, as máscaras entrarão inesperadamente, na barraca da festa, jogando cada uma flecha contra o *Curral*, atingindo determinada figura simbólica pintada nas suas paredes, e depois que a moça sai, as máscaras irão uma após outra investir contra a Moça Nova, e os parentes, fazendo roda, esforçar-se-ão em defendê-la daqueles monstros, continuando nesta luta por tôda a noite e grande parte do dia. (Precioso seria conhecer a significação daquelas figuras pintadas no *Curral* e das flechas que êles jogam; é isto, porém, ainda objeto de estudo).

Chegando ao meio dia, os parentes estendem no chão, no centro da choupana um "Aurury" (tapete simbòlicamente pintado) e no centro dêste tapete os pais irão colocar à jovem sentada, a qual, pelas bebidas alcoólicas ingeridas e pelo fumo de cigarros, está quase embriagada. Vêm neste momento duas velhas índias, parentes da menina, que, ajoelhadas ao lado dela, começarão a arrancar a dois e a três todos os cabelos, enquanto os presentes entoam um cântico acompanhado pelos instrumentos daquela música sem harmonia, para sufocar todos os lamentos da menina que se queixa e se contorce de dor. Os pais sòmente lhe põem na bôca novas doses de bebidas para ela se embriagar definitivamente. Acabada esta cerimônia, os parentes esfregam, com substâncias balsâmicas, a cabeça desnudada da menina, cobrindo-a em seguida com penas de arara.

Terminou assim a cerimônia da depilação, e a jovem e pelos parentes levantada e arrastada para dansar novamente, sustentada por um grande número de índias que, presas entre si pelos braços, formam uma grande corrente e vão à roda batendo o auay (pau recoberto de chocalhos) e cantando uma "lenga-lenga" incompreensível. As máscaras simbólicas continuam, no entanto, furiosas, a perseguir a Moça-Nova e os parentes continuam a defendê-la, agarrando o Jurupary e o Macaco, por entre cenas cuja obcenidade excede a qualquer imaginação. Para um civilizado a festa da Moça-Nova é motivo de estudo, mas é ao mesmo tempo, do ponto de vista da moral cristã, espetáculo bem revoltante.

### Bondade e maldade dos índios Ticunas — 4 gêneros de homicídios

O visitante que percorre, pela primeira vez, um igarapé do Alto Solimões e contempla as choupanas pobres e humildes dos índios Ticunas, experimenta um sentimento de compaixão, e até de simpatia, vendo com quanta resignação êles suportam a privação de tudo o que é indispensável à vida, e sentindo a simplicidade e a cordialidade com que recebem os visitantes, a oferecer-lhes, com extrema liberalidade, frutas, "muquiado", "pajuarú" e "caiçuma". Eu, ao menos, considerando tudo isto, na primeira vez que percorri o igarapé de Tacana, fiquei prêso de grande simpatia, e perguntei a mim mesmo se não seria verdadeira a teoria de Rousseau que, enaltecendo a bondade do homem primitivo, chegou a dizer que o homem nasce bom, mas que a sociedade civil o corrompe; teoria otimista, sem dúvida, que não teria encontrado, nem poderria encontrar confirmação na realidade das cousas; teoria exagerada que devia encontrar à breve distância aquele clamoroso choque de contradições na teoria oposta de Chateaubriand e de Cooper, os quais proclamaram aos quatro ventos que o selvagem não é um homem mais sim um semi-humano, bárbaro e corrupto por sua natureza, incapaz de progresso e de virtude.

Teorias estas extremistas, como se vê, e por isso mesmo erradas, incapazes de nos apresentar o índio tal qual é na sua realidade.

Observando a vida e os costumes dos índios Ticunas convenci-me de que a êles, homens como todos os outros, pode aplicar-se a sen-



Na meia noite, do plenilúnio que precede à depilação, as máscaras simbólicas abrirão o curral e Môça-Nova sairá para tomar parte à dança, ficando livre do seu resguardo simbólico.



tença do filósofo: nenhum, entre os homens, é tão virtuoso que não apresente um lado fraco; nenhum é tão perverso que não apresente alguma qualidade boa. Falando, portanto, dos índios Ticunas e de todos os outros índios, não podemos e não devemos seguir os extremistas, mas sim o meio têrmo do cristianismo, que considera a realidade da natureza humana, igual em todos os homens, de tôdas as côres e em todos os graus de civilização.

Os índios Ticunas, Cocamas e Uitôtos (entre os quais vivo há 18 anos) são bons, de uma bondade natural, mas são ao mesmo tempo ruins e perigosos, porque filhos de Adão, e porque vivem desfornecidos de todos os tesouros da civilização e da moral cristã. São bons, de uma bondade natural, de uma mansidão apática pela qual tudo êles dão, tudo sofrem em silêncio, porém, fora disto, têm um instinto mau, ou melhor um sistema de vida mau, uma bagagem de instintos e de convicções que são criminosas, que fazem do índio um ser perigoso.

Êles vivem, com efeito, em contínuas festas, em degradações tais que não encontram exemplo no mundo civilizado; êles matam o próprio filho, o próprio irmão; e a espôsa continua a dansar com o autor do crime que vitimou, um minuto antes, o seu espôso. Os índios quase não celebram uma festa em que não haja mortos e feridos; êles praticam vinganças horrorosas! Mas então são maus!!! Não são maus. Quando não estão embriagados, são bons... cometem muitos crimes que, segundo suas convicções ou nas condições em que os cometem são, ao menos, excusáveis. Assim, a mãe mata o próprio filho se êle nasceu defeituoso; mas acha uma grande justificação nas próprias convicções: os Ticunas, como os Maniques, admitem dois princípios: o princípio do bem e do mal, isto é, o Tupã, princípio do bem, e o Jurupari, princípio do mal. Tudo o que há de mal, de defeituoso, é efeito e fruto do Juruparí, e deve ser eliminado, amaldicoado por todos; é êste um dever, um princípio de conciência. Por isso a índia elimina logo e sepulta, até vivo, o próprio filho que apresente um qualquer defeito, e vai repetindo: "Juruparí soprou", isto é, "Juruparí fez malefício ao meu filho, mas eu o joguei logo, não quero saber dêle..."

Outro gênero de homicidio que, no Amazonas, chamamos de caiçumada, diz respeito aos crimes que os índios cometem nas festas

como foi dito. Tais crimes também têm pouca importância na vida dos indígenas, porque êles não matam por vingança, por raiva, não, mas sim por brincadeira; o homicídio é a última cena com que os bêbedos arrematam, às vêzes, as suas festas. Empurram-se... abraçam-se, arrastam-se, caem no chão, levantam-se... e, afinal, como último cumprimento, rasgam a barriga ou cortam o pescoço uns dos outros. Em seguida retiram a vítima do local dos bailados, como se fôsse um farrapo velho, e a festa continua animada, porque poucos se aperceberam do acontecido. Por isso é que os Ticunas, antes de começar uma festa, fazem a Tupã esta súplica: "Se Tupã fôr grande para nós, faça com que esta festa se desenrole sem esfaqueados e sem mortos".

Mais culpabilidade encontramos no terceiro gênero de homicídios. isto é, de "pagelança", porque o pagé é, de fato, o mais finório e malvado entre todos os índios. O pagé trata dos doentes, com poderes naturais e sobrenaturais; êle é o médico e o sacerdote; conhece os segredos da flora, os remédios, os venenos; êle está em relação com Tupã; conhece as artes da magia, os segredos naturais, psíquicos. Quando adoece um membro da família indígena, os parentes chamam logo o pagé; êste vem, visita o doente, faz mil movimentos supersticiosos, aplica remédio, faz defumação, etc... Se o doente melhorar, êle ganha de prestígio... mas se o doente piorar, até morrer, o pagé salva igualmente o seu prestígio apontando o autor do malefício e da morte; começa êle a dizer: "Ah!... êste vai morrei... êste doente vai morrer... Sopraram nêle..." — Quem foi que soprou?, perguntam os parentes. — "Foi o Nhunhú, que está na barraca do paraná Guariba" (longe oito dias, de canoa). Vai-se formar então a expedição de desforra e de vingança. Saem duas canoas... cinco homens bem armados... chegam de surprêsa, investem a barraca da vítima e reduzem os membros daquela família a pedaços...

Não faltam outros gêneros de homicídios de pura vingança, execuções em nome de uma tribu ou de uma coletividade, como aconteceu no mês de maio de 1942, em que os índios Ticunas do Igarapé Preto (Alto Solimões) sentenciaram e executaram o próprio pagé juntamente com os seus filhos, no meio do rio, por ter êle vitimado com venenos cêrca de 18 membros da tribu, ameaçando outros da mesma

sorte. Foi vingança, foi sanção de uma lei tribal, que a todos recomenda eliminar os membros mais perigosos. O pagé chamava-se Hipólito. Enquanto atravessava êle o rio gigantesco, para ir a uma festa que se celebrava no rio Jacurapá, afluente do rio Içá, foi surpreendido e alcançado em meio da corrente por outra canoa, que levava os juízes dos seus crimes, e os executores da sentença sumária. Com efeito, o julgamento não se prolongou por mais de uma hora, e a execução da sentença estava confiada a dois cipós que deviam atar os pés e as mãos do desgraçado, para ser jogado às águas juntamente com seus filhos... destinados a ser pasto dos sucurís, dos mandís e dos jacarés.

# O relógio dos índios Ticunas

Os índios possuem um método e habilidade peculiares para marcar o tempo e de justapor a hora; seja dia, ou noite, resplandeça o sol no horizonte, ou se oculte à cerração e à chuva, o índio está sempre certo da atmosfera e do tempo.

Eis por que nos dias de sol, enquanto vaga pelo rio, ou no labirinto dos igarapés, levanta de vez em quando, a mão aberta como se fôsse um quadrante; recorta o horizonte em graus. Ajustando uma das horas ante meridianas, ergue a mão intuitiva, em graus, de baixo para cima, até alcançar o ponto perpendicular divisor do meio dia (tocutchi); se ao contrário procura as horas pomeridianas, levanta o braço em forma perpendicular e gradativamente o vai baixando até o ponto em que o sol se encontra, em sua marcha infinita.

Tudo isso é um privilégio do índio. Tanta é a sua agilidade que surpreende a nós brancos a presteza de suas respostas. Muitas vêzes, no remanso dos igarapés, com auxílio de remeiros, da tribu dos Ticunas, os admirei olhando o meu relógio e a perguntar as horas: Levantam a cabeça, simplesmente, olhando a posição do sol e dizendo sem titubeio a hora certa.

A cena é outra quando o sol, escondido na insistente chuva. Recorre então o aborígene a novos instrumentos, elementos naturais infalíveis, pássaros e animais de hora certa para cantar ou comer.

Pela precisão e retumbância, sobressai o "guariba" na alegria dos bandos, oito, dez, doze, em plena floresta, entre os galhos e copas das árvores mais altas. Cantam de maneira espetacular êstes símios barulhentos. Dividem-se em coros, o primeiro em grunidos clamorosos percebidos muito longe a talvez 19 quilômetros, respondendo os outros na mesma gama. A alternativa se prolonga por 10 ou poucos minutos mais. Esses macacos gritam várias vêzes no dia à mesma hora: à alvorada, minutos antes das seis, segunda vez às nove e ainda uma terceira às 11, depois às 15 e finalmente às 18, antecedendo a noite. No Amazonas é quase constante o equinócio e os "Guaribas" saúdam muito cedo o Sol, antes mesmo que apareça, voltando a fazê-lo no ocaso (às 18 horas), quando se alterna a sua voz de graças ao Senhor. Mas diferente é o Jacamim (Sóphia Crepitans), rara preciosidade da fauna amazônica, com exatidão matemática para descer dos ramos em que dorme à cata de alimento. Com efeito, ao despontar do dia (seis horas) descem e ao pôr do sol (18 horas) sobem para dormir. Têm horas marcadas para comer e brincar. Os indígenas criam na própria barraca o Jacamim, além de muitos outros pássaros que também lhes servem de relógio, dos quais se servem nos dias chuvosos.

Daremos, a seguir, em artigo subsequente, a descrição do Jacanúm, como uma das mais surpreendentes maravilhas da rica fauna Amazônica.

### Maravilhas da fauna amazônica

As maravilhas da fauna amazônica não podem ser descritas em um artigo, e nem mesmo através de muitos volumes. Disse um célebre naturalista estarem na Nova Guiné os pássaros mais belos; os animais, porém, que mais se avizinham aos sentimentos e à inteligência humana são os do Brasil.

Damos como exemplo uma breve descrição do Jacamim ou Juiz de Paz.

Nome zoológico: Psophia crepitans, da família dos alectorídeos.

O jacamim é uma ave do Amazonas. O seu tamanho é pouco menor que o dum galo índio, sendo, porém, fortíssimo e muito ágil na luta; o seu bico é uma verdadeira seta. Vence quase tôdas as aves da região, principalmente os galináceos domésticos. Os índios

e semi-civilizados criam o jacumim junto com as galinhas e outros animais domésticos. Ele se afeiçoa fàcilmente a um animal doméstico, como gato, cachorro ou porquinho. Quer andar sempre unido a êle, batendo-se com as asas e bicando qualquer um que se aproxime para disputar-lhe o amor ou que tencione fazer algum mal a seu protegido.

E se um dêsses animais se afasta da cabana entrando na floresta, o jacamim o acompanha e permanece dias e noites longe da barraca.

É característica sua necessidade e sua constante vontade de ser amado, cortejado e acariciado por outros animais; característica a defesa que toma dos outros animais menores, mais débeis ou que se achem em necessidade de ser socorridos.

Demos alguns exemplos. Éle se afeiçoa ao cachorro? Quer estar sempre unido a êle, e se o cachorro, para se ver livre, foge para longe, o jacamim segue-o sempre, correndo grande trecho de estrada, ou entrando na floresta girando-lhe ao redor com mil afagos e meiguices.

Se na cabana do caboclo ou do civilizado houver uma porção de galinhas, êle se vai pôr no meio e procura fazê-las suas amigas, esboçando mil carinhos, fazendo muitos agrados com o canto e com as inflexões do corpo, pondo-se sempre à frente, abrindo as asas e abaixando-as até o chão; multiplica suas atividades e diligências para achar qualquer alimento que oferece às galinhas, carregando-o com o bico e depositando-o no meio delas, enquanto com um pio todo especial chama-as para recolhê-lo.

Se no meio das galinhas houver um galo, o jacamim persegue-o com seu bico agudíssimo e, se o galo não fôr socorrido, será morto, a não ser que fuja para muito longe. A cena, porém, muda-se quando a dona da casa, para não ver matar o galo prende-o num viveiro ou gaiola. Em tal caso, o jacamim comove-se e vai colocar-se junto do prisioneiro, e aí permanece imóvel, com a testa baixa; vai depois buscar alimento e o deposita junto à gaiola de modo que o galo o possa alcançar com o bico.

Fato idêntico se verifica quando o jacamim encontra uma choca com pintainhos; começa a perseguir a choca e a afasta dos pintinhos,

assumindo êle a direção e a proteção dos filhotes. Se a choca se avizinha, torna a bicá-la, e teima em fazer êle mesmo as vêzes de terna mãe dos pintinhos, imitando a voz da choca, procurando e mostrando aos pequenos a comida.

O jacamim rende as honras de casa.

Sabe-se que tôdas as cabanas dos habitantes do Amazonas estão colocadas ao longo das margens dos rios e dos lagos. Pois o jacamim, ao chegar algum forasteiro, corre veloz a esperá-lo no pôrto, assim que o vê chegar de canoa; depois que o hóspede desce em terra e sobe o barranco do rio em demanda da cabana, para pedir pouso ou para tratar de negócios, o jacamim o precede, de asas abertas, não cessando de emitir um piado de alegria e satisfação; se por acaso o recem-chegado esqueceu qualquer cousa na canoa e volta a buscá-la, o jacamim queda triste e silencioso, e posta-se à porta, mudo, com a testa baixa, imóvel, até que o hóspede de novo suba o barranco. Então recomeçam as suas demonstrações de festa e alegria, e o precede até o terreiro (pequena praça que os amazonenses costumam ter em frente da cabana). Aí chegando, o jacamim começa a dar pequenos saltos e vôos, levantando e atirando ao ar, com o bico e as pernas, fôlhas, frutas, gravetos e tudo quanto acha, enquanto emite piados de alegria.

Se a pessoa que chega é um conhecido ou algum membro da família, o jacamim o preanuncia com um aviso; com efeito, êle de longe reconhece uma pessoa amiga ou membro da família e dá o aviso. Para tal fim, êle sobe durante o dia numa árvore vizinha à casa, mira o rio de alto a baixo, inspecionando; se não vê ninguém, desce logo e fica indiferente, mas se vê alguém, desce todo radiante e lança ao ar tudo aquilo que pode.

Às seis da tarde, impreterivelmente, sobe a uma árvore, e aí dorme.

### Calendário dos índios Ticunas

Para compreender o calendário dos índios é de se prenotar, não haver no vale amazônico distinção de estações pròpriamente ditas. A zona eminentemente tropical faz com que a divisão se torne pouco praticável, devido à monotomia invariável na transcorrência de todos os meses.

Distinguem-se, no máximo, o verão e o inverno, cuja diferença pouca influência exerce na vida dos indígenas, pois o calor continua inalteràvelmente intenso e sòmente a maior quantidade de chuva diferencia o inverno do verão.

E' verdade que no Alto Solimões, há a chamada friagem, no mês de junho com a descida da temperatura para 12 g.c., devido ao vento impelido dos Andes; mas a friagem apenas dura por espaço de seis dias; e em períodos distintos entre junho e julho; em todo o resto do ano os meses passam num rítmo quase invariável. A divisão do tempo para o selvícola seria por demais difícil se não houvesse a periódica enchente e vazante do rio; se não houvesse o tempo das praias e da desovação das tartarugas, dos tracajás e das gaivotas; se não houvesse o tempo das várias frutas.

São êstes, com efeito, os maiores fatores que dividem o tempo e que regulam a vida dos indígenas no ciclo de um ano.

E' interessante ouví-los acerca do nascimento dos filhinhos: — Quando nasceu teu *curumí* ? indago. — No tempo da *sôrva*, responde.

Não, no tempo dos tracajás, esclarece a índia. Muitas vêzes discutem o assunto entre êles a respeito da época em que nasceu o curumí (menino) ou a cuiantã (menina). — Nasceu à primeira viração êle informa. — Não, no tempo da sapota, corrige a mulher; lembro-me bem. — Ora, foi ao tempo das gaivotas, outro diz.

Como se vê, não têm valor o nome dos meses nem das estações, na linguagem regional, mas sim os fenômenos, fatores sensíveis da natureza, que operam às suas vistas e sentidos, como sejam : enchente, vazante, as praias, as tartarugas, as gaivotas, as sapotas, a sôrva, etc. Daremos, portanto, um elenco dêstes ftores, determinando a quadra do tempo em que êles operam e os meses a que correspondem.

- I Enchente e vazante: A enchente do rio começa em janeiro e aumenta até 15 ou 20 de junho. No linguajar da terra o têrmo a enchente abrange maio e junho. A vazante começa ordinàriamente a 24 de junho e se prolonga por todo julho.
- II Tempo das praias, isto é, quando no imenso alvéo se descobre as praias e os tabuleiros, onde nascem as novas tartarugas.
   E' ordinàriamente em agôsto.
- III Tempo das gaivotas e dos tracajás, isto é, quando elas irão desovar nas praias e o selvícola apanha êsses ovos. Corre o mês de setembro.

IV — O tempo das tartarugas ou de viração abrange os meses até em fevereiro. Fruto apreciadíssimo na selva, assinala uma quadra de maior fartura para o amazonense. Cabe, aquí, observar que o estrago e disperdício de ovos provocou o desaparecimento quase completo da tartaruga, motivo por que esta época não apresenta mais a fartura.

Os indígenas denominam esta quadra de viração porque a caça dêsses amfíbios consiste em imobilizá-los nos tabuleiros, virando-as para cima (de peito para o ar) quando à noite elas vêm desovar.

V — Tempo de sôrva. Fruta excelente que com abundância se encontra na floresta e amadurece nos meses de dezembro, janeiro e até em fevereiro. Fruto apreciadíssimo na selva, assinala uma quadra de bastante interêsse para os nativos.

VI — Tempo das sapotas. Muito gostosas, amadurecem em março e abril.

O assaí, marí, tucumã, etc, amadurecidos em tempos diversos, concorrem na formação do calendário indígena, determinando os vários ciclos em que se sucedem no ano.

# Barômetro e sinais de enchente e de vazante usados pelos índios Ticunas

Conhece o índio e prenuncia com acêrto as mudanças meteorológicas, bem como as vazantes e enchentes do rio. Prediz, com matemática certeza, a chuva prestes a cair e o dia escuro que sucederá ao dia límpido. Assim, costumam os índios vislumbrar, com bastante antecedência, uma enchente ou uma vazante do Solimões, determinando, até, as horas em que as praias serão cobertas pela água, ou pelo contrário, emergirão com a vazante.

## Barômetro

Observador minucioso no concernente à caça, pesca e viagens, sôbre as quais o bom ou mau tempo influem decisivamente. O indígena tem índios naturais da tempestade próxima e da variabilidade dos dias.

Daremos alguns dos muitos sinais utilizados pelos *Ticunas* como barômetro.

A limpidez do dia será turbada pela tempestade, quando o rio apresenta como espêlho a superfície das águas, dando a impressão de uma massa oleosa, mole nos seus movimentos e chúmbea na sua côr; daí, em diversas horas, o índio inclinar a cabeça, de lado, para olhar o rio e fazer os prognósticos do bom ou mau tempo.

Observa a maneira de o pássaro "ariramba" e as "gaivotas" tomar banho à beira do rio e de brincar nas areias marginais. Se estas aves abrem as asas sôbre a areia quente e ficam deitadas, deleitando-se com o calor, eis o sinal manifesto de grande chuva, depois de uma ou duas horas.

Quando as "gaivotas", o "manguari" e outros sobrevoam o rio, tocando a água com o peito, é sinal evidente de iminente enxurrada.

Se o "Gavião come macacos" (assim pinturescamente denominado) canta em determinadas horas, triste e lastimosamente, não está longe a tempestade. Vejamos, agora, o modo de o indígena conhecer, de véspera, se carregado ou límpido será o dia de amanhã.

Ei-lo: conhece o dia bonito pelo canto do tucano; se êste ao pôr do sol, cantar alegre e repetidamente, será um esplendoroso dia seguinte. Idêntico indício oferecem outras aves, notadamente o alincorno (unicornis) (corvo chifrado), de voz ouvida, de tão forte, a dez quilômetro quando êle canta à margem dos lagos e dos igarapés.

No caso de o dia plúmbeo seguir-se ao dia belo, as aves Mutúm e Urumutúm entoam lastimoso cantar durante a noite; igual presságio dá a coruja "murucututú ao sair, antes da hora de costume, isto é, mesmo ao pôr do sol, à procura de alimento.

Outros presságios de chuva ou limpidez colhem os índios da voz de muitos outros animais, especialmente dos sapos, do jacurarú, etc...

## Sinais de enchentes e de vazante

São diversos os sinais que prenunciam ao indígena do Alto Solimões enchente e vazante próxima, ou remota, do gigantesco rio.

E' de notar a inconstância permanente do Solimões, relativamente ao volume das águas. Além da grande enchente de janeiro à junho, em que sobem de doze a quinze metros acima do nível ordinário, tem lugar o repiquete (cheias e vazantes menores) assim chamado pelo amazonense.

Os repiquetes influem grandemente na vida e na economia dos indígenas pela necessidade de as praias, perto do rio, ficaram a des-

coberto pelo menos durante seis meses, para o plantio de mandioca e melancia. E' nas praias que êles ajuntam os ovos de tartaruga, de tracajás; nas praias dormem, na súa vida nômade.

Prever um repiquete, próximo ou remoto constitue imperiosa necessidade para o selvícola. Ele contempla, vár as vêzes ao dia, o rio, perscrutando-ihe os fenômenos, escutando as vozes da natureza e, conforme suas manifestações, toma precauções.

Daremos aquí os indícios mais conhecidos e mais usados pelo indio.

O selvícola é muito reservalo. Dificilmente participa aos outros os próprios conhecimentos. Olha, reflete, age, mas não fala. Para aprender algo da sua experiência, é mistér observá-lo atentamente, contemplar-lhe os atos e dêles tirar as consequências.

O selvagem, numa dada hora, prepara a sua canoa para uma viagem; pouco depois, olha o rio e desiste desse propósito: sem nada dizer, tira da canoa o arco, o paneiro de farinha, o peixe muquiado (assado), e não segue viagem. Que aconteceu? Contemplou a superfície das águas e verificou a próxima enchente: As praias ficarão cobertas. Como soube disso? Reparou que a pausada é levada pelo rio e que a espuma branca das águas barrentas não mais se juxtapõem no meio da corredeira, mas sim lentamente se espalham pela superfície inteira. Sinal evidente: o rio está enchendo (o Solimões leva enorme quantidade de paus que vai arrecadando das ilhas e margens continuamente desmoronadas os quais cobrem o leito do rio; na enchente, espalham-se e na vazante juntam-se no meio da corredeira (centro do rio onde a água corre mais).

O índio, armado com o seu caniço, pacientemente espera que o pescado abocanhe o anzol; passa grande parte do dia e quase nada pesca, pois o rio está cheio e, em tempo de cheia, "o marisco está difícil"; contudo, volta à sua barraca alegre, porque o rio, dentre em poucos dias, irá vazar e começarão a aparecer os pirassemas de pescados, de tucumaré, bem como os cardumes de tambaquins. (Pirassemas e cardumes: bandos de peixes que percorrem juntos o rio, de baixo para cima). Nesta quadra os pescadores apanham fartamente peixes de diversas qualidades.

Onde aprendeu o índio que o rio irá começar a sua vazante?

Êle, sentado no seu casquinho (pequena canoa, feita de um só pau), repara que a viração habitual à beira do rio, mudou-se em vento

que sopra de baixo para cima, indicador de que uma vazante inicial está perto das cordilheiras e chegará, depois de vários dias, à planície dos Solimões. Assim, numa lei de equilíbrio e compensação, um vento que sopra de cima para baixo anuncia enchente que irá chegar depois de 7 a 8 dias; e o selvícola sabe, por experiência, tudo isto e, conforme a experiência, normaliza os seus atos, regula a sua vida.

O outro indício infalível de enchente (repiquete) ou vazante: os tracajás e tartarugas, os quais, chegado embora o tempo para desovarem os tabuleiros (praias onde depositam os ovos) permanecem no rio, não vão sepultá-los na areia cálida, como de costume, em setembro e outubro. Elas demoram e o índio também espera para o plantio nas margens. Como é isto? As tartarugas, por lei natural que não sabemos reparam nas águas em que vivem, que o rio irá encher, irá alagar as praias em que elas devem depos tar os ovos, e que êstes, consequentemente ficarão estragados debaixo das águas e não darão fruto. Retardam-se, por isso 15, 20 e até 30 dias, enquanto o repiquete não passou: o tabuleiro não ficará seco tão cedo.

"Natura docet, homo didicit". E' a voz da natureza guiando os indígenas como diria o poeta.

Muitas vêzes divertí-me em perguntar aos *Ticunas*: "Plantaste as melancias? Não, responde. E por que? — Porque as tartarugas não sairam ainda. E que tem isso?, argumento. — Ainda vamos ter *repiquete* e as praias ficarão debaixo dágua; precisa esperar.

O índio no Alto Solimões está sendo um verdadeiro mestre da vida prática. Tem um milênio de experiência e com êle aprenderemos a maneira de viver, se naquele mundo misterioso quisermos firmar a nossa morada.

# Maneira de caçar dos índios Ticunas

Os índios têm uma maneira de caçar muito diferente dos brancos. Isto devido à diversidade das armas e do grande domínio na floresta imensa e misteriosa. O branco sobraça a espingarda, e os índios não na conhecem; aos civilizados as dificuldades da floresta e esfinge da morte; aos índios, nada. Os brancos, perdidos na floresta e não mais tornando à própria barraca; o índio sai à noite da choupana e a dominar, nas trevas, com absoluto movimento.

Vejamos as duas maneiras de caçar : o seringueiro e o selvagem nas matas do Alto Solimões.

O seringueiro e os brancos, em geral, unem-se em sociedade : três, quatro ou cinco e, armados de espingarda e de terçado, andam juntos em plena floresta e debandam mais tarde, tomando cada qual diferente rumo. Têm o cuidado de quebrar, quando e quando, os galhinhos da mata, para encontrar, mais tarde, orientação segura no regresso. De hora em hora chamam-se mutuamente com um grito qualquer, ou batendo na sapupema da samumeira (sapupema: raiz, em forma de asa, em pé, que se destaca como contraforte da árvore e que, batida com um pau produz grande zoada). Isto fazem para mostrar aos companheiros ainda nada lhes haver acontecido de sinistro, pois há na floresta mil perigos, especialmente por parte das cobras, da onça e da flexa dos selvagens. Continuamente, pois, se chamam mùtuamente até que chegue a hora em que, mesmo gritando, não mais se ouçam. Sobrevém a tempestade, em que, com a chuva, caem mil paus podres de árvores anosas, abatidas por tôda a parte, formando um continuado ecoar de estálidos e de estouros; são árvores e paus de todos os tamanhos que derruem e tombam no chão, dando a impressão de aguerrida batalha, perigosíssima para os circunstantes. Sobrevém a cerração, duplicadora de escuridão em redor da floresta! difícil, o andar; chega, assim, a noite, e os caçadores, que perderam por completo o contacto, ei-los retidos entre os ramos e cipós. Dormirá cada qual na encruzilhada dos galhos, no alto de uma árvore ou entre as sapupemas da cachingubeira (enorme árvore), as quais formam pequenos agasalhos ao sopé da árvore gigantesca. Continuarão, no dia seguinte, a caçada. Quando as chuvas de paus e os animais ferozes pouparam a vida do pobre caçador, a êste, exaurido e molhado já lhe falta vontade de andar na mata insidiosa.

Viajem feliz, que dia mais belo beneficiará os caçadores. Andaram... andaram muito, em pleno matagal; um dêles encontrou uma anta; outro um veado; êste a perseguir um bando de porcos. Felizes? Dois, ao menos, não o foram. Um, morreu em plena floresta e outro, pouco depois do regresso, na própria barraca. Como isto se deu? E' que um dêles, enquanto corria, com a espingarda esplanada, não reparou e pisou em cima de uma surucucú, que o feriu. O miserável caçador perdeu a luz dos olhos. Chamou, gritou, atirou, mas havia se embrenhado, dezenas de quilômetros, em plena floresta

e ninguém o ouviu. Passaram duas? várias horas... Anoiteceu. E o coitado morreu sòzinho, não se sabe onde. Os urubús, a onça e a formiga encarregaram-se do resto.

O outro, não menos malaventurado. Enfrentou a anta, preparou-a e obteve tanta carte quanta podia levar, mas sua infelicidade nisto consistiu: ao varejar no intrincado da mata, na pista desse enorme animal, por quilômetros sem fim, esqueceu de quebrar os galhos, — índices do caminho, e, quando ia voltar, errou o rumo, não alcançando orientar-se porque o sol estava encoberto. A noitinha, quando tudo acabou, seguiu ainda um pouco, procurou o caminho. mudou várias vêzes de rumo, chamou, gritou, deu tiros com a espingarda, - inútil. Caiu o sol, êle cobriu a carne com folhagem e subiu a uma árvore para passar a noite. A formiga-de-fogo foi o seu martírio; não conseguiu pregar olhos, mas não quis descer temendo a onça que sente o cheiro da carniça. Ao romper do dia carregou de novo o grande pêso, andou, vagou todo o dia em preura de rumo, para sair da mata, mas não o conseguiu. Fez então uma fogueira, muqueou a carne como fazem os indígenas, e resignou-se ao terceiro dia de floresta. Passou a noite, andejou todo o dia seguinte como um deseperado, disparou os últimos cartuchos, gritou ainda, bateu com os paus nas sapupemas para tentar ainda uma vez ser ouvido, mas o silêncio apenas lhe respondeu ao desespêro. Resignou-se, morreria sòzinho na floresta... Como tinha, porém, o que comer, passava os dias andando à toa, sem rumo. Ao oitavo dia chegou a um igarapé seu conhecido; fez uma balça com paus e navegou por cinco dias. Os parentes, no entanto, foram à procura dêle, mas não conseguiram encontrá-lo. Depois de 14 dias, quando todos julgavam falecido, o infeliz caçador da anta saiu da floresta, meio morto. Emagrecido, sem roupa, sem a espingarda, alterado nas suas faculdades mentais. Não consegue explicar com acêrto o acontecido, não se recorda como se perdeu e nem onde. No dia seguinte, após muito falar, gravemente adoeceu : quatro dias depois jazia morto.

Houve casos de extravio de caçadores-seringueiros na floresta por vinte e trinta dias, correndo sérios perigos; outros se perderam para sempre.

Nada disto acontece ao índio, verdadeiro dono do grande parque que é a floresta. Anda através das matas e dos igarapés como o

senhor do imenso palácio através de galantes salas. Anda de noite e de dia. Debaixo de chuva copiosa e dardejante sol. A tempestade, os animais não o assustam. Exilar-se uma semana, um mês, é-lhe um recreio e hábito. Diferente é a sua técnica. Considera a bacia amazônica u marquipélogo, onde existem os igarapés, restingas, ilhas, furos, lagos e chavascais. Leva consigo as armas e os apetrechos de pesca; na caroa o arco, o caniço, a sarabatana e a tchonta (clava de pau duríssimo). No igarapé ou atravessando um lago, êle pesca. Quando chega à restinga, a uma ilha, à terra firme, onde surpreenderá o veado, os porcos, um bando de macacos, êle caçará com a sarabatana, com o arco ou a tchona conforme as proporções e a fôrça do animal. Pescador e caçador traz, ao coltar à choupana, o seu rude barco amontoado de peixes e animais silvestres. Na canoa se encontram, com efeito, o tambaquim, a pirapitinga, macacos, veado, preguiça, queixada, etc.

Há outras armas que não leva na canoa, e que são preparadas no mato, os vários gêneros da armadilha, os laços de cipós, valas profundas escavadas e encobertas com pauzinhos e folhagem, onde em seu disfarce retém com tôda a facilidade os mamíferos de maior tamanho, quais a anta e a onça. Para esta última cava o índio verdadeiros barrancos em cuja profundidade deixa a isca, carne de outro animal, geralmente; em cima, um falso plano de pauzinhos, folhas e areia. A onça, atraída pelo cheiro, vai ao barranco, precipita-se nêle, donde não consegue sair. Emite então pequenos bramidos. Está prêsa. E, com alongada tehonta, traspassa o animal, que morre varado, lá no fundo do barranco.

O índio, genial na sua argúcia, zomba dos brancos que não conseguem, com a ajuda da espingarda, o que êle consegue apenas com a sarabatana e o tchonta.

Todos conhecem a sarabatana, cano de dois metros de comprimento, feito com paixuba. Soprando-o, impele o selvícola flexinhas envenenadas de curaro. As flechas têm um leme de pequenino floco de algodão, que, arremetido com fôrça da serabatana lhe imprime a infalível direção com que atinge a colheita certa, lá na copa das mais altas árvores, os alvos almejados, inclusive o delicioso mutum. O veneno, sem ser mortífero, entorpece, não trucida o animal mas precipita-o ao chão, onde recebe o "golpe de misericórdia". O indígena mata, com esta arma, todos os macacos que estão cantando numa

árvore, sem que lhe percebam a intenção sem que um sequer tente fugir.

Os Ticunas, riem, muitas vêzes, da pontaria dos seringueiros, que atinge à espingarda uma só guariba, afugentando com o estampido as demais. Do bando de macacos o seringueiro alcançou um, quando o índio, de investidas silenciosas, mata todo bando, sem que nem um só se espantasse e corresse.

E' genial o indígena no modo de caçar. Ao notar que os macacos estão sentados nos galhos mais altos da samumeira e do pinuri onde a flechinha não poderá atingí-los, então o índio procura imitar o assovio do "gavião-come-macacos": êste, temendo serem vitimados por êste pássaro que está voando (como costuma) na copa das altas árvores, à cata de alimento, descem precipitadamente para os galhos mais baixos, proporcionando assim uma copiosa caçada.

A dextreza dos Ticunas é ainda mais admirável quando se trata de caçar os porcos.

Na floresta amazônica há duas qualidades de porcos: catitú e queixada. Uns e outros vão, em magotes de 200 a 500, à procura de alimento, ecoando ao longe o alarido e a trepidação que êles provocam na folhagem. O índio repara de antemão onde irão atravessar, nadando, o igarapé, o rio ou o lago mais próximo, e vai esperá-los à margem. Quando todo o bando entrou nágua, o índio também vai com a canoa, coloca-se no meio dêles e, armado de cacete, mata tantos quantos poderá levar na sua canoa.

Se o selvícola nota que a manada se dirige para um zona falta de lagos e igarapés, onde apenas exista um pequeno riacho, ou um chavascal onde os porcos irão beber, então a sua arte muda. Enlameia todo o corpo e, armado de tchontas, achega-se à água, ficando de pé, imóvel. O caitetú, tomando o índio por um pau, despreocupado por completo do perigo, avizinha-se do caçador ereto. E' êste o momento azado em que o selvagem astuto traspassa tantos porcos quantas tchontas êle tem. A manada de catitú ou de queixada, não reparando nas vítimas que vão caindo, tal o movimento, o barulho e o alarido que os não deixa perceber os gritos dos que ficam feridos e morrem. O magote, no entanto, passa para outra zona e abandona aí os companheiros vitimados, pela surda arma do índio.

F. 3

Quando os *Ticunas*, pescando ou caçando, afastam-se, por dias de viagem, da própria choupana e não alcançam trazer na canoa a profusão de peixes e carnes conseguidos, fazem êles o muquiado, embrulhando-o em fôlhas de bananeiras, de najá, e de ubí, e enterram no seio da floresta, afim-de em outro dia vir buscar o produto da sua caçada. Neste caso, porém, isto é, quando o índio tenciona ir muito distante, então leva a família — mulher, filhos, algum parente — e passa longos dias na mata, onde fará um tapirizinho (pequena barraca) e onde preparará verdadeiras estivas de muquiado (carne assada).

Viajando na floresta e nos afluentes do Alto Solimões, encontreime em diversas ocasiões com caçadores indígenas. Caçam durante o dia e à noitinha preparam grande fogueira, constroem em cima dela enorme grade feita com paus verdes, e colocam em cima dezenas de porcos despedaçados, uma anta ou um veado.

Depois de ter assado deste modo a carne, o selvícola a deixa ao relento durante a noite. No dia seguinte, envolve-a em amplas fôlhas, amarra-a em feixes e a enterra nas valas que cavou no solo. Nos dias sucessivos, carrega-a para a choupana, colocando-a sôbre paus e, graças à fumaça provocada pela cremação de certa palmeira, desinfeta-a por vários dias, preservando a carne da corrupção.

A carne, assim preparada, chama-se *muquiado*, constituindo a reserva mais habitual dos indígenas. Levam-nos em suas viagens, comem-no nos oito dias da festa da "moça nova" e com ela presenteiam o visitante.

# OS ANTECEDENTES DO TRIBUNAL DE CONTAS NO BRASIL (\*)

RUBEN ROSA

Ao serem resumidos os textos de Cartas Régias, Alvarás, Provisões e Regimentos, (1) emanados do Rei, e aplicáveis ao Brasil até a proclamação da Independência, é preciso não olvidar o seu cunho eminentemente regalístico (Qui veult le roi si veult la lor). Não menos certo, foi a sabedoria dêsses atos procurando "interpretar" as "particularidades" do meio em que iam ter aplicação.

"Acima dos Capitães-Governadores estava o Rei naqueles poderes de que não havia feito cessão e outorga"; estavam as Ordenações e leis gerais do Reino "naquilo que, não tinha sido objeto de determinações especiais nas cartas de doação e foral". (2)

<sup>(\*)</sup> Do livro a sair: — "As Contas do Brasil", comemorando o 50.º aniversário da instalação do Tribunal de Contas.

<sup>(1)</sup> No vol. 1.º das Publicações do Arquivo Público do Império há um catálogo contendo a súmula de 5.195 dêsses atos de 1662 a 1821, conservados, em original (Rio de Janeiro, 1886, pág. 1.716).

<sup>(2)</sup> Manoel Antônio Coelho da Rocha, Ensaio sôbre a História do Govérno e da Legislação de Portugal, 6.ª ed., Coimbra, 1887, págs. 118; 127; 188. Marcelo Caetano, História do Direito Português, Lisboa, 1941, págs. 267-270; 286. Fortunato de Almeida, História de Portugal, Coimbra, 1922-1929, vol. 3, pág. 18-22; vol. 5, pág. 7. J. Isidoro Martins Júnior, História do Direito Nacional, Rio de Janeiro, 1895, pág. 173. João Capistrano de Abreu, Capítulos de História Colonial (1500-1800), Rio de Janeiro, 1928, págs. 50-55; 63-66.

Nas Ordenações Afonsinas (3) (1446). Manoclinas (1511), Philipinas (4) (1603), nos Prólogos de cada uma delas, vêm ressalvadas "as leis que andarem escritas em um livro que estará na Casa da Suplicação... as quais leis separadas queremos que se guardem, como se nelas contém" (5)

### Período colonial

1500. Quarta-leira das oitavas de Páscoa, 22 de abril, Portugal descobre o Brasil que, como colônia que passa a ser, é submetida a diversas formas de Govêrno e Administração.

1516-1526. Fundação de Feitorias (Sta. Cruz, Rio de Janeiro, Cabo-Frio, Iguassú, Itamaracá) com intuitos militares para preservação da terra ante a cobiça de estrangeiros aventurosos.

1516. D. Manoel I, a 17 de outubro, baixa o Regimento da Fazenda. Contém regimentos especiais para os Vedores da Fazenda (Cap. 1 a 49), os Contadores das Comarcas (Cap. 50 a 99) e para os Almoxarifes e Recebedores (Cap. 100 a 243). Nesse último sobrassaem os capítulos referentes ao tombamento dos bens do domínio do Estado para exação das rendas, amigável e judicial (Cap. 156 e 174) (6). A arrecadação das rendas é feita por contrato de arrematação" (Cap. 70, 162 e 164).

1534. Capitanias hereditárias (com limites territoriais fixados por indicações de pontos de referência na orla marítima). A título de munificência o Rei dôa a súditos graduados-Donatários, muitos dos seus direitos majestáticos.

<sup>(3)</sup> O Livro 1.º título 3.º trata dos negócios da Fazenda Real. Aos Vedores competia fiscalizar a arrecadação e contabilidade dos Almoxarifes e Contadores como julgar as questões sôbre êste objeto. Coelho da Rocha cit., § 159. Marcelo Caetano cit., pág. 243.

<sup>(4)</sup> Aplicável também ao Brasil. Pôrto Seguro, História Geral do Brasil, 3.ª ed. integral, S. Paulo, s/d, vol. 3, pág. 264 e nota 69.

<sup>(5)</sup> Levi Carneiro, Farecer 6 de abril 1937, in Projeto n. 390-1937 Câmara dos Deputados. Augusto Tavares de Lira, Organização Política e Administrativa do Brasil (1500-1900), São Paulo, 1941, págs. 21 e 22.

<sup>(6)</sup> Na integra, in José Roberto Monteiro de Campos e Souza, Sistema ou Coleção dos Regimentos Reais, Lisboa, 1816, tomo 1..º, págs. 1 a 101, em especial págs. 1, 37 e 62.

São em número de 15 os quinhões (donatarías), correspondendo a 12 Capitães-Donatários. Representam o tipo feudal (7) de títulos de concessão. São semelhantes uns aos outros. Na carta de doação, El-Rei faz mercê de um certo número de léguas de terra (meio de prender ao solo o lavrador) e da jurisdição civil e criminal. Posteriormente, é dado um foral à Capitania, no qual se fixam os direitos e deveres entre o Rei e os concessionários, e entre êstes e os colonos. "Os fôros, direitos, tributos e coisas" vêm sempre especificados na carta de forai (8). Os únicos funcionários que representam o Poder Real são os feitores, os almoxarifes e os escrivães, encarregados de arrecadar os dízimos realengos e fornecer atestados que servem para regular as taxas alfandegárias.

Essa tentativa de feudalismo termina no martirológio e na ruína. Os vigários e capelães são nomeados por El-Rei, Grão Mestre da Ordem de Cristo (criada pelo Papa João XXXII, a 15 de março de 1319, pela bula Ad Ea Ex Quibus Cultus). (9).

1549. 29 de março. Chega à Baía Tomé de Souza, nomeado Governador-Geral ("capitão da povoação e terras da dita Baía de Todos os Santos e de Governador geral da dita capitania e das outras capitanias e terras da costa do dito Brasil").

<sup>(7)</sup> Nunca vingou na sociedade portuguesa a essência da organização feudal. Alexandre Herculano, Opúsculos, 3.º ed., Lisboa, s/d vols. 5, páginas 183-280; 6, págs. 228-235.

Ver Manoel Paulo Merea, Introdução ao Problema do Feudalismo em Portugal, Coimbra, 1912, passim; em especial, págs. 123-140.

Fortunato de Almeida cit., vol. 1, págs. 332-339.

<sup>(8)</sup> Ver espécimes in Martins Junior cit., pág. 263. História da Colonização Portuguesa do Brasil, Pôrto, 1924, vol. 3, pág. 312. João Francisco Lisbôa, Obras, Lisbôa, 1901, vol. 2, págs. 133, 134. Ver conceito e conteúdo, in Marcelo Caetano cit., págs. 202-207. João Lúcio de Azevedo. Épocas de Portugal Econômico, Lisboa, 1929, págs. 249 e 259.

<sup>(9)</sup> À ordem de Cristo pertenciam os dízimos eclesiásticos das possessões portuguesas conquistadas e por conquistar. Padre Oscar de Oliveira, S. J. Os dízimos eclesiásticos do Brasil, Juiz de Fora 1940, pág. 37, 60 e cap. V. D. João III obteve, in perpetuam, para si e seus sucessores a dignidade de Grão Mestre das Obras Militares (bula do Papa Julio III em 1551). Coelho da Rocha cit., pág. 115.

<sup>(10)</sup> Martins Júnior, cit., pág. 269 — História da Colonização cit. págs. 334, 335; 345-350. João Francisco Lisbôa cit., vol. 2, págs. 137-140.

Traz em sua companhia diversos missionários da Companhia de Jesús, sob a direção do P. Manuel Nóbrega, com planos de catequese dos aborígenes e evangelização dos colonos.

En suas árduas funções o Governador-Geral é assistido por um Ouvidor-Geral (Pero Borges de Souza) nos assuntos de Justiça; nos da Fazenda Pública, por um Provedor-mór (11) (Antônio Cardoso de Barros). Há um Capitão-mór da costa (Pero Góis) no comando e defesa militar, e um Alcaide-mór, comandante das armas (Diogo Moniz Barreto). São também criados os emprêgos de escrivão: do Provedor-mór; das Contas; Almoxarife dos mantimentos; Boticário; Mestre de obras (Luiz Dias). (12)

Ao Provedor-mór incumbe entre outras funções:

- a) providenciar sôbre a existência na Alfândega da Baía, de livros de receita e despesa e registo do foral respectivo, regimento dos oficiais e de quaisquer provisões sôbre arrecadação de direitos, devidamente numerados e rubricados pelo juiz;
- b) exigir prestação de contas anuais de receita e despesa dos Provedores das Capitanias, e proceder contra os encontrados em culpa.

Com jurisdição eclesiástica no Brasil inteiro, em 1552, é nomeado o primeiro Bispo, D. Pedro Fernandes Sardinha. Em 1575, a pedido do Rei D. Sebastião, Gregório XIII cria a Prelasia do Rio de Janeiro, com poderes quase episcopais e no ano seguinte, Inocêncio XI a eleva a Diocese de S. Sebastião do Rio de Janeiro, atendendo à solicitação do regente D. Pedro (13)

<sup>(11)</sup> Regimento, datado de Almeirim a 17 de dezembro de 1548, in História da Colonização cit., págs. 350-359. João Francisco Lisbôa cit., vol. 2, páginas 140-143. Foi a primeira constituição política do Brasil — Afrânio Peixoto, História do Brasil, Pôrto, 1940, pág. 70.

<sup>(12)</sup> Em detalhe: Pôrto Seguro cit., vol. 1, pág. 296.

<sup>(13)</sup> D. Jaíme de Barros Câmara, Apontamentos de História Eclesiástica, Petrópolis, 1942, pág. 313; cf. Frei Dagoberto Romag, O.F.M., Compêndio da História da Igreja, Petrópolis, 1941, vol. 3 pág. 137.

1571. Dois Governos-gerais: o do Norte, com sede na Baía e no Rio de Janeiro, o do Sul. Em 1577, reünem-se novamente os Governos-gerais.

1580 a 1640. Domínio Espanhol. Nêsse período é instituído o Govêrno do Maranhão (Maranhão, Pará, Ceará), independente do Govêrno-geral. O Brasil é elevado a Vice-Reino, durante essa dominação.

1591. Datado de 20 de novembro, no reinado de Felipe II de Espanha é publicado o Regimento da Fazenda com um só Tribunal o qual se chama Conselho da Fazenda. "Nele se tratarão, praticarão, resolverão, despacharão tôdas as matérias, coisas e negócios dela que ora correm nos três Tribunais separados do Reino, Índia, África e outros". (14)

1604. A 26 de julho, reinando D. Felipe III de Espanha, é estabelecido o "Conselho da Índia", tendo competência judicial e administrativa para negócios dos Domínios Ultramarinos, exclusive os da Fazenda do Brasil. Compõe-se de um Presidente, dois Conselheiros Militares e de dois Letrados, um dos quais devia ser Eclesiástico versado em Direito Canônico (15). O trabalho é dividido em secções, e os pareceres, secretos, submetidos a El-Rei para a resolução final, (16).

D. João IV em 14 de julho de 1642 substitue o anterior pelo "Conselho Ultramarino" (um Presidente, dois Conselheiros, um Procurador da Coroa e um Secretário). Perante êsse órgão são postos em lanço todos os contratos a ser executados nas diversas Capitanias do Brasil, como os dos dízimos reais; da saída de escravos da Baía para as minas; das passagens, etc. (17) Aprovado o lanço, é registado no livro 3.º de contratos da Secretaria. Uma cópia assinado

<sup>(14)</sup> Monteiro de Campos cit., tomo 1.º, pág. 162-165.

<sup>(15) (&</sup>quot;prover (como fiz) de pessoas de tais qualidades e experiência, que eu possa ser delas bem servido, e os negócios e cousas... do Estado bem despachados e governados").

<sup>(16)</sup> José Justino de Andrade e Silva, Coleção Cronológica da Legislação Portuguesa, de 1603-1612, Lisbôa, 1854, págs. 87-89. Pôrto Seguro cit., vol. 2, pág. 76.

<sup>(17) (&</sup>quot;hei por bem que pertençam tôdas as matérias e megócios, de qualquer qualidade que forem...")

remete-se ao Governador das Capitanias com a Carta Régia de aprovação e ratificação. (18)

1627. No reinado de D. Felipe IV da Espanha é publicado o Regimento dos Contos a 3 de setembro. (19) Trata-se de uma Consolidação de princípios reguladores da situação dos encarregados da exação da receita. No título de "como os executores de dívidas e receita por lembrança hão de proceder na execução e arrecadação delas", há capítulos (75, 80, 81, 83, 86, 87 e 93) regulando o processo das contas dos devedores, exatores, pagadores ou particulares. (20)

Domínio Holandês. João Maurício de Nassau (1637-1644). A Companhia das Índias Ocidentais — W. I. C. — West Indische Compagnie (1621) — concedem-se um monopólio comercial por 24 anos e o direito de firmar alianças e tratados de comércio com os soberanos nativos de tôdas as regiões que ocupar; de nomear governadores e funcionários, etc. A Direção Geral compete ao Conselho dos 19. No Brasil holandês, ao lado dos Conselheiros Políticos, há um Tribunal de Contas que administra o erário da Cia. e examina as contas públicas bem como as do fisco. "Houve-se por bem escolherem-se os membros desta Câmara do número dos Conselheiros da Justiça sempre que deixassem o cargo. Dois dêles, pois, são cinco, funcionam cada ano como tesoureiros". (20 A)

<sup>(18)</sup> Andrade e Silva cit. de 1640-1647, Lishoa, 1856, págs. 151-154.

<sup>(19)</sup> Andrade e Silva cit. de 1620-1627, Lisbôa 1855, págs. 73-112.

<sup>(20)</sup> Monteiro de Campos cit. Lisbôa, 1785, tomo 3.º págs. 367-443 e 467 ("da jurisdição do Conselho da Fazenda"), cfr. Didimo Agapito da Veiga, Ensaios de Ciências das Finanças e de Economia Pública, Rio de Janeiro, 1927, pág. 48. Evolução da Ciência das Finanças, in Livro do Centenário dos Cursos Jurídicos (1827-1927), Rio de Janeiro, 1928, vol. 1, pág. 343.

<sup>(20</sup> A) Gaspar Barleu, História dos oito anos de Govêrno de Nassau no Brasil, trad. ed. pelo Ministério da Educação, Rio de Janeiro, 1940, págs 323 e 324. cfr. M. Tomás Alves Nogueira, O Príncipe de Nassau, Altenburg. 1900, pág. 118. Augusto Tavares de Lira, Domínio Holandês no Brasil, Rio de Janeiro, 1915, pág. 55. Hermann Wätjen, O Domínio Colonial Holandês no Brasil, trad., S. Paulo, 1938, págs. 79; 105; 220; em especial, 292-343. Frei Manoel Calado, O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade, ed. pelo Govêrno do Estado de Pernambuco, Recife, 1942, vol. 1, pág. 143. P.M. Netscher, Os Holandeses no Brasil, trad., S. Paulo, 1942, págs. 215 e 216; e 150 e 151.

1652. A Diocese da Baía é elevada a Arcebispado e criados os Bispados do Rio de Janeiro, Maranhão e Pernambuco.

Inicia-se a época das entradas, "descimentos", bandeiras e monções, aumentando-se assim enormemente o território colonial. (21) A linha traçada pelo Papa Calisto III na bula Inter Coetera Quae (1455), é levada a 370 léguas para oeste pelo Tratado de Tordezilhas (1494). Os Tratados de Madrid (1750) e de Sto Ildefonso (1777), embalde, procuraram pôr têrmo às lutas entre Portugueses e Espanhóes em tôrno da Colônia do Sacramento e Sete Povos das Missões. (21A)

1761. D. José I assina no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda a Carta Régia de 22 de dezembro, conhecida por Código Pombalino, onde aparece o contencioso administrativo em forma e figura de Côrte de contrasteação financeira. Lê-se no preâmbulo dêsse diploma que "o estabelecimento, conservação e aumento das Monarquias (depois da benção da Mão Onipotente)" têm "uma essencial e indispensável dependência da regular e exata arrecadação das rendas, que constituem o Erário Público" para "se fazer efetiva e pronta a entrada das sobreditas rendas... e com o mesmo efeito e prontidão aplicadas às respectivas destinações". (22)

Outro decreto de (30 de dezembro) manda "os almoxarifes darem contas". (23)

1763. Para o Rio de Janeiro transfere-se a capital do Govêrno Geral. Os Vice-Reis só respondem perante a Metrópole e exercem o

<sup>(21)</sup> João Ribeiro. As nossas Fronteiras Rio de Janeiro, 1930, pág. 8-22. José Carlos de Macedo Soares, Fronteiras do Brasil no Regime Colonial, Rio de Janeiro, 1939, págs. 7-190. Osvaldo Aranha, Fronteiras e Limites, Rio de Janeiro, 1940.

<sup>(21</sup> A) in Antônio Pereira Pinto, Apontamentos para o Direito Internacional, Rio de Janeiro, 1866, vol. 3, págs. 507; 526; 541. Documentos sôbre o Tratado de 1750, in Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1938, vol. 52.

<sup>(22)</sup> Monteiro de Campos cit., tomo 1.º, pág. 180-197 e 198. Antônio Delgado da Silva, Coleção da Legislação Portuguesa, de 1750-1762, Lisbôa, 1830, pág. 835-852. Rui Barbosa, Marquês de Pombal, in Orações do Apóstolo, Rio de Janeiro, 1923, pág. 25. Marcelo Caetano cit., pág. 280. Coelho da Rocha cit., pág. 208.

<sup>(23)</sup> Delgado cit., pág. 853.

poder na sua sede e regiões adjacentes. Os negócios relativos à Fazenda Pública são geridos pelas *Juntas de Fazenda*, sob a Presidência dos Capitães Gerais.

1765. O Alvará de 18 de janeiro (24) cria, além das Juntas de Justiça, as Militares.

Anteriormente, é baixada a Carta Régia de 18 de janeiro de 1764, ordenando que haja na *Junta de Fazenda* um livro de receita e despesa onde se lancem sucessivamente tôdas as quantias que entrem e despesas que se façam, de que se extraïram relações para ser remetidas ao Ministro do Reino e Inspetor Geral do Real Erário. (25)

Viveiros de Castro encontra nelas "um mixto do Tribunal de Contas e do Conselho de Fazenda". (26)

1808. (22 de janeiro). Chega à Baía D. João, e por decreto de 28 de janeiro são abertos os portos do Brasil ao tráfico e comércio direto estrangeiro, com exceção dos "generos estancados".

Significado dêsse ato: "Esta Carta Régia bem se pode dizer que é a nossa Magna Carta" (Cairú) (27) "Novo foral do Brasil, mui superior em motivo e efeito, a Magna Carta do Rei João de Inglaterra". (28)

Recém-chegado ao Rio de Janeiro (7 de março) o Regente D. João constitue um Ministério (10 de março), com três pastas: Negócios do Reino (Fernando José de Portugal e Castro); Negócios Estrangeiros e da Guerra (Rodrigo de Souza Coutinho) e Negócios da Marinha e Ultramar (João Rodrigues de Sá e Menezes).

Por Alvará de 28 de junho de 1808, pelo Príncipe Regente são criados no Brasil o Erario Régio e o Conselho da Fazenda,

"para a mais exata Administração, Arrecadação Distribuïção, Assentamento e Expediente dela, de que depende a

<sup>(24)</sup> Delgado cit., de 1763-1774, Lisbôa, 1858, pág. 141.

<sup>(25)</sup> Publicações do Arquivo cit., pág. 622.

<sup>(26)</sup> Augusto Olímpio Viveiros de Castro, Organização Administrativa do Brasil sob o Regime Colonial, Monárquico e Republicano, in Livro do Centenário dos Cursos cit. pág. 35.

<sup>(27)</sup> Anais do Senado, Ano de 1826, tomo 3.º pág. 99.

<sup>(28)</sup> José da Silva Lisbôa, Memória dos Benefícios do Govêrno de El-Rei Nosso Senhor D. João VI, 2.ª ed., pelo Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1940 pte II, n. V, pág. 69.

manutenção do Trono e o bem comum dos meus fiéis vassalos, pois que as dilações em semelhantes negócios são de gravíssimas consequências;... por onde única e printitivamente se expeçam todos os negócios pertencentes... da minha Real Fazenda dêste Continente..." (29)

Dito Erário ou Tesouro Real e Público, com as mesmas prerrogativas, jurisdição e inspeção, autoridade, obrigações e incumbências especificadas para o Real Erário de Lisboa, compõe-se

"de um Presidente que nela será meu lugar tenente, um Tesoureiro-Mór, um Escrivão da sua receita e três Contadores-gerais". (29)

Por sua vez, forma-se o Conselho de Fazenda de "um Presidente, que será sempre o do meu Real Erário, e dos Conselheiros que eu for servido nomear; havendo unicamente para o expediente dêle um Escrivão Ordinário, e outro Supernumerário que sirva nos impedimentos do Ordinário, por quem ordeno se expeçam nos dias que não fôrem Santos ou feriados, todos os negócios; um oficial maior, outro menor, dous Papelistas, um Praticante, e um Oficial de Registo en cada repartição, assim do assentamento, como do expediente. um Porteiro do Conselho, dous Continúos, um Meirinho e seu Escrivão, um Solicitador, e um Corretor da Fazenda; vencendo os ditos Ministros e Oficiais, bem como os do men Real Erário, os ordenados que eu pelos decretos das suas nomeações fôr servido estabelecer aos ditos empregos nesta Capital, além dos emolumentos que por Lei, Ordenz ou Regimento lhes competirem". (29)

Agenor de Roure vê nêsse Conselho de Fazenda, "o embrião do Tribunal de Contas", (30)

<sup>(29)</sup> Coleção das leis do Brasil de 1808, pág. 74; 82.

<sup>(30)</sup> Formação do Direito Orçamentário Brasileiro, Rio de Janeiro, 1916, pág. 15. cfr. O Orçamento, Rio de Janeiro, 1926, pág. 14. Amaro Cavalcanti. Elementos de finanças, Rio de Janeiro, 1896, pág. 447.

Cria-se no Rio de Janeiro uma cadeira de "ciência econômica", atribuindo-se a mercê da propriedade e regência da mesma cadeira a José da Silva Lisboa, que "tem dado as provas de ser muito hábil para o ensino", com o ordenado de Cr\$ 400,00 anuais (400\$000). (Decretos de 23 de fevereiro de 1808). Jamais chega a lecionar a disciplina. (31)

São fundadas três Contadorias-gerais para recebimento e escrituração das rendas, por partidas dobradas (Alvará de 15 de junho de 1809).

1821. Por decreto de 6 de março é instituído o *Ministério da Fazenda*, sendo seu primeiro titular D. Diogo de Menezes (Conde de Louzã), nomeado por decreto de 22 de abril.

Para concluir estas pequenas notas sôbre a administração fazendária no período colonial, faz-se mister indicar um documento manuscrito existente no Arquivo Nacional, nesta Capital. E' o relatório, datado de 19 de junho de 1779, do 2.º Marquês de Lavradio (Luiz de Almeida Portugal, Vicc-Rei do Brasil, de 4 de novembro de 1769 a 5 de abril de 1779), apresentado ao Vice-Rei, Luiz de Vasconcelos e Souza. Através dêsse longo manuscrito passa a realidade nos seus mais variados aspectos (exército, população civil, economia, fomento) inclusive o funcionamento e composição dos Tribunais da Junta da Fazenda Real; da-Provedoria da Fazenda. (32)

De período mais remoto (1 de junho de 1553), é também digna de menção a carta de Tomé de Souza a D. João III, espécie de relatório do seu Govêrno e "do estado em que fica o Brasil". (33)

<sup>(31)</sup> Tristão de Ataíde, Cairú, in Jornal do Comércio de 1 de novembro de 1936.

<sup>(32)</sup> in Visconde de Carnaxide, O Brasil na Administração Pombalina, S. Paulo, 1940, págs. 275-332, especialmente, págs. 296-304. Excerto, in Porto Seguro cít., vol. 4, págs. 325-326.D. José D'Almeida, Vice-Reinado de Luiz D'Almeida Portugal, S. Paulo, 1942, pág. 143. João Armitage, História do Brasil, trad. 3.ª ed., Rio de Janeiro, 1943, págs. 319-363.

<sup>(33)</sup> in História da Colonização cit., pág. 364-366. cfr. Alfredo Pimenta, D. João III, Lisbôa, 1936, pág. 63. Pórto Seguro cit., vol. 1, págs. 117; 325; 326.

# Período imperial

1822. A 7 de setembro, é proclamada a Independência do Brasil. 1824. D. Pedro I, a 25 de março, outorga a Constituição Política do Império do Brasil. Ordena essa Carta no art. 170:

> "A receita e despesa da Fazenda Nacional será encarregada a um Tribunal, debaixo do nome de Tesouro Nacional, aonde em diversas estações devidamente estabelecidas por lei se regulará a sua administração, arrecadação e contabilidade em recíproca correspondência com as tesourarias e autoridades do Império."

Nem o Ato Adicional (12 de agôsto de 1834), nem a Lei interpretando alguns artigos da reforma da Constituição (de maio de 1840) trazem alterações a êsse mandamento.

1826. O Visconde de Barbacena (Felisberto Caldeira Brant Pontes) oferece ao Senado, na Sessão de 23 de junho, presidida pelo Visconde de Santo Amaro (José Emílio Alvares de Almeida) um projeto de lei regulando o número dos Secretários de Estado e suas atribuições: Estipula o art. 10:

"Haverá um Tribunal de Revisão de Contas com o seu regimento". (34)

Na Sessão de 6 de julho, após largo debate, "posta a matéria à votação venceu-se que ficasse adiado o art. 10 — para quando se apresentar o regimento a que se refere." (35) E' de se acentuar que nessa ocasião José Inácio Borges defende a instituição de um "Tribunal de Exame de Contas" composto de homens inteligentes, independentes e de reconhecida probidade. Por sua vez, Manoel Jacinto Nogueira da Gama sustenta que "um Tribunal de Contas, sem exame e registo prévios da despesa, seria uma inutilidade dispendiosa". (36)

<sup>(34)</sup> Anais do Senado, Ano de 1826, tomo 2, págs. 121 e 124. -

<sup>(35)</sup> Anais do Senado, Ano de 1826, tomo 3, págs. 45 a 49.

<sup>(36)</sup> apud Augusto Tavares de Lira, O Conselho de Estado, Rio de Janeiro, 1934, pág. 75.

1830. Idêntico éco tem a idéia na Câmara. Com efeito, na Sessão de 10 de julho, presidida por Soares da Rocha, o mesmo projeto é oferecido, logrando parecer favorável.

Bernardo Pereira de Vasconcelos, na Sessão de 25 de agôsto (Presidência de Costa Carvalho), em incisiva oração, frisa:

"Eu espero que esta Augusta Câmara julgue indispensável êste *Tribunal de Contas* para examinar o balanço da receita e despesa do Estado: sem éste Tribunal a lei é nula... O que se deve fazer é um Tribunal que tome contas e quando achar faltas faça indenisar a Fazenda Pública". (37)

Foi além: exorta o Marquês de Barbacena, então Ministro da Fazenda, dizendo que no seu projeto de divisão das Secretarias de Estado, propusera a instituição de um Tribunal de Contas independente (1826), esperando que novamente o apresentasse.

A Paula e Souza parece muito "necessário que houvesse igualmente um *Tribunal Supremo*, unicamente encarregado da fiscalização". (38)

1830. Lei de 15 de dezembro, orçá a receita geral e a despesa pública para o exercício financeiro de 1831 e 1832. E' o primeiro Orçamento votado, abrangendo todo o Império. A lei de meios deixa de ser *l'etat du Roi*.

De 1822 a 1829, não tem o Brasil Orçamentos gerais. E' verdade, que em 1827, a Primeira Legislatura vota os orçamentos para a Côrte e Província do Rio de Janeiro; as demais Províncias continuam a regular-se pelas leis existentes.

Aos poucos vão surgindo os princípios: a) da proposta orçamentária apresentada pelo Ministro da Fazenda, dividida em projetos de lei distintos para cada Ministério (despesa), o mesmo acontecendo com a receita (Const. 1824, art. 172, lei n. 99, de 31 de outubro de 1835, art. 13, lei n. 2.887, de 9 de agôsto de 1897, arts. 1 e 5); b) da "unidade orçamentária" (lei de 24 de outubro de 1831, art. 81); c) da "especialisação" (Araújo Viana, Aviso n. 700, de 16 de no-

<sup>(37)</sup> Anais da Câmara, Ano de 1830, tomo 2.º, págs. 155-161; 242.

<sup>(38)</sup> Anais da Câmara, Ano de 1830, tomo 2.º, págs. 427 a 429.

zembro de 1833); (39) d) de "exercício financeiro" e período adicional, decreto n. 41, de 20 de fevereiro de 1840 (arts. 1 e 6), de que é consequencia a anuilidade orçamentária. O "ano financeiro" coincide com o civil, antes de 1828 (lei de 8 de outubro, art. 12 altera de 1 de julho a 30 de junho do ano seguinte) e depois de 1888; e) de que a "abertura de crédito suplementar" só é permitida depois do nono mês (leis 1.177, 9 de setembro de 1826, art. 13, alínea 2.\*; 2.792, de 20 de outubro de 1877, art. 25; 3.140, de 30 de outubro de 1882, art. 20 § 1.°; 3.229, de 3 de setembro de 1884, art. 20); f) da "duração das autorizações orçamentárias" que é de um ano para o crédito orçamentário (lei n. 1.177, 9 de setembro de 1862, art. 12; 2.348, de 25 de agôsto de 1873, art. 18 § 1.º); de dois anos para as autorizações e créditos concedidos em leis especiais (lei número 2.348 cit., art. 18), ou para as despesas de contratos (cit. artigo 18 § 1.º, alínea 2.ª); g) que à conta de créditos extraordinários, abertos para atender as despesas imprevistas e extraordinárias, como sejam as de epidemia, ou qualquer outra calamidade pública, sedição, insurreição, rebelião e outras desta natureza, o Govêrno poderá autorizar prèviamente a despesa, dando imediatamente conhecimento ao Poder Legislativo (lei n. 589, de 9 de setembro de 1850, art. 4 § 4.º alínea 2.º).

1831. Afinal é sancionada a lei de 4 de outubro, dando organização ao Tesouro Público Nacional e às Tesourarias das Províncias, e extinguindo o Erário Régio e o Conselho da Real Fazenda. (40) Na Capital haverá um Tribunal — composto de um Presidente, um Inspetor Geral, um Contador Geral e um Procurador Fiscal — ao qual compete a suprema direção e fiscalização da receita e despesa nacional, inspecionando a arrecadação, distribuiição e contabilidade de tôdas as rendas públicas (art. 6 § 1.º). Só o Presidente tem voto deliberativo, os demais simplesmente consultivo. Em cada uma das Províncias haverá uma Tesouraria — composta de um Inspetor de Fazenda, um procurador Fiscal e um Contador — e anexas a mesma uma Contadoria, uma Tesouraria e uma Secretaria, com a denominação

<sup>(39)</sup> Coleção de Decisões do Govêrno, Ano de 1833, pág. 502.

<sup>(40)</sup> Funcionou contudo até 20 de maio de 1832. Rodolfo Garcia, in Pôrto Seguro, cit., vol. 5, pág. 110 nota 25.

da Provincia a que pertencer (art. 45, 46 e 49). (41) E' adotado o método mercantil por "partidas dobradas" para a contabilidade e escrituração das rendas públicas (art. 17 § 2.º, e 4.º).

1832. A 26 de abril, com o n. 147 é baixado o Regulamento das Contadorias acompanhado das Instruções, inclusive 15 modelos para escrituração nas Tesourarias do Império. São seus redatores respectivamente Bernardo Vasconcelos e Manoel Alves Branco. (42)

Pela lei de 4 de outubro, o Ministro da Fazenda é o Presidente do Tribunal do Tesouro. Quando da discussão do respectivo projeto no Senado, o Marquês de Barbacena, na Sessão de 10 de maio de 1831, presidida pelo Bispo Capelão-mór (D. José Caetano da Silva Coutinho), manifesta-se contràriamente dizendo: "Nem o Ministro da Fazenda será o Presidente do Tesouro, nem a revisão pertencerá ao Tribunal do mesmo Tesouro". (43)

Não cria essa lei um Tribunal de Contas, (44) mas a importância da reforma é ressaltada por Amaro Cavalcanti:

"E' forçoso reconhecer que a reorganização financeira de 1831 foi um progreso e melhoramento nas condições da época; e que não obstante alterada em várias de suas disposições, ela subsistiu, como elemento básico em tôdas as reorganizações posteriores até o fim do Império, e podia-se mesmo dizer até a presente data". (45)

1832. No projeto da Constituição de Pouso Alegre, impresso nas oficinas do "Pregoeiro Constitucional", jornal de José Bento Leite Ferreira de Melo, no capítulo da Fazenda Nacional, ordena-se:

"Haverá um Tribunal encarregado da Administração da receita e despesa geral do Império (art. 161)."

<sup>(41)</sup> Coleção das Leis do Império, Ano de 1831, parte 1.ª, pág. 103. Leopoldo de Bulhões, Os Financistas do Brasil, Rio de Janeiro, 1914, pág. 16; 18-21.

<sup>(42)</sup> Coleção das Decisões do Govêrno, Ano de 1832, pág. 167 a 192.

<sup>(43)</sup> Anais do Senado, Ano de 1831, tomo 1.º pág. 82.

<sup>(44)</sup> Alfredo Valadão, Da Aclamação à Maioridade, 2.ª ed., S. Paulo, 1939, pág. 147.

<sup>(45)</sup> Elementos de Finanças, Rio de Janeiro, 1896, pág. 457.

"Haverá em cada Provincia outro encarregado da Administração da receita e despesa provincial (art. 162)." (46)

1835. Manoel do Nascimento Castro e Silva, pleiteia um Tribunal de Contas:

"Convém ao interêsse nacional e boa ordem da Fazenda Nacional... a criação de um *Tribunal ou repartição especial de contas independente do Tesouro* e só responsável ante a Assembléia Geral, ao qual seja cometida a revisão e exame de tôdas as contas de receita e despesa geral do Império, deixando-se ao Tesouro Público uma Contadoria Geral." (47)

1837. Castro e Silva, na Sessão de 9 de setembro, presidida por Araújo Viana, remete à mesa da Câmara um *projeto* "que se não lê por ser muito extenso", sôbre a organização de um *Tribunal* denominado — Tesouro Público Nacional, que vai a imprimir para ser tomado em consideração. Entre outras atribuições, compete-lhe:

"fazer tomar anualmente contas a tôdas as repartições públicas, por onde se arrecadem e dispendam dinheiros da Nação; mandando passar quitações quando correntes, aos respectivos tesoureiros, recebedores, pagadores ou almoxarifes; e mandando proceder contra os que por êles se acharem responsáveis e em alcance" (art. 8 § 5). (48)

1838. Merece citação, apesar de ser tema pertinente à administração em geral, a providência ordenada por Bernardo Vasconcelos. O regulamento n. 1, de 1 de janeiro, estabelece a maneira pela qual os atos, tanto do Poder Legislativo Geral, como do Executivo, devem ser numerados, impressos e distribuídos. Outro regulamento, n. 11,

F. 4

<sup>(46)</sup> apud Otavio Tarquinio de Souza, História de Dois Golpes de Estado, Rio de Janeiro, 1939, pág. 195. Quanto à autoria dêsse projeto de Constituïção; mesmo Autor, pág. 45, e 46. Alfredo Valadão, Campanha da Princesa, Rio de Janeiro, 1940-1942, vol. 2, cap. V, em especial, págs. 88 e 90; vol. 3, págs. 229-230.

<sup>(47)</sup> Relatório do Ministro da Fazenda, Ano de 1835, pág. 47.

<sup>(48)</sup> Anais da Câmara, Ano de 1837, tomo 2, págs. 484; 490 a 503.

de 24 de fevereiro, manda "formar uma coleção de resoluções, avisos e decisões do Govêrno do Império", evitando-se, assim, a sua dispersão. (49) Desde 1830, a publicação das leis é feita nas Secretarias de Estado respectivas. Já pela decisão n. 340, de 27 de junho de 1833, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, recomenda a exatidão do número e data das leis e resoluções, nas cópias que se remeterem à Tipografia Nacional. A providência cabe no ato de transitarem na Chancelaria do Império, com a finalidade de "se facilitarem as buscas e citações, como também para se conhecer à primeira vista qualquer lacuna, que possa haver nas coleções". (50)

1840. Manoel Alves Branco, Ministro da Fazenda, pela segunda vez, reitera sua opinião:

"O verdadeiro meio de pôr a nossa contabilidade no pé em que deve colocar-se é a criação de um *Tribunal de Contas*, composto de homens independentes".

#### E continúa:

"auxiliado por oficiais suficientemente preparados com princípios necessários a se tornarem brevemente aptos em um ramo de serviço que exige profundos conhecimentos de contabilidade e legislação de fazenda, que só poderão ser formados por uma prática posterior e que jamais existirão entre nós, se pela criação desse Tribunal se não tornarem procurados". (51)

1842. Cândido Batista de Oliveira, antigo Ministro da Fazenda (1839) manifesta-se contrário à instituição de um *Tribunal de Contas*. Salvo melhor pesquisa, é, talvez, o único autor que, em obra publicada, expressa longamente seu dissentimento.

Faz-se transcrição integral, a título de notícia histórica e por se tratar de publicação impressa no estrangeiro, e hoje tida como rara.

"Cabe aquí pronunciar-me contra uma idéia que por vêzes tem sido apresentada em as nossas Câmaras Legislativas tanto nos relatórios de alguns Ministros da Fazenda,

<sup>(49)</sup> cfr. Otávio Tarquino de Souza, Bernardo de Vasconcelos e seu tempo, Rio de Janeiro, 1937, pág. 191.

<sup>(50)</sup> Coleção de Decisões do Govêrno, Ano de 1833, pág. 236.

<sup>(51)</sup> Relatório do Ministro da Fazenda, Ano de 1840, pág. 22.

como nos discursos de Deputados e Senadores que gozaram da reputação de homens entendidos na matéria; tal é a instituição de um Tribunal de Contas no Brasil, à imitação do de França, e incumbido em grande parte das funções próprias do Exchequer de Inglaterra. Semelhante instituição longe "de preencher os fins de uma severa e independente fiscalização sôbre todo o sistema das operações financeiras, segundo (menos bem informados) pensam aquêles que inculcam a necessidade de sua criação no Brasil, como único meio de fazer efetiva a fiscalização em suas finanças seria na minha opinião uma custosa sinecura, tão inútil como são hoje consideradas essas mesmas instituições apontadas por modelos; as quais datando a sua criação de tempos remotos, e sob o regime de governos absolutos, em que prestaram talvez relevantes serviços ao Estado, são presentemente tidas em conta de viciosas excrescências no sistema financial das Nações a que pertencem, e só permanecem ainda pela fôrça do hábito, e pela influência de interêsses privados.

Nos govêrnos representativos o meio próprio e eficaz de levar a efeito a necessária fiscalização sôbre as finanças do Estado; e por outra parte o único congenial dêsse sistema, é a publicidade obrigatória das contas do Tesouro feita com a regularidade e pela forma prescrita pela lei, para o fim de serem submetidas oportunamente ao livre e competente exame dos representantes da nação: e (seja dito de passagem) é esta a missão especial e a mais importante da representação "nacional, que mal corresponderá à confiança dos seus constituintes, se ela não desempenha religiosamente tão sagrado dever". (52)

1843. A 8 de fevereiro, em Alegrête, R. S., é apresentado à Assembléia Constituinte, pela comissão composta dos deputados José Pinheiro de Ulhôa Cintra, Francisco de Sá Brito, José Mariano de Matos, Serafim dos Anjos França e Domingos José de Almeida um

<sup>(52)</sup> Sistema Financial do Brasil, S. Petersburgo, 1842, págs. 41 a 43. (Tipografia privilegiada Fischer).

projeto de Constituição. (53) Tratando do Tesouro Nacional ordena-se:

"Haverá na Capital da República uma Tesouraria geral encarregada da receita e despesa da Fazenda Pública, que terá o título de — *Tribunal do Tesouro Nacional* — onde em diversas estações devidamente estabelecidas por lei, se regulará a sua administração, arrecadação e contabilidade". (art. 143). (54)

1845. Manoel Alves Branco, Ministro da Fazenda, na Sessão de 12 de julho, oferece um projeto de lei instituindo um Tribunal de Contas, com a atribuição não só de julgar as contas de todos os responsáveis, sem distinção de Ministérios, como ainda de fazer subir consultas a S.M. Imperial, principalmente para abonar despesas secretas, que aparecerem em algumas contas, ou outros negócios que, pela sua importância, devam merecer a Imperial resolução (arts. 8 e 15).

Logra parecer favorável, expresso em poucas linhas, apresentado na Sessão de 3 de setembro.

"Sendo presente à Comissão de Fazenda a proposta do Govêrno, em que cria um Tribunal de Revisão de Contas, tem a honra de apresentar o seguinte projeto de lei, em que converte a referida proposta, com a emenda que oferece ao art. 2." (55)

Mandado imprimir, jamais é dado para a ordem do dia.

1850. Pela reforma do Visconde de Itaboraí (Joaquim José Rodrigues Torres), os serviços fazendários têm melhor unidade e

<sup>(53)</sup> Assis Brasil, A Guerra dos Farrapos, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1934, págs. 230-235. Florêncio de Abreu, A Constituinte e o Projeto de Constituição da República Rio-Grandense, Pôrto Alegre, 1930, págs. 11-14; 68. Recursos Financeiros da República de Piratiní, Pôrto Alegre, 1937, pág. 13; 23; 34.

<sup>(54)</sup> Documentos interessantes para o estudo da Grande Revolução de 1835-1845, P. Alegre, 1930, vol. 2, pág. 278. Apêndice, pág. 16. (Edição fac-similar).

<sup>(55)</sup> Anais da Câmara dos Deputados, Ano de 1845, 2.ª Sessão da 6.ª Legislatura, tomo 2.º, págs. 157 e 848. cfr. Rui Barbosa, Exposição de Motivos, in Decretos do Govêrno Provisório, 11.º fascículo, Ano de 1890, págs. 3.431-3.433.

sistematização (decreto n. 736, de 20 de novembro). A suprema Administração da Fazenda compete ao Tribunal do Tesouro Nacional composto do Ministro da Fazenda e de Quatro conselheiros (o Diretor Geral das Rendas Públicas, o Diretor da Despesa Pública, o Diretor Geral da Contabilidade e o Procurador Fiscal do Tesouro) (art. 1). No processo executivo de dívidas ativas da Fazenda (art. 79), observam-se no que for aplicável, as disposições do título III da lei de 22 de dezembro de 1761. Por sua vez, a prescrição das dívidas ativas e passivas da Nação (art. 80), é regulada pelas normas dos capítulos 209 e 210 do Regimento de Fazenda de 22 de dezembro de 1761. (56) Nas Províncias, excetuada a do Rio de Janeiro, encorporada para os efeitos fiscais ao Tesouro, a administração da Fazenda Incumbe às Tesourarias gerais Decreto n. 870, de 22 de novembro de 1851 — dá regulamento às Tesourarias de Fazendas).

1851. O decreto n. 851, de 12 de novembro, dispõe sôbre a prescrição em favor da Fazenda.

1855. Mesmo sem propugnarem por um Tribunal de Contas, os próprios membros do Govêrno Imperial, começam a reconhecer que

é "indispensável dividir a Diretoria de Contabilidade, criando-se uma outra encarregada exclusivamente de tomar as contas... modificando-se as disposições legislativas em vigor, na parte em que conferem ao Tesouro a revisão unicamente das contas das despesas dos Ministérios da Guerra e Marinha". (57)

1857. José Antônio Pimenta Bueno (Marquês de S. Vicente), notável publicista, escreve:

"E' de suma necessidade a criação de um Tribunal de Contas, devidamente organizado, que examine e compare as leis do imposto, que perscrute e siga pelo testemunho de documentos autenticos, em todos os seus movimentos, a apli-

<sup>(56)</sup> José Antônio da Silva Maia, Decreto de Reforma do Tesouro e Tesourarias, Niterói, 1852, passim, em especial. págs. 34 e 74. Leopoldo de Bulhões cit., págs. 23-24.

<sup>(57)</sup> Relatório do Ministro da Fazenda, Ano de 1855, pág. 12.

cação e emprêgo dos valores do Estado, e que enfim possa assegurar a realidade e legalidade das contas. Sem êsse poderoso auxiliar nada conseguirão as Câmaras." (58)

1858. João Mauricio Wanderley, Ministro da Fazenda, também advoga uma reforma na Contabilidade,

"dando-se à nova Diretoria uma organização que simplifique e acelere o progresso de tomada de contas, o qual, é atualmente assás moroso, muito ganhará o serviço público".

#### E acrescenta:

"Esta medida deve ser acompanhada de outra que confira à mesma Diretoria uma ação mais direta sôbre todos os empregados sujeitos a prestar contas, qualquer que seja o Ministério a que pertençam". (59)

1859. O decreto n. 2.343, de 29 de janeiro, faz diversas alterações nos decretos n. 736, de 1850, e 870 de 1851.

1860. A jurisdição do Tribunal do Tesouro e Tesourarias da Fazenda é harmonizada pelo decreto n. 2.548, de 10 de março, dispondo sôbre a forma do processo para o julgamento das contas dos responsáveis para com a Fazenda Nacional, e recursos interpostos das decisões das jurisdições administrativas.

O decreto n. 2.551, de 17 de março, aprova o regulamento das Recebedorias.

O decreto n. 2.647, de 19 de setembro, baixa regulamento às Alfândegas e Mesas de Rendas.

<sup>(58)</sup> Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império, Rio de Janeiro, 1857, pág. 90 e referência pág. 281.

<sup>(59)</sup> Relatório do Ministro da Fazenda, Ano de 1858, págs. 12 e 13. A tomada de contas do ex-Ministro da Fazenda, Marquês de Barbacena, arrastou-se durante seis anos, para culminar numa honrosa quitação com crédito de £ 1.405-19-11. (Antônio Augusto de Aguiar, Vida do Marquês de Barbacena, Rio de Janeiro, 1896, págs. 782 951-953) — E' a atestação em tôdas as épocas: Azevedo Castro, Manual do Delegado do Tesouro Nacional em Londres, 2.ª ed., Paris, 1891, pág. 4 nota 2. Relatório do Ministro da Fazenda, Ano de 1843, pág. 19.

1865. Em livro de valor, o estadista e jurisconsulto Visconde do Uruguai (Paulino José Soares de Souza) discute o problema de "si se deveriam criar Tribunais Provinciais de Contas". (60)

1867 — O decreto n. 3.852 de 1 de maio, separa da Legação Brasileira em Londres o serviço da escrituração e contabilidade da receita e despesa fora do Império. Esse serviço passa a ser executado por um Delegado do Tesouro, segundo as Instruções expedidas pelo então Ministro da Fazenda, Zacarias de Góis e Vasconcelos.

Até então, as relações entre o Govêrno Brasileiro e os seus agentes financeiros (desde 1825, Nathan Mayer Rothschild) (61) eram encaminhadas pela Legação do Brasil, em Londres, que também tinha a seu cargo o pagamento do pessoal diplomático e consular e outras despesas do Brasil no estrangeiro.

Começa a Delegacia a funcionar em 6 de julho (Aviso n. 4, do Ministro da Fazenda, datado de 23 de setembro de 1867).

"A City, em roda do Banco da Inglaterra, com o Royal Exchange ao lado, e Lombard Street defronte, o mercado monetário, o verdadeiro comptoir do mundo", (62) é o local escolhido onde vai ficar a Delegacia. Após o registo, adotam-se para seu endereço telegráfico as palavras "Delegado London", Por considerar a Delegacia como repartição pública do Brasil, o Governo Britânico não exige o income tax.

O Delegado só efetua despesas com ordem do Ministro da Fazenda, pois é seu subordinado direto; e presta conta ao Tribunal do Tesouro Nacional.

E' seu primeiro Delegado, João José do Rosário (Barão do Rosário) nomeado por decreto de 15 de maio de 1867. (63)

<sup>(60)</sup> Estudos Práticos sôbre a Administração das Províncias no Brasil, Rio de Janeiro, 1865, vol. 1, § 277, pág. 345.

<sup>(61)</sup> Notícia sôbre êsse banqueiro: The Enciclopaedia Britannica, 14 th ed., London, 1937, vol. 19, págs. 573-574.

<sup>(62)</sup> Joaqquim Nabuco, A Minha Formação, Rio de Janeiro, 1900, pág. 98.

<sup>(63)</sup> José Antônio de Azevedo Castro, Manual do Delegado do Tesouro em Londres, Paris, 1888, págs. 6 a 8; 136. José Belens de Almeida, Histórico das Tesourarias de Fazenda e Delegacias Fiscais, Rio de Janeiro, 1922, páginas 439 a 444 e 450. Jacob Cavalcanti, Histórico da Dívida Externa Federal, Rio de Janeiro, 1923, págs. 97 a 101.

Instaurado o regime republicano, por decreto de 8 de janeiro de 1890, o Govêrno Provisório resolve que "as contas das despesas feitas... no Exterior continuarão a ser pagas pela Delegacia do Tesouro em Londres, mediante exame prévio da mesma Delegacia, que poderá glosar as despesas não justificadas". (64) Outro decreto da mesma data fixa a fiança do Delegado.

Em 1940, após 73 anos, em face da conflagração que ensanguenta o mundo, houve por bem o Govêrno Federal transferir, em caráter transitório, a referida Delegacia para New York, U·S.A.

1868. O decreto n. 4.153, de 6 de abril, reorganiza o Tesouro Nacional, e estabelece algumas regras sôbre empregados de Fazenda.

1870. O decreto n. 4.644, de 24 de dezembro, amplia as atribuições dos Presidentes da Província e Inspetores das Tesourarias da Fazenda, na solução dos negócios do Ministério da Fazenda.

1878. Gapar Martins, ocupando a pasta da Fazenda, clama:

"As medidas para tornar o Orçamento uma realidade, nenhuma garantia oferecerão, se, votada a lei de receita e despesa, o Ministro, supremo distribuïdor da fortuna pública, não prestar contas do modo por que executou e cumpriu a mesma lei, para que o Parlamento, que decretou as despesas, possa afinal aprovar as contas, ou julgar a responsabilidade do seu infiel delegado".

E, numa lingüagem franca e forte, continua:

"Há, é verdade, no Tesouro, uma Diretoria Geral de Tomada de Contas; mas essa, que é suficiente para tomá-las aos agentes subalternos do fisco e demais responsáveis, e o faz com escrupulosa fidelidade, é impotente contra o Ministro ordenador da despesa, de quem depende e a quem obedece.

O Ministro presta contas a esta Câmara, que muito embora nomeie uma comissão para as tomar — a mais importante de tôdas as comissões, se fôsse uma realidade — nada

<sup>(64)</sup> Diário Oficial de 10 de janeiro de 1890, pág. 131. Dunschee de Abranches, Atas e Atos do Govêrno Provisório, Rio de Janeiro, 1907, pág. 49.

pode fazer; sôbre serem apresentados com dois anos de atraso, quase sempre quando os Ministros, que ordenaram as despesas, já deixaram de ser Ministros, são verdadeiramente ininteligíveis, porque exibem as *verbas englobadas*, e quando distribuem as parcelas, não as instruem com os documentos que provam a sua justeza.

Daí vem que, em regra, os orçamentos, até hoje feitos, estão longe de ser exatos e que os balanços, aritmèticamente verdadeiros, são na realidade falsos...

...E' pois, de necessidade imprescindível, para a regeneração das finanças, criar um Tribunal de Contas, composto de homens de ambos os partidos políticos para cotejarem com a lei de créditos as ordens e documentos, que originarem as despesas ordenadas pelos Ministros, afim do Corpo Legislativo aprová-las por lei, como por lei decreta os créditos." (65)

1879. Afonso Celso de Assís Figueiredo (Visconde Ouro Preto) proclama ser "urgentíssima e reclamada pelos mais importantes interêsses públicos" a instituição de um *Tribunal de Contas* que, examinando, em face das autorizações legislativas, as despesas ordenadas pelos Ministros de Estado, forneça ao Parlamento base segura para exercer a fiscalização, que lhe incumbe, da aplicação dos dinheiros públicos. Inteiramente alheio às conveniências políticas, êsse Tribunal só corresponderá aos fins da sua criação, compondo-se de representantes de tôdas as opiniões existentes no país.

"Da realização desta idéia depende essencialmente a regularidade de suas finanças. A tomada de contas em relação à despesa pública deve atender à ordenação e à execução. Até aquí, pode dizer-se sem medo de errar, só se tem atendido à execução das despesas, ficando a ordenação fora do alcance fiscal; e entretanto é esta a parte principal. E' na ordenação que se podem dar os maiores e mais graves abusos. Entre nós, a necesidade de um semelhante Tribunal tem sido reconhecida por muitos dos nossos homens

<sup>(65)</sup> Relatório do Ministro da Fazenda, Ano de 1878, págs. 17 a 20.

mais eminentes; mas à sua criação se tem oposto diversas razões, até mesmo o da inconstitucionalidade. Este argumento, porém, não tem valor algum... Dado que a criação de que me ocupo exigisse mais alguma despesa... os resultados a esperar de tão útil reforma justificariam tão pequeno sacrificio". (66)

Tão vigoroso defensor, entretanto, anos depois, em obra de caráter político, como que se mostra desiludido de sua primitiva pregação.

"Não possuímos, é certo, um Tribunal de Contas funcionando como repartição, autônoma, mas o verdadeiro Tribunal de Contas está nas comissões dos dois ramos do Poder Legislativo: — o corretivo seguro dos abusos na censura da tribuna, na demissão dos ministros, imposta pelo voto das maiorias, e na efetivação da sanção penal, que as leis definem. Um Tribunal de Contas em que tenham assento sumidades políticas, é rêmora para alta administração: composto de empregados de carreira, dependentes de acesso ou aposentadoria, não passa de desdobramento das secções do Tesouro, tão subordinadas ao Govêrno como quaisquer outras, oferecendo o inconveniente de ordenados e gratificações, que se podiam poupar." (67)

1889. João Alfredo Correia de Oliveira, detentor da pasta das Finanças no Gabinete de 10 de março de 1889, considera "uma necessidade urgente a criação de um Tribunal de Contas... Será êle o único que, conhecendo de tôda contabilidade do Estado, possua meios para assegurar às Câmaras e à Nação que os balanços demonstram fiel e perfeitamente o movimento dos dinheiros públicos". (68)

1889. O decreto n. 10.145, de 5 de janeiro, regula o modo de contar o exercício e estabelece providências sôbre a liquidação e

<sup>(66)</sup> Relatório do Ministro da Fazenda, Ano de 1879, pág. 32 e 33.

<sup>(67)</sup> A Década Republicana, 1.º volume, 2.ª edição, Rio de Janeiro, 1902, pág. 152.

<sup>(68)</sup> Relatório do Ministro da Fazenda, Ano de 1889, pág. 24 e 25.

pagamento das dívidas de exercícios findos. O art. 3 institue um livro para a "conta dos responsáveis".

# Período republicano

1889. A República é proclamada a 15 de novembro.

1890. O decreto n. 966-A, de 7 de novembro, "cria um Tribunal de Contas para exame, revisão e julgamento dos atos concernentes à receita e despesa da República".

A regulamentação prometida nesse diploma (arts. 8 e 11) chega a ser elaborada, (69) mas não é decretada.

Rui Barbosa, na "Exposição de Motivos", frisa as características do novel Instituto:

"... um Tribunal de Contas, corpo de magistratura intermediária à Administração e à Legislatura, que, colocado em posição autônoma, com atribuições de revisão e julgamento, cercado de garantias contra quaisquer ameaças, possa exercer as suas funções vitais no organismo constitucional..."

(70) "Convém levantar, entre o Poder que autoriza periodicamente a despesa e o Poder que quotidianamente a executa, um mediador independente, auxiliar de um e de outro, que, comunicando com a legislatura, e intervindo na Administração, seja, não só o vigia como a mão forte da primeira sôbre a segunda obstando a perpetração das infrações orçamentárias por um veto oportuno aos atos do Executivo, que direta ou indireta, próxima ou remotamente discrepem da linha vigorosa das leis de finanças". (70)

<sup>(69)</sup> T. de Alencar Araripe in Relatório do Ministro da Fazenda, Ano de 1891, Anexo C, pág. 52. Rui Barbosa, Comentários à Constituição Federal Brasileira, coligidos por Homero Pires, S. Paulo, 1934, vol. 6, pág. 443.

<sup>(70)</sup> Exposição de Motivos, in Decretos do Govêrno Provisório, 11.º fascículo, Rio de Janeiro, 1891, págs. 3.431 a 3.434. Ver Revista do Supremo Tribunal Federal, vol. 11, pág. 443.

Instalada a 1.ª Constituinte Republicana, o Govêrno Provisório envia-lhe o projeto da Constituição (71) elaborado pela Comissão dos Cinco ("Se algum crédito ainda me remanesce da primazia que me coube da Constituição atual" — Rui Barbosa) (71 A); não cogita êle da criação do Tribunal de Contas. A iniciativa parte da Comissão dos Vinte e Um, em emenda aditiva proposta com o parecer n. 1, datado de 8 de dezembro de 1890 e lido na sessão de 10. E' fundamentada nos seguintes têrmos:

"A Comissão propõe também a criação de um *Tribunal de Contas...* incumbido de liquidar as contas da receita e despesa da União e de verificar a legalidade delas, antes de serem prestadas ao Congresso Nacional tem a Comissão por fim tornar uma realidade a fiscalização da arrecadação e emprêgo das rendas federais, preenchendo assim uma das notórias lacunas na nossa organização financeira, e seguindo o exemplo de outras nações cultas onde existem tais tribunais constituídos em condições de completa independência". (72)

A proposição é aprovada em 1.ª discussão, sem qualquer modificação ou impugnação, na Sessão de 27 de janeiro de 1891. (73) José Higino lembra que a mesma fôra aprovada, mas que não constava do Projeto impresso para 2.ª discussão, falta que já está corrigida", disse o Presidente da Constituinte. (74)

Dêste modo, a emenda aditiva converte-se no art. 89 da Constituição de 1891:

"E' instituído um Tribunal de Contas para liquidar as contas da receita e despesa e verificar a sua legalidade, antes de serem prestadas ao Congresso".

<sup>(71)</sup> Decretos ns. 512 e 914-A, de 22 de junho e 23 de outubro de 1890. Dunschee de Abranches cit., pág. 206.

<sup>(71</sup> A) "... a draft drawn up largely by an eminent lawyer and publicist Ruy Barbosa". Herman G. James and Percy A. Martin, The Republics of South America, revised ed., N. York, 1924, pág. 128.

<sup>(72)</sup> Anais da Constituinte de 1890-1891, vol. 1, pág. 81.

<sup>(73)</sup> Anais cit., vol. 2, pág. 36.

<sup>(74)</sup> Anais cit., vol. 2, pág. 513.

Assim, adquire caráter de estabilidade e permanência o Tribunal de Contas, instituído pelo Govêrno Provisório.

Rui Barbosa, autor de sua criação em mais de uma vez, sustenta ser

"... uma instituição de natureza em grande parte judiciária e política, destinada por sua índole essencial, a sentenciar sôbre assuntos de mais alta gravidade e servir sòlidamente de dique aos abusos administrativos em negócios financeiros". (75)

Manoel Pedro Vilaboim precisa bem a natureza dêsse novo Tribunal:

"Esse Tribunal, conquanto de natureza administrativa, oferece pelas garantias de independência que se lhe assegurou e pelos requisitos que devem presidir sua composição tôdas as garantias dos Tribunais do Poder Judiciário. E' um verdadeiro Tribunal Judiciário." (76)

Por sua vez, Alfredo Valadão entende que o "Tribunal de Contas é uma delegação do Congresso, por via constitucional". (77)

As Constituições Estaduais adotam-no: Pará, art. 76; São Paulo, art. 71; Piauí, art. 98; Minas Gerais, art. 112; Ceará de 1921 (D. Transitórias, art. 5); Rio de Janeiro, art. 119 e 112; Pernambuco, art. 115, com a denominação de Tribunal de Justiça Administrativa; Baía, art. 65; mantido nas reformas de 1915, art. 71 e de 1929, art. 177. (78)

<sup>(75)</sup> Comentários cit., pág. 443; cfr. págs. 427; 441; 446 e 451.

<sup>(76)</sup> E' sustentável perante a Constituição Federal o Contencioso Administrativo? in Revista da Faculdade de Direito de São Paulo, Ano de 1893, nág. 84.

<sup>(77)</sup> Estudos sôbre o Tribunal de Contas, Rio de Janeiro, 1911, págs. 68 e 81. Outras opiniões, in Castro Nunes, na Revista Forense, vol. 85, págs. 278-281, especialmente págs. 273-274. Alcides Cruz, Direito Administrativo Brasileiro, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1914, págs 77-78.

<sup>(78)</sup> José de Castro Nunes, As Constituições Estaduais do Brasil, Rio de Janeiro, 1922, vol. 1, págs. 172 e 173. Erimá Carneiro, O Tribunal de Contas nas Constituintes Estaduais, Rio de Janeiro, 1935, págs. 25 a 29.

1934. A 16 de julho entra em vigor a nova Constituição. Entre "os órgãos de *cooperação* das atividades governamentais" figura o Tribunal de Contas:

"E' mantido o Tribunal de Contas, que, diretamente, ou por Delegações organizadas de acôrdo com a lei (79) acompanhará a execução orçamentária e julgará as contas dos responsáveis por dinheiros ou bens públicos". (art. 99)

Alguns Estados incluem-no em suas Constituições, inclusive o Distrito Federal (lei n. 196, de 22 de janeiro de 1936, art. 26; Baía, art. 50; Rio Grande do Sul, art. 94; Rio de Janeiro, art. 85; Minas Gerais, art. 79; Ceará, art. 69. (80) A não execução dessa ordenação é indicada entre as razões determinantes de certa intervenção federal. (81)

1937. E' decretada a Constituição de 10 de novembro, e instituído um Tribunal de Contas para "acompanhar, diretamente ou por Delegações organizadas de acôrdo com a lei, (82) a execução orçamentária, julgar as contas dos responsáveis por dinheiros ou bens públicos e da legalidade dos contratos celebrados pela União". (Art. 114).

<sup>(79)</sup> Lei n. 156, de 23 de dezembro de 1935.

<sup>(80)</sup> As Constituições dos Estados e da República, c/prefácio de José Pereira Lira, Rio de Janeiro, 1937. Erimá Carneiro cit. págs. 31 a 33.

<sup>(81)</sup> Coleção das Leis do Brasil. Atos do Poder Executivo. Ano de 1937, vol. 1, pág. 331.

<sup>(82)</sup> Decreto-leis ns. 7 e 426, de 17 de novembro de 1937 e de 12 de maio de 1938.

Alex. Name

# A PEQUENA IMPRENSA DA REGÊNCIA TRINA PERMANENTE (1831-1835) (\*)

## "O MEIA CARA"

Jornal dos caramurús, tendente a combater os moderados então no poder, diante da possibilidade de um novo golpe, à semelhança do que haviam tentado a 30 de julho de 1832 — é *O Meia Cara*, cujo único número saiu a 11 de novembro de 1833, impresso na Tipografia Fluminense, de Brito & Cia.

Apesar de ter figurado na Exposição de História do Brasil, de 1881, em cujo *Catálogo* recebeu o n. 4.280 — não existe nas coleções da Biblioteca Nacional. Vimo-lo, porém, na coleção do sr. Francisco Marques dos Santos.

Meias-caras eram, a princípio, os brasileiros adotivos, isto é, portugueses que de acôrdo com a Constituição de 1824 haviam obtido a cidadania brasileira. Depois passaria a ser chamado meia-cara o escravo introduzido de contrabando, apesar da proibição teórica do tráfico de africanos, vigente desde 1831. Talvez se explique a transposição do apelido pelo fato de serem principalmente portugueses os recebedores ilegais dêsses negros livres vendidos como escravos, por isso mesmo ditos "de meia-cara". Noutro pasquim já vimos a alusão de serem portugueses de "cara-inteira" os papeletas, isto é, os que conservavam a nacionalidade primitiva mediante o atestado ou papeleta fornecida pelas autoridades consulares de seu país.

<sup>(\*)</sup> A primeira parte deste estudo saiu publicada no número anterior desta Revista (vol. 179 de abril-junho de 1943.

### A epígrafe do Meia Cara é um chamariz:

Venham Leitores, Saberão êles
Ver cousa rara; P'ra quanto presta
Nos bons artigos Mostrando cousas
Do Meia Cara. Lá da Floresta.

Em tom pretensamente irônico, o artigo de fundo finge apoiar o govêrno para dêle zombar, com referências às expulsões de portugueses e ao seu engajamento como grumetes, ao casamento dos padres, ao dia de Santo Evaristo, aos foliões da Chácara da Floresta. Chejo de alusões e apelidos, é um pasquim característico da época.

Ainda artigos contra os chimangos e Evaristo da Veiga, são os que se lhe seguem.

A notícia de uma "Reünião Galhandradora em Assembléia Geral, sob a presidência do Dr. Funques" — jocosamente refere-se à Defensora, sempre usando apelidos para a designação de seus membros: o almirante Genebra, o general Oleré, Monte Averno, Mané Mendes (Odorico), Dopóleo, Jeifó (Feijó), Arrebenta-Balcão, Pilastre (José Silveira do Pilar), etc.

Ao Indigena do Brasil chama Indigno do Brasil, dizendo que escapou à vigilância do Enfermeiro dos Doidos (61). Corrige a lista nêle publicada, dos "garrafistas" de março de 1831 e defende o tutor José Bonifácio. Diz mais que o respectivo diretor, como de costume então, tinha um "testa de ferro", pois naturalmente temia que lhe pudesse sair o trunfo de páus...

Na iminência de um novo 30 de julho — que realmente preparava a Sociedade Defensora, pedindo a destituição de José Bonifácio — convoca O Meia Cara os homens de 3 de abril (de 1832), aconselhando-os a procurarem seus companheiros de armas de 6 de abril (de 1831), "os honrados exaltados" Camilo, José Custódio, Cabral, Frias, Solidônio, Bacelar e os brasileiros da artilharia da marinha — uns presos, outros foragidos na ocasião.

<sup>(61)</sup> Periódico de 2 de abril de 1831, mencionado no trabalho do autor — "A pequena imprensa dos últimos meses do Primeiro Reinado", publicado na revista Cultura Política, do Rio de Janeiro, n. 30, de agosto de 1943.

### "O RESTAURADOR"

Não consta do Catálogo da Exposição de História do Brasil, nem existe na Biblioteca Nacional, o pasquim caramurú O Restaurador, que provavelmente ficou no primeiro número, conforme o exemplar pertencente à coleção do sr. Francisco Marques dos Santos, datado de 12 de novembro de 1833.

Mal escrito, cheio de alusões nem sempre perceptíveis à distância, foi impresso na Tipografia Fluminense, de Brito & Cia., motivo pelo qual foi ela visada pelos manifestantes que no mês seguinte, oficialmente, incentivados, preparavam o ambiente hostil aos restauradores que permitiu a destituição de José Bonifácio do cargo de tutor (62). Sua paternidade, porém, então atribuída a Francisco de Paula Brito, foi por Evaristo lançada ao desabusado paulista João Batista de Queiroz.

Depois da epígrafe "Ai lé, minha vida", original de um "Patusco de bom gosto", assim começa o único artigo que ocupa as oito páginas do Restaurador:

"Falam em restauração o govêrno e seus jornais (C. V.) (63); e também falam a Federal, a Defensora, a Floresta, o Oriente da Polícia e seus jornais (Au. e 7 e Indig.) (64). Os mesmos papagaios e bemtevís (65) falam nisso de restauração; e nós que somos Arara, porque não comemos araras, havemos de estar caladinhos sôbre a restauração? Isto querem os Mécos; e portanto não quero eu; se o branco não quer fava, fava nêle".

### E mais adiante:

"Ainda assim há quem faça da restauração uma espessa capa de velhacos com que possam os tolos ocultar as mazelas do govêrno ou seus ocultos planos; êles são, contudo, tão conhecidos como é de todos o sublime mistério da Maçoneria vermelha, furta-cores, azul,

F. 5

<sup>(62)</sup> Cf. o trabalho do autor - "O tipógrafo Paula Brito".

<sup>(63)</sup> C. O. — Correio Oficial, queria dizer o articulista, referindo-se ao órgão do govêrno, então dirigido pelo cônego Januário da Cunha Barbosa.

<sup>(64)</sup> Aurora Fluminense, O Sete d'Abril e O Indígena do Brasil.

<sup>(65)</sup> Alusão ao *Bemtevi*, periódico de David da Fonseca Pinto, no qual era seu "testa de ferro" José Maria de tal, cf. acusação do pasquim D. Pedro 2.°.

preto e amarela como icterícia. Estas Maçonerias mal amassadas teem feito da restauração um magnete, iman ou pedra de cevar, que deve dar ao govêrno a fôrça e partido que êle teve em 7 de abril e que hoje não tem por se ter mostrado indigno de o possuir: Tiro lico-tico, Mané Coco, há-de cair teu grande bico. É a restauração, em suma, o rabo do cão de Alcibíades; como diria o sr. Malagueta se quisesse nos ajudar na presente crise restauratória, empulhatória, farelória, etc. Dos que falam hoje em restauração, depois que o cônego alevantou a excomunhão dessa palavra, uns acreditam em volta de Pedro I como Imperador ou Regente; os quais querem lhe opor barreira, sem que saibam o como. Outros só fingem acreditar na restauração porque isso convem à política do govêrno, que de política sabe menos que de cavalarias andantes sabia Sancho Pança; e da Jabiraca entende o Praia Grande. Estes que fingem acreditar na restauração esbravejam contra ela sem apresentarem contudo nem a razão porque andam furiosos, nem os meios de curar a moléstia. Ela tem cura fácil para o médico político que a quiser curar; mas isto é que êles não querem, seguindo em tudo a política da caixa londrina (66); portanto, sra. D. Restauração, vá roer cravinas d'Ambrosio Laméla (67). O povo infelizmente paga-se muito dos palavrões dêsses lobos com pele de ovelha; mas eu que sou brasileiro da oposição e por isso restaurador dos Direitos da Pátria, gosto de mais mula e menos gualdraba, como diria o sr. Malagueta (68) e o bom homem Ricardo, Em assuntos desta ordem eu dou pouco pêso aos palavrões, ignomínia, honra, deshonra, Oleré, Maia, Cabrobó, Mamados, Mamantes etc., etc. Não posso esquecer, como bem lembrou a Babosa, ou o sr. Caolho, que a Comissão da Fazenda e a Câmara (Augustíssima) nos puseram às costas, mas cobertos com as palavras -- honra nacional, uns bons trinta milhões de cruzados, que o hão de pagar restauradores e não restauradores (ouçam isto, srs. Eleitores do Mato), pois o Patriotismo Oleré, Maia Itinerante, João Paulo dos Santos Pisca-pisca

<sup>(66)</sup> Alusão ao Marquês de Barbacena e às acusações que lhe foram feitas.

<sup>(67)</sup> Ambrósio Laméla era o apelido de João Pedro da Veiga, irmão de Evaristo, livreiro como êle e o pai.

<sup>(68)</sup> Segunda alusão a Luiz Augusto May, redator da célebre Malagueta, então restaurador, apesar das agressões que sofrera sob o Primeiro Reinado.

(69) etc.; que nos vão organizar lei a favor da Liberdade e contra a restauração?... Isto é tão bonito e sincero como a resistência com armas que esta gente unida ao nosso govêrno Oleré está preparando contra a restauração de Pedro I".

Apesar da confusão do estilo, algumas informações úteis podemos colhêr do periódico, como, por exemplo, a contida no último parágrafo acima transcrito, plenamente confirmada por fatos posteriores: impressionado com o vulto que diariamente assumia a propaganda caramurú, pensava o govêrno extinguí-la de golpe, promovendo a suspensão de seus jornais, de curta duração, porém logo substituídos por outros.

Restaurador também, embora disfarçando ou atenuando os efeitos de uma declaração franca nesse sentido, eis como *O Restaurador* julga a dificil situação política em que então se encontrava o govêrno da Regência Trina Permanente:

"Eu não suponho a Regência restauradora (70), nem tenho secretas inteligências com Pedro e com a Europa contra as nossas Liberdades Brasileiras; como não posso crer que é um tolo o sr. Antônio Carlos Ribeiro d'Andrada, estou persuadido que a Inglaterra não quer a restauração. O que ela quer eu sei; mas não o digo porque estou engasgado com a Sra. Rainha da Monarquia das Batatas do Jornal do Comércio n. 235; eu bem podia tossir como tosse o Sr. Vasconcelos; e vomitar como vomitou o redator do Brasil Aflito; mas como dispenso enterros a Clemente (que não é Pereira), cà me fica meio engulido na garganta o fruto proïbido que chuchou o nosso Pai Adão. Nem me quero fucaro (?), sr. Evaristo, nem com as honras fúnebres do Clemente e as da Presiganga como tem sido premiado o sr. Doutor Cipriano José Barata. Se Antônio Carlos fôsse restaurador e acreditasse que a Inglaterra quer a restauração, ficaria na Côrte, em vez de ir à Europa; só tolinhos acreditam no contrário, ou quem é espião da Europa e traidor ao Brasil. Se a Regência acredi-

<sup>(69)</sup> Alusões a Saturnino de Sousa e Oliveira, a José Antônio da Silva Maia, que em 1831 acompanhara D. Pedro I a Minas, e ao brigadeiro João Paulo dos Santos Barreto.

<sup>(70)</sup> Indireta ao periódico intitulado Triumvir Restaurador ou A Lima Surda, como A Babosa, O Caolho, e o próprio O Restaurador, que os cita, atribuídos por Evaristo ao pasquineiro João Batista de Queiroz.

tasse na Mensagem Restauradora (71) nomearia outros ministros. Chichorrinho que deixou Alagoas com a guerra e desordem no mesmo pé em que a encontrou (72) e só pilhou a reeleição, não é ministro para se opor a Pedro I; a mesma Regência é que não crê na sua Mensagem. Quando a Regência acreditar na restauração, eu também acreditarei; mas quando o ministério fingir que crê na restauração, eu me passo logo a restaurador, assim como passou a inimigo de Pedro I João Antônio Rodrigues de Carvalho (73). Tenho como êle bom direito para virar a casaca e ser bom Patriota Oleré. A restauração dizem que é intriga contra Antônio Carlos; como porém isto de crer não é cousa livre, declaro que não creio em ser tudo uma intriga. E será conveniente a restauração? Deus é que sabe... A de Portugal em 1640 não foi má; D. Pedro não é cruel, diz a Aurora n. 826. e tem feito servicos à liberdade; o nosso govêrno é máu, diz o Carioca, Portanto que os entenda e comente Satanáz; nós, se não formos assassinados".

### "D. PEDRO 2.0"

Periódico exaltado, não duvidando pregar a união condicional com o govêrno, para a luta contra os restauradores, o D. Pedro 2.º figurou na Exposição de História do Brasil de 1881, mas não existe na Biblioteca Nacional, onde há, entretanto, outro de igual nome, porém de 1838. O de que nos ocupamos, pertencente à coleção do sr. Francisco Marques dos Santos, é de 1833, datados, os seus números 1, 4 e 5, nela existentes, de 14, 25 e 28 de novembro dêsse ano, impressos na Tipografia de Miranda & Carneiro, à rua do Espírito Santo n. 40.

<sup>(71)</sup> Refere-se à Mensagem que anunciando o perigo de uma próxima restauração dirigiu à Câmara o ministro dos Negócios Estrangeiros, Bento da Silva Lisboa, entretanto filho do restaurador Visconde de Cairú. (Ver, a respeito, o estudo do autor — "O Visconde de Cairú — jornalista e panfletário").

<sup>(72)</sup> Antônio Pinto Chichorro da Gama, ministro do Império desde 10 de outubro de 1833, fôra presidente das Alagoas de 26 de novembro de 1832 a 6 de julho de 1833, em plena vigência da revolta dos cabanos. (Cf. M. A. G. — Relação dos Cidadãos que tomaram parte no Govêrno do Brasil no período de março de 1808 a 15 de novembro de 1889, págs. 17 e 42).

<sup>(73)</sup> Senador pelo Ceará, nomeado por D. Pedro I em 1826. (Cf. Affenso de E. Taunay — Op. cit., pág. 152).

Duas epígrafes bem características abrem o D. Pedro 2.º:

"Não é o Soberano, mas sim as Leis as que devem Reinar sôbre os Povos". (Massilon). — "A liberdade da Imprensa é um dos mais fortes sustentáculos da Liberdade do Estado, e não pode ser coartada señão nos govêrnos despóticos. Todo o cidadão pode pois imprimir livremente os seus pensamentos, contanto que responda pelos abusos desta Liberdade nos casos que a lei determina" (Bonnin).

Dizendo-se simples patriota, propõe-se inicialmente a dizer verdades a seus leitores, a combater o surrado Partido Restaurador, composto de conluiados brasileiros natos e adotivos. Avisa aos retrógrados que não julguem possível o apoio dos exaltados, visto que nas últimas eleições, tendo combinado agir juntos, foram êstes traidos por aqueles.

Em requerimento dirigido ao govêrno, não duvida o anônimo redator concordar com o pedido de deportação dos papeletas, sugerindo ainda que os magistrados tenham ação nas cadeias, etc. Termina-o com vivas ao Imperador Americano e ao govêrno que persegue aos retrógrados e chumbos atrevidos.

Nesse primeiro número, confirma o D. Pedro 2.º quais os pasquins caramurús então atribuídos a David da Fonseca Pinto, perguntando, entre seus anúncios: "O redator do Homem de Côr, do Adotivo, do 7 de Setembro, será o mesmo que escreveu o Verdadeiro Patriota e muito nos insultou chamando-nos Cabelos Insubordinados? Quem disto souber e nos queira esclarecer, receberá alviçaras".

Outra lista de periódicos restauradores aparece no quarto número, assinalando-se o seu constante crescimento e audácia: "a ousadia que os escritores chumbáticos retrógrados têm tomado é a maior possível e por isso digna de severo castigo: a ouvirmos como um Papeleta, Lafuente, Esbarra, Meia Cara, Caramurú, Diário dos Fugidos e Belchior, sem respeito às autoridades e sem pejo algum brindam-nos com os insultos os mais extraordinários e pregam a vinda do Sr. Duque de Bragança, atacando o nosso Augusto Monarca, o Sr. D. Pedro 2.º, não podemos deixar de exclamar — O' Srs. do govêrno!! Que fazeis? Que é isto?" etc.

No mesmo exemplar são transcritos do Federalista Alagoense dois curiosos requerimentos femininos: Maria da Apresentação, viúva do tenente Antônio do Rêgo Aciolí Lins, morto pelos cabanos, e Ma-

ria Bruna de Melo, filha do falecido Joaquim dos Santos Bastos, morto em Japaratuba, "pelos inimigos do Brasil" — pediram licença para assentar praça de soldado de linha a primeira e para alistar-se como Guarda Nacional a segunda, tendo em vista vingarem a morte de seus parentes. Embora elogiadas pelo presidente das Alagoas, foram dispensados os seus oferecimentos, tambem bombàsticamente exaltados pelo referido periódico alagoano, que não deixou de solicitar a respectiva transcrição por seus colegas federalistas.

Um "cumprimento chumbático", por identificar alguns membros da Sociedade Militar, restauradora, merece ser aquí reproduzido, apesar de seu tom anti-português:

- "Adeus, meu Faxieli. Aonde báis, meu Faxieli?
- Bou-me à sucia Militari, ber gente boa falari.
- Quem são os faladores?
- É o grande Dabide, o Baependes (Baependí), o Montezurra (Montezuma), o Chanpaio (marechal Antônio Manuel da Silveira Sampaio), o Nóbrega, o Japiassú, o nosso grande Et Vacelari (Bacelar) e que morto estou para ver o Vernado Secretari labrar a iata; o grande Dabide, o Dabide da minha ialma".

O quinto número do D. Pedro 2.º começa por estranhar que tenha saído um periódico caramurú com o nome de Lafuente, pasquineiro "que os chimangos mandaram consumir nesse caudaloso mar em que o paquete que saiu para o Norte tinha de navegar". Muitos são os ataques a David Cachéu aí contidos, extensivos a Conrados, Totas e Machados de seu partido, à Sociedade Militar, etc.

Um anúncio de ex-deputado retrógrado por Sergipe, oferecendose para agenciar despachos na Alfândega ou para aderi. aos moderados, é assinado Oilute osu ai.

Uma lista de caramurús restauradores da Contadoria da Marinha mostra a vigência de hábitos de delação, comum a tantos pasquins da época. O mesmo é feito numa correspondência assinada pelo "Inimigo dos Restauradores".

A chegada de um criado de Antônio Carlos, a prisão do exarquiteto dos Paços Imperiais Pedro Alexandre Cavroé e de José Maria de Tal, "fâmulo do sr. David", seu "testa de ferro" como redator do Bemtevi e da Simpliciasinha — são comentados em "avisos"

do D. Pedro 2.º, com elogios ao ministro Aureliano Coutinho pelas deportações de "chumbos" que determinou.

Reforçando ainda mais a intriga contra os caramurús, termina o pasquim por denunciar, num "beliscão" ao juiz da Alfândega, Lúcio Soares Teixeira de Gouvêa, que 59 barrís de pólvora foram despachados para a casa de um papeleta.

A propósito do título dêste periódico, convém notar que Moreira de Azevedo, na "Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro", publicada na Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, deu-o simplesmente como Pedro II, ao passo que Max Fleiuss, em "A Imprensa no Brasil", no Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, apresentou-o, talvez por êrro tipográfico, como O Pedro II.

### "O CIDADÃO SOLDADO"

Vale a pena transcrever o "Prospecto" que abre o n. 1, provàvelmente único, do jornal *O Cidadão Soldado*, aparecido no Rio de Janeiro a 16 de novembro de 1833:

"Tendo visto o enxame de periódicos que de contínuo aparecem em público, e que diàriamente mais engrossam as fileiras restauradoras, ainda que sejam pirilampos que mudam a face luminosa a cada instante, já se apresentando com um título, e já com outro, porém sempre com infames doutrinas, inculcando aos incautos grande opinião e fôrça dêsse partido; entretanto que c partido liberal parece que fiado na justiça de sua causa se conserva com o mesmo número de jornais, os quais pouco ou nada têm aumentado. Por êste motivo, pois, nós que no coração nos arde o fogo da mais pura liberdade, não quizemos por mais tempo tornar-nos (sic) mudos à vista do horroroso futuro que à nossa Pátria ameaça; e resolvemos por meio da escrita apresentar a nossa opinião, publicando em linguagem franca o presente periódico ao qual damos o título de — Cidadão Soldado — porque votados à carreira das armas, temos em vista que êste jornal fale à Pátria em nome da classe a que pertencemos e faca oposição ao abjeto partido, tanto com o caráter de soldado, como de cidadão, e para desmentir o que talvez muitos supõem, que todos os militares estão ligados ao bando inimigo das livres instituições; porém enganam-se, porque o soldado livre há-de sustentar a Revolução e Govêrno de 7 de abril, e a classe briosa de militares, maculada e ferida por um punhado de homens armados que se dizem também militares, não sendo senão inimigos da Pátria. Baseados neste princípio começaremos o nosso primeiro número, os mais não terão dias certos, porém aparecerão mais a miúdo que possível for: não recebemos assinantes e nem é o nosso fim tocar em vida privada de pessoa alguma; falaremos em política; sustentaremos a Gloriosa Revolução e faremos rígida oposição aos infames restauradores. Quando tivermos de censurar atos não justos de empregados públicos de qualquer classe que sejam, falaremos como cidadão e declaramos que o govêrno não ficará livre da justa censura quando merecer, e bradaremos aos nossos camaradas, quando a Pátria perigue — às armas!!"

Dando desempenho a êste programa, tem em vista O Cidadão Soldado obedecer, também, à epígrafe transcrita do Tratado da Força Armada, do general Tarayre:

"Em todo o país o soldado deve ser bom Cidadão e votar-se à defesa da pátria e da liberdade, deve com cuidado conservar o amor do povo, sendo sempre obediente às Leis e nunca deliberante, nem auxiliário do poder absoluto".

Começa o jornal de título militar e redigido por militar por combater a Sociedade Militar, cuja existência entre nós diz não compreender, pois fingindo defender D. Pedro II e a Constituição, quer propagar prejuízos de classe e tramar a "restaurapção do ex-déspota do Brasil". Lembra, a propósito, o que diz o estatuto de 1824: "A força armada é essencialmente obediente e jamais se poderá reunir sem que lhe seja ordenado por autoridade legítima". — "Nós somos soldados" — diz o jornalista — "queremos as regalias de nossa classe; porém não desejamos nada que se oponha à Lei".

Ainda quanto à Sociedade Militar, cita os seus chefes, duramente classificados: um Sampaio, que sempre foi figadal inimigo de tudo quanto é livre e se diz constitucional; um Conrado (Niemeyer), perseguidor dos brasileiros, encarregado de plantar o absolutismo no infeliz Ceará; um Andrêas (sic), acusado pela província do Pará, sempre servo humilde do ex-déspota; e, afinal, "o catavento político — o bravo general Morais!"

Sôbre a agitação política do momento, diz O Cidadão Soldado:

"É realmente digno de censura o pouco aprêço que o govêrno tem dado às representações que lhe tem dirigido as Câmaras Municipais e Sociedades patrióticas, pedindo providências sôbre o iminente perigo que à porta nos bate e a altivez de certos empregados que gozam de tôdas as regalias no meio da sociedade que os acolhe e a quem êles querem precipitar às bordas do abismo, por seu aferro a princípios anti-nacionais que trariam a esta porção do abençoado terreno o luto e a dor; porém desenganem-se os malvados escravos do déspota, que nada conseguirão".

O Cidadão Soldado, impresso na Tipografia Americana, de I. P. da Costa, à rua Detraz do Hospício n. 160, figurou na Exposição de História do Brasil, de 1881, em cujo Catálogo teve o n. 3.978. Não existe, porém, na Secção de Jornais e Revistas da Biblioteca Nacional. Servimo-nos do exemplar pertencente à coleção do sr. Francisco Marques dos Santos.

### "O SOLDADO AFLITO"

Com a epígrafe "Satis, superque", apareceu, a 19 de novembro de 1833, no Rio de Janeiro, o pasquim O Soldado Aflito, exclusivamente destinado a denunciar e comentar três crimes de homicídio praticados por elementos políticos ligados ao Partido Moderado, então no poder.

Sob o título "Horroroso atentado" transcreve da Gazeta Comercial, da Baía, de 8 do mesmo mês, a notícia do assassinato, no dia 7, na praça do Palácio, do alferes José Joaquim Ribeiro Moreira, cometido por Francisco Sabino Álvares da Rocha (Vieira) — que depois seria a primeira figura da importante revolta de 1837-1838 que por sua causa se denominou Sabinada.

Comentando o acontecimento, declara desmascarada "a facção". "Esta Capital foi testemunha do assassinato cometido pelo filho de um dos Regentes na pessoa do redator do *Brasil Aflito*, jornal escrito com valentia e independência. Para desculpar-se o crime (se é que é possível desculpar-se tão horroroso atentado) fizeram publicar que aquele escritor havia insultado em sua folha a família do assassino. Pediu-se que se indicasse o número do *Brasil Aflito* onde se publicou o insulto. Não se podendo fazer, porque era falso, recorreu-se ao es-

tratagema de que em audiência de um juiz, dissera êle os insultos. Pede-se a certidão da contestação única que houve entre a vítima e o tigre ocorrida há dois anos, pouco mais ou menos! E nada de satisfatório se mostra (a) despeito de todos os empenhos... Mas suponhamos que existia o fato. É porventura a espada de um assassino o Tribunal e a Lei que deve vingar a honra ofendida? Durante dois anos não achou o ofendido oportuno o fazer punir o seu difamador competentemente? E guarda silêncio para o assassinar quando êle menos o esperava? O caso é que o sr. Clemente era escritor de uma das folhas mais independentes da Capital. Tendo se achado ligado com os Srs. Limas e demais consócios antes de Sete de Abril, tinha em sua mão documentos com que podia provar até que ponto chegaram os planos parricidas e tenebrosos dos corifeus da facção detestável. Ele mesmo, segundo dizem, fôra aquele que recebera o punhal, que devera deixar órfão o Brasil, cobrindo-o de luto e de infâmia nos Anais dos Povos civilizados!! Portanto, um tal homem não devera viver.

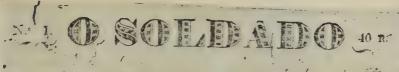
"Na Paraíba o redator do Raio (74) é igualmente assassinado pelo facinoroso Repúblico — o Fundador e Pai da Sociedade Defensora dos Chimangos! (75) O redator do Raio era federalista e da oposição! Seu crime era acusar os velhacos, denunciar os ladrões e punir com forte e justa censura os inimigos de nossas liberdades, os inimigos do Brasil. Devera por consequência morrer".

O caso de Lafuente, inimigo de Evaristo da Veiga, é recordado a seguir pelo Soldado Aflito:

"O sr. Lafuente, que em frase dura havia se desafrontado das negras calúnias com que os chimangos tanto se esforçaram por roubar-lhe a honra e bem merecida reputação; o sr. Lafuente, que havia sido constante à cabeceira do redator do Brasil Aflito, e que o acompanhou até depositar suas cinzas no Azilo comum da Humanidade; o sr. Lafuente que havia ficado de posse dos interessantíssimos documentos possuídos pelo assassinado redator do Brasil Aflito —

<sup>(74)</sup> Aliás O Raio da Verdade, cf. Diógenes Caldas — "Jornais, Revistas e outras publicações periódicas de 1826 a 1908", do Estado da Paraíba, catálogo incluído nos Anais da Imprensa Periódica Brasileira, tomo especial da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1908, parte II, vol. I, pág. 371.

<sup>(75)</sup> Vide o trabalho do autor — "O Repúblico Antônio Borges da Fonseca".



# AFFLICTO.

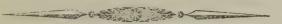
Satis, superque!

RIO DE JAN.

TERÇA FERA 19 DE NOVEMBRO

DE 1833.

Rio de Juneiro. Na Typographia do Diario, de N. L. Vianna. 1838.



### MORROROSO ,ATTENTADO !!!

Palacio, o Alferes José Joaquim Ribeiro Moreira, por Francisco Sabino Alvares da Rocha!!! Hum tal attentado cucheo de horror a toda Cidade! O assassino acha-se prezo; que, se já o estivesse, pelo que fez ao Redactor do Jornal de Commercio, inmão da Infeliz Victima, no dia 31 de Outubro, não commetteria em 7 de Novembro hum novo crime!!!

Que bello exemplo de respeito á Lei, dá ao Publico, hum homem que se inculca por amigo da boa ordem!!!

Teciamos hum coração de fera, se deixassemos de lamentar a perda de lium bom Pai de l'amilias, bom Amigo, e bom Cidadão!

Patece incrivel, que à tanto se affontasse o assassino! N'uma Praça publica! Defronte do Palacio do Governo! Afrente de huma Guarda!!! Le quem se poderá contar segnro!!!!! Cahe-nos a penna da mão, e horzorisados, não pedemos continuar!!!!!

(Gazeta Commercial da Bahia de 8 do corrente)

A Facção está desmascarada! A intriga, e a calumnia, houve tempe que a satisfez. As Perseguições as mais perfidas, e iniquas, are certa epoca forto um meio, com que e atrodió os malvados,, para dominar as consciencias livres dos nossos Concidadãos. A coragem e o desinteresse na la pariotico

Inteiramente dedicado aos crimes políticos de que foram acusados os moderados em 1833, no Rio de Janeiro como na Baía e na Paraíba. O Soldado Aflito mostra a que excessos atingiu a efervescência política durante a Regência Trina Permanente.

(Fac simile da primeira página do exemplar pertencente ao Sr. Francisco Marques dos Santos).



devera ser morto claramente, ou deportado para bordo de uma embarcação de guerra, onde pague, como grumete, os *crimes* que acabo de mencionar, embora a Constituição, que conservou e manteve os direitos adquiridos dos Cidadãos, o proïbisse. Os facciosos não têm Lei, quando se trata de satisfazer seus ódios infames ou seus interêsses individuais. O sr. Lafuente não é nobre, tendo sido primeiro cadete! Pode ser grumete! Nobre é o sr. Torres e Aureliano" (76).

Seguem-se comentários ao crime de Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira. De acôrdo com êles, já a 31 de outubro havia o façanhudo cirurgião e político tentado matar um irmão de sua vítima, Vicente Ribeiro Moreira, redator do Jornal do Comércio da Baía. A morte do alferes Ribeiro Moreira é assim narrada pelo Soldado Aflito:

"As dez horas da manhã, na própria praça do Palácio do Govêrno, achando-se o Presidente à janela (77), em dia de Relação, cuja casa é igualmente nessa praça — tranquilamente passava o sr. alferes Ribeiro Moreira, quando dêle se aproxima Francisco Sabino Alves (sic) da Rocha Vieira e tirando de uma faca lha cravou no estômago com tal fúria que em hora e meia deu a infeliz vítima a alma ao Criador! O povo que se achava na praça, cheio de horror correu sôbre o monstro e o prendeu. A faca foi levada ao Presidente e em poucos instantes um concurso imenso de povo corria a inquirir do caso. Nada porém excitou tanto o horror do povo como ver que o morto não tinha um alfinete siquer sôbre si !!! Tal era sua confiança nas Leis!"

Também informações sôbre o assassino, úteis pela importância que depois assumiu na história baiana, aí aparecem, dignas de transcrição:

"Terminaremos êste nosso grito de desesperação e de dor, declarando ao público que o assassino era o redator da folha a mais infame que jamais se publicou no Brasil — O Investigador — da Baía.

<sup>(76)</sup> Joaquim José Rodrigues Torres, então ministro da Marinha, e Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, então ministro da Justiça, futuros viscondes de Itaboraí e Sepetiba.

<sup>(77)</sup> Presidia a província da Baía o desembargador Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos. (Cf. M. A. G. — Relação dos Cidadãos, cit., pág. 52).

Amigo íntimo e de tu do sr. Lino Coutinho, era por êle protegido como o seu botafogo (78); ajudante de cirurgia de profissão, há pouco havia sido despachado lente da Academia Médico-Cirúrgica daquela Cidade; e finalmente em inteira privança com o sr. Martins, redator do Diário da Baía e mais Juiz de Direito do crime e Chefe de Polícia da mesma Cidade (!!!), foi nessa fôlha muito e muito desculpado a respeito do primeiro assassinato (79) por êle cometido no dia 31 do mês passado e como acoroçoado a perpetrar o outro. O número do Diário da Baía a que nos referimos publicou-se no dia 6 do corrente e o monstro perpetrou o assassinato no dia imediato, isto é, no dia 7!!! (80).

"Tôdas essas circunstâncias, unidas ao gênero de vida do matador, já em outras ocasiões preso como turbulento e furioso demagogo, depois de ter sido escravo, mas sem mérito, e por isso não premiado (?) — devem merecer a maior atenção do povo, afim de conhecer a crise em que se acha!!! Satis, superque!" (81).

Declarando-se militar, assim termina seu único artigo O Soldado Aflito:

"A dor que me causou a morte atraiçoada de um meu companheiro d'armas, não me permite, Honrados Patrícios e camaradas, o estender-me mais sôbre um assunto que tantas idéias arrasta consigo. Cada um, refletindo no que tem visto, e talvez em os fatos de que

<sup>(78)</sup> Desordeiro, capanga, agente provocador.

<sup>(79)</sup> Não se distinguiam então os assassinatos das simples tentativas, como se depreende dessa e de muitas outras referências contidas em jornais da época. Martins, aí citado, é Francisco Gonçalves Martins, depois influente político, senador, Barão e Visconde de São Lourenço. (V. Luiz Viana Filho — A Sabinada, 1938, pág. 73).

<sup>(80)</sup> A ser verdadeira a alegação do Soldado Aflito, aí temos outro exemplo de como podiam se tornar instigadores de assassínios os periódicos das Regências.

<sup>(81)</sup> Tôdas essas agravantes transformaram-se em atenuantes no decreto de anistia com que a 27-XI-1834 a Regência Trina Permanente houve por bem libertar o futuro chefe da sabinada, um dos revolucionários brasileiros de mais original formação mórbida, merecedor de sério estudo psiquiátrico. Havia sido o famoso Dr. Sabino condenado a seis anos de prisão, com trabalhos, pelo juri da vila da Cachoeira, a 29-VII-1834. Comutou a Regência essa pena para degrêdo na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, por igual período, a 3 de outubro seguinte. Julgando ainda pequeno o benefício, indultou-o definitivamente, na data citada. (Cf. Correio Oficial, tomo IV, n. 14, de 19 de janeiro de 1835).

tem sido vítima, descobrirá o que mais não expendo e concluirá o procedimento que deve ter, como cidadão de um país constitucional e livre. O Soldado é também Cidadão; sua existência está ligada com a sorte do Estado. Escravo, êle será também escravo ou opressor; livre, êle será livre e desempenhará o mais honroso dos deveres o — Sustentar a Ordem e as Leis. Quís... Tam patiens Urbis, ut teneat se? (Juvenal)".

Ainda sôbre O Soldado Aflito resta-nos dizer que êsse jornal, impresso na Tipografia do Diário, de N. L. Viana, embora constasse da lista de periódicos antigos em 1863 levantada por Melo Morais, não apareceu na de 1865, de Moreira de Azevedo, nem figurou na Exposição de História do Brasil, de 1881. Erradamente deu-o como de 1839 a "Relação dos Jornais Brasileiros publicados de 1808 até 1889", do conselheiro Rafael Arcanjo Galvão, tendo acompanhado êsse "Catálogo manuscrito da Biblioteca Nacional" o sr. Gondin da Fonseca, em sua Biografia do Jornalismo Carioca, de 1941 à pág. 305. Não o possuindo a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, servimo-nos do exemplar pertencente à opulenta coleção do sr. Francisco Marques dos Santos.

### "O BURRO MAGRO"

O Burro Magro, pasquim exaltado, que entre 23 de novembro de 1833 e 10 de janeiro de 1834 deu três números no Rio de Janeiro, teve um espécime na Exposição de História do Brasil, de 1881, apresentado por D. Antônia R. de Carvalho, sob n. 3.937. Possue a sua coleção a Biblioteca Nacional, como também os números 1 e 2 o senhor Francisco Marques dos Santos.

Impresso na tipografia de Lessa & Pereira, à rua Detraz do Hospício n. 222, traz a seguinte epígrafe, talvez involuntàriamente apropriada: — "A ignorância é mãe do atrevimento".

O artigo de apresentação mostra como havia descido a compreensão do jornalismo, entre nós, durante o agitado período das Regências:

"Muita gente se há de admirar de que um Burro se meta a rabequista no meio da orquestra periodiqueira; porém como agora cada um faz o que quer, eu quero divertir-me desta forma, e pretendo desbotar os telins emprestados com que alguns Burros meus colegas andam campando cheios de ufania e dando coices em todo o mundo. Belo! Basófia no caso! Para redator noviço o princípio não vai mau; e que vivam as luzes do século!!

"Já me parece ouvir os zoilos saltando-me às ancas e cobrindoas da baba peçonhenta da mordacidade; se o fizerem, ficará isso em desconto dos meus pecados; mas, quanto à desforra, protesto tirá-la com usura. Se perguntarem o que vem fazer à cena um Burro Magro responderei: o mesmo que os outros fazem; encaminhar a opinião pública; ensinar ao govêrno a governar; e propagar as luzes da minha candeia. — E então não é êste um honesto meio de vida adotado por muita gente boa?! Olá, se é".

Critica depois os emprêgos distribuídos a antigos inmigos, "garrafistas" ou desejosos da vinda do Messias.

Sob o título "Vamos ao Carunxo", discute O Burro Magro com o Jurista Gordo (o Visconde de Cairú), "chafariz das ciências" (82), lembrando-lhe o seu servilismo em 1823 e a sem-razão de combater os periódicos liberais, que agem contra a restauração do "tirano, louco, devasso e imoral" D. Pedro I.

"Aos brasileiros de meia-cara" é outro artiguete em que alguns importantes restauradores são nominalmente citados e insultados: Cairú, Montezuma, Paiarrão do Castelo, brigadeiro Morais, Conrado (Niemeyer), Sem Batalhas (Abreu e Lima).

O mesmo faz na "Baía das Novidades — 3.º dia da Lua", onde, a pretexto de noticiar as entradas de navios no pôrto, como usavam os jornais sérios da época, faz depreciativas alusões às folhas caramurús e a seus redatores. Assim a lancha Manteigueiro, tendo por mestre o Jurista Lobo (Nicoláu Lobo Viana) — é o Diário do Rio de Janeiro, apelidado Diário da Manteiga, porque pelo seu primitivo preço, 20 réis, também se comprava certa porção de manteiga, nos bons tempos de seu aparecimento. O caíque Sete (d'Abril), tendo por mestre Bons desejos (Bernardo de Vasconcelos, pretendente à volta ao ministério) e destino desconhecido. O corsário Acaiaba, trazendo por mestre Francisco Gê (Montezuma). A barca Defensora, a canoa Aurora, o calhambeque Esbarra (mestre David Laméla de Cachéu), o patacho Indígena (do Brasil), a náu de linha Moderação, o bergantim Juiz de Paz, a fragata Relação (comandante Libório Esmurrado, isto é, Ho-

<sup>(82)</sup> Vide o estudo do autor — "O Visconde de Cairú — jornalista e panfletário".

nório Hermeto Carneiro Leão), a charrúa Verdade e o saveiro Teatrinho (patrão — o cavalheiro Queiroz, como já foi explicado) — são também citados na lista pretensamente humorística do Burro Magro.

As condições financeiras dos pasquins da época podem ser aquilatadas pelo "aviso" que encerra o primeiro número:

"O Burro Magro não aparecerá em dias regularmente determinados; a entrada dos cobres é que determinará a saída da folha; o preço é o mais módico possível. E quem deixará de comprar um Burro por 40 réis?"...

Parece ter sido bem recebido o primeiro número, pois o segundo, datado de 3 de dezembro, começa por mostrar-se orgulhoso do seu papel de "orgão da Soberana Opinião Pública":

"Está aproveitado o meu talento! Eu sou um escritor público! Tenho licença para rabiscar papel, seja a bem ou a mal do gênero humano. Mas eu estou admirado !... O garbo, a facécia e o ar de importância com que empunho a pena para censurar os atos alheios, às vezes só por uma leve informação, parecem-me tristes resultados de feitiço que me deitaram; porque, a falar verdade, eu não era assim! O homem que não pensa como eu, é, no meu conceito, péssimo, mal encarado, insignificante, enfim um ente desprezível e sem merecimento. Se vejo um fidalgo, senador ou Béca, figura-se-me encontrar o diabo côxo; faço-lhe cruzes, conjuro-o e rogo-lhe pragas até o perder de vista; e se êle tem a temeridade de não me cumprimentar com o acatamento que é devido àqueles que escrevem para o público, tiro da algibeira o lápis e tomo nota na carteira para pôr-lhe a calva ao sol; enfim, eu sou um Redator, sem tirar nem pôr. O govêrno deve marchar para o lado que eu indicar; a minha opinião deve ser o seu norte, porque eu sou orgão da Soberana opinião pública! E se não... alistá-lo-ei no rol dos caramurús. Vejam até que grau chegam os burros nêste mundo!"

No artigo "A moderação e O Burro" é comentada a má recepção que teve o jornal entre os moderados.

"Mais na cabeça" — é o título de outro artigo contra o govêrno.

Também a má recepção que mereceu do Jurista (Cairú), foi apreciada pelo Burro Magro da seguinte forma, em seu período final:

"Se o Silva Lisboa, o Cairú e o Jurista não emporcalhassem a tantos brasileiros honrados, com seus vômitos nojentos de pútrida bílis, não estariam os bons do povo convencidos de que qualquer dos três isolados é capaz de produzir peste, fome e guerra — e unidos de fazerem a desgraça do Brasil, ensinando os incautos a acreditarem que tudo se deve ao Tigre português e nada à Pátria".

Como no número anterior, também neste a última página foi reservada à gracinha das notícias marítimas com alusões aos jornais dos adversários. Entre êles a sumaca Vergonheira, o batelão Lord Castro, o galeão Correio d'Oficio (Correio Oficial), a chalupa Soldado, mestre Cidadão, carregada de gigos e barricas vazias, fazendas para a Loja da Pobreza e flores de penas, arribada da Baía da degradação em demanda do pôrto da Regeneração, porém esperando combóio. (Trata-se do penúltimo periódico aquí examinado. O Cidadão Soldado).

Passada a crise da ação oficial e particular contra os restauradores, ocorrida durante o mês de dezembro e culminada com a destituição do tutor José Bonifácio e ataque às tipografias que imprimiam jornais caramurús — só em janeiro de 1834 apareceu o terceiro e provàvelmente último número do Burro Magro.

Ainda insatisfeito com as depurações havidas, insere um artigo intitulado "O Patriotismo ou a Liberdade e Inteiresa à meia-cara" — em que dirige ironias à moderação e à Regência, embora já sem o tom violento de escritos anteriores, et pour cause... Todavia, comenta a demissão do Patriarca e jocosamente alude ao medo que a muita gente assaltou, diante dos acontecimentos dos dias 2, 5 e 6 de dezembro de 1833.

O título do pasquim apareceria mais tarde, em 1854/1855, em O Burro Magro Jogando de Garupa nas Plagas Russianas, alusivo à guerra da Criméia. Confundindo-o com o anterior, de 1833/1834, Rafael Arcanjo Galvão, em sua "Relação dos Jornais Brasileiros publicados de 1808 a 1889", inédita na Biblioteca Nacional, deu O Burro Magro como datado daqueles dois anos da guerra longínqua e apesar disto com repercussões jornalísticas no Brasil.

#### "O ANDRADISTA"

O n. 1, provàvelmente único, dêsse periódico caramurú, por Evaristo da Veiga colocado sob a responsabilidade do panfletário David da Fonseca Pinto, datado de 26 de novembro de 1833, não figura no Catálogo da Exposição de História do Brasil, apesar de ter aparecido nas relações de jornais de Melo Morais, Moreira de Azevedo e Rafael Arcanjo Galvão e de existir na Biblioteca Nacional, onde o consultamos.

Nada mais tendencioso que sua epigrafe, do poeta Alvarenga:

Vale mais que um Reino um tal vassálo Graças ao Grande Rei que soube achá-lo.

Também não deixa dúvidas a respeito de sua côr política o ter sido O Andradista impresso na Tipografia Paraguaçú, daquele conhecido agitador caramurú, administrada por Clarindo Vargas de Azeredo Coutinho, um de seus "testas de ferro".

Saüdades de D. Pedro I, elogios ao Velho Venerando, Patriarca da Independência, etc., além da declaração de querer no govêrno Antônio Carlos, Martim Francisco e José Bonifácio — aparecem em suas páginas. Apesar de violenta e de abundante em maiúsculas e exclamações, sua linguagem é melhor que a habitual na imprensa da época, inclusive na de que era responsável o mesmo David Cachéu — motivo pelo qual não seria extranhável que em sua redação tivesse tomado parte o próprio Martim Francisco ou qualquer amigo mais esclarecido dos Andradas.

Atacando a Sociedade Defensora e o jornaleco O Indigena do Brasil, diz O Andradista ter êsse pasquim convidado os brasileiros para novas "vésperas sicilianas", nele figurando um antigo capacho da Marquesa de Santos.

Para contrabalançar a propaganda andradina neste e noutros jornalzinhos feita então, vamos transcrever os seguintes mote e glosa publicado no *Sete d'Abril* do mesmo tempo, ricos em alusões identificadoras:

119.365 F. 6

### MOTE

Na têta do desengano Muita gente está mamando (83). Mamam gigantes Andradas, Caramurús vão chuchando.

#### GLOSA

A mesa dos engeitados,
Agora ficou mamada.
Pobre gente malfadada,
Todos oito rejeitados
Quem serão os deputados?
Nem o Chico mexicano,
Nem Martim, nem seu mano,
Nem Gustavo (84), nem Japí (85),
Deixam de chuchar aquí
Na têta do desengano.

Ah! vergonha dos gigantes!
Oh! malditos moderados!
Andradas assim deixados,
Quais pirrônicos gigantes
Ou cansados Rocinantes?
Pobre Rio miserando,
Eu já vou augurando
Bernardas, rusgas, patadas,
Porque junto com os Andradas
Muita gente está mamando.

<sup>(83)</sup> Mamar, na linguagem da época, significava, de modo geral, receber dinheiro dos cofres públicos, mas também aderir, de qualquer forma, aos moderados no poder.

<sup>(84)</sup> Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, desembargador e deputado, que seria ministro da Justiça e do Império do Regente Feijó, em 1836.

<sup>(85)</sup> Cândido Ladisláu Japiaçú, ouvidor em São Paulo por ocasião do assassinato do panfletário Badaró, depois desembargador e ardente defensor dos Andradas.

Quais rafados tubarões
Cairam todos na pêta,
Agora mamam na têta
Dos Matracas e dos Girões (86).
Por isso tais papelões (87)
Merecem mil pateadas,
Uma grosa de lambadas
Com xarope de babosa,
Pois com gente bem tinhosa
Mamam gigantes Andradas.

Pedroso mamou na têta (88), O Getulio na babosa (89), Mas é cousa pouco airosa Os Menezes (90) têm gorgeta Lá no fundo da gaveta.

<sup>(86)</sup> Alusão à Matraca dos Farroupilhas, jornal de João Batista de Queiroz, e a Luiz Antônio da Silva Girão, redator da Trombeta, acusado de ter tomado parte no motim de 12 de setembro de 1832, cujo processo se guarda na Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. (V. Catálogo da Exposição de História do Brasil, n. 7.525).

<sup>(87)</sup> Brasileiros assemelhados aos papeletas, portugueses que mantinham sua nacionalidade de orígem.

<sup>(88)</sup> Alusão a O Par de Têtas, "jornal satírico e político" de 1833.

<sup>(89)</sup> Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça, presidente da Paraíba em 1828 e 1829, depois vereador à Ilustríssima Câmara Municipal da Côrte. (Cf. Francisco Marques dos Santos — "A Coroação de D. Pedro II", na revista Estudos Brasileiros, do Rio de Janeiro, vol. 7, números 19-20-21, do 2.º semestre de 1941, pág. 52. E A Babosa, pasquim de 1833, alusivo a Libório Babosa, apelido de Honório Hermeto Carneiro Leão, ex-ministro da Justiça e futuro Marquês de Paraná.

<sup>(90)</sup> Antônio de Menezes Vasconcelos de Drumond, amigo e panegirista dos Andradas, jornalista e diplomata, e seus irmãos: Gaspar, que chegou a brigadeiro, e Luiz, capitão, administrador da Alfândega da Côrte e Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. (Cf. Anuário Genealógico Brasileiro, ano I, 1939, pág. 272 e Revista do Instituto de Estudos Genealógicos, n. 1, de 1937, pág. 57 ambas as publicações de São Paulo).

Gama (91), o dedo vai chupando Vai Almeida (92) resignando, Menezes perdeu o tino, Castro Alves (93) tocou sino Caramurús vão chuchando (94).

### "O TAMOIO CONSTITUCIONAL"

Também pode ser considerado jornal nitidamente andradista, senão mesmo orientado ou redigido pelos irmãos Andradas (exceto Antônio Carlos, ausente na Europa, em missão de sondagem das intenções do Duque de Bragança), O Tamoio Constitucional, no Rio de Janeiro aparecido a 27 de novembro de 1833. Indica-o, o fato de ser melhor escrito que outros da mesma época e, sobretudo por mostrar maior conhecimento de ocorrências anteriores, comentando-as com agudeza. Evaristo da Veiga, porém, atribuíu-o à fábrica de pasquins que então mantinha o mercenário paulista João Batista de Queiroz, ainda nesse ano membro do Conselho de Jurados "para os excessos da liberdade de imprensa". (95).

Não tendo figurado na Exposição de História do Brasil, de 1881, nem existindo na Biblioteca Nacional, possue um exemplar, talvez único, a coleção de periódicos do Sr. Francisco Marques dos Santos. Era O Tamoio Constitucional impresso na Tipografia Fluminense, de Brito & Cia..

Começa o pasquim por tendenciosa epígrafe do então Regente José da Costa Carvalho, quando em 1821, sendo ouvidor interino de São Paulo, com outras pessoas dirigiu uma representação ao

<sup>(91)</sup> Refere-se a Bernardo José da Gama, Visconde de Goiana, ministro em 1831, presidente deposto do Pará, no mesmo ano.

<sup>(92)</sup> Talvez José Manuel de Almeida, ministro da Marinha em 1831.

<sup>(93)</sup> Deputado Antônio de Castro Alves, ou Álvares, que nada tem a ver com o poeta.

<sup>(94)</sup> Cf. José Vieira Fazenda — "Aspectos do Período Regencial", na Revsa do Instituto Histórico, cit., tomo 77, parte I, de 1914, vo. 129, páginas 58-59.

<sup>(95)</sup> Cf. Almanaque Nacional do Comércio, para 1832, pág. 134.

# OTAMOYC

# CONSTITUCIONAL.

Aperspectiva ameacadora de tantes males convanceu os habitantes desta Capital da necessidade de se reunirem para obrareia de comun accordo, e tratarem de medidas, que as circunstancias exigem á bem da Patria.

(Ouridor Interino J. da C. Carralho com vatros habitantes de S. Paulo i P. 1." en 1821.)

By, Muminense, de Brito e C. Praça da Constituição Nº 61.

Laborão em terrivel engano político os sinceros amigos do Brasil, e do Sar. D. Pedro 2. Imperador Constituicional, Nasilo no Brasil. Dizem alguns delles que a tirania do Ministerio, ou do Governo em que fallão os intitulados i estauradores deve acabar quer com a morte d'algum Regente doentio, quer com o fim da Minoridade do Nosso Orfão Nacional, quer \*com a eleição do Novo, e unico Regente em 1834. Estas esperanças parecem á nos elluzorias em razão de circunstancias que cumpre examinar, se não queremos com falsa esperança dar tempo a que os mandões disponhão do l'ovo à seo geito: Como tractamos de convencer à Caramurus pacificos, vinimigos de rusgas, posto que fação opposição aos desvarios do Governo, admittiremos por hipothese, e argumentação quanto elles dizem contra o doverno, embora ontra seja a nossa opinião. Elles affirmão que no Brazil actualmente so existem dois Pertidos preponderantes, que podem merecar attenção do Povo Brasileiro, e dos Gabinetes d'Europa, e America. Hum, que he o dos chimangos tendo por Chefe o Sr. Evaristo, e por Vice-Chefe a Regencia (t. a asserção hipothetica) outro da Opposição, ou Caramurus, cuja cabeca he o Sr. Joze Bonifacio em qualidade de Tutor, e proclamador da Independencia; do qual Partico he Vice-Chefe o Sur. Monto de des ?? ass. hip. ) Mais afficmão que o Partido Chimango he Auentdo lumas 1, 4's pela Política de Londres, outras pela da Russia, e algumas veses pela da Turquia, quando soltos seguem seo instituto, le vinganças, e atrocidades de assechip.) E. confirmação desta hypothese, avanção e. Caramucus que hum Capitan Calimango he capaz do arruinar o Imperio, e deixu hum Embaixador na Salla de docel a espara da Audiencia de recepção, caso tenha de seguir Ilgum corneta inimigo do tempo da escola, pera vingar-se delle fig la que soja, se mas não for possivel na

Pelo título como pela posição partidária assumida, O Tamoio Constitucional pode ser considerado típico entre os pasquins andradistas dos fins de 1833. Evaristo da Veiga atribuiu sua responsabilidade ao periodiqueiro João Batista de Queiroz.

(Reprodução do exemplar pertencente ao Sr. Francisco Marques dos Santos).



Principe-Regente D. Pedro, da qual destacou o jornal o seguinte trecho, visando torná-lo mais uma vez atual:

"A perspectiva ameaçadora de tantos males convenceu os habitantes desta Capital da necessidade de se reunirem para obrarem de comum acôrdo e tratarem de medidas que as circunstâncias exigem a bem da Pátria".

Os campos políticos de fins de 1833 são assim apresentados pelo novo *Tamoio*, cujo título lembra o célebre jornal de 1823, redigido por Antônio de Menezes Vasconcelos de Drumond, tambem andradista, que deu causa imediata à dissolução da Constituinte:

"Como tratamos de convencer a caramurús pacíficos, inimigos de rusgas, pôsto que façam oposição aos desvarios do governo, admitiremos por hipótese e argumentação quanto eles dizem contra o govêrno, embora outra seja a nossa opinião. Eles afirmam que no Brasil atualmente só existem dois Partidos preponderantes, que podem merecer atenção do povo brasileiro e dos gabinetes d'Europa e América. Um, que é o dos Chimangos, tendo por chefe o Sr. Evaristo e por vice-chefe a Regência (1.ª asserção hipotética); outro da oposição, ou Caramurús, cuja cabeça é o Sr. José Bonifácio, em qualidade de Tutor e Proclamador da Independência; do qual partido é vicechefe o Sr. Montezuma (2.ª asserção hipotética). Mais afirmam que o Partido Chimango é influído umas vezes pela política de Londres, outras pela da Rússia e algumas vezes pela da Turquia, quando soltos seguem seu instinto de vinganças e atrocidades (3.2 asserção hipotética)... Afirmam últimamente que o Partido da Oposição, conquanto respeite a política dos gabinetes europeus ou americanos, segue firme, não obstante, uma sã política brasileira e estão dispostos a sofrer tudo para não sacrificarem a monarquia e o Monarca Órfão Nacional (4.ª asserção hipotética). Admitindo que é verdade quanto fica dito, claro é que as esperanças se desvanecem todas e ficarão de mama os sinceros amigos da Constituição e do Sr. D. Pedro II, como passamos a demonstrá-lo. Os Reis d'Europa estão acostumados a sacrificarem pais, filhos, espôsas, reis, monarcas, monarquias e nações, contanto que lhes sirvam tantas desgraças para êles chegarem a seus fins: em consequüência, admitida a hipótese de ser o nosso gabinete escravo do inglês e russo (cousa que não é crível, cristã e brasilicamente falando) é possível que a Grã-Bretanha sacrifique o neto, já tendo sacrificado o pai, o avô e as nações brasileira e portuguesa. A Rússia, a Alemanha com Metternich e Lord Wellington atraiçoaram há pouco a neta de Francisco I, e tudo a bem (de) Miguel, que não tem direito ao Trôno português".

Voltando ao caso brasileiro, diz o articulista do Tamoio Constitucional:

"Há quem diga que uma das razões por que se calunia ao Exmo. Tutor é para indispor o povo e não ser eleito Regente o Sr. José Bonifácio". Discutido o assunto, conclue que "Evaristo conta lograr ao Padre Feijó, ao Vasconcelos, a Manuel de Carvalho (Pais de Andrade) e aos três Regentes".

Retomando, porém, seus audaciosos comentários internacionais, afirma a seguir:

"A Inglaterra cantou cantigas a D. Pedro I e arrancou-lhe duas coroas; nem consentiu que êle se unisse ao general Mina para salvarem Espanha e Portugal".

O alegado republicanismo, aparecido sob as Regências, tambem, surge, embora impreciso, no maciço artigo:

"A Regência, ou antes — a Chimangada, bem sabe que o fim da Minoridade é o começo da influência dos homens hoje caluniados e sacrificados como cordeiros por essa gente jornalista do ministério, que já incomodou com baixeza aos Andradas e Montezuma. E deixarão êles que finde a Minoridade tranqüilamente? Deixarão de tomar cruel e insaciável vingança do Senado Vitalício, que foi o cabo tormentoso em que se perderam os novos Aeronautes (sic) que pretenderam roubar o velocino d'ouro, ou antes, que intentaram arrancar da sua guarda o Argo Tutor, que tem guardado o nosso velocino, a riqueza com que nos guardamos dos Tigres da Hircânia? Não se disse em 30 de julho que os republicanos pegaram na teta porque se lhes prometeu em um jantar dado pelo Carpinteiro do § 4.º (96) que o fim da Minoridade seria o começo da Federação d'Aldeias Republicanas do Eqüador?"

<sup>(96)</sup> Alusão ao Regente José da Costa Carvalho, filho de um armador de navios.

E mais adiante, em conclusão bastante andradina:

"Quando os Srs. França (Ferreira França) propuseram em 1831 o fim da monarquia com a morte do Sr. D. Pedro II e em 1833 (ano dos boatos falsos de roubo do Sr. Menino) a mudança da Côrte, fariam as propostas por tolos? O velho Sr. França é republicano virtuosíssimo; seu filho é esperto e talentoso; e os Senhores Carneiro de Campos e parentes dos Srs. Franças estão Chimangos!!! Será isto plano ou casualidade? Ah! Futuro, futuro, quem te penetrará? Nós, se tivéramos dinheiro para imprimir um folheto do tamanho dêsse da Oposição Justificada, Sr. Montezuma, diríamos muita cousa útil, como as que contem êsse folheto (97), mas... de que serviria dizer tudo? O Brasil ainda não pode ouvir verdades de certa ordem... Nestes pontos é melhor calar... Se nos andarem fazendo pirraças... Continuaremos... E pelo fundo da questão..."

Intrigas entre a Aurora Fluminense e o padre Feijó, entre êste e o ministro Aureliano, entre Evaristo e o Regente Costa Carvalho e a propósito da exoneração de Bento da Silva Lisboa (filho do restaurador Visconde de Cairú), da pasta dos Negócios Estrangeiros — constam da última parte do único número do Tamoio Constitucional. Por renovar as propaladas questões da exploração do preconceito de côr e da influência da Inglaterra em acontecimentos brasileiros, vale a pena transcrever a nota intitulada "Uma pergunta aos chimangos":

"Em 1831 Feijó perseguiu pardos de 7 de abril como farroupilhas e haïtianos: a Inglaterra aprovou. Em 1833 instigam *Indígenas* e *Pardos* para matar papeletas e adotivos: a Inglaterra, diz a *Aurora* n. 836, tambem concedeu um placet, aprovou tudo. Queremos agora saber se acabou-se o medo do haïtianismo (98); ou se êsse medo foi fingido para comprometer adotivos com natos; ou se a Inglaterra quer despovoar o Brasil e perder o comércio dos adotivos, afim de cá nos introduzir colonos e negociantes dissidentes da Irlanda".

<sup>(97)</sup> Refere-se à A oposição de 1831 e 1832 justificada, ou os crimes da administração atual, opúsculo de "Um brasileiro amante de sua Pátria", isto é, de Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, depois Visconde de Jequitinhonha, publicado em 1832, n. 7.530 do Catálogo da Exposição de História do Brasil.

<sup>(98)</sup> Por haitianismo entendia-se a matança de brancos pelos mulatos, as "vésperas sicilianas" de que tanto se falou em 1831, sem grande base aliás.

#### "O CRIOULINHO"

Tendo aparecido no Rio de Janeiro, em fins de 1833, mais um periódico destinado a promover a intriga entre os homens de côr e os caramurús, intitulado *O Crioulo*, logo surgiu para combatê-lo, em nome dêstes, *O Crioulinho*, saído a 30 de novembro dêsse ano.

Na "Introdução" que abre o pasquim, depois da epígrafe — "Se não fizer quanto bem desejo, farei quanto puder" — diz que esperava ser O Crioulo um impresso no qual "algum homem preto" saísse a campo para "rebater o atraiçoado, impudente vôo periodical dêsses escribas brancos que se dizem redatores das Auroras, Correios Oficiais, Verdade" (de cabeça para baixo) "e de todos os outros papelários e papélicos da moderação jacobínica, fazendo ver ao público que entre os crioulos há também quem saiba pensar e ajuizar". Mas, em seu "artigo interior", não encontrou "outra cousa mais do que a reeleição (sic) de sandices enjoativas, impressas, reimpressas mil vezes e sempre repetidas por homens trampistas e tão descarados como um Bernardo, um Evaristo, um Figueiredo, um Januário, um Paulo, um Saturnino e quejandos, que desabonam muito a nação brasileira perante as demais nações..."

Protesta, a seguir, contra os jornais moderados e exaltados que atassalham "a honra e probidade dos beneméritos cidadãos, sem escapar-lhes o nosso Jovem Imperador, que todos os dias (oh dor! oh vergonha!) é menoscabado e vilipendiado na Pessoa de Seu Augusto Pai, estigmatizando tambem os partidistas políticos, de envolta com os mais papelicos intitulados 7 de Abril, Indigena, Cabrito, Pedro 2.º (êste título em fôlha tão reles é o desaforo supino) e Cidadão Soldado."

Sob o título "Interior", declara O Crioulinho que "os brasileiros, cansados de sofrer o despotismo e atrocidades dos traïdores jacobinomoderados, que já por vezes bastantes teem feito correr inocentemente o sangue brasileiro, e desconfiando de que exista algum plano traçado para acabar-se com as liberdades pátrias, no qual se compreenda tambem a lista dos patriotas que devem subir ao cadafalso, inclusive muitos honrados representantes da grande nação brasileira (senadores), declaram que não hesitarão por um só momento em lançar mão das armas, para defenderem à custa da própria vida as suas liberdades, que avaliam muito acima da mesma vida".

Acrescenta, ainda, que "dos tristes, aleivosos e fúnebres acontecimentos ocorridos no Rio, Pernambuco, Minas, Ceará, Pará, etc., nos anos de 31 — 32 e 33... D. Pedro I não foi causa próxima ou remota de alguma dessas cenas, mas sim a infiel e escandalosa marcha do G: (govêrno) filho do 7 de abril".

A questão da perseguição aos homens de côr, aparece em artigo sob o título "Rio de Janeiro": "Lafuente foi em um momento transformado em grumete por ser pardo, sem querer ser cativo dos moderados". E o alferes Custódio da Silva, preso com outros oficiais em consequência do levante de Ouro Preto, "foi o único que, apesar de sua patente, foi parar na enxovia, misturado com facinorosos" — por ser pardo.

Defende, também, os restauradores, de serem "uma corja", porquanto como tal deve ser considerada "uma roda de homens celerados", por exemplo, os moderados, entre os quais "se encontra um assassino facilmente" — "Carlos Miguel, moderado, foi assassino de Clemente José, caramurú; Elisiário, moderado, foi assassino de um delegado caramurú, dentro da Igreja de Santa Rita; na Baía, Francisco Sabino, moderado, foi o assassino dos dois irmãos Vicente Ribeiro e Joaquim Ribeiro, ambos caramurús; no Pará, em abril, os moderados vencedores fizeram uma carniçaria humana, sem atenção à idade ou sexo; ao mesmo tempo que os caramurús em Ouro Preto, vencedores, em março, não fizeram insulto algum, muito menos violência".

A preparação do golpe político que consistia na destituição oficial do tutor José Bonifácio, já então em pleno andamento, mereceu o seguinte comentário do pasquim caramurú:

"O Crioulinho não concorda com O Crioulo acerca da sua confiança votada ao muito patriotismo do Sr. ministro do Império" (Chichorro da Gama) relativamente ao negócio da Tutoria Imperial. Clara a razão. A Sociedade Ofensora do Brasil, soi-disant Assembléia Geral Defensora da L. e I. (O Crioulinho julga que estas duas letras gordas signifiquem Ladroeira e Indignidade; se assim não é O Crioulo que as explique, sem se azedar), como ia dizendo, aquela, a Sociedade fedorenta" (Federal), "as sociedades homogêneas e Câmaras Municipais de Minas, todas e cada uma in solidum, requisitaram que o Exmo. Sr. José Bonifácio fosse excluído da tutoria

de S. M. o Imperador e de Suas Augustas Irmãs, o que se deveria executar sem perda de tempo como medida enérgica no melhor senso chimangal, e da qual podia resultar a felicidade de algum ladrão moderado dos muitos protegidos. Visto isto, qual será o motivo por que se não tem dado êste passo tão patriótico? Parece não haver outro mais que a falta de patriotismo no Sr. ministro do Império. Salvo meliori judicio".

Mais uma interpretação da atitude de D. Pedro I na madrugada de 7 de abril de 1831 aparece nas últimas linhas do único número do Crioulinho, sob o significativo título — "Aí vai bomba".

"Longa e dolorosa experiência tem desenganado ao Crioulinho de que S. M. I. o Sr. Duque de Bragança, quando refletidamente lavrou o memorando Decreto de Abdicação de 7 de abril, não atendeu somente à afirmação da Coroa no Sr. D. Pedro 2.º; mas sim também e principalmente quis salvar, como salvou, a vida dos patriotas militares e paizanos que, iludidos e arrastados por a cáfila de demagogos jacobino-moderados, estavam prontos, com as armas na mão, a precipitarem-se no abismo de sua última ruina, cuidando que iam defender as liberdades pátrias. O Crioulinho fecha esta falazinha com um dilema: Se o vício no Brasil não tomou o assento da virtude — ou os corifeus e escritores da moderação são homens endiabrados ou demônios humanizados".

Ainda a propósito do *Crioulinho*, como de seu adversário O Crioulo, convém acentuar que ambos não constam das listas de jornais antigos do Brasil de Moreira de Azevedo e Rafael Arcanjo Galvão, embora tenham aparecido na de Melo Morais. Tambem não figuraram na Exposição de História do Brasil, pela Biblioteca Nacional realizada em 1881, nem existem nas coleções de nossa Casa dos Livros. O exemplar do *Crioulinho*, de que nos servimos, pertence à coleção de periódicos do Sr. Francisco Marques dos Santos. Foi impresso na "corcundática", isto é, restauradora Tipografia do *Diário do Rio de Janeiro*, de Nicoláu Lobo Viana.

### "A LUSITÂNIA TRIUNFANTE"

Parece-nos fora de dúvida que ao próprio govêrno regencial coube ativa participação na preparação do ambiente favorável à destituição de José Bonifácio do cargo de tutor de D. Pedro II e suas irmãs.

Não tendo sido possível a obtenção dessa demissão por via parlamentar, graças à oposição do Senado, recorriam os ministros moderados, coadjuvados pelas Sociedades Defensora e Federal, à agitação popular, visando a aceitação de um ato de fôrça como motivo de salvação pública. Lembravam a inegável atividade dos caramurús como preparativos de um próximo golpe restaurador, assim procurando acobertar qualquer repressão que determinassem e que realmente tinham em vista.

Prova disto nos oferece o pasquim A Lusitânia Triunfante, aparecido a 6 de dezembro de 1833, exatamente quando mais forte se apresentava aquela campanha oficialmente incentivada. Na véspera, além de uma proclamação anônima, contra a Sociedade Militar, foi invadida a sede dessa associação tida como restauradora, foram atacadas as tipografias em que se imprimiam jornais caramurús (a do Diário do Rio de Janeiro, e a Paraguaçú, de David da Fonseca Pinto) e, reünido o povo em comício, no largo de São Francisco de Paula (99), foi pedida a destituição do Patriarca da Independência.

Aparecendo em tal momento, trouxe A Lusitânia Triunfante a seguinte epígrafe, de Ovídio:

Avante, Cidadãos! Saibam sob'ranos Que a resistência Liberdade alcança: Que o Povo pode destronar Tiranos.

Um artigo de quatro páginas, em duas colunas in-4.º, assinado D. de B. (Duque de Bragança), abre o n. 1, provàvelmente único, dêsse periódico de ocasião. É uma espécie de declaração de Portugal contra D. Pedro I, a princípio tendo-o como seu filho, depois passando-lhe a palavra, tendenciosamente procurando demonstrar sua habilidade em garantir a posse do Brasil para sua antiga metrópole, embora com aparente independência:

"Não parou ainda aquí a fidelidade do jóvem bragantino"— diz A Lusitânia Triunfante, periódico essencialmente votado à intriga e ao confusionismo. "Querendo dar-me" (à Portugal) "do seu aferro provas ainda mais autênticas, não obstante o embaraço em que o

<sup>(99)</sup> No mesmo local onde depois se erigiu a estátua de José Bonifácio...

punha a vigilância d'alguns brasileiros que puderam escapar à perseguição da tenebrosa política andradina (100), êle me enviou êsses Andradas fementidos, contra quem o meu ressentimento havia subido de ponto, por contemplá-los não os verdadeiros patriotas que se inculcaram, mas sim como os homens orgulhosos e cheios de ambição de serem os primeiros a figurar no incauto e nimiamente sincero Brasil".

Depois de sustentar que o ex-Imperador provou não amar sua pátria adotiva, cinicamente afirma que, por sua vez, do Brasil também não amou senão as suas riquezas. "Eu nunca votei aos brasileiros senão ódio o mais rancoroso: a prática de minhas ações são o mais fiel garante dêstes meus protestos".

Alude, a seguir, à "malfadada época do delírio português, êsse parto monstruoso do infernal clube de 24 de agosto de 1820" — ligado aos anteriores movimentos de Minas e Pernambuco, como ao mais próximo "aniquilamento" dos brasileiros reunidos em colégio eleitoral na Praça do Comércio do Rio de Janeiro, em abril de 1821, — outra ocorrência sem comprovados fundamentos atribuída ao então Príncipe Real de Portugal, Brasil e Algarves.

Sempre na mesma lingüagem tendenciosa, visando intrigar o ex-Imperador, assim explica o imaginário D. de B. a dissolução da Constituinte de 1823 e a outorga da carta de 1824, embora em evidente anacronismo quanto a esta e a Confederação do Equador:

"Chegou com efeito a época de dar o golpe mestre! Tudo estava bem disposto. Andradas apeados do poder se tornaram furiosos demagogos; os seus agentes na Assembléia ameaçavam a existência do Império, de que ainda a Nação era extremamente zelosa. Os deputados brasileiros que deviam servir de instrumento à minha causa, porque já os havia cuidadosamente comprado, tinham posto na presidência da Assembléia a João Severiano Maciel da Costa, de quem com razão tanto desconfiáveis. A tropa, composta pela maior parte de oficiais portugueses e de vendidos brasileiros, estava à minha disposição. Tudo finalmente assim predisposto, eu dissolví a Assembléia Constituinte e na deportação que fiz dalguns deputados que

<sup>(100)</sup> Refere-se à fuga de Joaquim Gonçalves Ledo para Buenos Aires, em 1822.

mais assanhados se mostravam contra mim, sem que todavia fôssem realmente perigosos, vos enviei os Andradas, por quem mostráveis desejos; não porque estivesse convencido que êles perecessem nas mãos de vossos algozes, mas sim porque esperava que êles se justificassem e lhes restituísseis a vossa estima. Dado êste passo gigantesco e de toda vantagem à reünião dos dois estados portugueses, eu não larguei de todo a máscara com que me fingí brasileiro e liberal, por temer na verdade uma reação e por voto dos meus ministros e conselheiros de Estado fiz redigir a Constituição que havia prometido quando dissolví a Assembléia Constituinte, de que não escapou o § 4.º do Tit. 2.º de feliz memória, por ser o da garantia dos portugueses e que dá lugar à esperança de que reivindicareis vossos direitos sôbre aquela porção de vossos antigos domínios, se habilidade houver da parte dos vossos disfarçados soldados que para alí mandais se constituirem cidadãos dêsse querido § (101), parto da minha sabedoria e do meu amor pela minha gente.

"Não pude, apesar dos meus esforços, conseguir a união desejada e antes me vi obrigado a apresentar a Constituição, porque o malvado Pernambuco içou o estandarte da rebelião e a seu exemplo iam fazendo o mesmo as províncias do Norte (102) entretanto que os meus planos falharam no Sul, de que resultou ao Império a perda da Cisplatina e de milhares de brasileiros que sacrifiquei com enorme soma de milhões mais ao ódio que consagro a essa gente do que em reputação da Nação".

Passando a acontecimentos imediatamente anteriores à abdicação, assinala ter sido por desdém aos brasileiros que em março de 1831 se fez preceder "por lusitanos que, por maior despeito aos brasileiros, eram todos criminosos, uns degredados por serem ladrões e outros assassinos" — mais uma asserção inverídica.

<sup>(101)</sup> Diz o tão citado art. 6.°, § 4.°, da Constituição de 1824:

<sup>&</sup>quot;São cidadãos brasileiros: Todos os nascidos em Portugal e suas possessões, que sendo já residentes no Brasil na época em que se proclamou a Independência nas províncias onde habitavam, aderiram a esta, expressa ou tàcitamente pela continuação da sua residência".

<sup>(102)</sup> A Constituição foi outorgada a 25 de março de 1824; a Confederação do Equador irrompeu a 2 de julho do mesmo ano. Vê-se por aí como falsifica os seus dados o articulista, visando confundir e intrigar.

Explorando ainda a questão da nacionalidade dos servidores de D. Pedro I, a êste atribue A Lusitânia Triunfante pérfidas distinções e preferências:

"Esse mesmo M. de Paranaguá, que tanto me ajudou, eu não o desfeitiei muitas vezes, só porque ele é brasileiro? Calmon e Barbacena, conservaram-se na minha graça, apesar dos distintos serviços que me fizeram, assim como ainda conservo o Chalaça, Rocha Pinto, Cantagalo e outros que tiveram a ventura de nascer neste solo abençoado? Apesar da ingratidão com que uma grande parte dos brasileiros me atraiçoou e me vilipendiou depois da minha abdicação, eu poderei esquecer-me de que eles são portugueses? Preferirei porventura o M. de Baependí e o Visconde de Cairú ao Lages e ao Jacarepaguá, quer como militares, quer como senadores, porque eu só atendo ao país do nascimento quando ajudado de bons serviços como os que êles me fizeram?

Referindo-se, afinal, ao projeto da restauração do ex-Imperador no Brasil — ao qual, como se sabe, êle foi sempre inteiramente estranho — assim termina o astucioso artigo, dirigido, naturalmente, às massas que o aceitariam sem maior exame:

"Restaurei-me à Lusitânia e comigo lhe trouxe a liberdade nas pontas das baionetas estrangeiras! Da mesma forma tornarei ao antigo jugo o Brasil, o que me será fácil enquanto as suas autoridades não mudarem de sistema, e aonde nunca mais dominará outra influência que não seja dos meus vândalos. É este, afortunada Lísia, o último juramento do vosso Regente e generalíssimo de terra e mar".

Seguem-se, a propósito, violentas "reflexões do redator da Lusitânia Triunfante", que cinicamente considera a apócrifa confissão "um esboço sucinto, porém fiel, da conduta do tirano, do primeiro Rei que os máus fados depararam ao Brasil". Não hesita, portanto, em responsabilizá-lo por atos e desejos de "fratricídio, parrecídio, conjuguicídio e adultério" (sic), descendo às mais torpes calúnias, aos epítetos de ladrão e outros.

Combate, também, a afirmação, entretanto verdadeira, dos partidários brasileiros do Duque de Bragança, no sentido de que "D. Pedro I, ocupado com os negócios de Portugal, não quererá voltar ao Brasil". Contestando-a, lembra que em 1822 êle dizia de Portugal

não querer nada (143). Aventureiro, D. Quixote, perjuro, insano, ingrato, ambicioso, pérfido e traidor — são mais alguns qualificativos aí atribuídos ao ex-Imperador e Fundador do Império.

Termina, enfim, com a repetida alegação de todos os revolucionários desiludidos: "a revolução ainda estava incompleta"...

Impresso nas oficinas de Miranda & Carneiro, apesar de ter constado da "Relação dos jornais que têm havido no Brasil desde o dia 10 de setembro de 1808 até 20 de outubro de 1862", de A. J. de Melo Morais, não figurou A Lusitânia Triunfante na lista dos jornais cariocas em 1865 publicada por Moreira de Azevedo na Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, mas teve o n. 4.266 no Catálogo da Exposição de História do Brasil, de 1881, organizada pela Biblioteca Nacional, onde entretanto não existe nenhum exemplar seu, entre os reservados da Secção de Jornais e Revistas. Servimo-nos, portanto, do que pertence à coleção do Sr. Francisco Marques dos Santos.

Para provar que A Lusitânia Triunfante era apenas um dos elementos destinados a provocar a agitação popular que se desejava para tornar aceitável a idéia da destituïção do tutor José Bonifácio, pode ser citado o seguinte fato: Na mesma tipografia em que foi impresso o pasquim — sua publicação n. 118, datada de 6 de dezembro de 1833 — apareceu, sem data, mas certamente de poucos dias depois, senão do mesmo, por ter o n. 124, a seguinte proclamação avulsa, não mencionada no Catálogo da Exposição de História do Brasil, cit., mas pertencente à coleção Marques dos Santos:

#### "BRASILEIROS.

Rio de Janeiro, 1833. Tip. de Miranda e Carneiro.

Hoje se reune o Conselho da Sociedade Restauradora, que se encobre com o nome enganoso de Militar. Trabalham contra a nossa liberdade e para entregar-nos ao jugo do Príncipe Português que

<sup>(103)</sup> Em carta a D. João VI, de 22 de setembro de 1822, várias vezes reproduzida, a mais recente em Cartas de D. Pedro I a D. João VI, relativas à Independência do Brasil, Rio, 1941, "coligidas, copiadas e anotadas" por Augusto de Lima Júnior, pág. 75.

nos oprimiu por dez anos. Até quando sofreremos que se agreguem, que deliberem os conspiradores que querem escravizar-nos (104) e derribarem do trono o Sr. D. Pedro 2.º! Até quando, Brasileiros! A nossa paciência já toca o extremo do aviltamento. Reünamo-nos, exaltados e moderados, em face dessa associação de malvados, de traidores à nossa querida Pátria, e sem faltar ao respeito que se deve às Leis e às Autoridades, aí mesmo formemos um requerimento em que se peça ao govêrno a dissolução dêste ajuntamento inimigo da nossa Pátria. Brasileiros, quando vemos o país ameaçado por vís restauradores a indiferença é um crime. Não hesitemos um momento. Vamos.

Um Patriota.

(N. 124) Rio de Janeiro. Na Tip. de Miranda e Carneiro. 1833".

#### "A FORMIGA"

De formato ainda menor que o habitual in-4.º dos pasquins das Regências, pois medem apenas 15,5x9,5 centímetros, os dois raríssimos números da Formiga, pertencentes à coleção do Sr. Francisco Marques dos Santos, constituem excelentes depoimentos relativos às ocorrências políticas de dezembro de 1833, culminadas com a destituição do tutor dos príncipes imperiais, José Bonifácio de Andrada e Silva. Embora citada nas relações de jornais em 1863 e 1865 levantadas por Melo Morais e Moreira de Azevedo, não consta do Catálogo da Exposição de História do Brasil, nem existe nas coleções da Biblioteca Nacional.

Em tradução um tanto livre, aparece no cabeçalho do jornalzinho impresso na Tipografia Fluminense, de Brito & Cia., o verso de Horácio:

"Nada impede, ou prejudica, que se diga a verdade, gracejando".

Datado de 15 daquele mês e ano, um domingo, mas redigido, certamente, poucos dias antes, não alcançou o primeiro número da

<sup>(104)</sup> Também o "Preciso", proclamação dos revoltosos de Pernambuco em 1817, começava por trecho idêntico, tirado à conhecida catilinária de Cicero: "Depois de tanto abusar da nossa paciência", etc.

# A FORMIGA.

Nada Impede, ou prejudica, que se diga a verdade graçajando.
(Haracio.)

TYPE FORE OF BRITO & COMP , TRAIL DA CONTRICTORS N. A.

Aqui tendes, amigo leitor, a Formiga, periodico existado, não mamante, que não mette mão em combuca, e que inimigo dos despotas não deixarà no morder os inimigos cia nossa liberdade, seja qual i r a capa, com que se cubrão. Filha do Rio de Janeiro, e test munha dos altentados contra a nossalil schade em geral, e da nom l'ovincia em paiticolar, a Formige exporà as trahições tonto des anderados, como restauradores, que tudo he a pe-a cousa. Escolhemos este formato per per per Or tar prines dinheres, e como o norse derego he summes lido poles childres poles, como, que o prico não desagradará: o nosso gosto serio da-1. colin, mas somos artista, e o nosso jornal não glage para supprit estas de pezas, pertante una no dava outra, e arel as lavão o rosto, venhão os victors, que não penieras o sen tempo, por que a Formega situació por toda aprofe mas pempando r casa do grande peri do propens fará o pessivol pera satisfacer a spretgean des cers l'Erra. Illa sabila duas veres per sembro, per Pombegos, e fequintas feiras, sendo de filla del men, en nolo per gradener incidente não pader saler em abrom de -Les Class Besta de maineixas, e verte de more sons atura ban mata tem, amba be ir da da parwa n Breeze the Law transfer, and rest in the Contraction

O menor jornal brasileiro, quanto ao formato, será talvez A Formiga, que media apenas 15,5 × 9,5 cms, como mostra a reprodução fotográfica acima. Folha redigida por um "artista" exaltado, encerram seus dois números precioso depoimento sobre a deposição de José Bonifácio da tutoria imperial, em dezembro de 1833.

(Fotografia do exemplar pelo Sr. Cláudio Ganns) oferecido ao Sr. Francisco Marques dos Santos).



Formiga o desenlace da crise pelos moderados provocada contra os restauradores. Aumenta, com isto, o seu interêsse, pois dá-nos a impressão do estado de espírito vigente à época, expresso por um "periódico exaltado, não mamante", isto é, não aderente ao govêrno, como se define logo às primeiras linhas.

Declarando-se "filha do Rio de Janeiro", mostra-se disposta a expor as traïções de uma como de outra daquelas correntes políticas adversárias. Justifica, tambem, o "formato pequenito por custar menos dinheiro e como o nosso desejo é sermos lidos pelos cidadãos pobres, cremos que o preço não desagradará; o nosso gôsto seria dá-lo gratis, mas somos artistas e o nosso jornal não chega para suprir estas despesas, portanto uma mão lava outra e ambas lavam o rosto, venham os vintens que não perderão o seu tempo, porque a Formiga, girando por toda a parte, não poupando a casa do grande nem do pequeno, fará o possível para satisfazer a espectação dos seus leitores".

Comenta o engano em que já uma vez haviam incidido os exaltados, assinando um pedido de deportação de 40 a 60 pessoas bem conhecidas, tendo como resultado serem metidos no aljube "onde sofreram toda a qualidade de patifaria, tanto do padre Feijó como de um célebre Nabuquinho". — "E agora, o que será dos que influiram na rusga de 5 de dezembro? — pergunta A Formiga. "Nada para os moderados, mas talvez venham a dar com os ossos na cadeia os Srs. exaltados mamantes, que andando outróra a dar foras a mamados, caíram na esparréla dos nossos moderados; êsse laço foi famoso, mas o peor é que se virou o feitiço contra o feiticeiro, todo o mundo conhece que a rusga não foi de exaltados, mas sim de chimangos, que na verdade excederam a todo o exaltamento (sic); arrombaram portas, quebraram vidraças, estraçalharam tipografias e isto sempre com vivas à Constituição, já se sabe — Constituição moderada, que é o quero, posso e mando".

Discutindo a situação, assim raciocina o jornalista:

"Se a Sociedade Militar é restauradora, porque consentiu o govêrno na sua instalação? E se é, como cremos, perigosa, e está na execração pública, porque não a dissolve?"

"Suspensão e deportação do tutor, pediram os de 5 de dezembro." Mas, "com isto seremos salvos da restauração?"

F. 7

Só um homem é a causa de nossos males? Pois não se contentam com a suspensão sòmente e ainda querem que seja deportado um brasileiro nato, respeitável pelo seu saber, idade e serviços à independência, ficando no meio de nós esta infame chusma de papeletas e chumbeiros, inimigos declarados da nossa independência?"

As providências por José Bonifácio tomadas para evitar a destituição, ou medidas a êle atribuídas com êsse fim, aparecem, embora sob o aspecto de simples boatos, no tópico final do primeiro número da Formiga:

"Estão os oficiais da S. M. (da Sociedade Militar) em S. Cristovão; para lá teem ido os ministros estrangeiros e barcas da esquadra inglesa com tropa para defender o Tutor; estamos perdidos, o Menino Imperador vai para bordo da nau inglesa, o Tutor não quer ceder, diz que nem a chumbo larga a tutoria: — é isto que A Fornuiga, saindo de seu buraco, ouviu por todos os cantinhos da nossa Babilônia, mas que não acredita, antes julga que os restauradores são autores dêstes boatos, que, a serem verdadeiros, não podia o govêrno deixar de merecer uma boa ferroada da Formiga."

Que houve hesitações na expedição do decreto suspendendo o Patriarca de suas funções, mostra a última parte do referido artigo:

"Outra notícia temos ouvido nas nossas viagens que o Tutor não está suspenso porque o Sr. Lima Regente não tem querido assinar o decreto; uns dizem que por medo, outros que por capoeira, outros que por especulador, que com a maromba na mão quer sondar qual é o partido mais forte para então se decidir. Que línguas tão maidizentes! Pois não pode ser a sua repulsa devida à prudência que S. Excia. tem com os anos adquirido e logo só porque não quis assinar o decreto já é pau de dois bicos, especulador e tudo o mais que a maledicência produz em iguais casos? A ser verdade que S. Excia. não tem querido assinar o decreto da suspensão do Tutor, A Formiga pensa que é isto devido à prudência de S. Excia. e não a medo ou especulação, como dizem as más línguas".

No domingo seguinte, 22 de dezembro de 1833, já deposto o tutor, em seu segundo número comenta A Formiga os acontecimentos:

"Já foi suspenso o Tutor e acabaram-se as bravatas de certa gente. Parecia que o mundo vinha abaixo: daquí, seis mil homens em armas a favor do Tutor; d'acolá, tropas estrangeiras para sustentar o Tutor; uns que a S. M. (Sociedade Militar) estava de espada afiada para cortar tudo que fosse chimango e mamado; outros que as bandeiras francesas e inglesa andavam na algibeira do Tutor, para cobrir o Menino, quando o levasse para bordo; finalmente, parecia o dia do Juízo e desta vez lá se ia o govêrno e sua gente, porém tudo era palanfrório e o Tutor ficou comprometido e logrado. E os nossos galegos, que estavam prontos a sustentari o Tutori? Estes foram os primeiros a deitar luminárias e dar vivas ao Imperadori brasileiro e ao seu nobo Tutori. Forte corja! Que cambada! Enfim, não admira, são galegos, cheirou-lhe a mostarda e lá se foram para o partido dos chimangos, que atrás disto andava há muito tempo. Veremos agora, amigo leitor, como anda repimpada a chimangada. Agora, pobres exaltados que tiverem coragem, os chumbos já não são chumbos, passam a ser outra vez capitalistas, amigos da ordem, etc., etc.. Se visseis, amigo leitor, como andavam certos figurões, que sem pêjo pregavam a restauração, muito folgarieis: suíça rapada, larga fita preta a tiracolo, tal e qual no 7 de abril, que depois de haverem feito a garraficina de março, foram ao Campo cobertos de fôlhas verdes e amarelas implorar o perdão, assim andavam êstes meus srs., sem vergonha alguma fingindo-se moderados; veja-se o descaramento dessa gente, outro dia tão atrevidos e ameaçadores, hoje tão vís como sendeiros e agora para mostrarem arrependimento estão outra vez prontos contra a cabralhada que não fôr moderada, e os chimangos, naturais de bom gênio e sempre piedosos, só para êles estão de braços abertos para dar-lhes o ósculo de paz e perdoar-lhes ainda uma vez".

Depois dessa tirada nativista, então em moda, diz o redator da Formiga não ser andradista, pois "já sofreu muito dêsses paulistas, assim como sofreu tambem do paulista Feijó e por isso não quer nem a um, nem a outro. Sente, porém, "ver um cidadão ancião maltratado e sacrificado por se ter deixado levar por êsse bando de sevandijas restauradores".

A propósito da recente vitória dos moderados faz, entretanto, sinistros prognósticos:

"Brevemente temos de ver em cena as perseguições feijoínas, pois e exército dos capitalistas formou-se novamente, tudo agora é chimango, e já andam por aí a dar bibas ao Abaristo, o maldito do Tutori

foi quem nos fez quereri a restauração, mas estamos prontos a sustentari o goberno".

Defende, afinal, a oficina tipográfica de Paula Brito da iminência de um ataque (105), planejado pelos chimangos, pitorescamente lembrando A Formiga que, no dia 5, quando estavam quebrando a tipografia do Diário do Rio de Janeiro, os manifestantes davam vivas à liberdade da imprensa...

#### "O NOVO CARIOCA"

Existiu no Rio de Janeiro, entre 17 de agôsto de 1833 e 21 de janeiro de 1834, o periódico denominado *O Carioca*, que se dizia "Jornal Político, Amigo da Igualdade e da Lei". Impresso na Tipografia de Brito, trazia a epígrafe: "Está acabado o tempo de enganar os homens", tirada ao manifesto pelo Príncipe D. Pedro dirigido "Aos Povos do Reino do Brasil", a 1.º de agôsto de 1822. Na coleção existente na Biblioteca Nacional, do n. 1 ao 12, com exceção do 10.º, nota-se que a respectiva saída foi mais ou menos regular em agôsto, setembro e outubro, sendo talvez de novembro o exemplar faltoso, e de 24 de dezembro e 21 de janeiro, os dois últimos números.

A 2 de janeiro de 1834 surgiu, impresso na mesma tipografia, porém sem revelar qualquer ligação com O Carioca, a não ser a do título, o periódico intitulado O Novo Carioca, que não foi citado em quaisquer listas bibliográficas, a começar pelas mais antigas, que teem servido de fonte às mais recentes. Nem Melo Morais, nem Moreira de Azevedo, nem Rafael Arcanjo Galvão o incluiram em seus trabalhos. Tambem não figura no Catálogo da Exposição de História do Brasil, de 1881, nem existe nas coleções da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. O único exemplar conhecido é o pertencente aos Sr. Francisco Marques dos Santos e dêle nos servimos para a presente notícia.

Não sendo republicano nem moderado, pois tanto ataca a Sociedade Federal como a Defensora, terá sido *O Novo Carioca* redigido, provavelmente, por um exaltado, forçado a disfarçar essa circunstância

<sup>(105)</sup> Vide a respeito o trabalho do autor - "O tipógrafo Paula Brito".

em consequência dos acontecimentos do mês anterior, terminados com evidente repressão oficial a todos os oposicionistas.

É o que indica sua longa epígrafe, atribuida ao "Farroupilha Presidente, Cap. 1.º":

"Govêrno monárquico-representativo sem Oposição, sem respeito à Lei e aos Direitos Individuais, sem Liberdade de Imprensa e com Influentes anarquistas e Rusguentos e falsários cuja política é pura perfídia, ou o divide e reina de Maquiavel, não é Governo Constitucional, é uma ditadura e tirania de Pretorianos ou Janízaros e Mamelucos que não pode ir avante no Brasil da América e quando a Europa luta com as Aristocracias feudais e pecuniárias da Inglaterra e Rússia, que para mantê-las sustentam grandes Intrigas Diplomáticas e Grandes Exércitos".

Muito interessante é o facto de terem entrada em *O Novo Carioca*, algumas questões do continente, pouco habituais na imprensa brasileira de então. A respeito começa dando razão ao *Correio Oficial* quando comentou "que os agentes de Espanha, só para entronizarem no México um Príncipe Espanhol, conspirassem de um modo tão indígno contra a vida do Herói General Santa Ana". Mais adiante volta ao assunto e alude à eleição de Jackson e Adams para a presidência dos Estados Unidos, a questões de Buenos Aires e Montevidéu.

Tudo isto, porém, não passa de pretexto para dar largas ao seu oposicionismo, em péssima linguágem exposto.

Evaristo, a seu ver, queria demitir Bento da Silva Lisboa do cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros para substituí-lo por um membro da Sociedade Mãe dos Jacobinos — a Defensora:

"Se o Exmo. Desdentati tem de ser substituido pelo Sr. Inhambupe ou por João Antônio Gazeta Rodrigues de Carvalho; pelo Ataíde Moncorvo, filho do cunhado do Sr. Exmo. Aureliano Bernardes Monteiro d'Oleré, ou pelo Sr. ex-presidente do Rio Grande (106), no caso de ir para Lisboa por um óculo; ou pelos Srs. Barbacena,

<sup>(106)</sup> O desembargador Manuel Antônio Galvão, depois senador pela Baía, era o mais recente ex-presidente do Rio Grande do Sul.

Gazeta da Costa (107) e Manuel de Carvalho Pais de Andrade, como corre de plano, etc., etc. — é o que não sabemos, nem queremos saber".

Com outras alusões da mesma espécie prossegue O Novo Carioca atingindo Evaristo, o cônego Januário, padre Feijó, o Marquês de Barbacena, Aureliano, Montezuma, "o Ministro-Itinerante Maia, conselheiro secreto de Chalação, segundo a voz pública" e outros. Todo o ministério, aliás, é violentamente tratado no Novo Carioca, que para substituir suas "nulidades aurorinas" quer que se pronuncie um inexistente Partido Nacional.

Voltando sempre à questão da próxima demissão de Bento da Silva Lisboa, futuro Barão de Cairú, (a 21 de fevereiro afinal substituído por Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho) refere-se aos elogios que teem merecido os verdadeiros "Badarocidas" — Feijó, Olerés, Carlos de Lima, Sabino e *Repúblico* (108), o penúltimo futuro chefe da revolução por sua causa dita — a *Sabinada*.

Apela, enfire, para a imprensa livre das provincias, à moda do velho panfletário Cipriano José Barata de Almeida (109): "O das Provincias limítrofes do Império! Alerta e prudente união! Olá da Bússola e do Carapuceiro! (110). Olá do Farol Maranhense! (111). Alerta e prudente união! Barata Imortal! Prega união

<sup>(107)</sup> João Maria da Costa, ex-redator da Gazeta do Brasil, em 1827.

<sup>(108)</sup> Repúblico era o apelido dado ao panfletário Antônio Borges da Fonseca, tirado ao seu jornal assim denominado. A êle dedicamos estudo especial.

<sup>(109)</sup> V. o nosso trabalho "Cipriano José Barata de Almeida e as Sentinelas da Liberdade", relativo ao célebre foliculário de Pernambuco, Baía e Rio de Janeiro.

<sup>(110)</sup> Bússola da Liberdade, periódico exaltado, dirigido no Recife peio padre João Barbosa Cordeiro, entre 1831 e 1834. O Carapuceiro, "primeira amostra do jornalismo humorístico e satírico em Pernambuco", dirigido pelo padre Miguel do Sacramento Lopes Gama", (Cf. Alfredo de Carvalho — "Estado de Pernambuco — Jornais, Revistas e outras publicações periódicas de 1821 a 1908", catálogo incluído nos Anais da Imprensa Periódica Brasileira, parte II, vol. I, tomo especial da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1908, págs. 409 e 413).

<sup>(111)</sup> O Farol Maranhense, fundado em 1827 por José Cândido de Morais e Silva; por castigo alistado no exército, teve segunda fase em 1832 a 1833, sendo então redigido por João Francisco Lisboa. (Cf. Augusto Olímpio Vi-

# ONOVO

# CARIOCA.

S. Governo Monarquico Representativo sem Opposição, sem respeito á Lvi, e alc. Di cotos lictivorames, sem Laborada eme funda exceção a funda de acumplismo, e Brancações, e filmações, espa política be para perálta, e acubido, e en i a de di inavelo, não he Governo Constitucional, ne hana obtivida, e extramer de feograficase, não nel Governo Constitucional, ne hana obtivida vante no Brasal dividações, e quendo a f. 17 na para como as Austractua esta fembres, e pre minitos de nueldo a f. 17 na para como as Austractua esta fembres, e pre minitos de la ligidações de Revieto.

Largor filma Presi ente Cap. Lº

Typ. Fluminense, de Brito e Ca Prave da Constitução A. 51.

Reprova, e com rasão o & O. V. 87, do mez de Outubro ) que os Agentes d'Hepanha, só para entronisarem no Mexico hum Priacipe Hespanhel, conspirassem de hum modo tão indigno contra a vida do Heroe General Santa Apuse Esta proposição do C. O. tronvesnos à lembrança o rugesrage, e boato espaihado outro dia, que o Evaristo esgoria por ver no olhinho da rua ao Exm. Sur. Beato da Silva Lisboa y o qual deve ser substituido por hum dos Membros da Sociedade Mãe dos Jacobinos, Moderados hoje, por causa da pieira, que pilharão no resultado dos Antros. Se o Exm. Desdentati tem de ser substituido pelo Snr. Inhambupe, ou por João Antonio Gazeta Rodrigues de Carvallio; pelo Athaide Moncorvo filho do publado do Sr. Ex. Aurelianno Bernardes Monteiro d'Olèré, ou pelo Sr. ex-Presidente do R. Grande, no caso de himago. para Jisboa por hum oculo, ou pelos Srs. Barbacena, Gazeta da Costa, e Manoel y Carvalhe Paes d'Andrada, como corre de plano &c. &c. he o que sabelyos, nem queremos saber. Se a raíva d'Evaristo Esgarabulhão centra S. Ex. he por en a de sua creca feia; e seos vermelhos dentes postiços; ou por ser filho do Sr. Caira, e suspeito d'intimidade com Silvestre Pinheiro, que dizem està para viz d'Embaixador &c. &c. he tambem o que não sabemos, nem queremos sober. Mas se o meo Corvo Invizivel mamar a Pasta dos Estranhos tercmos huma notabilidade montueira, que forme parelha com a taverneira, notabilidade depois que deo juramento desmentido na Devassa 14 de Julho Lima. Joze, que não he o 30 de Julho de Picanso, de Joze de Feijò e de Carapina Seja porem o que for, sempre he certo que como estão de febre epiala os noso s Chimanguinhos de ca caraca, bom he que se ponhamos dalcateia sobrse o Meninos, e sua monitoria do Cocorco 87 à fim de nos não acharmos dere-pente em maranhados n'aiguna arriose (Sr. Monte Video) da qual nos não possamos pôr fora sem guera, ou paramento de prezas Queluz, e Rio da Pratu. Que nos diz à 15to Sr. Evaristo, que não lêo o decumento diulomatico d'Aurora (826) señão sepois que Rela L. entrou na capital de Lizia, co Sr. Marquez de Jundially lhe venaco bom marchè-aquellas casas de dois undares? Mas como hiamo: disendo, val o C. O. N', e traz a monitoria Januario

Embora não incluido nas bibliografias até agora aparecidas, relativas à imprensa brasileira, O Novo Carioca, de 2 de janeiro de 1834, curiosamente reflete a reação dos exaltados em seguida aos acontecimentos políticos do mês anterior.



e paz entre Exaltados e Adotivos; troveja contra a política d'intriga entre as diferentes Classes de que se compõe o Povo Brasileiro! Não se deixem iludir pelo caparão diplomático contra a Liberdade e união do Povo que no Brasil não quer mais ser Estrangeiro! Se formos assassinados na Côrte, nem por isso caiam nas ciladas chimangueiras contra as Liberdades e contra os Liberais que se não vendem e são observadores da Política de Labirinto das Nulidades Chimangueiras!"

Dirigindo-se ao cônego Januário da Cunha Barbosa, redator do Correio Oficial, e esclarecendo alguma cousa sobre seus objetivos jornalísticos, assim termina o n. 1, provavelmente único, do Novo Carioca:

"E vós, Cônego de todos os governos! Tende a bondade e a paciência de fazer já e já, sobre as terríveis Instruções Secretas, tantas dissertações como tendes feito sobre o Grão Cartaz Restaurador. Vos advertimos contudo que o Brasil quer sobre as Instruções Secretas algum discurso que tenha suco; pois não estamos já em tempo das histórias da carochinha. Chamamos a atenção da Sociedade Federal sobre as tais Instruções Secretas, já que sobre ela conservam aterrador silêncio os Linos, Evaristos, Gervasios, Paulas e Sousas, Bráulios, Feijós, Vergueiros e mais o Antonico-qué-casá (112) da Sessão Secreta da velha Astréia. Como também sabemos escrever sèriamente, sem mistura de chalaça, se o Povo comprar Periódicos sérios, ou se alguma Sociedade quiser acudir com despesas de Periódicos doutrinários e sérios, que o Povo não compra, nós oferecemos grátis à Sociedade Federal ou Defensora para escrevermos sobre Restauração e Instruções Secretas. Prometemos porém não escrever senão o que entendermos ser útil, não ao govêrno ou às Sociedades Federais e Defensoras, mas à Liberdade do Povo Brasileiro; liberdade muito minada por ambiciosos e papalvos que se deixam iludir por chimangos doutrinários e tolos a sôldo de Luiz Felipe e dos Gabinetes Europeus. Viva a futura Câmara de 1834 se não vier arruinar o Brasil ao gôsto do maluco Feijó e d'Evaristo Carcoma de Catimbáu e Cabisalva".

veiros de Castro — "Estado do Maranhão — Jornais, Revistas e outras publicações periódicas de 1821 a 1908", catálogo incluído nos Anais da Imprensa Periódica Braileira, cit., págs. 165 e 168).

<sup>(112)</sup> O padre Dr. Antônio Maria de Moura, ex-partidário da abolição do celibato clerical, e que deu motivo ao dissídio com a Santa Sé, vigente entre 1833 e 1838, em consequência de sua indicação para bispo do Rio de Janeiro.

## "O TUPINAMBA PEREGRINO"

Curioso exemplo da persistência dos efeitos de um êrro inicial oferece o periódico *O Tupinambá Peregrino*, que apareceu no Rio de Janeiro a 5 de fevereiro de 1834.

Em 1863 ao publicar, na sua Corografia Histórica, Cronográfica, Genealógica, Nobiliária e Política do Império do Brasil, uma "Relação dos Jornais que tem havido no Brasil desde o dia 10 de setembro de 1808 até 20 de outubro de 1862", deu-o A. J. de Melo Morais como Tupinambá Pregoeiro, em vez de Tupinambá Peregrino. Repetiu o engano, dois anos depois, Moreira de Azevedo, em "Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro", trabalho incluído na Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, do 3.º trimestre de 1865, tomo 28, parte II, volume 31. Manteve o êrro a "Relação dos Jornais Brasileiros publicados de 1808 até 1889", de Rafael Arcanjo Galvão, inédito que se guarda na Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. A Moreira de Azevedo acompanhou Max Fleiuss, em "A imprensa no Brasil", capítulo do Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, pelo Instituto Histórico editado em 1922. Ao denominado "Catálogo Manuscrito da Biblioteca Nacional", isto é, a Rafael Arcanjo Galvão, seguiu o Sr. Gondin da Fonseca, em sua Biografia do Jornalismo Carioca. de 1941.

Não tendo *O Tupinambá Peregrino* figurado na Exposição de História do Brasil em 1881 promovida pela Biblioteca Nacional, não aparecendo, portanto, no respectivo *Catálogo*, nem existindo nas coleções, entretanto opulentas, da Secção de Jornais e Revistas da mesma Casa dos Livros — sòmente agora, à vista do exemplar, provàvelmente único, pertencente ao Sr. Francisco Marques dos Santos, pode ser retificado tão antigo e repetido engano.

Impresso na Tipografia Fluminense, de Brito & Cia., traz a incompreensível epígrafe — "Chibolê, Chimboraço", atribuída a um "Adonirão Invisível".

"A Restauração fantástica vai pondo fraco e de todo caido em anarquia êste Império Brasileiro" — começa o primeiro artigo do Tupinambá Peregrino. "Já não existe confiança entre os Cidadãos; ninguém há dentre os Patriotas que não seja tido em ruim conta; e a fantástica Restauração vai servindo como de precursora a uma Res-

tauração real !!!" — " A Inglaterra e a França é que agora tomam a peito salvarem o Brasil da ignomínia e horrores de uma Restauração!!! E deverá o Brasil acreditar nesta humanidade e brasileirismo dos papa-presas e dos caçadores no Cavalão?" (113). Enquanto isto, diz o alarmante jornalista, "o Sr. Aureliano Monteiro Bernardes d'Oleré, o Marquesa de Santos, lavra Portarias contra míseros papeletas sem Pai nem Mãe e perseguidos por D. Miguel!" "A Mensagem Restauradora" (isto é, sôbre as atividades dos caramurús no ano anterior, 1833), acrescenta, "não veio a campo mais do que para suprir a falta das rusgas, sem as quais o bobo Feijó não sabia ser ministro d'Estado".

Bem curiosa é a verificação de que O Tupinambá julgava conveniente que o Brasil tivesse reconhecido o govêrno de D. Miguel em Portugal, pois assim poderia ter nos tirado "uma nódoa indelével que existe no Tratado de Reconhecimento da nossa Independência, para a qual demos dinheiro, que o não deram nem os negros do Haití (114); entretanto o Brasil, se houvera ajudado a D. Miguel com os conselhos de um hábil diplomata nosso e também com alguns periódicos e (ilegível) com dinheiro e o mais que fôsse mistér, etc., etc., não teria hoje de sofrer anarquia e de pagar presas inglesas por causa de Pedro e dos gabinetes d'Europa, que estão zombando grosseiramente dêsses presumidos moderados, se é certo que êles não estão a sôldo estrangeiro desde o 7 de abril, de que se êles aproveitaram para arranjarem afilhados e se vingarem de ofensas particulares. Se Pedro fosse vencido por Miguel e ficasse reduzido a Quixote aventureiro, sem Pátria, sem nome, sem dinheiro e com poucas forças disponíveis para fazer de Iturbide, não intimidava ao Brasil. Ao contrário, Pedro feito Libertador dos Portugueses; Pedro à testa dos

(113) Alusão a incidente ocorrido entre marinheiros franceses e empregados da Fazenda do Cavalão, na Praia Grande, de propriedade do ex-ministro Manuel José de Sousa França. (Cf. informações do almirante Henrique Boiteux, que prepara, presentemente, a biografia desse ilustre lagunense).

(114) Da legitimidade dos têrmos convencionados no Tratado do Reconhecimento da Independência, de 1825, de Propos a maior das autoridades que no planemente justica.

<sup>(114)</sup> Da legitimidade dos têrmos convencionados no Tratado do Reconhecimento da Independência, de 1825, depôs a maior das autoridades que no caso poderiam ser invocadas — o Barão do Rio Branco, que plenamente justificou suas disposições, inclusive as pecuniárias. Quanto ao Haití, realmente, em 1834, ainda não havia pago à França nenhuma indenização por sua independência; fê-lo, porém, em 1838, pagando 60 milhões de francos ao govêrno de Luiz Felipe. (Cf. Pedro Henríquez Ureña — "La emancipación y primer período independiente en la isla de Santo Domingo", na História de América, dirigida por Ricardo Levene, Buenos Aires, 1940, VII — 404).

vassalos de Manuel e João I, Pedro unido à política de certos Gabinetes Europeus, sem os quais não podia vencer Miguel, etc., etc.—tornou-se um Ente Moral temível (?) à política d'um país onde êle foi imperante, onde foi substituido pelas mais insignificantes mediocridades, por políticos de intriga como são os da Defensora, onde finalmente a população é heterogênea e o comércio, a lavoura, a indústria, os capitais em parte (?) pertencem (?) a ingleses e adotivos".

Outras referências à política exterior do Brasil ainda aparecem no mal escrito pasquim, como, por exemplo, esta alusão que a ocupação do Amapá pouco depois justificaria:

"Desde que o Sr. Queluz cayenou (115), ficaram os franceses querendo cayenar o Pará, sobre o qual em 1821 mostrou o Congresso Columbiano que havia muito que discutir".

As atividades jornalísticas do cônego Januário da Cunha Barbosa foram também comentadas pelo *Tupinambá Peregrino*, em um período repleto de informações, embora nem todas fidedignas:

"Em vez de novos assassínios, Sr. cônego Januário, trate V. S., não de os elogiar, mas de não temer num dia a restauração e de zombar dela no dia seguinte. O Correio Oficial, se fôr pespegando peças diplomáticas no seu Correolão Oficieiro, deixando de falar em restauração como quem fala só para ser lido por moleques do ganho e não querendo mais aborrecer à gente pensante com tolices sobre a viagem do Exmo. Sr. Antônio Carlos, etc., pode fazer ao Brasil mais serviços do que faz escrevendo para o Indígena, Carioca, Crioulo, Cabrito (116) e Sete de Abril. Não escreva para os Pedreiros Livres, Sr. cônego Januário, e deixe de zombar da restauração: discorra por êsses bordões que ferimos hoje pela primeira vez e fique certo que se

<sup>(115)</sup> João Severiano Maciel da Costa, depois Marquês de Queluz, foi governador da colônia francesa de Caiena — hoje Guiâna, durante a ocupação portuguesa de 1809-1817.

<sup>(116)</sup> Vê-se, por essa referência, o caráter oficioso de que se revestiam certos pasquins de combate aos caramurús e exaltados, principalmente aos primeiros, mantidos ou incentivados pelos moderados no poder, que se não pejavam de usar armas idênticas às que os atacavam na baixa imprensa da época. Isto mesmo, aliás, confessou Evaristo da Veiga, ao lamentar os excessos do jornalismo de então.

o não fizer ainda (iremos) continuando em desmascarar as alicantinas diplomáticas dos nossos diplomáticos das dúzias, cujos defensores são Januário, Torres, Maias, Cabrobós, Paulos Barbosas, Joões P., etc.".

Como O Novo Carioca, tambem O Tupinambá Peregrino insiste pela entrega do governo a um Partido Nacional, que identifica como o Exaltado. Redigidos no mesmo estilo, impressos na mesma tipografia de Francisco de Paula Brito, notório partidário do mesmo agrupamento político, com pequena diferença de data, êsses dois jornais terão sido, provavelmente, escritos pela mesma pena, embora mais discreto o primeiro dêles. Considerando republicano o partido de Montezuma, declara monarquista o Exaltado e fere a tecla habitual do nacionalismo, do ministério vendido aos estrangeiros "de Alger, de Túnis ou de Marrocos" — terminando pela necessidade da chamada ao poder de seus correligionários.

# "O CARIJÓ"

De janeiro de 1832 a novembro de 1833 apareceu no Rio de Janeiro o periódico denominado O Carijó, que apesar de não ter sido citado por Melo Morais, teve os seus números 1 e 2 na Exposição de História do Brasil, de 1881, em cujo Catálogo tomaram o n. 3.957. Possue a Biblioteca Nacional sua coleção, do n. 3 ao 71, e, isolado, outro exemplar datado de 12 de setembro de 1834, certamente uma ressurreição do pasquim caramurú, e que, por datar do próprio mês da morte do Duque de Bragança, aquí comentamos, afim de mostrar a vigência da idéia da restauração. Note-se, ainda, que o mais duradouro dos periódicos dessa facção foi impresso, em sua primeira fase, na tipografia de Lessa & Pereira, aparecendo em formato maior que o habitual o exemplar de 1834, composto na Tipografia Comercial, de P. Gueffier.

Embora dizendo-se, no sub-título, "Jornal Político e Literário", era principalmente oposicionista *O Carijó*, apesar da repressão em dezembro de 1833 dispensada aos jornais caramurús. Como única reminiscência literária, embora também de caráter político, era a seguinte sua epígrafe:

Jamais pour s'agrandir, vit-on, dans sa manie, Un tigre en factions partager l'Hyrcanie? (Boileau) Atacando o govêrno, considera "discípulos da ferocidade e do despotismo" os ministros Aureliano Coutinho, Antéro de Brito e Chichorro da Gama. Apontando como republicana a Bússola da Liberdade no Rio de Janeiro, periódico favorável a Bernardo de Vasconcelos, defende, por sua vez, o trono, dando como "beneméritos cidadãos" os conhecidos restauradores marechal Sampaio, vereador Bento Vaía e padre Marcelino (Pinto Ribeiro Duarte).

O artigo final, sôbre "o exímio e muito benemérito Pai da Pátria José Bonifácio de Andrada e Silva", dá razão aos que anteriormente tinham *O Carijó* como orientado por Martim Francisco Ribeiro de Andrada, que nele teria como "testa de ferro" o falso Barão de Bulow, chefe militar da intentona restauradora de 1832.

Ocorrendo, no mesmo mês de sua saída, a 24 de setembro de 1834, o falecimento do ex-Imperador D. Pedro I, cessaria naturalmente a razão de existir dêsse último periódico caramurú, que assim encerra a longa série iniciada em 1831, logo após a revolução de 7 de abril.

#### "O ELEITOR"

Realizada a reforma constitucional de 1834, o grande problema político do ano seguinte seria a eleição do Regente único. Por êsse motivo movimentou-se a imprensa partidária, embora já sem o ardor combativo observado de 1831 a 1833.

Quebrando fanças pela candidatura de Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, futuro Visconde de Albuquerque, o jornalzinho *O Eleitor* nele só encontrava qualidades, reservando todos os defeitos a seu competidor afinal vitorioso, padre Diogo Antônio Feijó.

Curiosa será portanto a verificação de que o periódico impresso na Tipografia Fluminense, de Brito & Cia., além de político dizia-se literário, como síntese de programa almejando na epígrafe apenas "Justiça e Paz".

Não tendo figurado na Exposição de História do Brasil, de 1881, e não constando das coleções da Biblioteca Nacional — possue o Sr. Francisco Marques dos Santos os números 2 e 3 do *Eleitor*, datados, respectivamente, de 28 de março e 6 de abril de 1835.

Examinando-os, pouca coisa teremos a respigar, se não quisermos incidir na repetição das habituais alegações das campanhas elei-

# O ELEITOR.

JORNAL POLITICO E LITERARIO

JESTIÇA E PAZ

Continuaremos ainda com Sr. Diogo Antonio Feijó Candidato á Regencia do Imperio. Não entraremos em todas as circunstancias que assignalarão a sua carreira publica, desde a revolução de 7 de Abril até a memoravel Administração dos 40 dias. Bastará que lem-. bremos essa sessão tempestaosa de 26 de Maio de 1832 em que o nobre Senador pretendeo comprometter & credito do Sr. Martim Francisco, e de outros, recorrendo aos mais tristes e vergonhosos estratagemas. Tratava-se de hum pretendido convitor feito ao Sr. Feijó . por parte do illustre membro da jamilia Andrada, para se effeituar a delineada mudança no pessoal do Gorerao supremo; as increpações do Sr. Feijó, não poderão nem de leve abalar o convencimento, que a defesa do Sr. Martim Francisco produsira, nos espíritos; porem Me los basta, por que objecto de maior momento foi annunciado n'essa mesma sessão: o nobre Deputado de Pernambuco o Sr. Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalvante d'Alburquer illustre membro da opposição. accusou o Sr. Feijo de ter o mandado convidar por duas veses para huma revolução, em que se pertendia derrubar a Regencia actual. A importancia da declaração, as circunstancias que a motivarão, tudo contribuia para firmar a idêa geralmente acreditada, de que o Sr. Feijó tramaya contra o systema adoptado pela maioria da Nação, e a expriencia teve de convencer-nos! Quanto isto devia concorrer, e concorreo para desconceituar o nobre. Senador, mesmo entre as pessoas do seu circulo, nos o deixamos á consideração do publico. Disse que a expriencia teve de convencer-nos, e por isso forçoso he outra vez fallar no estrepitoso 30 de Julho. Os succsos d'esse dia, ainda bem estampados na lembrança

Inteiramente votado à propaganda eleitoral de Holanda Cavalcanti contra o padre Feijó, para o cargo de Regente único, O Eleitor reflete o ardor com que foi disputada essa campanha política de 1835.

(Exemplar pertencente à coleção do Sr. Francisco Marques dos Santos).



torais. Para O Eleitor, nada menos que hipócrita, ignorante, mau, malcriado, responsável pelos "tiros no Teatro", defensor do casamento dos padres, conivente na tentativa de golpe de Estado de julho de 1832, traidor, despótico, sem religião, ridículo inovador dos ritos da Igreja Católica — era Feijó.

Além de referências à defesa parlamentar de José Bonifácio, feita por Martim Francisco, em que não faltaram acusações a Feijó, acrescentou-lhes *O Eleitor* a que então fizera Holanda Cavalcanti — provavelmente o financiador do pasquim — acusando-o "de o ter mandado convidar por duas vêzes para uma revolução em que se pretendia derrubar a Regência atual".

Respondendo principalmente aos artigos da Aurora Fluminense — a lançadora da candidatura de Feijó — era natural que O Eleitor, se inscrevesse na grande lista dos periódicos inimigos de Evaristo da Veiga, aí entretanto chamado apenas "o redator da Aurora" ou pelo nome próprio, não mais pelos numerosos apelidos dos anos anteriores — indício da transformação operada na imprensa da época.

Com o quase profético título de "saltos mortais", diz o pasquim, na primeira das venenosas pílulas com que encerra o n. 2:

"Há muita gente que afirme que se o Sr. Feijó der o importante salto à Regência do Império, aí se não demorará porque já tem projetado outro salto ainda maior: e creiam, porque o homem se projeta, executa".

Lembrando o título do jornal que Feijó redigira em São Paulo (de que a Biblioteca Nacional possue preciosa coleção), além de sua célebre e impessoal campanha contra o celibato dos padres (de que aliás plenamente se retratou mais tarde), assim termina êsse número do *Eleitor*:

"O Redator da Aurora diz que já não tem influência nos negócios públicos. Que calamidade!

"O redator do *Justiceiro* (dizem) promete a seus amigos que se q fizerem Regente — Não há de casar".

## "O CAFÉ REFORMADO"

Tendo aparecido no Rio de Janeiro, em 1835, um periódico intitulado O Café da Tarde, foi êle substituido, a 15 de julho dêsse ano por O Café Reformado, por desejar êste ter fregueses à tôda hora,

e não apenas à tarde, como explicou no artigo inicial, no qual também alude à Constituição reformada, Regência reformada, Alfândega reformada e até mesmo a muita gente então reformada.

Existindo O Café da Tarde na Secção de Jornais e Revistas da Biblioteca Nacional, o mesmo não acontece ao segundo, pertencente à coleção do Sr. Francisco Marques dos Santos. Figurou aquele na Exposição de História do Brasil, de 1881, bem como nas relações de jornais levantadas por Melo Morais e Rafael Arcanjo Galvão, embora esquecido na de Moreira de Azevedo. Do Café Reformado omitiu a existência Melo Morais e com êle todos os outros autores que têm tratado da imprensa carioca.

Impresso na tipografia de Brito & Cia., à praça da Constituição n. 51, é mais um dos númerosos periódicos de oposição aos chimangos no poder, "sanguessugas e marrecos" — "que sempre zombaram do Corpo Legislativo, como se viu quando roubaram a tutoria ao Exmo. José Bonifácio e agora de fresco metendo na prisão os militares anistiados que se vão apresentando".

Em artigo intitulado "Vantagens do Juri", comenta O Café Reformado a absolvição de Lisboa, ex-tesoureiro da Casa Imperial, injustamente acusado de aí haver "levantado" mais de cinquenta contos de réis.

Noutro artigo — "Coisas bonitas do Paço da Boa Vista" — é levado a ridículo o tutor Marquês de Itanhaem, como denota o próprio sub-título ao gosto da época:

"Que viva o Sr. Tutor Marquês! A Sra. Tutora Marquesa, filha do músico Policarpo! E seu inocente filhinho, neto do mesmo rabequista! E toque a música!"

Em inglês macarrônico, aparece uma correspondência assinada Guilherme, que se refere ao negociante Guilherme Young, acusado de ter tido negócios escusos com Bernardo de Vasconcelos, quando êste foi ministro da Fazenda, e que por isso mesmo o prefere, como a Vergueira, Rauliana, Feijó e Varista — não querendo relações com Holanda — o que nos fornece a pista para saber qual o sustentador político do jornal, isto é, o deputado Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, depois senador, várias vezes ministro e Visconde de Albuquerque.

#### "O CAPADÓCIO"

Pèssimamente redigidos, cheios de alusões nem sempre perceptíveis à distância, os dois números do *Capadócio*, de 18 de agôsto e 4 de setembro de 1835, marcam com características que vinham desde 1831 a imprensa dos últimos tempos da Regência Trina Permanente.

Incompreensível é, por exemplo, a epígrafe do primeiro número: "Adeus, capote!", atribuida ao "mesmo *Capadócio*". Com intenções de humorística é a do segundo número: "Deixá-los falar e venha o dinheirinho" — cuja autoria também não recusa.

Cada exemplar é composto de um só artigo, de oito páginas in-4.º cada um.

Começa por confessar-se capoeira, não temendo nem o Capadócio baiano — talvez o Regente Costa Carvalho — nem o da Cadeia (algum deputado), nem o Livreiro, isto é, Evaristo, "migalho de gente, espirro de tabaco, o homem das folhinhas e dos reportórios". A todo o mundo desafia — ao Enfeitadinho, ao outro Capadócio que foi para a Baía, a um delegado de meia-cara, que come de dois carrinhos, aos pimpões, etc.

Um diálogo parlamentar inventado pelo *Capadócio*, com as possíveis identificações, dá suficiente idéia de seu estilo e tom:

- "A ordem! À ordem! lá grita o outro que foi sacrista em Minas". (Aureliano?)
- "Estou na ordem! diz o meirinho do Ceará. (Rodrigues de Carvalho?)
- "Está anistiado! Anistiado! brada o mestre-escola mineiro. (Araujo Viana? Bernardo de Vasconcelos?)
- "Anistia precisa você que está coberto de crimes diz o homem da cadeira nas costas. (Honório Hermeto?).

Mais adiante, prossegue nêsses diálogos imaginários, mas não impossíveis:

"Lá grita o clérigo das calças brancas e que está com medo que se lhe acabe a *pepineira* e torne à antiga vendendo folhinhas e tabuadas:

- "Retrógrado! Regressivo! Caramurú, Sr. Presidente!

E termina, referindo-se a Evaristo: "Ah! capadócio, capadócio! O que tu queres é ir comendo a dois carrinhos e engambelando esta

gente com as tuas alicantinas; não queres perder a papa; fazes bem; mas diz-me, meu republicano de convicção e que deixaste a loja para figurares de sobrado que nunca teu avô possuiu; diz-me, minha besta de alquilé, de que feitio há de ser a tua república? Quem há de figurar nela? Tu e teus malungos, que são tão republicanos como o Imperador da Turquia? Mas o que tu queres é dinheiro, assim como os outros, e influires, ainda que seja no inferno, e com o despotismo do diabo mais velho; bem te importa a ti com essa Sra. de quem falas e a quem fazes foscas e atraiçoas, como é teu costume; porém deixa-te estar que eu te porei a calva à mostra e te farei mais bem conhecido, para que não haja quem se engane contigo. Vejam a vergonha que êle tem, que se está a rir e de perninha estendida, como vilão em casa de seu sogro, no recinto pomposo, pomposamente ornado de tantas figurinhas e figurões, a quem tu vendeste folhinhas de porta e de algibeira, e a quem abaixavas a cabeça de medo e de respeito".

Rico de reticências e exclamações é o segundo número do Capadócio, também inicialmente dedicado a D. Bertoldinho Marréco Ripanso Capadócio de la Viga, cujos apelidos assim mais se estendiam.

Alude, ainda, a outros deputados moderados: um que foi quadrilheiro, moço de feitos ou o quer que seja de um ouvidor de Pernambuco; outro — velho pimpão de óculos fixos, diabo velho, chicharro, caranguejeiro, fino como lã de cágado; outro que mata, esfola, faz e acontece e cujas trombas parecem as de D. *Astréia* (117) Econômica Furtada, e ainda outros, que seria longo descrever.

Sob o título de "Notícia" é comentado o baile da Assembléia Estrangeira, associação recreativa então existente, no qual se exibiu o Dr. Cupidinho em suas galopadas, ficando para a próxima reünião um lundum chorado por D. Bertoldinho de la Viga. Apesar do assunto, termina o artigo com a significativa exclamação — "Salva-te, Brasil!"

O Capadócio, impresso na Tipografia Fluminense, de Brito & Cia., teve o n. 3.948 no Catálogo da Exposição de História do Brasil, de 1881. Não existe na Biblioteca Nacional, pertencendo à coleção

<sup>(117)</sup> A Astréia, jornal que existiu de 1826 a 1832, era redigido por Antônio José do Amaral e José Joaquim Vieira Souto. N. 3.895 do Catálogo de Exposição de História do Brasil realizada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro a 2 de Dezembro de 1881.

do Sr. Francisco Marques dos Santos o exemplar de que nos servimos.

# "O NOVO CARAMURU"

Embora citado em 1863 na Corografia Histórica de Melo Morais, foi omitido O Novo Caramurú, dois anos depois, por Moreira de Azevedo, em sua "Origem e desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro". Não figurou, também, na Exposição de História do Brasil, de 1881, possuindo o Sr. Francisco Marques dos Santos os números 1 e 2, de 18 e 28 de agôsto de 1835, impressos na Tipografia Fluminente, de Brito & Cia., e a Biblioteca Nacional o n. 3, em formato maior, de 3 de setembro.

Sou Novo Caramurú; Adoro a Religião; Amo as leis, defendo a Pátria, Detesto a moderação —

é a epígrafe subscrita pelo redator, como sempre anônimo, que, com o sub-título — "jornal da oposição" — mostra as suas tendências.

De seus propósitos diz ainda melhor a seguinte "Introdução": "Somos brasileiros e testemunha ocular das atrocidades da infernal moderação; empreendemos o espinhoso trabalho de redigir O Novo Caramurú com o único fim de pela imprensa, esta arma tão temida pelos tiranos, publicarmos minuciosamente todos os fatos de barbaridade praticados pela gente patriótica, que enchendo a boca com a legalidade, tem excedido em crueza a quantos Verres, Silas e Catilinas hão produzido os Infernos. Tomamos o título de Caramurú por ser êste epíteto o que mais cavaco faz dar à moderação (118) e na nossa mente ser sinônimo de inimigo dos déspotas e mandões laranjeiras, que só têm cuidado em engordar suas algibeiras.

"Fizemos a presente epígrafe por estarmos convencidos, pelos fatos que temos visto praticados no Ceará, Pará, Pernambuco, etc., que só adorando-se a Religião, amando-se as Leis e defendendo-se a Pátria, é que se pode concorrer para felicidade e segurança do Trono Constitucional do Senhor D. Pedro II, nosso adorado Monarca".

119.365 F. 8

<sup>(118)</sup> Ao jornal O Caramuru, de David da Fonseca Pinto, publicado em 1832-1833, ficou devendo o Partido Restaurador o nome pelo qual foi mais conhecido.

Ainda na "Introdução", diz o redator que vai "falar em primeiro lugar do Sr. Maurício José de Lafuente, publicando o que se passou no dia 14 do corrente, dia marcado para a acusação da Aurora Fluminense de 6 de novembro de 1833, chamada à responsabilidade pelas calúnias dirigidas ao Sr. Lafuente".

"Acusação da Aurora" é o artigo em que o faz, minuciosamente relatando o andamento do processo movido contra Evaristo da Veiga. Escrevera êste, em seu citado jornal, que Lafuente era um vadio, de péssimos costumes, andando de prisão em prisão por brigas e contendas de jogo. Chamado à responsabilidade, faltou à audiência, mandando um procurador. Compareceu o acusador e contestou os documentos contra êle obtidos por Evaristo. Realmente tinha feito ferimentos em outra pessôa, em Vitória: mas fizera-o por questão de honra e durante o dia, não à noite e por motivo de jogo. Na Baía, porém, não se encontrava em 1828, razão pela qual não podia explicar o que lá lhe atribuíam. Provou mais ter sido cadete da tropa de linha e não simples soldado, como alegára Evaristo. Também fôra negociante estabelecido e vivia de consignações, não sendo portanto um vadio. No Espírito Santo déra um baile comemorativo do dia 7 de abril, ao qual comparecera o próprio Presidente da Província, além de outras pessoas gradas, e não "gente atôa".

Apesar de tudo isto, não esperava o articulista que se fizesse justiça a Lafuente, porque o juiz de paz Coimbra era chimango e em 1833 tomára parte no ataque à Sociedade Militar, tida como restauradora.

Confirmando essas previsões, o segundo número do Novo Caramurú transcreveu e comentou a sentença de Coimbra a favor de Evaristo, aceitando os documentos por êle apresentados, inclusive c da Baía onde Lafuente sustentava não ter estado, e contestando os que êste ofereceu, condenando-o ainda nas custas.

Passou a outro assunto o terceiro número do Novo Caramurú. Transcreveu, primeiramente, um discurso do Visconde de Goiâna em resposta a Bernardo de Vasconcelos, sôbre a agitada política paraense. Comentou, a seguir, os insultos que por êsse motivo recebera aquele ex-presidente do Pará, em artigo da Aurora da "Sra. Mestra de la Veiga".

CONFERÊNCIAS



# A REVOLUÇÃO DE 1842 EM MINAS GERAIS

(Conferência feita a 21 de agôsto de 1942, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por Lúcio José dos Santos, sócio correspondente.

Recemchegados a êste mundo em seguimento dos que o abandonaram depois de tê-lo apenas conhecido; anéis temporários da cadeia pela qual se perpetua a espécie, por entre a destruição dos indivíduos; como nos poderíamos dirigir, se estivéssemos reduzidos unicamente à nossa própria experiência? (Cesar Cantú-História Universal— Introdução).

Aquele que caminha na estrada da vida sem voltar o rosto para considerar o passado, e compará-lo com o presente, desapercebido entrará no futuro, que o espera adiante, e raro será o que não pague o doloroso tributo de sua imprevidência! Pois bem; aquilo que acontece aos indivíduos, acontece também às nações. (Cônego Marinho—"História do movimento político de 1842, em Minas". Epílogo).

## O SURTO DA REVOLTA

No dia 10 de junho de 1842, a cidade de Barbacena amanheceu em grande e desusado alvorôço. Soavam clarins; tocavam os sinos a rebate. Pelas 10 horas da manhã, era grande a aglomeração de povo à frente do edifício da Câmara Municipal, onde se encontrava já postado um batalhão da Guarda Nacional.

Era a explosão de um movimento revolucionário, cuja duração pouco excedeu a dois meses (72 dias).

Dos chefes dêsse movimento, o Cel. José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, José Pedro Dias de Carvalho, o Padre José Antônio Marinho, e alguns outros, estavam então naquela cidade.

Muitos foram os chefes, de que resultou acabar a revolução sem chefe, sendo sse o motivo, no entender de alguns, de não ter vingado.

Era Presidente da Província de Minas Gerais, Bernardo Jacinto da Veiga, do partido conservador então no poder. Segundo apregoavam os liberais, ao empunhar as armas era seu objetivo único derrubar o ministério conservador, por motivos de que mais adiante se falará.

Por ofício com a data dêsse dia 10 de junho, era pelo Presidente da Municipalidade convidado o Cel. José Feliciano a comparecer à sessão da mesma, por haver, dizia o ofício, "a Guarda Nacional e o povo dêste Município se reünido e proclamado V. Excia. Presidente interino desta Província", para o fim de "dirigir os esforços da mesma Província no empenho de livrar o Nosso Adorado Monarcha da coação, em que o tem posto a Oligarchia hoje dominante, e que atraiçoa em seu interêsse o país e o Trono, destruindo a Constituição do Estado, que nos cumpre sustentar e defender, como a base a mais sólida, sôbre que se firma o Trono Imperial, que juramos e protestamos à face de Deus e dos homens sustentar à custa de nossas vidas".

Protestava-se, pois, não ser a revolta dirigida contra a pessoa do Imperador nem contra as instituições políticas vigentes no país, mas contra uma facção que, no entender dos revoltosos, traía o jovem Imperador, comprometia o trono e sacrificava a liberdade.

O Presidente que se proclamava na Província teria apenas o caráter de interinidade.

Surpresa não havia para o Govêrno legal, tanto da Província como do Império, no surto da revolta, preparada como vinha sendo esta com grande açodamento pela imprensa e pelas sociedades secretas, de que havia mesmo uma, adrede organizada no Rio, a dos *Patriarcas invisíveis*. Proclamações subversivas, procedentes do Rio de Janeiro, eram lançadas por todo o país; de lá se remetiam armas para o interior, e enviavam emissários para agitar os animos e provocar a revolta.

Em revolução achava-se, havia sete anos, a Província do Rio Grande do Sul; acabava de explodir a revolta na de São Paulo (em Sorocaba) a 17 de maio. Era pois muita azada a ocasião para que se aproveitassem dela todos os descontentes, inclusive os que desejavam mesmo ir além de uma simples substituição de ministério.

Aliás, os dois movimentos sediciosos, de São Paulo e Minas, eram perfeitamente conexos e articulados, e deviam surgir simultâneamente. Os paulistas, porém, tiveram necessidade de antecipar-se, e os mineiros se lhes seguiram com um atraso de 25 dias. Essa circunstância prejudicou, a ambos: começaram sòsinhos os paulistas, e quando entraram os mineiros, já estavam aqueles pràticamente subjugados. Com efeito, a 7 de junho, era em São Paulo atacado e tomado o acampamento de Venda Grande, e, a 21, entravam em Sorocaba as fôrças legais sob o comando do Barão de Caxias. Ora, como dissemos, só a 10 se sublevaram os mineiros.

Providências pôde, pois, tomar o Govêrno central, chamando às armas a Guarda Nacional de reserva, suspendendo as garantias constitucionais não só em São Paulo e Minas como na Província do Rio de Janeiro e na Capital do Império, e recorrendo a outras medidas.

Por ofício do mesmo dia 10 de junho, ao Ministro da Justiça, dizia o Presidente legal, Veiga, haver-lhe constado "terem-se reunido (em Barbacena) alguns ex-deputados da oposição com todo os indícios de que combinão hum plano, cuja execução possa animar os agitadores...". E não se enganava, como vimos.

No mesmo dia 10 de junho, respondeu o Cel. José Feliciano aos Presidente da Câmara, que compareceria às 10 horas para a posse. Urge, diz êle, "que nos reunamos em tôrno do trono Imperial para libertarmos o Nosso Imperador da influência perniciosa de uma oligarquia cega de ambição e de capricho, que oprime o povo, e desdoira o Trono". O pensamento de tôda a Província, diz êle, é defender e pôr o monarca "no absoluto gôzo de todos os direitos majestáticos, tanto quanto a Constituïção e o Ato Adicional o querem."

Feito isso, continúa êle, "irei em mesmo aos pés do Nosso Monarca e Meu Augusto Amo pedir o castigo, se o merecemos empunhando as armas para melhor o servirmos, e sustentarmos o seu trono, e sôbre êle sua Imperial Dinastia".

Apenas empossado, e ainda no mesmo dia 10, lançou o Presidente revolucionário em longo manifesto aos mineiros, tremendo libelo contra a situação conservadora dominante, no qual historiava os agravos do partido liberal causadores da revolta, como vamos resumir.

Não havia necessidade de lembrar os manejos de 1828 e 1829, tendentes a proclamar o absolutismo a pretesto de reforma constitucional. Bastava notar que a facção dominante (o partido conservador), infenso às liberdades públicas, procurava centralizar o poder e retirar às Províncias as regalias concedidas pelo Ato Adicional.

A pretesto de interpretação, reformara o referido Ato, embora parte integrante da Constituição, cerceando os poderes das Assembléias Provinciais e ampliando os do Govêrnos Central. Fizera assim, por meio de lei ordinária, o que só era exequível pelos caminhos traçados na Constituição.

Destruira o regimento da Assembléia Geral para sufocar a discussão dos seus atos.

Sacudindo com tôdas as pêias, a nação havia conseguido que o jovem monarca tomasse as rédeas do govêrno, em 1840. Mas, a facção política que perdera o poder com a declaração da maioridade, conseguira a êle voltar, em março do ano seguinte, para continuar nos mesmos condenáveis processos.

Com a ascenção do partido conservador ao poder, começaram as vinganças políticas, as demissões e remoções em massa. Faz-se a reforma do Código do Processo Criminal, reforma profundamente liberticida. Nessa reforma, suprimiam-se as garantias consticionais, e confiava-se a liberdade do cidadão ao arbitrio de juizes comissários do Govêrno; aniquilava-se o juri, a garantia mais segura da liberdade do cidadão; e destruia-se a independência do poder judiciário. E como se não bastasse a escravidão do povo, instituia-se também a do Imperador, pela criação de um Conselho de Estado, forçando o Monarca a dar ouvidos somente aos membros dessa facção. As reclamações e representações, até de Municipalidades, não eram ouvidas, às vezes com grande acinte, duresa e grosseiria nem mesmo recebidas. ou chegavam ao extremo de motivar castigos para os seus autores. porquanto, foram por isso suspensas algumas municipalidades. A imprensa era perseguida; o operário, recrutado. Os escritores corriam a ocultar-se; os inocentes eram levados à cadeia, se não fugiam; os magistrados independentes, merecedores da confianca pública, eram perseguidos, castigados, removidos. O lar do cidadão deixou de ser um asilo inviolável, pois no mais recôndido da família penetravam à vontade os agentes do poder.

Para corrigir essa situação e pôr um paradeiro a tantos males, elegera a nação representantes seus à Câmara geral; mas, antes

mesmo que pudese funcionar, era a Assembléia Geral acintosamente disolvida; e, em unisonância com êsse ato, adiara logo o Presidente da Província de Minas a reünião da Assembléia Provincial, sem que ato algum desta provocasse aquele extremo, tanto mais quanto o Govêrno Provincial dela precisava para a votação das leis de meios, pois não tinha ainda orçamento.

Diante de tal situação, a Província de S. Paulo, tão heróica e fiel, defensora sempre da Constituição e das liberdades públicas, erguera o grito de revolta contra a tirania que se queria estabelecer na prática e empunhara valentemente as armas na defesa da Monarquia e da Constituição. Cumpria agora que os mineiros coadjuvassem os paulistas nesse nobre empreendimento, não se iludindo com promessa nem se intimidando com ameaça.

Clamava ainda o Manifesto contra a influência estrangeira porque, dizia, dava-se a estrangeiros uma influência incompatível com o estado de civilização ao Brasil, e prolongavam-se tratados contra o voto do Poder Legislativo

Era o Manifeto assinado por "José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, Presidente Interino da Província".

Ainda no mesmo dia 10, o Presidente interino, intruso como diziam os legalistas, fazia uma proclamação ao povo, dirigia uma circular às Câmaras, Municipais, escrevia longa e respeitosa carta ao Imperador, e criava um Corpo de Guardas Municipais Permanentes. Para secretário do novo govêrno foi nomeado José Pedro Dias de Carvalho. Um dos primeiros atos do Presidente interino foi suspender a execução da reforma judiciária.

Por sua vez, o Presidente legal dirigia, a 13 de junho, uma proclamação ao povo e se entendia com o Govêrno Central sôbre várias providências. O grito de anarquia será suficado pela fôrça irresistível da lei, e da opinião pública, dizia em sua proclamação Bernardo da Veiga.

Algumas Câmaras Municipais oficiaram ao Presidente interino, reconhecendo o govêrno revolucionário; outras declararam-se fiéis ao govêrno legal. Entre as primeiras distinguiram-se logo as de S. João d'El Rei, Layras e Santa Bárbara.

A 19 de junho, dirigiu o Imperador uma proclamação ao povo brasileiro, recomendando fidelidade, aconselhando a todos que des-

prezassem as pérfidas sugestões dos revoltosos, e poupassem a êle a dura necessidade de puní-lo.

Se justificadas fôssem as acusações levantadas ao Govêrno brasileiro de 1842 no Manifesto do Cel. José Feliciano, louvores não liaveria bastantes para todos aqueles que então correram às armas na mais legítima das defesas, não sòmente das liberdades civís e políticas, mas até da inviolabilidade do lar. Seria aquele um govêrno condenado ao ódio e revolta dos contemporâneos e à execração da posteridade.

Mas, até onde tinham razão os que se levantaram contra o govérno legal, há um século?

Não será possível defender o poder sem lançar a maldição sôbre os que tentaram derribá-lo, e nem mesmo descobrir algo de generoso e nobre naqueles que assim se sacrificaram e foram vencidos?

De outro lado, não será lícito engrandecer a saüdar a memória dos sacrificados voluntários de 1842, sem pronunciar o anátema sôbre o govêrno que dirigia os destinos de nossa pátria, em épocas tão tormentosas?

Não será possível crer que tivessem ambos razão?

Mas, nesse caso, que fatalidade foi aquela, que lançou uns contra os outros homens, que se deveriam entender, porque uns e outros só tinham em vista a felicidade de sua pátria, felicidade que todos só julgavam possível sob os auspícios da monarquia constitucional representativa entregue à dinastia de Bragança?

Questões são essas que, hoje, a um século de distância, dissipados os ódios que turvaram a vista de nossos antepassados, nós podemos debater e resolver serenamente, para chegarmos, tanto quanto possível à fraqueza humana, ao conhecimento da verdade. E a verdade, na expressão magnífica da evangelista (Joa. VIII-32), é a libertadora do espírito.

### II. OS DOCUMENTOS

A História não se escreve sem os documentos: é claro e nem havia necessidade de afirmá-lo. Mas, a História não se escreve só com os documentos, assim como não basta para ficar senhor de uma língua, para falá-la e apreciar-lhe as belezas literárias, possuir uma boa gramática e um bom dicionário.

Não basta dispor de documentos abundantes. E' necessário comprendê-los, interpretá-los, apreciá-los, criticá-los. Os documentos têm também a sua história. A sua autenticidade, integridade e credibilidade não são qualidades que ressaltem a um exame superficial. E se não vamos pôr a nosso serviço os documentos, solicitá-los brandamente, segundo a confissão algo cínica de Rénam em suas devastações histórico-literárias, precisamos dar-lhes o devido valor mediante um critério sereno, esclarecido e elevado.

Não é meu objetivo fazer o histórico da Revolução de 1842 em Minas Gerais, na exposição material, digamos assim, dos fatos, com tôdas as minúcias, desde o surto festivo da revolta em Barbacena a 10 de junho, até o melancólico desenlace em Santa Luzia a 20 de agôsto seguinte. Tal não deveria nem poderia ser o meu intento, nos estreitos limites de uma palestra. E nem haveria necessidade de fazê-lo, pois essa narração já vem sendo feita desde os primeiros dias, com discrepâncias muito mais de crítica e julgamento que de descrição e concatenação dos fatos.

Logo no ano seguinte à revolução, em 1843, apareceu no Rio um livro de Bernardo Xavier Pinto de Sousa — "História da Revolução em Minas Gerais, em 1842", de que se fez também uma publicação em Minas Gerais no ano seguinte, 1844.

No arquivo Público Mineiro vários documentos se encontram sôbre a matéria (Livro n. 294), publicados mais tarde na Revista do mesmo Arquivo (volume n. XV, ano 1916). Conforme verifiquei, êsses documentos são os mesmos já publicados em volume especial, muito raro hoje, sem indicação do autor, sob o título — "História da Revolução de Minas Gerais em 1842, exposta em um Quadro Cronológico, organização de peças oficiais das autoridades legítimas; dos Atos revolucionários da liga facciosa; de artigos publicados nas folhas periódicas, tanto da legalidade como do partido insurgente; e de decumentos importantes e curiosos sôbre a mesma revolução; com o retrato do General Barão de Caxias e a planta do Arraial de Santa Luzia (Rio de Janeiro, tipografia de J.J. Barroso e Cia., Rua da Alfândega n. 6, 1842).

Pela leitura de uma nota na tradução brasileira da História do Brasil de Handelmann (Geschichte von Brasilien, Berlin 1860, em que há referências muito sumária à revolução de 1842) e por outras circunstâncias depreendo que é precisamente essa a referida obra de Bernardo Xavier Pinto de Sousa, o qual se limitou a coordenar e concatenar os documentos, tanto do governo legal como dos revolucionários escrevendo apenas o *Proêmio* e algumas notas explicativas. Prestou talvez melhor serviço por êsse modo do que se escrevesse uma narração de ocorrido, quando deviam naturalmente estar muito quentes ainda os ódios partidários. E' a primeira fonte sôbre a matéria e encerra abundante e valiosa documentação, de ambos os partidos em luta. Parece-me ser essa a mesma obra a que se refere o Cônego Marinho; história cronológica da revolução de Minas, publicada, sob os auspícios do Exmo. Presidente Bernardo Jacinto da Veiga; história que por si só vinga a honra da revolução Mineira, enquanto apresenta com fidelidade todos os documentos do arquivo insurgente, os quais demonstram fielmente qual fora sempre o fim do movimento (Cônego Marinho, História da revolução de 1842, pág. 213).

Efetivamente, aí estão todos os documentos, ofícios, manifestos, proclamações, ordens do dia, artigos de jornais etc., tanto do Govêrno legal como do Govêrno "intruso". Designarei essa obra como Quadro Cronológico.

Outra obra aparecia um ano depois em 1844, a saber — "História do movimento político que no ano de 1842 teve lugar na Província de Minas Gerais" pelo Padre José Antônio Marinho". — Essa obra, que era raríssima, foi recentemente, graças aos esforços e dedicação do Sr. J. Rodrigues de Almeida, reeditada em Conselheiro Lafaiete.

Na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Tomo XI.VII, Parte II, págs. 5 a 37, ano de 1884), foi publicada a Memória histórica do Dr. Moreira de Azevedo, lida em sessão do mesmo Instituto, sob o título — "Movimento político de Minas Gerais em 1842", fonte principal dos escritores que posteriormente tem versado a matéria.

Informações úteis se encontram também nas "Efemérides Mineiras" (1664-1897) de Xavier da Veiga, esplêndida publicação, na qual, podemos dizer, vem compendiada tôda a história de Minas Gerais, com esclarecimentos úteis para a história de todo o Brasil (Ouro Preto, Imprensa Oficial, quatro volumes, 1897, obra reeditada em 1926). Podem ser aí consultadas várias efemérides.

Exige especial reparo a obra do Cônego Marinho. Trata-se de um dos chefes da revolução de 1842, homem de incontestável merecimento e reais serviços, patriota ardoroso, parlamentar, orador, homem de palavra e ação, mestre exímio e educador notável. Nascido em Minas Gerais (Brejo Salgado, à margem do Rio S. Francisco) a 7 de outubro de 1803, de pais muito pobres, ordenou-se no Caraça em 1829; tomou parte na revolução de 1824, em Pernambuco; faleceu no Rio, onde dirigia o Colégio Marinho, por êle fundado, a 13 de março de 1853.

Foi prègador e Cônego da Capela Imperial, Cura do Sacramento no Rio, e depois teve honras de Monsenhor. O Colégio Marinho teve justificado renome; assinala-se ainda que o seu diretor protegia muitos moços pobres que revelassem inteligência e pendor para os estudos, sendo muito estimado e acatado. Obteve também provisão de advogado. Evidentemente, a obra do Cônego Marinho deve ser sujeita à caução. No apreciá-la, porém, não vamos tão longe quanto Xavier da Veiga nas citadas Efemérides. Tão pouco sereno se mostra êste distinto escritor e político mineiro que nos dá a impressão de não haver esquecido de que militares nas fileiras do partido conservador, e de que à sua ilustre família pertencia o Presidente da Província em 1842, Bernardo Jacinto da Veiga. Não devia, pois, ser tão severo contra o historiador que, a muito menor distância dos acontecimentos (na razão de dois para 55 anos) não esquecera de que era liberal.

Do Cônego Marinho em sua obra, diz outro chefe revolucionário Teófilo Otoni, que, "se omitiu seus próprios serviços e sacrifícios, não perdeu ocasião de pôr em relêvo a mais pequena circunstância que pudesse enobrecer o caráter dos seus amigos". Não fez, pois, a apelogia de si mesmo, como diz Xavier da Veiga; e aliás, basta ler a obra.

"E' irrisório que os Achilles, na falta de um prestimoso Homero, decantem os próprios feitos memoráveis", diz o autor das Efemérides. Ora, poderia Homero ter sido também um dos guerrenos da Hellade, que combateram junto dos muros de Troia, como há autoridades pêso que o afirmem. Seria então Homero tão suspeito quanto Achilles

Não foi irrisório que Júlio Cesar escrevesse os próprios feitos nas Gálias, o que não prova ter sido por isso inimigo da verdade, embora mereça alguma suspeita de parcialidade. Já dizia o personagem de um romance de Flaubert (Bouvard et Pecuchet): "Faríamos outra idéia de Cesar se fôsse Vercingetorix quem escrevesse os Comentários". Foi irrisório que Xenophonte descrevesse os acontecimentos em que teve grande parte, e o mesmo fizesse entre nós o nosso incomparável Taunay? São irrisórios o Anábaso e a Retirada da Laguna?

Não é, pois, "empreendimento absurdo o escrever tal história quem tomara parte tão ativo, eficiente e ostentoso naquela revolução". Não ao contrário, foi um serviço prestado à posteridade. Escritos dessa natureza, memórias, autobiografias, etc. são depoimentos de testemunhas oculares ou pelo menos contemporâneas dos fatos, elementos que serão depois passados pelo crivo da crítica, quando esta puder exercer-se serena e imparcial. São elementos a ser confrontados com vários outros, com fatos, circunstâncias etc., levando-se naturalmente em conta o valor pessoal da testemunha, as paixões que podiam obscurecer-lhe a vista, os interêsses de que podia estar animado, etc. etc.

Se assim não fôra, não mereceriam também ser tomados em conta os outros elementos contemporâneos, que tão justamente são invocados no caso, proclamações do govêrno ou dos revolucionários, artigos de jornais do tempo, cartas particulares, etc. Se não devemos admitir que só se encontre a verdade no que diziam o govêrno e seus amigos, e só a mentira no que afirmavam os adversários, certo é que não havemos de acoimar de irrisório e absurdo, o que escreveram os últimos. Algo há de superior a uns e outros, que se deve alcançar ouvindo ambos, isto é, a verdade.

Sôbre todo êsse acervo de elementos é que se vai exercer a crítica quando a distância dos acontecimentos, o restabelecimento da paz, o apaziguamento das lutas, o esquecimento dos ódios partidários, a permitirem justa, serena, esclarecida, imparcial.

Em acontecimentos como êste, deve o julgamento ser reservado para tempos mais calmos. Em tese, não podemos esperá-lo, sereno e imparcial das testemunhas oculares, dos contemporâneos, e menos ainda dos comparticipantes. Mas, sem os testemunhas e contribuições que êstes nos deixem, com opoderíamos pronunciar o nosso veridito?

Pars magna que foi naqueles lamentáveis acontecimentos de 42, não podia o Cônego Marinho, humanamente falando, ser imparcial e justo, maximé em se tratando de lutas civis e dissídios políticos em que tanto costumam extremar-se as opiniões. Não o foi de fato. Restaria indagar, se foi sincero desinteressado: é outra questão. Só o fato de lançar-se um homem de merecimento no campo da luta aberta, com todos os riscos de bens e de vida, é já uma presunção a favor, tanto mais quanto não se tratava de subverter a ordem social e política, de derribar o império, de perseguir a religião, de trair a pátria. Ao contrário, os chefes da revolução afirmarant sempre sua grande dedicação ao trono, seu amor à dinastia, sendo apenas intuito seu deribar uma facção politica que, a seu ver, comprometia, pelos desmandos e violências, todos aqueles bens. Embora errôneo, êsse modo de ver podia ser perfeitamente sincero. E se, na apreciação de fatos dessa natureza, não asta a sinceridade de seus autores, não deve essa qualidade ser desdenhada ou esquecida no julgamento.

Referindo-se à obra do Cônego Marinho, diz o Pe. Galanti: "Como o autor fôsse um dos chefes do motim, o seu livro vem a ser uma apologia e um panegírico da revolta mineira. Os fatos, todavia, que êle relata, apesar de algumas exagerações, parecem-nos geralmente; pouco mais ou menos exatos" (Compêndio de História do Brasil, IV, pág. 473).

Tendo sido um dos chefes do movimento, diz Mario de Lima sôbre o Cônego Marinho, a sua narrativa é, naturalmente, parcial e apaixonada, o que não impede que seja o seu trabalho uma das fontes mais interessantes para o estudo da rebelião liberal (Coletânea de Autores Mineiros, Prosadores, pág. 100, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1922).

Eis aí duas opiniões muito mais exatas e justas sôbre o autor da História do movimento de 1842 em Minas Gerais, que a outra citada. Trata-se ainda de dois homens competentes e inteiramente desinteressados no seu modo de pensar, cuja opinião não hesito em subscrever.

Há ainda a notar uma circunstância, que não deveria passar despercebida ao ilustre autor das *Efemérides Mineiras*. E' que o próprio Cônego Marinho não deu ao seu livro outro caráter senão o de uma contribuição para o julgameto futuro, quando a posteridade o puder

fazer "no silêncio das paixões e distantes dos interêsses do da". Está certo, diz êle, de que, "com fundamento razoável", será tido como suspeito; quís porém defender os insurgentes, mostrando quais as intenções que os animavam. Reproduzirei aquí as significativas palavras finais do preâmbulo — "Ao Público", do seu livro: Reconheco que serei tido como um historiador suspeito; tem-se mesmo procurado de antemão prevenir o juízo público a respeito dêste trabalho enfim não poucas vozes, retumbarão dizendo-o o são discursos de um Anarquista, palavras de um Santa Luzia (nome que por muito tempo se deu ao partido liberal, depois de 1842). Confesso que essa prevenção tem fundamento razoável; mas na atualidade o meu fim é pôr diante dos olhos de quem está acima de tôdas as paixões um quadro, que mesmo desenhado por pincel suspeito, não deixará de parecer verdadeiro a quem desprevenido a considera; e deixar para o futuro um testemunho da pureza de intenções, da moralidade do procedimento dos insurgentes em 1842, e para que digam os vindouros os nossos antepassados amavam a Monarquia quanto à liberdade. Os que entenderem que tenho faltado à verdade histórica, podem, como eu, publicar os fatos, de que tenham conhecimento; podem contrariar minhas asserções, e será dêsse modo que uma crítica esclarecida poderá formar um juízo seguro sôbre a verdade dos acontecimentos; pela minha parte, e aquí fato por todos os que se comprometeram no movimento de dez de junho, desejo ardentemente que o procedimento dos insurgentes seja por tôdas as faces analisado, e que fique à posteridade formar sôbre êle seu juízo no silêncio das paixões e distante dos interêsses do dia".

Essas palavras, se não sancionam, é claro, tôdas as afirmações que o Cônego Marinho fez em seu livro, o absolvem certamente das increpações a êle feitas e de que demos notícia. Êle se dá como testemunhas e não como juíz; quer fornecer elementos para a crítica futura e não julgar a causa; e sobretudo quer mostrar quanto eram sinceros, desinteressados, dignos e amigos das instituições os que, em 1842, recorreram às armas na defesa de suas idéias.

### III. O PASSADO E O PRESENTE

No entender de uma escola que, felizmente, não possue cultores entre nós, pelo menos ao que me conste, grave êrro ou mesmo grave

perigo vai no estudo da História. Um pedagogo, Gustav Wyneken, de acôrdo com as idéias de Nietzche, proclama positivamente: E' necessário preparar uma geração libertada do pensamento histórico. É preciso educar uma geração que pense inhistòricamente. A escola, com a sua cultura histórica, nos tem condenado a eterno epigonismo; e segundo ela, deve a nossa obra tôda reduzir-se a um plágio. Ora, não estamos aquí para aprender a História e a cultura dos outros, mas para fazer as nossas". No entender desses reformadores: nada de histórico; o sentido está no futuro; o objetivo é o novo, o criador das Nenes, das Schöpferish. — O simples enunciado dessa doutrina é já uma condenação, tão patente e tão positivo é o êrro em que assenta.

Não é exato que o estudo da História seja apenas o culto dos grandes homens e só nos consiga preparar epígonos que venham a ser, em regra, mais nocivos que úteis à humanidade.

Certamente, grande razão assiste a Charles Elliot, que foi quarenta anos Reitor da Harvard University, quando nos admoesta: "Um passado brilhante constitue grave perigo, se nos torna contente com o presente e mal preparados para futuro". Assim, é, de fato; mas, dever-se-á concluir que é preferível não conhecer êsse passado? Não; pois, as glórias do passado podem constituir motivos para que se não queira decair delas, assim como a lembrança das desgraças costuma transformar-se em estímulo para futuro reerguimento. A própria História nos fornece muitos exemplos de um e outro caso.

Antigamente, escrevia o historiador com objetivos vários: Interessar pela narrativa e pelo brilho literário, como em Herodoto e Biodoro da Sicilia; elevar os espíritos e fornecer modelos às novas gerações, como em Plutarco e Políbio: glorificar e engrandecer a pátria como em Tito Lívio e Tácito; enaltecer os próprios feitos, como em Júlio César e Xenofonte.

Hoje, há primeiro que tudo um objetivo de caráter científico; conhecer o passado, compreendê-lo, estabelecer as relações de causalidade entre os fatos e prever no quanto possível o futuro. Mesmo entre os antigos já se encontra essa preocupação. Logo no primeiro livro de sua monumental História, ao lado da preocupação entusiástica de quem vai narrar acontecimentos notáveis, "maiores que os quais não se encontravam outros na memória dos homens", manifesta Tucídides a nobre preocupação de imparcialidade e a afirmação de não se

F. 9

haver poupado a esforços e pesquisas para conhecer devidamente os fatos, rejentando o que houvesse de fabuloso. Será talvez escutado com menor prazer, diz êle; mas, acrescenta como grande consôlo, que julgarão útil o seu trabalho aqueles que querem ver claro nos acontecimentos passados e nos fatos vindouros, fatos que, segundo as leis humanas, serão semelhantes ou análogos.

Tucídides, segundo nos afirma, quer escrever uma História destinada, não a lisongear o auditório de um momento, mas a constituir o patrimônio da posteridade. Tácito nos adverte, que vai escrever sem animosidade nem lisonja. Ora essa isenção de espírito só é consentânea com o estudo conciencioso dos fatos e de suas causas, e com a objetividade no julgamento.

Assim, pois, é preocupação antiga da humanidade, e preocupação vigorosa, conhecer e compreender o seu passado. Ausência de His tória equivale mesmo a ausência de cultura (De Sinn der Geschichte-Bernhart.

E é costume chamar povos sem História aos povos nos límbos ainda da civilização primitiva. O que mantem a continuidade da personalidade humana, é memória. Anàlogamente, é pela memória, pela História e pela tradição, que se traduz e mantem a continuidade na vida de um povo sem a qual não é possível um progresso cultural verdadeiro.

Por essa afirmação, porém, não iremos dar no exagêro do historismo, modo de considerar as cousas no ponto de vista unilateral da evolução histórica. O historismo, filho legítimo embora degenerado do romantismo, em franca hostilidade a tôda Metafisica, foge à questão de um sentido na História. Nasceu como reação ao liberalismo clássico, nas suas afirmações demasiado absolutas sôbre a universalidade e constância das leis sociais e econômicas.

Para Hegel, na História, a idéia é tudo, e o positivo, concreto, mera realidade passageira, em que se vai corporificando a idéia segundo o processo da dialética movel, em tese, antítese e síntese. Só o racional é real, mas de outro lado, na realidade e eficiência, tem-se a prova da racionalidade (Alles was est vernunfig, das ist wircklich; was ist wirklich, ist vernunftig). A realidade é, pois, racional. Graça a êsse critério, julga Hegel compreender a História, isto é, transformá-la em conceito; e as oposições nela existentes podem resolver-se como

simples acomodações da idéia absoluta no conceito, mesmo dela. O positivo, o dado histórico, deve ser precisamente o verdadeiro e válido. A racionalidade não se deduzirá, pois, de princípio algum da razão, mas da fatalidade inelutável segundo a qual a idéia se vai efetivando no mundo. O próprio Deus não existe: está se fazendo.

Aparentemente próxima é, entretanto, oposta à de Hegel a concepção do historismo. Para êste, a ordem social não repousa em princípios abstratos; é apenas uma das fases da evolução histórica geral. Não há leis sociais absolutas. O direito diz um dos grandes mestres da escola histórica, senão o seu fundador, Savigny, o direito não é uma regra absoluta, mas uma das forças do corpo social, que surge e evolue em virtude de leis superiores aos caprichos do momento. E' um relativismo, um positivismo histórico.

Embora sôbre fundamentos diferentes, os resultados práticos e conclusões se identificam no hegelismo e no positivismo. Em contrário ao primeiro, descobre o segundo a irredutibilidade da realidade histórica e reconhece o pròpriamente histórico, e com isso o pròpriamente válido, não na evolução da idéia absoluta, mas precisamente naquilo em que êle se opõe à resolução em idéia, isto é, no individual inconceituável (Handbuch der Philosophie — Natur, Geist, Gott: Religions philosophie, pág. 19).

Nesses têrmos, deveremos renunciar a tôda apreciação sôbre os fundamentos, sôbre as causas dos acontecimentos. Importa apenas interrogar a História no quanto é acessível aos nossos meios de pesquisa, e compreender as formas de vida que nela se manifestam, e os tipos pelos quais é determinada.

Qualquer que seja a fórmula por que o homem queira exprimir o sentido da História, essa fórmula será, sempre, o reflexo apenas do seu interior movediço e agitado.

Nessa compreensão, nesses postulados, para que estudar a História? para que recordar o passado? Que lições se podem deduzir do que é necessário e fatal no seu tempo? Que pode haver de trágico ou banal, de heróico ou ridículo, de sublime ou grotesco, de nobre ou execrável, na perspectiva do passado segundo essa concepção? Nada disso se pode descobrir ou vislumbrar onde não há sentido. Na apologia do mundo como êle é, diz Bernhart, e dos acontecimentos como êles

correm, encontrou o mundo moderno o seu evangelho lógico, consequente e também merecido (Der Sinn der Geschichte pág. 32).

Mas, não estão aí os homens a se bateren, a se destruirem por idéias, para a realização de determinadas concepções e doutrinas?

Idéias? Nada! dir-nos-á Karl Marx; isso é apenas a superestrutura, o que se vê e parecer existir por si; a infrastructura, aquilo que não se ê bem e de que depende a estabilidade da primeira, são os interêsses materiais, são os fatores econômicos, são os modos da produção; é o ser que condiciona a conciência, e não o contrário; o homem é, o que êle come (Der Mensch ist, was er isst).

Não, não é assim. E freqüentemente, como agora, costuma a humanidade fazer a prova dos seus próprios erros doutrinários pelo processo que chamamos, em Matemática, da demonstração da verdade pela redução a absurdo.

Já nos pitogóricos, diz Herting, alvoresce a idéia de que no mundo não há apenas chousas que são, mas tansbém verdades que valem. O Cristianismo firmou definitivamente a verdade de que, alem dos seres, há valores e, entre êstes, há valors eternos.

Não há uma Moral para cada povo e cada época; há princípios absolutos. Mas, como brilhantemente mostrou Dephoige, respondendo a Ley Bruhl, a Moral Cristã não é uma moral abstrata, feita para um homem abstrato, irreal; não poderá dizer isso, quem examine como se exprime um dos melhores intérpretes, se não o melhor, da doutrina: Sto. Tomaz de Aquino. Em três grupos distribue êsse intérprete os elementos a levar em conta: o homem pode não caminhar direito, porque não vê claro — é a ignorância; o homem pode ver claro a ainda não caminhar direito, porque influenciado pela paixão; finalmente, o homem sofre o influxo mais ou menos vigoroso de múltiplos outros elementos; idade, sexo, temperamento, estado mórbido clima etc. etc. Em tôrno, pois, de princípios absolutos êsses elementos dão um colorido variado, ao ato moral, desde a responsabilidade integral, que só pode existir com o pleno conhecimento e plena liberdade até a irreponsabilidade completa ligada à ausência dêsses dous elementos.

Não é, pois, uma Moral abstrata, nem figura um homem irreal. Ao contrário, obedecendo a ela o homem normal reconhece obedecer às leis da sua própria conservação e progresso. Aliás a Etnologia moderna, estudada diretamente por missionários católicos, por missio-

nários pretestantes, por homens de ciência, veio trazer, revelações interessantes que deveriam surpreender profundamente os grandes sociólogos de gabinete do século passado e da primeira metade dêste, que conheciam a humanidade pelas relações de viajantes, honestos alguns mas apressados e fáceis em concluir e generalizar, ou ignorantes e levianos outros, amigos do sensacional, como aquele que, nas ruas do Rio de Janeiro via os índios correndo tirarem o chapéu diante das igrejas (citado por Büchner — Force et matière).

Alguns missionários permaneceram longos anos entre os selvagens, e puderam conhecê-los intimamente; assim os Padres Trilles, entre os Pigmeus da floresta equatorial africana, e Schebesta entre os Pigmeus do centro africano, que ambos, em pontos diferentes, e observações e estudos independentes chegaram a resultados concordantes (ver o Prefácio do Pe. W. Schmidt à obra do Pe. Trilles — Les Pymées de la foret equatoriale).

Trata-se do povo incontestàvelmente mais primitivo, cuja cultura material é a mais simples, mais rudimentar e mais grosseira. Pois bem, contràriamente aos postulados essenciais do evolucionismo, tais povos são monoteístas, e monogâmicos, e possuem idéias fundamentais da Moral natural que, segundo a doutrina cristã, nos vem com as luzes da razão, e que a Moral cristã, sobrenatural, apenas aperfeiçoou e completou.

Temos, pois, princípios fundamentais para o julgamento dos fatos, e só asim nos será útil e salutar a sua rememoração. Esta é aliás uma necessidade invencível uma aspiração irreprimível do espírito o indagar o homem pelo sentido da História, não ver nos acontecimentos um caos, e procurar um sentido para a sua existência, para sua situação no mundo, para o seu destino na História. Com tôdas as forças do nosso ser procuramos conhecer os motivos do que tem acontecido e do que deve acontecer encontrar uma ordem nas cousas; uão podemos aceitar o individual sem o geral, as aparências que fluem sem uma realidade que permanece, um movimento sem móvel. Não é sòmente uma necessidade lógica do espírito ou uma aspiração incoercível do coração, é também a conclusão do exame objetivo dos fatos que nos levam a reconhecer que as idéias não são apenas realidades psicológicas, produto da atividade do organismo sob a influência do meio material e cultural, e a dar-lhes a realidade metafísica

como expressão de uma vontade superior ao mundo e que nele se manifesta. E assim, em contrário a Savigny, diremos que as condições variáveis da sociedade trazem aplicações jurídicas novas, estas porém se apoiam sôbre princípios absolutos como a própria lei natural, de que emanam. Em contrário a alguns filósofos e sociólogos, diremos que a História tem um sentido, e só pode ter sentido porque há pontos de referência invariáveis, há princípios absolutos superiores à vontade do homem.

Certamente, pela vastidão imensa da História, pela estreiteza de nossa visão, e pela pequena duração de nossa vida, não nos será dado alcançar solução completa e satisfatória para tôdas as questões. Sabemos, porém, que o nosso esfôrço não será perdido e há de contribui para a solução do conjunto.

A nossa presença hoje, aquí, para relembrarmos, apreciarmos e julgarmos acontecimentos graves de há um século na terra mineira, seria inútil e estéril, como inútil e estéril seria o próprio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, venerável instituição, carregada de tantos e tão assinalados serviços, não fôsse essa convicção de que há num sentido na História e de que, portanto, do exame do passado se podem deduzir lições e ensinamentos para o futuro, e de que merecem o nosso preito aqueles que se sacrificaram na convicção de que preparavam para nós uma pátria cada vez mais digria de respeito e amor.

Mas, segundo a lição de César Cantú, é necessário que a História, numa sombria contemplação, não venha descobrir e envenenar mais as chagas sociais, e sim que faça servir em proveito dos filhos a colheita das dores sofridas pelos pais, e o exemplo das grandes catástrofes. (Op. cit.)

### IV. AS CAUSAS

Felicidade nossa foi o têrmos conseguido a independência nacional sob o signo da monarquia. De outro modo teríamos provàvelmente, como os nossos vizinhos e parentes hispano-americanos, aberto o nosso caminho entre a ditadura e a anarquia, ora por uma ora por outra. E nem teria sido possível manter a integridade e homogeneidade dêste

colosso que é o Brasil. Sabemos como se desfez e esboroou o belo e generoso sonho de Bolivar.

Não nos faltaram, porém, as agitações partidárias e lutas civis, fruto de nossa inexperiência política, e fomos assim levados a depor o nosso primeiro imperador, dentro da primeira década da independência, a 7 de abril de 1831.

Teria sido um bem? Há quem o discuta. Por motivo da situação gravîsima que reinava em Portugal, ou antes, na Europa, com repercussões na América, e do estabelecimento apressado da monarquia portuguesa no Brasil, não pudera o herdeiro de D. João VI receber a educação adequada às altas funções a que se destinava, como aliás êle mesmo reconhecia. Generoso e cavalheiresco, bem inspirado pela esposa e por um grupo de amigos de que felizmente se rodara, lançou o desafio à sua própria terra e proclamou a independência de sua nova pátria.

Não era, porém, fácil governar um povo jovem e turbulento, em cujos ouvidos vinham ecoar, sem se enfraquecerem e antes se avultarem, as reivindicações liberais que dominavam na velha Europa. O liberalismo estava então na sua lua de mel com a monarquia constitucional representativa, que se supunha ser a obra prima da sabedoria política dos homens nascidos da revolução.

Como reação contra o regime absoluto então dominante, produziu nos primeiros momentos o liberalismo muitos resultados brilhantes. Era, porém, intrinsecamente mau; e asim, quando poude impregnar as novas instituições políticas e sobretudo fermentar na ordem econômica, veio a produzir todos os males que aí estão a culminar na gravissima situação que o mundo atravessa. Muito poucos se encontrarão hoje, que acreditem ainda nas belezas do Estado liberal meramente jurídico, simples juiz e polícia, embalados na vã espectativa de que, em tôdas as ordens de manifestações da atividade humana, se posam harmonizar as cousas por si mesmas, pelo jôgo espontâneo de fôrças naturais e fatais, assim como no firmamento se equilibram e harmonizam os astros pelo simples jôgo da atração e da fôrça centrífuga. Pelo menos nós, no Brasil de hoje, em tal não acreditamos.

De outro lado, as tradições do nosso monarca eram absolutistas. Era isso que êle vira em casa. E não lhe escapava certamente o espetáculo da dor com que os monarcas deixavam que lhes arrancassem os povos as chamadas conquistas liberais.

Era no jôgo antagônico dessas duas fôrças opostas — absolutismo e liberalismo-que se iam passar o nove ano de reinado do nosso primeiro Imperador. Os portugueses natos e muitos brasileiros assim como os elementos aristocratas que vinham do passado, viam com pezar as concessões que o jovem monarca ia fazendo às idéias liberais. Para essa gente, uma constituição era objeto de execração, quase um sacrilégio, e uma Câmara popular, representativa, uma casa de loucos. Ora, êsses é que se julgavam os amigos do Imperador; èsses eram os pedristas.

Por sua vez exacerbavam-se os liberais na sua faina de reivindicações. Nas primeiras eleições para a Constituinte a reünir-se em Portugal, queriam já em comicio os eleitores brasileiros que D. João VI jurasse uma Constituição: Constituição era o que se ia fazer, mas à espera disso, jurasse êle a constituição espanhola!

Por sua vez a Assembléia Constituinte brasileira, em luta com o soberano, descambara para uma constituição mais republicana que monárquica.

Há quase um século, escrevia o grande Arcebispo de Mogúncia, o homem que Leão XIII chamara seu precursor, Mr. Ketteler, palavras tão verdadeiras quanto reveladoras de profundo senso e seguro critério. As idéias são o que há de mais elevado no homem; elas são a fôrça que ergue o homem acima de si mesmo e o faz aspirar a uma perfeição moral e a uma felicidade mais perfeitas. As idéias de verdade, bondade, virtude, felicidade, são o preságio de uma vida futura e eterna, em que a alma encontre a plenitude dessas realidades que ela aspira na terra. Mas, nós somos forçados a ralizar com elementos terrestres as grandes e eternas idéias de noso epírito, e para fazê-lo, somos presos, adstritos a êsses elementos e à leis que Deus lhes formulou. Assim, cada idéia está a procura de uma exterior, de um corpo, por assim dizer. Sem um corpo, permanecem as idéias de algum modo indeterminadas e no estado católico; são para nós como se não existissem.

Ora, essas formas das idéias não são arbitrárias, mas dependentes daquelas leis que Deus lhes impôs. Cousa semelhante acontece aos nossos raciocínios, que não justos senão quando correspondent às leis

da lógica, assim como a nossa palavra, que corporifica ésses pensamentos e raciocínios, não é correta senão quando conforme às regras. da linguagem.

Essa consideração é verdadeira também de tôdas as idéias práticas que devem realizar-se na vida política e social dos povos. Em tôda parte e sempre, é necessário que os dous fatores sejam unidos assim como o corpo à alma, isto é, que as idéias se aliem a formas que lhes sejam adequadas. A falta dessa relação é a desordem. Idéis privadas de sua verdadeira forma e isoladas das leis que Deus lhes fixou, tornam-se em êrro; são como uma torrente sem leito, como uma flama que nada detem: em vez de construir, destroem. E' êsse o lado obscuro da História. Se as idéias sem as formas adequadas são perigosas e subversivas, não menos funestas, embora menos rápidas nos seus efeitos destruïdores, são as formas sem idéias. Formas vazias, de onde evolaram as idéias a que deviam a existência, expressões destituídas do seu pensamento criador, corpo de onde escapou a alma, tudo isso não é senão a morte com a sua natural consegüência — a corrupção. Essas formas que sobrevivem às idéias de que nasceran, são sempre uma mentira e uma hipocrisia; fenomeno também fregüente e que constitue uma das outras faces obscuras da História.

E' necessário, pois, em tôdas as cousas, para que haja prosperidade e progresso, que idéias verdadeiras assumam as formas em que se move a vida humana, e que essas formas se submetam às verdadeiras leis que tem o fundamento na natureza das cousas, isto é, na vontade de Deus.

O verdadeiro sucesso depende inteiramente da relação exata entre a idéia e a forma em que a mesma se realiza.

Tôdas as relações civís e políticas repousam sôbre idéias cuja realização constitue o seu objetivo. Ora, se essas idéias se corporificam fora de suas forma legítima, sem atenção à História e às tradições, aos caminhos e desígnios da Providência, aos mandamentos de Deus, elas se tornam em torrentes devastadoras.

O que não é menos pernicioso é que, às vezes, as formas do Direite, as instituïções civís e políticas, depois de haverem perdido as idéias melas contidas, e de que nasceram, continuam a afetar pretenções que não lhes seria mais possível fazer valer senão pretendendo ser a realização de uma idéia emanada do próprio Deus. Chegado

êsse ponto, um Estado se enfraquece e degrada e caminha para a ruína: não é mais que uma falsidade, uma mentira.

Temos muitos exemplos dessas formas sem as idéias criadoras que as haviam chamado à vida. Tais são os pretensos conservadores: homens de pura forma, presos unicamente à letra e despreocupados do espírito da lei, homens que, para as formas legais, quando já o espírito delas se evolou desde muito, e assim passaram a favorecer tendências inteiramente contrárias, reclamam o mesmo respeito, a mesma sanção divina, devidos ao verdadeiro direito.

Não basta, pois, proclamar grandes e nobres idéias exclusivas, nem dar a uma forma legal culto tão exclusivo que faça acreditar em que dependa inteiramente dela, da existência dessa forma, a salvação social.

O que é preciso, o que importa, ao contrário, é apreender a verdadeira ligação das idéias e formas, afim de alcançar um ponto de vista elevado e seguro na apreciação das instituições sociais e políticas. (Ketteler-George Goyau).

O primeiro reinado foi precisamento o teatro dessa luta entre idéias sem formas adequadas, e formas sem idéias que as animassem.

De um lado, queriam uns manter as velhas formas de idéias completamente peremptas, algumas de todo vãs e estéreis, e outras que, pelo menos já haviam feito o seu tempo e a nada mais podiam corresponder. Muitas dessas idéias eram os velhos temas do absolutismo, do patriarcalismo, do direito divino: Sem um soberano a governar como pai, em nome de Deus, não podiam os povos senão trilhar o caminho da perdição e da ruína. Esses velhos conservadores eram todos homens da forma, das formas em que não viviam mais as idéias para que haviam nascido.

De outro lado, outros homens apregoavam idéias novas, muito brilhantes, magníficas algumas e mesmo necessárias, mas não sabiam ou não conseguiam encontrar ou realizar as formas adequadas em que pudessem elas viver e frutificar. Muitas dessas idéias eram apenas velhos chavões revolucionários, incapazes de produzir outra cousa senão figuras literárias, por estéreis ou contraproducentes quaisquer que fôssem as formas de que se revestissem. Outras idéias eram necessárias no momento, eram fecundas e exequíveis, mas a inexperiência política e a turbulência da nova nacionalidade, aliada à preocu-

pação de realizar de pronto no Brasil, o que as velhas nações européias levaram logo tempo a alcançar, impediam que se encontrassem as formas práticas de realização.

Ficou assim a nação entre dous campos opostos — absolutistas e liberais, formas sem idéias e idéias em forma, o pavor da anarquia nos primeiros, e o medo do despotismo nos segundos. Resultou daí que a primeira forma em que se corporifica a idéia, a aspiração da liberdade, foi desde logo destruída. Não conseguiram os liberais calcular bem a sua resistência ao primeiro monarca, e foram além do objetivo colimado, derribando êsse monarca com o risco de derrocar a própria monarquia, quando visavam apenas desmontar um ministério.

Quando pela madrugada de 7 de abril de 1831 (às 4 horas e meia), ao Campo de Santana onde se reunira grande multidão em atitude hostil, chegava o Major Miguel de Frias trazendo o ato da abdicação de D. Pedro I, "reinou a princípio um movimento de espanto: ninguém contava com êste desfêcho da crise. Mas, logo repercutiam em vários pontos aclamações e vivas a D. Pedro II, que foram unânimemente correspondidos" (J.M. Pereira da Silva, Reinado de D. Pedro I, pág. 460). Havia certamente alí quen: desejasse a queda do Imperador e outros, embora poucos e muito pouco influentes, que fôssem além e preferissem proclamar a República. Mas, entusiasmo, surpresa ou desaponto, fôsse como fôsse, era necessário receber com mostras de alegria aquele resultado, pelo qual, com a máxima ingratidão, se perdia o primeiro monarca "que asim deixava o país que lhe devia a independência e a constituïção, e onde, embora tivesse pecado muitas vêzes, tanto também contra êle se havia pecado". (Heinrich Handelmann - Geschihte von Brasilien - VVellag Julius Spring (Berlin, 1860, pág. 895).

"Se a nossa velha Europa virou casa de loucos, não é de admirar que a meninada do Novo Mundo siga êste caminho", dizia o Barão de Daiser Sylbach, encarregado dos negócios da Áustria no Brasil, em carta ao Barão de Neumann, ministro austríaco em Londres, a 26 de abril de 1831 (cit. na História do Brasil de Rocha Pombo, VIII, 262).

Era natural supor esmagado o partido absolutista com essa tremenda vitória dos liberais. Na confusão dos primeiros tempos posteriores ao 7 de abril, se foi diferenciando êsse partido liberal primitivo.

No seu seio, se destacaram logo três facções: os exaltados que queriam tirar da vitória todos os frutos e consequências, segundo o seu programa liberal; os moderados que reclamavam prudência e queriam apenas conservar as conquistas já feitas; e, finalmente, os restauradores, liberais que, continuando no seu procedimento ilógico, queriam a volta de D. Pedro I. Dessas três, correntes surgiram os partidos liberal, conservador e caramurú. O último, que resistiu à própria recusa, expressamente manifestada pelo monarca destronado, agora simples Duque de Bragança, em aceitar-lhe os oferecimentos, só veio a disolver-se e desaparecer com a morte dele a 24 de setembro de 1834, em Lisboa. Susistiram os dois até a queda da Monarquia, a 15 de novembro de 1889. Os primeiros receberam a herança das idéias liberais, algo atenuadas. Os segundos, embora se afixassem mimigos de inovações, não eram inimigos do progresso, e foi sempre notado que muitas das reformas chamadas liberais foram realizadas ou pelo menos concluídas quando no poder o partido conservador.

Deve-se a Bernardo Pereira de Vasconcelos, senão a criação, pròpriamente dita, pelo menos a sistematização do partido conservador. Filho do Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, nasceu Bernardo Pereira de Vasconcelos em Vila Rica (Ouro Preto) a 27 de agôsto de 1795 e morreu no Rio a 1 de maio de 1850. Jornalista, parlamentar, administrador, ministro, legislador, orador, foi Bernardo Pereira de Vaconcelos, como disse o Barão do Rio Branco, "o verdadeiro mestre do parlamentarismo no Brasil, e ninguém melhor que êle combateu pelo advento de um govêrno livre". Comparam-no a Mirabeau pelo brilho da eloqüência e vigor das apóstrofes. Teve com o grande tribuno francês mais uma semelhança: Mirabeau, depois de haver destruído, quis conservar; procurou deter a corrente, quando esta, por demais impetuosa, não o podia mais ser. Mais feliz, conseguiu Vasconcelos abrir à corrente um leito apropriado em que ela, em vez de devastar e destruir, consolidasse e fertilizasse.

Quando, em 1837, o Regente do Império Pedro de Araújo Lima, posteriormente Marquês de Olinda, organizou o Ministério de 19 de setembro, confiou a pasta da Justiça a Bernardo Pereira de Vasconcelos, que teve assim a alta direção política do Brasil, e pôde organizar o partido conservador. Como era natural, foi acoimado de trânsfuga liberal. Com grande brilho e igual sabedoria, justificou-se

o político mineiro, dizendo, em resumo: Fôra liberal; a liberdade, nova no país, estava nas aspirações do povo, não porém nas suas leis. O poder era tudo, e, então, fôra liberal. Mas, o aspecto da sociedade mudara; os princípios democráticos tudo haviam ganho e muito comprometido; a sociedade, que antes correra risco pelo poder, passara a corrê-lo pela desorganização e pela anarquia. Era necessário salvar a pátria e, pois, pôr um paradeiro a essa marcha. Não abandonava êle a causa, que defendera no dia dos seus perigos e de sua fraqueza, deixava-a agora no dia em que era tão seguro o seu triunfo que até o excesso a comprometeria. Defendeu o país contra o despotismo, e agora o defende contra a desorganização. Os perigos da sociedade variam. E assim criou o partido conservador, para conservar o que se havia ganho, e impedir que uma agitação inconsiderada tudo fizesse perder. A ordem pública e a soberania d'a lei são necessidades fundamentais do organismo social".

Nobres e belas palavras, demonstradoras de grande descortino e senso político, tão necessárias naquela época difícil.

Ao povo e à tropa esctacionados no Campo de Santana, diz Max Fleiuss, causara "profunda estranheza", a leitura do ato de abdicação "Não menos se surpreendeu o partido liberal ao qual couberam as honras do dia, e que, pretendendo apenas repor, pelas armas, o gabinete de 7 de abril, se encontrou, de uma hora para outra, na contingência de assumir, com a investidura do govêrno, as árduas e extremas responsabidades desa agitadíssima década histórica de transição e de lutas, de efervescência de paixões políticas, que representa o período regencial" (História Administrativa do Brasil, pág. 154), "período aflitivo, diz Rocha Pombo, nove longos anos de contínuas amarguras a que não se sabe dizer como é que resistiu a integridade do Império, (História do Brasil, VIII, 561). Efetivamente, por todo o império se alastrava a desordem. A sedição de 1833 em Minas Gerais: a abrilada, em Pernambuco; a guerra dos Cabanos; movimentos no Maranhão e no Pará; e afinal a grande revolução do Rio Grande do Sul, que devia estender-se por dez anos (1835 — 1845), com a tentativa da república. No Rio, a energia do Pe. Feijó, ministro da Tustica, salvava da desordem a capital.

A lei n. 16, de 12 de outubro de 1832, cognominada Ato Adicional à Constituïção do Império, regulara a autonomia das Privín-

cias, dera às Assembléias provinciais grande autoridade, assim para legislar sôbre instrução pública e estabelecimentos proprios para provê-la, adotara várias medidas democráticas, e suprimira o Conselho de Estado.

Cada vez mais intensas se foram tornando as lutas partidárias. Sinceramente ou não, acreditaram muitos que todos os males provinham dos partidos, os quais, mediante o instrumento da Regência, dominavam o Império, e que melhor seria entregar a direção suprema ao seu detentor constitucional, isto é, o jovem soberano, que deveria, então, ser declarado maior, na expectativa de que assim se normalizassem as coisas.

A maioridade, isto é, a época em que se pode presumir tenha o homem alcançado a plenitude de suas faculdades de compreensão e julgamento, de modo a ser considerado integralmente responsável, se não está ligada necessàriamente a uma idade precisa, também não é suscetível de ser declarada por lei, sem mais exame; e se é automàticamente declarada em certas condições jurídicas, é porque tais condições a tornam legitimamente presumível . Essa consideração, porém, não era de molde a deter os partidários da maioridade.

Surgiu, pois, o projeto da declaração da maioridade, proposta por Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté, mais tarde), Antônio Carlos de Andrada e Silva e Manuel Antônio Galvão, projeto combatido como inconstitucional, e efetivamente o era, por Honório Hermeto Carneiro Leão (mais tarde Marquês do Paraná), leader dos conservadores.

Foram vencedores os liberais e, a 23 de julho de 1840, o jovem imperador quis ou antes, aceitou ser declarado maior aos 15 anos. Tal é o ato conhecido sob a denominação de Quero já. Formou-se então o primeiro ministério da maioridade a 24 de julho de 1840, dirigido por Limpo de Abreu, com a pasta da Justiça, dêle fazendo parte os dois Andradas, Antônio Carlos e Martins Francisco, nas pastas do Império e da Fazenda, respectivamente

Foram inexoráveis com os adversários os homens do novo gabinete. Antônio Carlos demitiu quatorze presidentes de Províncias e respectivos secretários. Limpo de Abreu removeu Juízes de Direito de Comarcas importantes para outras inferiores ou em lugares remotos, exonerou Chefes de polícia, suspendeu Comandantes e oficiais supe-

riores da Guarda Nacional. Martim Francisco não se deixava ficar atrás, na pasta da Fazenda. Em vésperas de eleições, o Ministro da Justiça, Antônio Carlos, suspendeu arbitràriamente quase todos os juízes de paz da Capital, que deviam presidir as eleições paroquiais, e os substituiu por suplentes à vontade do govêrno, e expediu instruções aos Presidentes das Províncias para que procedessem anàlogamente.

Gerais foram os clamores. Em outubro, realizaram-se as eleições para a legislatura de 1842 a 1845. Como era de esperar, dados aqueles preparativos, cantaram os liberais estrondosa vitória. Essas eleições, afirma Pereira da Silva, foram uma farça. Infelizmente, o mesmo dizia cada um dos dois partidos das eleições realizadas sob os auspícios do outro. Dados, porém, os preparativos apontados, é de crer que asim tivessem acontecido neste caso concreto.

O partido liberal fizera a maioridade, disso mesmo se gabava, e procurava dela tirar todos os benefícios. Não pôde, porém, agüentar-se por muito tempo no poder e foi substituído a 23 de março de 1841 por um ministério conservador.

Três projetos de lei passaram então na Câmara, sob a inspiração do novo Ministério, que provocaram profunda irritação no partido liberal: a lei de 23 de novembro de 1841 restabelecida o Conselho de Estado, o qual, como vimos, fôra abolido pelo Ato Adicional; a lei de 3 de dezembro do mesmo ano alterava disposições do Código do Processo Criminal, quanto à organização da polícia, formação dos processos, funções da magistratura e julgamento dos réus perante o juri; uma terceira lei restringia a atribuições das Asembléias Provinciais, passando os vice-presidentes a ser de nomeação do Govêrno central, em vez de eleito por aquelas asembléias.

Pela palavra de Paula Sousa e Vergueiro consideravam os liberais o Conselho de Estado como verdadeiro monstro que ia transformar completamente a forma de govêrno e passar o poder das mãos do monarca para uma oligarquia. Era uma arma de govêrno para o regime autoritário. A reforma criminal, no entender dêles, importava em suprimir as garantias do cidadão e em sacrificar a independência do poder judiciário. A lei interpretativa do Ato Adicional, quanto às funções e poderes das Assembléias Provinciais, era, para êles, atentatória da autonomia das Províncias, além de inconstitucional. Eram atos de imperialismo, afirmavam.

Começou intensa agitação. O plano do partido liberal resumia-se no seguinte: Impedir a todo transe a execução daquelas leis, até a reünião da Câmara, já eleita. Contando com essa Câmara, o partido forçaria o monarca a entregar-lhe o poder, e ser-lhe-ia então fácil modificar a situação.

A oposição foi se tornando virulenta e agressiva, na imprensa, nos clubes, etc. Surgiu no Rio um Clube Central, chefiando por Limpo de Abreu e Teófilo Otoni para dirigir e orientar o movimento de resistência nas provincias de São Paulo e Minas Gerais. Esse Clube enviara até armas para Minas e provocava a revolta contra o Predente Bernardo Jacinto da Veiga. A 25 de abril de 1842 tiveram início as sessões preparatórias da Assembléia geral, eleita nas condicões que indicamos. Presidiu-as Martim Francisco. Infelizmente, os primeiros atos da Assembléia eram de molde a confirmar a acusacão de que não fôssem legítimos os eleitos. A comissão de poderes. composta dos mais extremados liberais, sem esperar a chegada de grande parte, a maior parte, diz Galanti (Compêndio da História do Brasil) das atas das eleições paroquiais, nem as particulares dos colégios (a eleição fôra indireta, em dois graus) apresentou logo no dia seguinte o parecer aprovando os diplomas e reconhecendo deputados sem mencionar nenhum dos protestos e representações, desprezando quaisquer documentos. O presidente da Assembléia designou para a discussão do parecer o dia 29 de abril, mau grado os protestos e reclamações dos deputados conservadores, e, no dia seguinte, 30, a maioria aprovou o parecer, e o Presidente declarou pronta a Câmara para instalar-se definitivamente. E começou a correr o boato de que a Assembléia ia começar pondo os Ministros sob a acusação de haverem violado a Constituição e o regime.

Nessas conjunturas, o Ministério solicitou do Monarca a dissolução da Câmara, a 1 de maio, medida extrema que se ia aplicar pela vez primeira no Brasil, dentro da Constituição.

Como dizia o Ministério no seu pedido, "a Câmara não tem a fôrça moral indispensável para acreditar os seus atos e fortalecer entre nós o sistema representativo. Não pode representar a opinião do país. A Câmara resulta da fraude; substituíu as listas verdadeiras por outras, falsas. Localidades houve, em que não se encontrassem 100 eleitores, e que deram 1.000 votos e até mais. Não houve liberdade

de voto nem respeito à vontade popular. E' uma Câmara eivada de vicios e crimes".

A 2 de maio, era publicado o decreto imperial que dissolvia a Câmara e convocava o povo à nova eleição.

A 17 do mesmo mês de maio irrompia a revolução em Sorocaba, na Província de São Paulo, e a 10 do mês seguinte, o mesmo acontecia em Barbacena, na de Minas Gerais.

Da concatenação dos fatos, e das próprias afirmações dos chefes sediciosos em seus manifestos, resulta, pois, que a causa, pelo menos a causa próxima da revolução de 1842, em São Paulo como em Minas, foi a dissolução da Assembléia, e as leis relativas ao Conselho de Estado, à reforma judiciária e à autonomia das Províncias, principalmente a primeira dessas leis. Essa foi a causa da revolução, no dizer dos rebeldes. Sel-o-ia de fato?

#### V. OS FATOS

Como dissemos, providências foram logo tomadas pelos govêrnos central e provincial. Suspensas as garantias constitucionais, foram logo presos no Rio vários instigadores, coautores morais do movimento sedicioso, com Limpo de Abreu, Tôrres Homem, Cônego Geraldo Bastos, Soares de Meireles, França Guimarães, etc. e recolhidos a diversas fortalezas, sendo alguns dêles, como o primeiro citado, deportados para a Europa.

De Barbacena marchou José Feliciano para S. João d'El Rei, sendo alí recebido festivamente e logo reconhecido pela Municipalidade. Alí estabeleceu a sede de seu govêrno. Como é sabido, fôra intento dos Inconfidentes estabelecer naquela cidade a capital de Minas Gerais.

De S. João d'El Rei, marcharam os insurgentes na direção da Capital da Província, Ouro Preto, indo ter a Queluz (hoje Conselheiro Lafaiete). Várias cidades e vilas foram tomadas por outras colunas de insurgentes que se iam formando em outros pontos, como Lavras, Aiuruoca e Baependí, não tendo sido pequena a resistência na última que, afinal, capitulou. Ao movimento se foram incorporando Bonfim, Pomba, Queluz, Lavras, Oliveira, Araxá Tamanduá (hoje Itapecerica), Santa Bárbara, Caeté. Em Sabará, onde o Govêrno legal

119.365 F. 10

esperava resistir com resultado entraram os insurgentes comandados por Manuel Ferreira. Aderiram ainda Santa Luzia, Curvelo e Patafufo (hoje Pará).

A esse tempo já havia o Presidente legal conseguido coordenar fórças e enviá-las contra os rebeldes. Sofreram logo estes alguns reveses, assim em Mendanha, em Tamanduá, de onde foram desalojados, e Araxá.

Entretanto, em menos de um mês, dominavam os insurgentes a parte mais populosa de Minas e dispunham de guarnições em tôda a linha de comunicações entre a capital de Minas e a do Império. Das 42 municipalidades de então, 15 se haviam manifestado pela revolução.

No entender do Cônego Marinho, se o Presidente interino saísse de S. João d'El Rel, coordenasse as fôrças de que podia dispor, naquela cidade, em S. José, Bonfim, Barbacena e Queluz, e marchasse para Ouro Preto, a 25 ou 26 de junho, ter-se-ia apoderado da Capital, o que seria de grande efeito para a causa revolucionária. "Assim o sistema de evitar choques e derramamento de sangue, deixando tudo a cada uma das povoações, comprometia a causa dos Insurgentes" (Hist. da revol. pág., 113). Mas, deixando uma guarnição em Queluz, retrocedeu o Presidente interino a S. João d'El Rei, procedimento que não era de molde a animar os insurgentes.

As fôrças legais, sob o comando do Cel. Toledo Ribas, foram cercar Queluz. O Cel. Antônio Nunes Galvão, comandante da coluna do centro, de guarnição na cidade, não se sentindo com fôrças bastantes, resolveu abandoná-la; recebendo, porém, reforço, conseguiu repeiir as atacantes a 4 de julho, abandonando mais tarde aquela posição com receio de ser atacado por fôrças mais consideráveis. Ocuparam-nas as fôrças legais. Entrementes, habilidosamente mandava, o Govêrno legal espalhar notícias sôbre a derrota de São Paulo, a proclamação imperial de 19 de junho e de vários desastres dos insurgentes mineiros, notícias que, evidentemente, deviam influir muito no espírito do povo e mesmo abalar os insurgentes, entre outras, a vinda do Barão de Caxias a Minas para comandar as fôrças legais.

Efetivamente, algumas colunas se dispersaram, assim as de Baependí, Rio do Peixe, Bom Jardim, etc.; outras sofreram reveses como a de Paraïbuna; várias cidades se submeteram, como Lavras;

Queluz, abandonada por Galvão, receioso de um ataque, fôra, como vimos, ocupada pelas fórças legais.

Procuraram os insurgentes reagir com vigor. Convocou o Presidente interino a Assembléia provincial para S. João d'El Rei. Não houve número legal para o funcionamento da mesma; não obstante, por proposta do deputado Padre Marinho, os presente manifestaram a sua confiança no Presidente interino e deram-lhe poderes para praticar os atos necessários, segundo diziam, a salvar a Constituição e o trono.

De S. João d'El Rei partiu novamente o Presidente interino. As colunas insurgentes de S. João e Barbacena, unindo-se à de Engenho dos Cataguazes, foram ter a Santo Amaro, próximo de Queluz, onde acamparam a 24 de julho. Depois de algumas divergências e indecisões, os Insurgentes, sob o comando de Galvão, atacaram e tomaram a Vila de Queluz, a 26, depois de porfiada luta, que se prolongou com grande denodo pelas ruas e praças.

As fôrças legais tiveram aí muitas baixas, perderam armas e munições inclusive uma peça de artilharia.

Dêsse sucesso de incontestável importância, não souberam ou não puderam os rebeldes tirar os devidos frutos. Chegou-lhes a notícia de que vinha como Comandante Chefe das fôrças imperiais o Barão de Caxias, concluída já a sua tarefa em São Paulo. Não eram animadoras as notícias vindas do norte da Província, pois Curvelo, Santa Luzia e mesmo Sabará haviam sido tomadas pelas fôrças legais.

Entendiam alguns que se devesse seguir imediatamente a atacar a Capital, Ouro Preto. Prevaleceu, porém, a opinião dos que julgavam mais acertado operar uma marcha de flanco, em direção ao norte, deixando à direita a Capital. Efetivamente, a 29 de junho pôs-se em marcha o exército rebelde para Ouro Branco, e foi acampar, no dia 31 de julho, no Capão do Lana (perto da atual Estação de D. Bosco, no ramal de Ponte Nova, entre Burnier e Ouro Preto) a 4 léguas da Capital.

Aí, mais fortes se manifestaram as divergências entre os chefes sôbre o ataque à Capital. Na opinião do Cel. José Feliciano, opinião que veio a prevalecer, dever-se-ia, desistir dêsse ataque e seguir para Sabará. Em consequencia dessa deliberação, um dos aliados "a quem

tanto devia a revolução" (Cônego Marinho pág. 175), desligou-se dos companheiros o Dr. Camilo Maria Ferreira Armonde (depois Conde de Prados).

A coluna do exército comandada por Galvão retrocedeu à Bocaina (próximo da atual estação de Burnier), a 1 de agôsto, ao passo que a coluna comandada por Alvarenga, com a qual estavam o Presidente interino e seu Estado Maior, foi ter aos Henriques, localidade a a 3 léguas de Ouro Preto, na estrada de Cachoeira do Campo à Capital (a velha estrada feita pelo Governador da Capitania, D. Rodrigo José de Meneses). Dêste ponto, Otoni e alguns companheiros seguiram pela serra até S. Sebastião e chegaram à vista de Ouro Preto, que lhes pareceu deserta, devendo ser fácil tomá-la, fazendo-se o ataque pelas Cabeças. Nos primeiros dias de agôsto, acamparam os Insurgentes em Bocaina. Chegaram então aos rebeldes notícias mais completas e seguras da situação. A revolução estava subjugada em São Paulo; dispersavam-se os insurgentes no sul de Minas; o Barão de Caxias, a 5 de agôsto, estava em Oueluz, e segundo uma carta que daí viera, o Barão não atacaria os insurgentes sem primeiro conferenciar com o Presidente interino, e publicava editais prometendo anistia aos que se submetessem.

Reconhecendo a impossibilidade de uma vitória, entenderam muitos que fôsse preferível uma submissão honrosa; não difícil talvez de obter, uma vez que o brilhante feito d'armas de Queluz deveria ter impressionado o Govêrno.

Chegaram assim muitos a desanimar e a julgar terminada a revolução, tratando de salvar-se como pudessem. O próprio Melo Franco, um dos mais influentes, inclinava-se para a obtenção de uma anistia. Otoni procurava ganhar tempo, mas afinal, "julgando que tudo estava desesperado" (Cônego Marinho), fez uma proposta para deposição das armas. Resumia-se em 3 pontos a proposta: 1.º Em proclamação ao povo, declararia o Presidente interino que, por ter sido feita a revolução em Minas para apoiar a Província de S. Paulo, pacificada esta, não tinha a outra mais razão de ser. 2.º Levar-se-ia ao conhecimento do arão de Caxias essa proclamação, declarando-se-lhe que os Mineiros, após uma vitória brilhante como a de Queluz, depunham as armas para evitar maior efusão de sangue e se entregavam confiantes à clemência imperial. 3.º As principais pessoas que se achassem no

acampamento, com o Presidente interino, à frente, iriam entregar-se ao General chefe das fôrças legais.

O Presidente interino, Cel. José Feliciano, discordou da terceira condição; e a proposta não teve seguimento. Aliás, quando se discutia ainda, chegou a notícia da aproximação da coluna insurgente de Santa Bárbara, julgada perdida. Elevava-se assim o exército insurgente a 3.300 homens bem armados e entusiasmados". Otoni desistiu de sua proposta, e insistiu, assim como outros, no ataque à Capital. Predominou, porém, o parecer do Presidente interino, apoiado aliás pelo comandante militar de mais prestígio entre os insurgentes, Galvão.

A vacilação dos chefes, diz o cônego Marinho, apagava o entusiasmo dos soldados. Muitas fôrças, assim as de Barbacena, Queluz, Brumado e outras, declararam retirar-se. Pensou-se em escolher um Vice-Presidente, para substituir o Cel. José Feliciano.

A 6 de agôsto, punha-se o exército em marcha de Bocaina para Sabará, onde chegou a 11, e a 12 atacou e tomou a cidade, a qual, a 13, estava tôda em seu poder. Essa marcha fez-se, pois, muito vagarosamente. O cônego Marinho, fazendo justiça ao caráter do Presidente interino, nos explica a lentidão da marcha. E' que, julgando os outros por si, não acreditava que o enganassem, os que afirmavam ser intenção de Caxias ter com êle um entendimento que viesse por têrmo honroso à luta (Con. Marinho, pág. 189).

De Sabará, o exército insurgente, que contava já 3.300 homens, seguiu para Santa Luzia, onde acampou à espera do choque com as fôrças legais.

Só no dia 6 de agôsto, à noite, entrava o Barão de Caxias em Ouro Preto.

Critica o cônego Marinho a afirmação de Caxias, de que houvesse passado e tivesse chegado à Capital sem ser pressentido pelos insurgentes; porquanto já haviam êstes partido das vizinhanças de Ouro Preto. Má vontade, apenas; pois, por êste ou aquele motivo, o certo é que Caxias chegou sem ser pressentido, sendo que deveria naturalmente supor o ataque à Capital pelos rebeldes e, portanto, resistência à sua marcha para alí.

No seu ofício-relatório ao Ministro da Guerra, José Clemente Pereira, a 6 de setembro, o Cel. Francisco Vicente Souto-Maior, que iora nomeado Comandante militar de Barbacena mas, preso pelos rebeldes, estava no acampamento de Bocaina, nos conta o seguinte. Era deliberação do Presidente interino, de combinação com os chefes, marcharem todos para Cachoeira do Campo e, alí, dissolverem as fôrças e entregarem a êle, Souto Maior, as armas.

Desgraçadamente, porém, chegou ao acampamento, às 8 horas da noite, a coluna de Santa Bárbara, formada por "1800 homens bem armados e aguerridos". Reanimados, decidiram os insurgentes não mais depor as armas, e marchavam para Sabará (Quadro Cronológico pág. 268-269).

Resolveu o Cel. José Feliciano enviar ao Barão de Caxias, em Ouro Preto, dois emissários, Dr. Melo Franco e Coronel Souto Maior, a quem se dava liberdade, para tratarem da pacificação. Escreveu Melo Franco ao Barão de Caxias duas cartas, datadas ambas de Santa Rita (perto de Santo Antônio do Rio Acima, não longe de Sabará) a 14 de agôsto. Em têrmos respeitosos e dígnos, pedia-se a pacificação para evitar a continuação dos horrores da guerra civil, sem formular condições. Apelando para o Barão de Caxias, dizia-lhe Melo Franco que êle certamente prezaria a glória de ser o pacificador mais que a de ser o conquistador de Minas Gerais. No seu já citado ofício relatório, o Cel. Souto Maior nos d'á conta dessa missão, para a qual foi solto, devendo seguir com o Dr. Melo Franco. Seguiram ambos para Congonhas de Sabará (hoje Belo Horizonte); aí não encontrando o Barão de Caxias, foram até Santa Rita, onde encontraram o Cel. Leite com algumas fôrças legais. Aí, escreveu o Cel. Souto longa carta ao General Chefe das fôrças legais, comunicando-lhe tudo que se havia passado. De Santa Rita, seguiram os emissários para Cachoeira do Campo, de onde partiria o Coronel "para a Côrte". Prendeu-o, porém, o sub-delegado local, julgando-o suspeito, acompanhado como estava por um sedicioso. Seguiram ambos para Ouro Preto, onde foi o Dr. Melo Franco encerrado na Cadeia Pública. Permitiu-lhe o Presidente legal, que seguisse para Sabará, onde deveria encontrar o Barão de Caxias, como efetivamente se deu, a 18 de agôsto, dando ao mesmo o Coronel "todos os esclarecimentos concernentes aos rebeldes, a todos os respeitos". Ordenou-lhe o General que seguisse para o Rio. Voltou a Preto o Coronel e, quando daí partiu para o Rio, a 23 de agôsto, levou já a notícia da vitória de Santa Luzia. A 29, apresentava-se o Coronel ao Ministro da Guerra, José Clemente Pereira.

Êsse ofício é datado de 6 de setembro, e assinado por Francisco Vicente Souto Maior, Coronel graduado e reformado (Quadro Cronológico. pág. 265 a 272).

Em consequência disso, foi o referido oficial submetido a Conselho de Guerra, por ter aceitado do "Presidente intruso" a comissão de "ir à Côrte solicitar uma anistia geral para os rebeldes da Província de Minas, e recusado entregar às competentes autoridades, que o reclamavam, o bacharel Manuel de Melo Franco, envolvido na rebelião". (Ibid. pág. 272). Melo Franco, que a princípio estudara Direito, formou-se em Medicina em Montpellier em 1837.

Não nos esclarece o Cel. Souto sôbre o modo por que recebeu Caxias o pedido do Presidente interino, Cel. José Feliciano. Certo é que o Barão de Caxias teve conhecimento das cartas do Dr. Meio Franco, não nos dizendo o Coronel Souto Maior o que a respeito pensara o General.

Como dissemos, não encontraram os emissários do Cel. José Feliciano o Barão de Caxias, em Ouro Preto. Daí já havia saído o General, indo deter-se em Caeté, para aí dispor as suas fôrças. Era plano seu seguir pela estrada de Sabará a Santa Luzia, de modo a atacar de frente os rebeldes a 21 de agôsto, ao passo que o seu irmão, Cel. José de Lima e Silva (mais tarde Barão de Tocantins), à frente do 8.º Batalhão, seguindo pela estrada da Lapa, as atacaria de flanco para decidir a batalha.

Mas, os rebeldes haviam resolvido antecipar o ataque, rompendo fogo na manhã de 20.

Segundo a afirmação de Caxias, foi o seu plano de batalha desvendado aos rebeldes por um desertor; assim traído, foi-lhe mister modificar o primeiro plano "e ir rechaçando o inimigo, a passo de carga, de posição em posição, até que êste ocupou a alta colina, que domina o arraial. Tomava posição, para no dia seguinte empenhar o combate; quando os rebeldes, interpretando a aparente irresolução por fraqueza, e côncios de sua superioridade numérica, romperam combate com três mil e trezentos caçadores, e uma peça a cavaleiro do campo legal" (Pinto de Campos, Vida do Duque de Caxias, pág. 73).

Nessa madrugada, deixou o Cel. José Feliciano o acampamento dos insurgentes. À noite, reuniu em Conselho alguns dos seus amigos e comunicou-lhes a resolução que havia tomado; pedia que a conservassem secreta, para que não influísse nos ânimos; desejava que fôssem vencedores os seus amigos, mas não podia acompanhá-los mais. Ficava assim sem chefe a revolução.

Como era de esperar não se guardou sôbre o caso o devido sigilo; e, embora não se possa afirmar que à defecção do Cel. José Feliciano se deveu a derrota de sua causa, certo é que devesse ela influir destruidosamente, nos ânimos. Ficaram as fôrças rebeldes sob a direção dos chefes Galvão, Alvarenga e Lemos. Contràriamente ao que havia disposto e esperava, foi o Barão de Caxias atacado pelos insurgentes que contavam com 3.300 homens e dispunham de um canhão. As fôrças legais eram inferiores em número, mas dispunham de 4 canhões.

Renhida foi a batalha, que se manteve indecisa passando depois a ser positivamente contrária às forças legais.

O Cel. Lima e Silva, que deveria estar no campo de batalha a 21, ouviu o troar da artilharia; teve o bom senso de admitir uma antecipação no ataque, e seguiu sem tardança para Santa Luzia, e tal qual Büllow com seus prussianos que desembocaram no campo de batalha de Waterloo, quando já Wellington e Blücher se supunham perdidos, decidiu o combate, sendo desbaratados os rebeldes, que lutaram com grande denodo; e era já noite fechada quando Galvão e Alvarenga combatiam ainda para proteger a retirada dos seus soldados pela ponte grande sôbre o Rio das Veihas.

Essa vitória da legalidade pôs têrmo à revolta. Em grandes massas se foram entregando os soldados rebeldes aos comandantes das fôrças legais. Submeteram-se tôdas as cidades onde tinham conseguido ganhar pé os insurgentes. Algumas colunas de fôrças isoladas, postadas em pontos afastados onde não podi achegar senão com demora a notícia do desastre de Santa Luiza, só mais tarde se dissolveram e dispersaram. Os próprios chefes militares — Antônio Nunes Galvão e Francisco José Alvarenga, os principais que haviam dirigido as fôrças rebeldes no combate, fizeram a 21 de agôsto, perante o subdelegado de Matosinhos, uma declaração escrita, protestando haver dispersado

as suas fôrças e não mais se opor às leis em vigor, pondo termo ao derramamento de sangue.

Teófilo Otoni, José Pedro Dias de Carvalho, Padre Joaquim Camilo de Brito, capitão Pedro Teixeira de Carvalho, Padre Manuel Dias do Couto Guimarães, Francisco Ferreira Pais, Coronel João Gualberto Teixeira de Carvalho e outros foram presos em Santa Luzia e remetidos a Ouro Preto. Seguiram a pé, algemados e presos aos pares por grilhões, no meio de uma escolta comandada pelo Ten. Cel. Marinho.

Tristísimo espetáculo foi êsse, que a todos compungiu e a muitos revoltou, pelas estradas a fora, como só se via, às vêzes, na condução de levas de galés.

Sabedor dêsse fato, mandou o Barão de Caxias um emissário, Bento Ribeiro, com ordem terminante ao Ten. Cel. Marinho para que retirasse as algemas e grilhões aos prisioneiros e lhes fornecesse montaria para a viagem. Esse emissário foi alcançar a escolta em Congonhas de Sabará (hoje Belo Horizonte). Na sua narração dessa trágica viagem, escrita na Cadeia pública de Ouro Preto, a 12 de setembro, reproduzida na obra do Cônego, Marinho, conta-nos Teófilo Otoni que, saído de Santa Luzia a 22 de agôsto, permaneceram dois dias na cadeia pública de Sabará, de onde partiram, a 24, para Congonhas (hoje Belo Horizonte) onde foram metidos na Igreja de Nosso Senhor do Bonfim, desrespeitosamente transformada em prisão. Aí foram liertados das suas algemas e correntes a instâncias de Francisco de Assís Pinheiro, sendo-lhes permitido continuar a viagem a cavalo, puxados por soldados os animais. Depois disso, chegou Bento Ribeiro com a ordem de Caxias, com a afirmação de que o General ficara muito irritado com o procedimento deshumano do Ten. Cel. Marinho, no qual não tinha parte. Efetivamente, Caxias incumbira Bento Leite de acompanhar os prisioneiros para protegê-los, e, de volta a Ouro Preto, repreendeu severamente o Ten. Cel. Marinho (Cônego Marinho pág. 268).

Essa mesma versão é reproduzida pelo Dr. Moreira de Azevedo (Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Br.), provàvelmente daquela mesma fonte.

Essa nobre atitude de Caxias nos é atestada pelo próprio Bento José Leite de Faria, Brigadeiro reformado, por ofício ao mesmo

Caxias, a 14 de agôsto de 1861 (transcrito por Mor. Pinto de Campos,

pág. 75).

A primeira versão confirma a segunda. De Congonhas de Sabará partiram os prisioneiros e sua escolta, a 25, indo pernoitar em Rio de Pedras, e no dia seguinte, em Casa Branca, onde, como em Congonhas de Sabará, foi a matriz transformada em prisão.

Daí seguiram indo fazer sua tristíssima entrada em Ouro Preto a 27. Na Capital serviram os rebeldes de espetáculo ao povo que, em atitude hostil e desrespeitosa, os aguardava pelas praças e ruas. Cometeram as autoridades a falta de agravar essa situação, fazendo com que, da Cadeia pública onde haviam chegado, desfilassem até a presença do Chefe de Polícia, antes de serem aferrolhados nas prisões. Tanto podem as paixões partidárias:

Diante disso, não se deve deixar no olvido o procedimento generoso e bravo do Cel. José Feliciano de Morais Cid e do seu Ajudante, Ten. Cel. Antônio Martins da Costa, que tudo fizeram para proteger os rebeldes prisioneiros. O Cel. Cid. foi recebê-los fora da cidade, estranhou e censurou que não lhes deixassem a direção de suas montarias; fez calar uma banda de música; na praça da Cadeia, chegou a arrancar a espada para conter a populaça (Cônego Marinho página 270).

Fala-nos o Cônego Marinho em maus tratos e severa vigilância nas prisões. Pelo menos a vigilância não deve ter sido tão grande como nô-la descreve o Autor, pois, êle mesmo nos dá conta de uma conspiração que chegou aos ouvidos dos prisioneiros. Tratava-se de renovar a revolução, devendo ser soltos logo no início os chefes presos. Uma fôrça de uns 500 homens atacaria de surpresa, à noite, a cidade; seriam tomados o Palácio presidencial, o Quartel e a Cadeia pública. Consultados, recusaram-se os presos aderir a essa tentativa, que foi também contrariada por alguns chefes insurgentes, ainda foragidos.

Vários chefes da revolta, que conseguiram escapar, se foram apresentando à prisão. O Cel. José Feliciano permaneceu oculto até a anistia. O Cônego Marinho, que se homiziara na fazenda de S. Gonçalo, entregou-se à prisão.

Em vez do verdadeiro caminho a seguir, isto é, conceder a anistia, cometeu o governo o erro de submeter ao juri os rebeldes, como nos

crimes comuns. Naqueles primeiros momentos, não era natural esperar dos tribunais populares, serenidade e imparcialidade no julgamento, neste ou naquele sentido. Por felicidade dos acusados em tôda a parte pendeu o juri para a clemência, declarando-os inocentes. Dadas algumas apelações, foram confirmadas as sentenças absolutórias.

Pelo juri de Ouro Preto, foram absolvidos: Dr. Joaquim Antônio Fernandes Leão, José Pedro Dias de Carvalho e Mariano José Bernardes; pelo de Mariana: Cel. Torres, Capitão Vicente e Engenheiro Desgenets, Melo Franco e Teófilo Otoni; pelo de Piranga: Padre José Antônio Marinho. E outros casos houve.

Que significação podiam ter êsses julgamentos? Absolvidos os réus declarados inocentes os chefes rebeldes lògicamente ficava condenado o Govêrno. Justificado o Govêrno, só poderiam escapar os acusados, não pela inocência, mas pela porta da boa fé e ignorância, senão pela da imbecilidade.

Êrro foi, pois, e grande, submeter a juri os insurgentes.

Veio afinal a anistia pelo decreto de 14 de março de 1844, para os comprometidos nas revoltas de São Paulo e Minas, decreto um tanto tardio, pois já se iam prolongando as dores e sofrimentos, fruto amargo das lutas civís, e ficando o govêrno em situação incômoda, consequente àqueles julgamentos, pois, os chefes da revolução passavam de inimigos perigosos a vítimas inocentes.

Foram para logo revogados os decretos de suspensão das garantias constitucionais e de banimento.

Convém lembrar que uma das pedras de escândalo do partido liberal, entre as que a levaram a tomar as armas, fôra a reforma judiciária, reforma liberticida, diziam êles, violadora da segurança dos cidadãos. Entretanto, o Cônego Marinho, embora acusando o Govêrno de haver intrigado, manejado, ameaçado os juízes de fato, salienta as absolvições estrondosas dos rebeldes nos juris a que foram submetidos. Foram absolvidos os insurgentes, com exceção de poucos, como os padres Tristão e Paula Teixeira, e Vicente de Araujo, estes porque "foram traídos". Algumas apelações de sentença não tiveram provimento. No Piranga, onde foi julgado e absolvido, diz o Cônego Marinho, que "nem umas insídias, nem umas considerações,

foram capazes de afastar os jurados de uma linha de conduta. (Op. cit. pág. 295).

O juri de Mariana, perante o qual compareceu Otoni, talvez o mais ostensivo e decidido chefe revolucionário, o absolveu, "apesar de todo aparato de fôrça", para intimidar os jurados; e o presidente do Conselho dos jurados ofereceu a pena com que haviam assinado a sentença, a Otoni para que a levasse à sua esposa (Ibid. pág. 297).

E' assim obrigado o Cônego Marinho a dizer que "havia ainda no país um recurso para os oprimidos", o juri. Acrescenta, entretanto, para justificar o elogio atual, dada a acusação anterior, que "o Juri, desnaturado como tinha sido com a reforma, seria ainda assim, a tábua de salvação e o archote da liberdade". Portanto, não era exato, como diziam os revolucionários, que tivesse sido "aniquilado o Juri, a garantia mais segura da liberdade do cidadão".

Na exposição dos fatos merecem especial reparo dois episódios a batalha de Santa Luzia e a defecção do Cel. José Feliciano.

Da leitura que se tem escrito sôbre a batalha de Santa Luzia resulta a narração que fizemos, indicando o plano Caxias, a sua modificação e o combate a 20. Nos primeiros momentos, até as 11 horas da manhã, estabeleceu-se grande desordem nas fileiras dos rebeldes, e as fôrças legais chegaram até junto do arraial.

Conseguiram, porém, reanimar-se e reorganizar-se os rebeldes, recomeçando renhida luta que se lhes tornou favorável, tanto mais quanto havia o General em Chefe, Barão de Caxias, mandado tocar a retirada.

Às 6 horas da tarde, já se consideravam triunfantes os rebeldes, e manifestavam ruidosamente a sua alegria, quando se deu "a aparição do batalhão 8.º no campo de batalha, e mudou a sorte das armas", diz o Cônego Marinho

O Coronel Lima e Silva tinha ordem de chegar ao campo de batalha a 21. O Barão de Caxias não tivera tempo de dar-lhe aviso da modificação a que fôra forçado na sua tática. Entretanto, mais avisado que o Marechal Grouchy em Waterloo, pressentiu o Cel. Lima e Silva que algo de extraordinário se passava para os lados de Santa Luzia, na manhã de 20, e poude mesmo, escutando pelo solo, perceber o estrondo da artilharia. Seguiu sem detença para o ponto que lhe fôra designado, lá chegando, como dissemos no momento oportuno e

atacando de flanco os rebeldes. Por sua vez, Caxias contramarchou, dirigindo em pessoa uma carga contra os rebeldes. Metidos entre dois fogos, pela frente e pelo flanco, cederam êles e a vitória das armas legais foi completa.

Para carregar sobre o nome do Presidente interino, que na véspera deixara os insurgentes, procura o Cônego Marinho, provar que à falta de una chefe deveram os rebeldes a derrota. Ora, três eram os chefes militares Galvão, Alvarenga e Lemos, de que resultou a falta de uma direção superior para as forças revolucionárias, condenadas como foram estas a perder o resultado dos seus primeiros sucessos, com a chegada do 8.º batalhão.

De outro lado, procura também amesquinhar o merecimento de Caxias, afirmando que o mesmo já estava em plena fuga e de todo perdido, não fosse a chegada de seu irmão, que aliás violara as ordens recebidas. Quanto à primeira afirmação, examina-la-emos dentro em pouco. Quanto à segunda, parece-nos que não assiste razão ao fogoso revolucionário, autor da História de 1842.

Se a vitória se deveu à chegada de fôrças legais precisamente de acôrdo com o plano estratégico prefixado pelo Barão de Caxias, certo é que a vitória a êste se deve. O fato de se ter posto em movimento o Coronel Lima e Silva no dia 20, quando pela ordem recebida deveria fazê-lo no dia 21, prova apenas a clarividência do Comandante do 8.º batalhão, pois reconhecendo por indícios inequívocos estar travada a batalha, compreendeu que deveria ter havido necessidade de antecipação; e agiu logo nêsse sentido, sem esperar o dia seguinte. Se assim tivesse agido o marechal Grouchy, não teria Napoleão visto desembocar no campo de batalha de Waterloo, para decidirem em favor de seus inimigos uma batalha que êle supunha ganha já, os prussianos de Bülow em vez dos franceses daquele marechal. A ordem de retirada, dí-lo Caxias, foi um ardil para fazer com que os rebeldes, perseguindo-o, abandonassem a posição favorável em que estavam c de onde seria difícil desalojá-los às fôrças do seu irmão que acabavana de chegar. Efetivamente assim aconteceu; foi uma previsão segura: em perseguição às fôrças retirantes, puderam os rebeldes ser mais facilmente atacados de flanco e dispersados pelas fôrças supervenientes.

Na batalha de Cheronéia, vendo os atenienses aos gritos de vitória, em perseguição uma das alas do exército macedônio que cedera, Phillipe sorriu, dizendo: Os atenienses não sabem vencer: — Com efito, atacou-o de flanco, a ala comandada por Alexandre, e derrotou-os. Não precisamos, pois, no caso, invocar a palavra de Caxias, que assim o afirmou. Bastam as próprias circunstâncias e resultados.

II — Na véspera da batalha, à noite, o Presidente interino, Cononel José Feliciano deixou o exército insurgente e retirou-se.

À primeira vista, ninguém deixará de erguer contra êle a mão, para condená-lo. Traição, covardia, que dizer?

Não hesitou em abandonar às ocultas seu posto e seu exército: diz Xavier da Veiga (Efeméride do dia 10 de junho de 1842, no volume II, pág. 366, da edição de 1926). Retira-se acauteladamente do acampamento na noite de 19 de agôsto, horas antes da batalha, o chefe da revolução, que só a alguns íntimos deu aviso secreto de sua partida: diz o mesmo autor (Ibid. pág. 367). Seria, portanto, uma verdadeira fuga, uma saída às ocultas, acauteladamente, na hora do perigo.

Embora condenando êsse ato e ao mesmo atribuindo a derrota, não vai tão longe o Cônego Marinho no apreciar êsse episódio; e nos diz, em suma, o seguinte:

Vinha já cheio de angústias o Coronel José Feliciano. Não lhe chegaram as propostas, que esperava de Caxias, e nem o resultado da missão de Melo Franco e Souto Maior.

Tantas angústias vieram agravar-lhe sofrimentos crônicos. Por motivos já expostos, julgava terminada a revolução. Chamou, então, não só o seu filho e sobrinhos, como também José Pedro Lemos, e alguns outros íntimos, e expôs-lhes que, não podia mais acompanhar os insurgentes, embora de todo o coração lhes desejasse a vitória. Pedia que mantivessem secreta a sua retirada, para que não influísse no ânimo dos combatentes. E retirou-se pelo lado da ponte grande sôbre o Rio das Velhas, junto de Santa Luzia (Op. cit. pág. 306 e 307).

Não ficou secreto o caso, e, apesar dos esforços e desmentidos de Otoni e outros, espalhou-se a notícia cujo efeito foi desastroso.

Consideremos serenamente o caso.

O Presidente interino, como vimos, não saiu às ocultas e cautelosamente. Seria, então, preciso que expusesse em proclamação ao exército o seu intento, e saísse ostensivamente?

O Presidente interino não era o chefe militar das fôrças insurgentes, não o foi nunca, de princípio a fim; acompanhava-as apenas, sendo natural que nos conselhos fôsse de grande peso a sua opinião. Por certo, a retirada do Presidente interino devia ser desastrosa para o exército, mas não significava o desaparecimento do Comandante, do chefe militar. O próprio Cônego Marinho que tanto insiste nas consegüências e o alcance daquela fatal retirada" e tanto fala na falta de um chefe, de que resultou a derrota, contraditòriamente nos mostra em ação os verdadeiros chefes militares, e nos diz que "às três horas da tarde, o êxito do combate já não era duvidoso, pois que o general da Legalidade já se retirava há mais duma hora perdendo bagagens. quando das 3 para 4 horas trocaram-se as posições dos combatentes com a aparição do batalhão 8.º no campo de batalha, e êle mudou a sorte das armas" (Op. cit. pág. 217). Portanto, a falta de um chefe não foi a causa, pelo menos a causa predominante, da derrota. Chefes militares houve que teriam alcançado a vitória, que parecia ganha às 3 horas, opina o Cônego Marinho, se, pela tarde, não tivessem chegado as fôrças do Cel. Lima e Silva. A causa foi, pois, esta. E aliás, como dissemos, o Cel. José Feliciano não era o chefe militar, e, se estivesse presente, não estaria dirigindo o combate.

Desde o início do movimento se vinham manifestando divergências entre os chefes, agravadas depois que começaram a chegar as notícias do desastre de S. Paulo e das medidas tomadas pelo Govêrno legal. Freqüentemente, como temos visto, chefes prestigiosos ameaçavam abandonar ou de fato abandonavam as fôrças insurgentes, só porque não se lhes adotava a opinião.

Não sendo um chefe militar, que organizasse planos estratégicos e os executasse com a sua autoridade militar, vinha sendo o Coronel José Feliciano puxado em vários sentidos pelos seus companheiros.

Poder-se-á dizer que êle escolheu mal o momento para separar-se dos companheiros, não porém que dêle dependesse o resultado da batalha ou que houvesse êle fugido ou traído.

Uma das acusações principais que lhe faz o Cônego Marinho, é o não ter atacado e tomado a Capital. Ora, êsse era também o alvitre

do melhor chefe militar da revolução, o Coronel Galvão, embora dêle dissesse Marinho que, ótimo no campo de batalha, era péssimo no Conselho.

Como quer que seja, não foi somente o Cel. José Feliciano, quem combateu a idéia da marcha à Capital. Aliás, não é de crer que, se os rebeldes tivessem tomado a cidade, alí se pudessem manter por muito tempo. Era natural que o govêrno legal os fôsse assediar e alí concentrasse as suas melhores fôrças. Quem conhece Ouro Preto, sabe quanto é fácil tomar as poucas, passagens que alí se oferecem às comunicações, e das alturas que rodeiam a cidade, combatê-la eficazmente. Seria, pois, êsse um êrro grave. Seria tão fácil tomá-la como perdê-la.

Grandes divergências se revelaram entre o Coronel José Feliciano e o mais ardoroso talvez dos revolucionários, o Dr. Teófilo Benedito Otoni. Não dispunham de recursos os rebeldes. Contavam apenas com empréstimos particulares e algum dinheiro que haviam tomado à Recebedoria do Paraïbuna.

Propôs então Otoni que se fizesse o sequestro dos bens dos legalistas, proposta que José Feliciano rejeitou em absoluto. A êsse respeito, convém reproduzir aquí o que diz Xavier da Veiga, "como fato honrosissimo para a probidade dos revolucionários de 1842, e que é geralmente atestado pelo testemunho dos contemporâneos: Jamais se macularam com depredações, saques e outros atos indecorosos; respeitaram a propriedade mesmo nas localidades que, após combate, caíram em seu poder, como em Queluz e Salbará. Os coletores nomeados por êles para Barbacena e S. João d'El Rei restituïram fielmente os dinheiros que, naquele caráter, haviam recebido; o coronel Marcelino Armonde entrou para os cofres públicos com a soma tomada à Coletoria do Paraíbuna para despesas da revolta; os vales que os chefes insurgentes firmaram para fornecimento de gêneros às respetivas fôrças, foram todos devidamente resgatados. Não praticando violências nem contra a propriedade, nem contra e honra das famílias, os rebeldes mostraram que se as paixões políticas podem levar os espíritos a grandes desatinos e até ao derramamento do sangue de irmãos, elas jamais sufocam os sentimentos da honra no corações hem formados e o impulso do dever nos homens honestos (Efem. II págs. 369-370).

Teve, pois, o Cel. José Feliciano graves motivos para sua retirada. Por mais de uma vez, em tom de indisfarçável censura, nos diz o Cônego Marinho, que o Cel. José Feliciano considerava terminada a revolução desde muito antes da derrota de Santa Luzia (op. cit. página 186). Entretanto, outra não era também a sua própria opinião, pois, nos diz que "a revolução estava acabada dêsde a Vila de Queluz" e que, se mais fizeram, foi porque esperassem alguns que o Barão de Caxias lhes enviasse condições, e confiassem outros em que pudessem, mediante uma derrota das fôrças legais, conseguir melhores condições.

Acredita o Cônego Marinho, que essa convicção de estar terminada a revolução, fez com que não procurassem os insurgentes reorganizar as suas fôrças, como lhes era possível, depois da derrota de Santa Luzia (op. cit. pág. 254). Porque então carregar sôbre a memória do Presidente interino? Além de outros traços do caráter nobre do Cel. José Feliciano, salientados pelo Cônego Marinho, indicaremos mais um, pelo mesmo citado. Ao Presidente interino apresentaram-se dezoito rapares decididos, que se ofereciam para preparar uma emboscada à coluna legal, de Sabará, "prometendo que tão seguramente haviam de empregar suas descargas sôbre o Estado Maior da Legalidade, que o Barão de Caxias não poderia chegar a ver Santa Luzia. Não só negou formalmente tal licença o Presidente interino, mas tomou tôdas as providências para impedir que tal emboscada se realizasse, declarando da maneira mais explícita e forte, que não queria fôssem as armas insurgentes manchadas com um assassinato". (Op. cit. pág. 203).

A contragosto se encontrava o Cel. José Feliciano à frente da revolução. E' o próprio Cônego Marinho, quem no-lo atesta. Só aceitou o cargo em obediência ao seu partido.

Quando lhe falaram "para pôr-se a frente do movimento em Minas, depois de algumas ponderações razoáveis, que apresentou, sacrificou-se enfim a não abandonar seus amigos, na esperança, porém, de que a Província de S. Paulo havia de manter-se fortemente, e de que egual movimento apareceria na Província do Ceará e talvez na de Pernambuco (op. cit. pág. 234). Aliás, segundo nos atesta Xavier da Veiga, pelo que lhe afirmara o Dr. José Jorge da Silva um dos chefes da revolução), Antônio Carlos garantira que "da revolução pròpriamente se encarregava São Paulo, e êle pelo resultado

respondia"; em Minas far-se-ia apenas" um pronunciamento ou movimento aparente, só para dividir a atenção e os recursos do Govêrno e dificultar-lhe a ação repressiva da revolta. (Efem. Min. II pág. 348).

Moderado, conciliador, não estava o Cel. José Feliciano talhado para aquele posto.

Era dedicado às instituições vigentes e à pessoa do Soberano, de cuja casa era Veador.

A sua probidade, sinceridade e dedicação não foram postas em dúvida; e tanto assim é que o seu partido lhe renovou o mandato de deputado em 1845 e depois em 1848, não se julgando, portanto, traído por êle. Por sua vez, o Imperador, lhe restituiu o cargo honorífico de Veador da Casa imperial, retirado quando da revolução, e lhe concedeu o título de Barão de Cocais, alta prova de consideração e confiança.

O Barão de Cocais, Cel. José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, cujo merecimento Xavier da Veiga tão justamente enaltece (Efem. Min. III pág. 75, etc.) morreu a 9 de julho de 1869.

# VI. CONCLUSÃO E JULGAMENTO

Faremos agora algumas considerações que permitam um julgamento sôbre a revolução de 1842.

A dissolução da Câmara era um ato normal, de exercício do poder imperial dentro da Constituição. Era, pois, contraditório revoltaremse, de armas na mão, contra isso os que diziam assim proceder na defesa de Constituição. O remédio contra êsse mal, se mal houvesse, estava na própria natureza do regime parlamentar, consagrado na Constituição, isto é, o apelo ao povo, a nova eleição. Se os liberais temiam fizessem os conservadores nas eleições vindouras o mesmo que êles nas eleições anteriores, então, outro era o mal e para êsse não seria uma simples mudança de ministério o remédio adequado.

O mal seria mais profundo, isto é, o não estar o povo brasileiro devidamente preparado para as belezas do regime parlamentar. Os adeptos sinceros da monarquia constitucional parlamentar não podem temer eleições e nem tentar outro caminho para ir ao poder senão pelas urnas.

Inteiramente injustificada era a repulsa ao Conselho de Estado, e tão estranhável que parecia mais um pretexto que um motivo para a revolta. Referindo-se às três citadas leis, que tanto irritaram o partido lieral, diz Joaquim Nabuco que "reconstituíram as bases da autoridade no país". A lei de 3 de dezembro de 1841, de reforma judiciária, suprimindo, no entender de Handelmann, excentricidades perigosas para o Estado, manteve, afirma o citado Joaquim Nabuco, a solidez do Império por 40 anos; e o Conselho de Estado foi o crisol de nossos estadistas e a arca das tradições do govêrno (cit. na História do Brasil, de Rocha Pombo). O Conselho de Estado, diz, muito bem Max Fleiuss, foi "uma das mais sábias instituições, que serviram de pedra de toque aos grandes vultos da administração politica do antigo regime História Administrativa do Brasil, pág. 290).

Aliás, dêsde os primeiros dias, encontravam-se, no Conselho de Estado, lada a lado, liberais e conservadores, dentre os mais eminentes, e jamais foi êle uma Camarilha facciosa.

Combatendo o Conselho de Estado, eram os liberais duplamente contraditórios. Com efeito, em primeiro lugar, embora meramente consultivo, destinado a esclarecer e aconselhar o monarca, era inconstestàvelmente o Conselho um órgão de limitação da autoridade pessoal do Imperador, pois, evidentemente não desejaria êste agir em desacôrdo frequente com aquele. Em segundo lugar, os que assim receavem se deixasse o jovem monarca influenciar destruidoramente pelos seus Conselheiros, eram os mesmos que, dous anos antes, violando a ordem natural das cousas, haviam lutado pela maioridade e conseguido declarar maduro para o govêrno direto um jovem de 15 anos. Porque supô-lo agora capaz de deixar-se dominar pelo Conselho de Estado, em vez de apenas se aproveitar da experiência, que lhe faltava ainda e que era de presumir em homens velhos, dedicados servidores do país?

Querendo organizar ministério à fôrça, haviam os liberais derribado o primeiro imperador, carregando a responsabilidade dos riscos e perigos dos governos regenciais. Não contentes com a Regência, derribaram-na, forçando a maioridade. Senhores do govêrno, após a maioridade, deram largas a vinganças partidárias, demitindo e removendo adversários, preparando ostensivamente a fraude eleitoral. E agora recorriam às armas para impedir que o seu soberano, no

pleno exercício de poderes constitucionais, sancionasse leis e dissolvesse uma Assembléia facciosa: Onde ficou o liberalismo?

E' que o liberalismo é uma arma de oposição e não um instrumento de govêrno. Quando na oposição, cada um dos dois partidos existentes, liberal e conservador, reclamava normas e invocava princípios de que se esquecia uma vez no poder. Chegado ao poder, cada partido, em regra, procurava manter-se e consolidar-se mediante os mesmos processos que combatera quando fora dêle.

Essa consideração não impede reconhecer que houve bons governos e que possuímos grandes e notáveis estadistas, não inferiores aos vultos de que tanto se gabam as monarquias e repúblicas parlamentares da velha Europa. E assim, não sabemos muito até que ponto teria razão o nosso segundo Imperador na sua queixa última, ao deixar o trono: Passei a vida a carregar maus govêrnos.

Pensamos, pois, que não assistisse razão aos liberais no se rebelarem contra o poder legítimo. Se, a seu trono, desmandavam no poder os conservadores, não faziam mais que revidar as represálias de que haviam sido vítimas; e aos liberais faltava pelo menos a fôrça moral para se erguerem como restauradores das verdadeiras normas de govêrno. E assim foi felicidade o não ter vingado a revolução. Aliás, não dispunham os rebeldes de elementos de sucessos. Se mais avisados tivessem sido em Santa Luzia e vencessem, isso não lhes bastava. O govêrno lançaria mais fôrças sôbre a Província e a frente delas estava um homem de merecimento, já experimentado em lutas dessa natureza, e, além de tudo, hábil e generoso, como era o Barão de Caxias.

O entusiasmo dos primeiros dias, não só da parte da população como entre os rebeldes, já se ia ràpidamente arrefecendo. A situação clareava-se aos poucos; o Govêrno geral tomara providências adequadas; inativo não ficara o govêrno provincial; e, ao demais, já sabiam todos do desastre em que fôra dar a revolta em S. Paulo. Os próprios rebeldes já se consideravam antecipadamente vencidos e estavam resolvidos a por têrmo à luta, divergindo apenas no modo por que devessem operar a sua submisão. E eis por que, pouco depois, um dos mais ardorosos promotores da revolta. Teófilo Otoni, confessava lealmente "o êrro que haviamos cometido, recorrendo às armas". (Cir-

cular aos eleitores mineiros em 1860, citada por Xavier da Veiga — Efemérides Mineiras — 10 de junho de 1842).

Esse é, em verdade o julgamento da revolução por si mesma. E essa é a sentença que subscrevemos e que, parece-nos, deve ser a da nossa História.

Por sua vez, embora com atenuações, fêz o Cônego Marinho essa mesma confissão: Não me julgarei habilitado para dizer se era chegado o têrmo de recorrer às armas, ou se ao partido nacional (o dêle, o liberal) restavam ainda alguns meios de que pudesse lançar mão para impedir os efeitos desastrosos da política que pesava então sôbre o Brasil... o que, porém, posso dizer com segurança, e que demonstrei com fatos, é que, dado êsse passo, não era possível que o partido que levantou o grito da revolução procedesse com mais dignidade e moderação. O que por sem dúvida tenho é que os Insurgentes de 1842 poderão ser taxados de sôfregos, por haverem recorrido às armas em circunstâncias talvez ainda não desesperadas, podem, e o que é pior, ser tidos como revolucionários infelizes; mas não podem ser argüidos de uma única ação que os obrigue a baixar a cabeça; puros entraram na revolução e puros dela sairam" (op. cit-pág. 383 a 385).

Na exposição de motivos ao Imperador, solicitando a anistia (que veio pelo decreto n. 342, de 14 de março de 1844), dizia o Gabinete de 2 de fevereiro de 1844 (liberal), referindo-se às rebeliões em São Paulo e Minas Gerais, que eram" crimes políticos de natureza muito grave, mas é nêles que a sanção da opinião pública não tem aquela certeza que ostenta para os crimes particulares. E' nêles que mais se atende à intenção, porque o êrro é muito mais fácil, os motivos menos diretamente pessoais, as causas da alucinação mais fortes, as paixões menos impuras, a aplicação de uma justiça perfeita mais tlifícil (pág. 378).

Não seríamos inteiramente justos, se nos ativéssemos exclusivamente à sentença que, há pouco, julgamos ser a da História, sem uma palavra de sin patia para os revolucionários mineiros de 1842. Embora pudessem êles ser acusados, quando no poder, dos mesmos desmandos, violências, e talvez maiores, de que se diziam vítimas da parte do partido conservador, isso não prova que tais violações não eixistissem, e menos ainda as justifica. Apesar das exagerações natu-

rais no momento, tais males existiam, como nô-lo mostra a História geral do Brasil. Ao lado das manifestações e proclamações em que muito ampliados deviam vir aqueles males, há a carta do Pe. Manuel Rodrigues da Costa (1754-1844) ao Imperador, reproduzida no livro do Cônego Marinho. Embora se tenha dito ter sida arrancada a um velho quase nonagenário, membro também do partido liberal, ela impressiona. Trata-se do velho inconfidente, que sofrera 10 anos de prisão em Portugal, homem de grande merecimento, que, embora velho e alquebrado por tantas vicissitudes, voltando ao Brasil, continuara a servir nobremente a sua pátria. Não poderia alimentar mesquinhos ódios e estava em condições de olhar de bem alto as coisas. Nessa carta suplicava êle ao Monarca que fizesse "cessar um sistema de govêrno fundado no interêsse de poucos e que tem lançado o povo num caso de angústia e temores. Diz êle que "alguns atos do Ministério... são próprios para promover a desordem e bem fundados temores". Com razão exclamava: Como é, Senhor, que se suspendem Câmaras Municipais por haverem depositado aos pés do Trono do seu Monarca suas suplicas? E aconselha que se estabeleça "um sistema de govêrno que tenha por base a paz e a conciliação entre todos os brasileiros" (op. cit. pág. 186).

Como a do Cel. José Feliciano, não chegou essa carta às mãos do Imperador.

Batiam-se os revolucionários por melhores normas de govêrno: Em sua maioria, eram os chefes homens de valor, patriotas, servidores leais do regime político vigente. Portaram-se, durante a luta, com grande denodo e grande honestidade.

Sacrificaram-se muitos na sua fortuna e posição. Mostraram-se desinteressados e dignos. Vencidos, não decaíram de sua dignidade. Merecem êles, pois, que lhes relembremos a memória com afeto e simpatia. E embora não saibamos em que medida, deve certamente a revolução, mesmo vencida, ter sido uma lição salutar para os governos e contribuído para melhorar os costumes políticos.

E assim fazendo, desejamos, segundo a lição de César Cantu, que a História "faça servir em proveito dos filhos a colheita das dores sofridas pelos pais e o exemplo das grandes catástrofes".

# ALMIRANTE JOSÉ CÂNDIDO GUILLOBEL

(Conferência realizada no dia 25 de junho de 1943 no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pelo sócio benemérito, Capitão de Fragata — Carlos da Silveira Carneiro).

Exmas. senhoras e meus senhores:

Ao ser distinguido com o honroso convite do Presidente Perpétuo desta casa, o Exmo. Sr. Dr. Macedo Soares, para ocupar na data de hoje esta tribuna, para logo se formou no meu espírito o propósito de corresponder sob a forma mais condigna à confiança do chefe; honrar o nosso Instituto, envidando esforços para transformar as fraquezas das minhas possibilidades nas energias ponderáveis e possivelmente construtivas para oferecer algo à altura de suas naturais exigências, e dignificar a Marinha, fazendo justica, ou auxiliando o Instituto nesse escopo, visto ter o mesmo recordado a data ilustre, de ressaltar, perante os patrícios, o vulto singular dêsse marinhetro de boa têmpera, de carácter rijo mas atraente, de feição sisuda mas acolhedora, que tendo dedicado tôda a vida à classe que se honrou de tê-lo como almirante, construiu, com a paciência diária de beneditino, por longos e produtivos anos, o sólido conceito com que passou desta vida e deixou um nome para exemplo e vanglória dos contemporâneos, como modêlo a imitar pelos sucessores.

#### HONRA AO INSTITUTO

Como honrar o Instituto, porém, se por tantos e variados modos tem sido exaltado, por quantos espíritos cultos o conheceram e puderam avaliar seus méritos infindáveis?

Não sei, senhores, e se evidencia assim uma das fraquezas a que no período precedente me referia; talvez baste consignar de passagem a beleza sem par da missão, a segurança sem deslustre da pertinácia, a cruzada sem desfalecimentos da emprêsa a que se votou, des vendando aos brasileiros os fastos gloriosos de sua gente, tornando o Brasil conhecido e, portanto, amado de seus filhos, registando no grande livro do romance da Pátria que é a Revista secular do Instituto todos os motivos pelos quais as gerações futuras se deverão orgulhar de terem nascido sob o signo, por todos os títulos sagrado, do Cruzeiro do Sul!

Que seja para sempre abençoado êsse trabalho, pesado, oneroso, difícil, às vezes, esgotante apenas para seus voluntários obreiros, desinteressado e nobre, desempenhado sem agravos a direitos de ninguém, nunca ofensivo, quase sempre retificador de conceitos apressados e inseguros dos contemporâneos, trabalho altivo porque não se orienta pela estrada delineada pelos poderosos, elimina os maus ou os aponta sem misericórdia, sublima os heróis, seleciona os capazes, e na imparcialidade pertinaz e impressionante, faz surgir vitoriosa, em em haustos de apoteose, a Verdade, a autêntica e imperecível construção da filosofia humana.

In primisque hominis est propria veri inquisitio atque investigatio.

### HONRA À MARINHA

Honrar a Marinha; sim, porque adquiriu êsse direito pela excelência de seu passado, pela excelsitude de seus almirantes, quase é verdade desconhecida do público, porque a Marinha já se resumiu nos embates de Riachuelo e Humaitá, e nas figuras de Barroso e Tamandaré, e eventualmente do ministro da ocasião, ou algum outro que no momento concentrou a atenção do país mais pelo aspecto partidário.

Os anos derradeiros, correndo parelha ao maior gôsto pelos estudos históricos, apresentam perspectivas animadoras quanto à divulgação das obras meritórias da plêiade de oficiais distintos, os quais construíram na obscuridade e para maior grandeza de sua missão, a classe prestigiosa e respeitada que nos dias de hoje se levanta, patriotica como sempre, destemida como em todos os tempos, valorosa como

nunca, no combate sem tréguas e sem medida de sacrificios aos inimigos da humanidade aos contumazes destruïdores de pacíficos navios de comércio, aos eternos despreocupados do valor da vida de uma criança ou da mulher, se estacionarem no caminho por onde deve passar avante o gládio destruïdor!

Para os militares, a consagração dos patrícios só advem com a guerrra; quem saberia da existência de Wavell, Cunningham, Mac Arthur, Eisenhower, Rommel, List, Voroshiloff e tantos outros, cujos nomes encimam com merecido destaque as páginas dos jornais diários, exaltando-lhes os efeitos e os maravilhosos serviços que prestam às suas Pátrias, se a Alemanha e a Itália não tivessem desencadeado o conflito que contra os mesmos se volta com determinantes históricas dignas da análise desapaixonada dos homens estudiosos do século?

Qual teria sido para os pósteros o conceito sôbre Nelson, o Almirante sem par, tipo de cavaleiro célebre da Média Idade, protótipo da valentia, que tudo faz pela glória e pela honra, com um sorriso para o perigo, um afago para a fortuna da guerra, uma saüdação entusiasta à deusa cruenta cuja presença "como um clarão iluminou a terra"? Qual seria o conceito sôbre o admirável gênio das batalhas navais, o construtor do império de sua Pátria e o destruïdor das coroas, reinos, principados, colônias, suzeranias de quantos se arvoraram em inimigos da Albion que lhe deu o berço, fôsse mesmo outro expoente como o Napoleão das pelejas campais, ou o "meteoro fatal às régias frontes"?

Ainda as águas e terras paraguaias, já lá se vão muitos anos passados, mais de três quartos de séculos, deixaram-nos inscrever os nomes de alguns; quantas almas de verdadeiros heróis passaram, porém, envergando a farda de Nelson ou de Tamandaré e para sempre se esconderam na meia luz que apenas lhes impediu de se ocultarem na completa obscuridade dos incapazes e desconhecidos, que, como aparecem, lá se vão para sempre?

### A FAMÍLIA

O pai do futuro almirante Guillobel era português de nascimento, natural de Lisboa, filho legítimo de Augustin de Guillobel, emigrado francês que se casara com senhora lisboeta, e exerceu as altas funções de Fiel do Ouro e da Prata da Coroa Portuguesa.

Joaquim Cândido Guillobel casou-se em 1809, contando apenas 19 anos de idade e nêsse mesmo ano veio para o Brasil em companhia do pai que acompanhara anteriormente D. João VI.

Do primeiro matrimônio teve três filhos; ao chegar ao Brasil, ainda acadêmico de Engenharia de Lisboa, ingressou na Academia Militar dedicou-se especialmente à arquitetura, chegando por nomeação de Pedro II a professor catedrático de Arquitetura e Desenho da Escola Militar. Em 1831 contraíu novas núpcias com D. Maria Cândida de Medeiros, natural do Rio, tendo o novo casal nove filhos entre os quais José Cândido, o almirante.

O que não resta dúvida é que o pai do Almirante foi homem de grandes recursos intelectuais, coronel de engenheiros, professor, artista dos mais conceituados, os trabalhos ombreando com os dos melhores da época. Dos filhos, irmãos do almirante, o de nome Alfredo foi voluntário na guerra do Paraguai, onde faleceu quando servia no Exército em Operações no Chaco; uma filha, Josefina, viveu 96 anos; o almirante faleceu com 82 anos e os outros não atingiram idade avançada.

Francisco Marques dos Santos, em conferência recente no Salão Nacional de Belas Artes, sob o título "Ambiente Artístico Fluminense à chegada da Missão Francesa em 1816", recorda algumas figuras notáveis de artistas "esquecidos da época joanina" e entre eles aponta Guillobel como dos mais conspícuos.

Compara-o ao Debret da Côrte do Rio de Janeiro antes da chegada da Missão. Faz-lhe a biografia; recorda que ao seu acêrvo encontram-se plantas do Morro do Castelo e do terreno destinado à Casa de Correção.

Refere o fato do ministro Caio de Melo Franco ter comprado, na cidade de Bristol um precioso album de Guillobel que pertencera ao historiador Roberto Southey, classificando-o de "o mais completo, o mais curioso dos documentos da época em que chegou ao Rio de Janeiro a Côrte Portuguesa".

"Guillobel, diz adiante, possue observação penetrante e aguçada; é rigoroso no que desenha. Suas figuras são típicas e definitivas. Não é um acadêmico. Supre a falta de academicismo com uma riqueza de detalhes minuciosamente executados, não superados por nenehum outro desenhista da época, o que o torna, em nossa opinião, na apreciação dos costumes, mais palpitante do que Debret, mais original do que Rugendas".

### NA MARINHA

Foi José Cândido o primeiro e por enquanto o único almirante da família Guillobel.

Quais teriam sido as circunstâncias determinantes no espírito do moço brasileiro para fazêlo seguir a carreira naval se o ambiente da família, dos avoengos e das tradições caseiras não apontavam tal rumo? Pode ser a atração que sôbre os jovens sempre exerceu o mar, êste eterno buliçoso detonador de energias, o imã poderoso e exquisito, ora amigo e acolhedor, ora tremendamente soberbo na sua fúria arrasadora, carregando para as profundezas de seu reino absoluto, os descuidados passeantes de que sue perpetuum mobile, mas com o encanto do desconhecido, o espetáculo da planície infinita no contraste singular de tôda igual e sempre nova, na sedução da aventura, onde adormece o nauta em úmido bêrço ao murmúrio das ondas musicais.

Quantos no ardor da mocidade já sentiram o poder de atração das águas revoltas, o insopitável desejo, de afrontar as vagas iracundas e vencê-las com a decisão que é apanágio dos fortes e a glória dos destemidos? Talvez também, nos sonhos da juventude, como é provável, lhe aparecesse alguma deusa amante da Marinha e com o sorriso feiticeiro, os enlevos irresistíveis da beleza máxima, os tons acolhedores, embalançosos de vóz suavíssima, lhe tenha falado a linguagem que para sempre o arrastou ao sei oda classe para nela se elevar a um dos mais conspícuos lugares, ao par dos grandes nomes que a ilustram.

Naturalmente a deusa lhe descreveu com as côres vivas que as palavras divinas souberam realçar, os feitos maiores da gente do mar desde a antigüidade e, no coração do inflamado jovem derramou o elixir que para a vida o prenderia à nobre carreira. Falou-lhe de Salamina, onde a soberba dos persas se humilhou ante o ardor dos gregos de Temístocles, nessa luta entre o número e a qualidade, entre o poder maior dos vasos e a manobra inteligente dos navarcas, entre a flecha impotente e a lança superior dos gregos!

"Nada prevalece contra a superioridade bem estabelecida do armamento", diria Jurien de la Graviére; Salamina era a primeira prova. Contou-lhe episódios brilhantes da guerra marítima!

Como os Pérsas se bateram valorosamente sob o olhar do chefe, que não perdoa; mas a queixa de Xerxes, na febril impaciência, vendo a confusão entre os vasos empenhados na luta que se generalizava, e a vitória que tardava, ela tão prontamente prometida pelos seus conselheiros, ao apreciar as ousadias heróicas de Artemisa, a rainha do Halicarnaso: "Meus homens tornaram-se mulheres; são as mulheres que hoje combatem como homens"!

Fez-lhe saber como existiram os orgulhosos Vikings, reis do mar, atacando com os drakkars as populações da Europa à luz das estrêlas ou ao vento das tempestades e a lenda de como Rollon, centenário embarca-se com fiel companheiro para ir se cobrir no último sonho, com a mortalha de esmeralda.

Disse-lhe como Grehan que "Tôdas as nações unidas, pelo intercâmbio de suas produções e de suas idéias, fundaram, graças à navegação, a grande família humana", mais do que os escritos dos filósofos.

Enfim, instruíu-lhe longamente, passou-lhe em revista, com as cores da fantasia, mas respeitando a verdade histórica, como tem sido o mar o caminho mais rápido para o engrandecimento das nações que para êle se voltaram afagando-o e respeitando-o, e como tem sido o veículo da decadência e da ruína para quantas o desdenharam desde a Antigüidade até os dias atribulados do futuro.

E sob a égide de tais pensamentos e visões de feitos homéricos, quase ao completar 17 anos, ingressava na Escola de Marinha, para fazer os anos de curso com notas distintas, exceção de uma ou outra disciplina, cujos lentes não gostavam de ir além da plenamente, como existem em tôdas as escolas de todos os tempos, classificando-se número 1 de sua turma e demonstrando desde logo a capacidade de que daria inúmeras provas pelo resto da vida, cedo começando a trabalhar como explicador de Matemática para manter-se na Escola, visto a morte do pai ter diminuído os recursos da família.

Apenas três anos de cadete e era guarda-marinha, para fazer viagem de instrução na corveta "Baiana", velejando pelos mares da Europa até se completarem quase dois anos de intensa preparação

náutica, como sabiam ser as viagens celebradas na Marinha, da corveta citada, da "Almirante Barroso", da "Benjamin Constant", a linha garea do oceano, e da "Almirante Saldanha" que ainda ostenta o porte magnífico e o primor do aspecto, arrancando a admiração e o entusiasmo por quantos portos demanda com as brancas velas enfunadas ao sopro da brisa do oceano, e mal promovido a segundo tenente, em fins de 64, partida para Montevidéu; seria seu batismo de fogo, protegendo o desembarque de fôrcas argentinas, dois meses depois de chegado ao Sul tomava parte no combate de Corrientes e logo depois, no memorável domingo da Santíssima Trindade, em 11 de junho de 1865, desempenhava papel de relêvo, como tantos outros companheiros, no combate naval do Riachuelo, que, ainda no primeiro quartel do século, fôra a mais renhida e sangrenta das batalhas entre navios na América do Sul, e em todo o caso, das mais importantes desta parte do continente pelo alcance de suas consequências militares e políticas.

Era oficial de artilharia do vapor "Ipiranga" e ninguém ignora como, sem exceção de qualquer combatente brasileiro, se portaram os homens da Marinha nesse "dia de glória para as armas imperiais", na expressão profética do chefe Barroso, quando lhe comunicaram o aparecimento dos navios inimigos em formação de combate, rio acima.

Entrou em fogo dois dias depois contra as baterias de Santa Catarina, em operação de desencalhe do "Jequitinhonha", transpòs as barrancas das Mercedes e forçou as de Cuevas, em seguida.

A doença prostrou-o algum tempo obrigando-o a recolher-se em Buenos Aires ao hospital e dalí partir para o Rio de Janeiro. Apresentando-se, entretanto, pronto para o serviço, já em maio de 1866, encontrava-se novamente em Montevidéu, promovido a primeiro tenente, por merecimento, em atenção aos serviços prestados na campanha que prosseguia.

Abrilhantando a fé de ofício vai Guillobel combatendo ombro a ombro com valentes companheiros; toma parte nas ações contra as bateriais de Curuzú nos dias 1, 2 e 3 de setembro do segundo ano de guerra, e a 22 do mesmo mês e ano bombardeia Curupaití, fazendo jus ao louvor com que S. Majestade o Imperador agraciou quantos tomaram parte nessa brilhante operação militar; novamente em au-

xílio da Divisão encouraçada que forçou o famoso passo, procede a idêntica peleja em agôsto (15) de 1867.

Contudo no dia 9 de dezembro, como imediato do navio, ao enfrentar êste as bateriais de Angustura, teve de assumir o comando porque seu bravo comandante Neto de Mendonça, foi morto, instantâneamente, e logo resolveu forçar a segunda bateria, não julgando prudente, à vista do vivíssimo fogo que sofria, retroceder.

Daí foi comandar a bombardeira "Forte de Coimbra" que em breve prazo desarmava já no Brasil aonde chegou a 10 de agôsto de 1869, quando a parte naval da guerra estava virtualmente terminada e o exército iniciava a campanha de perseguição aos remanescentes das tropas de Lopez que afinal pagou com a vida, na expressão de Guillobel, "os crimes cometidos contra a pátria".

A promoção ao pôsto de Capitão Tenente se rotulou por serviços de guerra, esse caráter tão propício a trazer às faces do agraciado o rubor, a valdade legítima, porque não há militar em parte alguma do mundo insensível à emoção do acesso no seio da classe por ter prestado essa espécie de serviços ao país.

Reiniciava-se o período de paz tão longo felizmente para o Brasil pois iria durara quase meio século e durante tantos anos múltiplas foram as atividades do nosso digno comandante.

Logo à primeira comissão na paz honrou-a vivamente; era na corveta "Niterói" sob o comando de Jaceguai, chefe dos mais conceituados por numerosíssimos títulos, ao ensejo de cujo centenário, na semana passada ouvimos a bela peça oratória de Barbosa Lima Sobrinho, — para viagem de instrução de guardas-marinha das duas últimas turmas, onde desempenharia o cargo de instrutor de Hidrografia, tendo como companheiro, na igualdade de funções, esse gigante que soube ser Saldanha da Gama, então, o Capitão Tenente, Luiz Felipe.

## O TRATADO DE GEODÉSIA

Nessa viagem de instrução pôde apreciar a falta lastimável para o estudo dos seus alunos de um livro adequado, especialmente, tratando-se de disciplina como Hidrografia ainda não bastante desenvolvida nos meios navais, os únicos entretanto que no Brasil se

adiantavam em semelhante ramo. Concebeu a organização do compêndio de Hidrografia, mas, circunstneias várias, levaram-no a escrever primeiramente o volume de Geodésia, para completá-lo mais tarde.

Não alcançou, totalmente o objetivo a si próprio traçado; veio a lume o tratado de Geodésia, obra de real valor, digna de ser escrita nos tempos que correm, para se acrescer tão somente do que de novo teria aparecido nos 60 anos decorridos; a maestria da expoção, a clareza probante das demonstrações, a uniformidade de terterminologia, correndo ao mesmo nível das melhores estrangeiras, a propriedade dos têrmos, a suficiência das ilustrações, desenhadas primorosamente pelo autor, a nitidez da impressão, fato capaz de despertar entusiasmo nos afeiçoados da arte para a época em que foi organizado, o cuidado minucioso na seleção dos assuntos, a distribuïção perfeita em capítulos, artigos e parágrafos, a técnica tipográfica assinalada, a revisão admirávelmente conduzida, as minúcias consideradas como se fôssem pontos altos do trabalho, e além de tudo a demonstração iniludível de capacidade científica, de probilidade pedagógica, de visão das necessidades navais, tudo concorre para, sem o menor favor, apreciar-se a Geodésia de Guillobel, como dos livros mais notáveis publicados no Brasil de caráter técnico-científico, até à época, capaz de consagrar definitivamente seu autor como valor real nos círculos da inteligência nacional, por isso mesmo constituindo coroa de puros louros a adornarem a fronte de brilhante Capitão Tenente, probo e entusiasta pela profissão a ponto de responder à honra de um convite com a dádiva preciosa do trabalho de valia múltipla em cotejo com a graça da oferta.

Para o desempenho de comissão no Ministério de Estrangeiros, primeiro embarcou na "Pedro Afonso", passou depois para o transporte "Marcílio Dias" e no dia 13 de abril de 1872 atravessava a serra dos Parintins, no Amazonas, para em volta, torná-la a passar em 12 de junho do ano seguinte, deixando a comissão. Nos anos subseqüentes a vida do comandante Guillobel não diferiu da da maioria dos colegas de igual pôsto, preenchendo, no dizer pitoresco da oficialidade, as marcas da lei de promoções.

Assim, viajou na canhoneira "Felipe Camarão", de passagem no vapor "Paraná", serviu no encouraçado "Baía", esteve no en-

couraçado "Brasil", comandou a canheneira "Greenhalgh", imediatou o encouraçado eponimo da Pátria como comandante, e passou a segundo na corveta "Vital de Oliveira"; na província do Espirito Santo honrou-se com o cargo de Capitão dos Pôrtos para embarcar novamente na qualidade de oficial imediato da corveta "Niterói", e como diversão na monotonia das mesmas funções em rodízio, transformou-se em major do Batalhão Naval, do qual por duas vêzes assumiu o comando, uma em substituição ao Capitão de Mar e Guerra Jerônimo Francisco Gonçalves, e outra com designação interina de um de setembro de 1879.

Nomeado Cavaleiro da Ordem de S. Bento de Aviz, era logo elevado ao pôsto de Capitão de Fragata, por merecimento, como convinha aos valiosos serviços durante os anos anteriores e em seguida, pela segunda vez ficava á disposição do Ministério dos Estrangeiros para servir na comissão mista que devia proceder ao reconhecimento dos rios em litígio e do território entre o Brasil e a confederação Argentina.

## O CÓDIGO DE SINAIS

Antes ainda de assumir essa honrosa comissão fez entrega do segundo volume do Código Geral de Sinais, denominado Código Telegráfico, tendo já entregue o primeiro o que lhe valeu, para cada um, distinto elogio na caderneta, e por fim, novamente louvado pela apresentação do trabalho final sôbre o Código de Sinais, porque desempenhara esta comissão demonstrando zêlo pelo serviço público e desinterêsse pessoal.

O terceiro volume do Código, diferindo dos demais, traz como notícia da primeira página a apresentação do próprio Guillobel, e releva notar o esmerado cuidado com que está organizado o trabalho, por natureza completo, e à altura dos melhores dentre as nações marítimas para a época em que foi organizado: nada se deixou ao critério alheio, minúcia alguma se abandonou, para que o trabalho aparecesse com os mais detalhados requintes de perfeição.

Até os tipos de letras, que parecem ter merecido sempre a maior atenção, completa o quadro agradável do livro bem apresentável, onde se saliente a parte de manobra das fôrças, ainda hoje estudada com imenso carinho nas escolas navais de guerra, e alí exposta com real maestria, algum tanto complicadas como era do natural do tempo em que o adestamento para a luta se procurava obter exercitando os comandantes na complexidade de formaturas e alinhamentos, ao contrário da doutrina moderna, inteiramente orientada para a simplicidade, como o caminho mais seguro para a perfeição e rapidez dos movimentos.

Ainda assim, nota-se o influxo de espírito projetado para o futuro, justamente porque reduz sobremodo a complicação existente, na antevisão da renovação de métodos que a velocidade crescente dos navios e novas concepções da tática, confirmaram de modo inequívoco nas manobras das esquadras na grande batalha do século que foi a Jutlândia: os elogios e louvores dos seus chefes, a acolhida interessada da oficialidade, a admiração geral pela obra realizada, consagraram ainda mais o conceito já obtido entre os colegas como de oficial dentre os de maior cultura da Armada, conceito grandemente acrescido pelo soberbo e contínuo desempenho das comissões a êle confiadas.

O comandante Nelson Peixoto Jurema, estudioso e autoridade em assuntos de Comunicações Navais considera o Código de Sinais de Guillobel como obra magistral não só sob o aspecto de comunicações como também sob o técnico profissional. Eram três volumes, mas diz o Comte. Jurema que "o emprêgo conveniente de cada um não acarretava confusão em virtude de cada sinal indicar, nêle próprio, qual o volume que devia ser compulsado para interpretá-lo.

Este pormenor demonstra a inteligência e o espírito prático do organizador dêsse importantíssimo trabalho", e conclue

"O trabalho honrou grandemente o seu autor pela sabedoria nêle demontrada, e à Marinha por contar entre seus membros um espírito tão brilhante e tão eminente como êle".

# NO INSTITUTO HISTÓRICO

As portas do Instituto Histórico ficariam naturalmente abertas ao autor celebrado do livro de ciência, ao explorador e dedicado amante da geografia brasileira; na sessão de 12 de agôsto de 1881, honrada com a augusta presença de S. M. o Imperador, sob a presidência de Joaquim Norberto de Sousa e Silva, era lida a proposta do Capitão de Fragata, sob a égide do Tratado de Geodésia e a relação da viagem de Manáus à foz do Apaporis; assinavam-na Barbosa Rodrigues, Capanema e Caetano Nogueira.

Grandes nomes conduziam para as fileiras dos soldados magnânimos do batalhão da História Pátria, magnífico oficial, treinado nas rudes lides da arte, conhecedor profundo e acatado dos meandros da ciência.

Mais de um ano depois, na sessão de 24 de novembro de 1882, ainda na presença do Imperador mas com a direção de Homem de Melo, pela ausência de Bom-Retiro, o então presidente, foi aprovado o parecer da comissão de admissão de sócios em relação a Guillobel, "cujos trabalhos e escritos analizados pela comissão de geografia abonam sobremaneira os talentos e grau de aplicação dêsse distinto oficial da Armada Nacional".

Assinavam-no Alfredo d'Escragnolle Taunay, Ribeiro de Almeida, Barão de Sousa Fontes.

Do arquivo do Instituto consta o decreto que o nomeia 2.º comissário da Comissão em comunicações com a República Argentina que deve proceder ao reconhecimento do território e dos rios em litígio entre o Brasil e a mesma República.

Ofereceu êsse decreto ao Instituto o barão de Cotegipe. Da coleção do saüdoso e benemérito Max Fleiuss consta a carta de Guillobel, sôbre cópia que mandou fazer, da diligência feita no rio Parageú pelo astrônomo Silva Pontes em 1789, e a do Rio Verde, 18 de junho — 15 de setembro de 1908.

Um dos membros da comissão encarregada de elaborar ou dirigir a elaboração do Dicionário Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil, como contribuição das mais valiosas do Instituto à comemoração do Centenário da Independência, na primeira página do Primeiro Volume da Introdução Geral, tratando dos limites do Brasil, encontra-se o nome do ilustre almirante, sendo de notar a precaução da Comissão, sob a chefia de Ramiz Galvão, de fazer homenagem especial ao trabalhador invulgar da demarcação de nossas lindes territoriais, de reservar a primeira página para algumas linhas de sua autoria.

### NA REPÚBLICA

A República encontrou-o no comando de "Riachuelo" e passou a utilizar dos serviços do oficial com a mesma orientação com que o faziam no Império, porque o são patriotismo de Guillobel apenas lhe indicava a diretriz de servir ao país, sempre que lhe permitissem assim proceder; nomeado membro interino do Conselho Naval, pouco se demorou no honroso encargo; embarca durante algum tempo afim de satisfazer exigências da lei de promoções e seguiu para os Estados Unidos, como consultor técnico da Missão Especial junto ao Govêrno daquele país, para tratar da questão territorial entre o Brasil e a República Argentina.

Pelos conhecimentos profundos da ciência hidrográfica estava, outrossim, indicado naturalmente para chefiar os serviços da Carta Marítima, desde que a graduação bastante alta lhe permitia tal investidura, e nomeado para essas funções, nelas se elevou ao generalato.

Alcançava ainda em seguida o maior pôsto militar da carreira, a chefia do Estado Maior da Armada, onde se empossou a 8 de julho de 1895.

Os serviços prestados em Washington valeram-lhe brilhante elogio do presidente da República, bem como ao deixar o cargo de Chefe do Estado Maior pelos relevantes serviços, zêlo, inteligência, dedicação e lealdade com que desempenhara essas funções.

Assumiu então outro pôsto sobremodo honroso e que sempre se distinguiu os valores reais da Marinha e do Exército, o de Ministro do Supremo Tribunal Militar.

A atividade da Marinha ainda não poderia precindir dos serviços e da capacidade administrativa do almirante; voltou à chefia do Estado Maior General da Armada, salientou-se pela grande atividade e segura orientação imprimida e esse órgão da máquina administrativa, e passou-o a colega de vulto, Júlio César de Noronha, porque fôra designado para outra chefia, a da Comissão Naval na Europa.

Em tôdas essas funções de relêvo nada fazia que corresponder à confiança da Nação, empregando com o máximo de energias o melhor da capacidade para dotar a Marinha dos melhoramentos que a evolução contínua do material ia reclamando, ao regressar ao Brasil coube-lhe a direção do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, que em breve parecia renovado de vigor e entusiasmo, despertados pela contínua presença do Chefe e o cuidado minucioso no delineamento, preparação, concatenação dos serviços para levar a bom têrmo os reparos que ia a frota exigindo.

Mudou o ambiente do Arsenal; ninguém era mais visto passeando, fumando, conversando pelas suas dependências; apareceram guardas especiais, de capacetes, com pontas à moda alemã, logo pela verve do pessoal cognominados de para-ráios, com a incumbência de policiar; os oficiais que estivessem aguardando condução, deveriam ficar em baixo de um alpendre, especialmente construído. Os costumes tornaram-se severos; a limpeza era absoluta; proibido fumar-se no recinto, não se vislumbrava ponta de cigarros pelo chão. O civil deveria comunicar aos guardas o que vinha fazer, de forma sucinta. De fato o Arsenal se transformou em verdadeira praça de guerra, em lugar do estabelecimento público anterior. O disciplinador, o homem rígido, ordenado, metódico se manifestava nas menores ações. Os serviços por êle superintendidos não caminhavam apenas mas voavam, sob a atenção e interêsse dos mestres, operários e engenheiros e a obesrvação sagaz e constante do Diretor.

Ao assumir o cargo de Chefe do Estado Maior General da Armada pela segunda vez recebeu o conforto da visita dos Oficiais da Armada, afastando-se êsse ato da vulgaridade de mera apresentação ao novo Chefe, como obrigação de serviço; a concurrência foi numerosíssima, e geral a expressão de confiança e contentamento dos seus comandados pela sua volta a tão alta investidura.

Também sob a capa de grande rigidez, deixava transparecer muitas vêzes a lhaneza e a simpatia que acabam conquistando com segurança o respeito, a consideração e a amizade.

Novamente na direção da Carta Marítima, quando deixou esse encargo, a sua vida militar chegava pràticamente a um têrmo; em 1907 (decreto de 12 de abril), foi graduado no posto de Vice-Almirante e, logo depois, partia para o desempenho da comissão de demrcação dos limites do Brasil com a Bolívia, ao mesmo tempo que se reformava do serviço ativo no pôsto de almirante, o mais elevado da carreira.

#### NA FRONTEIRA

O Ministério do Exterior cedo reclamou a inteligência e a capacidade do jovem oficial; posto à disposição do órgão administrativo regulador, demarcador das fronteiras da Pátria, encetava nova orientação na vida pública onde outros louros, dos mais legítimos iria conquistar com a persistência admirável do desbravador para quem o perigo é diversão, a dificuldade — o incentivo, o objetivo — a glória.

Pela primeira vez seguia para trabalho da natureza daqueles que oficiais de Marinha se engrandeceram na excelência dos serviços prestados, muitos se notabilizaram, e quase todos se dispuseram a sacrifícios não pequenos mas altamente compensadores, porque é difícil imaginar para a segurança da Pátria serviços mais prestimosos que os oferecidos pelos membros dessas comissões de limites, novos bandeirantes com reforçadas energias, almas de heróis, em constante, perene situação de holocausto das vidas pelo ideal, de, afinal de contas esclarecer aos brasileiros quais os limites de sua própria casa, quais os recursos de que legalmente podem dispor, quais as terras que lhe podem servir de bêrço, e dentre elas, as do solo sagrado aonde poderão descansar definitivamente das fadigas da jornada terrena.

Recordo-me que na introdução de um dos mais belos livros já escritos por brasileiro "Fronteiras do Brasil no Regime Colonial", da autoria do nosso Presidente, o embaixador Macedo Soares, livro que honrou o 3.º Congresso de História Nacional, descobriu possibilidades das editoras patrícias e artistas, que não se sepunha capaz de produzir obra tão perfeita sob o ponto de vista do acabamento técnico, depositário de farta messe de documentos interessantíssimos ao par de exposição agradável e erúdita da fixação das fronteiras, repito, recordo-me que assim diz o autor:

"Por tôda a parte a fronteira é o continente do conteúdo nacional. A fronteira completa, define e especifica o país, sede de um povo organizado. A fronteira assegura o instinto de propriedade tão natural e imperioso nos povos, como nos indivíduos. O território, quer dizer, o que se contém, dentro das fronteiras, está para as nações como a casa está para as famílias".

Guillobel não somente foi um dêsses admiráveis construtores mas dentre êles dos mais conspícuos pela nobre abnegação patriótica que o distinguia.

Aí se firmariam em melhores bases o conceito de oficial ilustrado, sèriamente empenhado no desempenho de deveres assumidos, rigoroso nas minúcias de qualquer emprêsa. Aliás é a impressão sempre deixada ao longo da extensa carreira.

Da vida do demarcador está a história brasileira suficientemente ilustrada; o sacrifício das turmas empregadas em demarcação representa notável contingente para a segurança e consequente progresso, mas não menor deverá ser o reconhecimento público a tão esforçados servidores, os briaréus do sertão, os intemeratos desbravadores de regiões nunca visitadas anteriormente pelo homem.

Os chefes deveriam tomar precauções especiais se desejavam alcançar resultado condigno; por isso mesmo contingentes de praças, do Exército, da Marinha ou da Polícia acompanhavam as caravanas "para auxiliarem os trabalhos e garantirem o pessoal contra as correrias de selvagens."

Não era apenas êsse o perigo. Muitos outros espreitavam no recesso das matas ignoradas o explorador desavisado. Éles se acham apontados em relatórios e publicações, como nos de Cunha Gomes, Dionísio Cerqueira e outros.

Na marcha pelo desconhecido os impecilhos se sucedem, a começar pela organização da caranava; precisa-se escolher homens válidos, de sólida saúde, dispostos para a luta contra o tempo, os elementos, a sorte; a capacidade de transporte de provisões, instrumentos, rações, dietas, medicamentos, fica naturalmente limitada às possibilidades sempre diminutas do espaço disponível.

Para as regiões que vão explorar só devem contar com os proprios recursos; não será pequeno o lucro ao se deparar com alguém da zona que possa dispor de qualquer reserva de alimentos, mesmo dos rudimentares.

As viagens em canoas pelos rios virginais, são fatigantes, árduas; o leito constantemente atravessado por troncos de árvores, pedras, cachoeiras, onde às vêzes, em lugar das embarcações conduzirem os valentes fronteiros são êstes que as carregam para não as

perder e com elas vários companheiros, feridos dentro das águas ou atacados pelos peixes vorazes.

Em terra firme, como nas correntes, o clima inconstante, insalubre, arrostado por homens sem alimentação adequada, perenemente cansados, organismos combalidos, enfraquecidos para qualquer ataque traiçoeiro das variações climatéricas, intoxicados pelo quinino, então único remédio de caráter profilático contra as febres mortiferas de tôdas as espécies, as sezões malignas, as palustres das campinas pantanosas.

A fauna a todo o instante surpreende o homem com a companhia indesejável; cobras de aspecto vário, a destacar-se a terrível sucurujú, porcos do mato, cotias, onças, morcegos tremendamente hediondos, pragas, formigas de mordedura dolorosa por muitas horas, insetos, mosquitos impiedosos, borrachudos, pernilongos, piuns, carapanãs, abelhas, carrapatos e piolhos, piranhas, surubís, traíras e pirararas.

Homens nus até a cintura, legumes deteriorados, farinha apodrecida, feijão bichado, calamidades eventuais de tôda sorte, preocupações de ordem técnica, defesa dos instrumentos, trabalhos debaixo de tempo, à noite fria, arrostando a malignidade humana concretizada pelo ataque de índios selvagens, ou continuamente à espreita, para diversão da fuga aos bichos imundos, que provocam moléstias perigosas, icterícias, desinterias.

Foram índios Mangeronas ou Maiurunas que mataram Soares Pinto, o ilustre Capitão Tenente e feriram, obrigando a amputar a perna, ao notável astrônomo e delegado peruano Paz Soldan, outros em completo estado de selvageria, como os Capananas, valentes, antropófagos, mesmo entre os parentes, não poupando os inimigos, cometendo as maiores atrocidades.

Imagine-se o verdadeiro sacrifício dessas comissões, quando após dia de luta, de canseiras, em marchas duras por caminhos abertos a machadinha, ou em riachos pouco navegáveis, encachoeirados, chega a noite e sôbre o tosco acampamento na margem escolhida por palpite, cai torrencialmente a chuva e aquêles corpos esgotados apenas podem esperar novos incômodos em desesperança do ambicionado descanso!

Nessa comissão e nas semelhantes aplicou na verdadeira e proveitosa prática os estudos superiores de Geodésia e Hidrografia e passou a ser conhecido como inquestionável autoridade no assunto. Entre os fatos mais notáveis do primeiro trabalho de fronteiras está a assinatura aos 25 de Agôsto de 1872 do têrmo de assentamento do marco que indica definitivamente na margem direita do Japurá, o ponto mais setentrional da linha de fronteira entre o Perú e o Brasil; entre outros assinavam Hoonholtz (depois Teffé), o secretário Cap. Tte. José Cândido Guillobel, e por parte do Perú, Paz Soldan.

Estavam ainda presentes no local, à margem direita do Japurá, o navio peruano "Napo" e os brasileiros "Pará e "Apoporis", e para maior brilho da cerimônia, embandeiravam-se em arco e com 21 tiros salvaram à solenidade internacional.

Mesmo naquelas longínquas paragens os elevados sentimentos de amor à Pátria aproveitavam as oportunidades para firmarem, como um juramento, — a magnitude da emoção.

## A QUESTÃO DAS MISSÕES

Façamos referência especial à questão das Missões pelo papel mais elevado nela desempenhado por Guillobel.

O relatório de 1886 do barão de Cotegipe, esclarece minuciosamente os têrmos da questão das Missões na data em que foi escrito. Pelo tratado de Madrid de 12 de Janeiro de 1750 as côrtes de Portugal e Espanha, ao estabelecerem os limites dos seus domínios na América e na Ásia, fixaram com clareza, assim parecia, no art. V, as lindes entre o Brasil e a Argentina.

As questões de fronteiras apresentam êsse caráter singular; quanto mais claras se nos afiguram as conclusões, quando tudo parece resolvido sob a melhor forma, alguns cinquenta anos talvez irão ainda decorrer para o têrmo definitivo; é êsse um dos exemplos, apenas que o meio século está sumamente contracto; de 1750 a 1910, quando a 4 de Outubro foi assinado no Rio de Janeiro a ata Declaratória das ilhas brasileiras e ilhas argentinas nos rios Uruguai e Iguaçú, decorreram apenas 160 anos, mais de século e meio para que definitivamente ficassem localizadas as balisas platense-brasileiras, com tôda honra para o Brasil.

Seria interessante reviver certos pormenores da questão no seu máximo desenvolvimento, se esta palestra a pudesse comportar. Diremos apenas que nas negociações sempre deesnvolvidas entre as duas côrtes observa-se pensamento dominante, o qual era que cada uma conservasse o que possuía, ou por outras palavras, o princípio do uti possidetis que se tornou básico da política diplomática do Brasil, e claramente exposto no preâmbulo do tratado de Madrid.

A questão como disse foi demorada; não a podemos historiar. Em 1885, concluíu-se um tratado segundo o qual se deveria proceder ao reconhecimento dos rios e da região litigiosa, por meio de comissão mista que obedeceria a instruções muito sábias e com as quais a questão deveria lograr solução definitiva e imediata.

Da comissão brasileira era chefe Capanema e em segundo lugar Guillobel. A comissão trabalhava longamente nessa exploração, e mais uma vez se consignou papel de relêvo na ação do nosso homenageado.

Êste nada teve com o tratado de 25 de Janeiro de 1890, assinado em Montevidéu, pelo qual se dividia em partes iguais o território em causa.

Como se sabe a Câmara dos Deputados em sessão secreta negou sanção ao Tratado de 1890, e tal resolução foi imediatamente levada ao conhecimento do govêrno argentino. De acôrdo com estipulado a questão foi entregue ao arbitramento do Presidente Cleveland. Lê-se no relatório de 92 de Serzedelo Correia, Ministro das Relações Exteriores:

"Os trabalhos da comissão mista, que explorou em perfeita harmonia o território litigioso, serão publicados, se fôr necessário, e darão testemunho do louvável zêlo e da inteligência com que se houve a Comissão Brasileira".

O laudo de Cleveland é de 5 de Fevereiro de 1895 e a 6 em reunião marcada e na presença das duas delegações autorizado pelo secretário do Estado, o Sr. Uhl declarou: O laudo do Presidente é a favor do Brasil.

Quando ao Rio chegou o telegrama anunciando a solução de Cleveland, foram imponentes as manifestações, vibrando a alma dos brasileiros em positivo regosijo; Prudente de Morais mandou suspender o expediente em tôdas as repartições públicas. Içou-se a bandeira nacional no Itamaratí e como um rastilho, a notícia passando de bôca em bôca outras muitas bandeiras surgiram nas fachadas dos edifícios da cidade, êsse bom e patriota povo carioca de todos os tempos assumiu a fisionomia prazenteira que logo caracteriza a alegria geral e sincera. O nome de Rio Branco sagrou-se como verdadeiro herói nacional. Improvisaram-se os meetings populares. No mar os navios embandeiraram nos topes e à noite iluminaram-se os edifícios, e as silhuetas da instituição tão brasileira do arbitramento, consagrada pelo êxito realmente maravilhoso.

Horas felizes vivia a cidade do Rio de Janeiro, para compensar, de sobra, aliás, muitas outras de sua vida, acidentadas, sombrias, melancólicas!

### AMAPÁ

Estava na Europa como Chefe da Comissão Naval quando foi exonerado; faltava apenas um navio para a entrega ao Govêrno Brasileiro, e ainda assim porque foram rejeitadas as máquinas em virtude de arranhões nas camisas dos cilindros, por decisão do Chefe da Comissão.

O Govêrno Campos Sales deixava momentâneamente sem função o Almirante; êste solicitou um ano de licença para descansar no estrangeiro, naturalmente com as reduções nos vencimentos que a legislação da época determinava.

O Barão do Rio Branco estava em Berna conduzindo a questão do Amapá, entregue ao arbítrio do Presidente da Confederação Helvética.

Guillobel recebe em París telegrama do Barão, mais ou menos nos seguintes termos:

"Estando dificuldades defender interêsses nacionais questão Amapá peço V. Excia. autorizar-me propor seu nome delegado essa Missão".

# Respondeu Guillobel:

"Impossível aceitar. Segue carta".

Rio Branco, porém, não esperou a carta; no dia seguinte batia à porta do apartamento do almirante em París, e ao ser aberta a mesma, logo da entrada, se avistava o dono sentado a ler um jornal. Antes de qualquer palavra de saüdação, foi dizendo: "Mas, almirante, V. Excia. vai deixar perigar os interêsses do Brasil?" O almirante respondeu: "Quem lhe disse isto?"

E explicou: tendo pedido um ano de licença, achava que não devia aceitar a comissão em Berna, porque talvez tal gesto fôsse mal interpretado; mas estaria à inteira disposição para o estudo do assunto e do que o Barão precisasse, e de fato, dispendeu o tempo entre París e Berna, tornando-se o assessor técnico da Missão, sem receber qualquer importância como auxílio, antes dispendendo não pouco dos seus haveres no empenho de defender da melhor forma possível os interêsses do Brasil. Aliás não seria a primeira nem a última vez que demonstraria completo desprendimento por vantagens pecuniárias.

Não há referência oficial alguma a êsse serviço importante de Guillobel; é possível que apareça quando forem publicados os Relatórios do Exterior sôbre a administração de Rio Branco ou quando o arquivo particular dêste for suficientemente estudado o que ainda não teve lugar.

# LIMITES COM A BOLÍVIA

Em 1896 e 97 novamente chamado para discutir as questões que conduziram à assinatura do Tratado de Petrópolis, estava então na companhia de Assis Brasil e de Rui Barbosa, e apenas percebia os vencimentos de Almirante, sem qualquer gratificação, ao passo que os trabalhos se acumulavam sôbre sua pessoa visto ter Rui se desinteressado do assunto.

A ação na Bolívia, na questão resolvida, foi das mais onerosas; de fato é capítulo dos mais proeminentes de nossa história diplomática a questão dessa fronteira, de sua delimitação, reconhecimento e legalidade.

Com data de 17 de Novembro de 1903 assinava-se o Tratado de Petrópolis, com Rio Branco na chancelaria.

Era uma conquista com a mais nobre das armas — a inteligência, em que dois povos da livre América chegavam a acôrdo honroso

para as duas partes, sem conflito, sem guerra, sem azedume, o que permite vivermos no dia de hoje, entre vivas e flores, palmas e aplausos, as horas históricas da aproximação indestrutível da Bolívia e do Brasil, com a visita do eminente geenral Peñaranda.

Para levar a cabo a execução do tratado e eliminar as dúvidas ainda existentes em tôrno das regiões dos rios Verde e Turvo, hem como nas dos rios Rapirran e Iquiri, apelou-se para as luzes de um almirante já reformado, José Cândido Guillobel.

Deixara a atividade mas embarcado em navio mercante singrava as águas do litoral para se internar entre as matas brasíleo-bolivianas ainda em serviço de considerável projeção patriótica.

Na comissão da Bolívia, de que era chefe brasileiro Guillobel, tinha como secretário e encarregado do material, seu filho Nelson, e como outros membros componentes Ferreira da Silva e Braz Dias de Aguiar, julgava o chefe boliviano que seus trabalhos correriam suavemente com a ajuda do coronel Fawcett, americano, do Capitão de Fragata Herbert Edwards, engenheiro Green, ingleses, e Vaudry, francês, enquanto do outro lado só havia brasileiros.

É impossível descrever os trabalhos por quase oito anos, más os marcos então colocados por Guillobel foram recentemente revistos por Braz Dias de Aguiar, Chefe da atual Comissão de Limites do Norte e a diferença encontrada não chega a poucos metros.

Guillobel era extremamente meticuloso nos cálculos e ninguém nunca examinou sem a atenção merecida resultado por êle apresentado.

Desenhista emérito por atavismo, grande parte dos cálculos das comissões de limites onde esteve, foram feitos por êle, bem como quase todos os desenhos das Cartas. O mesmo sucedeu com o tratado de Geodésia e o Código de Sinais.

Desenhou também todos os mapas para a Comissão da Bolívia, arrancando pelo primor do traçado, segundo conta Braz de Aguiar, exclamação do chefe boliviano, aliás, o inglês Everett:

"Isto não são desenhos, são obras primas".

## A CONTRIBUÏÇÃO DA MARINHA

Guillobel seria o brasileiro de responsabilidade que pode ser considerado o maior técnico de fronteiras do Brasil, no seu tempo?

Muitos oficiais do Exército e da Armada como civís de grande valor se empregaram nesse serviço patriótico.

A contribuição da Marinha tem sido muito apreciável.

Foram oficiais de Marinha os primeiros a explorar o Javarí, pois a Missão era chefiada pelo C. T. Hosé da Costa Azevedo, Barão do Ladário, e dela fazia parte proeminente o Capitão Tenente Soares Pinto, que perdeu a vida em tôda a plenitude do trabalho na mata, onde as flechas de índios lhe atingiram o corpo.

Seria mais um quinhão de sacrifício que a Marinha oferecia a essa obra de vasta projeção para a segurança nacional que é a fixação das lindes da Pátria, cujo principal trabalho não é só percorrer o território, calcular, estudar, longe da civilização e no desconfôrto, mas especialmente possuir qualidades de diplomacia aliadas às de energia, para conter todos os desesperos, os aborrecimentos, as provações dos membros da comissão e as tergiversações próprias de delegados de outras nacionalidades.

No momento atual, a demarcação das fronteiras terrestres oferece o seguinte resumo:

Guillobel Ferreira da Silva Teffé	Perú	1.566.834 km.
Ladário		,
Braz	Venezuela	500.000 km.
Braz Braz	G. Britânica	1.606.800 km.
Braz	Suriname	693.040 km
	TOTAL.	7.641.640 km.
	Não demarcado	2.354.267 km.
	Outros demarcadores	
	Tot das fronteiras	16 423 549 km

Isto é, a chefia de oficiais de Marinha, mais da metade de linha demarcada.

#### PERFIL

De apresentação impecável, roupas finas, bem talhadas, empregando os melhores alfaiates, passava bem firme sempre, com grande aprumo, enérgico, baixinho, algo barrigudo, meia cartola ou como chamavam chapéu duro, óculos azulados, olhar perscrutante, extremamente delicado com todos, possuia agradável conversa e estimava a prosa fina e elevada; como Custódio José de Melo procurava apresentação correta de tudo quanto lhe dizia respeito, mas apenas a estatura, um tanto pequena para as vistas largas de sua elegância, não lhe permitia competir vantajosamente nesse particular com outros oficiais amigos e mais bem dotados fisicamente.

Na conversa nunca apelava para anedotas, não era homem para isso, sempre sério e irrepreensível — um dos almirantes de maior linha da Marinha.

Era de modéstia talvez elevada ao exagero. Nunca suportou, sem qualquer mostra de aborrecimento, os homens das caixinhas, como chamava aos fotógrafos.

Tudo nele era produção, produção, cento por cento de produção. Por isso mesmo antes de buscar a evidência nas ocasiões em que tantos a procuram, insensívelmente se escondia nos grupos, anonimava-se entre os presentes anônimos.

Não concedia entrevistas à imprensa, não gostava de retrato em jornal.

Ao regressar dos trabalhos do campo, após muito tempo de ausência, apresentou-se às autoridades e por fim foi à presença do Imperador, que, como sempre amàvelmente o recebeu.

"Vou mandar lavrar o decreto nomeando-o Barão do Chapecó", disse-lhe S. M.

"Muito agradecido a V. M. mas acho que não tenho jeito para ser barão".

Pedro II, porém, reafirmou o que dissera, confirmado depois pelo secretário do Paço, mas o Império alcançava seus últimos dias, e o decreto, se foi lavrado, não chegou ao conhecimento público. Aos 37 anos de idade casou-se com a jovem D. Elisa de Almeida, em 1882, quando esta contava 15 anos e que conhecera na cerimônia do casamento do Almirante Alexandrino.

Na família conduziu-se com a mesma severidade nos menores detalhes que o notabilizaram na Marinha; nunca levantou a mão para um filho mas nunca consentiu a menor irregularidade na sua presença, qualquer afastamento daquela rigidez na educação da família, do absoluto respeito hoje mal compreendido mas dos mais fortes laços de união dos brasileiros no primeiro século da independência.

Convidado para membro da Academia de Ciências do Vaticano, recusou delicadamente a honra, alegando que não lhe convinha ser membro de uma sociedade científica de cujos trabalhos não poderia participar.

O Ministro da Marinha nomeou comandante de pequeno navio um Capitão Tenente e Guillobel sòmente veio a saber da ordem quando o oficial se apresentou, como era obrigado, por ter mudado de comissão.

Em Boletim determinou êle que fôsse publicado o ato do Ministro, mas em seguida a êste se dirigiu para solicitar a demissão do cargo; sentia-se desprestigiado; as propostas de nomeação de oficiais para as mais variadas comissões eram, então, inicialmente da Chefia do Estado Maior General e êle não poderia diminuir as prerrogativas do elevado cargo que o próprio Ministro e amigo lhe confiara.

Custou muito a Elisiário convencer seu afilhado e compadre do nenhum propósito de desconsideração havida com a designação efetuada, que imediatamente desfez, tornando sem efeito o memorandum.

Não chegou a Ministro.

Teria por ventura faltado a tão distinto membro da classe a oportunidade de dirigí-la na qualidade de chefe supremo administrativo, pôsto almejado com justiça por quantos fazem da carreira a única razão da existência, o objetivo superior de tôdas as nações, o escopo final das atividades mais complexas ou menos simples de seu espírito?

Nem isso lhe faltou.

Campos Salles, eleito presidente da República, convidou-o para Ministro. Não me furto em vez de resumir os motivos da nobre escusa, a reproduzir textualmente a carta dirigida ao eminente paulista

e consolidador da periclitante situação financeira do incipiente ainda regime democrático.

Exmo. Sr. Dr. Campos Sales:

Venho, depois de madura reflexão, responder ao estimado favor de V. Excia. de 20 do corrente, em que V. Excia. faz-me a honra insigne de convidar-me para auxiliar o seu futuro govêrno no cargo de Ministro da Marinha.

O meu primeiro impulso foi de corresponder à benevolência de V. Excia. pondo-me à sua disposição; mas logo atuaram em meu espírito razões poderosíssimas para manter-me no propósito em que me achava de abster-me de ocupar um pôsto que seria muito superior às minhas fôrças.

E já que V. Excia. bondosamente significou-me o seu desejo de que em minha aceitação ou recusa eu usasse de absoluta liberdade, pediria vênia para expor com franqueza as circunstâncias que se opõem à minha obediência ao apêlo que V. Excia. dirige ao meu patriotismo.

Sou Exmo. Sr. um dos últimos oficiais generais do quadro da Armada, e atualmente eu não vejo entre os que na escala se acham acima ou abaixo de mim, salvas poucas exceções, os cooperadores de que eu precisaria para suprirem a minha deficiência pessoal.

Crises semelhantes, de falta de idoneidade no pessoal dos quadros de generais, são inevitáveis sobretudo nos países em que as promoções não são sempre inspiradas pelas elevadas conveniências públicas que deveriam, invariàvelmente ditá-las.

Por outro lado, fora da corporação, eu só poderia contar, para desempenho de tão ingente tarefa, com a confiança e as luzes de V. Excia.

Estou longe de acreditar que, para atenuar a minha responsabilidade perante V. Excia. perante o país e pe-

rante a Armada, eu pudesse confiar na colaboração do atual Congresso Federal, em vista do desamor com que êle encara tôdas as questões atinentes à organização da nossa fôrça naval.

Eu ainda estou, ao escrever esta, sob a penosa impressão do voto impatriótico com que a Câmara dos Deputados rejeitou, sem exame e contrariando uma informação minha e o próprio parecer da maioria da respectiva comissão de Marinha e Guerra, o projeto de reversão ao serviço ativo do ilustre Almirante Jaceguai, dêste almirante que seria um ornamento em qualquer das principais Marinhas do Mundo, uma Glória Nacional e talvez o único dos oficiais generais da Armada que pela sua superioridade mental e pelo conjunto de suas inestimáveis qualidades militares está preparado para dirigir com igual competência qualquer dos ramos da alta administração da Marinha.

Por estas razões e ainda por outras que abstenho-me de mencionar para não alongar-me por demais, é minha íntima convicção que eu não seria o ministro que conviria a V. Excia. na pasta da Marinha.

Asseguro a V. Excia. por minha honra militar ao declinar de exercer no futuro govêrno de V. Excia. as funções para as quais V. Excia. designava-me, só consultei o bem público e os interêsses da Marinha, como eu os entendo, não tendo parte alguma nesta minha atitude quaisquer conveniências particulares de minha comodidade ou interêsse pessoal.

Entretanto, em qualquer outro pôsto V. Excia. e a República sempre me encontrarão disposto a servir com tôda a dedicação de que sou capaz.

Os meus votos são todos para que o eleito do povo brasileiro para encaminhar os seus destinos no próximo período presidencial, cubra-se de glória, elevando a nossa cara Pátria à altura que lhe cabe por sua vastidão e por todos os dons que providencialmente lhe foram partilhados. São êstes os sentimentos com que tenho a honra de assinar-me.

De V. Excia. admirador sincero e cr.º muito obrigado.

José Cândido Guillobel.

Não está isolado como sabeis na história da Marinha, êsse exemplo de retidão de caráter.

Recordar figuras dessa têmpera é prazer dos mais vivos, verdadeira gala espiritual; os povos se mantêm, as pátrias resistem aos embates do tempo inconstante e da fortuna vária, quando seus filhos assim procedem, transmitem exemplos de imensa dignidade aos pósteros e constroem as tradições sólidas e eternas de correção e altitude de espírito.

No serviço comum não dispensava qualquer direito, honra ou regalia de cargo ou pôsto, por entender que as manifestações legalmente estabelecidas de respeito e cortesia entre militares, não tinham cunho pessoal, eram devidas à classe, e ao uniforme.

Acabou intimo de Rio Branco: êste visitava-o constantemente a qualquer hora que lhe aprouvesse.

Certa vez ao chegar à casa vindo de Petrópolis, da casa do Barão, Guillobel queixou-se à esposa; havia perdido quase o tempo; o Barão descobrira processo caseiro de apanhar moscas com pingos de vela, e êle almirante, armado de um tôco aceso enquanto o barão com outro, passaram a meia parte da noite, em busca de mosca para exterminá-las com o processo de invenção do nosso excelso ministro do Exterior.

O Barão, poderia ser isso, o insigne titular, filho do visconde, estadista, notável o pai quanto o filho, ter aumentado a extensão territorial do Brasil, católico fervoroso, historiador provecto, e também amante dos rosados acepipes e inventor de processo familiar de matar moscas; êle foi tudo isso.

Certa vez o banquete ao representante da Bolívia, Cláudio Genila que assinara o tratado de Petrópolis, fôra dos mais bem organizados sob a direção dos auxiliares de Rio Branco, no tempo em que

se celebrizaram, inclusive pelo "Dinheiro Haja" do amigo Pece-gueiro.

Os convidados acabaram se retirando; o número diminuindo e por fim apenas três se deixaram ficar em conversa, bem servidos e animados; o Barão, Don Penila e Guillobel. As horas se foram passando; às duas da madrugada, o almirante notou que estivera dormindo e estremunhado se levantou; os outros dois continuavam dormindo. Guillobel chamou o secretário Domício da Gama, recomendou ambos e calmamente saiu, meio cosido às paredes, para evitar os olhares indiscretos para a sua reconhecida sisudez.

### ем 1925

Os últimos anos da vida passou-os no desempenho do cargo de Ministro do Supremo Tribunal Militar, pôsto de honra para os vencedores da carreira, os notáveis comandantes, os almirantes cultos, portadores de fés de ofícios impressionantes pela dedicação e lealdade, caracteres firmes, espíritos nobres.

Em 2 de setembro de 1925 faleceu; deixa sempre pesar quem pela vida esparziu sentimentos de afetividade para os seus e os amigos, quem manteve vasto círculo de relações, cultivou o convívio dos patrícios, encantou-se com a sociedade digna, animou as ciências e as artes, comprazeu-se com as associações científicas e de cultura geral, como o nosso caro Instituto.

O desaparecimento do conceituado almirante despertou portanto tôda a emoção dos inúmeros colegas e dos admiradores da rigidez do seu belo caráter.

A Marinha se manifestou com Ordem do Dia perfeitamente justa às brilhantes qualidades de Guillobel. Vejamos alguns trechos:

"Oficial dos mais distintos que tem tido a Armada Nacional, desde os bancos acadêmicos revelou-se em exemplar estudante, e como oficial, deu sempre relêvo e brilho às numerosas comissões que teve de desempenhar. Estudioso, inteligente e com uma grande capacidade de trabalho dedicou-se aos estudos de Geodesia, chegando a ser autor de uma magnifica obra sôbre êste assunto. Co-

mo Oficial, ainda moço, esteve na guerra do Paraguai, onde tomou parte em diversos combates, inclusive na memorável jornada do Riachuelo de que era um dos poucos sobreviventes. Portou-se com denodo e bravura, honrando nobremente a farda que vestia. Dotado de uma grande rijeza de caráter, foi sempre muito acatado por todos os seus camaradas, que viam nele um homem digno sob todos os pontos de vista. Vulto de grande destaque na Armada, honrava agora a cadeira de Ministro do Supremo Tribunal Militar, onde era tido em grande consideração. Deixa exemplos de estudo, de trabalho e atos dignos que devem ser imitados, com saüdade e veneração".

Assinava essa Ordem do Dia da qual destacamos alguns trechos, o Capitão de Mar e Guerra Álvaro Nunes de Carvalho, Chefe Interino do Estado Maior da Armada, outro oficial dotado de grande cultura, e portanto capaz de avaliar a dos colegas.

Encerrava em plena atividade, com 82 anos de idade, vida de contínua utilidade, para si, para a Marinha, para a sua querida Pátria.

Mais uma vez se confirmou o conceito de que a morte está longe de representar o fim de tudo na vida: ela pode, muito, é destruïdora eminente, essa Parca desgraciosa, fria, implacável, sem entranhas, deformadora, insensível e impiedosa, desrespeitadora de sexo ou idade, de baixeza ou grandeza, de conveniências ou inconveniências, de notáveis ou medíocres; passa colhendo para o séquito sinistro ora uma juventude que é uma promessa ora uma velhice que é uma fortuna; mas nem sempre pode apagar da memória dos homens a recordação e a saüdade dos semelhantes capazes e diligentes.

Sucedeu assim com Guillobel, e a reünião de hoje é prova contra êsse poder sinistro.

Por essa ocasião muitas homenagens lhe foram prestadas; os funerais custeados pelo Govêrno em justo reconhecimento ao esforçado cooperador na obra ingente de conservar os limites naturais de nosso grande país; o Ministério das Relações Exteriores, a cuja frente se achava o lúcido espírito de Felix Pacheco, continuador das tradições verdadeiramente brilhantes do Itamaratí, aonde também levou o coeficiente pessoal de vasta e ilustrada cultura, prestou-lhe tôdas as hon-

ras, inclusive com o comparecimento pessoal do Ministro; a Marinha, por sua vez, acompanhou com indisfarçável sentimento os despojos de quem sempre colocara acima de tudo a dignidade da farda e a honra do soldado; o velho e eminente ministro Almirante Alexendrino de Alencar compareceu pessoalmente, acompanhado de seu Chefe de Gabinete, então Capitão de Mar e Guerra Arnaldo Pinto da Luz; o chefe interino do Estado Maior da Armada, Capitão de Mar e Guerra Álvaro Nunes de Carvalho também estava presente como representantes de outros ministérios, autoridades do Distrito, membros proeminentes do Congresso Nacional; o Instituto Histórico fez-se representar pelo então Capitão Tenente Carlos Carneiro.

A grande modéstia com que sempre encobriu os atos meritórios, muitas vêzes levados a têrmo com incríveis sacrifícios, afinal não impediu o reconhecimento nacional ao ilustre morto, evidenciado pelo eloquente cortejo que se encaminhou da rua de São Clemente para o cemitério de São João Batista.

O "Jornal do Comércio" que obedecia à orientação de Felix Pacheco, ministro, assim diz em certo ponto:

"Durante mais de 20 anos o Almirante Guillobel prestou os mais notáveis serviços ao Brasil colaborando como técnico na obra do Itamaratí, de solução de tôdas as nossas questões de limites. Fêz parte de nossas comissões de limites do Brasil com a Venezuela, com o Perú, com a Colômbia e com a Guiana Inglesa, exercendo nelas vários cargos de grande confiança".

Sabemos de tudo isto, mas não faz mal recordar o texto do órgão que traduzia o pensamento do chanceler brasileiro da ocasião. Nem sequer alguém procuraria negar o papel de assinalado relêvo de sua ação, porque a posteridade raramente se engana sôbre os valores reais que deixaram atrás de si trajetórias luminosas.

Um dêstes foi seguramente Guillobel.

Escreveu muitos trabalhos sôbre Hidrografia e dentre os principais, sem notificar o tratado de Geodesia e os três volumes do Código de Sinais:

> Mapa da Comarca de Palmas. Levantamento do igarapé Baía e Alto Acre.

Levantamento do rio Rapirrã.

Planta para locação do ponto da fronteira abaixo do Forte de Coimbra.

Levantamento do marco dos Quatro Irmãos até o rio Turvo.

Levantamento do Mandioré.

Levantamento do Gaíba.

Levantamento da cabeceira do rio Verde (Bolívia).

Viagem de Manáus a Apaporis.

### JUSTA HOMENAGEM

Na cerimônia da inauguração do retrato, trabalho do pintor Belmiro de Almeida, no salão dos demarcadores do Itamaratí, iniciativa de Felix Pacheco, falou o Almirante Ferreira da Silva, outro ilustre demarcador, que servira com Guillobel em comissões anteriores.

Nesse discurso, desenha-se perfeitamente o perfil do velho almirante, por outro ilustre colega que com êle conviveu no âmago das florestas, nas lutas contra a natureza e os elementos para levar avante a missão honrosa.

Eis algumas das palavras de Ferreira da Silva:

"Companheiro de armas do almirante Guillobel, vim a conhecê-lo e respeitá-lo desde logo, no início de minha carreira militar, trabalhando depois sob suas ordens durante muitos anos. Na Marinha de Guerra, como nos árduos e longos trabalhos de demarcação daquela fronteira, tivo oportunidades várias de apreciar os dotes intelectuais e morais que se ligavam a uma alma pura e ao mais bendoso coração de chefe e amigo".

# Mais adiante:

"A confiança inspirada pela sua inteligência lúcida, profundo saber, meticulosidade de espírito, compreensão nítida de seus deveres e rigorosa avaliação das graves responsabilidades assumidas na execução de importantes trabalhos técnicos que lhe eram confiados, foi sempre o ali-

cerce seguro em que o inolvidável Barão do Rio Branco, sem a mínima hesitação, assentou sábias decisões de alto valor patriótico, que imortalizaram seu nome nas pendências de limites internacionais".

"Provas do valor profissional do distinto almirante, por maiores e mais honrosas que elas fôssem, jamais poderiam exceder à que encerrava essa confiança absoluta, tributada pelo grande reivindicador de terras pátrias".

"Foi êle sem dúvida quem até hoje maior soma de serviços técnicos prestou a êste Ministério e à nossa Pátria, na solução dos problemas relativos à delimitação do vasto território brasileiro, derramando as luzes do seu saber, no gabinete ou no campo, sôbre os casos técnicos que se apresentavam, ora fornecendo argumentos irrefutáveis para a defesa de nosso direitos, ora organizando instruções para a demarcação de imensas linhas fronteiriças, vencendo em seguida algumas vêzes, com verdadeiro estoïcismo, as agruras incalculáveis das inhóspitas regiões por elas atravessadas".

Como oficial desde cedo procurou a excelência da prática no alto mar, adquirindo ràpidamente elevada competência na manobra, filiado à escola preconizada por tantos ilustres membros da Armada a que presidiram a formação definitiva da corporação naval de que, como dizia Sena Pereira:

"Os variados ramos da ciência marítima não se aprendem de salto, e nenhum valor tem se não é acompanhado de uma prática constante e dilatada.

A partir daí não há, pode-se dizer, hiatos na esplêndida atividade desenvolvida desde os mais tenros anos: ora embarcado, navegando fora do verdadeiro *metier* do oficial de marinha, em terra, mas de que forma?

Embrenhando-se, com companheiros decididos pelos ínvios caminhos do hinterland nativo, entre as densas florestas onde quase não penetra a luz do sol, varando córregos, transpondo fossos, vencendo montanhas, dominando rios, salvando-se dos animais ferozes, do veneno, da água e do fogo, espreitante para onde fôsse preciso montar o teodolito, observar, calcular, de dia à luz natural do sol, à noite sob

a da vela tosca, mas levar a cabo a tarefa, não deixando nunca para o dia seguinte o trabalho porque no outro, talvez novas dezenas de léguas seriam vencidas para completar o esbôço, e em seguida o mapa da região explorada.

Cientista de valor, como hidrógrafo distinto, duas vêzes oficial de Marinha, como fronteiro notável três vêzes, prestou grandes e expressivos serviços ao seu país, porque aliava ao preparo e ao amor ao estudo e ao trabalho, profunda dedicação à classe e à sua terra; engrandeceu assim o nome e tornou-se digno da estima e do aprêço dos patrícios.

E eis, senhores, em pálido escôrço a vida de um almirante brasileiro!"

### MINHA PASSAGEM PELO SENADO

Conferência na sessão do Instituto Histórico Brasileiro de 4 de agôsto de 1943.

Tenho em preparo um livro que não sei se chegarei a publicar -- Dias que passaram... -, em que digo de minha vida política, depondo, incidentemente, sôbre homens e fatos de meu tempo. Foi dêle que extraí algumas páginas, que vou ler, correspondendo a delicado pedido do ilustre presidente do Instituto, o eminente Sr. embaixador Macedo Soares. Referem-se à minha passagem pelo Senado da República, para o qual entrei em abril de 1910. Pouco antes, em 1 de março, tinha-se procedido à eleição presidencial, estando em parte desanuviado o ambiente político, em consegüência da habilidade com que Nilo Peçanha contornara, sem provocar irritações perturbadoras, as dificuldades da campanha do civilismo. Os desassocegos existentes promanavam principalmente do receio de que, com o govêrno Hermes, deflagrassem anunciados atentados contra a autonomia estadual. Urbano Santos e eu partilhávamos dêsse desassocego e, por isso, resolvemos fundar uma coligação parlamentar, cujos intuitos políticos disfarçámos sob o pretexto de que tínhamos por fim pleitear a realização de um extenso plano de melhoramentos materiais e econômicos nos pequenos Estados do norte.

À primeira reünião por nós convocada compareceram, em 17 de julho, além de muitos deputados, dezenove senadores.

Como era natural surgiram explorações: o que pretendíamos — afirmava-se —, era organizar uma liga do norte contra os Estados

do sul; e, um dia, Pinheiro Machado abriu-se com Urbano Santos e comigo, dizendo que sabia ser nosso objetivo congregar elementos para melhor defender a autonomia de nossos Estados, ameaçados por arrivistas ambiciosos de mando; mas que o mesmo estava sendo disvirtuado, havendo muita gente que via na coligação o núcleo de um agrupamento hostil ao Marechal Hermes. Refletira sôbre o caso e conversara a respeito com Quintino Bocaiuva, como êle e como nós, também contrário à política das intervenções, parecendo-lhes mais acertada a criação de um grande partido nacional, onde nos reünissemos todos.

Entendemo-nos sem reservas e, a 28 de novembro, estava formado o *Partido Republicano Conservador* com êste programa:

- "I Defesa da Constituição de 24 de fevereiro de 1891, reconhecida como prematura e inoportuna qualquer revisão dos seus textos, cuja fiel execução basta para assegurar à República a realização de tôdas as aspirações de ordem e de progresso, de liberdade e de justiça.
- II Defesa da autonomia dos Estados, nos têrmos da Constituição, cujo art. 6.º não precisa de regulamentação, e decretação de leis que, assegurando a autonomia administrativa e a representação política, compatível com a mesma Constituição, dos territórios adquiridos pela República promovam oportunamente a sua incorporação, como Estados, na União Brasileira.
- III Defesa de leis que assegurem a liberdade eleitoral, garantindo a pureza do regime representativo e a efetividade do princípio constitucional da representação das minorias.
- IV a) Defesa dos aparelhos financeiros atualmente existentes, máxime no que respeita à estabilidade cambial e à valorização gradual de nossa moeda, como preparo para a circulação metálica do nosso país; b) revisão do regime tributário, consentâneo com as nossas necessidades atuais, garantindo ao Tesouro Nacional os recursos indispensáveis aos seus compromissos e aliviando, ao mesmo tempo, os encargos do contribuinte; c) máximo esfôrço para a elaboração de orçamentos efetivamente equilibrados e máxima resistência à decretação de despesas que não sejam de caráter reprodutivo.

- V Defesa das indústrias nacionais, agrícola, pastoril, extrativa e também fabril, que tenha vida própria, pelos meios ao alcance do Estado, principalmente no que se refere à colonização, ao transporte, ao crédito e a uma moderada e bem entendida proteção aduaneira.
- VI Defesa dos interêsses do comércio, não só pelas medidas que aproveitem a tôdas as classes produtoras do país, mas ainda por uma legislação comercial adequada ao nosso progresso.
- VII Defesa e desenvolvimento, dentro das nossas fôrças financeiras, dos programas em execução relativamente ao nosso poder militar.
- VIII Organização da liberdade do ensino superior, manutenção e desenvolvimento das escolas agrícolas e profissionais, como base do nosso progresso científico e econômico.
- IX Defesa de uma mais perfeita organização civil da sociedade brasileira pela decretação de códigos e leis que correspondam às necessidades de nossa civilização, inclusive no que se refere às garantias que devem ser dispensadas ao trabalho operário.
- X Adoção de medidas de legislação social, tendentes a melhorar as condições das classes menos favorecidas da fortuna.
- XI Ação permanente no sentido de estimular, em vista de alcançar-se a independência econômica do nosso país e em prol da manutenção da integridade da nossa pátria, as mais frequentes relações entre os Estados, seus governos e quaisquer outros representantes no duplo propósito de entrelaçá-los pelo comércio e pelo amparo e desenvolvimento da indústria indígena".

Criado o Partido Republicano Conservador, dissolveu-se a coligação parlamentar, entrando Urbano Santos e eu para a Comissão Executiva daquele partido.

Presidente: Quintino Bocaiuva.

Diretores: Antônio Azeredo, Bias Fortes, Leopoldo de Bulhões, Siqueira de Meneses, Urbano Santos e Tavares de Lira.

Depois da morte de Quintino Bocaiuva, em 1912, foi reorganizada a referida comissão: Pinheiro Machado, presidente; Urbano Santos, vice-presidente; Antônio Azeredo, Luiz Viana, Nilo Peçanha, Sabino Barroso e Tavares de Lira, diretores.

Durante a sessão legislativa de 1910, as questões que maior interêsse despertaram nos meios políticos foram as da apuração da eleição de Hermes e a da intervenção no Estado do Rio de Janeiro. A primeira suscitou tempestuosos debates, últimos ecos de agitações recentes. Passou depressa. A segunda, porém, perdurou por meses.

Em comêço de agôsto, Nilo Peçanha comunicou ao Congresso haver uma duplicata de assembléias em seu Estado, solicitando providências para impedir a esperada subversão de sua ordem constitucional. De fato, o que êle desejava era que fôsse reconhecida por lei a assembléia presidida pelo Dr. Alves Costa para reconquistar, na sucessão do Dr. Alfredo Baker, cujo mandato terminaria em fins de dezembro, as posições oficiais que perdera na política local.

Não conseguiu seu intento.

A Constituição de 1891 dispunha, em seu art. 6.º, que a União não poderia intervir em negócios peculiares aos Estados, salvo:

- 1.º) para repelir invasão estrangeira ou de um Estado em outro;
- 2.º) para manter a forma republicana federativa;
- 3.º) para restabelecer a ordem e a tranqüilidade nos Estados, à requisição dos respectivos governos;
  - 4.0) para assegurar a execução das leis e sentenças federais.

Nestes quatro casos, ninguém contestava, nem poderia contestar, a constitucionalidade da intervenção, ressalva necessária do prestígio e da soberania da nação. Variavam, porém as interpretações do aludido dispositivo sôbre o qual só muito demoradamente se firmou doutrina pacífica em alguns pontos. Este, por exemplo: a competência originária para decretar a intervenção cabia a cada um dos poderes federais, conforme a hipótese. Assim, tratando-se, — digamos —, da execução de sentença não era lícito ao govêrno intervir senão mediante requisição do poder judiciário.

Sucedia, entretanto, que, ao lado dos casos em que a mesma competência era clara, outros havia de liquidez problemática, que o legislativo sempre parcimonioso em se utilizar de medidas radicais, faria incidir em sua alçada. Vínhamos da centralização absorvente do Império e nos acostumáramos a esperar do centro todos os remédios para nossos males. A experiência aconselhava prudência. A regra devia ser só intervir por exceção.

Daí as resistências quase sistemáticas às intervenções. Quase sistemáticas, mas não absolutas, porque, algumas vêzes, elas se impunham para manter a forma republicana federativa, caso que todos consideravam típico da competência do Congresso Nacional. O difícil era caracterizar o que se devia entender por forma republicana federativa. Certo, ela implicava no regular funcionamento dos poderes estaduais. Mas não bastava. Era ainda necessário que estes poderes se achassem legalmente organizados; e, para julgar de sua legalidade, divergiam os critérios, sob a influência do partidarismo, fértil e inescrupuloso em seus instintos de conservação.

No caso do Estado do Rio de Janeiro, alegava-se a existência da dualidade de assembléias, presumindo-se a de uma subsequente dualidade de governos. Era pouco. Os políticos, conhecedores dos ardís das oposições facciosas, não se satisfaziam com presunções. Exigiam mais; exigiam a dualidade efetiva e real. Disto resultou que o projeto de intervenção aprovado pelo Senado não tivesse andamento na Câmara dos Deputados. A inversão da situação estadual só se daria na presidência de Hermes e sob o estado de sítio.

De 1910 a 1914, pertencí a várias comissões especiais e às seguintes comissões permanentes:

- Constituição, Diplomacia e Tratados;
- Legislação e Justiça;
- Poderes; e
- Finanças.

Por elas não passei inteiramente apagado. Muitos dispositivos de nossa legislação ordinária originaram-se de propostas minhas apresentadas em seu seio.

Para exemplificar: os dos arts. 104 e outros da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915, e do art. 132 da lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916, sôbre acumulações remuneradas e aposentadoria de funcionários públicos, que se inspiraram em substitutivos meus como membro da comissão de finanças.

Em conciência, acredito que desempenhei meu mandato com a maior correção, não obstante as inquietudes que me dominavam quanto à sorte de minha terra, mais feliz do que outras, porque, num período de grandes provações, escapou ao flagelo das discórdias civís.

Politicamente, minha identificação com Pinheiro Machado foi, em regra, completa no govêrno Hermes, que teve duas fases bem distintas: uma, a das intervenções brancas dos acordos ou vermelhas da fôrça, em negócios da economia interna dos Estados; outra, em que foram atalhados ou atenuados os excessos da salvação, como se apelidaram os movimentos intervencionistas do tempo.

Na primeira dessas fases, Pinheiro Machado esteve, de ordinário, entre os vencidos; na segunda, entre os que opuseram barreiras à reação.

Em ambas, foi lutador de rija têmpera, destemido e ousado, um cheje na rigorosa acepção do têrmo. Nunca o abateram a adversidade e o desânimo. Confiava cegamente na vitória.

Na hora da ação, corajoso e bravo; após o triunfo, clemente e generoso. Se o inimigo da véspera o procurava, podia ter a certeza de que não seria repelido. Ainda que o não fizesse, respeitava-o, se de capacidade e serviços comprovados ao regime. Um fato, dentre muitos: Carlos Peixoto, decaído na política federal e na de Minas, fôra candidato e se elegera na renovação da Câmara, em 1912. Contestaram-lhe o diploma. Julgou-se um sacrificado. Disse-o a Azeredo e a mim, que, à sua revelia, falámos sôbre o caso ao ilustre chefe gaúcho, de quem ouvimos: seria indigno de mim consentir na depuração do Peixoto. Não somos tão ricos de homens que possamos precindir do concurso dos que têm o seu valor... E Carlos Peixoto foi reconhecido.

Precendo rude ao primeiro contacto, era, no entanto, de extraordinária flexibilidade e finura no trato íntimo. Muito sensível aos obséquios de ordem pessoal.

Não armava à popularidade. Eram-lhe indiferentes a lisonja e a agressão.

Seus processos foram, por vêzes, ásperos? Sim; em virtude de seu temperamento e das convulsões revolucionárias da época. Embora cultuasse com exagero o princípio da autoridade, jamais chegaria ao extremo de considerar o liberalismo uma forma hipócrita da anarquia.

Acusaram-no de ter rompido diplomas de candidatos eleitos; e essa acusação, de que não é único passível, procede, em alguns casos, aliás raríssimos, em que a lisura dos pleitos eleitorais era discutível.

Não o fazia por favoritismo ou vingança. Estava convencido de que, sem uma maioria disciplinada no Senado, desapareceria o prestígio do poder legislativo. Seria um visionário?...

Foi amado e foi temido; mais temido do que amado. Caiu vitimado pelo ódio; mas seu martírio, em vez de diminuir, aumentou a grandeza de seu estatura moral, que suporta, em cotêjo com a de outros, seus contemporâneos, qualquer guerra de paralelos, em política a pior das guerras.

Hermes declarara, em manifesto de 15 de novembro de 1910, adotar a divisa de Gambeta, — governar com o seu partido para o seu país —. Era sincero. Mas os acontecimentos ou as condescendências de sua confiante bondade não lhe permitiram praticar esta fórmula, que, a meu ver, não traduz fielmente a missão do Chefe de Estado, senão do meio para o fim de seu govêrno. A princípio, deu sua cumplicidade, ativa ou passiva, a alguns políticos erradios, em suas aventuras nos Estados, o que constituiu causa primordial de ressurgimento de paixões, que, em ondas de motins e de revoltas, teriam destruído a ordem legal, se não houvesse decretado o estado de sítio até 31 de outubro, isto é, durante quase tôda a sessão legislativa.

Ao inaugurar-se esta, já estava eleito seu sucessor, — Venceslau Braz —, candidato de fôrças heterogêneas, que era preciso reconciliar. Êsse um dos objetivos, não confessados, com que fui escolhido leader do Senado, lugar em que me conduzí com a moderação e o critério de que diria Bueno de Paiva, quatro anos mais tarde, nestas carinhosas palavras:

"... o mais jovem senador daquele tempo, ocupastes a alta posição de *leader* do Senado, *leader* que não dava ordem e era obedecido, *leader* que sabia guiar, tendo gestos de ser dirigido..."

O primeiro embate que tive com a oposição, depois de "leader", foi a propósito da aprovação dos atos do estado de sítio, que o Govêrno fazia questão de que precedesse à apuração da eleição presidencial. Os oposicionistas queriam justamente o contrário e nesse sentido foi apresentado um requerimento pelos senadores paulistas. Desviei o golpe, propondo que o requerimento fôsse enviado à Comissão de Constituição para opinar sôbre qual das duas matérias deveria ter preferência. E, isto feito, intervim junto a Pinheiro Ma-

chado, vice-presidente do Senado, e Sabino Barroso, presidente da Câmara, afim de que se conjurasse o dissídio por um acôrdo: o Congresso seria convocado desde logo para apurar a aleição presidencial, podendo cada um dêles convocar sessões separadas das duas casas legislativas, em horas que não as da sua reünião conjunta, para que se discutisse o sítio, sôbre o qual disse depois, em discurso, que não prolongaria o debate por não querer incorrer nas censuras daqueles que fingiam acreditar que o partido que sufragara nas urnas o nome do honrado Sr. Venceslau Braz desejava, por qualquer modo, protelar o seu reconhecimento, o que seria políticamente contra-indicado, ou anular sua eleição, o que seria constitucionalmente impossível.

Esse discurso continha duas partes: a primeira versava sôbre minha atitude política após o falecimento do Presidente Pena; a segunda sôbre os atos do Govêrno.

São dêle os tópicos que se seguem:

"Senhores: poucos textos da nossa Constituição têm oferecido, até hoje, maior margem a dúvidas e controvérsias do que aquêle que se refere ao estado de sítio. Sôbre êle quase que se pode dizer que temos uma verdadeira literatura parlamentar, em que os modos de ver de cada um diferem, segundo a atitude que, como homens políticos, mantiveram em um momento dado, combatendo ou apoiando os governos. Não quero por esta razão, Sr. Presidente, me apegar a opiniões individuais, preferindo estudar o estado de sítio atual diante dos precedentes criados ou sancionados pelo Congresso Nacional.

Os principais pontos de crítica ao ato do Govêrno, que decretou e prorrogou o estado de sítio, e à proposição da Câmara, que o aprovou e manteve, podem ser formulados assim:

- 1.º) o poder executivo exorbitou de suas atribuições, prorrogando o estado de sítio além da época fixada para a reünião do Congresso;
- 2.º) não houve e não há comoção intestina, sendo, portanto, inconstitucional a medida de exceção;
- 3.º) durante o sítio decretado pelo poder executivo, êste deverá restringir-se, nas medidas de repressão contra as pessoas, à detenção

em lugar não destinado aos réus de crimes comuns e ao destêrro para outros sítios do território nacional;

4.º) é inconstitucional a delegação constante da última parte da proposição da Câmara dos Deputados".

Articulados estes *itens*, alonguei-me em considerações que enchem páginas dos *anais*, e, no final de minha oração, encarei o assunto sob o seu aspecto político:

... "Sr. Presidente: dos antecedentes que expús verifica-se que o Sr. Presidente da República não criou doutrina nova, não se apoiou em interpretações de ocasião; seguiu, na aplicação dos textos constitucionais, as opiniões vencedoras no seio do Congresso, em casos idênticos. Não o movia, portanto, deliberado propósito de atentar contra o patrimônio de nossas conquistas liberais, que têm sido feitas, — e Deus há de permitir que sejam alcançadas sempre, — com a maior e a mais eficaz afirmação do direito e da liberdade.

Abstenho-me, Sr. Presidente, de pedir aos escritores ou aos exemplos de outros povos quaisquer lições. Para que? Seria iludirnos uns aos outros, porque a verdade é que ninguém que combate um govêrno, a não ser em hipótese excepcional, dar-lhe-á seu apôio e sua solidariedade para a decretação ou manutenção de uma medida dessa gravidade.

Sejamos francos. Em assuntos desta ordem não podia deixar de entrar, de modo preponderante, a confiança política.

'Quem acompanhou os acontecimentos dos últimos meses sabe bem como a atmosfera desta Capital era asfixiante e pesada. A opinião pública, intensamente trabalhada por uma campanha de demolição moral, ardorosa e veemente, estava tomada de fundados receios. E, ao se desdobrarem os acontecimentos, os lamentáveis acontecimentos que antecederam e acompanharam a luta civil no Ceará, ninguém se sentia tranqüilo; todos estavam apreensivos ante a sua possível e provável repercussão nesta cidade.

E, infelizmente, Sr. Presidente, os fatos vieram demonstrar que os pessimistas não se enganavam quando o apêlo sistemático às fôrças regulares da nação se tornou o estribilho predileto dos que sonhavam com agitações sediciosas.

Momentos houve, Sr. Presidente, em que a anarquia dos espíritos, aliada, — por que não havemos de dizer? — ao tumulto das ruas, fez receiar pela manutenção da ordem pública. E foi nesta ocasião que o poder executivo resolveu recorrer à medida extrema da suspensão das garantias constitucionais.

É esta a medida que a oposição combate. Sem quebra do respeito que devo à sinceridade e ao patriotismo dos meus nobres colegas, espero que reconheçam à maioria o direito de divergir.

Pensa esta que, na hora presente, tão cheia de dificuldades, o maior e mais relevante serviço que pode prestar ao país é secundar o esfôrço do poder executivo para que a transmissão do poder se opere calmamente, pacificamente, a 15 de novembro. De boa fé, Sr. Presidente, ninguém poderá negar que os que se acham investidos de qualquer parcela de autoridade são muitas vêzes arrastados a desvios e faltas.

Mas, Senhores, é justo que para êsses desvios, para essas faltas, nós só encontremos justificativa em móveis inconfessáveis?

Ninguém erra pelo gôsto de errar, ninguém faz o mal podendo fazer o bem; ninguém incorre na má vontade de alguns podendo ter o aplauso de todos.

Pensamos nós, Sr. Presidente, pensa a maioria desta casa que neste momento, em que se procura cruelmente, desapiedadamente, combater e injuriar o govêrno, pensa a maioria desta casa que o seu dever é prestigiar a autoridade suprema da República. Pensamos nós, pensa a maioria desta casa que a manutenção da ordem, o restabelecimento da tranquilidade e da confiança são elementos indispensáveis para que os legisladores e os homens de govêrno possam enfrentar e resolver todos os problemas que aí estão a desafiar nossa atenção.

O poder executivo entende, que para manter a paz e a tranquilidade e a ordem é necessário que lhe demos essa medida; nós, que confiamos nêle que achamos dever prestigiá-lo, não lha recusamos. Entendemos que assim cumprimos um dever, que assim bem servimos aos interêsses da nação.

Um dos mais luminosos espíritos dos que por aquí passaram, um estadista e um sábio, que prestou à República os mais assinalados serviços, e aos que sofrem aliviou de muita dor e de muita aflição um forte e um bom, Joaquim Murtinho disse, em 1894, desta tribuna e sôbre êste mesmo assunto, que, se a sinceridade é a primeira qualidade dos homens públicos, a tolerância é a promeira das virtudes dos povos que se governam livremente.

Sejamos tolerantes; respeitemos cada um o voto e a opinião dos outros, convencidos todos de que agimos sob as inspirações de nosso patriotismo".

Este discurso, que não foi escrito e é desalinhavado na forma, deixa entrever a situação da República, tal qual era, e teve benévola acolhida, talvez porque eu nunca fôra um palaciano. Gerais e efusivas as felicitações que por êle recebí. O próprio Marechal Hermes me distinguiu com a seguinte carta:

"Rio, 22 de junho de 1914.

Ilustre amigo Dr. Tavares de Lira:

Cumpro o grato dever de transmitir-lhe as expressões do meu agradecimento pela cabal defesa do govêrno da República feita pelo distinto amigo, da tribuna do Senado Federal, na sessão de 19 de junho do corrente ano.

Nesse discurso, em que ficaram patentes as provas da sua erudição e competência, bem como a sua dedicação em prol da causa digna e patriótica que defendo, foram perfeitamente destruídas as acusações que me têm sido assacadas pelos elementos de desordem que, por todos os meios, procuram atualmente implantar a anarquia em nosso país.

Apresentando minhas felicitações pelo sucesso alcançado por essa brilhante peça oratória, sirvo-me do ensejo para assegurar ao bom amigo os meus protestos de muita estima e distinta consideração.

Am. At. e muito grato. — Hermes R. da Fonseca".

Hermes era um soldado brioso e valente, uma das culminâncias de sua classe, com uma bela fé de ofício, imaculado padrão de sua honradez e bravura no serviço das armas. Estava, porém, deslocado no mundo desconhecido em que se lançara e foi uma vítima da politicagem malsã, que o emaranhou em insidiosas urdiduras, ensombrando seu govêrno, ao redor do qual agiam e reagiam os interêsses

de grupos disputando graças e primazias aquí e nos Estados. Não soube ou não pôde reservar-se o papel que lhe cumpria de centro de equilíbrio e árbitro supremo entre êsses grupos. Vez por outra, envolveu-se em suas competições, atraindo os rancores dos despeitados, que, através da imprensa dita independente, o feriram com suas farpas envenenadas. Naquele tempo, tôda ela tomava muito ao pé da letra o conceito de Eurípedes, repetido por um publicista chinês, hoje muito lido, Lin Yutang, que, ao definir o escravo, disse ser um homem que perdera sua liberdade de pensamento ou de opinião. E, para não parecer submissa aos que tudo podiam, excedia-se licenciosamente em seus ataques injuriosos. Hermes sofreu-os, — honra lhe seja —, com evangélica, resignação, acabando desencantado da política; e, como Deodoro, seu glorioso tio, de maneira inesquecível abandonado ingratamente por muitos a quem estendera suas mãos protetoras.

Venceslau Braz chegou ao poder liberto de compromisso com os partidos, a que garantiu, como fôrça neutral superior, a igualdade de direitos, sem conceder a nenhum o privilégio dos favores. E outra coisa não podia fazer, porque sua eleição se realizara por uma aliança ocasional entre os conservadores, dirigidos por Pinheiro Machado, vários remanescentes do civilismo e os adeptos da salvação que haviam consolidado seu predomínio neste ou naquele Estado. Esta alianca obedecera a um movimento de concentração republicana, em tôrno das aspirações e princípios consagrados na Constituição de 1891. bandeira a cuja sombra se podiam abrigar, sem'apostasias e sem deserções, os representantes das correntes partidárias de diferentes côres e matizes, em que se dividia a nação. Seu dever era governar com todos. Não os decepcionou e, como acontecera no quatriênio de Campos Sales, a idéia da reconciliação política começou a tomar corpo antes mesmo de sua posse. Em agôsto, já eram positivos os indícios de que marchávamos para ela. Rebentara a guerra européia e o Tesouro estava de todo esgotado de numerário. O único recurso era emitir papel-moeda. Mas emitir como, se não tínhamos lastro ouro e fôra com a política anti-emissionista que lográramos iniciar o saneamento de nosso meio circulante? Diversos os alvitres sugeridos até que foi votada, às carreiras, a lei n. 2.863, que autorizava a emissão de 250 mil contos: 150 mil por conta do Tesouro Nacional e 100 mil sôbre efeitos comerciais. Essa solução provocou ardentes discussões doutrinárias. Não houve, porém, quem a impugnasse por espírito partidário. Eu mesmo, em reunião plena das comissões de finanças do Senado e da Câmara, votei, na qualidade de membro da primeira delas, pela proposta de Carlos Peixoto, oposicionista intransigente, que consistia na aquisição pelo valor nominal das notas da Caixa de Conversão para que sôbre seu valor metálico se emitisse na razão de cinco vêzes, conforme foi determinado depois pela lei número 2.546, de 2 de outubro de 1918.

Nessa ocasião, observou-se -- e o fato é digno de nota -- que a maioria da oposição se colocara ao lado do govêrno na defesa de seu ponto de vista: emitir quanto antes, fôssem quais fôssem as condições. Diante da crise financeira, que viria a ser agravada pela nossa beligerância, os homens de responsabilidade calavam suas máguas e ressentimentos orientando-se por sadio patriotismo. O congracamento — não havia mais dúvida — seria uma realidade. Por êle trabalhei esforçadamente desde o instante em que se me afigurou viável a candidatura de Venceslau Braz. E não foi outro o motivo porque os promotores desta candidatura me prestaram a mais significativa das homenagens: a de ser o orador oficial no banquete em que, a 9 de dezembro de 1913, o futuro presidente teria de ler sua plataforma eleitoral. Então, eu ainda não era o leader do Senado; mas interpretei tão fielmente o seu e o pensamento dos que me delegaram aquela incumbência que, a 16 de novembro do ano seguinte, me era confiada a direção da pasta da Viação. Eu seria um dos colaboradores da obra do novo govêrno. Deixei por isso o Senado, onde permaneciam ou de que haviam feito parte em meu tempo muitas das mais altas expressões das elites dirigentes do Brasil político daquela época: Lauro Sodré, Urbano Santos, Francisco Sá, Epitácio Pessoa, Rosa e Silva, Gonçalves Ferreira, Rui Barbosa, Severino Vieira, Luiz Viana, João Alves, Quintino Bocaiuva, Nilo Peçanha, Sá Freire, Campos Sales, Glicério, Lauro Muller, Pinheiro Machado, Bueno de Paiva, Leopoldo de Bulhões, Joaquim Murtinho, Azeredo, tantos e tantos mais. Dos que o compunham na hora em que dêle me afastei, poucos, pouquissimos, os que não retribuiram minhas saüdosas despedidas com sua visita pessoal, afetuosa e confortadora. Éramos e ficámos sendo amigos para o resto da vida. Não voltei mais ao Congresso. Três meses antes de findar meu segundo ministério, mudaram os rumos da política norte-riograndense, apontando-me o caminho do ostracismo, que aceitei sem constrangimento. Embora solidário com os que me acompanharam no infortúnio, nunca mais fui candidato a cargos eletivos. A revolução de 1930 me encontrou no discreto retraïmento a que me condenara. Já me não seduziam as lutas acirradas dos partidos. Vivia das recordações do passado, nossas inseparáveis companheiras no entardecer da existência. Felizmente as minhas não eram e não são das mais tristes.

A. TAVARES DE LIRA.

### CARDIAL DOM SEBASTIÃO LEME

Oração escrita por Dom José Gaspar de Afonseca e Silva, saüdoso Arcebispo Metropolitano de São Paulo, e lida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por Dom Francisco de Aquino Correia Arcebispo de Corumbá, na sessão de 17 de setembro de 1943.

Senhores. — Subindo a esta tribuna, uma das mais altas e conspícuas do país, ignoro se mais me intimida vossa douta companhia ou a memória que, neste instante, me cabe evocar para o culto de nossa saüdade e admiração.

Mais talvez que qualquer outra instituição cultural, tem o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro forais de nobreza e patriotismo. Porque vem de antanho, traz consigo esta serena tranqüilidade que só os anos costumam dar, aliando-lhe, num requinte de bom gôsto, os estos do juvenil entusiasmo como que nesta casa se estuda o Brasil, seja na vastidão fascinante do seu espaço geográfico como na sucessão tumultuária das gerações que vão fiando o tecido de nossa história nacional, com que nos revestimos orgulhosamente para as galas da civilização.

Espaço e tempo, Geografia e História, ambos aquí se encontram sob as luzes de vossas peregrinas inteligências, provindas de quase todos os quadrantes da Federação, e entregues ao nobre esfôrço de apalpar os relevos da terra, medir as altitudes das montanhas, desenhar a direção dos rios, registar as temperaturas do ar, traçar as coordenadas das cidades, numerar os moradores do país e depois recolher, em anais que nossos filhos lerão, como um cate-

cismo cívico, os gemidos de nossa raça, as esperanças do nosso povo, suas derrotas e vitórias, seus erros e acertos, seus defeitos e qualidades, a vida enfim dêste nosso Brasil como a vivemos nós, por entre as brumas que escurecem o mundo, e como a desejamos vivida pelos nossos descendentes — prodigiosamente fecunda dentro dos contornos intangíveis da Pátria.

Não foi outra, por certo, a visão do monarca ilustre que apadroou com entusiasmo esta casa, nem outros ideais animaram os que vos antecederam neste silogeu e dos quais sois hoje os fiéis continuadores.

Fidalguia vossa foi chamar para tão egrégia assembléia um modesto trabalhador, em cujas mãos, debalde procurareis títulos que o encareçam. Resignastes-vos em receber-me apenas como o cioso e feliz custódia de um tesouro histórico, valioso e opulento, que, com genial antevisão, meu venerando antecessor na Sé Paulopolitana, recolheu para os Arquivos e Museus da Cúria Metropolitana de São Paulo. Monta guarda a monumentos artísticos, históricos e culturais, numa época revôlta que os arrasa, delapida ou rapina — e por dobrados males sofre de certo ojeriza histérica pelo passado —, julgastes, senhores, credencial suficiente para se entrar nos umbrais desta casa, onde agora ingresso respeitoso, agradecendo-vos a bondade com que me sufragastes o nome e a delicadeza com que me recebeis pela palavra irradiante de Pedro Calmon.

Ocasiona-me esta recepção a gratíssima tarefa de evocar Sua Eminência o Sr. Cardial Sebastião Leme, sócio honorário dêste Instituto, que, num preito de afetuosa saüdade, lhe dedica esta sessão solene. Biografar o nosso pranteado Cardial, depois que se publicaram essas emocionantes páginas que sôbre êle escreveu a alma enlutada de Tristão de Ataíde, é demasiar-se em temeridade. Nada proïbe, entretanto, a quem falece gênio de artista, aproximar-se com acatamento de sua memória querida e desenhar, nuns traços singelos, esta grandiosa figura que, durante mais de 30 anos, encheu a vastidão do Brasil com os halos de sua bondade e as fulgurações de sua privilegiada inteligência.

E é o que vou tentar fazer...

### PLANTATUS IN DOMO DOMINI

Foi o Sr. Dom Sebastião Leme um maiores homens com que a Providência fadou o Brasil. A muitos parecerá temporã esta afirmação. Entretanto, os louvores, as lágrimas e as saüdades com que o Govêrno e o povo, há um ano atrás, lhe cobriram o esquife, valeram pela mais justa das consagrações públicas prestadas a um brasileiro. E, contudo, a mais bela parte de sua vida se escoou na penumbra. Com razão escreveu Tristão de Ataíde, no seu extraordinário livro "O Cardial Leme": O que o nosso Cardial fêz de melhor foi aquilo que jamais alguém o viu fazer. Sua grande obra há de ficar eternamente velada aos homens, pois foi uma obra de sombra e silêncio (1). Nessa região silenciosa que êle criou em tôrno de si — talvez para se defender da admiração dos coevos — moveram-se sua inteligência exponencial e seu magnânimo coração, e tanto que com acêrto lhe poderíamos aplicar aqueles sonoros versos de Dante:

E se il mondo sapesse il cor ch'egli ebbe Assai lo loda e più lo loderebbe (2).

Desaperceber-se dos grandes valores humanos, com os quais se convive, é grave sintoma de apatia. Só os povos anêmicos e dessorados os não surpreendem, insensíveis às luzes que clareiam por sôbre suas cabeças.

Com respeito a Dom Leme, fôrça é confessar que suas feições foram grandes demais para a moldura contemporânea. Só quando esta se engrandecer ou, se mediocre continuar, sòmente quando a figura dêste Bispo admirável se alongar na história e a pudermos medir pelas suas cintilações, como fazem os astrônomos que calculam as dimensões e distâncias dos astros pelos seus raios luminosos, só então avaliará o Brasil a dádiva imensa que Deus lhe outorgou, dando-lhe Dom Sebastião Leme. Tardará talvez muito esta consagração histórica, pois os juízos da posteridade são vagarosos, e longos anos passarão os biógrafos rastreando os púlpitos, as paróquias, as cúrias, as dioceses, a imprensa, a literatura e as famílias para recolher os despojos que a inteligência e o coração do Cardial brasileiro foram deixando por êsses campos, na sua luzente pasagem pela vida. Assim recomposta, conforme os cânones escultóricos de

Clio, esta grande imagem de nossa raça viverá perenemente na memória dos brasileiros.

Enquanto vagarosamente se vai fazendo êsse trabalho, seja-me lícito notar que o segrêdo da grandeza moral de Dom Leme residia nesta coisa bem simples: foi homem de Deus e viveu plantado sempre no santuário do Senhor. Plantatus in domo Domini (3). Muitos galhofação de semelhante atitude, tachando-a de bem pouco nobilitante para um espírito do século. Mas ela bastou para nos dar um dos maiores brasileiros. Sòmente a erva rasteira, sobrando-se pelo chão, busca em superfície o que não pode ganhar em altura. assim a árvore frondosa! A terra que lhe coube em partilha, abraça-a com suas raízes, por elas bebendo sôfrega a vitalizante seiva. Encorpora-se em tronco nodoso e encara as intempéries e afronta o Alteia-se majestosa até emergir da mata. Braceja longos os galhos e, sem sair da floresta, domina a região, enviando-lhe as sombras de sua ramaria, os perfumes de suas flores, as harmonias de sua fronde sonorizada pelos ventos fagueiros e se enfarta de folhagem, para acolher em seu regaço os pássaros que aí vêm ninhar na primayera ou dormir nas noites tropicais.

Sem se arredar da casa de Deus, sem abandonar um instante sequer sua vocação, sem postergar um só de seus compromissos sagrados, Dom Leme, como bem poucos, serviu sua terra e sua gente. Era da casa de Deus. Aí cresceu, aí viveu, aí trabalhou generosamente pelo Brasil, distendo-se sôbre êle como um grande manto de luz, sob o qual, nesta hora de trevas, pode aconchegar-se confiante a pensativa nação brasileira. Tanto é mais fecunda uma existência quanto maior sua fidelidade ao dever e à vocação, que aliás sempre andam de parceria. A majestosa vida do Cardial brasileiro é tamanha no vário e no multíplice que, longe de nos aturdiar, nos conduz suavemente a esta bela unidade do seu devotamento a Deus e à Santa Igreja. Fôsse êle menos do Senhor e mais dos homens, mais das agitações exteriores e menos de sua vocação, ter-se-ia apagado mediocremente, sem percebermos que em se fechando aqueles olhos para sempre se nos extinguia uma grande luz.

Justo é que se ressalte esta unidade da vida de Dom Leme, numa hora, senhores, em que se trafica em vocações, se mercadeja o ideal e se aventuram os homens a tôdas as experiências, no trágico engano de que se logra o triunfo verdadeiro somente na ribalta dos palcos, não no santuário das conciências.

Para definir Dom Leme com precisão sempre se dirá, e com acêrto: foi homem de Deus, plantatus in domo Domini.

#### HOMO GENTIS SUAE

E porque foi homem de Deus, chegou a ser também o homem do seu povo. Homo gentis suae: era assim que os velhos latinos qualificavam os que bem serviam os seus concidadãos. O homem de seu país surge raramente no cenário de uma nação, pois é demorada sua feitura e requer enorme contingente de circunstâncias. Felizes os povos que os vão formando, modelando, educando através de gerações sucessivas, purificando e tonificando, no recesso das famílias, a torrente da vida que, sob as bênçãos de Deus, acerta despenhar-se de cheio sôbre uma criatura predestinada a ser o expoente de sua raça. Nesta elaboração entra, com percentagem inimaginável, a perpetuidade da família. Já o advertira Goethe:

Quando as famílias se sobrevivem longo tempo, nota-se que a natureza acaba produzindo um indivíduo que encerra em si as qualidades de todos os seus antepassados e ostenta, unidas e completadas, tôdas as disposições até então isoladas e embrionárias. O mesmo acontece com os povos, cujas qualidades se concentram, quando a ventura o quer, num só indivíduo. (4).

Descendente de velha cepa bandeirante, Dom Leme colheu desta rica sucessão da gente paulista tôdas as grandes qualidades dos filhos de Piratininga. Inteligência devassadora, ousadia prudente, firmeza intimorata, bondade acolhedora, o Cardial adivinhava as coisas e os acontecimentos quando o tropel dêstes ainda não assustava os contemporâneos; ousava empreendimentos que raiavam pelo sonho, mas cujas primeiras pedras da realidade êle mesmo, prudentemente, já colocara; nítido nas suas atitudes, jamais recuou quando um passo atrás importava transigências com o êrro; boníssimo, sabia compreender os transviados sem descoroçoar os perseverantes. Por isso antecipava ou protelava a ação com admirável senso de realidade. O que a muitos parecia precipitação era previdência e o que censuravam outros de timidez era cautela e cordura, coisas ambas difíceis

a uma autoridade pública, mas que êle tão bem equilibrava no seu govêrno.

Esta soma de qualidades naturais, valorizadas pela graça divina, levariam Dom Leme àquele fastígio de luz e amor, onde todos nós o encontrávamos sempre. Tanto a multidão como os particulares compreenderam e admiraram largamente esta fisionomia do nosso querido purpurado.

Do povo, dêste nosso bom povo brasileiro, dariam testemunho convincentes os Congressos Eucarísticos. Os que acompanhavam o Cardial Legado puderam registar de perto o extraordinário fato de como aquêle príncipe era homem popular. Antes da chegada de Sua Eminência as coisas corriam relativamente bem; o entusiasmo comedia-se as almas pareciam usufruir com parcimônia daqueles santos ideais. A presença de Dom Leme tudo transmudava. Seu sorriso, largo com o gesto, tipicamente seu, de acenar com o chapéu cardinalício para agradecer os aplausos da multidão, cativava e arrastava. Ninguém mais largava o Cardial e nem se fartava de o acompanhar com sofregidão.

O arrebatamento contagiava os mais sisudos e circunspectos, tal a magia daquela alma incendida que ia ateando fogo nos corações e nas inteligências. Era onipresente, desafiando as energias físicas dos membros de sua comitiva. Todos queriam falar-lhe, oscular-lhe o santo anel, pedir-lhe um conselho, agradecer-lhe a esmola de um auxílio pecuniário ou a caridade de uma cartinha amiga vinda na hora da aflição. E no meio desta agitação estonteante que enervaria a um neurastênico, Dom Leme era o mesmo de sempre — bom, compassivo, compreensivo e enérgico, sentindo, sofrendo e amando com o seu povo, de quem êle era porque a Deus se consagrara em holocausto à plebe: In obsequium plebis.

Mas era sobretudo nos seus discursos que a multidão o reconhecia por homem seu, genuinamente brasileiro. O povo, que paciente ouvira eruditas e longas teses ou generoso aplaudira cansados oradores, eletrizava-se quando assomava à tribuna a figura corpulenta do Cardial, cujo rosto trigueiro o chamalote da púrpura matizava de rubro. Começava a falar pausadamente, medidamente... e, já nas primeiras frases, desencadeava-se o entusiasmo popular. Parecia que o povo a si mesmo se encontrava nos lábios daquele homem, tal a

frenética alegria que imantava a multidão. Ia Dom Leme abrindo o tesouro de sua inteligência e do seu coração, em períodos curtos, imagens ora vivas, ora candentes, sempre delicadas, voz enternecedoramente brasileira, gestos apropriados, o que tudo, pelos olhos, e pelos ouvidos, descia à alma do povo e lhe agitava no fundo da conciência o misterioso oceano das emoções, as quais vinham, por sua vez, à tona e borbulhavam nos lábios do orador.

Era a fé católica que borbotava inteirinha naquelas frases; eram os sofrimentos e as esperanças da gente brasileira, chispando luz na voz do Cardial; era o patriotismo sadio, acachoando nas torrentes daquela eloquência; era o nome do Brasil, que cintilava como ouro, fechando os arroubos tribunícios de Dom Sebastião. Sim, era o Brasil. mas o Brasil como o povo o quer e pelo qual tanto trabalhava o Cardial, o Brasil fiel ao seu Deus e ao seu altar; retemperado pelo enrijecimaneto de sau juventude e orientado pela serena experiência dos seus homens amadurecidos; servido por todos e não a servico de uma casta; o Brasil imenso na sua geografia, rico na sua história. opulento nas suas reservas, nervoso na sua ânsia de corrigir-se para alcancar a maturidade, ardente na sua Fé e fiel a si mesmo. E êste Brasil assim sonhado, incorrupto, progressista e religioso, alí estava, a poucos passos da multidão, encarnado naquele homem que, sôbre os ombros, carregava um manto de púrpura, para honra de sua Pátria.

Escusava falar das palmas ruidosas com que o povo lhe agradecia as lições, e tampouco do aplauso muito mais verídico e duradouro que consiste na memória com que êle guardava e decorava, para repetir aos outros, as frases mais belas e os pensamentos mais profundos ou enternecedores dos discursos de Dom Leme. "Este é o nosso homem" dizia o povo. E o era de fato.

Alceu Amoroso Lima, no seu nunca assaz louvado livro supracitado, conta-nos aquêle outro acontecimento, aquí no Rio, em 1930, quando a multidão ébria com a vitória das armas revolucionárias, andava estonteada pelas ruas, depredando. vaiando, ameaçando, ouvindo discursos, à procura de alguma coisa que êle mesmo não sabia o que era. De repente, encaudala-se para o Palácio de São Joaquim. Muitos estremeceram... Outro qualquer a receberia hostilmente. O Arcebispo mandou escancarar as portas de sua residência, desceu

sòzinho até ao seu pobre povo que alí estava raivejoso, irritado e inquieto, tangido por um vento que êle mesmo ignorava de onde provinha e para onde o levava. Desceu sereno e acalmou a tormenta com um só gesto de bondade. Ouviu paciente um discurso desabusado, aconselhou carinhoso e paterno e suas ovelhas aconchegaram-se ao bom pastor, osculando-lhe respeitosamente o anel, e êle as despediu transformadas. Estrugiu da massa um brado que definia Dom Leme: "Viva o Cardial do povo carioca!"

Ser reconhecido, quando o povo não reconhece ninguém; ser respeitado quando a cólera a ninguém poupa, é certo, senhores, realizar à letra aquilo que dos seus Bispos quer a Igreja e que o Senhor neles opere com a sua graça — que se elevem no conceito dos fiéis: Fecit illum Dominus crescere in plebem suam. (5).

E Dom Leme ascendeu às culminâncias desta consagração. Jamais ocupou uma posição administrativa no govêrno, nada pleiteou para si e ninguém como êle alicerçou tão sòlidamente seu prestígio na gratidão do povo, nem deixou, após sua partida, tão luminoso rasto de saudade e carinho.

Mas não foi só da multidão que êle se fez Pastor.

Também os indivíduos, os particulares, e êstes talvez mais do que a massa, podem narrar a extensão do seu apostolado. De quantos Dom Sebastião não foi o orientador, o conselheiro, o diretor, o médico, o juiz, o pai espiritual!

Era o homem das almas. Conhecia-as, chamava-as pelo seu próprio nome e elas o identificavam pela voz e lhe obedeciam, mesmo quando admoestadas. Naquele peito não sabia a mesquinhez, os ódios, as intrigas, as maledicências, as rusgas pequeninas de que são férteis os dias de hoje. A êste cisco rasteiro, trancava tôdas as portas e janelas da alma, pois a não queria empanada com essa poeira vil. Mortificou a língua com a severidade de um santo, sem dela jamais servir-se para lanhar a fama alheia. Dessarte, nunca os ventos portadores da vasa chegaram a soprar-lhe sôbre as cumíadas do coração.

E só assim êle pôde realizar uma obra imensa de compreensão humana e cristã. Vendo-o tão grande e nobre, era natural que a maledicência tentasse abocanhá-lo. Não veio ereta e firme; que não é tal o seu andar. Rastejou a vilania, coleou pelas escadas do

Palácio de São Joaquim, mas em vão. Daquele imáculo sacerdote retrocedeu contrita, trazendo, não a dilaniada fama de um Cardial, mas o coração generoso do grande Bispo, que lho dera inteiro, e que sabia perdoar e amar ternamente suas ovelhas.

Fidelíssimo aos ensinamentos de Cristo e de sua Igreja, suportava os que, incréus e dissidentes, não conheciam o nosso Deus, tolerava as rebeldias religiosas refúgio de tantos que não consentem em se deixar vencer pelo amor de Jesús, e sabia curar, mansa e delicadamente, a feridas abertas pelas decepções. E ao contacto de sua caridade e paciência as inteligências se rendiam, os trânsfugas regressavam à casa paterna, as revoltas se assemansavam, guarneciam as chegas e, de suas mãos, ressurgiam almas eleitas, entregues totalmente à glória de Deus e às batalhas pelo reino de Cristo. Que bem imenso, que revolução espiritual não operou Dom Leme neste nosso Brasil, espertando conciências e reconduzindo-as para Deus!

Começaram agora a aparecer as cartas íntimas que êle escrevia neste seu paciente e laborioso aposado individual e elas dão-nos uma pálida idéia do seu titânico labor. Os que zombaram de seus esforços neste sentido, ou os prejulgaram estéreis, se terão hoje por felizmente equivocados, ainda mais quando se sabe que tais censuras apenas lhe mereciam um sorriso.

Fiamos que inda surgirá em nossa literatura alguém que assuma a nobre tarefa de retratar o preclaro Bispo, com traços recolhidos de suas missivas de apostolado. Quantas não escreveu a irmãos seus no episcopado, encorajando-os nas asperezas! a sacerdotes afanados nos labores do paroquiato! a levitas do santuário, rasgando-lhes. horizontes indefinidos! a humildes religiosas que mourejam nos hospitais e nas missões! a famílias enlutadas! a lares que o divórcio ameaçava desmantelar e que êle recompôs no amor! a homens desiludidos de tudo e de todos! a incrédulos que refugavam qualquer idéia de Deus! e até a ingratos, que lhe malqueriam sem o conhecer, escrevia com a mesma limpidez de pena e de conciência!

Os recortes dessas cartas nos darão certamente a fisionomia singular de um homem excepcional, que soube compreender o coração humano e amá-lo nos seus heroísmos, nas suas virtudes, nas suas inconstâncias, nas suas fraquezas, nas suas fanfarronices, como também na dolorosa sinceridade dos verdadeiramente arrependidos. E

tudo isto com o propósito único de todos ganhar para Cristo, sem desdizer-se nem um só minuto de sua alta missão de doutor, mestre, guia, juiz e pai, pelo que Deus o fez crescer ainda mais no seio do seu povo: Fecit ulum Dominus crescere in plebem suam.

E porque nada lhe faltasse do que a Igreja quer dos seus pastores, em dias de revoltas intestinas, de guerras civis e de ódios pequeninos, Dom Leme assomava à opinião do povo como a figura de um pacificador nacional. *Intempore iracundiae factus est reconciliatio*. (6) Digam os moradores désta formosa cidade, se a memória dos dias aziagos ainda perdura, quais as benemerências do Cardial, que os brasileiros todos da Federação repetiremos em côro o muito que deve a paz da família brasileira ao zêlo e à prudência de Dom Sebastião Leme.

#### LUCENS ET ARDENS

O pouco dito aquí, apenas por alto, do grande Cardial insinua o quanto a sua memória nos deve ser querida para sempre. Que nos valeria, contudo, recordá-la, se não fôsse para pedir-lhe conselhos e lições? A luz pousa na superfície das coisas e desliza sem lhe penetrar o âmago. Só o calor dilata, modifica, transmuda. A luz não converteria armas em arados, mas o calor pode operar essa bendita mudança. Inventou-se recentemente a luz fria... mas a humanidade sempre busca a que clareia e arde, nos homens e nas coisas, incinerando vícios, carbonizando pecados, saneando corações, afogueando conciências e iluminando espíritos.

Dom Sebastião Leme foi uma possante luz da Pátria, que clareou o ambiente e a época, modificando-os, em grande parte, com as ardências de sua alma. Não deixemos que se apaguem os lampejos cívicos e religiosos que chamejaram nas mãos do nosso Cardial. Seria crime contra Deus e contra o Brasil!

Há 300 anos, numa velha igreja baiana, Vieira trovejava à nossa Pátria esta advertência terrível, que poderia hoje repetir, com sobrada razão, o grande prègador: Eis aqui, nem mais nem menos o fado ou desenfado do nosso Brasil: sempre avisados mas nunca prevenidos. (7) Avisos não nos têm escasseado, tanto da Providência de Deus como da providência dos pastores que nos guiam. Falta-nos, porém,

a arte de escutar para nos corrigirmos. Mas se tantas vozes não bastassem para nos tornar vigilantes na defesa de nossa Pátria e de nossa civilização, falem ainda as do túmulo, talvez mais impressionantes, e dentre as muitas a do nosso Cardial, que, em 1939, em Pernambuco, discursava aos militares êstes conselhos, que o Brasil hoje poderia ouvir de joelhos.

"Fidelidade eu vos peço, fidelidade ao Cristo, fidelidade ao Cristo de vosso Batismo, ao Cristo de vossa Primeira Comunhão, ao Cristo de vosso Noivado, ao Cristo de vosso Casamento, ao Cristo que recebeu o último dos vossos antepassados, ao Cristo que aprendestes a amar, ao colo de vossas queridas mães, quando elas, entre carinhos e beijos, vos ensinavam uma a uma as palvras do Padre Nosso e da Ave Maria. Fidelidade ao Cristo! Daí nascerá em vosso peito uma compreensão mais exata do espírito de renúncia e da bravura moral com que deveis scrvir à nossa Pátria. Se fordes fiéis ao Cristo devereis cumprir a sua lei, e essa impõe o amor da Pátria, o amor e o serviço da Pátria.

Fiéis, mas fiéis à disciplina, à ordem, à obediência, aos vossos superiores, sereis mais fiéis, em uma palavra, ao nosso bem-amado Brasil. E aí tendes como pelo amor apaixonado que eu tenho à Pátria a mim me assiste o direito de exigir de todos vós um amor também apaixonado pelo meu Cristo, Salvador do Brasil! A melhor escola do cumprimento do dever e do patriotismo é a minha Igreja, a Igreja do Cristo, que é também a Igreja do Brasil. (8)

#### ASCENSIONES CORDIS...

Senhores. Na igreja de São Pedro de Bar-le-Duc, se as devastações da guerra o não destruiram, há um monumento funerário de Richier, levantado à memória de René de Châlons. Num pedaço de mármore coube todo um poema humano.

Per cima da sepultura, como se dela surgisse num salto, ergue-se um cadáver em decomposição. Os tecidos estão podridos, o rosto escaveirado, os ossos repontam debaixo dos últimos restos da carne corrompida e o realismo é tão vivo que os vermes esfervilham, parecendo devastar a pedra. Não obstante, o cadáver está nervosamente ereto, perfilado quase, estendendo para o alto o braço direito escar-

nado e segurando entre as falanges o coração incorrupto. Dir-se-ia que êle o arrancou do peito, naquele instante, por que os vermes o não tocassem. E o mármore do coração palpita naquela mão morta...

Esta expressiva figura tem extasiado a mais de um artista, comovido muitos visitantes e aterrorizado mundanos. A todos, na sua expressão trágica, ela diz que não morre assim o coração do homem, nas mandíbulas vorazes dos vermes da terra. Quando soube ser grande, desafia a própria destruição dos tecidos e células, pairando por sôbre os túmulos como a melhor lembrança dos que se foram. E se amou a Deus e serviu os seus irmãos, sua sobrevivência será ainda mais duradoura e irá até onde chegaram suas palpitações, as quais bem pode ser que tenham atingido as fronteiras da eternidade. Pereniza-se então na memória de um povo, ensinando, orientando e aquecendo.

Se para pintar uma nova Gioconda, pedia certo artista que lhe dessem apenas um sorriso incapaz de ser reproduzido, para retratar ao vivo o nosso Cardial basta-nos um grande e intemerato coração. O seu, de carne e sangue, lá ficou para sempre, dentro de uma urna, descansando ao pé do altar do Santíssimo, na Matriz de Sant'Ana. Mas como era também de luz, os anjos do Senhor o erguem, luminoso e ardente, sôbre a vastidão do Brasil para nos mostrar os trilhos do futuro.

Senhores. O Instituto que orgulhosamente guarda tôdas as preciosidades da Pátria, engrandece-se recolhendo para o seu tesouro cívico esta gema de nossa terra. Brilhe sempre o coração do Cardial Leme nas mãos do Brasil, como sua alma eleita, entre os coros dos pontífices, rutila nas regiões serenas do Paraiso!

Disse.

<sup>1) &</sup>quot;O Cardial Leme" pág. 197. 2) Paraiso, VI, 140. 3) Salmo, 91, 14. 4) "Psychologie des Grands Hommes" de Henri Joly, pág. 33. 5) Ecli. 44, 22. 6) Ecli. 44, 17. 7) Vieira Brasileiro. Antologia Brasileira, de Afrânio Peixoto e Constâncio Alves, pág. 170. 8) Discurso aos Militares. Album do Congresso Eucarístico de Pernambuco, pág. 279.

TRANSCRIÇÕES



### O MONUMENTO AO BARÃO DO RIO BRANCO

Sua inauguração na Esplanada do Castelo. Discurso do ministro Tavares de Lira.

Constituiu uma das partes mais sugestivas do programa de encerramento das comemorações da "Semana da Pátria" a solenidade da inauguração, na Esplanada do Castelo, do Monumento ao Barão do Rio Branco, homem dos mais ilustres da história do Brasil dos últimos tempos. A homenagem de nosso govêrno à memória do grande chanceler é uma justa consagração àquele que legou tôda a sua existência preciosa ao serviço das causas nobres da sua pátria e da América.

O ato da inauguração do monumento teve a presença do Chefe do Govêrno. S. Excia. chegou àquele local acompanhado de todos os membros de suas Casas Civil e Militar. Alí já o aguardavam todos os ministros de Estado, o chanceler do Chile, o Ministro da Defesa do Paraguai, o Corpo Diplomático, generais, almirantes e brigadeiros do ar, os presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal de Contas e do Tribunal de Segurança, o Prefeito Henrique Dodsworth, o chefe de Polícia, o diretor geral do DIP e outras altas autoridades civís e militares.

Após as honras militares e protocolares de estilo tributadas ao Sr. Presidente da República, o ministro José Roberto de Macedo Soares, presidente da comissão executiva do monumento, procedeu a leitura da ata da sua inauguração.

Procedeu-se, logo depois, à assinatura da ata da inauguração do monumento.

A mesa em que a ata foi assinada, pertencera ao saüdoso chanceler brasileiro, cuja memória era naquele instante homenageada.

# ATA DA INAUGURAÇÃO

A ata de inauguração do Monumento ao Barão do Rio Branco acha-se lavrada nestes têrmos:

"Aos sete dias do mês de setembro do ano da graça de mil e novecentos e quarenta e três, na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, Distrito Federal e Capital dos Estados Unidos do Brasil, no local denominado Esplanada do Castelo, pelo Excelentíssimo Seuhor Doutor Getúlio Dornelles Vargas, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, foi inaugurado monumento erigido em honra da memória de José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco, falecido no dia dez de fevereiro de mil e novecentos e doze e que foi o grande Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil. Para constância dêste ato é lavrada a presente Ata, que será arquivada no Arquivo Nacional. A presente Ata é assinada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República Doutor Getúlio Dornelles Vargas, referendada pelo Senhor Doutor Osvaldo Aranha, Ministro de Estado das Relações Exteriores e subscrita pelos Senhores Doutor Eduardo Espínola, Presidente do Supremo Tribunal Federal; Doutor Alexandre Marcondes Filho, Ministro de Estado interino da Justiça e Negócios Interiores; Doutor Artur de Sousa Costa, ministro de Estado dos Negócios da Fazenda; General de Divisão Eurico Gaspar Dutra, Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, representado pelo General de Brigada Mário José Pinto Guedes; Vice-Almirante Henriques Aristides Guilhem, Ministro de Estado dos Negócios da Marinha; General de Brigada João de Mendonça Lima, Ministro da Viação e Obras Públicas; Doutor Apolônio Jorge de Faria Sales, Ministro de Estado da Agricultura; Doutor Gustavo Capanema, Ministro de Estado da Educação e Saúde: Doutor Alexandre Marcondes Filho, Ministro de Estado do Trabalho, Indústria e Comércio; Doutor Joaquim Pedro Salgado Filho, Ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica; Dr. Henrique Dodsworth, Prefeito do Distrito Federal; Embaixador Pedro Leão Veloso; Tenente-Coronel Nelson de Melo, Chefe de Polícia do Distrito Federal; General de Divisão Pedro Aurélio de Góes Monteiro, Chefe do Estado Maior do Exército; Vice-Almirante Américo Vieira de Melo, Chefe do Estado Maior da Armada; Major Brigadeiro do Ar Armando Figueira Trompowsky de Almeida, Chefe do Estado Maior da Aeronáutica; Doutor José Carlos de Macedo Soares, Presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Presidente da Academia Brasileira de Letras e demais autoridades e pessoas gradas presentes, bem como pelos membros da Comissão executiva do Monumento ao Barão do Rio Branco, composta dos Senhores: Ministro José Roberto de Macedo Soares, presidente; Hildegardo Leão Veloso, escultor; Alcides da Rocha Miranda, arquiteto. A presente Ata foi lavrada e conferida por mim que a subscrevo como presidente da Comissão executiva para a ereção do Monumento ao Barão do Rio Branco no Rio de Janeiro. — José Roberto de Macedo Soares".

O discurso oficial da inauguração, foi proferido pelo Sr. Ministro Augusto Tavares de Lira, antigo membro do Tribunal de Contas e que fôra companheiro de ministério do Barão do Rio Branco.

Discurso oficial da inauguração do seu monumento por Augusto Tavares de Lira, antigo Ministro de Estado da Justiça e dos Negócios Interiores e da Viação e Obras Públicas.

"Sou o único sobrevivente dos ministros de Estado que tiveram a fortuna de sentar-se ao lado de Rio Branco nos altos conselhos do Govêrno da República, em dias que já vão bem longe. E a esta circunstância atribuo a honra do convite que, em gesto de fidalga gentileza, me foi generosamente dirigido pelo ilustre Sr. Ministro das Relações Exteriores, para vir dizer algumas palavras nesta magnífica cerimônia em que o eminente Sr. Presidente Getúlio Vargas se digna de inaugurar o monumento que atestará às gerações vindouras, com o reconhecimento da pátria agradecida, os feitos inesquecíveis do maior de seus diplomatas.

Para corresponder a essa honra insigne, não tentarei esboçar, nem mesmo em linhas gerais, a figura empolgante e dominadora do grande chanceler, que Saenz Peña proclamaria, ainda insepulto seu cadáver, um dos mais preclaros servidores da concórdia americana.

Deixarei que fale meu coração, em transbordamentos de afeto, numa simples homenagem de comovida saüdade à memória do companheiro, que dorme, há mais de trinta anos, no seio da terra dadivosa e boa, que êle amou e engrandeceu, com devotamento e carinho inexcedíveis, aos lampejos de seu gênio político.

Rio Branco é um exemplo edificante do quanto podem no destino dos homens as primeiras influências recebidas pelo seu espírito, pois foram marcantes e decisivas, na vocação de sua carreira, as que lhe ficaram do ambiente do lar paterno, o do ilustre estadista a quem devemos a lei áurea da liberdade dos nascituros.

Sua vida é, em grande parte, reflexo da de seu pai e, o que é mais, desdobrou-se nos mesmos campos de ação: o jornalismo, o parlamento, a diplomacia, o govêrno, com a diferença de ter sido a de seu pai mais intensa e eficiente na política interna e a sua no cenário internacional, onde alcançaria seus mais assinalados e estrepitosos triunfos.

O Consulado de Liverpool, que obteve em 1876, fixaria em definitivo o ponto inicial de sua ascensão gloriosa. Foi alí que, na solidão e no estudo, aparelhou por completo sua vigorosa inteligência para os cometimentos que o futuro lhe reservava; foi dalí que, librando-se em suas possantes asas, levantou seu vôo de águia para ser o patrono de nossos direitos na questão das Missões e, em seguida, na do Amapá, conquistando as duas grandes vitórias que c sagrariam, pelo voto de nossos legisladores e pelo consenso unânime da nação, um benemérito da pátria, para quem não havia limites entre o dever e o sacrifício: "Os mais intimos, os que assistiram de perto, em Washington, em París, em Berna, ao meticuloso preparo e à laboriosa redação das memórias em defesa do Brasil tiveram ocasião de admirar o homem em sua plena atividade intelectual, devorado pela febre do trabalho e tão absorvido pela sua obra que os meses passados sem sair de casa parecem-lhe dias e os breves instantes de repouso, tempo perdido..."

Natural que, depois de coroados de êxito seus fatigantes esforços, aspirasse a um relativo descanso na legação de Berlim, então confiada à sua excepcional capacidade. Não o consegue. Estava escrito que o país não dispensaria nunca mais os seus serviços na direção da pasta do Exterior, a que o chama Rodrigues Alves, em momento de feliz inspiração. Reluta, a princípio, em aceitá-la; mas, por fim, atende aos apelos que lhe são feitos. Éle mesmo diria porquê, em famoso discurso proferido em 1909: ...para que os nossos compatriotas de todos os partidos, que me haviam enchido de distinções e honras, me não tomassem por um ingrato e egoísta, só desejoso de posições mais ou menos cômodas no estrangeiro...

E ei-lo daí em diante, — de dezembro de 1902 a fevereiro de 1912, — no pôsto culminante de dirigente de nossa política externa, pôsto em que dá os remates finais à sua obra opulenta e fecunda, sôbre cujos resultados, no tocante às nossas divisas, os números dispensam comentários: "Nos dois arbitramentos em que funcionou como advogado de nossos direitos e nos tratados de limites concluídos durante seu ministério, o barão do Rio Branco conservou para o Brasil 750.000 quilômetros quadrados de território que nos disputavam... e aumentou de 152.000 quilômetros quadrados o patrimônio nacional com o acréscimo do Território do Acre, o que perfaz uma extensão de mais de 900.000 quilômetros quadrados, superior à superfície de muitos dos mais poderosos países do mundo..."

Não bastava, entretanto, dirimir conflitos seculares de caráter geográfico-histórico. Era ainda necessário impedir que surgissem outros de qualquer ordem. E foi êsse pensamento que ditou alguns dos principais atos de sua sabedoria e patriotismo.

Ao empossar-se do cargo de ministro, o Brasil tinha apenas um tratado de arbitramento com o Chile, dependente da formalidade essencial da troca de ratificações, e, quando faleceu, já assinara trinta e um ajustes desta natureza, entre tratados e convenções.

Estávamos em primeiro lugar entre tôdas as nações. Ao Brasil seguiam-se os Estados Unidos, onde existiam vinte e seis.

Não é preciso melhor índice de suas tendências francamente pacifistas. De fato, ninguém cultivou mais ardentemente a paz baseada no espírito de justiça. Aí está para demonstrá-lo o tratado sôbre o condomínio da lagoa Mirim e das águas do rio Jaguarão, um dos documentos mais notáveis de nossa história diplomática, valioso padrão de nossos tradicionais sentimentos e propósitos na política do continente, por êle mesmo afirmados de modo eloquente

em várias ocasiões e especialmente na Conferência Pan-Americana aquí realizada em 1906, com a presença de Elihu Root, a qual, conquanto a terceira no tempo, foi realmente, no dizer de ilustre publicista patrício, a primeira a adotar normas práticas, ulteriormente desenvolvidas, no estudo dos problemas submetidos ao seu exame.

Vangloriava-se dêsses sentimentos e propósitos, que relembraria de uma feita, com justa ufania, em saüdação dirigida aos delegados de um Congresso Científico reünido nesta Capital, penso que em 1909. — Dizia-lhes terem visto uma bela terra, habitada por um bom povo: terra generosa e farta, povo laborioso e manso, como as colméias em que sobra o mel; mas acrescentava: não há aquí quem alimente inveja contra os povos vizinhos, porque tudo esperamos do futuro; nem ódios, porque nada sofremos deles no passado... Está dito tudo.

Em todos os setores em que exerceu sua atividade, revelou-se sempre o patriota de ação benfazeja, proveitosa, exemplar. Foi assim nas instruções sôbre a polícia e exploração de territórios enquanto litigiosos, na criação de postos fiscais mistos, na delimitação definitiva de nossas linhas fronteiriças, nos acordos comerciais, na criação do primeiro cardinalato sul-americano e de várias embaixadas, em assembléias, conferências e congressos, em suma, na solução amistosa de tôdas as questões atinentes à nossa vida internacional...

Embora fugisse discreta e cautelosamente às competições e rivalidades dos partidos, em suas lutas internas, não escapou à crítica irreverente de acusadores apressados, que chegaram ao extremo de pôr em dúvida a sinceridade de sua adesão às instituições republicanas. Injustamente. Cultor e mestre de nossa história, não ignorava que a monarquia fôra, como tanto se tem repetido, uma solução provisória do problema político brasileiro. Cumprida sua missão histórica, — a da defesa da integridade territorial e da formação da conciência coletiva da nacionalidade, — ela teria necessàriamente de desaparecer. A república era e é a lei americana. Talvez, em seu fôro íntimo, não tivesse sido de todo indiferente à sorte da realeza. Mas, de público, jamais manifestou preferências irredutíveis por formas de govêrno. O que queria, antes e acima de tudo, era um Brasil

politicamente unido; socialmente coeso; econômicamente independente; militarmente forte. Era a unidade moral e a grandeza material da pátria, sem as quais é sempre precária a soberania das nações.

Êsse o ideal a que dedicou incondicionalmente suas energias de diplomata de raça, sem deformações profissionais, realizando a obra a que, na parte que era sua, se referiria o Presidente da República, na sobriedade da linguagem oficial, em mensagem dirigida ao poder legislativo, a 3 de maio de 1910: "Está na conciência nacional que esta grande obra é devida ao Ministro Sr. Rio Branco, que, retificando as nossas fronteiras, aproximando os povos americanos e interessando altos espíritos do Velho Mundo na evolução do Brasil, se tornou alvo do universal e imorredouro reconhecimento da nossa pátria".

Rio Branco venceu pela inteligência, pela habilidade, pelo tato, pelo senso das realidades, enfim, por um conjunto de dons positivos e raros com que o dotara pròdigamente a Providência. Nos sucessos que legitimam sua glória não houve lágrimas de desespêro, nem gemidos de dor de fracos e oprimidos. Houve, sim, as auroras e esplendores da larga política de solidariedade e confraternização, que é apanágio dos povos da América.

Ele foi, em verdade, um grande homem de Estado, um diplomata à altura da sua época, um governante de visão clara e descortino seguro, com inapreciável acervo de relevantes serviços ao país. Seu nome vale pela melhor das propagandas em favor do Brasil e de sua cultura. É o de um dos expoentes máximos da civilização latina, sob o céu do Cruzeiro.

Bem andou, portanto, o govêrno da República em recordá-lo na hora sombria que ora atravessamos, entregando esta estátua imponente e majestosa à veneração dos brasileiros. Ela será um símbolo: — o do culto do dever e da religião da pátria".

Terminado o discurso do Sr. Ministro Tavares de Lira, que foi demoradamente aplaudido, o Chanceler Osvaldo Aranha convidou o Sr. Presidente Getúlio Vargas, os Ministros do Exterior do Chile e da Defesa do Paraguai a irem ao sopé da estátua, afim de descerrar a bandeira nacional que encobria a figura do Barão do

Rio Branco. Acompanharam-nos na memorável solenidade os descendentes do saüdoso chanceler.

Os painéis do Monumento, por ocasião da solenidade inaugural, estavam ladeados, o que representa a entrega do laudo de Berna e o que representa o laudo de Washington, respectivamente, pelas bandeiras suíça e francesa e norte-americana e argentina.

(Jornal do Comércio, de 8-9-1943).

BIBLIOGRAFIA



# CRÍTICA

VIDAS ARGENTINAS — por Otávio R. Amadeo — Tradução de J.
PAULO DE MEDEIROS — Prefácio de
O. TARQUINO DE SOUSA.

Está moldada na língua portuguesa a obra de quem se fez artista para repassar, a nossos olhos, as grandes figuras da Argentina.

O Sr. Amadeu teve de humanizá-las, quer dizer, medí-las na grandeza da emoção que causaram no seio do seu povo, e é então pelo vazio causado ao desaparecerem que mostram o lugar que ocuparam.

Para dizer dêsse vazio, o escritor se reveste da imaginação com que a alegoria toma asas e se ostenta impressionante ao tocar no momento grave em que cada qual das grandes vidas argentinas se apaga para ser levada ao Ricoleta (o cemitério das glórias nacionais), mas isso sem esquecer os episódios comoventes e impressionantes em que o povo emocionado sabe da perda de seus grandes homens. De fato o Sr. Amadeu é insigne em descrever o desaparecimento dos grandes vultos!

O Sr. Amadeu firmou, pois, uma grande arte de escritor com que provoca a emoção de quem volta os olhos para a História avaliando o rasgão de sombra deixado pelos grandes vultos da Argentina.

Figuras sobremaneira excepcionais e que aparecem em época de fato excepcional! E porque não dar a ela o nome? — uma época de "democracia tumultuária". Sim; uma época em que o tumulto compromete a democracia.

Sarmiento, que é uma das figuras retratadas pelo Sr. Amadeu, nos deixa portas a dentro do período histórico de grande revolução social.

Havendo na Argentina homens do pastoreio, do campo, e homens da cidade, cultos como Sarmiento, e apaixonados da cultura, Sarmiento se destacou como um exaltado que defende a cultura, mostrando porém que com a competição entre caudilhos e grandes escritores, havia uma nacionalidade formada, uma unidade que atrai a todos, uns contra os outros, mesmo que fôsse para se manterem em luta política.

A verdade é que a época foi de extremada luta.

E revendo-a, fitam-se os nossos olhos em um pandemônio de que se destacam as grandes figuras argentinas. A revolução que lastrou no país tinha suas causas, aliás de ordem geral pelas quais êsses homens não respondiam!

Era contudo a masorca. O têrmo ficou consagrado um momento abstruso da humanidade. É nele que surge Domingos Sarmiento, cerebração excepcional, mas estranho e a aclimatar-se àquele momento decepcionante!

O Sr. Amadeu é o primeiro a fazer ver Sarmiento como figura da época tumultuária: adaptado a ela, com temperamento próprio para ela. Sarmiento que "tanto (diz o escritor argentino) se bateu contra a anarquia, foi de certo modo um fruto da anarquia reinante. Não era o homem catalogado da vida inglesa, educado em Eton e Cambridge, que marcha sôbre trilhos. Sarmiento não tem capela religiosa, nem partido político, nem escola literária, nem categoria social. É uma grande fôrça perdida que busca direção e por fim a encontra".

"Foi um homem "humano", de "humus", terra, realização ingênua e forte da mãe pátria, mas produção violenta e catastrófica, porque era, sem dúvida, de formação vulcânica. Via-se evidente em seus ângulos, nas arestas e nas extremidades, em seus silêncios e em suas explosões, a tragédia do parto da terra".

"Não viveu na tôrre de marfim, que só convém aos poetas. Quasi não tinha vida privada; dormia no Forum. Ou andava pelas travessias, expulso da pátria, alimentando-se como o apóstolo Batista, de gafanhoto, mel silvestre e de esperanças". Mas por que tantas expressões como esta — homem humano — para retratar um homem?

É que Sarmiento tinha qualquer cousa de primitivo como todos os homens daquele tumulto revolucionário. Nunca a revolução foi pois tão primitiva como na América, logo, como na Argentina, entre os homens que começavam a viver de novo em uma terra nova. E não há então na revolução deflagrada na Argentina de ontem divergência de credos como entre protestantes e católicos na Guerra de Trinta Anos. Não há discordância de filósofo como a de Rousseau que combate a soberania de Luiz XIV. Tudo é o homem que vive no campo contra o homem que vive na cidade. Mas aparecem então as figuras extraordinárias, vivas, reais em sua semcerimônia na maneira de viver, nas suas expressões significativas e impressionantes. como as de Sarmiento, que, crédulo e ingênuo, dizia: "Acreditava conduzir consigo um companheiro oculto, que o protegia. outra voz, que não era a sua, dentro de si mesmo. Dizia ouví-la". Tal qual Sócrates que tinha consigo o seu demônio. E Sarmiento ressurge como a figura de Sócrates!

Também tal qual Sócrates, irreverente, a seguir as suas vozes íntimas. "Não sabia seduzir a multidão" para o que é necessário uma arte refinada e cheia de sulitezas. Sarmiento não tinha vagar para ser refinado! Mas vivia como o povo. E a vida do povo não é o espetáculo da multidão. Conhecia Sarmiento as desordens dela, as simplicidades e ingenuidades daquele, e êsse homem sem ironias estava integrado na boa fé e sinceridade do povo. Vê-lo é ver que êle vive com o povo e como o povo. "Rega as plantas, limpa as gaiolas e põe alpiste. Da rua consegue-se ver no pátio o velho em mangas de camisa e com um gorro preto de borlas, que vai e vem da biblioteca ao viveiro de pássaros. O prato de batatinha vive sôbre a sua mesa de trabalho, e é o seu regalo; o tordo come em seu prato; e um pássaro que lhe mandaram das selvas do Mississipe morreu de nostalgia; cantava em voz baixa, segundo êle dizia, "como cantarolam as moças costurando". Despreocupado de fato levou a vida êsse homem que não teve preocupações refletidas mas antes grandes paixões de homem impetuoso, de homem da plebe e então era vê-lo vesânico no que discutia e defendia, sem meneios ou comedimentos, não guardando as conveniências. "Arrogante e provocativo, botava a língua de fora e batia com a mão na bôca, soltava o palavrão" quando encontrava com quem discutir.

Era um tipo socrático; mas por isso mesmo teria a fama de louco como tôda inteligência superior e como todo vulto extraordinário que se vê perambular pela vida a fora entre a multidão: "Estava tão difundida a sua fama de louco que, ao visitar o manicômio, os dementes o receberam alvoroçados, e um dêles adiantou-se a abraçá-lo exclamando: "enfim Sarmiento entre nós!" Mas êsse desconcêrto era apenas superficial, a desordem dos gestos e das palavras, uma desordem meramente exterior". Sim; também Sócrates que toi como Sarmiento regenerou a filosofia para ela seguir o bom caminho.

Mas Sarmiento principalmente era um fruto da época: "Êle, que tanto se bateu contra a anarquia, foi de certo modo um frutò da anarquia reinante".

Entretanto descrever esse homem é criar um estilo. O senhor Amadeu criou pois a linguagem estranha, pitoresca, desconcertante, nunca vista, mas colorida como a linguagem do povo, da plebe, quasi que irreverente como a patuléia: mas saborosa. Há-de se ver que às vêzes o Sr. Amadeo cita o nome de Carlyle.

Ora, os grandes homens na verdade foram: vidas. O que deu ensejo ao Sr. Amadeu escrever um livro assinalado: vidas argentinas, outras tantas apologias como a dos heróis de Carlyle.

Insiste êle então no por fora e por dentro das criaturas. Insiste no que são êsses homens por dentro para concluir o que êles valem de fato e o que significam de fato por fora. A grande profundeza, o horizonte humano que o Sr. Amadeu desvenda nessas figuras surpreendentes da história argentina, rasga-se quando êle alarga o panorama da alma por dentro.

Era pois necessário ver essas figuras por dentro para que merecessem essa palavra que Plutarco sublimou dando-lhe a verdadeira significação: vidas. De fato êste célebre escritor das vidas veio revelar o que na vida há-de ser a confirmação da superioridade da criatura humana.

O Sr. Amadeu nos ensinou a ver a superioridade dos homens argentinos no ambiente argentino da época em que êles viveram. Que luta se travou? Ele responde à pergunta prontamente. "O ocorrido em 1820 foi uma confusão mais social que política; movimento

"de acomodação", de reorganização de classes. A revolução "política" de 1810 se fazia "social" em 1820. Talvez a data de 1820 prevalecerá no futuro sôbre a de 1810".

"Assim como o tratamento de uma enfermidade pode produzir outra, diferente, os remédios com que se suprimiu o colonato, ao arrancar os germes que continha, causaram um mal, maior pela sua violência que o de que se tinha curado, posto que teve esta vantagem — era agudo em vez de crônico e conduzia a uma saúde estabilizada".

"A de 1810 foi no comêço uma revolução burguesa, portenha e paroquial, "da parte mais sã da população", que se expandiu depois por dentro e por fora. No momento, não desceu à massa, nem dilacerou a entranha do povo".

"A revolução, a verdadeira revolução social, o nascimento da "democracia instintiva e genial" ocorre em 1820. A idéia não tardou dez anos para penetrar a fundo, atravessando as camadas; removeu as massas, mobilizando os pastores semi-bárbaros, e o "popolo minuto" das vilas, para suas guerras e motins; e todos êsses elementos sociais, antes adormecidos, dispersos e inconcientes de seu poder por tanta vassalagem silenciosa, movem-se agora pela ação revulsiva de ardorosos condutores".

"É a primeira vez que em nosso país aparece a massa anônima e humilde da campanha e do subúrbio, agindo por conta própria; movimento primário e inconciente, porém, é aproveitado por condutores hábeis para fins meramente políticos, e para mudanças de elencos governativos".

"Assim êsse pandemonium de 1820 contém em seu caus a massa em ebulição da futura democracia e deve consagrar essa verdade: o govêrno nacional é um organismo prematuro que deve desaparecer. O único possível é o govêrno da província, e essa é a única realidade e o único êxito; quasi governos comunais, porque a sua exclusiva aplicação prática é a cidade capital".

"A nação argentina era só uma unidade moral, e devia passar muito tempo ainda para chegar à unidade política. Nisto Rosas viu mais claro que os outros".

O Sr. Amadeu explica então o advento de homens que eram então instintivos e mostra de que maneira tiravam da rusticidade o

princípio que havia de prevalecer na humanidade. E estuda então a figura estranha de Rosas.

Ora, ninguém irá "esquecer-se, para explicar Rosas, que sua religião era a ordem, para proteção aos bens materiais". Explicação clara e verdadeira principalmente nesse homem que "propôs-se a ser rico e o foi, ajudado pelo afã de independência, uma infatigável atividade, e sua inteligência prática".

"O país (escreve então o Sr. Amadeo) estava preparado para Rosas. San Martin que chegou, sem desembarcar, em fevereiro de 1829, disse que "os homens vendo as suas fortunas em perigo chamavam por um govêrno rigoroso...; ambos os partidos compreendem que é de absoluta necessidade que um dos dois desapareça... trata-se de buscar um salvador... um braço forte". Êle, porém, San Martin, "não poderá fazer o papel de Sila, cobrindo a pátria de proscrições". "É tal a situação do país que ao homem que o governe não lhe resta outra alternativa que a de submeter-se a uma facção ou deixar de ser homem público. Êste último partido é o que eu adoto".

E não é só do advento dessas figuras que se ocupa o Sr. Amadeo. Explica-lhes qual terá de ser a ação deles. Ação inesperada. Inacreditável. Mas superior por ser necessária a seu tempo.

As suas idéias de govêrno, o Sr. Amadeo arranca-as dêsse momento compacto da história argentina assim como o cunhador safa o rude bloco de pedra da montanha onde o formou a natureza. O govêrno é então inegàvelmente uma idéia de fôrça. E dirá o senhor Amadeo que Sarmiento exercendo-o "primeiro, soube defender a liberdade contra a ditadura e, depois, a ordem contra a anarquia".

Sim; um govêrno que ninguém sabe engendrar. Que todos reconheceram, mas relativamente ao qual ninguém pode ditar as regras para o estabelecer, e por isso um govêrno sem regras, e por isso como que necessário, criado pela necessidade. Mas histórico. E por isso um govêrno eventual, e de que se há de dizer: "O drama de um povo está em encontrar o chefe, e sua tragédia em ter-se enganado". Contudo, ninguém há-de dizer que são malditas as figuras do govêrno forte se bem sucedidas; e por isso um govêrno pode ser forte sem ser degenerado. Sendo a sorte que resolve no caso não podem as

figuras que o Sr. Amadeo aponta, serem objeto da ciência política que se apresenta com o nome de Direito Constitucional.

Mas, no conceito do Sr. Amadeo, Sarmiento por exemplo, foi "o político da instalação".

O Sr. Amadeo elogia a série de figuras extraordinárias que apareceram no momento caótico da formação da sua pátria. Eram cíclopes que se mostravam na ocasião de forjar o aço com que se firmava a nacionalidade, e foram homens que apareceram "em um país que num século produziu o conjunto de Rivadávia, Alberdi, Sarmiento, Mitre, Avellaneda, Roca e Pellegrini".

Um govêrno forte sem forma constitucional; mas também os governos fortes finalmente influiram para vir a Constituição até que com ela aparecesse na Argentina essa figura de educação apurada ou principesca: um Roca de quem diz Amadeo: "Os governos de Roca foram "fortes" no sentido de eficazes e enérgicos; era sua maneira de ser, o mandato da Constituição e a tradição do país. O monstruoso poder do presidente argentino não é obra de Roca, mas êle o aproveitou para realizar o propósito de manter a ordem e governar com êxito".

Também ninguém compreende melhor que o escritor argentino a evolução da idéia de govêrno em seu país, evolução que é a formação política de um povo. E ninguém percebe melhor os pormenores, as diferenças entre os momentos atravessados por essa idéia em evolução. Vejamos o que ainda diz o Sr. Amadeo de um Roca ou de um Indalécio Gomes, sócio político inseparável de Saenz Peña, e quem lhe preparou "a cozinha política, pois conhecia os utensílios melhor que Saenz Peña". De fato o Sr. Amadeo aponta o início da série de grandes homens que influiram na formação do seu país, com Sarmiento, dizendo porém que êsse grande argentino foi "o político da instalação", sòmente. Sòmente porque a evolução requeria depois dele outras qualidades humanas, outras personagens, outros homens, se ninguém é onímodo. Porém no caos em que se agita um mundo em formação, ninguém governa, ninguém conduz: Sarmiento "êste lutador (escreve o Sr. Amadeo) não seduzia, nem era um condutor que fôsse à frente ensinando o caminho. Êle ia mais além: abria o caminho, fazia a ponte, e a multidão passava". Na verdade eis uma

fórmula feliz para definir o que há de ser o govêrno em momentos de revolução!

De um passado ciclópico alguma coisa havia de ficar e disso o Sr. Amadeo possue inteira conciência, razão porque lança o seu definitivo juízo político, concluindo: "Há uma crise latina do parlamento, instituïção saxônica transplantada; necessita-se a reforma, pois a função já supera o órgão; essa reforma porém deve ser progresso e não retrocesso. Esse mal não se cura com a ditadura, que é o passado e a barbaria, coisa velha e feia, com tradição de sangue e de lágrimas, condenada na Constituïção com um anátema tão violento que parece ser o grito de tôda a alma da Nação".

"Se o parlamento é um novo fracasso, a ditadura é um fracasso velho". Mas sabe estabelecer restrições como a desta frase: "êste país só exige duas coisas: um têrço de liberdade e dois terços de ordem, não devendo esta chegar até à ditadura e nem aquela na anarquia".

Quando um escritor atinge a sutileza dêsses conceitos, é que se tornou profunda a sua ciência a respeito das coisas políticas e sociais.

É o caso do Sr. Amadeu. povo, é uma reflexão sôbre as páginas dramáticas de história de um povo, é uma reflecção sôbre as páginas dramáticas de história de um

país, sim, porque tôda nação tem as suas.

Feijó Bittencourt.

### REGISTO DE LIVROS

George Gardner — Viagens no Brasil
— Tradução de Albertino PinheiRO — Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1942.

Merece ser incluído entre os mais simpáticos naturalistas estrangeiros que no século passado em pesquisas científicas percorreram o país, o inglês George Gardner, cujo livro *Viagens no Brasil* foi há pouco traduzido para a coleção Brasiliana da Companhia Editora Nacional pelo Sr. Albertino Pinheiro.

Entre 1836 e 1841, pelas vizinhanças do Rio de Janeiro e pelo interior de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Ceará, Piauí, Goiaz e Minas Gerais, sem contar curtas passagens pela Baía e São Luiz do Maranhão, em caprichoso itinerário do botânico, interessantes excursões realizou George Gardner, de modo não menos curioso conseguindo descrevê-las.

Apesar do desconfôrto inevitável em viagens do gênero e à época, o naturalista tem mais palavras de simpatia que de crítica aos habitantes de um país tão diferente do seu. O registo, que minuciosamente fêz, de costumes, aspectos físicos e sociais do maior interêsse para o estudioso de hoje, constitue excelente material, ora posto ao alcance de todos pela tradução do Sr. Albertino Pinheiro.

Algumas referências a acontecimentos políticos da importância da Balaiada, e alguns rápidos retratos de figuras como a do curiosíssimo Visconde de Parnaíba — enriquecem ainda mais Viagens no Brasil.

Pena é que certos enganos do autor, até mesmo da toponímia brasileira, não tenham sido corrigidos pelo tradutor. Suas referências ao mau clero da época também mereciam ligeira anotação restritiva, por partirem de um protestante, naturalmente inclinado a exagerar defeitos dos católicos.

HELIO VIANNA.

\* \* \*

Lucia Miguel Pereira — A Vida de Gonçalves Dias — Vol. 37 da Coleção Documentos Brasileiros. — Livraria José Olímpio, Editora. — Rio de Janeiro, 1943.

Tendo obtido, há alguns anos, excelente aceitação para a biografia, que escreveu, de *Machado de Assis*, idêntico êxito conseguiu há pouco a Sra. Lúcia Miguel Pereira, com *A Vida de Gonçalves Dias*.

Muito merecidos foram, sem dúvida, tais sucessos literários, visto que ambos êsses trabalhos se caracterizam por serem o resultado de criteriosas e longas pesquisas, nunca de simples compilação de escorços anteriores, como é de lamentável hábito entre nós. A Sra. Lúcia Miguel Pereira, para levantar a biografia de um vulto ainda tão próximo, como o romancista de Dom Casmurro, recorreu, inteligentemente, ao depoimento, oral ou escrito, dos que lhe foram contemporâneos. Agora, não podendo fazer o mesmo, quanto ao autor da Canção do Exílio, serviu-se, com igual, senão superior felicidade, das numerosas peças de sua correspondência que possuem o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Sr. M. Nogueira da Silva e outros.

Aliando à abundância do material disponível a difícil arte de joeirá-lo convenientemente, inúmeras revelações biográficas pôde apresentar a autora, sob muitos aspectos podendo-se dizer que é uma figura inteiramente nova a que surge de seu livro. Dentre êles, cumpre destacar o pesquisador de História do Brasil nos arquivos europeus — incumbência que lhe atribuiu D. Pedro II — bem como o antro-

pólogo de *Brasil e Oceânia*, da malograda Comissão Científica e da viagem ao Rio Negro, sòmente agora integralmente revelada com a publicação do respectivo *Diário*, anexo à *Vida de Gonçalves Dias*.

Ao lado do escritor que êle principalmente foi, e sem retirar do primeiro plano o poeta, não apenas indianista, mas também lírico, e dos maiores que até hoje temos possuído — não esqueceu a senhora Lúcia Miguel Pereira o homem Gonçalves Dias, êsse tão infeliz mestiço a quem a glória entretanto bafejou. O drama de sua vida, o doloroso caso dêsse marido que fugia à convivência da espôsa, assume aspectos de quase tragédia diante dos documentos impressionantemente apresentados pela pena justamente apaixonada da autora da Vida de Gonçalves Dias. Da nossa parte, não duvidamos dizer que, para a história da ruína de uma existência humana, pouca coisa conhecemos que se compare ao diário da última viagem a Europa de Gonçalves Dias, pela Sr. Lúcia Miguel Pereira reproduzido do Panteon Maranhense, de Antônio Henriques Leal.

Na lista de nossas biografias construídas mediante simples repetições e sem o socorro dos manuscritos inéditos e autênticos, *A Vida de Gonçalves Dias* constitue magnífica exceção, digna de suscitar imitadores.

HELIO VIANNA.

\* \* \*

João Camilo de Oliveira Tôrres — O Positivismo no Brasil — Editora Vozes Ltda. Petrópolis, 1943.

Sendo geralmente reconhecida a importância que em certa fase da vida nacional assumiu o positivismo, fazia falta em nossa bibliografia uma obra dedicada à exposição e ao exame dessa influência. Foi o que fêz o Sr. João Camilo de Oliveira Tôrres em seu recente trabalho intitulado *O Positivismo no Brasil*.

Depois de excelente prefácio do Sr. Eurialo Canabrava, tôda a primeira parte do volume é dedicada ao estudo da evolução do posi-

tivismo no Brasil. Cuidadosas pesquisas acham-se condensadas em suas duzentas páginas, de modo a oferecer um panorama senão completo pelo menos muito suficiente para uma exata apreensão do que tem sido; a partir de 1850, o advento, o desenvolvimento, o apogeu, a decadência e os novos aspectos apresentados pela doutrina de Comte em nosso país.

A influência do positivismo no Brasil, compreendendo a ação do Apostolado Positivista, o positivismo e a educação, os militares e o positivismo, o positivismo na arte e na literatura, porém, principalmente, na política, — é estudada na segunda parte do livro.

Como seria fácil prever, apesar do desejo de imparcialidade que presidiu o trabalho do autor — no qual, por exemplo, são rendidas tôdas as homenagens de que foram merecedores Miguel Lemos e Teixeira Mendes — isto não pôde impedir que fôsse usada, às vêzes, linguagem irônica relativamente a certos excessos e características peculiares do positivismo brasileiro. Simples, claro, direto, dotado de reais qualidades de sintetizador e de crítico — o Sr. João Camilo de Oliveira Tôrres realizou obra de verdadeiro historiador, conseguindo vencer quaisquer desejos polemísticos, que como bom católico poderia manifestar.

No campo da História do Brasil, muitos são os acontecimentos em que se envolveram os positivistas, e que, portanto, foram abordados no livro em apreço. O abolicionismo e a proclamação da República, a organização constitucional do novo regime, o comtismo no Rio Grande do Sul, as várias companhas de opinião em que tomaram parte — tudo isto é examinado com pleno conhecimento de causa, num encadeamento que até agora não se havia feito entre nós.

Quaisquer que sejam as contestações que O Positivismo no Brasil possa provocar, da parte dos discípulos de Augusto Comte ainda existentes no país, não se negará a êste trabalho o mérito de haver suscitado o estudo global de um assunto que realmente estava aguardando o pronunciamento de um ensaista com as qualidades de historiador de idéias que sòlidamente demonstrou possuir o Sr. João Camilo de Oliveira Tôrres.

\* \* \*

Ministério da Educação e Saude — Biblioteca Nacional — Documentos Históricos — Vol. LX. Provisões — Patentes — Alvarás. 1711-1713. — Tipografia Batista de Sousa. — Rio de Janeiro, 1943.

Prosseguindo na divulgação dos códices guardados na Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, publicou esta instituição o sexagésimo tomo de *Documentos Históricos*, contendo Provisões, Patentes e Alvarás relativos ao período de 1711 a 1713, sendo rei de Portugal D. João V e governador-geral do Brasil Pedro de Vasconcelos e Sousa, subscritores da maioria dos documentos aí transcritos.

Fase das mais interessantes da vida colonial foi a compreendida entre aqueles anos, de modo a tornar muito útil à História do Brasil a contribuïção oferecida pelos manuscritos ora publicados. A guerra européia de que então participava Portugal contra a França e a Espanha aquí teve reflexos da importância da segunda ocupação espanhola da Colônia do Sacramento e dos assaltos de dois corsários franceses ao Rio de Janeiro o que não deixaria de repercutir nas providências militares tomadas pelo govêrno da Baía, de cujos livros de registo procedem os referidos documentos. Determinações relativas ao provimento de cargos públicos e da milícia, ao carregamento de embarcações destinadas ao tráfico de escravos africanos e diversas outras medidas administrativas — enchem o volume LX dos Documentos Históricos da Biblioteca Nacional.

É interessante notar que nos mesmos são predominantes as referências às capitanias da Baía, Ihéus, Pôrto Seguro e Espírito Santo, escasseando as que dizem respeito às outras partes do Brasil, que diretamente se entendiam com Portugal, pela maior facilidade das comunicações marítimas.

O referido volume é o quadragésimo da coleção *Documentos Históricos*, publicado na administração do atual diretor da Biblioteca Nacional, Dr. Rodolfo Garcia, a quem se deve tão importante serviço prestado às letras históricas brasileiras.

\* \* \*

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. — Volume 89, do 1.º trimestre de 1943. — Oficinas Gráficas da Livraria do Globo — Pôrto Alegre, 1943.

A primeira parte do volume n. 89 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, correspondente ao primeiro trimestre de 1943, foi dedicada ao Visconde de Taunay, por motivo da passagem do centenário de seu nascimento. Contém trabalhos ao autor da Retirada da Laguna dedicados pelos Srs. Walter Spalding, Angelo Guido, Olinto Sanmartin e Milton Quintana.

"O Ensino Militar no Brasil" (Período colonial) — é o trabalho histórico que se segue na Revista do Instituto gaucho, de autoria do capitão Adailton Sampaio Pirassinunga e em parte já publicado no segundo número da Revista do Instituto de Geografia e História Militar, de agôsto de 1942, sob o título "O primeiro corpo docente da Escola Militar" (Subsídios para a História da Escola Militar).

"Aspectos econômicos da velha Pôrto Alegre", trabalho do senhor Olinto Sanmartin, é o último artigo de colaboração contido no n. 89 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

HELIO VIANNA.

# PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Livros: Em Julho de 1943

- Financiamento da Guerra Artur de Sousa Costa Impresso no Jornal do Comércio Rio de Janeiro 1942.
- Aspectos do Distrito Federal (Conferências) Publicação da Academia Carioca de Letras Gráfica Sauer Rio de Janeiro 1943.
- Extinct and Vasnishing mammals of the Western Hemisphere with the Marine Species of all the oceans por Glover M. Allen Estados Unidos 1942.
- Histórias das Missões Orientais do Uruguai Publicação n. 9 do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional por Aurélio Pôrto Imprensa Nacional Rio de Janeiro 1943 2 exs.
- O Pensamento Católico na Guerra Atual Oficinas Gráficas do Legionário
   São Paulo 1943.
- Getúlio Vargas (Político e Escritor) por Rubey Wanderley São Paulo 1943 10 exemplares.
- A Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro por Afrânio Peixoto (Publicação n. 10 do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Rio de Janeiro Imprensa Nacional 1943.
- Bibliófilos versus Bibliófagos (Conservação de nossas bibliotecas) por Monsenhor Joaquim Nabuco — Livraria J. Leite — Rio de Janeiro — 1943.
- Vida do Grande Cidadão Brasileiro (Luis Alves de Lima e Silva pelo Padre Joaquim Pinto de Campos Imprensa Nacional Lisboa 1878.
- Titas de Bronze (Ritmos da América) por Faris Antônio S. Michaele Emprêsa Gráfica Paranaense Curitiba 1943.
- Los Textos Milleayac del P. Luis de Valdivia por Fenando Marquez Miranda —Impr. y Casa Editora Coni La Plata 1943.

- Reminiscências (Primeiro Centenário do Nascimento de José Cândido de Lacerda Coutinho por Teófilo Nolasco de Almeida Imp. Jornal do Comércio Rio de Janeiro 1943.
- Machado de Assis por Sud Mennucci São Paulo 1943.
  - O manicômio Judiciário do Estado de São Paulo, por A. C. Pacheco Silva Of. Gráficas do Hosp. de Juquerí São Paulo 1935.
  - Independência do Paraguay por Eduardo Amarilla Frets Asunción 1943.
  - Cidades Históricas de São Paulo Impresso na Emp. Gráf. da Revista dos Tribunais — São Paulo — 1942.

#### Livros: no mês de agôsto de 1943:

- Genealogias da zona do Carmo pelo cônego R. Trindade Estabelecimento Gráfico Gutemberg Ponte Nova 1943.
- Salvador de Mendonça (Publicação da Academia Fluminense de Letras) pelo Sr. Henrique Lagden — Gráfica Milone Ltda. — Niterói — 1942.
- Recepção do Sr. Arnaldo Nunes (Publicação da Academia Fluminense de Letras) Niterói 1941.
- Basílio da Gama (Publicação da Academia Fluminense de Letras) pelo senhor Arnaldo Nunes Gráfica Milone Ltda. Niterói 1942.
- Alexandre Hamilton (O Construtor dos Estados Unidos da América) por Hamilton Leal Imprensa Nacional Rio de Janeiro 1943.
- A Terra Goitacá por Alberto Lamego 6.º volume Impresso no Diário Oficial de Niterói, 1943.
- Ensaios Sociais, Políticos e Econômicos por Roberto Simonsen Editora Federal Industrial do Estado de São Paulo, 1943.
- 3 anos de Ortografia Simplificada Brasileira (Publicação do Sirculo Osbriano pelo General Klinger Companhia Editora Americana Rio de Janeiro 1943.
- Traços Biográficos do Almirante Jerônimo Francisco Gonçalves por Alberto Augusto Gonçalves Imprensa Naval Rio de Janeiro 1943.
  - Marinha Imperial versus Cabanagem pelo Sr. Lucas Alexandre Boiteux Imprensa Naval Rio de Janeiro 1943.
  - El interés geográfico de las crónicas amazónicas por Plabo Vila, Separata do Boletin de la Sociedad Geog. de Bogotá Colômbia 1942.
  - Atividades da Delegacia de São Paulo do Instituto dos Comerciários por José Armando Afonseca — Emp. Gráf. da Revista dos Tribunais — São Paulo — 1942.
  - Las Damas Orientales de la Beneficencia Pública pelo Sr. José Salgado Impressora L.I.G.U. Montevidéo 1942.
- Memória Lida por el Sr. Presidente da La Corte de Justicia de Arequipa por Alberto Ballon Landa — Editorial la Comena, S. A. Arequipa — Perú — 1942.

- O Direito Social e o Advogado por Alexandre Marcondes Filho São Paulo 1943.
- Os Efeitos do protesto dos títulos cambiais por Oscar Martins Gomes Oficinas Gráficas Alba Rio de Janeiro 1943.
- Falb, cumpre os seus fins (Federação Academias Letras do Brasil) Gráfica Sauer Rio de Janeiro 1940.

#### Outras publicações: Em julho de 1943

Boletin of State Geological Survey, ns. 41, 42, 43, 83, 84 e 85 — University of Illinois Library.

Anuário Pub. pelo Observatório Nacional do Rio de Janeiro, ano LVIII.

Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa — 1941 — Rio de Janeiro.

Revista Cubana - Enero-Marzo, 1943 - Vol. XV.

Eight Annual Report of the Archivist of the United States - 1941-1942.

Tábuas das Marés para o ano de 1942.

The Caribbean Policy of the United States — 1890-1920 — Balturine — 1942.

The Policy of the United States Loward the Neutrals — 1917-1918 — Balturine — 1942.

M.S.N. — Noticias Científicas Mensais — Fevereiro e março de 1943.

Arquivos Brasileiros de Medicina Naval — Min. da Mar. — Rio de Janeiro.

Dicionário da Língua Portuguesa — Tomo XXXV — Rio de Janeiro.

A Galera - Revista da Escola Naval - Ano XVII - N. 4.

Vida Rural e Econômica - Revista Técnica.

Annual Report of the American Historial Association - Vol. I.

Revista Nacional - Ano VI - Marzo de 1943, n. 63 - Uruguai.

Geographical Revieu - April 1943 - New York.

Boletin Informativo da Rep. do Equador — Quito — Marzo, 1943.

Gacèta — Médico-Chirúrgica da Bolivia — Vol. I, n. 1 — Mayo, 1943.

O Brasil de hoje, ontem e amanhã — Ano IV — n. 37 — Rio de Janeiro, 1943.

O Brasil de hoje, ontem e amanhã — ano III — n. 36 — Dezembro, 1942.

O Brasil de hoje, ontem e amanhã — ano III — n. 35 — Novembro, 1942.

Estudos e Conferências - n. 19 - Dip. Rio de Janeiro.

Dos Jornais — Ano III, n. 93 — Abril, 1943.

Books from Duke University Press - 1943.

Buletim of the New York Public Library - May 1943 - vol. 47, n. 5.

Brazilian American — 3 de julho de 1943.

I. B. M. maio 1943.

Cervantes — Revista — ano XVIII — 1943 — Habana-Cuba.

A Defesa Nacional — 10 de junho 1943, n. 349.

Revista Nacional de Cultura — n. 36 — Caracas-Venezuela — Enero y Febrero de 1943.

Brazil's Industrial Evolution — Est. Unidos.

The Pan American Book Shelf - Vol. VI - number 4 - April, 1943.

American Indigena - Vol. III - Mexico, D. F. Abril, 1943, n. 2.

Ingenieria Internacional (Industria) — Mayo de 1943.

Eight Annual Report of the Archivist of the United States (1941 a 1942). Indigenista (Boletin) — Vol. III — Mexico — marzo, 1943, n. 1.

Boletim Linotípico — Brooklyn — Nova York — n. 57 = 1943.

Iomorrou - March 1943.

The Pan American Book Shelf - Vol. VI - n. 4 - April, 1943.

Boletin de la Sociedade Geográfica "Sucre" tomo XXXVIII — Bolívia ns. 385, 389.

Part one Colour Plate Books (Catálogo) - London.

The Geographical Journal - Vol. VI - n. 1 - January 1943.

Indians at Work - Spring 1943.

Boletim do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio - n. 105 - maio 1943, Ano IX.

British Book News - n. 34 - February 1943 - London.

Revista das Academias de Letras — Rio de Janeiro n. 44 — março-abril, 1943.

Boletim Trimestral de Estatística (Colônia de Moçambique) n. 4, Ano XVIII.

Proposta Orçamentária para 43 (Relatório) Imprensa Nacional - 1943. Brazilian American — 10 de julho de 1943 — Rio de Janeiro.

A Montanha — junho de 1943 — ano II — n. 6 — São Lourenço.

Revista Franco Brasileira n. 113 — 10 ano — junho 1943 — Rio.

Anais da Faculdade de Educação Ciências e Letras de Pôrto Alegre, 1939-

Revista del Banco de la República - março de 1943 - Colômbia.

Monitor Mercantil — 10 de julho de 1943 — Rio de Janeiro.

Revista do Clube de Engenharia — n. 85 — maio-junho 1943 — Vol. IX.

Relatório de 1940 — Biblioteca Nacional — Imprensa Nacional — 1943.

Relatório de 1941 — Biblioteca Nacional — Imprensa Nacional — 1943.

Brazilian American - 17 de julho de 1943 - Rio.

Boletim da União Panamericana — junho de 1943 — Washington.

Atlântico — Revista Luso-Brasileira — Ed. do Secret. da Prop. Nacional — Lisboa-Rio de Janeiro.

Shink - May, 1943 - Est. Unidos.

Em Guarda - Ano 2 - n. 8.

American Indigena — vol. III — México, D. F. Abril, 1943 — n. 2.

Boletim do Serviço de Águas e Esgotos — M. E. e Saúde n. 8 — Rio de Janeiro.

Boletim do Círculo de técnicos militares — Ano 5, n. 15 — março 1943 —Rio,

Boletim Indigenista - vol. III - México - D. F., Marzo, 1943, n. 1.

Revista do Clube de Engenharia, n. 85 — maio e junho de 1943 — vol. IX.

Revista do Arquivo Municipal - tomo LXXXIX - Pref. de São Paulo.

A Lâmpada — ano XIII — n. 39 — junho, 1943.

Boletin de Hist. e Antiguidades - n. 339 y 340 - vol. XXX - Bogotá.

Anais da Academia Brasileira de Ciências - Rio de Janeiro, 1943.

Brazilian American — 24 de julho de 1943 — Rio.

Urbanismo e Viação - n. 26 - abril e maio, 1943.

Revista Duperial do Brasil - maio e junho de 1943 - n. 13.

America Indígena - Vol. II - México, D. F. Octubre, 1942 - n. 4.

América Indígena - Vol. III - México, D. F. - Enero, 1943 - n. 1.

America Indigenista — Inst. Ind. Sut. Vol. II, n. 4 — Deciembre, Washington — 1942.

Correio do Departamento de cooperação intelectual — n. 11 — maio, 1943.

The Bulletin of the Museum of Modern Art. 5-6 — vol. X, may-june, 1943.

Revista de História de America — n. 15 — México — Deciembre de 1943.

### Outras publicações: Em agôsto de 1943

Relatório apresentado à Assembléia Geral Ordinária (Associação Comercial do Rio de Janeiro, maio de 1943.

Almanaque para 1943 - Vol. LXXIX -- Imprensa Naval - Rio, 1943.

Boletim da União Panamericana — abril de 1943.

The Rockefeller Foundation - Annual Report - 1942 - New York.

Notes and Latin American Studies — number one — April — 1943.

Dos Jornais - Ano III - n. 24 - maio de 1943 - Dip.

O Brasil de hoe, ontem e de amanhã — Aso IV — n. 37 — janeiro, 1943, Dip.

O Brasil de hoje, ontem e de amanhã — ns. 38, 39, 40, 41 — fevereiro a maio de 1943.

Boletim da União Panamericana — maio de 1943.

Boletim do Colégio Brasileiro de Cirurgiões - vol. XVIII - n. 11.

Brazilian American — 31 de julho de 1943.

Em Guarda - Ano 2 - n. 7.

M. S. N. (Noticias Centificas Menais n. 21 - abril e maio 1943.

A Liga da Defesa Nacional — 10 de julho — 1943 — n. 350.

Academia Carioca de Letras — Publicações (Relato do 1.º semestre de 1943).

Boletim da Superintendência dos Serviços do Café — ano XVIII — n. 194 de 1943.

O Café Brasileiro de 1942 — Relatório em 30 de abril — 1943 — Departamento Nacional do Café.

Em Guarda - ano 2 - n. 9.

Boletin Oficial del Ministerio de Relociones Exteriores — tomo XV — maio 1943.

Doenças parasitárias nos Rodoviários da Rio-Baía.

Revista Franco-Brasileira - julho de 1943.

Rodovia - Ano VI - julho de 1943 - n. 42.

Revista das Academias de Letras — n. 45 — maio-junho 1943.

Voyages and Travels - vol. 2 - part. III - catalogue n. 727.

Brazilian American — 7 de agôsto de 1943.

I. B. M. - junho - 1943.

Ciência Política - Boletim - Fascículo III - vol. VI.

Ciência Política - Boletim - Fascículo IV - vol. VI.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul — 1.º trimestre — 1943.

Boletim Municipal - Ano IV - vol. Especial de 1943.

Boletim Municipal — Ano V — n. 13 — vol. 6 — janeiro a abril de 1943.

Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — junho 1943, n. 106.

Informaciones Argentinas — 15 de junio de 1943 — n. 75 — Buenos-Aires. Brazilian American — 14 de agôsto de 1943 — Rio de Janeiro.

Mocambique - Documentário trimestral n. 33 - março, 1943.

Anuário de la Sociedade Folklorica de México - 1941 - México - 1942.

Boletin de Muscos y Bibliotecas — Guatemala — Año III — Seg. Epoca.

Universid-Pub. de la Universid Nacional del Litoral — 14 — junio 1943 — Rep. Argentina.

Actas y Trabajos Científicos del XXVIIº Cong. Internacional de Americanistas — Tomo III — Lima — Perú (1939):

Em Guarda — Ano 2 — n. 8.

Boletim Mensal dos Oficiais dos Corpos e Quadros da Armada — Agôsto, 1943.

Liga Marítima Brasileira — Ano XXXVII — Rio de Janeiro, n. 433.

Dos Jornais (Sumário) Ano III — n. 24 — Maio de 1943 — Dip.

Dos Jornais — (Sumário) Ano III — n. 25 — junho de 1943 — Dip.

O Brasil de hoje, de ontem e de amanhã — Ano IV, n. 38 — 28 de fevereiro 1943 — Dip.

Idem ns. 39, 40, 41.

Informes de la Comisión para Estudiarla Org. de la Paz — nov. 1940, febrero 1942 — feb. 1943.

Boletim of the New York Public Library - june 1943 - New York.

Escuela Nacional de Antropologia — Anuário para 1943 — México 1943.

Revista de la Sociedade-Filatelica Argentina — Año XLVI n. 2 — Buenos-Aires — n. 329 de 1943.

Catálogo de los fondos del Real Consulado de Agricultura Industria y Comércio — Habana.

Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janciro — tomo XLIX — 1942. Vozes de Petrópolis (Rev. Católica de Cultura) julho-agôsto de 1943, vol. 1 — fac. 4.

Boletim da União Panamericana — janeiro, 1943.

Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior — Ano VI, n. 4 — Rio de Janeiro, agôsto de 1943.

Cervantes (Revista Bibliográfica Mensal Ilustrada) Año CVIII — abril 1943
 — Habana-Cuba.

Cadernos — Biblioteca da Academia Carioca de Letras n. 3 — Graf. Sauer — Rio de Janeiro.

Correio do Depart. de Cooperação Intelectual El-Panamericana, n. 10 — março 43 — Washington, D. C.

Urbanismo e Viação - Abril-Maio 1943 - n. 26.

The Pan American Book Shelf — vol. VI, n. 3 — march 1943 — Washington, D. C.

Ecos do Colégio São José - 1942.

Uberlandia — na palavra do seu Prefeito Municipal (Pub. do Rotary Club).

Espírito Santo - Ano VII - março de 1943, n. 3 - Rio de Janeiro.

Revista de Direito Aquário — Ano I, n. 1 — 21 de novembro de 1942, vol. 1 Rio.

Fluminense Foot-ball Club — Relatório da Diretoria de 1942 — 30 de abril de 1943.

Uberlândia Rotária - Rotary Internacional - Dez. de 1940, n. 2.

Boletim Informativo da República do Equador — Quito, junio, 25 de 1943.

A Revolução na Indústria Vidreira por José Scarrone — Ano VI — fac. n. 15 — Rio — 1942.

The Panamerican Book Shelf — vol. V — n. 12 — december, 1942 — W. D. C. Revista Brasileira de Geografia (Inst. Bras. de Geog. e Estat.) — Ano V jan. março de 1943, n. 1 — Rio.

Revista Brasileira de Estatística — Ano III — out. dez. de 1942, n. 12 — Rio. Revista do Arquivo Municipal — n. XV — Dep. do Mun. de São Paulo, 1943.

Boletin — O Bras-Sanitário de Nación — Año VII — n. 71 — mayo de 1943 — Buenos-Aires, Argentina.

Informaciones Argentinas — 15 de Mayo de 1943 — Buenos-Aires, Argentina.

Diário Oficial do Estado do Amazonas, ns. de 14312 a 14343 — Manaus — 3 de maio a 8 de junho de 1943.

Universidad Catolica Bolivariana — vol. IX — febrero-marzo 1943 — n. 29 — Medellin-Colombia.

Boletin del Centro Historico Larense — 1942 — Estado Lara — Venezuela.

Anais do Museu Histórico Nacional — vol. II — 1941 — M. E. e Saúde —

Imprensa Nacional — 1943.

Revista do Instituto Brasil-Estados Unidos — vol. 1, n. 2 — Maio de 1943.

The Rockefeller Foundation — 1942 — New York — 1943.

The Hispanic American Historical Review, May, 1943 — Durham — North Carolina — U. S. A.

Revista del Instituto Arqueológico - Año VI - 2.º Semestre de 1942, Perú-

## Livros: em setembro de 1943

- Semana Jurídica (Série de palestras para comemorar a criação dos cursos Jurídicos) Papelaria e Tipografia Americana Rio de Janeiro 1934.
- Ação Declaratória (tese apresentada ao Cong. Jurídico Nacional) Félix Bulcão Ribas Emp. Gráfica "Revista dos Tribunais" São Paulo, 1943.
- Ruina y Extincion del Municipio Romano em España e Instituciones que la Reemplazan -- Claudio Sanchez Albornoz e Meduiña Penser Ltda. Buenos Aires, 1943.
- O Preço da Liberdade Henry A. Wallace Editora Universidade São Paulo.
- A Nova Política do Brasil tomo IX por Getúlio Vargas Livraria José Olímpio Editora Rio, 1943.
- Homenagem do Coronel Costa Neto ao Instituto Histórico (em memória do Secretário Max Fleiuss).
- Centenário do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, por Haroldo Valadão Rio, 1943.
- Esteco y Concepción del Bermejó por José Torres Revello Casa Jacobo Penser Ltda. Buenos Aires 1943.
- A Medicina e a sua Evolução na Baía Gonçalo Moniz Imprensa Oficial do Estado — Baía — 1923.
- A Consanguinidade e o Código Civil Brasileiro Gonçalo Moniz Oficinas Dois Mundos — Baía — 1925.
- Album de Araraquara organizado por Antônio M. França João Silveira editor Araraquara 1915.
- A Autonomia Municipal (Discursos) vol 1 Bento de Sampaio Vidal Emp. Gráfica "Revista dos Tribunais" São Paulo, 1935.
- Agricultura Viticultura (Discursos) vol. 2 Bento A. Sampaio Vidal Gráfica "Revista dos Tribunais" São Paulo, 1937.
- Retificações de Divisas entre os Municípios de Graça e Vera Cruz vol. 3 Bento A. Sampaio Vidal Emprêsa Gráfica "Revista dos Tribunais" São Paulo 1937.
- Santa Casa de Misericórdia de Marília Relatório Bento A. Sampaio Vidal São Paulo, 1938.
- Gota de Leite de Arcraquara (Relatório) Bento A. Sampaio Vidal Revista dos Tribunais São Paulo, 1938.
- História de Rosário (1889-1939) Juan Alvarez Imprenta Lopez Buenos Aires 1943.
- Indice Genealógico Brasileiro Catálogo Genealógico de Frei A. de Santa Jaboatão, por Salvador Moya — São Paulo.
- Indice Genealógico Brasileiro Nobiliarquia Paulistana (Pedro Taques A. Paes Leme), por Salvador Moya São Paulo, 1943.

- Indice Genealógico Brasileiro Nobiliarquia Pernambucana A. J. Vitorino B. da Fonseca por Salvador Moya São Paulo, 1943.
- A Arte dos Jugos e Cangas por Armando de Matos Tip. Siqueira Limitada Pôrto, 1943.
- O Marquês de Tamandaré (Um bindigete Brasiliense) por Henrique Boiteux.
   Tip. Zelio Valverde Rio, 1943.
- A Fundação de Ponta Grossa por Pedro Novaes Prefeitura de Ponta Grossa 1943.

#### Outras publicações: Setembro de 1943

A Batalha do Egito - Relatório oficial, com ilustrações e mapa.

Boletim do Conselho Nacional de Geografia — ano I — junho de 1943 — n. 3.

Boletin do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — n. 104 — abril de 1943 — ano IX.

Voyage and Travels - vol. 2 - part. IV - Catalogue n. 729 - London.

British Book News - n. 38 - June 1943 - London - National Book Council.

Endeavour — volumen II — número 5 — Enero 1943.

Brazilian American - 11 de setembro de 1943 - Rio de Janeiro.

Gazeta Judiciária — ano XVI — Rio, 27 de agôsto de 1943 — n. 273.

Educación — n. 24 — Caracas — Venezuela — abril e maio 1943.

Brazilian American - 25 agôsto 1943 - Rio.

Bulletin-University of Illinois — vol. 40 — february 9, 1943 — n. 25.

Boletim da Superintendência dos Serviços do Café — ano XVIII — n. 195 — maio 1943.

Geographical Review - Pub. American Geog. Society - july 1943.

Notícias de México — Ano III — México, junio 1943 — n. 73, 74 e 75.

Brazilian American — 4 de setembro de 1943.

Em Guarda — ano 2 — n. 9.

Informaciones Argentinas — 15 de julio de 1943 — n. 76.

Rodovia - ano VI - agôsto 1943 - n. 43 - Rio de Janeiro.

Monitor Mercantil — 4 de setembro de 1943 — Rio de Janeiro.

Boletim de Superintendência dos Serviços do Café — ano XVIII — n. 195 — maio de 1943.

Revista Genealógica Brasileira — ano IV — 2.º semestre de 1943 — n. 8.

Universidade n. 15 — Publicación de la Universidad Nacional del Litoral — 1943 — Santa Fé — Rep. Argentina.

Diário Oficial do Estado do Amazonas — ns. 14363 a 14344 — Manaus — 9 de junho a 3 de julho de 1943.

Revista del Banco de la Republica - Mayo de 1943 - Colombia.

Anuário Genealógico Brasileiro - ano V - 1943 - São Paulo.

I. B. M. julho de 1943 — Rio de Janeiro — n. 7.

Revista Nacional — Año VI — mayo de 1943 — n. 65 — Montevideo-Uruguai — 1943.

Revista del Banco de la República - junio de 1943 - Colombia.

Boletin de Historia y Antiguedades — n. 341 — volumen XXX — Imprenta Nacional — Bogotá.

Justiça do Trabalho — ano VII — n. 82 — agôsto de 1943 — Rio de Janeiro.

Boletim del Arquivo Nacional - tomo XXIX - n. 114 - Caracas-Venezuela.

Boletim del Arquivo Nacional — tomo XXVIII — n. 112 — Caracas-Venezuela.

Estudio — ns. 133 a 135 — año XII — Bucaramanga — marzo 1943 — Republica Argentina.

British Book Neñ - n. 37 - may 1943 - London.

Nação Brasileira - ano XXI - n. 241 - Setembro 1943.

Brazilian American - 25 de setembro de 1943.

Lanterna Verde - n. 7 - Boletim da Sociedade Felipe d'Oliveira.

Report of investigations n. 86 - State Geological Survey - Urbana, Illinois.

Annual Report of the American Historical Association — 1936 — vol. III mayo.

Arquivo de Direito Militar — Ano I — janeiro a abril de 1943 — n. 3 — Rio de Janeiro.

Boletim do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros — vol. XV — trabalhos de 1938 — pub. em janeiro de 1940.

Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, n. 107 — julho de 1943 — ano IX.

Revista del Banco de la Republica — abril de 1943 — Colombia.

Existe muito petróleo no Brasil (Separata da Reportagem de Samuel Wainer — Revista "Diretrizes", 12-11-942.

Boletim de la Sociedad Chihuahuense de Estudos Historicos — tomo IV, n. 11 — abril de 1943.

Boletim n. 67 of Division of the States Geological Survey — Urbana — Illionis — 1942.

Ouro Verde — ano V — n. 50 — agôsto de 1943 — Rio de Janeiro.

Bulletin of the Geological Institution of the University of Upsala — Upsala, 1941 — volume XXVIII.

The Pan American Book Shelf, number 7, july, 1943 — Washington, D. C. 1943.

A Grã Bretanha de Hoje, n. 61 - dezembro de 1942.

A Grã Bretanha de Hoje, ns. 62, 63 e 64 — janeiro, fevereiro e março de 1942.

#### NOTICIÁRIO DO INSTITUTO

#### SÓCIOS FALECIDOS

Conselheiro Camelo Lampreia (português). Nasceu na cidade de Funchal (ilha da Madeira), a 16 de setembro de 1863. Diplomata : Encarregado de negócios no Brasil em 1896.

Contribuiu, nessa qualidade, eficazmente na interferência de Portugal, como mediador para a amistosa solução do conflito, surgido então entre o Brasil e a Inglaterra.

Foi a seguir promovido, sur place ao pôsto de ministro de Portugal no Brasil — em virtude dessa feliz atuação. Exerceu êsse cargo diplomático até 1908. Aquí, porém, continuou a residir — permanecendo fiel aos princípios monárquicos — ainda depois de 1910 até á sua morte. Em 1932 foi novamente reintegrado na carreira como Ministro Plenipotenciário pelo Govêrno republicano e, em seguida, aposentado.

Entrou para o Instituto Histórico, como sócio honorário, em 15 de maio de 1898 — em virtude da sua nobre atitude na famosa questão da ilha da Trindade. Faleceu no Rio, a 10 de julho último.

D. José Gaspar de Afonseca e Silva. Nascido em Araxá (Minas) em 6 de janeiro de 1901.

Completou estudos secundários no Colégio S. Luís de Itú (São Paulo) 1915 — e no Seminário de São Paulo, onde ingressou em 1917 e ordenou-se a 12 de agôsto de 1923. Foi coadjutor da paróquia de Santa Cecília na capital paulista até 1924 — quando partiu para Roma, a cursar direito canônico, filosofia e teologia no Colégio Pio Latino-Americano — onde se doutorou. Fez em seguida longa

viagem ao Oriente, percorrendo a Grécia, a Síria a Palestina e o Egito.

De regresso ao Brasil foi professor do Seminário Provincial. Em 1933, foi nomeado visitador pontificio dos Seminários brasileiros e reitor do de São Paulo. Nomeado em 1935, pela Santa Sé, para bispo auxiliar de São Paulo, e, depois da morte de D. Duarte Leopoldo, para o elevado cargo de arcebispo de São Paulo, em 21 de julho de 1939, tendo assumido o seu exercício em 21 de setembro seguinte. Nessa nova investidura eclesiástica publicou sucessivamente, em 1939, 1940 e 1941, três memoráveis pastorais que alcançaram ampla repercussão em todo o país.

Entrou para sócio honorário do Instituto Histórico, em virtude de proposta de 21 sócios, apresentada na assembléia geral de 22 de fevereiro dêste ano. Os pareceres favoráveis das comissões: de história — a 28 de junho e de admissão de sócios — a 29 de junho — tiveram aprovação da assembléia geral de 9 de julho seguinte.

Perdeu a vida, no lamentável desastre de aviação, ocorrido na baía de Guanabara, na manhã de 27 de agôsto, quando vinha de São Paulo para a posse do novo arcebispo do Rio de Janeiro.

Deixou escrita notável apreciação sôbre o Cardeal D. Sebastião Leme, que substituira no Instituto — trabalho êsse que foi lido na sessão de 17 de setembro último por D. Aquino Correia.

#### NOVOS SÓCIOS

A assembléia geral de 9 de julho último do Instituto Histórico, em conseqüência da proposta de 22 de fevereiro, e dos pareceres da comissão de história, a 28 de junho, e da Comissão de admissão de sócios de 29 de junho — foram admitidos, como sócios efetivos: os Srs. ministro João Martins de Carvalho Mourão, e Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade; como honorários: D. José Gaspar de Afonseca e Silva, contra-almirante Agustin Tautin de Beauregard, comandante Álvaro Alberto da Mota e Silva e coronél Laurênio Lago. Na mesma ocasião foram promovidos: a sócio, grande benemérito o Prof. Clóvis Bevilaqua; a sócios beneméritos: os Srs. Rodolfo Garcia e Pedro Calmon. Foram igualmente transferidos: para sócio efetivo — o sócio correspondente Sr. Alcindo Sodré e, de honorário para correspondente, o Sr. Ernesto de Sousa Campos.

Na sessão de 17 de setembro último, por iniciativa do sócio Cláudio Ganns, que a justificou, foi lida uma proposta assinada por 38 sócios, indicando para a vaga de sócio honorário o padre Leonel Franca, S. J.

Na mesma sessão foi por sua vez, apresentada pelo comandante Radler de Aquino, e subscrita por mais 12 sócios, outra proposta indicando igualmente para sócio honorário o comandante Dídio Costa. — Ambas as indicações foram encaminhadas pelo Sr. Presidente à comissão de admissão de sócios.



## f N D I C E - Vol. 180

•	Págs.
Trabalhos originais:	
1. Notas etnográficas sôbre os Ticunas do Alto Solimões — por Frei Fidelis de Alviano	5
2. Os antecedentes do Tribunal de Contas no Brasil — pelo ministro Ruben Rosa	35
3. A pequena imprensa na Regência Trina Permanente — pelo pro- fessor Hélio Viana	63
Conferências:	
4. A Revolução de 1842 em Minas Gerais — pelo prof. Lúcio dos Santos	117
5. Almirante José Cândido Guillobel — pelo Comte. Carlos da Silveira Carneiro	167
<ol> <li>Minha passagem pelo Senado — pelo ministro A. Tavares de Lira</li> <li>Cardial Dom Sebastião Leme — por D. José Gaspar de Afonseca</li> </ol>	201
e Silva	215
Transcrições:	
8. O Monumento ao Barão do Rio Branco. Discurso do Dr. A. Ta-	
vares de Lira	229
Bidliografia:	
9. Crítica — por L. Feijó Bittencourt	239
10. Registo de livros - pelo prof. Hélio Viana	247
11. Publicações recebidas	253
12. Noticiário do Instituto	263
Indice	266

IMPRENSA NACIONAL RIO DÉ JANEIRO. -- 1948





## REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

# Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 181

OUTUBRO - DEZEMBRO

1943

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos Et possint sera posteritate frui.



INSTITUTUM
HISTORICO GEOGRAPHICUM
IN URBE FLUMINENSI
CONDITUM
DIE XXI OCTOBRIS
AD-MDCCCXXXVIII

1944
IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO - BRASIL

## INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

#### DIRETORIA EM 1944-1945:

Presidente Perpétuo

EMBAIXADOR DR. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

1.º Vice-Presidente

MINISTRO DR. AUGUSTO TAVARES DE LIRA

2.º Vice-Presidente

MINISTRO DR. RODRIGO OTÁVIO DE LANGAARD MENESES

3.º Vice-Presidente

Dr. Alfredo Nascimento e Silva

1.º Secretário

Dr. Virgílio Correia Filho

2º Secretário

Dr. Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt

Orador

Dr. Pedro Calmon Muniz de Bittencourt

Tesoureiro

CAPITÃO-DE-MAR-E-GUERRA FRANCISCO RADLER DE AQUINO

## REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

# INSTITUTO HISTÓRICO E CECCEÁRICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 181

OUTUBRO -- DEZEMBRO

1943

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos Et possint sera posteritate frui.

CLAUDIO GANNS

Diretor da Revista



INSTITUTUM
HISTORICO CEOGRAPHICUM
IN URBE FLUMINENSI
CONDITUM
DIE XXI OCTOBRIS
A-B-MDCCCXXXVIII

1944 IMPRENSA NACIONAL RIO DE JANEIRO - BRASIL

## NOTA

Tôda a correspondência relativa à colaboração nesta *Revista*, bem como a referente ao serviço de assinaturas, permutas, etc. deve ser dirigida diretamente à Sede do Instituto Histórico com o seguinte enderêço:

"Secretaria do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Revista — rua Augusto Severo n. 4 — 1º andar. Rio de Janeiro".

CONFERÊNCIAS



#### VISCONDE DE TAUNAY

· (Conferência realizada no Instituto Histórico, em 22-II-1943)

#### WANDERLEY PINHO

Minhas senhoras e meus senhores

Maior mérito existe naqueles que nada herdaram e por si amealharam cabedais e construiram, desde os alicerces, os seus castelos; há porém mais poesia nos que, havendo recebido um legado ancestral, são continuadores e exaltadores de fama e glória de ascendentes. Tanto é assim que os filhos do povo que acima dêle se elevaram, ou aventureiros felizes, quando no fastígio de poder ou glória, todos buscaram genealogias que os enquadrassem na antiguidade, e aceitaram louvores e destaques a pais e avós obscuros — tanta vez postiço esmalte de uma tradição inventada.

Alfredo d'Escragnole Taunay, o Visconde de Taunay, cujo centenário hoje celebramos não precisou buscar tardiamente, na hora dos triunfos, fundamentos familiares para sua fortuna de escritor, de militar e de homem público. Cedo mostrou orgulho da própria linhagem.

E tinha razão de uma tal soberbia, pois provinha de gente antiga e fidalga; e tinha razão por um motivo especial de reconhecimento, pois era antes de tudo um representante dos seus, numa criação total do pai Felix Emílio Taunay — Barão de Taunay.

Nem há diminuí-lo por isso quando o estamos exaltando nesta homenagem à sua memória. Nada lhe seria mais sensível ao coração de filho e de amigo do verdadeiro e do justo.

## Influência paterna

Desde criança, nos primeiros estudos, na educação e na instrução Taunay é discípulo de um pai afadigado em diurna e noturna assistência. É recorrer á correspondência entre ambos, é vêr o velho Taunay a corrigir o francês das cartas do filho que partira para a guerra, a recomendar-lhe leituras, enviando-lhe livros: como o de Ricardo sôbre botânica, o do Tio Charles em latim e mais albuns e modelos para desenhos.

O ambiente doméstico do Visconde de Taunay foi o de uma academia: serões noturnos; leituras em voz alta; a tradição das preferências literárias de pai e tios, dos livros escritos ou traduzidos por êsses, que eram jornalistas, viajantes: um dêles (Hipolito) colaborador inteligente de Ferdinand Denis, outro tradutor de Terêncio, autores de versos latinos como os "Idílios Brasileiros" que Carlos Taunay, escreve e Felix Emílio, verte para o francês. Felix e Teodoro "entretinham-se horas inteiras a falar de seus queridos autores gregos, latinos, franceses, num torneio inexgotável de citações e conceitos"; eram tertulias inflamadas, entusiásticas em que se expandiam em tão empolgantes contentamentos íntimos que o Visconde as recordaria, muito depois, "profundamente".

Alfredo d'Escragnole Taunay com sua viva inteligência, notáveis receptividade e retentiva, embebia-se de bom gôsto artístico e literário a se lhe incrustar com a naturalidade das coisas instintivas. Educava-se na disciplina caseira de filho de preceptor que não larga os livros, e adverte e emenda, estimula e fiscaliza, ordenando e aperfeiçoando os conhecimentos do rapaz, que não tardaria em transmití-los, filho de mestre que cedo se faz professor, ainda estudando. (1)

Afetos pessoais e sensibilidade artística, até idéias políticas, a própria carreira das armas — tudo foram mais obediências de Taunay ao pai que desenvolvimento natural da personalidade, no desenrolar do próprio destino.

Influência paterna é o gôsto de paisagista, tanto nos albuns de desenho como nas páginas de narrador militar, viajante e romancista.

<sup>(1) &</sup>quot;Trechos de minha vida", pág. 35 e 134.

A Felix Taunay ajudavam nesse noviciado artístico do filho os cenários de infância do menino Alfredo — a floresta da Tijuca, a Cascatinha, descortinos amplos de montanhas; e cenas da vida bucólica nas praias da Jurujuba.

Sílvio Romero, nem sempre exato e generoso no julgar Taunay, fala com justeza e precisão em: "germes de brasileirismo paisagista, inoculados desde o berço" dentro da natureza do Rio e Janeiro, dada a saborear à criança e ao rapaz "sob a indicação do dedo mestre do pai".

Vai ser militar não porque quisesse — mas porque os pais aconselham e insistem (2); parte para a guerra por instigação e conselho paterno; escreve a "Retirada" (quem sabe se também "Inocência"?) pela solicitação reiterada, pela quasi ordem do velho Taunay.

A idéia política que mais o apaixonaria — a grande naturalização e a imigração — é sugestão doméstica. O tio Carlos Augusto Taunay já em 1834 oferecia á Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, um trabalho intitulado "Algumas Considerações sôbre a Colonização, como meio de coadjuvar a substituição do trabalho cativo pelo trabalho livre no Brasil" e Felix Emílio — um rebelado contra a naturalização restrita e solicitada — é a quem o Visconde de Taunay ofereceria em 1886, "A Nacionalização ou a grande naturalização e naturalização tácita", um de seus opúsculos de propaganda, com significativa dedicatória: "À memória de meu pai, Barão de Taunay, profundo pensador, primeiro e incansável propugnador da grande naturalização no Brasil".

A campanha por êsse propósito, a maior, a mais tenás e duradoura de sua vida, foi mais que uma lição, uma herança paterna. Êle próprio se confessou "eco dos sentimentos que tão fortemente dominaram durante tôda sua longa vida no Brasil" a Felix Emílio Taunay.

A amizade ao Imperador é ainda no Visconde de Taunay um mandamento de família, um dêsses sentimentos incutidos pelo costume e pela educação e que se revestem da intangibilidade e do respeito sublimador dos preceitos de honra. O pai é pedrista pertinaz e entusiasta, e, presente ou ausente, na palestra, na recomendação

<sup>(2) &</sup>quot;Trechos de minha vida", pág. 133.

verbal, nas cartas, em provocar continuamente o interêsse do Imperador, também seu discípulo, pelos estudos do filho, zela e desenvolve neste a dedicação e a admiração que não deixou decair, como aliás a tôdas as sugestões paternas. (3)

## A influência do sertão — A grande viagem

Saiu assim Taunay das mãos do pai moldado e pronto para destino e futuro. Circunstâncias ocorreram porém, que, a não existirem, não seria êle quem foi, nem gozaria da fama que agora lhe celebramos.

À viagem de ida e regresso a Mato Grosso; à campanha terrífica nos confins de Mato Grosso e à particularidade de empreender aquela excursão de guerra na idade em que a levou a cabo, deveu Taunay a "Retirada da Laguna", e "Inocência", as duas colunas de glória literária que o elevaram à admiração de contemporâneos e vindouros.

Até fins de 1865, quando partiu, nunca se havia afastado de casa. Ia agora correr mundo, entrar sertão a dentro de olhos, ouvidos e alma virgens para doces ou imponentes belezas e horríveis impressões de dôr, sofrimento e morte.

Emancipava-se na liberdade de senhor de si. Não era mais o estudante e filho — família, mas o oficial, na convivência de superiores camaradas e comandados obedientes.

Marchava para a guerra — "entregue ao prazer de viver bem sôbre mim e de ver gentes e cidades novas, com a perspectiva de percorrer grandes extensões e varar até sertões pouco conhecidos". Enchiam-lhe o espírito a euforia do néo-viajante, o deleite da curiosidade satisfeita, e as emoções redobradas das surpresas ou antevisões afinal confirmadas e sentidas. "Alegria, alegria sem nuvens, alegria de todos os momentos, eis a característica de meus dias nos primeiros meses de viagem à Mato Grosso. Achava graça em tudo, e a vida borbulhava dentro de mim com tôdas as suas seduções, forte, irresistível, cheia de expansões". Festas, ditos, discursos; solenidades e ridículos; panoramas e folguedos, tudo o maravilhava. As suas pró-

<sup>(3) &</sup>quot;Correspondência" no Jornal do Comércio — 20 de dezembro de 1942 e "Dias de Guerra e de Sertão", págs. 9, 11 e 13.

prias expansões retóricas lhe deliciavam. É vê-lo recordar, com gáudio, muito depois, o grande efeito de seu discurso na festa que os estudantes paulistas haviam oferecido às fôrças em marcha para a campanha: "com os copos de champagne em mão, saudemos um princípio que nós militares havemos de sustentar a todo o transe com os copos da espada em punho — a honra da nação brasileira!" (4)

Nesse estado dalma, com aquela receptividade de cera ductil, o espírito saturado de inspirações estéticas, pictóricas e literárias, ia avassalar-se ao sortilégio com que narcotiza aos viajantes a fada dos sertões, fascinação inesquecível para os que um dia penetraram o Brasil, num contato direto com a gente e a natureza; sentimento ao mesmo tempo místico e carnal, que se não define, e não podem compreender aqueles que jamais se apartaram do litoral cosmopolita, submissos à impressão pertubadora e universalista do mar.

Folheiem-se tantos viajantes, de Humboldt a João Severiano, de Saint Hilaire e Martius a Braner, e é entreouvir de quando em quando sussuros de versos esparsos do poema que lhes andou cantando nalma dissecante de naturalistas a lira das matas, caatingas e gerais, rios, chapadões e serras.

Não foi só o ouro, ou a paga oficial com a partilha dos despojos, ou a prêa de peças de escravaria índia o que levou os bandeirantes a penetrarem a mais e mais por selvas e montanhas, mas também os cantos dessa serêa das florestas, essa sedução telúrica, que fêz Taunay pintar os seus quadros naturais e amar a Inocência, e até quasi tingirse de urucú, entre os índios dos "Morros".

Aquela viagem pelo sertão moldar-lhe-ia o gôsto, a inteligência, a poesia pessoal para todo o sempre. Foram marcas profundas demais para que o tempo as pudesse apagar, siquer atenuar.

Regressando após os horrores da "Retirada da Laguna", êle sentia querer dominar-lhe a ânsia de retôrno a mágua de deixar aqueles sítios, gentes e espetáculos que o haviam magnetizado e ainda o estavam enleiando. "Que singulares emoções as minhas, entre saudosas e terríficas, senão odientas, ao deixar para todo o sempre esses lugares em que tantas e tão longas agruras e dôres havia curtido, mas — todos êles — tão vários, formosos, e impressionantes! Nunca a

<sup>(4) &</sup>quot;Dias de Guerra e de Sertão", págs. 9, 11 e 13.

preciosa palavra "saudade" teve cabimento, círculo tão vasto e da mais encontrada e até absurda complexidade, saudade mesmo daquilo que por nada neste mundo eu quizera tornar a ver, experimentar, sentir!..."

Saudade?...

Ou aquela perene atração que o não abandonava?

Quando êle dizia que recordava não falava exato. Não lembrava o passado, via-o sempre atual. E não é senão por isso que se admira da nitidez das próprias reminiscências: "que poder de rememoração o meu! Ainda hoje tenho presente nos olhos tudo aquilo que parece ficou estereotipado na minha retina". (5)

Na sua "Viagem de Regresso", êle conferiu as primeiras impressões com as que, repetidas, não seriam jamais como aquelas, e a tôdas queria levar, a tôdas, em debuchos e laudas num afã inquieto de fixação e comunicação, como se pretendesse conduzir consigo o sertão inteiro para mostrá-lo ao mundo. Regressava frenético por chegar. Mas sentia que êsse açodamento era uma infidelidade à namorada natureza. Quereria "contemplar de perto, examinar, vêr todos aqueles aspectos da serra com pausa e vagar" mas pouco era o tempo para "caminhar, caminhar". Tudo passava ao meu olhar embelezado rápida e fugazmente ,como que num colossal caledoscópio, e cada perspectiva nova, cada singularidade inesperada, mais me aumentava o pesar de não poder parar por um pouco, pelo menos". (6)

## O realismo de "Inocência"

O sertão pagou-lhe bem êsse amor de fascinado, deu-lhe um livro, dois livros, em meio de cujas páginas juntou, como num requinte de amante agradecida, — a posteridade.

Não era sincero Taunay quando, oferecendo "Inocência" a um amigo, falava de "um livro singelo e sem futuro", frase de humilissima modéstia, pois bem podia antever a larga duração, a imortalidade daquele romance — setenta e cinco mil exemplares, a consagra-

<sup>(5) &</sup>quot;Visões do Sertão", pág. 7 e 9.

<sup>(6) &</sup>quot;Visões do Sertão", pág. 10.

ção da crítica européia e americana, tradução em muitas línguas, a devoção admiradora de um público que não afrouxa em curiosidade e louvor; o perpassar do tempo a respeitar a frescura de emoção e de beleza e a confirmar o vaticínio de Otaviano — "êste livro terá vida longa".

Haveria embaraço em perquirir o que naquelas páginas sobreexcele aos seus demais atributos de perfeição e singeleza — se a precisão e poesia das descrições naturais ou a exatidão realista mas elevada de conversas e diálogos, se a perenidade humana do entrecho, ou a forma accessível e bela para tôda espécie de leitores, estilo para todos os tempos...

Reprochou-lhe Sílvio Romero em "Outros Estudos de Literatura Contemporânea" a pobreza do vocabulário, falta de imaginativa, ausência de vigor de colorido, míngua de poesia — ("não se encontram amplos e fascinadores quadros, vivas e deslumbrantes telas") — na descrição das cenas naturais que achou melhor pintadas por Alencar.

A censura parece descabida e a preferência sem fundamento. As descrições de Taunay semelham inexcedíveis na segurança da observação e na sobriedade. Porque, sentindo tôda a fôrça da realidade e possuindo o poder de transmití-la nas formas simples e vivas do estilo da verdade, apelar para o engenho buscando maneiras e frases mais reveladoras da destreza do artífice do que, na lapidação, a água e quilate da gema?

Foi a fidelidade ao belo, pela simplicidade, que consagrou Taunay.

A nitidez do debuxo no vago dos tons faz contraste com as paisagens literárias ultra coloridas de seu tempo. Nos romances de Alencar e de Macedo muitas vêzes o fio da narrativa é interrompido para largas telas em que a intenção do cenógrafo se perde em longas tiradas folhudas e tão retóricas que dão a impressão de discursos intercalados no livro; não raro eloquentes, como os de Alencar; mas discursos.

Em Taunay ao revés aquí e alí somos convidados a relances que situam os personagens num fundo de leves aquarelas de mais perspectiva que tintas.

Em saber lavá-las assim, tão singelamente, está o mérito maior da arte de Taunay. Não importa que Romero delas dissesse serem — "esboços tirados ao vivo porém sempre por concluir e aperfeiçoar"?!...

"Inocência" é uma "triagem" de impressões nativas de sertanista novel; e é o naturalismo de observação, exposição e emoção o que dá a êsse livro aqueles filtros e feitiços, aquela magia que Garcia Merou não tentou decifrar: "um encanto misterioso, uma poesia latente, alguma coisa de indefinível que faz dessa obra uma das criações mais puras da novela contemporânea".

Personagens, sítios, episódicos de "Inocência" são os das viagens de ida e de volta de Taunay a Mato Grosso. Muitas e muitas vêzes vamos encontrar repetidas no romance as mesmas palavras dos diários e das cartas ao pai e à irmã.

Quem haja anteriormente manuseado "Viagens de Outrora", "Visões do Sertão" e as Cartas, suspende a cada passo a leitura da novela se fôr curioso dessas uniformidades e dér-se ao trabalho de confrontos críticos. São fazendas e pousos, vilas e lugares, com os mesmos nomes geográficos daquela zona, para lá e para cá das Parnaíbas, entre Aquidauana e Sucuriu; são matas, estradas e trechos da paisagem — os mesmos e iguais aos que viu, gravou na memória, registou em seus cadernos e cartas e, uma vez achada a fórmula de os desenhar, exprimir e transmitir, não n'a altera em variantes que sem acrescentar beleza não corresponderiam nem ao que eram nem ao "como" e ao "momento" em que haviam sido vistos e admirados.

Não é pobreza de pena ou imaginação, essa imutabilidade, mas sim uma forma a mais da sinceridade de Taunay, da sua franqueza, do seu apêgo a impressões e sensações — como às idéias. A repetição que algumas vêzes ouviremos martelar em romances, discursos parlamentares, artigos de imprensa ou em paníletos de propagandista — é fidelidade.

## O realismo de Taunay

Era instinto, era inato amor à verdade, era a ventura de ter podido ver o que outros imaginaram; mas também era orientação, disciplina de escritor. Em seus *Estudos Críticos*, elogiando José de Alencar, censura-lhe " a falta sensível de exata contemplação da natureza especial, em cujo seio se achava. Basta dizer que transportou os pampas, vastíssimas planícies cisandinas para a província do Rio Grande do Sul, quando lá todo o terreno é profundamente dobrado

— coxillas que se sucedem umas às outras, cortadas nos encontros de arroios e sangas. Basta lembrar todos os seus índios a falarem a linguagem gongórica e poética que Chateaubriand, na sua por vêzes intolerável idealização, pôs na boca dos Natchez". E estende o reparo ao referir-se nas "Reminiscências" ao "Guarani", reprochando a Alencar o "convencionalismo de suas sorridentes paisagens, quasi tôdas mais criação da ardente e prodigiosa fantasia do que da observação exata da natureza e do conhecimento pleno do cenário em que deviam mover-se e agir os seus simpáticos heróis e admiráveis tipos de mulher".

## Personagens observados ao vivo — Uma galeria feminina

Tal amor de exatidão a cenários e espetáculos naturais extende-o Taunay aos personagens da novela, que, todos, existiram — alguns tais e quais, outros reconstituídos em pequenos mosaicos de fragmentos pessoais, diretamente escolhidos entre a gente que conheceu por aqueles sertões.

Certos protagonistas figuram no romance como os encontrara o romancista: — Tico, o anão, topado às margens do Sucuriu, a 1 de julho de 1867; o Major Martinho de Melo Tagues, da vila de Santana do Parnaíba que o hospedara no seu sobrado na tarde e noite de 7 de julho do mesmo ano e está mencionado com palavras de simpatia e gratidão na "Viagem de Regresso" e com maliciosa crítica em "Visões do Sertão"; o Empalamado é Manuel Coelho que tinha rancho adiante do Vau onde passou Taunay (3 de julho de 1867); o Morfético, com o Empalamado tido por Sílvio Romero como os dois tipos mais bem caracterizados do romance, é João Garcia, cuja casa, onde esteve Taunay era aquem do Ribeirão das Pombas; o Doutor Cirino é aquele curandeiro com que deparou o romancista a 5 e julho de 1867 e cujas linhas mais rudes e contôrnos selváticos puliu para dar ao herói da novela a figura simpática de apaixonado sacrificado, parecendo que nesse trabalho de brunir o curador de maleitas e feridas brabas pôs uma pitada dêle próprio Taunay, que certa feita fingiu de curandeiro com tão favorável sucesso quanta ousadia; Pereira, o pai de Inocência é louvado pelo viajante, que em sua casa pousara, pela hospitalidade junta à amabilidade, "bom pai de família que vive

no deserto e tão tranquilo de si está e tanta confiança inspira", ao qual juntou alguns elementos pessoais de outros sertanejos — Manuel Coelho e João Garcia — para completar-lhe a figura. (7)

Notou Sílvio Romero (Outros estudos de literatura contemporânea) que os personagens menos realistas, que lhe pareceram criaturas sem cunho naturalista sem os sinais irrecusáveis da vida real são Meyer e Juca o seu "camarada". Justamente estes Taunay não os observou no sertão nem os trasladou no romance diretamente. Meyer ao parecer de alguns, teria sido o Barão de Langsdorf, atravez da tradição em conversas do Barão de Taunay, e Juca fôra talvez tirado de um carioca amulatado "muito pedante e se mostrador" bedel do Colégio Pedro II. (8)

Inocência — o personagem central — Taunay nos diz quem é, onde e como a encontrou. Vale reler êsse depoimento que tem em si poesia e drama, mas devemos também assinalar que Inocência é uma fusão das muitas moças sertanejas que o autor conheceu e seguramente alguma (ou algumas) amou. Nos livros em que lembrou aquela viagem nos deixa êle entrever uma pequena galeria feminina: — "a filha de Manuel Coelho, cuja beleza mereceria ser falada que se apresentou sem grande acanhamento e com muita modéstia... moça que cativava os olhares de todos os passageiros e cuja formosura constituía o orgulho daquelas localidades"; aquela rapariga que lhe apareceu de entre as moitas do campo, seguida de Maria Conga, outro personagem de Inocência, referida com as mesmas palavras da novela ("uma mocinha acompanhada de uma negra que trazia à cabeça volumosa trouxa de roupa") — rapariga essa cuja surpresa pela aparição de Taunay e, quem sabe? se pelo excessivo fulgor de seus olhos cubiçosos, deu em acusá-lo de a desrespeitar, de jeito que quasi é sacrificado às foiçadas de um pai zeloso; também a dedução nos está retratando alguma caboclinha dos "Morros", sítio que deixou em Taunay as mais amenas lembranças, e de que se recordava sempre com saudade — um paraiso, entre os dois horrores do reconhecimento de Aquidauana a Coxim e da campanha e retiràda da Laguna: "os Morros! que época

<sup>(7) &</sup>quot;Viagens de Outrora", págs. 54, 55, 57, 58, 59, 60, 77 — "Visões do Sertão", págs. 34, 35, 40, 44, 46, 47, 48, 50, 54, 62.

<sup>(8)</sup> Carta de Afonso de E. Taunay ao conferencista.

alegre e despreocupada da minha vida! Muitos meses lá passei, naquele planalto humbroso da serra de Maracajú, de março a julho, em situação comparável à dos primeiros exploradores de regiões desconhecidas, no meio de populações selvagens mas de trato simpático e meigo. Também as recordações amáveis e sorridentes me saltam numerosas e cheias de encantos, embora monótonas em sua repetição. É que experimentei alí, na prática das idéias e teses de Jean Jacques Rousseau a doçura da vida não civilizada e o contato do homem bom de índole, mas inculto e agreste". (9)

Nos Morros namorou êle alguma cabocla rosada, — "a tez pura, os lábios rubros, as gengivas vermelhas" surpreendeu-a com seus afagos de civilizado, alisou-lhe as mãos como Cirino a Inocência, alta noite, à luz do luar, junto a um córrego e um pano de cêrca quando "haviam já os galos cantado uma vez e ao longe, muito ao longe, de vez em quando, ouvia o clamor das anhuma pócas". Era uma daquelas cuia formosura louvava em carta à irmã "a raça em geral é bonita; muita moça que dá muchôchos e arrebita a venta no Rio, quereria ter os belos olhos e o talhe de cara de uma dessas pobres criaturas que com a invasão paraguaia perderam os poucos trapos que tinham e quasi andam às núas, como diz o Arnesto". Era talvez Antônia índia guaná-kinikinau "que sôbre ser verdadeiro tipo de beleza, pela venustade do rosto, delicado da epiderme e elegância do corpo, tinha suma graciosidade e donaire" — a cuja atração não poude resistir e seis meses depois veio rever, viajando de Miranda aos "Morros" com o mentiroso pretexto de umas inventadas febres intermitentes ou de uns dias de repouso — que seriam noites de namôro. (10)

Tôdas essas mulheres entraram para a cristalização do tipo de Inocência e seu castíssimo amor — mas, dentre tôdas, aquela que havia de iluminar a heroína do romance de uma suave claridade de poesia e candura foi Jacinta, a neta de João Garcia, que Taunay viu

<sup>(9) &</sup>quot;Visões do Sertão", págs. 40 a 46, 53 e 54 — "Viagens de Outrora", pág. 57 — "Inocência", pág. 121 — "Correspondência", cartas à Irmã datadas de 18 de maio, 21 de outubro de 1866 — Jornal do Comércio, 7 de fevereiro de 1943 — "Dias de Guerra e de Sertão", pág. 66.

<sup>(10) &</sup>quot;Entre os nossos índios", pág. 18 e 19 — "Inocência", pág. 155 — "Correspondência", carta à Irmã de 18 de maio de 1866 e 23 de dezembro de 1866 e ao Pai de 23 e 26 de dezembro de 1866 no Jornal do Comércio de 14 de fevereiro de 1943.

maravilhado na tarde de 4 de julho de 1867 — "uma menina quasi moca de grande beleza, já votada ao sacrifício do casamento com um de seus primos próximos" como mencionou discretamente no Diário da Viagem de Regresso --- e a quem consagraria em "Visões do Sertão" uma página de grande intensidade, que ainda agora relendo-a nos haverá de mover profundamente: "Numa vivenda bem à beira do caminho, morada de um tal João Garcia, parente próximo da dona da fazenda do Váo, foi que vi o tipo de que me lembrei quando escreví a heroína de Inocência". Vinha viajando e com fome, quando avistou uma casinha. Chegou-se montado para uma das janelas e viu lá dentro "um homem de idade sentado a uma mesa e a dar conta de um prato que me pareceu delicioso". Com efeito recendia bem. "Então, perguntei, cumprimentando afàvelmente, não se convida um viajante que vem varado de fome?" — "Com todo o prazer, respondeu-me o dono da casa com o mais convidativo sorriso, é só desapear, entrar sem cerimônia alguma e botar-se logo a manducar".

Taunay entrou e comeu.

"Acalmado o primeiro impeto de voracidade, o homem olhando-me de certo modo entre admirado e irônico, interpelou-me: "como é que o patrício não teve escrúpulo de parar aqui e sentar-se à minha mesa?" "Não, de certo, afirmei, e porque teria.?" Houve certa pausa. "E". replicou-me, afinal, a custo o meu desconhecido anfitrião, que isto aqui é..., casa de morfético!" Recebí decerto abalo desagradável. mas não dei a percebê-lo. Demais não havia como recuar. "Ora, disse-lhe eu, são histórias" e o modo porque vagamente dei a entender que não receiava o contágio tão temido em todo o sertão, agradou muito ao pobre morfético. "Nesse caso aceita uma chicara de café?" "Boa dúvida! Esteja bem quente é o principal". Gritou êle para dentro: "Ó Jacinta, traga duas chicaras!" Dali a pouco penetrava na saleta uma moça na primeira flôr dos anos e tão formosa, tão resplandecente de beleza, que fiquei pasmo, enleado. Afigurava-se-me que um ente sobrenatural havia feito sua aparição, e lembrei-me da frase tão exata e expressiva do grande Goethe, quando descreve a impressão que causara a entrada de Dorotéa numa sala: "parecia que aquele ambiente acanhado se tornava imenso e se transformava num espaço enorme!" Tão clara foi a minha admiração que o velho pôs-se a rir.

"Então acha bonita a minha neta?" "Com efeito", foi só o que pude responder a esta pergunta tão singular, tão rara e digna de reparo nestas distantes paragens. E com olhos embelezados seguia todos os gestos daquela excepcional sertaneja, que não se mostrava lá muito acanhada. Os seus encantos revestiam aquele quartinho de chão batido e paredes nuas de indivizível e estupendo prestígio!... "Daqui a três semanas, declarou-me o avô, casa ela com um primo. Mas o senhor quer ver que desgraça? A pobrezinha da inocente já está com o mal..."

"E levantando-lhe um masso de esplêndidos cabelos, mostroume lóbulo da orelha direita tumefacto e roxeado! Tôda essa radiosa e extraordinária formosura estava condenada a ser pasto da repugnante lepra!"

Corre-nos a espinha um arrepio de comoção e o horror da lepra nos está apagando da mente a formosura de Jacinta; mas Taunay esqueceu a doença, e guardou aquele medonho segrêdo que só muitos anos depois assim havia de revelar numa demasia de expansão e num transbordamento de reminiscências: "a esta hora, passados tantos anos (nada menos de vinte e quatro) que será feito da infeliz Jacinta, cujo desabrochar na vida se rodeara de tanta magia?! Ó poder de beleza! Neste momento em que escrevo êsse nome, reproduzo em imaginação aquela fisionomia doce, suave, sedutora, aquela cútis acetinada e alva, os olhos aveludados, grandes, cintilantes, o nariz de inexcedível correção, quer de frente, quer de perfil, os lábios purpurinos a deixarem ver dentes deslumbrantes!... Que admirável conjunto, minutos apenas contemplado e entretanto para sempre fixado na memória!"

Como na "Retirada da Laguna" escondera as próprias dôres para não tisnar de suspeição a narrativa dos sofrimentos dos companheiros, em "Inocência" fidalgamente, respeita inteira a poesia, poupando a seu livro uma passagem de tragédia supérflua, que escureceria na heroína da novela o halo de pureza absoluta e formosura:
— "não levei porém a exatidão e maldade a ponto de fazer também dela uma desgraça morfética. Não; fôra demais." (11)

<sup>(11) &</sup>quot;Visões do Sertão", págs. 44 a 46.

## Sentenças de José Veríssimo

Haveria na apreciação dêsse grande livro, situá-lo na época em que apareceu e compará-lo com os melhores romances contemporaneamente escritos.

José Veríssimo louvou nas novelas de Taunay o "realismo expontâneo" sem excluir "a idealização artística que é como o sôpro divino que lhe anima a feitura". Com isso dá-lhe as honras de um precursor entre nós do naturalismo.

Parecia-lhe que onde Taunay podia menos observar e mais alvitrar e deduzir, aí fôra mais franzino. À sua psicologia falta intensidade; sobram-lhe, em compensação, "dons de observação, qualidades de narração e também de composição" — atributos que surgem fàcilmente em quem se embebe inteiro daquilo que o sensibiliza. Daí a simplicidade do estilo, que Veríssimo achava sobrelevar ao de Macedo, Bernardo Guimarães e até Alencar.

Comparar aliás Taunay com Alencar é quasi impossível, tal a diversidade dos temperamentos literários — "o realismo estava no fundo do engenho literário de Taunay, como o idealismo no de Alencar".

Perde às vêzes Veríssimo, ao comentar "Inocência", aquela sua tão característica sisudez severa e quasi causticante de crítica. Há toques de panegírico na sua apreciação. Mas não falta à justiça ao dizer que o "primeiro romance realista, no exato sentido do vocábulo, da vida brasileira... ressumando a realidade quasi sem esfôrço de imaginação, nem literatura, mas que a emoção humana da tragédia rústica, de uma simplicidade clássica, idealiza nobremente..." Sem os arrebiques e enfeites que embelezavam os romances daquele tempo, está justamente nessa falta de artifício, que poderia pretender mostrar o virtuosismo do autor, o maior mérito do livro: com "língua chã e até comum, estilo literário de quasi nenhum valor literário, composição sóbria, desartificiosa, quasi ingênua e, relativamente à então vigente, original e nova — saía uma obra-prima".

Creio que Taunay, suspeitando podessem tê-lo em menor conta por essa simplicidade, abusou, ao iniciar cada capítulo, das epígrafes que ali se alinham e exibem, como cartazes de erudição, nem sempre bem cabidos; como uma afirmação de que quisera ser simpres por gôsto.

Talvez tivesse razão em tais receios pois muito mais tarde, dois amigos de seus talentos, acharam dever justificar-lhe a singeleza: "o natural, o simples, parece ao alcance de todos — disse Joaquim Nabuco a falar junto de seu ataúde — e é o que está mais longe". E Francisco de Castro escreveu para proferir na Academia: "alguns pedirão à contextura da obra a fôrça inventiva das produções originais. Mas nas páginas da vida amorosa a originalidade não passa de imitação; a realidade não muda, os aspectos são os mesmos, o coração se repete".

## Taunay e o Instituto Histórico

Este realismo do romancista — prezados confrades do Instituto — já lhe dá direitos particulares à nossa admiração de especializados da história e da geografia, que uma e outra êle as escreveu redigindo "Inocência".

E é o historiador que ainda nos aparece na "Retirada da Laguna" em numerosas biografias, na "Cartas da Campanha", no "Diário do Exército", nos seus relatórios e narrativas de viagens.

Poderíamos nós, guardas e comentadores de documentos, arguirlhe como balda uma imaginação menos disposta a criar ou a alterar a realidade desnaturando-a?

Não são para nós motivos redobrados de o exaltarmos, reconhecer como foi tão amigo da verdade que até no romance fêz história?

Pois não é a sinceridade sua inata e mais forte virtude — franqueza quasi inocente que lhe dá nervo ao estilo?

Que é êle senão o desenhista, o registador de impressões, o redator de diários, o entesourador de fatos, o narrador de viagens e lutas, o pintor de costumes, o memorialista; aquele que na sua obra literária, mesmo a de ficção, usou de um mínimo de invenção e com tudo isto e por tudo isto geógrafo e historiador?

A nós toca mais ao vivo e mais à mão essa sua qualidade. Em tudo quanto escreveu e disse nunca faltaram reflexos e ensinamentos do passado, e o gôsto de o investigar e narrar mal cedia às grandes aspirações de futuro (o propagandista), aos devaneios apenas consentidos à imaginação pouco ávida de vôo (o romancista), ao grande sonho de artista (o músico).

A sua obra histórica porém tem uma característica frisante: é a dos historiadores do presente. É cronista de seu tempo e de si mesmo: — em "Retirada da Laguna", em "Inocência", em "Reminiscências", em "O Encilhamento" —o romance panfleto, látego com que castigou uma crise e um desvairo coletivo; nas "Viagens", nas "Paisagens", nas "Visões"; nos opúsculos de propaganda — aqueles boletins que José Avelino, meio irônico, e como a lembrar os entusiasmos idealísticos do autor, chamou de folhetins, e nos artigos de jornal, e nos discursos parlamentares. Há sempre um estímulo atual contemporâneo para os seus trabalhos de ordem histórica. Nunca tomou da pena só pelo gôsto de recordar ou recompor, sem um certo imediatismo de intensão para fazer alguma reconstituição, a evocação ou o restabelecimento da verdade antiga, esquecida ou confusa.

Era bem dos nossos e devia sentir-se bem nesta casa.

Verdade é que divergiu de seus consócios e afastou-se do Instituto, com alguma razão (talvez tôda) nítida, franca... violentamente como soia tomar suas atitudes e comunicar suas resoluções.

Mas voltou reconciliado, e a morte o levou quando já anistiara os que lhe haviam melindrado os sentimentos de fidelidade áquele que fôra o assíduo protetor desta Instituïção durante quarenta anos.

Nesta hora de exaltação não nos caberia lembrar com demasiada minúcia o dissídio, apagado numa concórdia que alegrou tanto aos contemporâneos como a nós que aquí nos reunimos.

## Duas notas à "Retirada da Laguna"

Sua maior obra histórica foi a "Retirada da Laguna" e é pena que o tempo fuja e não possamos conversar sôbre êste grande livro. Lembrar-lhe as origens — pensado, talvez esboçado desde o Paraguai; reclamado pelo velho Taunay; quasi todo escrito de um jato, numa madrugada de súbita decisão da memória fatigada; a princípio e em

parte em português (12), depois em francês, em obediência ao paterno conselho;... dizer da amargura queixosa do autor a sentir nas primeiras edições a indiferença silenciosa do público, que era, aliás, o prêmio a todo esfôrço literário de então, compensado depois pelo renome mundial de sua obra e pela popularidade nacional que acabou por galardoá-la;... memorar a dramaticidade total do contexto que enleia o leitor numa ânsia de contínua emoção, página a página, tópico a tópico, linha a linha, e de que só se liberta quando fecha o volume disposto a relê-lo logo e logo, para de novo penetrar naquele "inferno resumido";... contar por alto as cenas principais ou tôdas que não há ali coisa que não seja essencial àquela tragédia desde as hesitações e a morte de Camisão — "porque não quis repartir com ninguém a responsabilidade de um tremendo crime necessário" - qual o abandono dos coléricos, até os dias de agonia do Guia Lopes - igualado pela crítica aos heróis de Homero - perdido no deserto e acusado de perder aquela gente, expirando ao avistar já a fazenda lardim e os laranjais, o suco de cujos frutos seria a vida para aqueles que jam a sucumbir — de cólera ou de avitaminose;... talvez recordar os rápidos relances pela natureza circundante que insistia nuns toques de poesia serena para contraste de tanto horror — "umbús embalsamando o ar à distância com suas flôres abertas e os piquis carregados de frutos... águas bastante profundas e de notável pureza nas quais víamos flutuarem nenúfares, com os seus tirsos de lindas flores azuis";... ou tremer de excitação cívica aos influxos da exaltação quente que sobe daquelas páginas, como se nelas bebêssemos um licor de curiosidade comovida para nos embriagarmos de patriotismo...

Mal podemos agora recordar uma qualidade, um ornato moral que não temos visto salientado nas apreciações ao livro, e que é, entretanto, muito para honra do autor.

Reparai bem — onde está Taunay naquelas páginas? Quantas vêzes aparece, e como? Poucas e a modo de escondido, quando não pode de todo evitá-lo.

<sup>(12) &</sup>quot;Cartas da Campanha" 7 de agosto de 1867, pág. 161 — "Trechos de minha vida", pág. — Carta de Taunay a José Verissimo in "Estudos Brasileiros", 2.° série, págs. 273 a 275.

E vêde lá: não é padecendo nem combatendo que êle se deixa entrever ao meio de tanta dôr e tanta luta. Nobremente oculta os próprios sofrimentos ao ponto de dar a impressão de assistente e não protogonista da tragédia.

Nem fica aí a nobreba discreta dêsse livro em tudo nobre.

No oferecimento a Pedro II diz o autor que o grande soberano é quem inaugurara na América do Sul "a guerra humanitária", aquela "que aos prisioneiros poupa e salva, a que trata feridos inimigos com os desvelos dispensados aos compatriotas, a que considerando a efusão de sangue humano deplorável contingência, aos povos apenas impõe os sacrifícios indispensáveis ao, sólido estabelecimento da paz", e, pensando na paz e nos inimigos de um dia que serão os amigos e aliados de amanhã, sem ódio aos que tanto o haviam feito padecer, Taunay, num dos lados da pirâmide por êle erguida aos companheiros de armas e penas, encrustaria mais tarde a efígie de um adversário, aquele oficial paraguaio, Veloso, que reagira às brutalidades de seus soldados contra a pobre gente de Nioac — "inimigo generoso, cuja proteção cobriu aos nossos compatriotas, não sem evidente perigo para si próprio" a quem "os azares da guerra poupem e permitam-lhe ver um dia justa publicidade ligar-se ao seu nobre proceder em um recanto ignorado da terra".

## Protesto contra uma injustiça

E não sei se exprimirei bem o protesto que se levanta em quantos conheçam êsse livro admirável contra a grande injustiça, do monumento que se alça nesta metrópole aos sacrificados da Laguna.

Esquecidos jazeriam sofrimentos, constância e bravura daqueles heróis, não fôsse a pena de quem os recordou.

Não o digo eu; não o estais dizendo todos vós — minhas senhoras e meus senhores. Já o velho Taunay, quando estimulava o filho, lhe advertia: "Faltas a teu dever, meu filho, e ao que deves a teus companheiros mortos, de quem jamais se falará".

Sim, de quem jamais se falaria, como todos esquecem os que morreram em Curupaití.

Isso disseram prestigiosas personalidades a repetirem uma sentença de há muito passada em julgado. Ferreira de Araujo: "episódios épicos... que teriam ficado em uma penumbra injusta se não nas descrevesse êle na Retraite de Laguna".

Carlos von Koseritz: "feitos heróicos dêsse pequeno grupo de soldados mártires, cujo heroismo sem a sua pena teria ficado sempre ignorado".

Pinheiro Chagas: "o que é o prestígio da pena! essa retirada de Laguna, que mal se descortinava na história da guerra do Paraguai, essa página humilde e obscura, que desapareceria na irradiação das glórias de Humaitá, obscurecia perante o mundo civilizado os triunfos brasileiros, e o nome dos vencidos brilhava mais que o nome dos triunfadores... "... porque entre aqueles vencidos "pusera o acaso um jovem oficial a quem Deus concedera a pena que Xenofonte deixara cair há dois mil anos nos desertos da Asia Menor".

E como é, então, que se arvora uma memória de bronze àqueles heróis, e a figura de Taunay apenas lhe aflora nos socos, de entre o emaranhado de uma cercadura? Pois quem sublima os de Laguna, esculpe apenas Camisão e o Guia Lopes? e pode deixar, jamais, de modelar, em corpo inteiro, quem os lembrou e celebrou? E se a concepção do artista ali colocou figuras simbólicas, a que vinha a "História" nas formas de uma mulher, e não um retrato — o vulto daquele que a escreveu?

## "Inocência", "Retirada" e os demais livros

Se a história e a geografia estão na essência de suas letras, estas se ligam inteira e estreitamente a sua carreira toda oriunda e consequência destas.

Segue, ainda estudante, como engenheiro numa expedição militar e se é corajoso e sofre e se arrisca e se bate, não lhe vem a celebridade de qualquer lance de bravura, mas das páginas que escreve. O maior troféu trazido dessa campanha, não são cicatrizes, são dois livros.

Marchava ainda ao encontro do inimigo e as letras o chamam para secretário do chefe Juvêncio; parte para o Paraguai, leva-o o Conde

<sup>(13)</sup> Carlos von Koseritz "Esboço Característico", págs. 14, 37 e 38.

d'Eu como secretário. Regressa à pátria depois da vitória final com o "Diário do Exército", e passa a oficial de gabinete de Junqueira e de Rio Branco. Êste posto — por assim dizer literário — abre-lhe as portas da política, condu-lo a uma cadeira de deputado. Não volta aos quartéis, mas à Escola Militar como professor.

O seu maior luzimento político não está no que fêz mas no que escreveu — na propaganda daquelas ousadas idéias que adotou como grandes propósitos de homem público — tudo traços de pena.

E quando lavrou o próprio epitáfio esqueceu o militar, o orador, o político, e só lembrou o autor

"De Inocência — a história sertaneja "E da Laguna — o feito glorioso".

## "Inocência", "Retirada" e os demais livros

A necessidade de escrever e publicar era nele incoercível. Em carta à irmã deixara escapar uma frase que vale uma divisa: "como sempre a pena não descansará" E o filho, — o nosso prezado confrade Dr. Afonso d'Escragnole Taunay — prefaciando a edição de um de seus livros (Visões do Sertão) dá testemunho de que "continuamente escrevia com espantosa facilidade", "diàriamente escrevia horas e horas". Afora os muitos volumes que publicou e o muito que Afonso Taunay de inéditos, notas, variantes, trabalhos esparsos, tem reunido em numerosos tomos, há ainda "enorme massa de artigos esparsos pela imprensa a recolher em livros".

Essa abundância havia certamente de prejudicar a qualidade e baixou um tanto o primitivo diapasão.

Já houve quem notasse que a regra geral em nossa história literária é serem os primeiros livros (não falamos dos ensaios preliminares) as obras melhores dos autores brasileiros. Parece que a fama conturba; o elogio dá direitos à leviandade de composição e o aplauso tira ao autor o mêdo e o aprêço a seus leitores. A pena corre então fácil e a emenda descuidada. Há pressa de publicar. Isso sucederia com Taunay. Quem quer que lhe leia a obra há-de logo sentir um certo desnível, a diferença de perfeição, beleza, apuro da "Retirada da Laguna" e de "Inocência" comparados com quasi tudo quanto

escreveu depois. Se aqueles não foram seus primeiros livros, porque antes publicara "Mocidade de Trajano", foram os seus livros. Ele era capaz de os igualar em outros, mas a febre de publicidade, que correspondia à "insopitável necessidade de produzir" (14), o gôsto de divulgar, que o fez um colaborador constante de jornais e frequentador habitual de apedidos; a política; a vida mundana; os encantos e facilidades do renome feito — tiraram-lhe a paciência e o tempo de polir e repolir. Com isso a pena não poude continuar a ser igual a si mesma; ainda que não abatesse da eminência a que antes levara aquele que a empunhava.

José Veríssimo alvitra uma insinuação plausível. Taunay pôde ver a natureza com tal exatidão e sentimento porque era um temperamento "calmo, são, normal", "optimista, alegre, jovial, em quem não havia o nervosismo intelectual — se me consentem dizer assim, que é a moléstia dos artistas e escritores". As suas duas grande obras — Retirada e Inocência "distinguem-se justamente pelas qualidades dos temperamentos normais e sãos — a sobriedade, a simplicidade, a naturalidade, a espontaneidade".

Depois ou a moléstia modificou-lhe a compleição ou razões outras o conduziram a "com menos zêlo de sua reputação de escritor entrar a produzir como quer que seja de afogadilho" tomado já daquele "nervosismo intelectual" que prejudicando moderação e temperança, fê-lo autor de trabalhos todos bons, alguns capazes de ombrear entre os melhores de seus tempo, mas que êle podia compor mais perfeitos.

# O palestrador

Não sei se deva por minha conta insistir noutra explicação — o gôsto pela conversa, habito que dispersa o espírito e dissipa o tempo.

Na maneira de escrever de muitos de seus livros revela-se o palestrador, de que alguns confrades mais antigos ainda hoje se recordam com saudade e encantamento. A naturalidade com que, desobediente ao sistema e à lógica, à estrutura do livro, deixa a pena fugir do assunto e abandonar a tese, para contar um episodio inteiro, e de-

<sup>(14)</sup> Afonso E. Taunay - Prefácio às "Visões do Sertão".

pois retornar ao rumo da narrativa, ou da apreciação é uma das suas amenidades de escrever, e, ao mesmo tempo, reflexo das palestras da livraria Faro e Lino, da Casa Artur Napoleão, da Revista Brasileira.

Von Koseritz deixou lembrança saudosa daquelas tertúlias, no comptoir da livraria — escritores que, aos goles de café, trocavam idéias e esgrimiam espírito — Ferreira de Araujo, Dermeval Fonseca, "Valentim Magalhães, o crítico desapiedado, André Rebouças, o pensador profundo e excelente engenheiro, Joaquim Serra, o gracioso folhetinista Machado de Assis". Taunay pareceu ao alemão-brasileiro "o mais vivo, o mais chistoso, o mais falante" possuidor de "verve a mais percuciante e palavra a mais incisiva, quasi sempre tendo de seu lado aqueles que riam". (15)

## Última fase

Se assim distinguimos na sua atividade literária duas fases, já era possível vislumbrar uma terceira que a morte não permitiu se completasse com proveito à fama do escritor.

Nos últimos tempos a forma se lhe apurava, limava-se-lhe a linguagem, isenta de descuidos gramaticais, vestida aquí e alí a contextura da frase de brilhante armadura. É a época das preocupações de vernaculidade, às leituras dos clássicos a vigorizarem os cânones do escritor, da preferência pela "correção e singeleza", "a limpidez de locução, a despretensão da forma" — de Mendes Pinto, de Lucena e Frei Luiz de Sousa, com certo despreso pela "vertiginosa exuberância de Antônio Vieira". (16) O gôsto da simplicidade requintava-se nos exemplos e bons modelos e casava-se ao honesto realismo de sempre, que ainda rapaz definira neste trecho de carta ao pai, datada de Miranda, 4 de dezembro de 1866 : "tomo sempre a peito ser consciencioso em tudo quanto digo só citando o que vi e preferindo um pouco a monotonia e mesmo aridez nas descrições a embelezar o meu relato de episódios só pelo prazer de agradar" (17).

<sup>(15)</sup> Carlos von Koseritz — "Alfredo d'Escragnole Taunay — "Esbôço Característico" — 1886 — págs. 2 e 3.

<sup>(16) &</sup>quot;Filologia e Crítica", pág. 11.

<sup>(17) &</sup>quot;Correspondência" — in Jornal do Comércio de 14 de fevereiro de 1943.

De par com semelhante obediência aos mestres da língua — o nacionalismo nesses últimos tempos assumia feições reatoras. Promove Taunay a adoção dos tupismos e conforma-se com africanismos evidenciando-se o brasileiro que não se revolta contra a formação de uma maneira de dizer nacional, diferente da lusa. "Está de certo a língua portuguesa passando por transformações mais ou menos sensíveis; e essa modificação tem naturalmente de ser mais profunda no Brasil, onde há elementos para constituir, senão novo idioma, pelo menos um dialéto":

#### Um escritor casto

Nessa época final de sua atividade literária o escritor assume outro desembaraço em romances e contos. Os temas escolhidos já não são da candura de "Inocência", mas não perde a compostura dos autores aristocratas que não estimam escrever o que não poderiam conversar num salão, e sabem ser realistas sem impudência, sugerindo em disfarces o que a verdade tem de imodesta ou brutal. Taunay insinua, arma as situações e silencia, deixando o leitor imaginar o que tem acanhamento de narrar.

Corramos tantos livros seus : além de uns calidos mas tímidos entusiasmos de juventude em "Mocidade de Trajano", só uns pequenos arrepios sensuais vemos em "Manuscrito de Uma Mulher" (pág. 102), em "No Declínio" (pág. 139), em "O Encilhamento" e nalgum conto de "Ao Entardecer", ou em certas cenas de "Amélia Smith".

#### Formosura física

Entretanto ficou a tradição que em matéria de amores podia ser realista com experiência.

Certo não era um mundano profissional, mas bastavam as suas qualidades de beleza, cultura e desembaraço, para ter tido, irremediàvelmente, uma ou duas aventuras de bastante ensino para depois memorar, no vago feminino, o perfume que lhe ficara desses doces episódios de sua vida sentimental — pecados veniais de homem formoso; de sociedade; ilustrado e viajado, pianista e compositor, amável e altivo; palestrador confiante em si, alegre e humorista, sabendo exprimir-se em graças e remoques com as damas e aliar, na conversa

com os homens a anedota picante à sisuda apreciação literária e política; iluminado da auréola dos combates e da combatividade política que não deixava a evidência calar os seus pregões.

Nem é de desprezar, como fator de alguns felizes sucessos e como elemento ponderável de sua fortuna a beleza física de que, dizem os contemporâneos, e vislumbra-se em seus livros, tinha alguma vaidade. Uma boa figura ajuda a cabala política, e a tudo aquilo em que a boa sociedade é útil a uma carreira de militar, de parlamentar, de mundano, de artista. Todos sabemos que Joaquim Nabuco não deveu pouco a seu físico e não suspeitamos infundadamente em Alencar e em Rui despeitos por não juntarem aos grandes talentos garbosas pessoas.

Ainda rapaz de colégio, sentia Taunay êsse destaque e a gente vê com que orgulho recorda em "Trechos de Minha Vida" certo lisonjeiro gabo ouvido ao encaminhar-se para receber o título de bacharel em letras no "Pedro II": — "ainda me revejo todo elegante e esbelto, no fato da cerimônia feito pelo Raunier, com o meu chapeuzinho de pasta, comprado no Torres, meu cabelo repartido bem ao meio e ondeado nas pontas, um fiosinho de barba a apontar num signal do queixo à esquerda... ao passar por diante das senhoras ouço uma mocinha que diz um tanto alto: "é o mais bonito de todos", e êsse elogio me agradou mais do que o prêmio".

Não poucos nos deixaram a impressão que dava o seu porte erecto, os traços entre enérgicos e serenos, o azul dos olhos querendo perder a suavidade da côr num sobrolho carregado e amedrontante de militar, a cabeleira em ondas soltas, basta e longa, anelada e loura. Quando êle voltou do Mato Grosso, com a legenda de grandes sofrimentos, com o resplendor feliz daquele a quem molestia e morte haviam rondado e respeitado, surgiu na côrte com os previlégios de uma grande e poderosa resistência física que lhe sustentara a formosura de homem. Ferreira de Araujo registrou como o vira então:—"era um rapagão bonito, com os seus cabelos louros anelados, o seu airoso uniforme de oficial de artilharia montada e a sua auréola de combatente de volta da guerra, vitorioso, condecorado e a ver no futuro horizontes largos" (18).

<sup>(18) &</sup>quot;Gazeta de Notícias" - 27 Janeiro 1899.

Igual impressão guardou Carlos von Koseritz quando o encontrou pela primeira vez: "tinha então 32 anos de idade e apesar de haver feito a campanha, com todas as suas fadigas, mostrava-se na figura um jovem cheio de vigor, com a beleza de um Apolo, tipo cavalheiresco, um fidalgo autêntico da cabeça aos pés".

### O militar

Ia-lhe bem essa presença apolínea na alta sociedade como na política; ia-lhe bem sob a farda de militar.

Na guerra ou na paz Taunay foi a seu modo homem das armas. Nem a fileira nem a disciplina lhe tiraram o entono individualista. Não é que não sofresse a influência do espírito de classe tão vivo no exército, e que, mesmo a uma inteligência de sua ordem, conduzia a injustas manifestações contra os "casacas" e ataques ao "bacharelismo" (êle o mais bacharel de todos os soldados!). Mas cultivava a crítica, talvez um tanto além das permissões dos regulamentos, e tinha com superiores, atitudes de vivacidade e reação — como no incidente com o Conde d'Eu de quem era secretário.

Queria o Príncipe que Taunay escrevesse cartas da guerra para jornais liberais, numa manifestação de suas preferências políticas pelos "luzias" e o jovem secretário recusou-se, conservador que já era, adéso à corrente de Polídoro, com tão vibrante decisão que o Príncipe deixou de convidá-lo à mesa; com grande pena de Taunay que apreciava a boa cozinha. E só se libertou da bóia comum por um convite de outra alta patente (ao que parece o Barão da Penha).

Foi arrufo sério mas que compôs numa reconciliação cordial, nunca mais perturbada.

Se o preterem numa promoção, reclama; nas cámaras não recua diante da "camaradagem" para fazer as mais rígidas censuras aos ministros da guerra Osório e Pelotas, a cujos serviços à pátria rende todavia os louvores mais entusiásticos.

Interesses e problemas militares lhe estão sempre presentes, pugnando por eles na imprensa ou no parlamento, insistindo, reclamando, opinando, definindo idéias e projetos. A sua passagem pelas câmaras é um continuo falar em prol das fôrças armadas, suas necessidades, organização e futuro. As questões imigracionistas que lhe faziam es-

quecer tanta cousa na ordem política, não o impediam de ser na camara, mais que político, deputado-militar, um deputado do exército.

Não tinha, porém, apesar de tão experimentado na guerra em suas duas frentes de combate, aquela rudeza de caserna que tanto caracterizava a oficial dade daqueles tempos. As inoculações de império e desabuso de gesto, palavra e ação recebeu-as êle em fraca dose, bastante, aliás, para chocarem os homens do parlamento e dos partidos.

Narrador de feitos bélicos nota-se-lhe a quasi frieza em face daquilo que é o cruel mas também o mais glorioso da carreira das armas — a bravura nas batalhas, o perigo vencido, o impeto de ataque o furor combatente. Por êle as guerras deviam fazer-se sem feridos e sem mortos.

E a sua coragem é mais meritória porque não obedecia assim ao instinto, era comando da educação.

Estava na colônia de Miranda quando Camisão ia resolver a marcha Paraguai a dentro. Taunay via claro que no estado em que se deparava a expedição nada devia tentar-se, qualquer ação equivalia a gravíssima imprudência. Entretanto escrevia à irmã um tanto orgulhoso da sua determinação ao sacrifício: "estou pronto para tudo quanto resolverem; o mesmo sempre quer na prudência e no razoável, como na temeridade e na loucura, procurarei não me deixar esceder. Nos conselhos Telemaco tinha a moderação de Nestor; na ocasião do conflito a coragem de Aquiles. Não posso ser Telemaco pois que nenhuma Minerva se dá ao trabalho de me guiar; comtudo a deusa que me inspira é a educação que me deram nossos pais".

Quando acaso recorda uma cena brutal da guerra é para lamentar as barbaridades a que levam as necessidades de uma campanha.

Em "Dias de Guerra e de Sertão" lembra um episódio guerreiro em que diretamente se empenhara, quiçá o único em que dera pasto à gana de matar do homem que luta, e não quer ser dominado e morto ou conformar-se com a covardia.

No acampamento da Colônia de Miranda soara o alarme à vista de uma patrulha paraguaia. "As nossas sentinelas de frente fizeram fogo e num instante nos puzemos todos a cavalo, enquanto os batalhões entravam em forma ao som das cornetas clarins e tambores. Nós da comissão de engenheiros — Lago e Cantuária à frente — atiramo-nos a galope, e passando a corrente que dava bom vau, fomos

pelos campos a fora correndo atrás dos cavaleiros inimigos, cujas blusas vermelhas avistávamos lá ao longe todos êles à disparada. Ah! que ânsia de chegarmos perto, fazer fogo com o revólver e atravessar aqueles corpos com a espada!"

Semelhante expansão sanguinária de suas recordações de guerra logo a repele em arrependimento refluindo ao natural humano e civilizado — "como a guerra é terrível, estúpida, e perverte os sentimentos equitativos, razoáveis e convenientes aos interesses justos e reciprocos dos homens!"

E o cansaço do cavalo que montava transformara-lhe a fúria matadoura em receio, em boa hora sugerido pela prudência: "senti de repente o meu animal correr com menos rapidez e pú-lo a trote, gritando contra os paraguaios e invetivando-os, certo, porém de que se fizessem vira-volta e sôbre mim viessem com os seus pesados alfanges... me mandariam com toda facilidade desta para melhor".

Nascido e educado como artista sel-o-ia por inteiro se não o tivessem feito militar e se êle não se fizesse a si próprio político.

A política despiu-o afinal da farda : demitiu-se do exército que, sentido dessa primeira e última deserção, coroou-o todavia, por despedida com homenagens raras e honrosíssimas.

A política e a sociedade quebraram-lhe a batuta de maestro e confundiram-lhe na paleta as tintas de pintor, e lhe impediram de lavrar até o último apuro, como podia, tantas obras primas literárias. Também êle foi de tudo um pouco, e tinha ânsias de ser tudo. Mas aquilo que mais quis ser foi político.

## O Político

Consideravam-no flutuante entre os partidos e parecia ter disso certo garbo. Pois se suas franquezas; incidentes e liberalismos não o proscreviam da agremiação em que se alistara que, ao revés, lhe dava postos e demonstrava confiança?...

Não rompera em 77 com um ministério politicamente dirigido por Cotegipe e não fôra depois Cotegipe buscá-lo para presidir o Paraná, e não lhe bafejára a eleição senatorial? Se era atração ou queda do velho conservador pelas inteligências... liberdades ou indisciplinas seriam direitos da inteligência...

Não teve inteira razão Constâncio Alves, ao escrever: — "D. Pedro II era colega de infortúnio de Joaquim Nabuco, no partido liberal, e de Taunay no partido conservador, isolados e suspeitos!" (19). A verdadeira situação revelou-a o próprio Taunay nas suas Cartas Políticas — uma espécie de manifesto de quem parece já nada querer dos partidos: "em geral entre conservadores e liberais — justiça seja feita a ambos os lados — sou, não direi acusado, mas, enfim, tido na conta de ideólogo um tanto utopista, assim à maneira de algum D. Quixote, armado para batalhas com moinhos de vento a conquistar, na originalidade e no aéreo das suas ambições, argolinhas no país da fantasia e da fantasmagoria. É um político com quem não se póde contar, dizem as sumidades mais benévolas do meu partido, espírito pouco prático. Precisa ainda de longo tirocínio para amoldarse às conveniências e coações de partidarismo".

O fato era que os chefes conservadores levavam tudo isso à conta de excessos de energia e mocidade que o tempo atenuaria, pouco dispostos a despojarem o partido daquela combatividade talentosa; — enquanto os liberais estimulavam as atitudes de independência de um adversário que os ajudava.

Ao abrir-se a vaga do senado com a morte do Barão de Laguna, Joaquim Nabuco num "Registo Político" (20) previa caber a cadeira a Taunay, fazendo, porém, intriga liberal: — "é evidente que nenhum chefe conservador veria com bons olhos a escolha do Sr. Taunay, porque ilogicamente conservador hoje, êle é um conservador instável, com o qual não se póde contar dada uma pressão forte da opinião. Nenhum dos chefes estimaria ver a primeira fornada senatorial da situação começar por um novo, suspeito de liberalismo, inclinado à independência, e vergonhoso de pertencer ao grupo tardigrado".

E apurande mais a vista no perscrutar o futuro, Nabuco parece meter mêdo aos conservadores: — "o futuro político do Sr. Taunay é um cnigma. Éle diz-se conservador por insinceridade de espírito, mas uma vez senador, isto é, obtido tudo o que poderia esperar do partido no qual se alistou, talvez por fascinação pessoal pelo Visconde

<sup>(19)</sup> Jornal do Comércio - 28 Janeiro 1893.

<sup>(20) &</sup>quot;Eleições liberais — eleições conservadoras — 1886 — pág. 60.

do Rio Branco, êle trataria de regularizar-se com a sua idéias criando um cisma liberal na velha Sinagoga".

Ouro Preto, tambem, no senado, em aparte e discursos rejubila com as restrições e críticas de Taunay, chama-o quasi de liberal, mas ao mesmo tempo faz longo discurso para provar que não traria aos liberais cousa nova, programas, idéias e que a grande naturalização já existia na legislação do país.

Não foi cisma, mas uma espécie de isolamento o que criou Taunay em tôrno a si no Senado. Pareceu igualmente perigoso a conservadores e a liberais, uma espécie de Silveira da Mota sem sarcasmo e sem anti-pedrismo, nem horror ao poder pessoal.

Não seria para isso, entretanto, que aspirara tão ardente e pressurosamente o senado, mas chegar a ser ministro, a presidente do conselho, a realizador de suas idéias — altos propósitos e elevadas ambições lançados a caminhos bem diferentes dos que seguiam sempre os políticos...

Sofrendo mal as dependências partidárias, era seu ideal emancipar-se de toda submissão agindo e opinando por si; tendência íntima de todos os homens públicos, mas de que todos hão de desistir se quizerem continuar políticos.

Taunay ainda não recebera as lições precisas para concluir que o franco-atirador é um jornalista no parlamento, mas nunca será um parlamentar.

Aquele que propaga idéias não as executará se não fôr agremiado ou agremiador.

E colheu-o a república, ainda antes de ter aberto mão daquelas licenças individualistas dos políticos novos, de espírito trêfego.

A sua inquietação anciosa durante a eleição, a cabala, a escolha senatorial, deixou-as Taunay documentadas nas "Reminiscências" e os anais guardam a lembrança de sua agitação de propagandista que o leva no discurso de estréia a divergir de um ministro, e logo depois pretender coagir o presidente do conselho e seu chefe na contingência de aceitar, imposto pela coerência com antigos projetos, um que apresenta, instituidor do casamento civil, e mais adiante romper com o ministério e fazer oposição.

O seu temperamento tão calmo e tão meio-têrmo em literatura, transformava-se na política em impetuoso, vibrante, apaixonado, cuasa

122.902

agressivo. Ao passo que em literatura a sua linha é a horizontal: — a das auroras e crespúculos que magistralmente pintou; a dos rios e largas planícies que percorreu; a que buscam, sem nunca alcançarem, as palmas dos buritis que tanto admirou; — na política é a vertical: — ascencional, erguida, ereta, visando ao alto, e pronta aos botes como um florete em guarda ou uma serpente em defesa.

Frequentes são e numerosos os seus incidentes de tribuna com adversários e correligionários. Aceso em paixão pelas idéias que propagava, não palpava caminhos nem sofria restrições, ponderações, como quem "não podia viver sem ter toda a sua fôrça útil hipotecada a um ideal, a uma causa" (Valentim Magalhães).

"Foi um batedor, um precursor, um semeador" (id) mas muitas vezes esterilizava de resentimentos o terreno com gestos de tal arremesso que mais parecia pretender fincar pela fôrça o madeiro crescido e alto do que espalhar o grão para germinar e florecer.

Mesmo tirados esses defeitos de maneira, a missão de propagandista que se reservara não o conduziria só por só à seu magno intento — ser um dia estadista.

Não chegou a ministro. A República, e o retraimento a que se condenou depois desta lh'o vedaram. Embora tivesse o novo regime — o govêrno provisório — realizado quasi todas as suas aspirações, não quis aceitar a república que depusera e exilara Pedro II — uma paixão pessoal maior que o entusiasmo por aquelas idéias.

Como se enganara Cotegipe, se é verdadeiro o dito que lhe atribui José Avelino — "em política é liberal com os conservadores; se fôr para os liberais será republicano com eles"!?...

Pois veio a república executando prontamente mais ou menos todos os seus projetos, e manteve-se como nunca conservador, e mais que conservador, sebastianista.

E se não ocorresse a República ? com o Imperador realizaria seu programa ? Como ? Num ministério conservador ? Num liberal ?

Dentro da sua impalpabilidade partidária, e autonomia pessoal — sempre ligado aos conservadores, mas sempre às turras com eles, noutros tempos, de mais robustez do "poder pessoal" e de maior energia da coroa (naquele final de reinado sustida por um quasi valetudinário), dez anos antes, Taunay contaria talvez com o apôio decidido de Pedro II.

Quando agradecera ao monarca a escolha senatorial, dissera-lhe o Imperador umas palavras solenes a soarem como promessas: — "agora póde o senhor desenvolver todo o seu programa que é muito útil ao país. Trabalhe ainda mais do que tem feito. Aumentou a sua responsabilidade por ter maior esfera de ação, livre como fica de qualquer pressão eleitoral" (21).

Não precisava dêsses estímulos imperiais para insistir e bradar.

Logo no discurso de estréia, das depois da posse, no senado, clama; e começa as críticas ao ministério, ao ministro da agricultura Antônio Prado, e mostra-se livre de toda pêa partidária, ainda que se confesse conservador, ministerial e chefiado por Cotegipe, com quem não tardaria também em romper, num incidente que tomou proporções maiores do que imaginara, o que ele Taunay lamentaria nobremente nas suas "Reminiscências" "se mais tarde nos desaviemos no Senado e de modo bastante grave, rompendo eu em oposição violenta, foi por incidente em que houve precipitação de parte a parte, explorada por agulhas ferrujentas conforme a expressão de que usou no momento do nosso embate aquele eminente brasileiro, o que deixarei contado com toda a minudência (nas "Memórias"?) e verdade".

Colocando-se entre os partidos prestigia-se na corrente João Alfredo, em cujo ministério teria uma pasta se não insistisse pela da agricultura — por causa de suas idéias. Com a saída de João Alfredo, seria talvez ministro com Vieira da Silva, e, num gesto desusado, durante as combinações, envia ao frustro presidente do conselho uma carta-programa-manifesto. E Vieira da Silva não forma ministério. E vem Ouro Preto e o convida, ao que parece numa sondagem à coerência ou como simples gentileza ao adversário que não poderia aceitar a pasta. Seria a sua liquidação política. Por mais desligado de partidos que estivesse, era uma apostasia, por amor do poder. Um poder de pouco tempo, de dias, insustentável num gabinete de antagonistas.

Depois veio a república.

Ninguem dirá que fosse dos maiores oradores de seu tempo, mas mediu-se bem com os melhores e não quis nunca lhes ceder o passo. Não levava para a tribuna devaneios de romancista, que mesmo como

<sup>(21) &</sup>quot;Reminiscências" pág. 320.

romancista nunca devaneou. Buscava a simplicidade enérgica: "havia nele — escreveu José Avelino — muito do soldado: os arrebatamentos da voz de comando, e o gesto de quem dá uma carga de sabre no inimigo. Notou-se logo desde a sua estréla que ele era um habil esgrimidor da palavra o que fez o senador Junqueira dizer, naquela expressão macia e cariciosa que lhe era peculiar, quando o via cair a fundo sôbre o inimigo com as suas apostrofes atordoadoras: — "é combatente para ser temido durante o combate, é um adversário para ser estimado depois da luta." (22)

Possuia um que de ingenuidade em muitas das suas palavras duras; por isso não se pejava de explicar-se, se reconhecia ter ido longe demais na franqueza.

Não seria uma boa qualidade política e parlamentar: — "essa intrepidez quasi belicosa a prejudicar até certo ponto uma boa parte das suas aspirações: os governos do passado regime obedeciam à máxima — fortiter in re suaviter in modo". Julgavam-n'o "um amigo mais marcial do que tactico" (id. id.).

Haveria mister um longo passeio pelos anais para documentar o feitio parlamentar de Taunay. Em seus discursos, apartes, réplicas, incidentes, reconciliações, reconheceriamos menos um homem áspero e ríspido que franco e que tantas vezes melindrou a colegas, tantas se surpreendeu, admirado de que a verdade ou o que julgava ser a verdade pudesse ser recebido como ofensa.

Mas se podemos chamá-lo a.... amenizar esta palestra, citemos apenas, que o tempo urge e escasseia, um pequeno recontro.

Vejamo-lo às voltas com Rui Barbosa: Rui aparteia e Taunay acode: "alí trata-se da segunda contestação; V. Excia. não conhece a matéria". Rui replica, seu tanto agastado: perdoe-me, V. Excia. é quem não conhece"; e Taunay, descartando-se do importuno: "V. Excia. está me tomando tempo. Refiro-me... etc." Rui ainda insiste e Taunay imbuído do assunto busca afastá-lo: "está V. Ex. com interrupções que não vêm ao caso". Rui mais que agastado se irrita: "V. Ex. está enganado, quanto mais me incomodar, mas hei de falar". E Taunay sem perder a calma: "Pois sim; mas aí está o

<sup>(22)</sup> José Avelino - Artigo em "A Notícia" - 2 - Fevereiro 1899.

timpano da presidência para fazê-lo calar" (Câmara, 30 de janeiro de 1882).

## Brasileirismo, sentimento predominante

Tão diferente na política e nas letras pelas maneiras, era igual numa e noutras por um sentimento dominador e alto: — brasileirismo, nacionalismo ardente, intensa paixão pelo país.

Disse José Veríssimo "à diversidade, à dispersão dos seus talentos e de seu trabalho intelectual dão unidade as três qualidades essenciais no que lhe constitue a personalidade : o seu brasileirismo, o seu liberalismo, o seu espírito de propagandista". São qualidades que se comunicam até à própria obra do artista literário — "ainda a sua obra puramente de arte, o seu romance, a sua novela, o seu conto, o seu drama, a sua crítica, a sua história são impregnados de um profundo espírito brasileiro, quasi nativista, de um grande sentimento liberal, que apenas o corrige sem atenuá-lo e de uma disposição à propaganda que invadindo às vezes intempestivamente o domínio da arte pura lhe prejudica a forma" (23).

Essa irrupção do propagandista na obra do romancista sentimola bem em "O Encilhamento" que é mais um panfleto, uma verrina, um libelo social-político-econômico, e até uma vingança de prejudicado, do que uma obra de ficção. A própria caracterização dos personagens, tão crua, e nua que os contemporâneos sem hesitação apontam a cada tóp.co — este é o Barão do Alto Mearim, aquele o Barão de Leopoldina, estoutro o Dr. José Avelino, aqueloutro o Mayrink ou o ministro argentino Moreno, esses mesmos perfis parecem autos de qualificação de denunciados de um procurador da lei.

Também em todos os outros romances aquí e alí aflora o autor, sobrenadando à superfície da própria obra, para opinar e julgar.

É que não sabe refrear o que o empolga.

Se o apaixona, por exemplo, o sistema terapêutico do Padre Kneipp — escreve um livro tão ardoroso quanto os de propaganda

<sup>(23)</sup> Jornal do Comércio 23 - Janeiro - 1899.

da naturalização, e pratica assiduamente o *kneippismo* andando de pés descalços sôbre gramados e terreiros molhados.

O liberalismo estava nele diretamente ligado ao emigrantismo. Era sobretudo um meio, um caminho, uma preparação de terreno para que o colono extrangeiro não encontrasse no Brasil obices ou dificuldades de ordem política e religiosa; daí a luta pela maior tolerância de cultos, pela secularização dos cemitérios, pelo casamento civil, ao passo que não o interessam o federalismo, o poder pessoal, a temporariedade do senado, o apurar da verdade eleitoral, etc.

Onde não há lugar para reparos, limitações, críticas é no seu intensissimo brasileirismo. Se algumas páginas suas e tópicos de discursos parlamentares de propaganda da emigração podem chocar-nos pelas comparações aniquilantes do trabalhador ou proletário nacional em confronto com o colono extrangeiro, isso não chega a tisnar aquele amor às cousas nossas que é como a essência de su'alma, a inspiração constante de quanto disse, escreveu e agiu.

Esse brasileirismo manifestava-se por múltiplas e variadas formas — assuntos literários de sua preferência, linguagem, defesa das regalias não de um idioma brasileiro, mas do dialeto com suas especialidades vocabulares e até exquisitices de composição e sintaxe, pela sua própria maneira de falar que certo amigo achava "por assim dizer acaipirada" (24) pelas suas idéias políticas que todas visavam um Brasil mais culto, mais rico, mais feliz; pela sua atuação militar e parlamentar; pela glorificação e exaltação dos brasileiros ilustres e de extrangeiros que bem quizeram ou bem fizeram ao Brasil.

Reparai numa particularidade, numa minúcia dêsse brasileirismo. Escreveu numerosas relações de viagens por litorais e sertões brasileiros, compôs não poucas descrições de cenários e espetáculos da natureza brasileira, há em seus romances constantes reminiscências de excursões pelo Brasil, entretanto, filho de francês, embebido pela educação do amor e evocações européias, viaja longamente pelo velho mundo e não escreve um livro de impressões, e, nos seus discursos, romances, livros, mal a custo se respigam recordações da Europa, que apenas registou numas raras crônicas.

<sup>(24)</sup> José Veríssimo — artigo no Jornal do Comércio — 23 — Janeiro — 1899.

Quando em pleno Paris a esposa reparava no pouco entusiasmo com que apreciava algumas maravilhas da capital do mundo, ele lhe respondia; "É que me faltam os meus amigos, a Rua do Ouvidor, o Brasil".

"É um brasileiro de verdade que ama da pátria as belas paisagens e os homens superiores" (Constâncio Alves); "o mais brasileiro de nossos escritores — não só pelo sentimento ou convicção, que podem ser objeto de cultura, mas radicalmente pelos gostos, pelos hábitos, pelo sentir, e até pelo modo de falar, por assim dizer acaipirado. Não tem o anelo de viver na Europa — seria para êle uma provocação" (José Veríssimo); "aferrado brasileirismo tranluz através de tôda a obra e faz dêste filho de franceses um dos nacionalistas mais extremados da nossa literatura" (Sílvio Romero); "descendente de nobre família francesa, conhecedor profundo da vida européia, como de suas principais línguas, largamente versado nas suas literaturas artes e ciências, seu cérebro e seu coração conservaram-se inabalavelmente brasileiros; era ao seu Brasil que preferia entre todos os países, era por êle que palpitava o seu cérebro". (Valentim Magalhães); "o meu amigo Taunay, apesar de seu sangue de cruzado, apesar de haver escrito o seu livro clássico em francês, e apesar da sua ruidosa campanha contra o nativismo, é o mais forte, o mais genuino nativista que eu conheço" (Joaquim Nabuco) (25).

Assim testemunharam alguns de seus amigos, e um seu desafeto — Sílvio Romero. E êle próprio, ainda a insistir, e sempre, no combate ao jacobinismo, ao jingoismo, ao nativismo, num momento em que o presente do país só lhe inspirava ressentimentos e maus presságios, escreveu: — "Amei o Brasil, minha terra natal, com estremecimento imenso, ardente, inexcedível. Senti orgulho real e fecundo por poder tê-lo por pátria, colocando-o incondicionalmente acima de quanto país houvesse no mundo, muitíssimo mais capaz de dar confôrto e brilho à existência do homem". Era uma espécie de crença, "fanático e verdadeiro culto", alicerçado em "tantas impressões fundas, colhidas desde a primeira infância, avigoradas na mocidade e durante todas as fases de uma guerra colossal e robustecidas no sanos de varonilidade

<sup>(25)</sup> Jornal do Comércio 23 e 28 de Janeiro 1899; "Outros Estudos de Literatura Contemporânea"; A Notícia — 13 Fevereiro — 1899.

por um trabalho constante e às vezes penosissimo, mas sempre animado e clentado por grandes e formosas esperanças... impressões que penetraram fundo demais as raizes e formaram parte com o meu modo de ser, atuando em todos os meus instantes de vida, como que batimentos do meu coração e pulsações do meu sangue" (26).

### "Acabar bem"

Esse brasileirismo era uma das formas de sua estética — que antes de tudo êle foi como o pai um artista — no romance ou na tribuna, desenhando ou escrevendo.

É o lado emocional e a bela aparência das cousas que o domina, e tanto o leva a gerar de uma campanha militar perdida duas obras primas, como o conduz a atitudes provocadoras de reações, e a franquezas de censura fácil que lhe compram hostilidades.

E para morrer como artista — pelo absoluto das renúncias dentro da melancolia de voluntário exílio na própria pátria; pela rebeldia ao presente a admirar o passado com a inquietude de quixotesco sebastianismo combatente — compõe-se em atitude de belo efeito diante da República e do Imperador... para "acabar bem".

Muitos não compreendiam, muitos não compreenderão ainda hoje, êsse "acabar bem". Um amigo mesmo escreveu logo após a sua morte que, se a república corporificara em decretos as suas idéias, devia chegar-se a ela, ao invés de hostilizá-la com acerba paixão, e ser talvez um de seus leaders. Disse Valentim Magalhães que Taunay "da república aceitava tudo — menos a forma; da monarquia tudo repelia — menos a forma".

Mas às vezes a forma é essencia.

Além dos propósitos que os decretos ou as leis corporificam, há um conjunto de peias que ao político de escrupulos acorrenta: — o sentimento, a austeridade dos processos, a solidariedade com o passado, os compromissos com os antigos correligionários.

Taunay, apesar da constância e apêgo a seus ideais e desapego aos partidos, dada a sua união pessoal ao Imperador não podia jamais aderir à república.

<sup>(26) &</sup>quot;Império e República" pág. 42.

De um certo grupo de sebastianistas, algumas vezes conspiradores, — João Alfredo, Joaquim Nabuco, Lafayette, Andrade Figueira, Ouro Preto, era êle o mais ligado a Pedro II. Participar da nova ordem de cousas, mesmo depois da morte do Imperador seria desprestigiar-se a seus próprios olhos.

Extranharam-lhe essa nobreza de renúncia. Em épocas em que tantos se conformavam e aderiam para desfrutar, poucos comprendiam o que se retraía para ficar bem, para "acabar bem".

"Acabar bem"! apagar-se; renegar tudo; ver tantos que deviam dormir no leito da vasa adiantarem-se na crista da onda entre a espuma e a salsugem da vaga que se empola; abster-se das posições; sentir afastar-se a fortuna, e os dias que passam serem o dia a dia da marcha para a pobreza; reagir nas colunas dos jornais, quando consentiam, ou no silêncio sem glória mas preclaro de dignidade quando lh'o inibiam; resistir anos a fio; — o tempo a crescer, a velhice a avançar, a morte a aproximar-se; "acabar bem" — e a tantos parecer emperrado, e inútil, como um resíduo do que já não pode reviver!!

E acabou beni, disse Constâncio Alves: — "êsse homem cuja vida se limita por duas retiradas: — a da Laguna (de que foi o Xenofonte) e a do pântano da política".

Acabou bem, mas melancòlicamente.

Não teve a felicidade dos fins súbitos; tranziu-o a tristeza dos crepúsculos lentos. Dominou-o a diabetes, cegando-o quasi, e êle não soube dominar a paixão política — digo, pessoal, por Pedro II, paixão que muitas vêzes o cegava. Socorriam-lhe embora, como disfarce e distração, as letras amigas; e a pena fiel como sempre trabalhava sem cessar.

São ainda propagandas e exaltações; é Pedro II, é Leverger, é José Maurício.

Empolgado na restauração de uma glória artística da pátria, faz surgir de total olvido o esplendor da fama de José Maurício; — e vai, com passo tardo e a vista ensombrada de escuridões, mas com o ouvido maravilhado "acompanhar os trabalhosos ensaios das cerimônias da Candelária" (27) da orquestração e coros, para a "grande missa fes-

<sup>(27)</sup> Afonso E. Taunay - Prefácio a "José Maurício Nunes Garcia".

tiva" do maestro brasileiro, na solenidade da inauguração daquela igreja.

Restavam-lhe poucos dias de vida.

Bem estamos entrevendo, como uma cena de drama, um vulto recurvo de homem que já não vence as moléstias, o olhar distante e o andar hesitante dos que pouco enxergam, a entrar, no templo vazio. Tudo lhe ressuma tristeza e melancolia; nem já o aureola, aquela varonil formosura de sempre, agora abatida e murcha. Quando, porém, no amplo espaço da nave rebôam os graves do órgão e os místicos compassos da genial composição de José Maurício, uma como transfiguração transluz em todo êle — é o encanto exaltado do artista e do músico, é a certeza de que seu esfôrço de rehabilitação do maestro esquecido não fôra baldada. Dentro das sombras de seu taciturno crepúsculo ascendia-se um clarão: — a vitória de uma das muitas propagandas em que se consomia. Era a última, e a que mais tocava ao esteta.

Entre músicos e cantores, com o pensamento já todo voltado para a morte, recordaria então as exéquias de Chopin, o entêrro daquele seu outro ídolo artístico. A imaginação transformava aqueles ensaios de festa em aprestos de funeral e Taunay se antevia hirto e mudo no seu ataúde, como Teofilo Gautier viu o grande polonês num fim de outono de 1849 : "ao meio dia os tétricos servidores da morte apresentavam no pórtico do tempo o caixão do grande artista enquanto ressoava do côro aquela marcha fúnebre tão conhecida de todos os admiradores de Chopin, orquestrada expressamente para essa lúgubre entrada. Correu por todo o auditório um arrepio de morte, e ninguem, por mundanos e indiferentes que fossem os seus pensamentos alguns momentos antes, ninguem deixou de estremecer e de sentir-se gelado até à medula dos ossos". Ouviu-se depois o "Requiem" de Mozart e nos intervalos litúrgicos do ofício dos mortos, o grande órgão gemen alguns queixumes musicais do grande músico, entre outros um prelúdio que havia cêrca de dois anos êle próprio Chopin, tocara no último concerto em Paris.

Era assim que Taunay quereria ser conduzido à paz; era assim; comovendo os que ficavam com uns trechos de suas próprias músicas ou de alguma partitura de José Maurício.

Não foi assim; não podia ser assim. Outra música emocinou os que o acompanharam, numa tarde de janeiro de 1899 à última morada. Era sua sinfonia pessoal: — acordes potentes de ímpeto, tenacidade e crença; umas melodias singelas de alegria cordial; umas cantigas ao modo do povo, a recordarem as Julietas nos sertões; e tons dolentes de sofrimento, como o gemido dos coléricos abandonados à margem da estrada por seus irmãos; e uns hinos flamejantes pela pátria que estremeceu.

Essa música ouviram-n'a mais de perto os que puderam chorá-lo à beira do túmulo fazendo eco ao adeus de Joaquim Nabuco: "aquí te deixamos inconsoláveis, mas certos de que não ficarás um instante só... Tens bem perto André Rebouças, que ainda ontem acompanhavas a esta morada, e que não te deixará entrar sozinho no reino das sombras;... virão amanhã teus outros amigos, Carlos Gomes, Rio Branco, com os quais poderás falar à vontade de Pedro II e da nossa terra... Ela pareceu-te mais bela de que o mundo, e parecer-te-á, estou certo, mais bela que o infinito... É que o amor por ela foi o infinito que cabia em ti... Tua vida parece um voto por tres gerações, feito pelos teus antepassados que um dia ela acolheu: alguma cousa acima e além da tua própria vontade... Um dia esse amor supremo, que foi tua inspiração, te será retribuído... O Brasil terá orgulho de ti; e já o tem..."

As festas dêste centenário são parcelas daquela retribuição. O Brasil tem, e terá orgulho do Visconde de Taunay!



## O CONSELHEIRO SAMUEL WALLACE MAC-DOWELL

(Conferência pronunciada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a 9 de julho de 1943).

#### CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO

#### INTRODUÇÃO

Os historiadores são concordes em afirmar que o período do 2.º Reinado — no qual reponta a figura singular do Imperador D. Pedro II — marcou a fase quiçá mais movimentada da vida nacional; e ressaltam a felicidade do Brasil nêle dispor de grandes valores humanos, a responderem galhardamente pelas magnas, profundas, delicadas e complexas questões então surgidas, de ordem social, política e econômica.

Edmundo da Luz Pinto, ensaista perspicaz, diz que "a paisagem política do 2.º reinado nos oferece a contemplação de um verdadeiro comício de grandes homens, notáveis pelo talento ou pelas realizações" e que, em tão vasto cenário, "tantas personalidades avultam pela inteligência, pela cultura, pela eloqüência parlamentar, pela clarividência política, pela dignidade das atitudes" ("Principais Estadistas do segundo Reinado").

Não há despropósito pois, e sim oportunidade e sentido, em relancear neste estudo, a título de introdução e de justificada curiodade, a contribuição em valores humanos do ano de 1843, em que se inicia a preciosa Vida que à tribuna me trouxe.

Tanto mais que 1843 foi um ano pródigo para com o Brasil, dando-lhe grandes filhos, cujos feitos gloriosos pontilham o ano em curso de jubilosas comemorações centenárias.

Em 22 de fevereiro, na cidade do Rio de Janeiro, veio à luz Alfredo d'Escragnolle Taunay, merecidamente alçado ao viscondado pelo muito, e bem, que com a pena fêz e com a espada escreveu.

Na cidade de São Paulo, aos dias 26 de maio, nasceu Artur Silveira da Mota, que havia de passar para a História com o nome de Almirante Jaceguai, em virtude do título de Barão de Jaceguai, com que o Imperador lhe premiou a notável atuação na Marinha de Guerra do Brasil, sobretudo como grande herói da Guerra do Paraguai.

Pedro Américo, que glorificou as artes nacionais, criador da pintura histórica brasileira em grande estilo, foi nascido na localidade paraibana de Areia, no dia 29 de abril de 1843.

Ainda na metrópole, no dia 9 de maio, veio ao mundo e ao Brasil José Cândido Guilhobel, glorioso almirante e notável geógrafo, que repartiu suas fecundas atividades entre a carreira militar na Marinha e a técnica geográfica nas Comissões de Limites.

Lorena, cidade paulista, deu em 29 de junho o Dr. Pedro Vicente de Azevedo, cuja vida se devotou aos negócios públicos, tendo sido eleito deputado por São Paulo em 7 legislaturas e nomeado pelo Imperador presidente das províncias do Pará, de Minas Gerais, de Pernambuco e São Paulo sucessivamente.

Na então Província de Minas Gerais, nasceu em 8 de maio, em Mariana, "a vetusta cidade dos Bispos", Diogo Luiz de Almeida Pereira Vasconcelos, intelectual de alta classe, historiador de raro mérito.

O engenheiro Antônio de Paula Freitas, nascido em 10 de janeiro, nesta Capital, foi respeitável mestre da Engenharia e profissional de grande renome.

Carolino Bolivar de Araripe Sucupira, nascido no Crato do Ceará, a 2 de julho de 1843, havia de imortalizar dois grandes heroismos: um, o seu, de rara bravura militar, que culminou na batalha do Arroio do Avaí; outro, certamente maior, o de sua mãe gloriosa, D. Bárbara Pereira de Alencar, que, — em carta memorável, digna de ser distribuída impressa em tôdas as escolas do Brasil, como exem-

plo culminante de eloquente amor patriótico — ofereceu ao Conselheiro Lafaiete Rodrigues Pereira, então Presidente da Província do Ceará, ao ser declarada a guerra ao Paraguai, o Carolino "como voluntário da Pátria, seu único Varão", exatamente aquêle Carolino que depois tanto honrou o Exército nacional, em uma feliz e sábia predestinação materna, saindo de casa soldado raso, voltando comandante coberto de medalhas.

A cidade paulista de Itu deu, em 12 de agôsto de 1843, o grande republicano, da primeira hora, Carlos Vasconcelos de Almeida Prado, em cuja casa, e sob sua orientação, se fundou o Partido Republicano Paulista.

No Dr. Manuel Rodrigues Peixoto, nascido em 1 de agôsto de 1843, a tradicional cidade fluminense de Campos constituiu um dos seus mais formosos talentos.

E do Recôncavo da Bahia, que alguém cognominou "o ninho das águias", surgiu Baltazar da Silveira, em 6 de junho de 1843, o qual, na Marinha e na Administração, como oficial, como comandante de navios guerreiros, como herói da Guerra do Paraguai, Chefe do Estado Maior da Armada, presidente do Estado do Rio de Janeiro, Ministro da Marinha, teve na vida pública conduta tal que Rui Barbosa, homenageando-lhe o caráter impoluto e firme, o classificou de "puro".

Filhos de 1843 foram: o Dr. João Pedro de Aquino, nascido nesta Capital em 28 de junho, o qual, a um tempo professor e educador, deu durante mais de meio século "lições de sabedoria e de bondade"; de 21 de julho, da cidade mineira de Baependi, o Dr. Policarpo Rodrigues Vioti, médico conceituado, político acatado, que decisivamente trabalhou no estudo e na industrialização das águas minerais de Caxambu; e tantos outros brasileiros ilustres, — e seria fastidioso e descabido enumerá-los, um a um — que glorificaram o ano natalício de 1843, dignificando em vida as atividades que desenvolveram em bem do Brasil, como o banqueiro Carlos F. Sussekind nas finanças, como o herói da Guerra do Paraguai general Colatino de Araújo Góis nas Armas, como o cearense José Patrocínio de Castro Natalense nas letras, como tantos mais, e dêstes quantos deixados ao anonimato histórico, por devoção ou por contingência.

As associações culturais do País, sentinelas vigilantes das tradições brasileiras, com o secular Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro à frente, refletindo a gratidão dos pósteros, e com o apoio compreensivo dos poderes públicos e a solidariedade expressiva das autoridades e do público culto, comemoraram os centenários dos nascimentos dos mais ilustres daqueles cidadãos, exaltando-lhes a memória com a melhor das sagrações, a sagração histórica.

Hoje, o Instituto Histórico homenageia, na presente Sessão solene, a memória de um dos maiores vindos do Brasil de 1843, sintonizando regozijos e gratidões, em louvor ao Conselheiro Samuel Wallace Mac-Dowell.

#### A VIDA

Aos 26 dias de maio de 1843, nasceu na mimosa cidade pernambucana de Olinda, no sobrado de dois andares da ladeira da Sé, aquêle que no Brasil havia de ser o portador, pela 3.ª vez, do nome de Samuel Wallace Mac-Dowell.

Seu pai — o segundo Mac-Dowell no Brasil —, homônimo, brasileiro nascido no Pará, bacharelou-se em 1844 na Faculdade de Direito, então sediada na cidade de Olinda, passando logo depois de formado a servir como promotor público na mesma cidade; foi-lhe muito curto o convívio com o filho, pois, prematura e tràgicamente, a morte o levou; casou-se com D. Maria Vicência Clara de Sá Mac-Dowell, da antiga família Sá Pegado, havendo então do casal, vivos, apenas dois filhos; Maria Emília, mais velha, e Samuel, o biografado.

Seu avô — portanto o 1.º Mac-Dowell no Brasil — escocês de nascimento, quando reformado capitão de mar e guerra da gloriosa e invencível Armada britânica, veio, na qualidade de Agente Comercial, transferido da Martinica para o Brasil, aportando em Belém do Pará, antes da nossa Independência, aí permanecendo até morrer; era casado com a francesa D. Maria Cheks, da qual só teve um filho, o homônimo Samuel.

A ascendência dos Mac-Dowell é conhecida até remotos tempos, sendo fora de dúvida a sua origem puramente escocesa, conforme o depoimento das melhores fontes inglesas, escocesas e americanas.

Não têm fundamento indicações, feitas por biógrafos, de interferência dinamarquesa na formação dos Mac-Dowell, e muito menos

a aliança com sangue semita, pois a frequência de nomes de origom hebráica nos membros da família, — aliás encontradiça nos povos anglo-saxões —, decorre, mercê de Deus, da tradição profundamente cristã da família, afeita à leitura bíblica, como inspiradora inesgotável de virtudes e de nobres atitudes.

Na monografia de Sir Herbert Maxwell "A History of Dumfrees and Galloway" da série "The county Histories of Scotland", editada por William Blackwood and Sons, Edinburg and London, 1900, está dito, quanto às origens da família, estabelecida no Condado de Galloway, e suas ramificações, textualmente o seguinte: "Of the great antiquity of these famílies in the shire there can be no question".

A conceituada "Media rescarch Bureau", de Washington, em alentada pesquisa genealógica sôbre os Mac-Dowell, que se alonga até ao século XII, confirma a origem escocesa, de Galloway, sob a forma patronímica primitiva de Mac-Dougall, da qual são corrupções as formas Mac-Douall, Mac-Dowall, Mc-Dowell Mac-Dowell, sendo esta a mais usual presentemente.

O patronímico Wallace, segundo está apurado, é também de origem escocesa.

Nascido em Olinda e lá batizado, em 10 de dezembro de 1843, Samuel Wallace Mac-Dowell, ainda criança de berço e de colo, portanto sem o saber, sem o sentir, teve a perda irreparável dos genitores que faleceram prematuramente, o pai primeiro, e logo depois a mãe.

E assim, órfão, com apenas um ano e oito meses de idade, foi transportado, na companhia da irmãzinha, para Belém do Pará, afim de morar com a avó paterna, a avó francesa D. Maria Cheks, que insistentemente solicitara, da família Sá Pegado de Pernambuco, a companhia dos netinhos órfãos.

Essa avó paterna contraiu segundas núpcias com o 1.º Tenente Raimundo Veríssimo Parga Nina, destacado elemento do comando das Armas e da Alfândega do Pará, de quem teve numerosos filhos.

Depois de fazer os estudos primários, o menino Samuel, já compreendendo sua situação de só no mundo — embora solícita e carinhosa lhe fôsse a assistência da avó paterna e do avô afim —,

122.902 F. 4

aplicou-se a fundo no estudo das humanidades, no seminário de Belém, onde chegou a iniciar o Curso de Teologia.

Que a inteligência lhe era brilhante, que o gôsto pelo estudo lhe era vocação, e que sua cultura já se afirmava, se pode concluir do fato de, em dezembro de 1859, com apenas 16 anos, ter sido admitido na Sociedade Literária Ateneu Paraense, da qual faziam parte as figuras representativas da intelectualidade do Pará.

Colaborou na Revista mensal do Ateneu, que publicou em 1860 seu discurso de despedida, em que justificava o afastamento do estudo eclesiástico, por não se sentir com vocação para o sacerdócio, e revelou ter deliberado seguir a carreira das armas, o que lhe possibilitaria o prosseguimento dos estudos, até que mais tarde viesse a fazer o curso superior de engenharia.

E efetivamente assim diligenciou: em 9 de outubro de 1860 assentou praça, como voluntário, no 3.º Batalhão de Artilharia; mas, infelizmente, sòmente durante dois anos foi-lhe dado fazer o curso militar, do qual se desligou por incapacidade física.

Voltou então para o Pará, em 1862, aos 19 anos de idade, cabendo-lhe a ventura de viajar com o novo Bispo da Diocese de Belém do Grã-Pará, D. Antônio de Macedo Costa, que, impressionado com os seus dotes intelectuais e morais, obteve prontamente da Assembléia Provincial o auxílio de 800\$000 anuais para êle fazer o Curso de Direito.

Abriu-se-lhe assim novo e largo horizonte, e no mesmo ano rumou para Pernambuco, matriculando-se na Faculdade de Direito, já então instalada no Recife.

A vida de estudante foi-lhe intensa, não só pelo estudo a que se dedicou com grande entusiasmo, por vocação e para bem corresponder à mercê da Assembléia, como também pelo magistério que exerceu em estabelecimento de ensino oficial e particular, e ainda pela atividade intelectual que desenvolveu, na colaboração e direção da Revista mensal do Grêmio Científico e nas relações pessoais com letrados, colegas e contemporâneos.

Foi nessa altura que, ainda estudante, fêz brilhante concurso no Colégio das Artes, para a Cadeira de Latim, tendo sido classificado, em igualdade de condições, com o seu único concorrente Dr. Manuel

Cícero Peregrino, o qual, já interino na Cadeira, logrou a nomeação efetiva.

Em 9 de dezembro de 1867, aos 24 anos de idade, recebeu o grau de bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas, seguindo no mesmo dia para Belém, onde montou incontinenti a banca de advogado.

Iniciou-se-lhe então uma fase de intensa atividade, no contacto franco que se lhe descerrou com o público, com a Justiça, com a administração, com a Política, com a Sociedade.

Em 1868, ingressou no Partido Liberal da Província, então na oposição, tendo sido elemento ativo do Partido e redator do "Jornal do Amazonas" e do "Liberal do Pará", ambos da facção liberal.

Casou-se cedo, em 2 de outubro de 1869, na capela Episcopal de Belém, com D. Ana Augusta da Gama e Costa, filha do Tenente-coronel e Comendador Francisco Antônio da Costa e de D. Ana Michaela de Castro da Gama e Costa, ambos de família muito distintas do Pará.

Em consequência do consórcio, ficou sendo cunhado do Padre Gustavo Augusto da Gama e Costa, de rara cultura intelectual; do Major Frederico Augusto da Gama e Costa, valoroso oficial da campanha do Paraguai; do também Major Rodrigo Augusto da Gama e Costa, que na mesma campanha foi ajudante de ordens do Conde d'Eu, então Comandante em chefe do Exército Nacional; e de José Augusto da Gama e Costa, tesoureiro da Alfândega, apreciado como poeta chistoso, de original e fecunda inspiração.

Revelou o Dr. Mac-Dowell, de logo, larga visão dos problemas econômicos e sociais, e conhecimento profundo da ambiência brasileira, tanto assim que, em 1869, aos 26 anos de idade, fundou com amigos no Pará a Associação Filantrópica de Emancipação de Escravos, com o objetivo principal de libertar as crianças de sexo feminino, antecipando-se, portanto, como verdadeiro precursor à proclamada Lei Regencial n. 2.040, de 28 de setembro de 1871, com justeza cognominada Lei do Ventre Livre.

No qüinqüênio de 1870 a 1875, dos 27 aos 32 anos de idade, o Dr. Mac-Dowell desenvolve febril atividade: manteve com ardor, continuidade, brilho e êxito a banca de advogado, prestando serviços gratuitos a numerosas instituições religiosas e de beneficência, bem

como a quantas pessoas desprovidas de recursos, em manifestações generosas da sua bondosa indole e da sua formação cristá; exerceu interinamente os cargos de promotor público, de procurador fiscal da Tesouraria da Fazenda, de Professor de Latim no Liceu Paraense, membro do Conselho de Instrução Pública, delegado literário e presidente de mesas de exames; fundou e dirigiu o jornal "A Regeneração", cujo número inaugural apareceu em 1 de maio de 1873; continuou a agir na política partidária, tendo-se, em 1871, separado do Partido Liberal, por não concordar com a orientação pelo Partido tomada, favorável à propaganda republicana, formando, então, com outros liberais que o acompanharam uma dissidência liberal: em 1874, os dissidentes liberais o deixam, por não o acompanharem na momentosa questão Religiosa, que de 1872 a 1875 tanto agitou a opinião pública do País; tomou parte destacada nessa Questão, na defesa desassombrada e brilhante do clero paraense, em consequência do que sofreu perseguições da maçonaria e da situação dominante.

A Questão Religiosa veio imprimir novos rumos à vida de Samuel Wallace Mac-Dowell: é que os católicos do Pará, com o clero à frente, cheios de gratidão, impuseram-lhe o comparecimento às urnas, e assim, em 1876, Mac-Dowell iniciava a sua curta, mas brilhante carreira política, concorrendo às eleições de então.

Eleito deputado, em 1878, não lhe é reconhecido o mandato, apesar da maioria de votos obtida, originando-se disso a sua vigorosa "Contestação sôbre a eleição da Província do Pará", que defendeu oralmente perante a Câmara dos Deputados, nas Sessões de 11 de maio e 2 de junho de 1879.

Por eleição direta, segundo a nova Lei Saraiva, foi eleito e reconhecido deputado pelo Pará, na 18.ª legislatura, da Câmara (1881-1884).

Em 1885 concorreu à Senatoria, obtendo votação que o levou à lista tríplice, presente ao Imperador, junto a quem abriu mão da cadeira em favor de eminente membro do Partido Conservador.

Na 20.ª legislatura — 1886-1889 — figurou como deputado do Pará, atuando na Câmara, com interrupções, porque, feito Conselheiro pelo Imperador, em 1886, serviu no Conselho de Ministros, no gabinete conservador inaugurado pelo Barão de Cotegipe em 20 de agôsto de 1885.

De fato, em 12 de junho de 1886, era empossado Ministro da Marinha, tendo como tal assinado a lei que criou a Escola Naval, de tão gloriosas tradições.

Ocupou a pasta naval, por quase 11 meses, até 10 de maio de 1887, data em que assumiu a pasta da Justiça, em substituição a Joaquim Delfim Ribeiro da Luz.

Mais curta ainda foi a passagem pelo Ministério da Justiça, exatamente dez meses, pois em 10 de março de 1888, com a demissão coletiva do Gabinete de Cotegipe, deixou a pasta, regressando logo em seguida para o Pará.

Com o advento da República, o Conselheiro Samuel Wallace Mac-Dowell, monarquista convicto e coerente, afastou-se por completo da vida pública, apesar das solicitações do Conselheiro Rui Barbosa, ministro da Fazenda do Govêrno Provisório, em expressivo telegrama de 17 de novembro de 1889, para que acompanhasse o novo regime.

Tal telegrama foi bater em um rochedo de convicções; senão, teria envolvido o obstáculo, não teria ricocheteado.

Afastado da vida pública, não recusou, porém, a colaboração aos poderes públicos, na prestação de serviços técnicos e profissionais, em assuntos da sua especialização: assim, além de numerosas contribuições menores, presidiu a Comissão encarregada de elaborar o projeto da Constituição do Estado do Pará, foi presidente da Comissão de Limites entre os Estados do Pará e Amazonas, colaborou com o Barão do Rio Branco no preparo do livro "Brasil em 1889", destinado à Exposição Universal de Paris de 1900 e nela premiado.

Gravemente doente, partiu para a Europa em maio de 1900, a busca de tratamento eficaz, não mais voltando ao Brasil.

E lá, no dia 16 de agôsto de 1908, morreu em Paris, em Clamart, Departamento do Sena, aos 65 anos de idade, golpeado por uma fatal síncope cardíaca, sendo enterrados seus restos mortais no antigo cemitério da Boulogne, no mesmo túmulo em que jaziam os despojos da sua netinha Maria José Mac-Dowell da Costa, tal como em vida recomendara.

Conforme preconiza a lenda árabe, tem o Conselheiro Samuel Wallace Mac-Dowell, lídimo direito à imortalidade, porque deixou

a casa, o livro e o filho. A casa é o brasão, o livro é o feito, o filho é a geração. O Conselheiro, abençoado por Deus, legou impoluta e respeitada a casa, forte e exaltado o feito, frondosa e digna a geração.

A sua descendência, entre os vivos, orça presentemente por 8 filhos, 33 netos, 40 bisnetos, uma trineta.

Ciente e consciente da tradição e do exemplo legados, porfia a numerosa geração em honrar o patronímico Mac-Dowell, no exercício devotado, esclarecido e nobre do Sacerdócio e da Profissão Religiosa, da Advocacia e da Medicina, do Magistério e do Ministério Público, do Jornalismo e das Letras, do Comércio e da Administração.

#### A ATUAÇÃO

Da descrição sucinta com que acabo de esquematizar a vida do Conselheiro Mac-Dowell, sente-se uma grande inteligência, bem aplicada na formação de sólida cultura e de peregrinas virtudes, a serviço da Verdade e do bem.

Com tais predicados, haveria de ter atuação marcante nos acontecimentos a que chamado fôsse, pelas circunstâncias ou pelos impulsos da sua personalidade.

A vida pública do Conselheiro Mac-Dowell, na política, no parlamento, na administração, desenvolveu-se efetivamente no período de 1876 a 1888, o que vale dizer na fase movimentadíssima do fim do 2.º Reinado.

Esse reinado, que "conseguiu caracterizar-se como a nossa época mais impressionante", no dizer de Hélio Viana, movimentou-se: primeiro, em um período de complicação da política interna, com movimentos revolucionários no Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco; depois, em um outro período de grande complicação da política externa, no qual o Brasil fêz três guerras, mas, segundo opina Edmundo da Luz Pinto (obra citada), "menos contra povos irmãos do que contra os maus governos ou tiranos que os infelicitavam ameaçando-nos; tanto assim que, nas tremendas campanhas, o Brasil sempre teve nacionais daqueles países lutando ao seu lado pela liberdade das suas pátrias", e portanto guerras contra Rosas e Oribe, uma, contra Aguirre, outra, contra Solano Lopez,

terceira; em seguida, uma terceira fase, áurea, de normalização da ordem política e desenvolvimento geral do país; e finalmente, o período da fase republicana, quanto aos antecedentes históricos do novo regime e às causas que apressaram a queda do Império.

No estudo histórico dêsse Reinado, merece ser exaltada a figura do Imperador D. Pedro II, não porque lhe coube vivê-lo, por imposição do sangue, na proeminência do trono, mas pela sua singular personalidade, a influir de maneira sui generis nos rumos dos acontecimentos. Porque foi o Imperador estadista, e não, como querem muitos, governante passivo, sentado em um trono que o sangue lhe legara, para assistir, como dum palanque de honra, ao desenrolar da vida nacional. Não. Entrou na liça da formação da nacionalidade, mais como brasileiro, menos como Imperador, porém de uma maneira tôda especial, de grande feição personalista, bem corporificada no curioso Poder Moderador.

Considero a figura do Imperador como de característica singularidade, a que o conduziram a excepcional superioridade de espírito e o inexcedível amor ao Brasil.

Comentadores, como Nelson Werneck Sodré em "Panorama do Segundo Império", distinguem no Imperador o homem privado do /homem público, julgado aquelle valoroso, êste apático; entendem que, individualmente, se esmerava no objetivo, amplamente conseguido, e um tanto vaidoso, de moldar um tipo ideal, exatamente aquêle que firmou e à tradição legou, forjado "na placidez de sábio, na calma de justo, na serenidade de puro, naquela figura veneranda de mestre escola, naquele vulto significativo de amigo dos homens de letras, naquela personagem do estudioso, afeiçoado aos livros e à ciência, protetor das artes e das letras", que se comprazia em viver "junto a Hugo, escrevendo a Lamartine, protegendo a Carlos Gomes, assistindo a uma aula, presidindo a uma sessão do Instituto Histórico"; mas que politicamente, dizem êles, apesar de enfeixar nas mãos a suprema fôrça, apesar de se agitarem no cenário brasileiro as mais graves questões econômicas, políticas e sociais, a sua atitude era de abstenção, de laisser-aller, como que deixando o país à sua própria sorte.

Já de pensar diferente são essoutros estudiosos, modernos como Edmundo da Luz Pinto, que consideram o imperador como o maior estadista do Reinado, não pelo pôsto, mas pela atuação, que afirmam: a inteligência, o saber, e sobretudo o patriotismo o conduziram a ser "mais pai do seu povo do que soberano" no dizer do saudoso Max Fleiuss, e no trato devotado dos problemas nacionais, "confirmando o aspecto paradoxal de sua figura excepcional de rei, onde mais fez por si, mais desfez para si", na opinião abalizada de Wanderley de Pinho.

O que parece comprovada é a singularidade de figura do Imperador, em quem o homem privado se ajusta ao homem público, aquêle guiado por uma grande superioridade espiritual, êste conduzido por inigualável patriotismo, estabelecendo-se essa conjugação, de modo todo especial, todo original.

É que o Imperador é personalista, no sentido da orientação das suas decisões e atitudes, que êle as tomava por si mesmo, depois de estudo meticuloso e meditação profunda e serena das questões, como sábio que era.

Joaquim Nabuco em "Um estadista do Império", traça-lhe êste perfil magistralmente. Vale a pena reproduzir o trecho.

"A questão religiosa serve bem para mostrar o caráter particular da Monarquia no Brasil. Com efeito, ao contrário do que aconteceria na Europa, ela foi entre nós uma alavanca democrática: as três fôrças que podiam mais cooperar para sustentá-la artificialmente, o exército, o clero e a grande propriedade, — ela dispensou-as tôdas. Para o Imperador a Monarquia devia existir, por si sé, sem trocar serviços, sem fazer favores, sem criar apanágios e vassalagens, desde que a instituição não pudesse fazer prosélitos, não valia a pena ter clientes; para ter que se defender, não valia a pena viver. Ela devia. por outra, existir sòmente em quanto fôsse uma aspiração nacional, uma necessidade sentida por todos, e não defendida por monopólics espirituais, muralhas de baionetas ou feudos territoriais". Ainda Joaquim Nabuco, na carta publicada no Diário do Comércio, com o título "Porque continuo monarquista", completa o pensamento, com esta frase lapidar: "A história recordará em uma de suas páginas mais originais essa monarquia brasileira, que não era militar, nem clerical, nem aristocrática, e que por isso foi derribada pelo exército, depois da revolta do escravismo, com a indiferença da Igreja".

O sentido profundamente democrático do espírito do Monarca, a marcar no seu reinado uma nuance de originalidade, é proclamado e admirado por tantos outros historiadores de classe. Pandiá Calogeras, na "Formação histórica do Brasil", diz textualmente: "Notava todos os detalhes com intuito de os aplicar, no que tivessem de bom, a seu país. Acima de tudo colocava o dever, fôsse qual fôsse o interêsse no caso. Talvez tenha sido o melhor, o primeiro e sincero republicano".

Há ainda a assinalar um episódio só recentemente revelado pelo Dr. José Pires Brandão, e por êle presenciado.

Certa vez em Cannes, na França, o Imperador exilado, em uma roda de amigos brasileiros do regime deposto, na qual se falava sôbre o Brasil, depois de ouvir um dos presentes que criticou pejorativamente ao novo regime republicano e a Benjamin Constant, D. Pedro II, aparteou: "Não, não — O Senhor não tem razão. O Dr. Benjamin não pode ser arrolado nesta lista. Os Srs. não o conhecem bem. Êle é um pensador, um filósofo. O seu maior desejo, muitas vêzes conversámos: era fazer uma República em que eu fôsse o Presidente". Aturdido com tal revelação, o Conselheiro Ferreira Viana, sogro do Dr. Pires Brandão, perguntou: "E Vossa majestade aceitaria?", ao que o monarca respondeu prontamente: "Porque não? Principe" — e suspendeu os punhos mostrando as veias, "é uma questão de sangue. Agora, a Presidência da República é uma questão de vontade do povo... se o povo me quiser".

Em que pese à contestação da Princesa Isabel, logo que o Imperador se retirou da roda, de que a razão do augusto Pai muito debilitada se achava pela moléstia, em fundamento ao apêlo que então formulou àqueles amigos presentes para que o episódio se não divulgasse, — apêlo que, de fato, retardou de muito o conhecimento do sensacional episódio — forçoso é convir que as atitudes imperiais, sistemàticamente refletoras de compreensão democrática, de patriotismo, de respeito à vontade popular, dão lógica ao episódio, não tanto na forma, mas no fundo.

No tumultuoso fim do Reinado, encontramos a figura do Conselheiro Samuel Wallace Mac-Dowell, em uma atuação curta no cerário político, curta porque de recolhimento lhe era o feitio pessoal, e sobretudo porque sólida e de convicções, e de princípios, lhe era a formação moral, sem estar portanto em condições para a ginástica das flutuações partidárias, tão peculiares ao período de transição em que se preparou e afinal se efetivou a mudança do regime.

Embora curta, foi a sua vida pública impressionante e de brilho: as atitudes eram nobres e de grande firmeza, os discursos veementes e de sólida conceituação, os serviços êle prestou devotada, esclarecida e desinteressadamente.

Vejamo-la.

A questão servil empolgou o país. O Imperador, profundamente humanista, de espírito filosófico, empenhou-se vivamente e atuou na causa da libertação; impressionavam-lhe os movimentos liberatórios nos países estrangeiros e os manifestos que lhe chegavam, dos literatos e homens de ciência da Europa.

Mas o monarca, como sempre, de acôrdo com o seu especial feitio personalista, e bem refletindo o sentido do Poder Moderador, atuava sem agir diretamente: auscultava, conduzia e orientava, no sentido de coordenar as forças atuantes.

A lei do Ventre Livre de 1871 proporcionou um período relativamente calmo, até 1878, quanto à questão, tão importante, em que se concentravam superiores interêsses da Economia e da Política e as sutilezas do sentimento humanitário.

É que a Lei de 1871 estabeleceu um programa de emancipação progressiva, ao qual a economia rural se adaptou com relativa facilidade e presteza.

Mas, nisso surge um tufão que haveria de insuflar no país o temporal da libertação: era Joaquim Nabuco, vindo da Embaixada de Washington para o Parlamento brasileiro, de onde inflamou a opinião pública e os partidos políticos com a bandeira, a bem dizer nova, da libertação dos escravos, em nome da "dignidade da vida humana, do liame fraterno da criação, da imoralidade de uma vida social fundada na injustiça e no mal".

E assim, a idéia da abolição integral foi ganhando o povo, o clero, os partidos, os gabinetes, o parlamento, até que, vencidos todos os obstáculos, no dia 13 de maio de 1888, a Princesa Regente D. Isabel desceu apressadamente de Petrópolis, onde veraneava, para, sem perda de um minuto, sancionar e imediatamente promulgar a lei aprovada no mesmo dia pelo Senado, lei em consequência da qual

ela de princesa passou a Redentora, trocando-se, sem tardança, os fulgores do trono pela ressonância da gratidão popular.

A figura de abolicionista do Dr. Samuel Wallace merece ser considerada.

As características dessa figura aparecem no notável discurso que pronunciou em 10 de agôsto de 1885, na Câmara dos Deputados, ao ser discutido o projeto Saraiva; discurso julgado tão importante, que foi impresso, juntamente com um caloroso manifesto assinado por muitas centenas de personalidades, com os presidentes das Províncias do Amazonas e Goiaz à frente, drs. Ernesto de Vasconcelos Chaves e Antônio Bezerra de Morais respectivamente.

Era abolicionista na ação e na palavra. Foi inigualável na sinceridade e na clarividência, ao tratar da questão.

Ninguém talvez o tenha suplantado no realismo, encarando o problema tão de frente, tão objetivamente, tão abrangentemente, sentindo-o na sua plenitude, auscultando-o em todos os quadrantes da sua manifestação.

Não foi apenas sentimental, na exaltação do humanismo; não foi partidário, no fomentar conveniências políticas; não se enfileirou ao lado de qualquer dos interêsses em jôgo. Não. Foi sociólogo, vendo tudo. Foi político, sentindo tudo. Foi estadista, procurando prover tudo.

Tal como disse com firmeza no discurso mencionado, em crítica sincera e construtiva: "Os nobres deputados das bancadas abolicionistas não tornam conhecido o seu pensamento de um modo prático, realizável, viável, de maneira que pareça que êles têm uma missão política; porque uma missão política não é uma missão científica, não é uma tarefa literária; não é o trabalho abstrato de quem resolve um problema no gabinete. A política é essencialmente concreta: é preciso que o programa político seja realizável".

E na mesma ordem de idéias, firma o conceito abrangente do problema, na seguinte parte do mesmo discurso: "Senhores, estamos tratando de um problema eminentemente prático. Essas palavras sonoras com que se fala mais ao coração do que à inteligência dos homens políticos não podem produzir efeito algum benéfico, não nos trarão senão desastres verdadeiros. Se, porém, vós abolicionistas, estais convencidos de que tendes um homem capaz de manter a ordem pública,

a disciplina no exército e na armada, os créditos do Tesouro, o qual possua um plano financeiro que ampare a riqueza pública e evite a ruína dos estabelecimentos rurais; se tendes um homem capaz de forçar ao trabalho êsses escravos convertidos súbitamente em homens livres, porque o incitamento de um pequeno salário não há de ser móvel suficiente para que o escravo ame o trabalho, — que confessemos, senhores, é sempre uma pena, e só os estímulos da honra e a vida daqueles que nos são caros nos induzem a abençoar; se tendes um homem apto para esta emprêsa grandiosa, apresentai-o. O parlamento recebê-lo-á de braços abertos. Êle que tome as rédeas do govêrbo, declare a abolição imediata, mas nos mostre também qual o plano por que há de manter o respeito à propriedade, a segurança da vida, os créditos do Tesouro e a honra da nação. Onde está êsse homem privilegiado? Que venha sem demora e eu asseguro que o acompanharei de todo o coração".

Foi assim que, revelando qualidades de verdadeiro homem público, criticou os abolicionistas, sendo adepto fervoroso da abolição, dos mais sinceros e clarividentes.

Foi assim que ao inverso, com grande sinceridade apoiou na Câmara o projeto Saraiva, embora fôsse da oposição, como deputado conservador, no que aliás justificou a atitude com finura.

# Ouçamo-lo:

"Entendi sempre assim, Sr. Presidente: há questões que não podem deixar de escapar ao domínio estrito dos partidos, tais como aquelas que se referem aos interêsses gerais da Sociedade, de maneira tal que sobrepujam essas discriminações, que só se conservam em terreno político. Em última análise, senhores, todos nós procuramos atingir ao mesmo fim, à prosperidade da Nação, e uma questão como esta, que é essencialmente humanitária, que não é dêste nem daquele país, mas do mundo inteiro, não pode ser limitada pelas raias que dividem os partidos. Eu compreendo que um govêrno não pode fazer, quando se trata da realização do conjunto do seu programa, apêlo para as fêrças do partido oposto; e vem aqui a propósito lembrar o pensamento de um distinto parlamentar português, o qual dizia que ninguém pode ser ministro do seu país sem ao mesmo tempo ser ministro do seu partido. Isto quer dizer que um partido não pode apresentar um programa político para a realização do qual venha

ao parlamento pedir o apeio dos seus adversários. Mas, tratando-se de uma reforma como esta, não só em tese se pode demonstrar que isso é possível e legítimo, como os fatos políticos das nações cultas aí o estão demonstrando à exuberância".

Grande autoridade tinha o deputado Mac-Dowell para tratar da questão, não só advinda da sua eloquência, do seu saber, do seu tino político, mas também pela sua atuação no Pará, onde fundou em 1869 a Associação Filantrópica de Emancipação de Escravos, cujas finalidades eram tão humanistas e tão bem se ajustavam ao espírito da libertação, que ao revelar Mac-Dowell na Câmara ser-lhe ainda o presidente, aparteou Andrade Figueira, com emocionante simplicidade — "se eu lá estivesse, era porteiro dessa Sociedade, tanto isso está nas minhas cordas", ao que retrucou Mac-Dowell prontamente — "Seria o presidente".

A Associação, já em 1869, tinha por fim libertar as crianças do sexo feminino; depois da lei de 1871, a Associação adaptou-lhe a organização e passou a emancipar escravos, quase sempre de acôrdo com os seus senhores, angariando para isso donativos, recolhendo legados, fazendo bazares, obtendo oferendas.

O projeto Saraiva venceu a Câmara e o Senado, nele congregando os conservadores, para ao fim transformar-se na lei de 28 de setembro de 1885, que fixou o limite de 65 anos de idade para a libertação dos velhos escravos, ao invés dos 60 previstos no projeto Sousa Dantas, do Gabinete anterior.

Acompanhar o movimento abolicionista era o programa do Gabinete Saraiva, que no poder se manteve pouco mais de três meses, pois em 20 de agôsto de 1885, com a queda dos liberais, assumia a presidência do Conselho, constituindo o 34.º Gabinete ministerial, o conservador Barão de Cotegipe.

João Maurício Wanderley — que nosso eminente confrade e seu digno descendente, Wanderley Pinho, estudou magistralmente em "Cotegipe e seu tempo" — foi, na opinião unânime dos historiadores, o político mais inteligente e sagaz dos últimos anos da monarquia.

Há quem lamente — tão formidável lhe era a visão política — que ele, conduzido pela tradição e pela fidalguia, ingressasse no grupo conservador, quando o seu destino histórico, pela sua vocação política,

melhor se escrevesse nas lides liberais, "a conduzir o estandarte das mais caras aspirações nacionais".

Espantoso era em Cotegipe o dom de conhecer as pessoas, de sentir os fatos, tão profunda e sagazmente ,a ponto de antever acontecimentos futuros, em proféticas previsões.

Ajustava-se-lhe às maravilhas a máxima comtista — "saber para prever afim de prover".

Nesse particular, a vocação diplomática lhe era inigualável.

Na celebração da paz com o Paraguai, a chancelaria argentina de plano jogava artimanhas, que Cotegipe, vendo longe, cortou galhardamente, antecipando-se-lhe e assinando a paz em separado.

As consequências da questão militar êle as enxergou longe, quando ninguém delas se apercebia.

Na Abolição — que, a bem dizer, o trouxe para o Gabinete de 20 de agôsto e dêle o tirou — é bem conhecido o diálogo passado com a Princesa-Regente, a propósito da lei de 13 de maio, em que profetizou: "Vossa Alteza redimiu uma raça, mas perdeu seu trono".

Efetivamente assim foi, porquanto um ano e pouco depois caía o regime monárquico.

Mais tarde, a Redentora, comentando o episódio, disse, com rara nobreza, "mesmo se nesse tempo eu tivesse podido adivinhar o que tinha de acontecer, teria agido do mesmo modo".

Eis duas personalidades, duas afirmações magníficas: uma vigorosa, de sabedoria; outra, doce, suave, de bondade.

Em 1886, ingressou no Gabinete Cotegipe o então deputado Samuel Wallace Mac-Dowell.

O fato poderia ser classificado de coerente, embora fôsse no Dr. Samuel Mac-Dowell marcante o recolhimento em face das posições.

É que havia em Cotegipe o dom de conhecer os valores humanos — e o Dr. Mac-Dowell era um valor alto e digno —; e sobretudo porque existia entre os dois espíritos bastante afinidade, principalmente quanto à clarividência política e à superioridade do exercício das funções públicas.

E assim, em 12 de junho de 1886, o Dr. Samuel Wallace Mac-Dowell, ao mesmo tempo que recebia do Imperador o título de Conselheiro, se empossava na Pasta da Marinha, em substituição ao Dr. Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves, que passou a dirigir a pasta da Guerra.

Sôbre o que foi a administração Mac-Dowell na Marinha, mais e melhor vale ouvir um ilustre oficial naval, historiador de classe, que se dedicou ao estudo biográfico dos Ministros da Marinha.

Quero referir-me ao ilustre Capitão de Mar e Guerra Lucas Alexandre Boiteux, que assim estudou a situação do Conselheiro Mac-Dowell, como 92.º titular da pasta:

"Curta foi a passagem do conselheiro Mac-Dowell pela administração naval: onze meses menos dois dias. Ora, nessas condições e em conseqüência da situação confusa em que se agitava o país, determinada pela campanha abolicionista, pela questão militar, etc., não pôde o titular da pasta impulsionar, como merecia, o departamento naval. Passemos, todavia, uma rápida vista d'olhos para o "Relatório" que apresentou à Assembléia, relativamente ao ramo que superintendia, da alta administração do Império. Começando a sua análise pela Secretaria de Marinha, mostrava, — como o haviam feito em vão seus antecessores —, a insuficiência do pessoal e a necessidade de aumentar-lhe os vencimentos; que o Quartel General estava a pedir uma reforma.

"Achava excessivo o quadro dos oficiais combatentes, lembrando a reforma administrativa pela idade, a redução dos postos e dos oficiais superiores, começando por suprimir o posto de Chefe de Divisão. Propunha a criação de um Corpo à parte constituído de oficiais especializados em construção naval, máquinas, artilharia, torpedos, etc.

"Achava insuficiente o quadro de Maquinistas da Armada para atender às necessidades do serviço; seu aumento apresentava a vantagem de contratar-se pessoal habilitado no referido ramo.

"Nessas condições solicitava autorização para reformar o referido Regulamento. Pedia também autorização para levar a efeito a reorganização do Corpo de Saúde da Armada, que se regia por um regulamento provisório datado de 1858; dessa maneira se melhorariam suas condições, aumentando-se o número de Farmacêuticos e incorporar-se-ia a Companhia de enfermeiros.

Afim de melhorar as condições de habitabilidade e de higiene da ilha de Villegaignon, onde aquartelava o Corpo de Imperiais-Mari-

nheiros, fêz introduzir vários melhoramentos nos quartéis, dotando-os de água corrente. Apesar dos esforços, não fôra possível completar o efetivo das três Companhias de foguistas.

"Em virtude da autorização concedida pela lei n. 3.230 de 3 de sevembro de 1884, foi expedido o decreto n. 9.611 de 26 de junho de 1886 fazendo reunir em um só estabelecimento, sob a denominação de Escola Naval, a Escola de Marinha e o Colégio Naval. Incumbiu o engenheiro Dr. Aarão de Reis de apresentar projeto e orçamento para uma nova Escola Naval. Durante sua administração foram armadas as canhoneiras "Camocim" e "Carioca", continuando a construção da "Cabedelo", da "Cananéia" e do cruzador "Almirante Tamandaré". Saíram em viagem os cruzadores "Niterói" e o "Almirante Barroso", que foram até aos Estados Unidos da América do Norte.

"Foram lançados ao mar, do Arsenal da Marinha da Baía, o patacho "Paquequer" e do de Pernambuco o patacho "Guararapes", cujas quilhas tinham sido batidas na administração anterior.

"O orçamento que apresentou destoava completamente do programa, que se impusera o govêrno, de reduzir despesas e fazer as maiores economias. A Marinha, como sempre, era sacrificada. A propósito dêsse orçamento, defendido com calor pelo digno titular, bordou êstes comentários o seu colega de parlamento J. Pompeu:

— "S. Excia. não traz os distintivos da classe; mas trouxe para a direção dos negócios, que lhe estão confiados, grande soma de conhecimentos, de que o tem enriquecido o estudo e o grande talento de que é dotado, e do qual mais uma prova deu com o brilhante discurso que acaba de proferir...

"Voltou o conselheiro Mac-Dowell a tratar do orçamento da Marinha na sessão de 23 de julho de 1886".

A 10 de maio de 1887 encerrou o Conselheiro a sua administração naval, pois nesta data entregou a pasta da Marinha ao deputado Dr. Carlos Frederico Castilho, e tomou posse como Ministro da Justiça, em substituição ao Dr. Joaquim Delfim Ribeiro da Luz, que passou a dirigir a pasta da Guerra.

Na pasta da Justiça, o Conselheiro Mac-Dowell tratou de várias e variadas questões administrativas, então ocorrentes, salientado-se a reforma das Casas de Correção e Detenção, a repressão da capoeiragem e o estudo do projeto do Código Civil.

Mas, certamente, onde as suas preocupações e atividades mais se concentraram foi no setor político, não só porque política era a pasta, como também porque agitado era o ambiente, sobretudo no fervilhar da questão servil... e o ministro se imprensava entre a coroa e o mundo lá fora.

É que os fazendeiros, assustados com a evolução abolicionista, sobretudo porque os escravos já estavam fugindo; e até certo ponto desesperados, porque o clero, a magistratura e as classes intelectuais dirigentes do País, uma a uma, aderiam à causa da libertação, e sentindo que lhes faltava apoio, apelavam para o Govêrno no sentido de rehaver seus escravos fugidos.

A questão era delicada e complexa: de um lado, impunha-se a situação legal, a assegurar legitimamente aos fazendeiros o direito à propriedade dos escravos, direito maior porque extravasava do interêsse individual para a economia nacional, na escravatura estruturada; de outro lado, cintilava no céu do Brasil a estrêla mirífica da libertação, a conclamar a marcha para a emancipação, impetuosa, em avalanche.

Só havia uma solução, apelar para o Exército; mas êsse, em mensagem do Clube Militar à Princesa-Regente, respeitosamente solicitou-lhe que fôsse dispensado da vergonhosa missão de "capitão de mato"...

Em 10 de março de 1888 caía o Gabinete Cotegipe, que entregava a presidência do Conselho a João Alfredo.

Encerrou-se assim a atuação ministerial do Conselheiro Mac-Dowell, que teve também, além do aspecto administrativo, uma interessante feição parlamentar, pois amiudadamente comparecia à Câmara e ao Senado para debater assuntos afetos às suas pastas.

A vida pública do Conselheiro Mac-Dowell, como vimos fceunda e esclarecida, quer no Ministério onde se devotou, quer no Parlamento onde se destacou, originou-se da sua atuação anterior, veemente e empolgante, na famosa Questão Religiosa, em consequência da qual se deu o seu ingresso na carreira política.

Foi a Questão Religiosa, em síntese, um conflito do Clero como o Govêrno do Brasil, por causa da Maçonaria.

Desenvolveu-se a Questão de 1872 a 1875, exatamente durante a vigência do Gabinete conservador, presidido pelo Visconde do Rio Branco, que era o Grão-Mestre da Maçonaria.

A Maçonaria tomava então grande vulto; nela ingressavam os homens públicos, os intelectuais.

Porém, ela aparecia mais como uma corporação de alta classe, humanista, uma espécie rotariana dos outros tempos, destinada a reunir homens de boa vontade, em bem da coletividade, sem interferir nos assuntos espirituais, respeitando a convicção política ou religiosa dos seus adeptos.

Na época, chegou a ser nota de bom tom intelectual ser maçom. Melhor prova dessa aparência inofensiva, não se pode invocar do que o fato de grandes católicos reconhecidamente convictos, como o Dr. Samuel Wallace Mac-Dowell e até prelados, terem nela ingressado. Mas, justiça se lhes faça, dela também prontamente se apartaram, tão cedo à conclusão chegaram de que não havia o apregoado respeito às convicções e que, além disso, trazia intenções outras, como sociedade secreta, sobretudo de combate à Igreja Católica.

Não havia de tardar o início da luta, em céu aberto, com a participação do Estado, ao qual estava a Igreja constitucionalmente unida, não se refletindo na Questão êsse vínculo, pois Estado e Igreja em campos opostos se colocaram.

E inevitável, forte e inflexível haveria de ser a reação da Igreja, na defesa do seu patrimônio espiritual...

"Quod Dei, Deo; quod Caesaris, Caesari".

Em março de 1872, o bispo do Rio de Janeiro censura o Padre Almeida Martins por ter pronunciado um discurso maçônico.

Em janeiro de 1873, não sendo atendido nas suas advertências e determinações, o jovem e enérgico bispo de Olinda, D. Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, capuchinho, lançou pena de interdito contra a Irmandade de N. S. da Soledade, de Boa Vista, e a outras Irmandades de Recife; sendo que a Irmandade do SS. Sacramento, em fevereiro, recorre à coroa contra o interdito de D. Vital.

Em março de 1873 situação análoga se forma no Pará; o bispo D. Antônio de Macedo Costa adverte às Irmandades para que eliminem os irmãos maçons; não obedecido, aplica o interdito; as Irmandades recorrem à Coroa.

Ouvido o Conselheiro de Estado, a Coroa dá provimento aos recursos; os Bispos não reconhecem no Govêrno o direito e o poder de interferir nos negócios eclesiásticos; por isso são êles processados, pronunciados, julgados, condenados e presos.

D. Vital em fevereiro de 1874 é condenado pelo Supremo Tribunal a quatro anos de prisão com trabalhos forçados e custas, pena que o Imperador comutou em março para prisão simples; e D. Macedo Costa, pelo mesmo Tribunal, em julho do mesmo ano, é também condenado nas mesmas condições, ao que o Imperador também comutou para prisão simples.

Ambos os bispos são recolhidos ao cárcere da Ilha das Cobras.

Prossegue, entretanto, o desenvolvimento da Questão: os ânimos se agitam; cai o Gabinete Rio Branco, em 25 de julho de 1875; assume a presidência do Conselho o grande Duque de Caxias que, em atitude resoluta, fazendo questão fechada de resolver honrosamente o conflito religioso, arrancou do Imperador o decreto de 17 de setembro de 1875, concedendo anistia aos Bispos.

Na análise histórica da Questão Religiosa, caracterizam-se a atitude do Imperador, a atitude dos Bispos e a ressonância nacional.

A influência do Imperador na Questão Religiosa foi marcante, foi decisiva na atitude governamental; muito maior, mais forte e direta do que a do Visconde, o Grão-Mestre da Maçonaria e presidente do Conselho.

É que Rio Branco, político partidário militante, de grande renome no país, tinha que prezar a popularidade; ao passo que Pedro II, monarca personalista, se julgava melindrado e apaixonadamente se entregou à Questão.

Pela sua formação científico-filosófica, o Imperador não chegava a ser anti-clerical, mas encarava o clero, menos pela sublimidade da vocação religiosa, mais pelo serviço que poderia prestar na instrução.

Considerava o Professor e o educador, e não o Sacerdote.

Com êsse feitio, foi fácil ao Gabinete maçônico sintonizar-se com a Coroa, avivando-lhe as vibrações de hostilidade.

Recebeu o Imperador a atitude dos Bispos como um ato de lesa-Majestade, então chamou a si a Questão que passou a considerar como de ofensa à sua dignidade. Mas, em meio à Questão, o Monarca desorienta-se, engendra a Missão Penedo junto ao Papa e cria desastrosamente uma situação extravagante, a aumentar a confusão da já complexa Questão. Pois, ao mesmo tempo que, em Roma, um Embaixador especial negocia a conciliação; no Brasil, os acontecimentos se precipitam, os tribunais deliberam e os mesmos bispos, — cuja atitude está sendo examinada lá pelo seu superior, são aqui condenados e encarcerados.

Consumiu assim o Imperador um dos melhores diplomatas, confiando-lhe missão dúbia, que resultou em efeito contrário, pois da Santa Sé, depois do cotejo dos fatos, emanaram, em substituição aos apalavrados conselhos de serenidade e determinações aos bispos de modificarem as atitudes, ao invés da contra marcha para extinguir o conflito, as expansões mais nítidas e efusivas de aplauso às iniciativas que tomaram os bispos, a reavivar a flama da luta da Igreja contra a Maçonaria capciosa; e não só isso, também representações acerbas à diplomacia brasileira.

Ao mesmo tempo, abriu-se sulco profundo entre o clero e o trono.

A atitude dos bispos, por outro lado, tem recebido crítica de historiadores.

As bulas dos Papas, dizem êles, condenavam a Maçonaria internacional, secreta, inimiga da Igreja, é bem verdade; mas os têrmos das Bulas eram gerais e quanto à sua aplicação havia que atender às peculiaridades locais, com aquela tolerância, complacência, com aquele espírito catequético da Igreja, com que se aplica para obter uma convicção, conquistar uma alma, ao invés de abrir luta, criar abismos.

Ora, no Brasil, a Maçonaria tinha feição branda, o que ensejava melhor a bandeira de conquista do que a luta de derrubada.

Acresce ainda que a luta redundaria, como redundou, no fechamento em massa dos templos, o que vale dizer na suspensão do culto religioso.

Por outro lado, se a Igreja era unida ao Estado, impunham-se não os golpes diocesanos, parcelados, sucessivos, mas os entendimentos diplomáticos com a Santa Sé.

Finalmente, argumentam êles, o próprio Papa Pio IX, na misteriosa carta do Cardial Antonelli, de 18 de dezembro de 1873, instruiu paternalmente aos bispos para aqueles rumos, de condescendên-

cia, de trabalho perseverante e de paulatina conquista, desaprovando-lhes portanto a atitude de luta.

Mas, a crítica é bem difícil, pois lhe escapam as delicadas sutilezas da Fé.

Daí dúvidas, que tantas se levantam.

A Maçonaria aqui era branda; mas o que ela escondia no seu bojo? Até quando haveria tal brandura? E, essa brandura não era de plano, para que se tomassem as posições dentro das próprias Irmandades religiosas, afim de valerem na hora decisiva?

Quem, melhor que o Pastor de Cristo, poderia sentir a artimanha, o avançar da marcha, o vigor das fôrças derrubadoras contrárias?

O culto religioso vale pela quantidade ou pela qualidade? Onde paira maior perigo, no culto inexistente em público, mas apenas nos corações devotos, ou no culto público defeituoso, à mão do inimigo?

A carta misteriosa de Pio IX — escrita, enviada, recebida e acusada, e depois inutilizada e negada, e por fim confirmada e publicada — não foi unilateral? Não refletiu apenas o resultado diplomático de uma Embaixada especial, a que o Papa deu fé, ouviu e atendeu? Tanto assim que, ao conhecer todos os fatos da questão, êle próprio a mandou desaparecer e escreveu outras em sentido diametralmente oposto?

Na Questão Religiosa, a habilidade política e diplomática da coroa fracassou. Aliás, disso o Imperador não fazia caso!

Mas, a Questão provocou intensa ressonância nacional, na população e na elite, cujos elementos em grande maioria legaram dos maiores o sentimento católico.

E assim, a Questão Religiosa se alinhou nos fatôres da queda do regime republicano, sobretudo pela formação de uma ambiência nacional de indiferença ao Monarca.

Porta-voz intrépido dessa ressonância da alma católica do Brasil foi o Dr. Samuel Wallace Mac-Dowell, que, em Belém do Pará, em 1874, então jovem, mas respeitado advogado, se levantou em defesa do clero paraense.

O bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa, já condenado à prisão pelo Supremo Tribunal e efetivamente prêso em Belém no dia 28 de abril de 1874, nomeou Governador da Diocese, como seu

substituto, o Vigário Geral do Bispado, cônego Sebastião Borges de Castilho, cujo mandato, iniciado em 8 de maio de 1874, foi entretanto quanto aos poderes em portaria restringido, não se lhe reconhecendo explicitamente autoridade para levantar os interditos das Irmandades, atributo êsse que o bispo nomeante reservou exclusivamente para si.

Dado provimento ao recurso das Irmandades, em virtude de ordem imperial, o Presidente da Província do Pará, Dr. Pedro Vicente de Azevedo, exigiu do Cônego Governador do Bispado a suspensão dos interditos, e não sendo atendido, promoveu a pronúncia daquele cônego, em 12 de novembro de 1874.

Assim, no dia 17 de novembro, comparecia no edifício da Relação perante o Dr. José Quintino de Castro Leão, Juiz de Direito do 2.º Distrito por ter sido a isso intimado, o cônego Castilho, venerando ancião de 76 anos, já na companhia do Dr. Mac-Dowell, que espontânea e vivamente se lhe pôs ao lado, na sua defesa que lhe originou aliás as maiores e mais fundas indisposições com aquele Juiz.

Apesar da carta que D. Macedo Costa escreveu da prisão, em 7 de novembro de 1874, ao Visconde do Rio Branco, Ministro do Império, esclarecendo que o governador cônego Castilho não podia em absoluto atender à imposição governamental, pois lhe falhava explicitamente autoridade para levantar os interditos, — e com isso o bispo chamava a si a inteira responsabilidade da desobediência —: apesar das vozes que veementes se levantavam na Câmara; apesar da brilhante defesa do advogado Mac-Dowell, o ancião prelado, ao sabor dum juiz desatinado, foi prêso em 30 de janeiro de 75 e mais tarde, em 24 de abril, condenado a seis anos de prisão.

Empolgado pela causa, e solidário na indignação pela perseguição aos prelados, o Dr. Mac-Dowell assistiu também ao Pe. José Henriques Felix da Cruz Dácia, Vigário de Anajás, também prêso durante dois meses, mas que depois foi pela Relação absolvido por ter sido julgado nulo o processo.

E tal lhe era a veemência e a assiduidade na defesa do clero, que também sôbre êle haveriam de recair as iras do juiz, com quem amiúde se defrontava e não raro se indispunha.

Por motivo de um artigo assinado pelo Sr. Martinho Nina Ribeiro, o juiz José Quintino de Castro Leão, quem aliás executou quase tôdas as ações de perseguição ao clero do Pará, o condenou a quatro meses de prisão. O artigo em aprêço foi publicado na "Regeneração", jornal católico do Dr. Mac-Dowell, o que serviu de pretexto para que o Dr. José de Araujo Roso Danin, redator do "O Liberal do Pará", fôlha maçônica, fizesse queixa à Justiça; o Juiz Quintino condenou-o, mas no Tribunal da Relação foi êle absolvido, devido à inconsistência do processo.

Mais tarde, o clero e os católicos do Pará levaram o nome do Dr. Mac-Dowell às urnas, e assim êle ingressou na vida pública, tão brilhantemente desenvolvida.

O Conselheiro Samuel Wallace Mac-Dowell, nas manifestações da sua vida exterior — como advogado correto, como orador eloquente, como professor digno, como jornalista responsável, como parlamentar ponderado, como político sincero, como Ministro devotado, — e, nas manifestações da sua vida íntima, — como Chefe de família respeitável e exemplar, como amigo solícito e dedicado, como intelectual culto e estudioso, como católico convicto e fervoroso — deixou nítidos e indeléveis traços duma grande superioridade espiritual, caracterizada por harmonioso e sólido complexo de lucidez, de saber, de energia, de convicção, de pureza, de humildade cristã.

### **CONCLUSÃO**

Essa é a personalidade que me coube estudar, cuja vida esquematizei, cuja atuação comentei através dos principais episódios, cujo caráter analisei à luz fria do exame das atitudes.

Era um grande.

Reconheceram-no como tal altas personalidades do país e do estrangeiro, de ontem e de hoje.

Os Santos Padres, Papas Pio IX, Leão XII e Pio X ofereceram-lhe retratos com bênçãos e dedicatórias, sendo que o Papa Pio IX lhe conferiu em 26 de outubro de 1877 o diploma de comendador da Ordem de São Gregório Magno.

Foi agraciado com a condecoração da Grã-Cruz da Ordem da Coroa da Itália, em 17 de novembro de 1887.

Igualmente, em 6 de janeiro de 1888, era condecorado com a Grã-Cruz da Imperial Ordem de Santana da Rússia. O nosso saudoso Presidente Perpétuo, Afonso Celso, no livro "Oito Anos de Parlamento", ao exaltar figuras parlamentares da época, merecedoras de especial menção, lhe traça o perfil, como "casuístico memorável, cheio de distinções e reservas, dotado de vasta sabença jurídica e de fluência caudal".

No seu livro intitulado "Dom Macedo Costa", o arcebispo do Pará Dom Antônio de Almeida Lustosa, além de lhe dedicar o livro como "o grande defensor do Clero paraense", ao referir-se no texto à apresentação da sua candidatura à Deputação Geral, fala "da contextura moral, do desassombro das suas palavras e da decisão das suas atitudes".

O Deputado Andrade Figueiras, aparteando-o na Câmara, quando, em 5 de setembro de 1883, pronunciou notável discurso em que revelava e definia suas convicções conservadoras, disse-lhe, enunciando feliz síntese do scu perfil político: "Monarquista e católico, não podia ser senão conservador", que bem reflete a coerência, a lógica, de seu caráter bem formado.

O Deputado cearense Leandro Bezerra, que na Câmara dos Deputados, foi destacado defensor dos Bispos, referindo-se à atuação de Mac-Dowell na questão Religiosa, no Pará, classificou-o "Campeão da Fé".

Tais são os eloqüentes depoimentos, dêsses e de tantos outros contemporâneos; e não menos viva e calorosa é, sôbre êle, a manifestação dos pósteros.

É essa a grande figura, cuja memória o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro hoje solenemente cultua, ao ensejo do 1.º centenário do seu nascimento.

Nos últimos dias da sua vida, o Conselheiro Mac-Dowell ditou ao seu Anjo da Guarda, — como êle chamava o velho e santo Padre Dieudonné Servizet, do Clero de Paris, seu confessor e íntimo amigo, as derradeiras vontades, que constituem aliás uma página de emocionante humildade cristã.

Queria que, morto, não se lhe preparasse o corpo com embalsamamento ou qualquer operação química; que não o acompanhassem ao túmulo as condecorações e outras honrarias recebidas em vida, senão uma simples cruz para lhe ser companheira na última morada; que o caixão não recebesse nem flores, nem ornamentos; que o enterrassem no túmulo onde se encontrava a netinha; que a espôsa muito se esmerasse em orações para a alma dêle; e que sôbre o túmulo se escrevessem apenas essas palavras e iniciais...

Essas palavras e iniciais não foram entendidas, de tão mal balbuciadas: as fôrças já lhe fugiam.

Quís um biógrafo interpretá-las, como sendo as iniciais do seu nome — S W M D — e a inscrição "cristão e brasileiro".

Seria sem dúvida uma legenda feliz, a sintetizar sua vida, tôda ela devotada ao serviço de Deus e da Pátria, e tôda ela de característica singeleza.

Na santa humildade cristã do Conselheiro Mac-Dowell, tão nitidamente expressa nas suas disposições finais, como que se espelha o pensamento de Plutarco, nessas palavras bem definido:

"Podem-se levantar monumentos suntuosos, colunas que afrontem as nuvens e os séculos; a voracidade do tempo não respeitará a matéria, nem os mármores, nem os bronzes; não poupará a arte, nem as estátuas, nem as efígies. Só uma coisa do Homem a posteridade possuirá para sempre, e o mundo conservará indelével, é a forma eterna da alma, que se perpetua nas grandes obras sensíveis do espírito, na piedade prática das virtudes, enfim no bem da Humanidade.

Os títulos e a glória das inscrições se apagam; e só a memória dos justos se conserva". (Diogo de Vasconcelos).

Rememorando a vida e os feitos do Conselheiro Samuel Wallace Mac-Dowell, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro assume, com excepcional propriedade, atitude, a um tempo, patriótica e cristã. Patriótica, no culto da tradição legítima, ao realçar na posteridade vulto eminente da nacionalidade; cristã, porque é palavra da Sagrada Escritura, NO ECLESIASTICUS: "Laudemus viros gloriosos in generatione sua".

Tenho dito



# A INDIVIDUALIDADE DE FEIJÓ

(Conferência realizada no Instituto Histórico, em 30 de outubro de 1943)

#### RICARDO GUMBLETON DAUNT

Ao chegarmos a esta casa, que é o vosso lar de amor e respeito pelo nosso Brasil, devemos dizer que maior recompensa não poderíamos obter. Casa por todos os títulos venerável; daqui partem os grandes ensinamentos da nossa história pátria, em verdadeiro culto aos destinos gloriosos da nossa terra e da nossa gente.

Ao Exmo. Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, cuja cultura multiforme abrange, em extensão e profundidade, todos os setores do pensamento humano, os nossos agradecimentos muito sinceros pela sua atuação, acompanhando com inconfundível interêsse os trabalhos científicos que determinaram nossa presença neste recinto e seguindo, com entusiasmo, todos os passos do notável escultor José Cucé, na feitura do busto do Pe. Diogo Antônio Feijó. Tivemos evidente a idéia do quanto S. Excia. estima os esforços daqueles que contribuem para enriquecer nosso patrimônio histórico, científico e artístico.

Devendo falar sôbre Feijó, um fato quero ressaltar: aqui foi, também, o lar de meu avô Dr. Ricardo Gumbleton Daunt e, como filho respeitoso, sinto que meu coração palpita com a doçura de sentimentos que traduzem saudade, com seus acordes de alegria, música feita de sombras e de incenso.

Há exatamente cem anos, em 1843, ano em que falecera Feijó, aportava ao Brasil um estrangeiro, que, dois anos depois, se casaria

com uma senhora da família Camargo, prima do Pe. Diogo Antônio Feijá. Esse mesmo estrangeiro seria, em 1847, distinguido com a dignidade de Membro Efetivo dêste sodalício e, empolgado pela grandeza e feitos de nossa terra e nossa gente, investiga, analisa e sublima a tradição corrente de um povo que nascia e de uma terra que se agigantava.

Sôbre êsse mesmo estrangeiro, o saudoso Dr. Max Fleiuss, Secretário Perpétuo dêste Instituto, em hino de verdadeira consagração afirmara: "O Dr. Ricardo Gumbleton Daunt foi um estrangeiro que, pelo espírito e pelo coração, mais se identificara ao nosso país. Guarda-lhe o nome o Instituto; recordam-no quantos o admiraram e os que lhe conhecem a vida, tôda votada ao bem". (1)

Ainda no pensamento do ilustre historiador Afonso de Taunay: "Elegendo uma nova pátria, não se contentou o Dr. Ricardo Gumbleton Daunt em ser filantropo aliviador da miséria de tantos brasileiros, nem o cidadão em cujo civismo forte e esclarecido se inspiraram tantos dos seus novos compatriotas. Tradicionalista apaixonado, perscrutou o passado do Brasil com um verdadeiro amor, empolgado pela grandeza da obra daqueles que rechaçaram quase para o sopé dos Andes, o castelhano e a linha de Tordesilhas e cujo sangue corria nas veias de seus filhos". "Deve-lhe a nossa história o conhecimento — e quiçá a preservação — de um documento básico para o estudo das velhas gerações vicentinas. Absolutamente integrado na comunhão brasileira há-de-lhe o nome ser sempre lembrado como o de um dos mais dedicados e ilustres servidores de nossa terra, de um dos mais notáveis e beneméritos filhos adotivos do Brasil." (2)

Injustificada e imperdoável, senhores, seria esta minha digressão inicial sôbre um dos meus mais queridos antepassados se não fôra a necessidade de relembrar um vulto, cujos arquivos são uma página viva das nossas condições políticas e sociais posteriores à Independência.

<sup>(1)</sup> Livro de Ouro de Ricardo Gumbleton Daunt — 1818-1918 — Primeiro Centenário de seu nascimento. Tip. Cardoso Filho & Cia. — São Paulo, 1918.

<sup>(2)</sup> Conferência: Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, pelo seu neto Ricardo G. Daunt, no Instituto Histórico de São Paulo, in Revista de Cultura, Rio de Janeiro, 1940.

Aqui estou, pois, graças à benevolência do ilustre auditório, para dizer sôbre a individualidade do Pe. Feijó, servindo-me, para tanto, da palavra autorizada da ciência e dos escritos do Dr. Ricardo, que constituem, na atualidade, fonte exuberante onde os historiadores vão buscar informes multicores a respeito do grande estadista.

O Pe. Feijó, sem ser um xenófobo, devotava indisfarçável repugnância às imitações decalcadas no procedimento estrangeiro. E essa independência de princípios, fortificada pela ação decisiva e decidida, serviu para conquistar o espírito não menos decidido e decisivo do Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, que foi, como muito bem o sabeis, um verdadeiro entusiasta pela personalidade de Feijó, analisando, em seus escritos, a figura inconfundível de homem e de estadista do Regente do Império Brasileiro.

Em 1856, o jornal acadêmico "Guaianá" publica a biografia do Pe. Diogo Antônio Feijó, dá autoria de Francisco Inácio Homem de Melo. O próprio autor envia ao Dr. Ricardo o seu trabalho literário, esperando, talvez, a aprovação do que então fôra afirmado.

A reação não se fêz esperar. O Dr. Ricardo endereça ao futuro Barão Homem de Melo uma série de cartas cheias de revelações confidenciais sôbre a origem de Feijó, sem deixar de acentuar os diferentes aspectos da personalidade do Regente do Império.

Quem pretenda estudar a individualidade de Feijó terá, sem dúvida, que se ater, além de outros, a problemas de ordem antropológica ligados à sua origem, principalmente quando procure explicar os elementos determinadores das qualidades morais e intelectuais tão notáveis e que tanto o distinguiram nos momentos mais penosos do Segundo Império.

Já em 1882, Joaquim de Paula Sousa (3), médico de notável cultura, filho do Conselheiro Paula Sousa, que gozou da maior amizade do Regente, entrava em conflito com Couto de Magalhães, pois êste afirmava que Feijó, pelos traços fisionômicos e pela energia que o destacava, era mestiço de índio e o primeiro julgava-o de puro sangue espanhol.

O autor de "O Selvagem" (4), sôbre o assunto, assim concluía: "Pelo que ficou escrito, o leitor terá visto que o selvagem no Brasil

<sup>(3)</sup> Carta ao Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, de 18 de fevereiro de 1882.

<sup>(4)</sup> O Selvagem, Ed. Nacional, São Paulo, 1935.

não é uma raça somenos e incapaz de grandes aperfeiçoamentos morais. Se me fôra dado entrar agora em outra ordem de considerações, demonstraria que os mestiços de índio e branco constituem uma raça enérgica e que mais iniciativa possui no Império. Entre nossos homens ilustres, alguns dos que mais se distinguiram pela fortaleza do seu caráter, pela virtude da perseverança, que não é muito vulgar entre nós, foram mestiços. Citarei, entre outros, o Pe. Diogo Antônio Feijó".

Hoje, após a divulgação da árvore genealógica do ilustre patrício e das preciosas cartas do Dr. Ricardo Gumbleton Daunt dirigidas ao Barão Homem de Melo — que constituíram valiosos dados para o estudo do bandeirismo paulista por Gilberto Freyre (5) — sabe-se que o grande Regente é oriundo daquela nossa "heterogeneidade étnica fundamental" de que fala Mendes Correia (6). Feijó era Camargo, "do âmago dessa nobilíssima raça"; "era do sangue mais aristocrático da província e descendente da princesa Mábici", filha de Tibiriçá, "mulher de João Ramalho" (7)

Possuindo, portanto, caracteres antropológicos dos principais componentes raciais de sua linhagem, o português e o espanhol, como pudemos evidenciar com os exames antropométricos do crânio e histológico do cabelo, que fizemos efetuar, Feijó claramente deixou transparecer, na sua vida política e privada, os traços de sangue nativo de sua estirpe, caracterizados sobretudo pela inquebrantável rigidez de seu caráter.

Verifica-se, desta forma, o valor das considerações do general Couto de Magalhães sôbre os nossos mestiços de índio e branco, modernamente confirmadas por Boas (8), nos Estados Unidos. Praticando numerosas pesquisas sôbre caracteres somáticos e funcionais dos "Half-Blood" americanos, Boas pôde concluir que o hibridismo, longe de tornar-se prejudicial à ontogênese, muitas vêzes pode ser fator de melhoria das condições orgânicas e biológicas.

<sup>(5)</sup> Problemas Brasileiros de Antropologia, Ed. Casa do Estudante do Brasil, Rio, 1943.

<sup>(6)</sup> Correia (A. M.) — Cariocas e Paulistas. Fernando Machado, Pôrto, 1935.

 <sup>(7)</sup> Carta do Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, in Gilberto Freyre op. cit.
 (8) Boas (F.) — Race, Language and Culture, Mc Millan, New York,
 1940.

É possível que, embora longínquo o passado ameríndio de Feijó, as suas características se tenham transmitido, através das várias gerações da sua família, como um caráter dominante, no sentido mendeliano.

Voltando às opiniões do Dr. Ricardo, vivificadas nos dias de hoje, pelo pensador Gilberto Freyre, podemos chegar ao conhecimento de alguns aspectos da personalidade do Pe. Diogo Antônio Feijó.

Aquele nosso etnólogo considera o Pe. Diogo como um dos típicos representantes do "paulista velho" e, então, portador das características psicológicas dêste tipo, tais como salienta em sua obra.

Assim, por exemplo, diz que ao contrário de "refinadamente dissimulado", pecha que lhe foi lançada por José Bonifácio, causa a impressão de haver pecado antes por excesso de franqueza, de atitudes nítidas e até de jansenismo áspero; o seu tipo é "límpido e um tanto simplista". O paulista velho é um tipo psicológico que se apresenta ao estudioso de suas atitudes quase sem mistério e quase sem humor. Desde os testamentos e inventários de 600 ao testamento de Feijé, revela-se um homem de poucos arabescos na sua configuração psicológica. Feijó representa um Camargo "velho", cuja tendência seria empolgar o govêrno do Império menos pela astúcia ou pela velhacaria do que pelo bandeirismo transferido para a ação política.

Entretanto, Gilberto Freyre vale-se das observações de Ricardo Daunt acêrca de Feijó, para melhor conhecimento de tal tipo (do paulista velho), através do caráter daquele.

As observações de Daunt são de grande interêsse, pois vos fornecem uma idéia mais direta acêrca da personalidade do estadista. As suas referências dizem respeito sobretudo ao caráter do mesmo—assim como sucede nos comentários de Gilberto Freyre.

De acôrdo com Daunt, são os seguintes os aspectos psicológicos peculiares ao Pe. Feijó, a quem atribui caráter e engenho "gigantescos".

Energia e coragem extraordinárias. Firmeza e pureza de alma. Desinterêsse ao servir o país. Terno amor pela irmã.

Era tão destemido que rivalizava com os maiores heróis da Lacedemônia ou da Roma Consular. Daunt compara ainda Feijó ao patriota dos tempos republicanos de Roma. Esta imagem é muito elucidativa, trazendo-nos à memória os nomes de um *Brutus*, corajoso, cheio de amor pela pátria, por ela tudo sacrificando, até a própria vida, campeão da liberdade e da justiça; um *Cincinatus*, nomeado ditador, tirado da charrua para conduzir o povo romano à guerra; um *Q. Fabius Maximus*, cheio de zêlo pela religião e pela autoridade, prudente, precavido e hábil na guerra, denominado o único campeão digno de Anibal, respeitado pelos seus inimigos, firme e intransigente no cumprimento do dever. E tantos outros, que se poderiam citar. (9)

Mais traços revela Daunt sôbre a personalidade de Feijó.

Êste, pelo menos na sua primeira fase de político, "conhecia mal os homens": das suas emendas à constituição transborda uma sinceridade de convicções e uma plenitude de confiança na boa fé de todos os seus patrícios que produz uma dolorosa impressão ao ver o contraste que a história subseqüente do país e da província de São Paulo apresenta. Assim quanto à continuação do uso das distinções honoríficas e especialmente títulos, diz o Pe. Feijó que por si êste uso se extinguirá pelo justo desprêzo que para tais coisas todos sentem depois de ter conquistado a liberdade.

Temos assim o esbôço de um retrato psicológico de Feijó, de grande interêsse se atentarmos ao valor da fonte fornecedora dos dados respectivos.

Não nos abalançaríamos a vir malbaratar o precioso tempo do ilustre auditório, para dar a biografia do Pe. Diogo Antônio Feijó, cuja vida tem sido traçada vigorosamente por penas ilustres e analisada por pensadores brilhantes.

Nossas pesquisas sôbre a identidade física de Feijó levaram-nos a sentir a pouca consistência do próprio pensamento humano que, desejoso de vincar em nosso conciente os feitos do Regente do Império, constrói figuras com idéias pouco, ou nada, reais. Assim, Otávio Tarquínio de Sousa, em seu magnífico trabalho "Diogo Antônio Feijó", diz: "Retrato que não pôde, entretanto, cingir-se a simples técnica fotográfica, pois que a verdadeira biografia requer a sondagem de uma alma e impõe, para que o homem se situe no seu ambiente natural, o corte em profundidade de uma época".

<sup>(9)</sup> Hist. Romana - Tito Lívio.

Ora, se a simples técnica fotográfica, se a técnica da marcação dos matizes da luz e das sombras portanto, fôsse suficiente para marcar a identidade ou a personalidade do retratado, não teríamos nós que defrontar tantas e tamanhas dificuldades nascidas, tôdas elas, dos retratos que representavam Feijó.

Nada mais justo que a determinação científica da identidade física de Feijó, para que ela nos mostre êsse grande brasileiro sempre sob a mesma figura física, de acôrdo com a sua personalidade, que não sofre alternativas na continuidade dos seus atos e de suas atitudes.

Para o comprovante do anseio geral, clamando pela verdadeira efígie de Feijó, temos ainda a palavra do ilustre Gilberto Freyre: "o padre extraordinário cujo rosto forte de caboclo, ao que parece, braquicéfalo — ou cabeça chata — quase todos nós, brasileiros, fitamos meninos nos compêndios da história primária, espantados de colarinho tão exageradamente alto e de tão larga gravata preta de volta, para nunca mais o vermos: nem em estátua, nem em retrato, nem em busto" e, diremos, nem em sêlo postal. Nesta oportunidade em que se celebra o seu centenário, não seria demasiada honraria, a perpetuação da figura do nosso homenageado numa emissão do Correio Nacional.

Os retratos do Pe. Diogo Antônio Feijó, considerada a multiplicidade das interpretações determinadas por uma análise mais atenta, contrastam com a constância de ânimo e de caráter do retratado.

Personalidade e traços físicos passam a ocupar lugares diametralmente opostos. A primeira, sempre a mesma, inconfundivelmente uma; os segundos, o exemplo da variação, multiforme por excelência.

Ora, se um retrato pode comprometer o original, muitos retratos assim tão diferentes, embora do mesmo original, comprometem a identidade do retratado, permitindo-nos admitir sejam êles apenas expressões de artistas sem o rigor de uma classificação morfológica do facies.

Schiller afirmou que — "A história é o tribunal do mundo". Não podemos, pois, e isso em obediência a um princípio de Direito, abandonar, desprezar a verdadeira identidade das figuras históricas, mesmo porque um celebrado filósofo diz: — "A história é um presídio de imortais".

Justo é que ao tribunal do mundo seja apresentada a verdadeira figura do imortal, para que não surjam dúvidas no presídio das glórias da História.

Por que não se registra confusão alguma entre os retratos, bustos, estátuas de Dante Alighieri, de Kant, de Rafael, de Bach, de Richelieu, de Shakespeare, de Cromwell e de tantos outros?

Apenas porque a ciência deu o seu precioso concurso, delineando uma aproximação mais exata da verdade morfológica em relação à identidade física cientificamente estudada.

A própria Igreja, na apresentação de suas imagens, não se afasta daquela uniformidade que também caracteriza os seus princípios.

Antônio de Solis ensinou ser a verdade a alma da história. Logo, a uniformidade na substância e nos principais adjuntos deve ser constante, para que a contradição seja de todo impossível e radicalmente afastado, expulso mesmo, o perigo da dúvida.

Os retratos têm o valor dos monumentos, pois que, se êstes identificam os fatos, aqueles identificam os indivíduos. Donde concluir que a autenticidade, contrapondo-se ao que é apenas suposto, jamais poderá estar ausente na perpetuação da História.

Para que a História mereça tôda a fé, torna-se indispensável a uniformidade dos testemunhos. A tradição, que consiste na explanação, de viva voz, dos fatos, e as obras de arte, que são destinadas a perpetuar uma realidade qualquer, não podem sofrer alternativas contraditórias, sob pena de gerarem a desconfiança, a dúvida e o descrédito.

A multiplicidade das fisionomias dos retratos do Pe. Diogo Antônio Feijó tornou-se, sem discussão, uma fonte de suspeição de autenticidade. Não podíamos deixar ao léu do desamparo tão grande afronta, pois que o descaso pela verdade morfológica, perigando a identidade física do grande Regente do Império brasileiro, poderia levar de arrastão a sua própria personalidade.

Como base de um exame odonto-legal a ser empreendido, conseguimos organizar um quadro esquemático que intitulamos "Iconografia bibliográfica do Pe. Diogo Antônio Feijó".

Reunimos, nesse quadro, quinze retratos, apresentados como "Fontes Originais" e compreendem não só os retratos indiscutivelmente originais como, também, outras gravuras ou reproduções por nós conhecidas como possívelmente as mais antigas.

A cada retrato "original" correspondem as respectivas reproduções, até agora obtidas, e perfazem com os "originais", um total de vinte e duas gravuras do Pe. Diogo Antônio Feijó.

Dos retratos examinados, um há que de muito se aproxima das medidas cranianas obtidas. Esse retrato é da autoria do eminente artista Sisson, litógrafo francês de grande nomeada, que também retratou as principais figuras da época, mediante a "pose" individual dos retratados. Na magnífica obra "Galeria dos Brasileiros Ilustres" é apresentado o quadro do Pe. Feijó.

Dizemos que tal retrato muito se aproxima das medidas cranianas obtidas e, se a afirmativa não invalida o trabalho artístico, tem o condão de acentuar o rigor da Odontologia legal, sem excluir a existência de certos detalhes, que denunciam os "favores" com que os artistas habitualmente brindam os seus modelos.

Os demais retratos, se em verdade estão inteiramente afastados das mensurações recolhidas no crânio do Pe. Diogo Antônio Feijó, originando, assim, tipos faciais tão diversos entre si, não deixam de apresentar certas características identificadoras em relação aos próprios retratos e, sobretudo, ao crânio examinado. Tais retratos jamais identificariam o Pe. Diogo Antônio Feijó, pois que, simples acidentes registrados pelos pintores-amadores não bastam para expressar a verdade morfológica global, embora, pelo conjunto, sejam de indiscutível valor para o estudo odonto-legal.

Só mesmo para os que conhecem as possibilidades da Odontologia legal em estudos da presente natureza, é meridiana a oportunidade do trabalho executado. De nossa parte, graças ao Serviço de Identificação do Gabinete de Investigações de São Paulo, que instituiu e mantém em plena atividade o serviço acima, foi que chegamos a ter conhecimento da aplicação dos seus estudos para o exame da face nos crânios e retratos. Diremos, sem exagêro algum, que os trabalhos

alí executados muito dizem da importância a que chegaram os estudos daquela especialidade em nosso meio.

Antes de concluir diremos que integrarão nosso estudo de pesquisa histórica — três laudos odonto-legais — um prosopométrico, com as mensurações e classificações marcadas para o crânio, e dois osopográficos, que estudam as relações entre os retratos e o crânio, e, por último, outra peça, também de valor científico, o exame histológico do cabelo do Pe. Diogo Antônio Feijó, realizado pelo Dr. Oscar R. de Godói e montagem efetuada no Instituto Oscar Freire.

Estes trabalhos foram executados graças à bondade do virtuoso D. José Gaspar de Afonseca e Silva, DD. Arcebispo Metropolitano de São Paulo, cuja abençoada memória reverenciamos, que nos permitiu a abertura do sarcófago de Feijó, na cripta da Catedral da Capital Paulista.

Para gáudio do ilustre auditório, o Prof. Luiz Silva nos dará em pessoa a descrição das pesquisas científicas odonto-legais e sua objetivação prática.

A complexidade do assunto, na palavra do ilustre cientista, envolverá uma eloqüente simplicidade e uma beleza incomparável.

Realizando esta série de pesquisas, procuramos:

- a) Fixar os dados cranimométricos, antes que os veneráveis despojos venham a sofrer as conseqüências fatais da ação devastadora do tempo, e enquanto os mesmos aguardam sua inumação em sepultura definitiva.
- b) Conhecer fisicamente, tanto quanto possível, evidentemente, não com a fatal ação da idade, ou melhor, do tempo, o Pe. Diogo Antônio Feijó.
- c) Lançar nas bases de estudos científicos capazes de fornecer informes precisos para que os artistas, historiadores e cientistas possam apresentar, de maneira mais uniforme, a figura física do homem, do sacerdote e do estadista Pe. Diogo Antônio Feijó.

Não alimentamos a pretensão de apresentar um trabalho doutrinário e, muito menos, de capacidade singular. Sem esquecer quais as possibilidades da nossa boa vontade, que declaramos mínimas em relação ao problema e máximas quanto aos desejos do obreiro, aqui ficam os nossos melhores agradecimentos ao ilustre auditório, que nos concede a honra de sua atenção e o beneplácito da sua bondade.



## SOUTHEY E A HISTÓRIA DO BRASIL

(Conferência realizada no Instituto Histórico, em 21-12-43).

#### AFRÂNIO PEIXOTO

As gerações se sucedem, sem entretanto continuar. Cada uma busca ser diferente da anterior e tem a sua originalidade achada : é a oposição. Não há esfôrço para achar a razão da rebeldia: é a contrariedade. Parece que, assim, determinou Deus, porque, na segunda geração, ou derivação divina, surgiu logo a negação, Satã. Não há mister idéias, se há sentimento: as idéias serão as opostas, à outra coisa, o contrário...

Os clássicos eram pela antiguidade pagã, heleno-latina, vinda do Renascimento, por isto assim chamado... O romantismo, de *romanicê*, românticamente, deu o romance, isto é, o novo-latino, não o romano, mas o romântico... Daí, a Idade Média exaltada, em vez do paganismo; a liberdade, em vez do constrangimento a modelos fixos; a inovação, em vez de retórica e suas regras.

Mas, antes da decantação de sentimentos e idéias há confusão. Rousseau, que instituiria o culto novo do Ser-universal, era tão ateu, que dissera, cúmulo da rebeldia: "quisera Deus existisse, para não acreditar nele". Voltaire fizera dizer a um filósofo, dêsse Deus: Mais, entre nous, je crois que vous n'existez pas.

Em 1794, Southey, como confessou, vacilava entre o deismo e o ateismo... O que êle era sinceramente, como os outros, Wordsworth e Coleridge, era um rebelde... Daí uma sociologia e uma política "pantissocrática", isto é, a revolução organizada, que o Terror san-

guinário, de França, havia de desiludir. Também, assim, o seu gôsto, ou a "sinceridade" do seu gôsto... Taylor afirma que êle não experimentava prazer algum na emoção poética. Daí, sem esta qualidade pessoal, a sua incoerência: era revolucionário e admirava corajosamente a boa literatura antiga, infenso à literatura popular... Quando atacam seu amigo Wordsworth, para que senso crítico? Basta-lhe o sentimento, para decretar, dogmàticamente: "Nunca houve, e não haverá nunca, poeta maior que Wordsworth", sentenciou êle. Entretanto, como Coleridge, Southey inventava ritmos novos, admirados uns, outros escandalosos.

Sem sair da Europa, êsse romantismo viaja pelo mundo. E, em falta de sinceridade ou visão pessoal, entulha o baixo das páginas, ou fim dos volumes, de notas eruditas. Taine diz que tais notas, de Southey, são piores que as de Chateaubriand, nos Mártires. Dessa antinomia, de mau-gôsto, aliado à rebeldia, vêm a Southey verdadeiros disparates críticos: por exemplo esta, que depõe do pobre poeta, que seria Southey: êle prefere o nosso Santa Rita Durão a Camões... Pior, prefere a bombástica tradução de Mickle, aos "Lusíadas"... Southey, então, sabia pouco português...

Esse mau gôsto aliava-se à deficiência de imaginação: tinha a arte das grandes construções, cheias, entretanto, mais de erudição, do que de fabulação. Quilliman dêle disse então: o seu defeito principal é a falta de concisão: bate o seu oiro muito delgado... Pensando e dizendo, às vêzes, muito bem, não tinha senso poético, nem possuía imagens. Edmundo Gosse pôde dizer, justificadamente: "Southey não era, em sentido algum, um poeta".

Entretanto, ironia do destino: em 1813 foi êle feito poeta-laureado... Fôra convidado Walter Scott, que recusara, não esquecido, deixara de ser meão poeta, para ser o maior prosador de ficção. Essas nomeações, em Inglaterra, como em outros países, acertam às vêzes; mas, mor parte delas, são feitas "contra" alguém: o amaldiçoado Byron devia preocupar mais à láurea oferecida a Scott e aceita por Southey, do que o mérito de poetas de segunda ordem.

Sem ironia, entretanto, êsse Byron poderia dizer, como disse: "a prosa de Southey é perfeita". Não é pouco, dito por um genial poeta de gôsto... Essa prosa, não se pode mais dizer dela: é o que se disse, ainda agora mesmo, na Inglaterra: "just right".

Daí o êxito, o ter sido Southey um admirável biógrafo. A sua Vida de Nelson vale por um poema. O herói forneceu a matéria prima, o continente, e o poeta o conteúdo, a prosa simples, chã, natural, que não reclama atenção para si, e deixa os fatos e as idéias brilharem, no seu esplendor completo e perfeito, como sôbre um veludo negro, — o negro é a negação das côres, — indiferente, em que as gemas sobressaem, no seu valor próprio.

Essa prosa é um milagre de arte, pois que tal simplicidade não é originária e primitiva, senão adquirida. Dir-se-ia : é uma simplicidade complicada. Só depois de escrever muito, muitíssimo até, é que um escritor adquire êsse dom. E' como o caos : foi a confusão primeira se embatendo, se atraindo, se condensando, pelo espaço infinito : resultou que se aglomeraram imensos mundos que, no seu trajeto sideral, já não encontram outros sóis, atraídos uns, outros projetados adiante... — e, agora, nos dão a impressão da harmonia, girando sem empeços nas suas órbitas...

Essa harmonia não é primitiva... deriva de combates e revolucões, experiência e educação. Levy-Bruhl provou que a lógica não é precedente, é sempre consequência; a pré-lógica é a confusão e o arbítrio: a linha reta é o que resulta de contorsões e ajustamentos. Um grande poeta pode ser nativo: a forma obriga à substância. Um grande prosador é consequente: vem de imensas experiências, depuradas pelo bom gôsto. O resultado é êsse que, nas artes plásticas, definia Harpignies: fazia os discípulos copiarem ou desenharem uma paisagem. Cada qual fazia, segundo seu temperamento, o seu gôsto. Depois, o mestre lhes dizia: — Agora, meus senhores, é o mais difícil: simplifiquemos. A figura ideal está no bloco de mármore: o grande estatuário é o que a liberta, sem mais nem menos, do mármore circulante... Por isso mesmo: se há versos perfeitos que sairam dos automatismos cerebrais do poeta, na sua forma irredutível, a prosa, diria Flaubert, n'est jamais finie. Não precisa ser acabada, isto é, perfeita : isso que falta é o que marca autoria, a originalidade de cada um. Assim, a prosa de Renan ou de France, assim a prosa de Southey ou a de Churchill... Deixai antecipar-me, êste grande homem é o mais direto e incisivo dos autores ingleses de hoje em dia... Não é demais que aproxime o nome do historiador,

daquele outro grande homem que tanto faz história, como a escreve...

Southey, por isso mesmo, como acontece a outros grandes escritores, é um prolixo e incansável e admirável escritor de cartas. E' um gênero desdenhado, porque não é literatura comercial ou editorial, para os autores. Só se imprimem e só se lêm as cartas de quem o mereceu, quando essas cartas merecem. A epistolografia, que não existe em vida dos autores, é a celebridade dêles imposta pela posteridade. E às vêzes, êsses menos são o mais. Prefiro os três tomos de Cartas de Antônio Vieira, aos quinze volumes dos seus Sermões. Aliás nos Sermões de Vieira, raros são sermões do tempo em que foram pronunciados, são obra retardada, imposta ao ancião, que os refez, segundo borrões, na experiência e no sossêgo da Bahia. "E com ser a jocira muito fina, lastimava êle, tudo se me vai em alimpaduras". Esses "Sermões", um tomo por ano, cristalizam o gênio depurado de uma existência. Vieira, ne varietur. Definitivo Vieira. O das "Cartas" não: é o Vieira vivo, trêfego, abundante, sutil, convincente... Vieira com lábia de mais, persuadindo ou buscando persuadir. Vieira maneiroso e manhoso, insinuando. Vieira, ousado e intimativo, não condescendendo com o êrro ou insuficiência, mas aclarando e disciplinando. A êsse dom de vida, também Camilo Castelo Branco preferia as Cartas aos Sermões, flores frescas, com abrolhos e acúleos, folhiço e sementes, umas já murchas, outras em botão, em vez dos Sermões, flores esterilizadas, para adôrno sem renovação. Pensava assim Renan, de Voltaire : os quinze volumes das Cartas (da edição Hachette) venceriam os cem volumes de sua contrafeita ou amaneirada literatura.

Southey também assim: suas cartas reunidas deram seis volumes ao filho e quatro, condensados, ao genro, e aí não estarão tôdas, mas, o que está, é todo Southey e todo o mundo culto de seu tempo. O nosso Sousa Leão cita Thackeray, que diz, dessas suas informações epistolares, "valem por pilhas de epopéia e permanecerão vivas enquanto corações generosos prezarem a bondade e a pureza, o amor e a integridade".

Num punhado de *Cartas*, obtidas por Sousa Leão, e oferecidas a êste Instituto, podem ler-se gemas e oiro, o *humour* e o espírito de Southey. Aqui é, no lugarejo em que habita, a um canhoneio pró-

ximo, a segurança de 18 voluntários para a defesa, com o seu capitão, um hábil farmacêutico... Ali, é lástima de poder praticar mais vêzes, do que com alguns livros recebidos, "a virtude defensiva do contrabando"... Estava-se tornando muito político, diz adjante, "como jamais pensei que tornasse outra vez, tendo tido a varíola revolucionária...". Vem uma nota de estética: "não há nenhuma ligação entre um ouvido para a música e um ouvido para a métrica. Tenho ouvido músicos, com talento incontestável, culminante em sua arte, lerem, e recitarem mal versos, mostrando não só desconhecer a métrica, mas serem de todo insensíveis a ela, coisa que não acreditaria se não tivesse observado. Não pense que estou fazendo paradoxos, se lhe disser que o dom da versificação é também distinto do gênio poético". Talvez por isso, um século depois, os nossos poetas, que teem todos muito gênio sem qualificação, — bom ou mau gênio... — não sabem versificação.

William James, no fim do Século XIX, sèriamente, fisiologista e psicólogo, louvou a virtude salvadora do esquecimento ao que aprendemos: ai de nós se conservássemos tudo o que nos quiseram ensinar os estudos ginasiais e universitários. Iríamos todos para os hospícios. Southey, muito antes, assevera: "Há muito tempo estou convencido de que temos necessidade de ignorar muitas coisas, não estando, nem mais triste nem mais envergonhado, de não ter aptidão para as finanças, do que estou em não ter ouvido para a música, ou inclinação para a pintura..." Isto faz refletir, a nós do Brasil, porque Southey acrescenta que o acôrdo fácil demonstra clara compreensão do assunto, sem divergência de princípios, nem embaraço na exposição dêles... Ora, os nossos economistas e financeiros não se entendem, nem nós a êles...

Southey é que não é obscuro. Por vêzes o político que êle não quisera ser, se disfarça no *humour*, mas, ainda assim, aparece: "O ministério anterior foi iníquo e tolo, êste é apenas tolo, com o que devemos ficar agradecidos".

Chega, até à profecia... Ouvide, isto: "Espero que o inimigo (é Napoleão) tente a invasão e que perca no mar o bastante para engordar os caranguejos da Mancha, e, em terra, o bastante a fornecer ossos para se construir um monumento nos rochedos de Dover, que seja visto de Calais". "Mas, um exército invasor deve

perecer"... Antes de Churchill, Southey acreditava nisso. Pesar disso, ou para facilitar isso, se fêz o *Home Guard*, que salvará a Inglaterra, como o *Home Fleet* salvou e salva o mundo.

O bom senso adverte aos ingleses: "Precisamos ser um povo mais agrícola e mais militarizado, só assim estaremos seguros contra as investidas de dentro do país e de fora dêle". Naturalmente, não preveria nem Sir Oswald Mosley, nem os vizinhos irlandeses. Inglaterra terá de vencer o seu pacifismo, cuja virtude é de seu tráfico e seu comércio — "quem não quer comércio, disse o nosso Camões, busca guerra"... — Mas, que quer? por sermos pacíficos e civilizados, não impede isto invejosos guerreiros próximos que, não podendo competir, tentam conquistar... Southey tem razão: precisamos ser um povo mais agrícola e mais militarizado. Quça-o Inglaterra, que graças a Deus, ouviu a Churchill.

De sua numerosa e diversa obra disse Southey, referindo-se à "História do Brasil": "o maior dos meus trabalhos". Como êsse jovem rebelde romântico viera a cuidar de assunto tão estranho à sua ambiência? Southey viera a Portugal onde demoraria, nos anos de 1811 e 1812, em visita ao país e a seu tio Herbert Hill, pastor da colônia inglesa de Lisboa, aí domiciliado havia trinta anos. Êsse tio era bibliófilo e se dera a colecionar livros e documentos sôbre história de Portugal. Fechados os arquivos oficiais, pôs-se a reunir documentos particulares, copiados de bibliotecas conventuais e de livrarias abastadas, mesmo informações confidenciais. Southey veio achar êsse material, convite sugestivo a seu temperamento de escritor.

Southey em Portugal teve pressentimentos que lhe honram ao gênio. Foi êle o primeiro a nos atribuir uma origem lusitana, ao Amadis de Gaule, opinião a que aderiram Gaston Paris, Menendez y Pelayo, P. Carolina Micaelis. E' êle quem declara a Fernão Lopes "o primeiro cronista de todos os tempos e nações", com o que concorda o contemporâneo Aubrey Bell e não discordaram Herculano e Agostinho de Campos. Do nosso Antonio José asseverou que era o melhor escritor dramático português". Mas o principal da sua faina foi minerar no arquivo histórico do tio.

Pôs-se a lê-lo, e foi, assim, que uma "História do Brasil", emprêsa mais fácil, se lhe impôs à vontade, e mais tarde uma "História de Portugal", que recuaria a outra, até as origens. Infelizmente esta coleção documentar foi dispersa por adquirentes vários, desde o British Museum, até particulares ingleses e talvez americanos, que as detêm. Nesta dispersão se inclui a "História de Portugal" e memórias fundamentais, que documentariam a "História do Brasil".

Mas esta, durante anos trabalhada, foi publicada por Southey em três grossos volumes. Acreditou ter sido "a mais laboriosa história da nossa língua". Mas não tem dúvida, na sua obra pessoal, que seja "a mais importante das minhas produções".

Terá razão Southey? Razão dobrada. Espanha e os Países Ibéricos da América interessavam muito mais a Inglaterra, que Portugal e Brasil. Nós eramos os aliados, desde o século XIV, quando só no XVI apareceria a América Portuguesa. Só no domínio dos Filipes, o porto de Lisboa fôra vedado aos ingleses e outros nórdicos, pelo fanatismo religioso. Filipe II, depois de viúvo da Rainha Mary, pretendeu conquistar Inglaterra, acumulando, na *Invencível Armada*, imensos instrumentos de suplício, para castigar os cismáticos, a serem vencidos por essa tremenda frota, que iria ser dispersada, na maior catástrofe marítima da história, tanto por Elisabeth, Francis Drake, práticos "lobos do mar", conhecedores do ofício, pequena armada britânica, como pela má sorte, os elementos conjurados, incêndio, naufrágio e, principalmente, por incompetência náutica dos fidalgos espanhóis, que supunham ainda que "la sangre comanda"...

Desde êste momento, 1588, que Espanha entrou em decadência apressada e que as cinco vogais, do moto orgulhoso, A E I O U se desjuntaram... Em 1640 esses Filipes perdem Portugal, reintegrado na Aliança Inglesa, até hoje. El-rei Dom João IV dá mesmo a Carlos II a Infanta D. Catarina, que leva de dote 800 mil libras de ouro, e as praças de Tânger, Bombaim e Ceilão. Estão os Ingleses na Índia. Portugal não só é o amigo preferido, mas a cabeça de ponte no Continente, para a eventual libertação da Europa... Ao tempo de Napoleão, isto se realizou e o Corso, o Hitler do século XIX, começou a ser batido em Portugal, pelos seus lugares tenentes, para acabar, em pessoa, por ser batido pelo mesmo soldado predestinado, o Duque de Ferro, em Waterloo, o qual fizera suas primeiras armas em

Portugal. Agora, seria o mesmo, se o Napoleão do século XX o tentasse. Mas... "com que roupa?" A história não se repetirá...

Por tudo isto, não estranha que Inglaterra fôsse a libertadora americana, Canning e outros estadistas acordes em privarem Espanha dos seus domínios. Além disto, êstes domínios eram o privilégio, insubsistente, já no século XIX. Inglaterra aprendera, à própria custa, com os Estados Unidos, tanto que se emendara, no Canadá. Quanto ao Brasil, não lhe interessava "the wrong side of South America", por isso o lado "pacífico", a prolongação de Portugal, que Inglaterra ajudaria a mudar-se para o seu domínio americano, com D. João VI e sua côrte, não sem reservar-se um porto franco, e cuidar na Inquisição, a não se restabelecer mais aqui.

Ora, é esse Brasil que interessa ao rebelde e original Southey... Se houvesse cabimento, nesse assunto sério, diríamos do romântico poeta, "namôro de caboclo", nem a amada o saberia... Southey não conhecia sequer o país, e a terra de Santa Cruz, ignorava completamente o seu namorado. Não importa, escrever-se-á a primeira das grandes "Histórias do Brasil"...

Primeira, porque, nem a de Frei Vicente do Salvador, nem a de Rocha Pita, se podem dizer "grandes". Capistrano, que lhe fêz a publicação, a um, o que é benemérito serviço, entre tantos dos que lhe devemos, declarou a Frei Vicente um "historiador de chinelos": não teria os coturnos da decência... Rocha Pita, pela grande eloqüência do barrôco, seria "historiador de botas e esporas", mais para ensinar ênfase e empôlas de estilo, do que história nacional.

Sem êsses precursores, bem menores do que as verdadeiras histórias ou documentos para a história, a saber : as "Cartas Jesuíticas", Gandavo, Hans Staden, Thevet, Lery, principalmente êste mirífico Gabriel Soares, os "Diálogos das Grandezas", Ives D'Evreux e Claude d'Abeville, Fernão Cardim, Antonil-Andreoni... — sem tais precursões, documentos e sub-histórias formais, a primeira grande "História do Brasil" é a de Robert Southey, feita por estrangeiro, que não conhecia o Brasil, que não teve ao alcance documentos oficiais ainda selados nos arquivos, com os quais se pôde fazer, ulteriormente, a segunda grande história do Brasil, que é a de Varnhagen.

Sentiu êste o compatriota, a concorrência da glória, dizendo, precatadamente : "Southey dans les trois gros volumes qu'il a appellé,

Histoire du Brésil, qui meriteraient plutôt le titre de "Memoires pour écrire l'histoire du Bresil et des pays de la Plata (Examen de quelques points de l'Histoire du Brésil, Paris, 1858, p. 7).

Ciúmes. Embora com mais tempo e vagar, com os arquivos à sua disposição e o seu faro dos documentos, zelos do outro, que, sem arquivos ainda, com documentos copiados e colecionados, chegou aos seus três grossos tomos de uma história, também do Brasil...

Nessa "História Geral", diz Varnhagen, repetindo (Secção LIV): "Os três grossos volumes em inglês da extensa obra do conhecido poeta laureado Roberto Southey" em que, cada palavra, é um ciumezinho. Mas Varnhagen é Varnhagen, dizendo adiante: "De Southey, injustiça de nossa parte fôra não confessar que são preciosíssimos os três volumes que nos deixou, pelas muitas notícias que encerram, e das quais algumas não se encontram senão aí, o que pràticamente tentamos por vêzes indicar, com várias remissões a essa obra". A la bonne heure!

Contudo, vêm restrições. "Infelizmente, porém deixou o autor quase virgem o importante período decorrido desde o último quartel do século passado (XVIII) até o seu tempo"... Os três volumes de Southey são datados de 1810, o 1.º, 1817 o 2.º e 1819 o 3.º. Varnhagen censura a Southey não ter chegado ao seu tempo... Mas Varnhagen esqueceu que, também não chegara ao seu... e sua "História Geral do Brasil" vai apenas até "antes da sua separação e independência de Portugal..." e entretanto, a imprimira em 1854.

Southey poderia explicar-lhe porque também não chegara ao seu tempo dêle e mesmo acabara mais cedo, no século XVIII — entretanto mais delongado, respectivamente, que o Visconde de Pôrto Seguro... E' que é muito insegura a história contemporânea, quando as paixões não dormiram, e não se decantaram os documentos, que merecem assim considerados. A prova teria Southey com o mesmo Varnhagen, cuja "História da Independência" não parece escrita pela mesma pena firme que fêz a "História Geral"... Varnhagen tinha, nessa época, os desafectos do pai e os dêle próprio... Como poderia ser imparcial? A José Bonifácio não esquece de dizer que era um comilão de amêudoas torradas e cobertas, cuspinhando ao menino que lhas servia o nosso futuro historiador... Está isto na "História da

Independência"... Southey não se arriscou a tais malícias, que não são próprias de uma severa Musa decente.

A prevenção do concorrente é porém tão grande, que chegamos a êste não-senso. Southey reeditou o seu primeiro volume, em 1822, por esgotado, tanto que é raríssimo, e diz o nosso sábio Rodolfo Garcia: "a causa da reedição foi ter o autor querido aproveitar os despachos do govêrno português a D. Luís de Sousa, governador geral (1616-1621), que só veio a conhecer depois de concluída a obra". Varnhagen chega ao não-senso de continuar: "Infelizmente deixou quase virgem o período do último quartel do XVIII século"... como havia deixado o período que compreende o século XVI e que se contém nos doze capítulos do primeiro volume que êle se viu obrigado a reimprimir em 1822, para introduzir adições e correções que julgou essenciais, em vista da aparição de novos documentos que o obrigaram a confessar, em dezembro de 1821, que reconhecia "quanto a história do Brasil poderia ganhar com exames e estudos feitos nos arquivos"... Felix culpa. Para julgar a Southey, quisera o Visconde de Pôrto Seguro uma publicação ne varietur, nem correta nem aumentada...

Entretanto, se Varnhagen é o segundo grande historiador do Brasil, a sua "História Geral", terceira edição integral, é bem a primeira grande história do Brasil, porque Capistrano de Abreu e, principalmente Rodolfo Garcia, assim a fizeram, apontando-lhe os galhos mortos da árvore podando-os com as notas em baixo das páginas, e, ao cabo dos capítulos, com o quê, na verdade, essa "História" já não é mais de Varnhagen, apenas, senão, correta e aumentada, de Varnhagen, Capistrano e Garcia. Principalmente de Garcia. Não o digo senão porque o posso provar. E não o digo para afrontar a Pôrto Seguro, que teve razões documentares para o amor e a intenção de Capistrano de Abreu, amor e intenção reafirmados por seu discípulo, Rodolfo Garcia, que o realizou.

No dia próximo em que Rodolfo Garcia anotar a Roberto Southey, como fêz ao Visconde de Porto Seguro, como formalmente prometeu a êste Instituto, nesse dia teremos nós duas paralelas histórias do Brasil, qual mais excelente, porque postas em dia, com a documentação adequada que se veio publicando e classificando. Quisesse e possa o nosso confrade, historiador da nossa história, fazê-la sua e,

então, essa história, de Southey, Varnhagen, Capistrano, principalmente de Garcia, será a maior e melhor das nossas "Histórias do: Brasil". Lamento não ter poderes discricionários para obrigá-lo, nêsse único ato de arbítrio a exercer, para doar a Brasil a história que êle merece e está a pedir... Possa êste apêlo público movê-lo...

Este Southey, se tem o senso do documento, sem o que não há história digna dêsse nome, tem o senso humano da história. Apesar de nascido no Brasil, paulista de Sorocaba, Varnhagen ainda era "ariano", não compreendendo a civilização das raças aborígenes e lhes querendo e aplaudindo, a destruição. Não é caso pessoal: todos êsses godos, adventícios na civilização, são assim... Agora mesmo, perto de nós, o zoólogo von Ihering, do Museu Paulista, não compreendia esfôrço por civilizar os íncolas... Southey é, entretanto, simpático ao selvagem brasileiro, como José Bonifácio, como o General Rondon...

Varnhagen, é anti-jesuítico, na "História do Brasil": Southey, ao contrário, embora de outra religião, é sempre a favor dos Jesuítas, como nós outros, agradecidos a êsses apóstolos que embalaram o berço do Brasil.

Southey não é reconhecido apenas por nós: tem o senso do destino histórico, que os fatos devem seguir. Ouvi-o que é como a voz da Justiça, como sentença a proferir. E sôbre a conquista do Rio de Janeiro aos Franceses: "Jamais guerra, de tão pequenos esforços e tão poucas fôrças, de parte a parte, foi tão fértil em conseqüências... Tivesse Mem de Sá sido menos enérgico no cumprimento dos seus deveres ou Nóbrega menos incansável, esta cidade, que é hoje a capital do Brasil, seria agora francesa". Realizada a conquista, trata-selogo de fundar o Rio definitivo, fortalezas e edificios, igrejas e logradouros. E continua Southey: "Tôdas estas obras foram feitas pelos Indios, sob a direção dos Jesuitas, sem que o Estado nada despendesse". Varnhagen e seu arianismo e seu anti-jesuitismo, knock-out.

Aliás esses sentimentos, aparentemente nossos, são mais vulgares no Brasil, do que parecem. O anotador de Southey na sua tradução portuguesa, o Cônego Fernandes Pinheiro, não perde ocasião, quando Southey fala bem dos Jesuitas, em descompô-los, ingratamente, e então se vê este escândalo: o apóstolo, o missionário, o benfeitor

do Brasil, o padre da Companhia, exalçado pelo protestante, pelo estrangeiro, e ludibriado pelo católico, pelo brasileiro... Bendita religião esta, dos Nóbregas, Navarros, Anchietas, Cardins, Vieiras... que não é preciso ser religioso nem nacional para louvar, na sua benemerência; bendito Southey, que reconheceu, por nós, a nossa dívida, negada por maus pagadores, até católicos e brasileiros.

E não cuideis que êstes sentimentos sejam capazes de esconder a verdade histórica. Southey não ignora a "pouca simpatia que inspiravam os Índios", nem "a pequena alegria que nos podem causar os triunfos" dos colonos; reconhece o "zêlo mais fanático" dos missionários, mas, mau grado, de tudo isto, vê-os colaborando para "o progresso do Brasil, desde os seus mesquinhos princípios, até a importância que atinge hoje em dia".

E Soutbey atingia apenas o começo do século XIX. A história do Brasil, por êste estrangeiro, que não nos conheceu, é uma carta de amor, a um amor desconhecido, que se adivinha. Assim seja! Bendito Southey!

Como esse amor é adivinho! Antes de Varnhagen nacionalista, paulista de Sorocaba, anti-português, Southey não se ilude e não é a Fernandes Vieira, apesar das tendências do Castrioto Lusitano e do Valeroso Lucideno, mas a Vidal de Negreiros, que confere a primazia na restauração de Pernambuco, retificação que é definitiva.

Seus documentos são às vezes únicos e sem êles haveria um hiato na história. O próprio Varnhagen o disse: alguns dos acontecimentos históricos que Southey relata "não se encontram senão aí, "em sua História". Por exemplo: é só êle que encorpora à história do Brasil a noção da insularidade efetiva do nosso maciço, relatando a expedição de Manuel Félix de Lima, em 1742, o primeiro a varar, por água, de Mato Grosso ao Pará, comunicando as duas capitanias, isto é, mostrando a ligação nacional de Mato Grosso ao resto do Brasil.

Na Guerra do Paraguai, por não haver realmente uma ligação nacional pelo Sul, agredido Mato Grosso, tivemos de negociar alianças estrangeiras e despender imenso esforço e dinheiro para atingir êsse Mato Grosso, pelo Prata, através de Uruguai, Argentina e Paraguai.

Bendito também êsse ilustre Miguel Calmon, que o compreendeu, e, em poucos anos, construiu a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, o mais estratégico dos nossos caminhos de defesa nacional, e que agora deriva só para o Brasil, todo o sertão de Mato Grosso, outrora desviado para os países do Prata...

Sinto um pequeno, mas íntimo contentamento patriótico, em celebrar agora, e aquí a Manuel Félix de Lima, cujo feito foi Southey o primeiro a referir, e a Miguel Calmon, que trouxe por outro caminho Mato Grosso ao Brasil, reivindicação reclamada numa celebração a Southey...

O documento por tôda a parte era, devidamente, a obsessão do historiador: viagens, relatórios, repositórios de informações sôbre mineração, tudo tinha o maior interêsse para êle, tudo êle aproveitou na sua "História": Southey foi o primeiro elo, entre Varnhagen e Capistrano, elo final êsse Garcia, que dá a vida por uma data, um fato, um documento, de "História do Brasil".

O próprio Varnhagen estranha ao seu êmulo essa proeza de reeditar o seu primeiro volume "para introduzir adições e correções, que julgou essenciais, em vista da aparição de novos documentos..." E, prefigurando magnífico o destino do Brasil, não lhe esqueceu a afirmação primacial de nossa origem: "suceda o que suceder, disse êle, será sempre o Brasil uma herança de Portugal". Nem Deus se reservou o dom de alterar a história. Um historiador americano, Herbert Balton, ratificou a Southey: "o Brasil é um monumento grandioso ao diminuto Portugal."

Tal é êste nosso Southey, primeiro historiador do Brasil, cujo centenário transcorre. O Brasil não o esqueceu de todo. Varnhagen, Oliveira Lima, Capistrano, Garcia, Calmon, Basílio de Magalhães, todos os nossos historiadores lhe fazem justiça. Êste ano Garcia fêz-lhe a devida homenagem, de uma copiosa exposição da sua obra, na Biblioteca Nacional. Êste Instituto publicou, na sua "Revista", no volume 178, de janeiro-março de 43, uma contribuição de Sousa Leão, brilhante diplomata, da escola de Varnhagen que trabalha pelo Brasil também fora das chancelarias, jovem e já provecto pesquisador, que documentou muito traço interessante da vida de Southey, conseguindo enriquecer o nosso patrimônio com algumas de suas cartas a Koster, ainda e sempre sôbre "História do Brasil", um documentando o outro, um investigando para o outro... Albino Peixojo Jr., que defendeu tese em Coimbra, sôbre o romantismo de Southey, devenos belo livro prometido.

Nascido em Bristol a 12 de agôsto de 1774 faleceu Southey em Greta Hall a 21 de março de 1843. Seus amigos lhe levantaram um monumento em Crosthwaite-Church, Keswick: ví faz poucos dias, na coleção Alberto Lamego, o mestre-historiador de "Terra Goitacá", a gravura e a inscrição votiva. Do outro lado do Atlântico esperavase ainda alguma coisa, o que fôsse...

Finalmente, na sessão de hoje, ao encerrar-se o ano centenário, houve por bem a providência desta casa, o Sr. Presidente Macedo Soares, ratificando o meu amigo Cláudio Ganns, que aspira a estudos para a sua "Revista", que Southey fôsse louvado, não por um historiador, pois que êle teve outros méritos, mas por um homem de letras, que, entretanto, lhe revendo a obra, não padece que se fale aqui mais do que do nosso trivial, a "História do Brasil", agora num dos seus aspectos morais, o reconhecimento aos que nos serviram com o seu talento e o seu esfôrço.

O Instituto Histórico e Geográfico do Brasil é a memória de nossa terra e de nossa gente, que, ao se recordar, reconhece, afetivamente.

Quis esta "Casa da Memória", que à celebração de hoje, festa da gratidão, juntasse, ao estrangeiro, o nacional, no mesmo preito.

Por isso, celebramos a Southey e a Dom Pedro II, nosso deuslar. Dando posse a S.A.I. o Sr. Dom Pedro de Orleans e Bragança, filho do príncipe Dom Pedro, neto da princesa Dona Isabel e bisneto do Imperador, que honram, como honraram a êste Instituto, como ao Brasil honram e honraram, quisemos significar que, ao menos, numa hora de recolhimento, à memória, nos lembram os benefícios recebidos...

O distraído Brasil, tem, felizmente, quem lhe agradeça e reconheça as dividas... Bem haja o Instituto!

#### ELOGIO DOS SÓCIOS

(Proferido na sessão magna de 26-X-43 pelo orador oficial do Instituto)

PEDRO CALMON

É um dever de precioso conteúdo cívico o que realiza todos os anos o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a tributar aos sócios falecidos a homenagem de sua gratidão.

Para êles temos, neste dia de revisão, saudades e justiça, uma palavra de exaltação que não é redundante, sequer protocolar, porque devida — e necessária.

As instituições vitalícias beneficiam-se da colaboração indefinida dos que a amparam e prestigiam : pagam-lhes o trabalho com a compreensão, o respeito, o reconhecimento, das gerações que se renovam sob os mesmos tetos.

Max Fleiuss, Afranio de Melo Franco, José Joaquim Seabra, Rivarola, o General Justo, Camelo Lampreia, Dom José Gaspar passaram últimamente, dos quadros sociais onde luziam os seus nomes, para a galeria dos mortos que não deixamos morrer.

Honramos a sua memória falando de sua vida, de seus serviços, de suas lutas, de seus sacrifícios, de sua obra intelectual, do vestígio luminoso que lhes ficou nas páginas da História onde se recolheram—como aos seus brancos mausoléus.

É um dever sagrado. Cumpre-se com piedade e ternura.

#### MAX FLEIUSS

Há homens coletivos. Pressupõem a sociedade a que pertencem: misturam-se às suas emoções e nelas se dissolvem, esquecidos da rebelião individual que é o protesto dos solitários — e a sua glória áspera. Max Fleiuss pertence àquela ordem dos espíritos gregários. Jamais se isolou em egoismos agressivos. Tinha a vocação acadêmica das colegiadas onde são comunicativas as almas, a sabedoria, a graça, a autoridade, a tolerância; e o sentido, ou o destino do serviço público. Começou a vida não como uma inteligência arisca, provocada pelas hostilidades do meio, porém, de súcia risonha com os poetas e os prosadores d'"A Semana", logo um deles, a confundir-se com a turba insigne. O seu nome podia ser, em 1893, "a geração". Desde 1900, foi o "Instituto". Principiou "escola literária", a par de Valentim Magalhães, Bilac, Neto, Paula Ney, Filinto, Guimarães Passos, Pardal Mallet; terminou identificado com a velha casa que administrou tanto tempo, esquecido de si, para mais a engrandecer. Se muito escreveu, na comunhão dos parnasianos de 1889 e à sombra dêstes tetos veneráveis, foi ainda em razão do compromisso - e para serví-los.

Filho do grande desenhista e gravador Henrique Fleiuss, cuja biografia traçou com enternecido primor, nasceu Max no Rio de Janeiro, em 2 de outubro de 1868. Era bom carioca. Talvez gostasse dêsse epitáfio, se tivesse pensado numa inscrição alegórica para o scu túmulo. Porque pagou ao Rio a sua dívida de amor, dedicandose, como poucos ainda o fizeram, à história da cidade. Conhecia-a como Vieira Fazenda, Noronha Santos, Escragnole Dória ou Luís Edmundo. As ruas e as casas do seu tempo, mais os personagens e as lendas, além da tradição política e dos casos pitorescos. Malbaratou em parte, na sua conversa fluente, a ciência e a memória que pudera estender por densos volumes, como os de Maxime du Camp sôbre París ou os de Júlio de Castilho sôbre Lisboa velha, caturra e sentimental. Preferia falar... Porque lhe sobrou experiência. Cedo subiu os degraus do Estado para ver de perto os homens da monarquia. Foi oficial de gabinete de Rodrigo Silva; assistiu às audiências do Imperador na galeria envidraçada de S. Cristóvão; presenciou a epopéia civil da Abolição e se encontrou, no dia seguinte à proclamação da República, sem saber o que fazer entre gente estranha.

Muito jovem para ter convicções irredutíveis, e suficientemente honesto para as não simular, deu-se daí por diante a uma só política, que foi a da amizade. Renunciou às ambições indiscretas, para ser fiel aos seus amigos. Quando, aos 32 anos de idade, se lhe abriram as portas do Instituto, completou o quadro de suas aspirações. O Marquês de Paranaguá, o Conselheiro Olegário, o Barão do Rio Branco, Afonso Celso, tiveram-no por auxiliar prestimoso e inexcedível. Galgou a secretaria perpétua — o que foi honra excepcional — como um prêmio conquistado pela assiduidade, pela correção, pelo caráter, pelo patriotismo. Secretário perpétuo, não descansou até morrer; e morreu trabalhando. Os seus admiráveis esforços culminaram nos congressos de história nacional e americana de 1914, de 1922, de 1931, de 1938; e para testemunhá-los aí estão as dezenas de tomos da "Revista" publicada sob a sua direção.

Foi na sua saleta, atrás do bureau antigo, as costas apoiadas a uma parede coberta de retratos veneráveis ou amados, que o encontrámos vinte anos, afável, espirituoso, complacente, informado das coisas do Instituto como se êle próprio as tivesse catalogado e numerado — e metódico à velha moda. Numa carta nostálgica para Madame de Récamier contou Chateaubriand o automatismo impassível a que se habituara em Roma, tanto que os vizinhos sabiam as horas pelas suas entradas e saídas: percorria todos os dias o seu quadrante... No Instituto marcávamos as doze horas e as quatro da tarde pela chegada e pelas despedidas do secretário que não faltava. Cumpria inflexivelmente esse velho dever. Por vezes lhe tumultuava na saleta modesta o vozerio amigo de meia dúzia de confrades, a cujos debates presidia com suave autoridade. Nenhum lhe fêz perguntas sem resposta, sôbre os acontecimentos da nossa história política, do anedotário imperial, dos costumes e fatos notáveis do seu Rio patrício, solarengo ou boêmio. Não abria mão, entretanto, de três místicas: a da Pátria, a do afeto, a da casa. A vida inteira bateu-se por elas. Pelo Instituto, pelos amigos que aquí tinha, pelo Brasil eterno — acima dos homens e dos interêsses temporários, encarnado nos heróis (oh! com que ênfase os exaltava!), nos nomes tutelares, nos grandes espetáculos da evolução nacional. Desprezava, quanto a êsse arrebatamento cívico, as reservas doutas de que se abastece a História para julgar os grandes pleitos: nem a considerava mansa e fria como um repertório.

Animava-a com o seu entusiásmo, punha-lhe fôrça e persuasão, e a valorizava como uma pedagogia, para a educação intuitiva das massas. como se fôsse indispensável uní-las às gerações mortas por uma admiração vibrante. Transformou-se em professor de idealismo, pela arte de influenciar as conciências com os grandes exemplos, as alegorias patrióticas, os símbolos nacionais, as emoções que deles brotam, e o seu invisível comando. Ensinou largamente a fé que lhe sobrava no peito. Fêz-se apóstolo de reivindicações desinteressadas, na defesa perseverante de ilustres reputações, de remotas injustiças, de glórias esquecidas — que ia desentranhar das sombras da galeria para o esplendor definitivo da crítica e da homenagem. Assim lutou — é um exemplo — em prol da Imperatriz Leopoldina, de quem ninguém se lembrava, para elevá-la à categoria das heroínas do Brasil, na linha dos nomes imortais da Independência. Teria razão? A delicadeza e a cortesia antecipam às vêzes a lógica. Neste caso induziam à verdade. Documentos em seguida publicados provaram o seu acêrto. A loira arquiduqueza aderira com ardente sinceridade à causa do Brasil e exercera o seu prestígio doméstico — sem prejuízo do seu prestígio dinástico - para guiar o tempestuoso espírito do espôso no caminho da dignidade, e do Império, que levava à liberdade da Nação, pátria e sepultura de seus filhos. Daí a intransigência com que lhe defendia a memória; as flores que, todos os anos, em 7 de Setembro, lhe derramava sôbre o ataúde, no convento de Santo Antônio; a literatura que lhe dedicou.

Jamais o Instituto olvidará o seu fiel e grande amigo, presente na saudade dos companheiros e, mais tarde, no reconhecimento dos que vierem depois de nós, como um símbolo da vontade criadora que se aplicou à pátria, à tradição e à verdade.

## RODOLFO RIVAROLA E GENERAL JUSTO

Dois membros correspondentes perdeu o Instituto; em 11 de Novembro de 1942, Rodolfo Rivarola, em 12 de janeiro, o General Agustin Pedro Justo. Dois argentinos de benemérita memória; dois americanos de reputação mundial; dois dos melhores amigos do Brasil. O bem que nos quiseram une-os na morte, como os seus serviços à paz do continente os ligaram em vida; incorpora-os o Brasil, à cida-

dania de honra, reservada para os que lhe fizeram inalterável justiça no seu amor generoso, como se brasileiros fôssem, na mais pura intenção do título.

Brasileiros, êsses nobres líderes mentais do seu grande povo, pela compreensão leal da nossa História, pela irrestrita aliança com os nossos destinos, pela solidariedade enérgica com a nossa sorte de país soberano, situado, na serenidade de seus ideais jurídicos, entre as nações mais fiéis à civilização e ao direito!

Podemos considerar o desaparecimento do venerando universitário e do bravo militar como um desfalque sofrido pelo patrimônio espiritual do mundo moderno.

Apagaram-se quando silenciou a sua voz dois lumes que brilhavam acima dum horizonte borrascoso; tôda a América pranteou êsse eclipse, exatamente porque se acostumara a êsse alto clarão. De futuro surgirão os seus substitutos. Também êles sucederam — a Mitre e González, a José Maria Paz e Estrada, a San Martin e Sarmiento... Cada geração tem os seus doutores e os seus capitais. É difícil repetir-se, porém, a coincidência que neles se acentuara, do pensamento aliado à autoridade, para o serviço da pátria e da humanidade, entendidas como um código de deveres cívicos e um programa de ação liberal. No caso de Rodolfo Rivarola, essa devoção era filosofia; e era moral política no caso do General Justo. Aprendera aquele na escola a educar a mocidade, e êste na direção do Estado, a gerir os negócios públicos — a sutil ciência da paz. Por diferentes trajetos chegaram à mesma solução: proclamaram a sua fidelidade à paz ocidental como uma ordem de cultura, definida pela boa vizinhanca, pela democracia, pela oposição aos imperialismos, que insultam a liberdade dos povos, e pela decidida vontade — heróica e severa vontade — de consagrar a pena e a espada à causa dos oprimidos. Acreditaram-se nessa campanha, tranquila e literária, para Rivarola, exposta e vecmente para o estadista-soldado, fazendo da afeição ao Brasil um clarim de alvorada americanista. Tinham para isto a conciência desta época histórica a notícia do nosso passado, que nos afiança o presente, e o sentimento da união segrada, suprema conquista no domínio da política externa, do mundo novo, a querer salvar o velho.

Circunstância apreciável, ser historiador na América — ao contrário do que sucedia na Europa — é ser pacifista solicitado pelas promessas duma concórdia geral, tão visível a impopularidade das guerras, e absurda a mentalidade guerreira, nos climas de trabalho e simpatia humana em que florescem as nações dêste hemisfério! Alhures a história é um tecido de linhas sinistras, uma antologia de ódios enfáticos, uma coleção de vinganças recíprocas, a se alternarem com os ataques e as repulsas em que se entretêm, desde a infância da cristandade gótica, as raças que alí contendem. Ensiná-la constitue um convite ao rancor, na evocação das calamidades que truncaram, um pouco por toda parte, as colunas gregas e latinas da civilização avoenga.

Refugiam-se nas suas páginas os ecos dum estúpido e imenso combate; e as crianças as repassam intimidadas, como se queimassem os dedos nas cinzas dum incêndio — que continua a arder-lhe no sangue, no terror vago, na angústia indefinível da crise hereditária, sua desilusão e seu encargo... Aquí, traduz otimismo, rebenta em fraternidade, e é conciliação nas suas lições de prudência, de justiça e de dignidade social.

Porque não prevaleceram na América os distúrbios cíclicos responsáveis pelo caos dalém mar, nem se agasalharam nas suas florestas os gênios predatórios, que rondaram os castelos europeus. Formouse aqui um ambiente ordeiro, bíblico e desafogado, onde os direitos do homem se nutriam da seiva generosa da liberdade e da riqueza — e preferiram as multidões os seus chefes pacíficos, as suas leis equitativas, a sua moderação honesta. Habituaram-se por isso à defesa irredutível da sua segurança e do seu sistema de vida. E conceberam a união americana como uma resposta a tôdas as ameças. O jurista Rodolfo Rivarola e o presidente General Justo eram sábios intérpretes da história da Argentina e da América: devemos-lhes o serviço de terem transformado essa informação em diplomacia, doutrina e cruzada. Foi a esplêndida mensagem do seu civismo oferecida ao universo desarvorado pela catástrofe: um exemplo, um juramento, uma advertência — cujas ressonâncias continuam a orientar, a prevenir, a comandar!

Rodolfo Rivarola era de Rosário de Santa Fé, onde nasceu em 18 de dezembro de 1857. Advogado, jurisconsulto, tratadista, poeta,

deveras sábio na multiplicidade dos seus conhecimentos — e na importância de sua bibiografia —, predominou na sua extensa carreira a vocação do magistério. Exerceu-o desde 1883, professor de linguagem no Colégio Nacional de Corrientes, de História em La Plata, de Filosofia e Direito Civil na Faculdade de Direito de Buenos Aires, de ciência penal na de La Plata, por fim presidente da Universidade, em 1922 quando se jubilou. Escreveu sôbre todos os ramos do Direito. Foi legislador, consultor jurídico do Estado, definidor de rumos constitucionais, orador político, biógrafo, pedagogo, historiador, filólogo. Admirava Mitre, de quem fêz um soberbo retrato retrospectivo, defendeu a civilização contra a barbárie, em direta sucessão de Sarmiento, e, como o autor de "Argirópolis", estabeleceu a escola como o fundamento da moralidade pública, o alicerce da organização nacional, e decôro e a solidez da sociedade. Ainda a doutrinar, assumiu a presidência do Instituto Brasileiro-Argentino de Cultura. Neste caráter veio em 1937, ao Rio de Janeiro. Recebeu-o então o Instituto Histórico como sócio correspondente exatamente no dia em que completava 80 anos de idade.

Memorável discurso então proferiu — na sessão conjunta que em sua honra se realizou na Academia Brasileira — o Ministro Rodrigo Otávio, o melhor, o maior de seus amigos. A consagração aí feita a Rivarola se revestiu duma pompa singular. Na festa de gratidão — ao animador dos estudos brasileiros na Argentina — palpitava o respeito pelo homem de idéias, que as elevara a um nível bem alto de pureza moral, de cordialidade internacional, de convição jurídica, de beleza e verdade.

O elogio de Mitre é um traço comum, entre a personalidade literária do velho mestre e o General Agustin P. Justo, presidente honorário do Instituto quando aquí veio, trazendo a tiracolo a faixa azul e branca de chefe da nação argentina, em 9 de janeiro de 1934. É um precioso estudo de análise político-espiritual, o que de Mitre fêz o General Justo, como prólogo às Obras Completas, deveras prefácio suntuoso para uma série de livros perenes, quais as histórias de Belgrano e San Martin e a versão espanhola da Divina Comédia. Ambos tinham o culto daquele cavaleiro do flórido patriotismo, embora a êle conduzidos por distintas influências. Qual a tônica da vida moral de D. Bartolomé Mitre? A intuição das armas ou o sentimento po-

lítico? Quando foi mais pròpriamente Mitre — major do cêrco de Montevidéu a ler os metafísicos sôbre as baterias da nova Tróia, ou a pontificar em La Nación, seu jornal, como um tributo ateniense na agora batida pela ressaca das paixões insensível e superior à sua violência?...

A pergunta lembra Sieyés e Cambacéres, hesitantes diante do primeiro Cônsul. Podemos respondê-la, entretanto. Pelejando pela pátria e pelas reformas essenciais à sua conservação, cumpriu Mitre a missão cívica que se impusera. Não fêz da batalha um fim, porém, um argumento. O sacrifício de sangue documentava a sua sinceridade. Nas trincheiras da cidade cercada e vinte anos depois, foi aliado do Brasil. Advogou desde o primeiro número de "La Nación" a política da vizinhança amiga. Prestigiou-a com os lauréis e as tribulações de chefe de partido, de comandante de opinião, de patriarca da República. Que os grandes homens nunca tiveram mestres, dizia Fontenelle. Enganava-se. Mitre foi discípulo de Belgrano; Agustin P. Justo foi discípulo de Mitre.

Nasceu em Concepción del Uruguai, provincia de Entre-Rios a 26 de fevereiro de 1876. Concluiu o curso militar em 1892. Formou-se em engenharia civil, quando Capitão do Exército. Professor de matemática e telemetria da Escola de Tiro a partir de 1909, desempenhou nas secções técnicas do Exército cargos de crescente importância, que justificaram a sua escolha, em 1922, para Ministro da Guerra na presidência Alvear. Diretor do Colégio Militar, General de Brigada em 1923, e de Divisão em 1927, embaixador às comemorações de Aiacucho, no Perú, teve depois da revolução de 6 de setembro de 1930, o comando em chefe do Exército, e em 20 de fevereiro de 32 o mandato popular a presidência da República. Visitou o Brasil em 1933, em 35 hospedou em Buenos Aires a conferência de consolidação da paz convocada pelo presidente Roosevelt — decisivo acontecimento na história do pan-americanismo — e em 1938 se encontrou em Uruguaiana com o Presidente Getúlio Vargas, para solenizar o lançamento da pedra inaugural da ponte sôbre o Uruguai, hoje merecidamente "Ponte General Justo".

No govêrno foi coerente com a sua orientação pacifista e americana; fora das posições — apóstolo, quase diríamos mártir, dessa política. Porque sem saúde já para as fadigas duma ação pública

intensa, quis oferecer-se em holocausto à causa — e deixou que estalassem as cordas do coração, para que lhe ouvissem o apêlo os homens de boa vontade. Nessa fase crepuscular de sua vida se tingiu
ela do ouro e das flamas da epopéia como sucede com os fulgurantes
fins de tarde dos pampas. Não permaneceu indiferente à América
reunida sob as bandeiras desta guerra de desagravo e redenção. General honorário do Exército brasileiro doeu-se da afronta feita pelo
inimigo à nossa soberania e aceitou como a sua guerra a nossa guerra,
vindo oferecer a espada à defesa do Brasil, como San Martin o fizera
um dia ao Chile e ao Peru. Foi à luz dessa grande cena de fraternidade d'armas que o vimos pela última vez. A cidade recebeu-o numa
apoteose. Trazia na beleza do seu gesto a confirmação dum século
de amizade: era como se voltasse Mitre, fardado com o mesmo uniforme de Toneleros, para rever, na vibração das ruas os sentimentos
de solidariedade internacional que semeara nos campos do porvir...

A sua palavra foi profética, eletrizante o seu rasgo heróico, a sua persuasão irresistível. Transformamos em festas essa visita: mal imaginávamos que tão perto lhe estivesse a morte. O general não desertou do bom combate: deixou nas almas o magnetismo de sua simpatia e na conciência das nações o aviso do seu civismo. Continua entre nós na imortalidade de sua memória, ligado para sempre ao reconhecimento do povo que o amou, intermediário entre duas pátrias, aquí e lá, como o rutilante condestável, sem mancha nem temor, benévola e ilustre figura que se incluiu entre os patronos e os heróis da nova América!

## AFRÂNIO DE MELO FRANCO

Afrânio de Melo Franco foi um dos mais lúcidos homens de Estado de que se orgulhou o Brasil. Aos talentos de jurisconsulto, ao tino e perícia dos negócios públicos, ao profundo conhecimento dos problemas nacionais a que se familiarizara desde a juventude, aliava a dupla ciência da Administração e do Direito internacional — e logrou ser, com essas faculdades, diplomata de reputação universal.

De Paracatú, descendente de velho tronco mineiro, privilegiado pelas sucessivas gerações de intelectuais em que periòdicamente reverdesce, foi no princípio da carreira promotor de justiça e secretário

de legação. Não o seduziu o áureo exílio dos postos no estrangeiro. Preferiu abrir a sua banca de advogado em Belo Horizonte, caminho andado para a política, a que não poderia eximir-se pela vocação desenganada e pelo próprio prestígio. Em 1902, estreava-se na Câmara estadual, donde subiu quatro anos depois, para a Câmara Federal, qualificado como um dos mais influentes representantes de Minas Gerais.

Tinha 36 anos, cultura para relator geral da comissão do Código Civil, importância política para presidir a comissão de diplomacia e tratados, virtudes tribuniciais para figurar entre os grandes parlamentares do tempo, estudo e informação das questões para recomendar-se aos maiores cargos da República. Embaixador extraordinário à posse do presidente da Bolívia, em 1917, secretário de Estado com Artur Bernardes em Minas Gerais, Ministro da Viação na presidência Delfim Moreira, delegado à conferência internacional do trabalho em Washington em 1921, era solicitado, em 1923, para chefiar a missão brasileira à Quinta Conferência Pan-Americana, embaixada que o credenciou para a suprema investidura diplomática, logo em seguida, qual a representação permanente junto à Liga das Nações.

Desde 1923, portanto, Afrânio de Melo Franco se dedicou à defesa dos interêsses de sua pátria, vale dizer, do seu americanismo veemente nas assembléias ou tribunais onde foi preciso definir-lhe os compromissos de ordem e justiça. Coube-lhe em nome do seu govêrno romper com a sociedade de Genebra. Por si mesmo não a deixaria tão depressa. Acreditava na composição jurídica dos conflitos entre os Estados, atribuía aos institutos técnicos da paz uma grave responsabilidade no desarmamento das nações e compreendia o idealismo da nossa gente, a responder com as fórmulas de moral comum à rajada de violência que tamborilava de novo nas vidraças do mundo.

Traçara uma linha reta entre o congresso pan-americano de Santiago — cujos frutos temporões faziam prever a farta colheita das conferências subsequentes, Havana, Montevidéu, Buenos Aires e Lima — e o palácio branco, às margens do Leman nos climas românticos de Rousseau. Segundo a sua inspiração de estadista e legislador, a organização continental da paz serviria de modelo e apoio ao organismo geral de coordenação dos povos, arrimado à lógica de Wilson, de Briand, de Leon Bourgeois, dos profetas escandinavos da serenidade

universal: e fôra necessário fortalecer com um sólido auxílio das potências o caráter executivo da Sociedade de Genebra.

Em 1926, dela nos desligamos. Os relevantes motivos que para isto houve, não foram decerto os motivos publicados. É uma sutileza diplomática a superposição dos pretextos às razões. Neste caso, porém, as razões eram implicitas, evidentes e simples. Entrando na Liga a par dos Estados Unidos, que a elaboraram na doce doutrina de Wilson, pouco tínhamos de fazer ali sem êles, agora obstinados num isolamento radical. Foi deveras um equívoco da Europa, a conservação da Liga para além do seu têrmo natural de vida, uma vez desajudada da América do Norte, cuja filosofia prática se estampara na sua arquitetura moral. Retirada à suave instituição o seu pilar ultramarino, devera converter-se, e de fato se converteu num sistema de equilibrio entre os paises convizinhos sem a fôrça e a oportunidade é como se disséssemos, sem juizes e alçada — para dirimir-lhes os pleitos numa atmosfera de isenções respeitáveis. Suprimiu-se lentamente pela ineficiência de seu sistema de sanções; acabou, mergulhada no silêncio de suas naves abandonadas como um templo profanado, ao qual esvaziassem os nichos levando os santos; perdeu o seu sentido vital. Mas não morreu o culto! Agasalhou-o a América nas suas catedrais, nas suas escolas, nas suas chancelarias, donde, em seguida, retomaria o govêrno dos espíritos. Se a retirada da Liga das Nações, em 1926, foi um desengano, a paz de Letícia, dez anos mais tarde, foi uma profissão de fé.

Cooperou Afrânio de Melo Franco para a revolução brasileira em 1930. Atribuiu-lhe a junta provisória apenas constituída o Ministério das Relações Exteriores, e interinamente, o da Justiça. A frente do Itamaratí, com o presidente Vargas, permaneceu até 1935. A eficiência de sua gestão diplomática pode ser reduzida a uma fórmula: honrou as tradições americanistas da nossa política externa oferecendo à paz dos povos a leal contribuição do Brasil! Demonstrou na conciliação de Letícia fora do ministério, porém, em prosseguimento de sua ação de chanceler, o acêrto de sua orientação condecorada de grandes êxitos. Maior aproximação dos Estados americanos; intercâmbio espiritual a atenuar-lhes as diferenças; sôbre as distâncias geográficas, a alta ponte da amizade internacional; e, acima dos interêsses eventuais, um sistema de Direito para moderá-los. Por isso nas

conferências pan-americanas a que compareceu, e afinal, na comissão jurídica inter-americana, a que presidiu, antes da guerra atual e durante os seus períodos mais sombrios, manteve intacta a sua confiança na supremacia da justiça, no triunfo equânime da lei sôbre os desatinos da fôrça, síntese de sua conciência de legista em face do desvário dos impérios dementes.

Ouantas vêzes, por fim, lhe ouvimos a firme palavra de reprovação à violência, de tranquila segurança da vitória, ao tempo em que rolavam as colunas da civilização européia, e a bota dos alemães retinia sob os arcos de París pisando as ilusões duma literatura, os ossos de vinte gerações, a poeira das idéias, as relíquias dum paraiso perdido, para os anjos — e a sua divina harmonia! Não, dizia nas suas conversas, nos seus relatórios, nas suas orações; não prevaleceria a brutalidade sôbre a moral porque há energias históricas que zombam do ferro e do fogo. A Alemanha de Hitler tecia a sorte da outra Alemanha destrocada pela aliança das democracias; nem lhe demoraria o castigo, traçado na lógica dos acontecimentos. Acreditava na organização da paz segundo a experiência dos antigos fracassos, pela subordinação inevitável dos Estados a um código de disciplina jurídica; argumentava com as conquistas do Direito continental, incorporadas à sua política como as linhas sóbrias dum programa ou as definições acadêmicas duma doutrina; e apontava os rumos à diplomacia brasileira nessa paisagem de problemas mundiais, dominada por sua luminosa inteligência do drama contemporâneo.

A morte atalhou-lhe a carreira, quando mais necessitávamos do seu patriotismo e da sua sabedoria. Fizeram-se grandes homenagens à sua memória, com a recapitulação dos benefícios e o esquema dos atos inesquecíveis que praticou a bem da humanidade. Pranteou-o o Brasil, como a um pró-homem de seu govêrno; comemorou-o a América, como a um expoente de seu idealismo; inclinaram-se diante de seu ilustre nome os estadistas de todo o universo, lembrados do embaixador e do chanceler que se ufanara de ter apaziguado os homens, na mesma época em que era costume dividí-los. E o Instituto Histórico, habituado às fulgurações de sua eloqüência, quis recompensar-lhes as heróicas fadigas com a apologia que consagra aos seus exímios protetores. Junțou ao elogio de sua obra o comovido aplauso à

sua vida digna das responsabilidades espirituais da Pátria — e da sua projeção no mundo moderno!

## JOSÉ JOAQUIM SEABRA

José Joaquim Seabra foi feito sócio honorário do Instituto em 1905, por gratidão ao Ministro da Justiça que o instalou no Silogeu, em ala sólida, em condomínio então com o Instituto dos Advogados, a Academia Nacional de Medicina e — irmã mais feliz, porque se emancipou, mercê da herança Alves — a Academia Brasileira de Letras.

Baiano de guatro costados, nasceu Seabra em 1855. Aos 24 anos deslumbrou a Faculdade de Direito de Recife com um fulgurante concurso que lhe deu o domínio de sua primeira cidadela: o prestígio de mentor da juventude. Ambicionava outros castelos. Não era a sua vocação a dialética filosófica contra ou a favor de Tobias Barreto; muito menos a ciência calma, que se refugia nas livrarias palpitantes de idéias desinteressadas. Político de indole, de formação, de escola; por tendência ambiente e oportunidade; de corpo e alma, tôda a sua longa existência isto foi desenganadamente, irredutívelmente, mesmo heroicamente - sem temperamento nem lazeres para outro ofício que não fôsse o da ação pública. Conservador antes da República, republicano da primeira plaina, mas destemido civilista após a implantação do regime a que serviu com as suas fôrças jovens, fêz da Baía o campo de suas batalhas eleitorais e do parlamento nacional o cenário de sua estrategia partidária, de fato, desde 1890 - constituinte entre os mais ouvidos - sem chefe e sem arregimentação, como um soldado de fortuna a bater-se pelas divisas do seu escudo. Fervia-lhe nas veias a audácia dos grandes reptos. Opôs-se • furiosamente ao Marechal Floriano, que o exilou para o Cucuí. Replicou-lhe, pondo-se ao lado de Custódio de Melo em 93. Fêz-se "leader" da maioria da Câmara na presidência de Prudente de Morais e foi Ministro da Justica com Rodrigues Alves. Voltou aos conselhos do govêrno, Ministro da Viação, de 1910 a 1912, e duas vêzes administrou o seu Estado natal, de 1912 a 1916 e de 1920 a 1924. Deputado, senador, ministro, governador, depois intendente municipal, nas posições ou delas alijado, nas suas grandes horas de popularidade ou nos reveses, lutando, solitário, contra os acontecimentos, os homens e o tempo, conservou inalterável a sua fibra de campeão temível. Jamais recusou o combate por mêdo e conveniência; nunca lhe fugiu ao ruído d'armas; e o pelejou de viseira alta até a provecta idade em que o víamos, falando às massas uma linguagem impetuosa de moço condutor de almas, truculento nas invectivas, sem memória dos agravos, brando de sentimentos e intransigente nas atitudes, só, a despeito dos agrupamentos a que se associou, individual, arrebatado, sistemático, levando na ponta da lança o lema dos desafios sonoros, e por êles arrebatado a vida tôda sem trégua nem descanso. Mediu-se com os maiores oradores, temperou ao fogo de rudes contendas a sua coragem de tribuno do povo. foi autoridade forte e seu inimigo, artífice da ordem republicana e seu reformador, homem da lei e árbitro revolucionário, no desenvolvimento tumuituoso de sua carreira de capitão de democracia. A praça pública atraía-o. Nela viveu, intérprete tempestuoso de suas cóleras e de suas esperanças, como os velhos tribunos que construiam em meio da multidão a tenda de comando e governavam com a palavra. Tinha a vocação dêsse govêrno, ou a sua intuição: era instintivo, compreensível, imprevisto.

Uma vez — em 8 de julho de 1923 — para dizer ao povo a sua ternura cívica na data centenária da Independência na Baía, recalcou a ênfase, que pudera ser banal, para recitar de cor a ode de Castro Alves, gesticulada, como um hino triunfal, sôbre um oceano de cabeças frementes de emoção poética... Sabia rugir, apostrofava como um profeta em Babilônia, perorava com eloqüência patética, e cantava em versos épicos — tanto fôsse necessário traduzir os sentimentos populares. Não desejou outra inspiração para a sua jornada. extensa, dramática, desigual, às vêzes fascinante, senão romântica, iluminada, dum extremo a outro, pelas gambiarras da cena política, luz predileta, crua e fantástica que foi o sol de sua peregrinação.

Lembrando-lhe o pensamento e a luta, não lhe esquece o Instituto Histórico a graça dum benefício, de que talvez já se não recordasse o velho Seabra 37 anos volvidos. Em pleno fragor das campanhas do poder, depois de debelar uma revolta, de chamar para o saneamento do Rio Osvaldo Cruz e de apoiar o Prefeito Passos no seu torvelinho útil, de remodelador da cidade — empregou as

sobras do orçamento de sua pasta na arquitetura desta casa, para que morassem decentemente as instituições doutas cheias de glória e vazias de dinheiro. Feliz providência! Amparando uma academia de estudos, foi como se resguardasse a árvore, cuja sombra ainda havia de abrigar-lhe a velhice à sombra generosa, que sempre remunerou ao bom lavrador. É por êsse ato de previsão, de cultura e de patriotismo que estamos a repetir, agradecidos, o seu nome: que sobreleva, à memória dos rudes temporais que passaram, a suave lembrança dum colégio edificado. No argumento destas paredes há um protesto — contra o silêncio.

#### CAMELO LAMPREIA

A biografia dêsse irmão espiritual do marquês de Soveral que foi o conselheiro João de Oliveira Sá Camelo Lampreia - sócio honorário do Instituto desde 15 de maio de 1928! — se confunde com a história das relações luso-brasileiras entre o reatamento diplomático de 1896 e os nossos dias. Veio moço a encarregar-se dos negócios de Portugal no Rio de Janeiro, quando mais requeriam a simpatia dum aristocrata de sentimentos, a sinceridade dum amigo respeitável, a lucidez dum político hábil. No exercício de sua missão foi cativante, influente, irrepreensível. Dominou primeiro, com a sua correção e a sua lhaneza, a maré montante de preconceitos jacobinos; impôs-se ao aprêco dos meios intelectuais do país; passeou com êxito a sua elegância e a sua mocidade pela rua do Ouvidor de 1897, trepidante de barulho faccioso, e ganhou o coração do Brasil no caso da ilha da Trindade — quando foi o seu Rei o árbitro que nos ajudou a resolvê-lo. Colaborou decisivamente para a esplêndida celebração do 4.º centenário do Descobrimento, Ministro de primeira classe aos 37 anos, extremou a ambição moderada êle próprio, a imagem da compostura e da serenidade — num grande espetáculo de raça e História.

Queria que aquele bom Rei viesse ao Brasil em 1908, centenário da abertura dos portos pelo seu tetravô D. João VI e assistisse com os seus olhos azuis de Coburgo a sua bonomia de Bragança, a agudeza de Bourbon, o gôsto das paisagens e a finura tradicionalista que completavam o seu perfil político — mas assistisse embevecida-

mente, o triunfo cenográfico da civilização brasileira comemorado na Exposição Nacional.

O Barão do Rio Branco e Presidente Pena deram a êsse projeto visível entusiasmo. Seria magnífico para ambos os povos, o traco de comunhão intima fixado pela régia visita, a mais disto em confirmação do sentido atlântico da nossa gente, hoje, como ontem, unida sôbre as ondas do mar na festa lusíada das navegações... Caiu do seu sonho, arrojado na realidade da revolução, quando num comboio - contava-o com uma lágrima tremendo na pupila iracunda — lhe disseram que o Rei tinha sido morto. Ergueu-se, enfurecido e incrédulo, como se lhe tivessem dito que o terremoto engulira de novo Portugal. E nunca mais se reconciliou com a transformação que se seguiu à catástrofe. Abandonou a carreira ao tombar a monarquia. Mudou-se de vez para o Brasil. Reintegrou-o o governo português em 1932 no seu antigo posto de Ministro, para os efeitos da aposentadoria, que lhe concedeu em homenagem dos servicos de outrora. Tivemo-lo, até o fim, impecável no corte magistral de sua casaca, com a grã cruz de Santiago de retrós cintilante sôbre o coração, emblema, na sua galanteria de fidalgo que não quis envelhecer, duma geração tenaz, leal e sábia... Auxiliava como podia todos os empreendimentos benfazejos da colônia portuguesa no Brasil. Não lhe faltava aos atos solenes. Figurava com admirável constância nas suas cerimônias votivas. O embaixador Nobre de Melo tinha-o ao lado nas consagrações do duplo centenário, de 1940. Era assíduo às sessões do Instituto, como para provar a continuidade de sua fé - nos destinos do Brasil, que juntava veementemente à sorte de Portugal, para defini-los com ardente otimismo. Não permitia lhe negassem três valores eternos: a imortalidade de Portugal como o defendeu "in illo tempore"; a grandeza do Brasil, como o amou na sua fidelidade pura; e a alianca inglesa. permanente garantia do império. Quando, em 1940, viveu a Inglaterra as horas mais graves de sua História de mil anos, o conselheiro Camelo Lampreia desdenhava dos pessimistas, não acreditava nos telegramas, achava a dúvida absurda, e com a sua pomposa calma de embaixador do passado, proclamava a confiança na vitória britânica — tal um dogma que não se discute. O seu relógio parara em 1908. Então, as auras da ventura acariciavam o penacho branco dos reis que se visitavam; e Gibraltar era, talhado em rocha viva, o leão inglês adormecido sôbre as patas, que guardava a encruzilhada do mundo.

Para a rija crença do conselheiro Lampreia houvera uma ligeira modificação de coisas. Tinham despertado o leão. Rosnara molestado; talvez lhe sangrasse a juba; mas... ai dos temerários! que ao leão de Waterloo não se feria impunemente. Morreu certo de que Deus lhe bendissera a fé. No seu esquife, fardado com o resplandecente uniforme da côrte de antanho, o peito flamejante de comendas, ao pé as côres alvi-azuis como um teimoso reflexo de sua saudade dos tempos idos — era a imagem dum século extinto a remover-se com os seus ouropéis para o jazigo onde repousa. Amor da pátria foi o seu — como o do poeta — "não movido de prêmio vil, mas alto e quase eterno"!

#### DOM JOSÉ GASPAR

O arcebispo Dom José Gaspar de Afonseca e Silva não chegou a empossar-se na sua cadeira de sócio do Instituto. Preparara para a investidura o seu excelente elogio de Dom Sebastião Leme, a quem sucedia, tanto no lugar profano, de mestre de letras humanas, como nas responsabilidades espirituais dentro nesta casa, de grande prelado, que a prestigiaria com as suas virtudes heróicas.

Surpreendeu-o na infausta viagem a morte que tão cedo o roubou ao serviço da Igreja e da nação. O seu discurso foi aquí lido, em memorável sessão evocativa, pelo arcebispo Dom Francisco de Aquino Correia. Cabe, porém, especial menção do seu nome quando, neste dia consagrado ao louvor dos companheiros perdidos, os recordamos com profunda emoção.

Aos 41 anos de idade, alcançara o grande arcebispo (como dêle se diria no estilo de Frei Luiz de Cáceres) a autoridade que só obtêm os privilegiados campeões da Igreja, de palavra evangélica, de coração santo, de coragem insigne, de inteligência empolgante, de missão providencial. Subiu ao episcopado, e por escolha unânimemente aplaudida, à arquidiocese de São Paulo, arrebatado de sua humildade pelos merecimentos evidentes que lhe floresceram em apostolado, eloquência sagrada, doutrina religiosa, assistência social, misericór-

dia, altivez e pacificação. Pouco tempo lhe foi dado dirigir a sua vasta arquidiocese. Mas não foi tão curto que lhe não permitisse convocar o Congresso Eucarístico — a mais soberba manifestação coletiva de fervor católico de que há memória no país — cujas ressonâncias saltaram os mares e ainda circulam na atmosfera moral da pátria.

Foi enérgico no seu combate de missionário invicto, insistente na sua pregação embebida na sabedoria das Escrituras, intransigente nas suas atitudes de bispo militante, digno de seus maiores antecessores na tríplice defesa, do patrimônio inviolável da família, da dignidade humana, da união nacional. Granjeou, com as suas mensagens, o seu sacerdócio, a sua vida, a veneração do povo que o recolheu nos braços quando de imprevisto a procissão comandada por seu báculo de bom pastor se transformou nas exéquias que o levaram gloriosamente para a cripta de sua catedral — panteon dos bispos paulistas que é também no sub-solo da igreja-matriz, um sólido alicerce da integridade do Brasil. Sim, do Brasil de Piratininga abencoada pelo padre Anchieta, do Brasil bandeirante que dalí arrancou para a caca das esmeraldas nos sertões bravios, do Brasil de quatro séculos arranchado à beira dos caminhos, dispersado pelos itinerários do planalto, acomodado nas lavouras do recôncavo e esparzido pela amplitude dos campos gerais, patriarcal, caboclo ou letrado, mas incorrupto nas suas linhas nacionais, que lhe compuseram a fisionomia, a fôrca, o mapa, a tradição, o Direito, a moral, a beleza bárbara e a alma livre!

ATAS DE 1943



### INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Assembléia Geral Extraordinária, em 22 de fevereiro de 1943 (Sessão 1709)

Às 16 e meia horas, reuniram-se na Sala Varnhagen os sócios do Instituto Histórico, que, especialmente convocados em assembléia geral extraordinária, tomaram conhecimento de uma proposta para preenchimento de vagas.

Compareceram os seguintes sócios: Srs. José Carlos de Macedo Soares; Augusto Tavares de Lira; Virgílio Correia Filho; Ocvaldo Aranha; Alcindo Sodré; Frei Pedre Sinzig O. F. M.; Rodrigo Otávio Filho; Ataulfo Nápoles de Paiva; José Luiz Batista; Radler de Aquino; Ruben Rosa; Bernardino José de Sousa; Príncipe D. Pedro de Orléans e Bragança; Jerônimo de Avelar Figueira de Melo; Raul Tavares; Herbert Canabarro Reichardt, Padre Serafim Leite; Luiz A. Vieira da Silva; Lucas A. Boiteux; Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho; Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt; Alfredo Nascimento; José Matoso Maia Forte; Edmundo da Luz Pinto; Luiz Filipe Vieira Souto; Gustavo Barroso; Cláudio Ganns; Argeu Guimarães; José Wanderley de Araújo Pinho; Rodolfo Garcia; Manuel Tavares Cavalcanti; Cristóvão Leite de Castro; Afonso d'Escragnolle Taunay; Emílio Fernandes de Sousa Doca; Carlos da Silveira Carneiro.

Justificaram a ausência os Srs. General Cândido Mariano da Silva Rondon; Ministro Alfredo Valadão; Dr. Sílvio Rangel de Castro e Tobias Monteiro.

Abrindo a sessão, o Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares que tinha ao seu lado, à mesa, os Srs. Virgílio Correia Filho, secretário, e Comandante Radler de Aquino, tesoureiro, comunicou à assembléia, em sentidas palavras, o falecimento do secretário perpétuo Max Fleiuss, ficando resolvido consignar, em ata, um voto de profundo pesar.

O Sr. Virgílio Correia Filho, secretário, leu, das Efemérides do Barão do Rio Branco, as relativas ao dia.

A seguir foi apresentada a seguinte proposta:

— "De acôrdo com as anotações escritas pelo dedicado Professor Max Fleiuss, cujo desaparecimento lamentamos, e que não teve enséjo de transformá-las em documento definitivo, propomos, para Sócio Grande Benemérito, o Sócio Benemérito, Dr. Clóvis Beviláqua, para Beneméritos os sócios efetivos,

Drs. Rodolfo Augusto de Amorim Garcia e Pedro Calmon Moniz de Bittencourt; para sócios efetivos, o sócio correspondente Dr. Alcindo Sodré, Dr. João Martins de Carvalho Mourço, Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade; para sócio correspondente, o honorário Dr. Ernesto de Sousa Campos; para sócios honorários. D. José Gaspar d'Afonseca e Silva, arcebispo de São Paulo, Contra-Almirame Augustin Toutant Beauregard, Comandante Alvaro Alberto e Coronel Laurênio Lago.

São individualidades, cujos nomes em sua maioria já se incluem no quadro social do Instituto, a que prestaram e ainda prestam serviços de valia, conforme assinalou a indicação do inesquecível Secretário Perpétuo, com exceção apenas do preenchimento de sua própria vaga.

Quanto aos que pela primeira vez ingressam no Instituto, a projeção social e cultural de cada um, que se extrema entre os seus pares, pelo saber experiente, comprovado por opulenta bibliografia, constitue penhor seguro do acêrto de suas escolhas.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1943.

Ass.: José Carlos de Macedo Soares; A. Tavares de Lira; Virgílio Correia Filho; Radler de Aquino; Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho; Cláudio Ganns; Feijó Bittencourt; Alexandre Sommier; José Luiz Batista; H. Canabarro Reichradt; Rau! Tavares; Luiz Antônio Vieira da Silva; Padre Serafim Leite; J. Matoso Maia Forte; Jerônimo de Avelar Figueira de Melo; Osvaldo Aranha; Edmundo da Luz Pinto; Luiz Filipe Vieira Souto; Rodrigo Otávio Filho; Cristóvão Leite de Castro.

Em cumprimento dos Estatutos, essa proposta foi encaminhada às Comissões de História e à Comissão de Admissão de Sócios, para ser dado o parecer com que será apresentado para ser objeto de deliberação na próxima assembléia.

Antes de encerrar a sessão, o Embaixador Macedo Soares comunicou à assembléia as nomeações que fizera nos têrmos do art. 28 b. dos Estatutos afim de preencher as vagas na diretoria, provenientes do falecimento do secretário perpétuo Dr. Max Fleiuss.

O Sr. Virgílio Correia Filho foi nomeado 1.º secretário; e para o lugar vago de 2.º secretário, que êsse sócio vinha exercendo, foi nomeado o Sr. Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, bem como se confirmou a indicação do Dr. Cláudio Ganns, para diretor da "Revista", cargo que vinha exercendo interinamente.

O Embaixador Macedo Soares, dirigindo-se à assembléia, perguntou se algum dos sócios desejava usar da palavra, que não sendo então pedida, S. Exa. declarou encerrada a sessão.

Ata da Sessão especial comemorativa do 1.º Centenário do nascimento do Visconde de Taunay — em 22 de fevereiro de 1943 (Sessão 1710)

As 17 e meia horas teve início a sessão comemorativa do 1.º centenário do nascimento do Visconde de Taunay.

A mesa ficou assim constituída: Presidente, Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares; Ministro Osvaldo Aranha; que representava também o Sr. Presidente da República; Dr. Edgard Teixeira Leite, representante da família Taunay; Virgilio Correia Filho e Comandante Radler de Aquino.

Compareceram os seguintes sócios: Srs. José Carlos de Macedo Soares, Augusto Tavares de Lira; Virgílio Correia Filho; Osvaldo Aranha; Alcindo Sodré; Frei Pedro Sinzig O. F. M.; Rodrigo Otávio Filho; Ataulfo Nápoles de Paiva; José Luiz Batista; Radler de Aquino; Ruben Rosa; Bernardino José de Sousa; Príncipe Dom Pedro de Orléans e Bragança; Gerônimo de Avelar Figueira de Melo, Raul Tavares; Herbert Canabarro Reichardt; Padre Serafim Leite; Luiz A. Vieira da Silva; Lucas A. Boiteux; Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho; Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt; Alfredo Nascimento; José Matoso Maia Forte; Edmundo da Luz Pinto; Luiz Filipe Vieira Souto; Gustavo Barroso; Cláudio Ganns; Argeu Guimarães; José Wanderley de Araújo Pinho; Rodolfo Garcia; Manuel Tavares Cavalcanti; Cristóvão Leite de Castro; Afonso d'Escragnolle Taunay; Emílio Fernandes de Sousa Doca e Carlos da Silveira Carneiro.

Justificaram a ausência os Srs. General Cândido Mariano da Silva Rondon; Ministro Alfredo Valadão, Dr. Sílvio Rangel de Castro e Tobias Monteiro.

#### Palavras do Sr. Embaixador Macedo Soares

O Embaixador José Carlos de Macedo Soares pronunciou as seguintes palavras:

"Em pleno período de férias o Instituto Histórico abriu, tristemente, as suas portas para receber o corpo de seu grande Secretário Perpétuo. É que todos nós quisemos que Max Fleiuss partisse para sua última morada, da sala onde, 43 anos, serviu, dedicada e eficientemente, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Prestámos, por ocasião do seu falecimento, tôdas as homenagens a que tinha direito o nosso eminentíssimo consócio. A primeira sessão ordinária dêste ano, a realizar-se no dia 21 de abril, será inteiramente consagrada à saudosa memória de Max Fleiuss.

Hoje, ainda em férias, o Instituto Histórico abre as suas portas para realizar uma sessão comemorativa do 1.º centenário do nascimento do ilustre consócio Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay. Escritor afamado, historiador conciencioso, pintor, músico, e laborioso jornalista o Visconde de Taunay deixou obra notabilíssima, que justifica bem a relembrança de seus feitos, de seus trabalhos, de sua benemerência. A nossa Revista revela que Alfredo Taunay foi grande e brilhante colaborador do Instituto Histórico, e podemos acrescentar um de seus melhores amigos. Foi por isso mesmo, que, em certo mo-

mento histórico, êle se agastou por lhe parecer atingido o nome tutelar do sodalício.

Teve o Visconde de Taunay um desdobramento glorioso nesta casa, na figura de seu ilustre filho Afonso d'Escragnolle Taunay.

Alfredo Taunay quis ser médico. As contingências da vida fizeram dêle um engenheiro, apesar de, em 1856, ter obtido no Externato do Colégio Dom Pedro II, várias distinções e aprovações plenas, mas ter sido reprovado em Matemática.

Afora os poucos anos da Guerra do Paraguai, o Visconde de Taunay passou sua profícua vida, não fazendo engenharia, mas colhendo lindas flôres nos campos magnificentes das artes e das lertas.

O nosso eminente consócio Dr. Wanderley Pinho, em nome do Instituto Histórico vai falar sôbre Alfredo d'Escragnolle Taunay.

Tem a palayra o Dr. Wanderley Pinho".

Em seguida o Sr. Wanderley de Araújo Pinho proferiu a conferência comemorativa do centenário de Alfredo d'Escragnolle Taunay.

#### Pedindo a palavra disse o Sr. Afonso d'Escragnolle Taunav:

"Tem os dias vizinhos dêste 22 de fevereiro de 1943 trazido a todos quantos descendem de Alfredo d'Escragnolle Taunay e a êles se aliaram, os mais gratos e os mais fundos motivos de comoção.

Vimos multiplicarem-se as demonstrações de aprêço à figura extremecida sempre presente à nossa evocação, mau grado o esbatimento dos anos já numerosos, escoados desde 1899.

De longos meses a esta data, insistentes, recordaram muitos dos órgãos principais de nossa imprensa a aproximação da efeméride centenária cuja celebração equi nos congrega. E grande número de associações culturais das mais prestigiosas do País organizaram e divulgaram programas de solenidades idênticas à nossa.

Não esmoreceu o ritmo das recordações e muitos dos nossos maiores periódicos, antecipando-se ao dia natalício do escritor, encheram suas páginas de evocações as mais honrosas e as mais carinhosas.

Do modo mais completo, associou-se o Exército Nacional a estas demonstrações verdadeiramente invulgares.

Pela voz de sua primeira autoridade apregoaram-se cerimônias destinadas a realizar-se onde quer que se aquartelam tropas brasileiras no perímetro enorme da vastidão brasileira. Academias, os Institutos Históricos, Associações Culturais de todo gênero, anunciaram a sua comparticipação às festividades em honra à memória do autor da "Retirada da Laguna".

Acabo de deixar uma reunião de que me ficaram recordações indeléveis, impostas pela altitude de seus significados: a que, ideada pelo Instituto de Geografia Militar, presidida pelo nosso eminente consócio o Sr. General Sousa Doca, há pouco realizou-se sob a presidência do Exmo. Sr. General Ministro

da Guerra, homenagem grandiosa do Exército brasileiro, representado por muitas das suas mais altas personalidades, à memória do historiador.

Neste mesmo dia que agora fenece, em tôdas as guarnições do Brasil recordaram os comandos à atenção dos oficiais e das praças os traços biográficos do soldado-escritor. E muitas das Associações congêneres do nosso Instituto, e como que dêle filhas, sessões especiais se realizaram e se realizam, como sei de Santa Catarina e do Paraná, entre outros. E o Instituto Histórico de São Paulo, que me é tão caro, grande e especialíssima demonstração preparou e que ainda esta noite se realizará, precedida de uma exposição monumental, de alto relêvo.

A manifestação carinhosíssima do Instituto Histórico Brasileiro reveste os atributos de nímia generosidade. Mais um têrmo se escreve hoje na série dos atos pelos quais vem desde 1899 demonstrando o alto aprêço à memória do seu associado de mais quatro lustros e do seu orador oficial de extenso lapso de anos.

Era êle quase que um rapazinho, que ainda mal completara 25 anos de idade, quando se viu inscrito no rol dos sócios da casa de São Leopoldo, de Januário e Cunha Matos, já ilustre mau grado os seus trinta anos apenas, pelo vulto do magnífico trabalho em prol do Brasil, prestigiadíssima pela inscrição em seu cadrasto social de numerosos apelidos do maior destaque no Brasil e no exterior, nominata em que se liam os nomes de muitas e verdadeiras celebridades nacionais e mundiats.

Sentindo-se desvanecidíssimo por tal chamamento de que haviam sido os principais promotores Fernandes Pinheiro, Joaquim Manuel de Macedo e o marquês de Sapucai, procurou o jovem corresponder do melhor modo a tão honrosa eleição, reservando parte do seu prodigioso "laboremus semper" ao serviço da Associação.

Assim, à sua Revista cada vez mais preciosa, que já encerrava a obra de Gabriel Soares e de Pedro Taques, para apenas lembrar dois tesouros de nossa tradição, ofereceu o "Diário da Expedição de Mato Grosso" e da "Viagem de Regresso", a tradução do magnífico relato de Hércules Florece sôbre a sua viagem fluvial do Tieté ao Amazonas e outros.

E ao mesmo tempo aceitava com verdadeiro prazer numerosas incumbências sociais como a de substituir o orador oficial nas magnas sessões anuais, e o estudo de pareceres e análises de obras oferecidas ao Instituto, etc.

Muito se esforçou por bem servir o nosso Grêmio, consagrando uma parcela de sua atividade prodigiosa, sobretudo nos últimos anos do Império, e quando em 1888 se celebrou solenemente o meio centenário do Instituto o orador oficial proferiu diversos discursos necrológicos bem trabalhados onde esboçou os perfis de vários consócios ilustres com a atenção devida aos seus grandes méritos como fêz ao tratar de Sarmiento, de Franklin Távora, entre muitos outros.

Após 15 de novembro, o extremecido apêgo consagrado à pessoa de Dom Pedro II, vulto em que enxergava um dos mais alevantados representantes da Humanidade, levou-o a demitir-se do Instituto, resolução que muitos dos seus consócios e amigos deploraram.

Passaram os anos e mitigou-se o rigor dêsse assomo. Voltou a colaborar na Revista a quem entregou "A cidade de Mato Grosso", as "Curiosidades naturais do Paraná", os "Estrangeiros ilustres e prestimosos no Brasil", numerosas biografias como as de Augusto Leverger, Marques da Cruz. Pereira do Lago, Luiz Couty, entre outros.

Benévolos e diferentes mantinham-se os seus antigos consócios em relação à sua atitude ainda esquiva. Sabiam perfeitamente que decorria do feitio do caráter, coerências de princípio, ardorosidade de sentimento da amizade.

Assim, ao falecer, ocorreu ao Instituto uma demonstração de nobreza e nesse momento quero muito recordá-la, fazendo-o sob o império de verdadeira comoção. Não admitiram que seu nome continuasse entre os demissionários do seu grêmio. Nenhuma objeção se levantou contra a inclusão do necrológio entre os que na sessão magna de 1899 foram proferidos.

Assim pode o orador oficial do Instituto, o Sr. Dr. Alfredo Nascimento Silva, hoje decano do nosso grêmio, pronunciar um formoso discurso, que é uma das belas peças que se escreveram sôbre o sócio egresso em 1890, repassado da maior nobreza e maior carinho, da maior elevação de vistas e compreensão de atitudes.

É sob o império de verdadeira comoção que neste momento recordo a circunstância de se achar entre nós o orador de 1899, que com tamanha generosidade estudou em largo quadro os lances principais da vida do seu consócio e em térmos tais que ainda há dias os reli sob o influxo das maiores impressões.

Em 1912 deu o Instituto nova demonstração de saudade ao seu antigo orador oficial ao inaugurar no salão da biblioteca o seu retrato. Proferiram Afonso Celso e Ramiz Galvão palavras nobilíssimas que indelèvelmente se me fixaram à memória.

Mas, nenhuma comemoração assumiu a dimensão da de hoje. As que se prendem a Alfredo d'Escragnolle Taunay, deixam verdadeiramente confundidos pelo vulto da efetuosidade. a demonstração unânime dos meus nobres consócios e de quantos estranhos ao Instituto corresponderam ao seu convite honrando com a sua presença esta solenidade.

Assim a uma nota de maior aprêço decorre da presença entre nós do nosso ilustre Presidente Perpétuo, sucessor do nobre e inesquecível Afonso Celso. Interrempendo as mais justas férias, faz um milheiro de quilômetro para dirigir os trabalhos de hoje a que honra também com a presença, sua Exma. espôsa.

Mas é das coisas humanas que a cada passo sejam as galas sublinhadas pelo luto. À direita de Macedo Soares já não vemos mais a figura do companheiro que foi o inexcedível apaixonado do Secretário Perpétuo do Instituto o incansável zelador do seu prestígio, o credor de inestimáveis serviços prestados à nossa casa durante quatro décadas.

É com a maior mágua e o maior apêrto de coração que entre nós não vejo a Max Fleiuss, quando tanto sei que êle, com verdadeiro entusiasmo, esperava esta solenidade, que queria a mais brilhante e a mais afetuosa.

Ainda em janeiro me escreveu a propósito de providências tomadas e a tomar acêrca de sugestões próprias e de vários de nossos consócios.

Não consentiu o Altíssimo que lhe coubesse essa satisfação. A memória do grande e incomparável servidor do Instituto e da tradição nacional, caiba por meu intermédio mais uma demonstração da saudade de todos nós.

De um dos príncipes da eloquência brasileira, dêsse que é o orador do Instituto, ouvimos uma das mais formosas peças nascidas de seu talento e da sua arte.

À magnificência das palavras e dos conceitos de sua inspiração sempre nova apôs o signo inconfundível das vozes partidas do coração e estas jamais poderão apagar-se da memória daquêles a que tanto atingiram.

Sábia escolha, mais sábia seria impossível, fizeram Macedo Soares e Max Fleiuss, convidando a quem escolheram para apresentar um esfôrço da vida e da obra do autor de "Inocência".

À justeza dos conceítos, ao senso de avaliação das medidas, à justa distribuição dos valores evocados ao gôsto da escôlha, reúne Wanderley Pinho o profundíssimo saber das coisas do nosso passado Imperial que com tamanha elegância sabe sempre apresentar aos seus leitores.

Conduziu o atavismo ao campo dos nossos estudos históricos sôbre o passado monárquico.

A perscrutação das faces notabilíssimas da biografia dêsse homem de inteligência aquilina que todo o Brasil reverencia, valeu-lhe a ciência dos fastos políticos parlamentares e jornalísticos o conhecimento de elementos tão abundantes quanto ricos, onde auriu o material para os seus estudos magistrais. Seja-me permitido por mim e pelos meus agradece-lhe a interpretação magnífica que acaba de fazer sôbre a atuação de Taunay no campo político nacional e na esfera das letras brasileiras. Admirador como poucos do talento e das qualidades do Barão de Cotegipe, com êle teve, contudo, veemente dissídio cuja lembrança sempre lhe causou recordações penosas como várias vêzes declarou em público e freqüentemente eu ouvi relembrar. Deixava-se lembrar de um movimento de assomo e lastimar que tal houvesse ocorrido com o velho e admirado chefe do seu partido.

Há semanas ainda percorri eu um caderno de recortes da imprensa relativos a assuntos que haviam causado interêsse. Pude então verificar mais uma vez quanto prezava Cotegipe. Colecionara vários artigos necrológicos sôbre o grande estadista e cuidadosamente os colocara ao lado de outros relativos a personalidades a quem admirava e estimava.

Com o cavalheirismo que todos lhe conhecemos, a delicadeza dos sentimentos e a elevação das atitudes que são as suas, acaba Wanderley Pinho de biografar o presidente que Cotegipe escolheu para o Paraná e o Senador escolhido na sua presidência de Conselho.

A amizade do seu glorioso avô pelo seu biografado de hoje pairou por sobre a sua formosa oração.

Meus nobres consócios e prezadíssimos amigos: não sei como lhes agradeça estes momentos de tamanha comoção para os meus sentimentos filiais e de todos os meus.

Uma grande saudade os assalta nesse momento, ao nos lembrarmos que, certamente comovidíssima pelo desvanecimento desta homenagem e gratidão por ela determinada entre nós, quanto se aprazaria de ver aquela que foi a mais dedicada, a mais extremosa, a mais identificada companheira de existência de Alfredo d'Escragnolle Taunay.

Não lhe coube tamanha ventura, mas nós, seus filhos, seus netos, bem avaliamos o que seria o júbilo e a ufania por ela decorrente da solenidade de hoje.

A todos vós, minhas senhoras e meus senhores, os nossos mais comovidos agradecimentos de filhos e de brasileiros".

Ninguém mais usando da palavra encerrou-se a sessão às 19 e meia horas.

Entre a numerosa assistência notamos o Representante do Ministro do Trabalho; O Professor Adolfo Morales de Los Rios, representante do Conselho Nacional de Engenharia; Capitão Gerardo Magella, representante do 1.º Regimento de Cavalaria Divisionária; Tancredo de Barros Paiva, representando o Diretor do Colégio Pedro II; 1.º Tenente Oliveira Bonfim, representando o Corpo de Bombeiros; Major Pedro Alves da Cunha, representando o 2.º Regimento de Infantaria; Edgard Teixeira Leite, que compareceu pela Sociedade de Amigos de Alberto Tôrres; Olinto da Gama Botelho, pela Liga da Defesa Nacional; Tenente-Coronel Rubens Vieira da Cunha, comandante da Vila Militar; Américo Lacombe na qualidade de diretor da Casa Rui Barbosa, Sra. Heloisa Cabral da Rocha Werneck, pela Sociedade Brasileira de Bibliotecários e Urbino Viana, pela Sociedade de Geografia.

Feijó Bittencourt

2.º Secretário

Antes da sessão comemorativa do 1.º Centenário do nascimento do Visconde de Taunay, o Presidente do Instituto, Sr. Embaixador Macedo Soares, convidou o Sr. Ministro Osvaldo Aranha a inaugurar a exposição de livros e manuscritos do grande escritor brasileiro.

Ali estavam expostas as obras de Taunay existentes na biblioteca do Instituto, e uma coleção completa das edições de *Inocência*, acompanhada de várias traduções, pertencentes à Sra. José Armando Afonseca.

Além de numerosos autógrafos, retirados do Arquivo para essa comemoração, também figuravam os volumes da *Revista* em que foram publicados valiosos trabalhos do autor da "Retirada da Laguna".

Feijó Bittencourt

2.° Secretário

# Sessão Comemorativa ao Dia Pan-Americano, em 14 de abril de 1943 (Sessão 1711)

Às 17 horas teve início, no Salão Dom Pedro II do Instituto Histórico, a sessão comemorativa ao Dia Pan-Americano.

O Sr. Ministro Augusto Tavares de Lira, 1.º Vice-Presidente, justificou a ausência do Presidente Perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidindo então a solenidade.

Compareceram os seguintes sócios: Augusto Tavares de Lira; Virgílio Correia Filho; ernardino José de Sousa; Braz Hermenegildo do Amaral; Nelson de Sena; Carlos da Silveira Carneiro; Leopoldo Antônio Feijó Bitencourt; Emílio Fernandes de Sousa Doca; Pedro Calmon; Sílvio Rangel de Castro; Radler de Aquino; Luiz Filipe Vieira Souto.

A mesa ficou assim constituída: Presidente, Ministro Augusto Tavares de Lira, Dr. Virgílio Correia Filho e Comandante Radler de Aquino.

Aberta a sessão, o Sr. Ministro Tavares de Lira deu a palavra ao Senhor Virgílio Correia Filho, 1.º Secretário, que leu a ata da sessão anterior, e, das Efemérides do Barão do Rio Branco, as relativas ao dia.

Em seguida, o Sr. Ministro Tavares de Lira deu a palavra ao Sr. General Emílio Fernandes de Sousa Doca, que proferiu a sua conferência sôbre o dia Pan-Americano.

Compareceram os Embaixadores do Chile e do Uruguai, e enviaram representantes os Embaixadores dos Estados Unidos, da Inglaterra, do Canadá, da Colômbia, da Argentina; o Ministro da Fazenda e o do Trabalho, o Comandante do Corpo de Bombeiros. E muitas associações se fizeram representar.

Encerrou-se a sessão às 19 horas.

Feijó Bittencourt 2.º Secretário

Ata da primeira Sessão Ordinária, em homenagem à memória do Dr. Max Fleiuss, Secretário Perpétuo do Instituto, em 28 de abril de 1943 (Sessão 1712)

Às 17 horas, abriu-se a 1.ª sessão ordinária do ano, sob a presidência do Presidente Perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, com a presença dos seguintes sócios:

José Carlos de Macedo Soares; Virgílio Correia Filho; Augusto Tavares de Lira; Hélio Lôbo; Braz Hermenegildo do Amaral; João da Costa Ferreira; Radler de Aquino; Thiers Fleming; Ataulfo Nápoles de Paiva; Elmano Cardim; Padre Serafim Leite; Nelson de Sena; Carlos da Silveira Carneiro; Raul Tavares; Rodolfo Garcia; Herbert Canabarro Reichardt; Ernesto de Sousa Campos; Manuel Tavares Cavalcanti; Alfredo Nascimento; Sílvio Rangel de Castro; Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt; Frei Pedro Sinzig, O. F. M.; Cristóvão Leite de Castro; Emílio Fernandes de Sousa Doca;

Almirante Gago Coutinho; Alfredo Valadão; Cláudio Ganns; Pedro Calmon; Argeu Guimarães.

A mesa ficou assim constituída: Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Presidente: Sr. Representante do Ministro Marcondes Filho; Almirante Gago Coutinho; Brigadeiro Trompowsky e Dr. Virgílio Correia Filho, Secretário do Instituto.

Ao assumir a presidência, o Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares falou sôbre a personalidade do Sr. Dr. Max Fleiuss, ressaltando os serviços prestados ao Instituto durante quarenta e três anos, por aquêle que se finou no cargo de Secretário Perpétuo.

Em seguida, em comovidas e sentidas palavras, recordaram a figura do inolvidável membro do Instituto e grande vulto desaparecido de entre os vivos, os Srs. sócios Ministro Augusto Tavares de Lira; Dr. Pedro Calmon; Dr. Alfredo Valadão; Comandante Radler de Aquino; Dr. Virgílio Correia Filho; Ministro Sílvio Rangel de Castro; Dr. Cristóvão Leite de Castro; Dr. Canabarro Reichardt; Dr. Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt; Almirante Raul Tavares, que falou também pela Sociedade de Geografia; Almirante Gago Coutinho, que manifestou sentimentos de pesar em nome da Academia de Ciências de Lisboa; e, por último, tomou a palavra, o Comandante Carlos da Silveira Carneiro agradecendo, em nome da família Max Fleiuss, as homenagens prestadas ao ilustre morto.

Manifestaram por telegrama a sua adesão às homenagens prestadas à memória do seu Secretário perpétuo, os seguintes sócios que não puderam comparecer à sessão; Dr. Basílio de Magalhães; Dr. Oliveira Viana, e Dr. E. Vilhena de Morais, Diretor do Arquivo Nacional.

Fizeram-se representar: a Academia Brasileira de Letras, pelo Sr. Dr. Rodolfo Garcia; O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pelo Sr. Alberto Martins; Dr. Alfredo Morales de Los Rios, pelo Conselho Federal de Geografia e Arquitetura; Corpo de Bombeiros; Instituto da Ordem dos Advogados; e Clube de Engenharia.

Encerrou-se a sessão às 19 horas.

Feijó Bittencourt

2.º Secretário

Sessão Ordinária comemorativa do Centenário do nascimento de Pedro Américo, em 3 de maio de 1943 (Sessão 1713)

Abriu-se a sessão às 17 horas, com a presença dos seguintes sócios: Augusto Tavares de Líra, Basílio de Magalhães, Vírgílio Correia Filho, Manuel Tavares Cavalcanti, Argeu Guimarães, Braz Hermenegildo do Amaral, Alfredo Ferreira Lage, Pedro Calmon, Claudio Ganns, Alcindo Sodré, Emílio Fernandes de Sousa Doca e José Carlos de Macedo Soares.

Na ausência do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Presidente Perpétuo do Instituto Histórico, presidiu a sessão o Sr. Ministro Augusto Tavares de Lira, 1.º Vice-Presidente.

A mesa ficou assim constituida: Ministro Augusto Tavares de Lira, Embaixador Cardoso de Oliveira, Alfredo Ferreira Lage e Virgílio Correia Filho.

- O 1.º Secretário, Sr. Virgilio Correia Filho, leu as atas das sessões anteriores, e, das efemérides do Barão do Rio Branco, as relativas ao dia.
- O Ministro Tavares de Lira deu a palavra ao orador Ministro Argeu Guimarães, que pronunciou a conferência: A Paixão de Glória de Pedro Américo".

Falou em seguida o sócio Manuel Tavares Cavalcanti, e é o seguinte o discurso que pronunciou:

"Uma das características de gênio é a universalidade. Em Pedro Américo eram visíveis traços dessa aptidão generalizada, que abrange os mais variados aspectos da inteligência humana. Embora a glória do pintor excelso domine todas as outras feições, sob as quais o seu nome pode ser lembrado, não devem ser esquecidos as demais, com que êle amou, honrou e serviu o Brasil. Como a dos grandes artistas da Renascença, a sua atividade foi múltipla, a sua capacidade multiforme. Acaba de aparecer em plena luz, ao influxo da palavra brilhante do nobre consócio que me precedeu, o esplendor da sua grandeza. Evoquemos, nesta come moração, a par de alguns elementos que devem ter contribuido para a sua formação espiritual, outros caracteres de relêvo, sob os quais se acentua a sua individualidade extraordinária. Antes de tudo, a cidade do seu berço. Está bem viva na minha lembrança, pois, nascido perto dela, alí andei em lidas escolares, nos tempos da infância.

Pousada num dos cimos da Borborema, transbordante de graças, beleza e alegria, tem a atração mágica de um ninho risonho no alto dos alcantis, rodeado de painéis e paisagens de infinda poesia. Nenhum ambiente mais próprio para gerar a inspiração. Socialmente era, já, ao tempo em que nasceu Pedro Américo, um núcleo de notável elevação cultural. Era também extremado o seu sentimento cívico, conjugado ao seu ardor político. Basta lembrar que alí tiveram o seu prólogo a revolução de 1824. Antes mesmo que se ouvissem o rugido das armas e o brado da Confederação do Equador, a municipalidade de Areia centralizava já a agitação Revolucionária e fazia saber ao Presidente nomeado por Pedro I, que não reconhecia a sua autoridade, contrapondo-lhe um Govêrno Provisório presidido pelo Sargento Mor Felix Antonio Ferreira de Albuquerque. E, também, quando o insigne artista contava seis anos incompletos em 21 de fevereiro de 1849 outra Revolução Liberal, a Praeira de 1848, tinha alí o seu epílogo. Nos arredores e por fim no interior da cidade travaram-se os últimos combates em que ficou selada a derrota militar dos rebeldes. Lembro ainda êste fato porque é provável que a sua impressão tivesse ficado gravada na imaginação vivaz e na inteligência precoce dêsse extraordinário pintor de batalhas que, com o automatismo do gênio teria transferido após para as telas o pavor, a vibração, o terror que ressumbram da visão trágica

das guerras. A tradição Areiense relata como foram terríveis êsses dias. Durante o fugaz domínio dos liberais, a fuga, o assombro das famílias conservadoras; após o desfêcho trocaram-se as posições e enquanto se evadiam os homens desbaratados à vindita adversa, eram as suas famílias que experimentavam o pavor da reação dos vencedores. Conta-se que tôdas buscavam refúgio na casa do virtuoso e inesquecível Vigário Chacon, irmão do Chefe Conservador Dr. Trajano Chacon, onde não lhes foi negado o caridoso agasalho. E foi tão vivaz no espírito Areiense o sentimento de Liberdade que aquela importante gleba agrícola celebrou a libertação de todos os seus escravos sem exceção, dez dias antes da promulgação da lei áurea que extinguiu o cativeiro.

Rememorando êste fato, devo acentuar que hoje se cumprem justamente onze lustros dêsse acontecimento que tanto enaltece os anais da terra de Pedro Américo e assinala a efeméride de Três de Maio de 1888. O insigne artista nasceu de uma família de grande aptidões mentais. O seu avô e o seu pai, como outros parentes, distinguiram-se como compositores e músicos notáveis. Ele teve um irmão no sangue e na glória, o consumado Aurélio de Figueiredo, cujos dignos filhos tanto se distinguem como primorosos, inexcedíveis mesmo, na arte a que se dedicaram. Outro irmão, Daniel de Figueiredo, adquiriu a reputação de verdadeiro sábio, embora retraído e modesto, não tivesse jamais saído do torrão natal. Dedicou-se longamente às ciências naturais e à astronomia, mantendo até assídua correspondência com o famoso Camilo Flamarion. Não preciso falar-vos da precocidade do gênio de Pedro Américo, dos seus primeiros passos que já revestiam as qualidades de ensaios de gigantes. Também nada vos direi dos seus triunfos e da sua consagração definitiva. Antes de passar adiante, conviria saber que cabedal e sua inteligência previlegiada levou da terra natal, ao erguer o vôo para outras paragens. É provável que tenha levado sólidos conhecimentos de latim, pois esta matéria era professada com grande interêsse no colégio que êle frequentou, sob a direção do venerando Joaquim da Silva, latinista de alto renome e uma das maiores reputações didáticas do Norte, autor de precioso Manual do Estudante de Latim. Esta matéria deve ter-lhe servido de alicerce para os triunfos que obteve no Colégio Pedro II. Reclamo assim a contribuição que deve ter tido o formoso ninho ancestral na formação do espírito do maior dos seus filhos.

Sigamo-lo na sua trajetória em busca do futuro e da glória. Ei-lo em Paris, onde, ao mesmo tempo que se aperfeiçoa em pintura, segue os cursos mais variados. Freqüenta, ao mesmo tempo, o Instituto de Física, etc. Tem por mestres os maiores expoentes do saber, nas ciências experimentais, em literatura, em filosofia. Daí a diversidade de seus trabalhos nesses diversos gêneros. Não me alongarei na enumeração e análise de todos êles. Entretanto, que me seja permitido fazer referências aos seus estudos de crítica da História e de Filosofia por se tratar de assuntos menos correntes e vulgares e mais afastados da sua atividade principal. Ouviu as lições filosóficas de Victor Cousin, de quem se tornou descípulo convicto. Quando o célebre livro de Ernesto Rénan, A Vida de Jesus, empolgava tôdas as admirações, escreveu

um Refutação, obra hoje desconhecida, mas que deve ter tido grande repercussão, pois, em recompensa, foi ele feito pelo Santo Padre Grão Cavaleiro da Ordem do Santo Sepulcro.

Dos trabalhos filosóficos de Pedro Américo, o de mais vulto é a tese com que se propôs em 1868 ao grau de Docteur Agrejé da Faculdade de Ciências da Universidade de Bruxelas. Foi aprovada com distinção e o autor conquistou o lugar pretendido, embora não tivesse exercido as suas funções, por haver regressado ao Brasil. Foi grande a impressão produzida naquele meio científico pela dissertação do filósofo brasileiro. Publicada em seguida com o título La Science et les Systèmes, foi apreciada por Sílvio Romero no seu livro A Filosofia no Brasil. Para quem conhece o feitio demolidor e iconoclasta do eminente crítico brasileiro, não é de esperar que se encontrem elogios na mencionada apreciação. Além disto, o irredutivel antagonismo das escolas, a fazer com que o autor e o crítico não se pudessem entender. Isto mesmo fica patente desde o comêço da crítica. Pois, a despeito de tudo isso, o crítico é algumas vezes levado a elogiar o autor. Tratando-se de um julgamento a um discípulo de Cousin, espiritualista e partidário da Escola Eclética, tão combatida pelo ilustre filósofo spenceriano, êste lhe respigaria sem dúvida os maiores defeitos. Entretanto lhe assinala também méritos, e ao abrir o capítulo, confrontando com outro autor, que lhe não merecia simpatias, diz: "respiremos um ar mais puro" e classifica-o de "Um livro". Por tudo isto se vê, que, mesmo para a análise de um adversário inclemente, a obra filosófica de Pedro Américo não era mediocre. Por ocasião de eleger-se a Constituinte Republicana, o consagrado brasileiro foi incluido na representação da Paraíba. Fêz assim parte do Congresso e sua atividade foi das mais meritórias. Teve algumas iniciativas brilhantes, debateu com vigor assunto de interêsse nacional. Deixou, dêste modo, copiosa demonstração do seu valor e do seu patriotismo.

Reunidos os seus trabalhos literários, filosóficos, científicos e parlamentares, formam um conjunto de alto valor, cuja exibição não será um desdouro para a glória de artista.

O seu nome, portanto, deve ser também lembrado nesta solenidade, como pensador, porque, como tal, êle foi um espoente da mentalidade nacional e honrou o seu país, *intra muros*, e ainda mais no estrangeiro deixando um nome imarcescível entre os mais belos do Patrimônio espiritual do Brasil.

E, para terminar, uma recordação, que deve ser grata ao Instituto: a sua ligação de família e as suas afinidades mentais com Manuel de Araujo Pôrto Alegre, Barão de Santo Ângelo, pintor e poeta consagrado, autor de obras primas e, por muitos anos, orador e ornamento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro."

Agradecendo a homenagem prestada ao grande pintor brasileiro falou ainda o Embaixador J. M. Cardoso de Oliveira, que proferiu as seguintes palavras:

"Exmo. Senhor Presidente, meus caros consócios, minhas Senhoras e meus Senhores.

Extremamente comovido, longe estou de pronunciar um discurso convencional. Serão apenas poucas palavras ditadas pelo coração.

Já considerava verdadeiro privilégio, uma graça divina, ter escrito há quarenta e cinco anos a biografia de Pedro Américo, o magno Artista brasileiro e meu saudoso sogro, quando vivo, e ainda me poder caber nesta quadra a dita de preparar o original para a reedição que me foi pedida, com os acréscimos e retoques da minha própria pena. A tal regalo ajunta-se o de ainda poder assistir, acompanhado de minha esposa — sua filha, e minhas filhas, meus genros e meus netos — bisnetos de Pedro Américo, e ao lado de tantos amigos, à comemoração do centenário do seu nascimento, tão relevantemente exaltado por festividades como esta, nesta Casa a que êle também pertenceu e a que tanto queria e respeitava; nesta Casa, zelosa guarda e cultora das tradições históricas e das glórias nacionais, para mérito próprio e edificação das gerações atuais e vindouras.

E sobe de ponto o meu contentamento ao presenciar em tão austero recinto a personalidade e os louros de Pedro Américo magistralmente postos em evidência por magníficos discursos como aqueles com que acabam de nos deliciar o eminente Diplomata Argeu de Segadas Machado Guimarães e o prezado consócio Dr. Manuel Tayares Cavalcanti.

A êles, pois, como a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e a todos os apreciados consócios e pessoas presentes a esta dignificadora solenidade, os profundos agradecimentos da família de Pedro Américo e, muito especialmente, os meus."

Compareceu uma comissão de paraibanos, composta dos Srs. Drs. Daniel Carneiro, João Pereira de Castro Pinto, Tavares Cavalcanti e Epitácio Pessoa Sobrinho.

Numeroso auditório acorreu à comemoração, e enviaram representantes o Embaixador dos Estados Unidos e o da Bélgica, bem como o Comandante do Corpo de Bombeiros e o da Polícia Militar; a Academia Carioca de Letras compareceu na pessoa de seu presidente, o Dr. Afonso Costa.

O General Cândido Rondon enviou o seguinte telegrama: "Embaixador José Carlos de Macedo Soares. — Presidente Instituto Histórico — Capital, Infelizmente em virtude ainda estado saude minha senhora, não poderei comparecer à sessão em que hoje, dia do Brasil, êsse Instituto comemora a data centenária do natalício de Pedro Américo, grande pintor Nacional. Solidário com os sentimentos cívicos dos meus nobres confrades, acompanho-os nesse augusto culto de civismo, que enobrece as gloriosas tradições históricas do colendo Instituto. — General Cândido Mariano da Silva Rondon."

Encerrou-se a sessão às 18 e meia horas.

Sessão Especial em homenagem ao Centenário da fundação do Instituto Histórico do Uruguai, em 21 de maio de 1943 (Sessão 1714)

Abriu-se a sessão às 17 horas com a presença dos seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares; Virgílio Correia Filho; Augusto Tavares de Lira; Cláudio Ganns; Braz Hermenegildo do Amaral; José Luiz Batista; Alcindo Sodré; Cristóvão Leite de Castro; Hélio Lôbo; Rodolfo Garcia; Alfredo Ferreira Laje; Cândido Mariano da Silva Rondon; Renrique Carneiro Leão Teixeira Filho e Pedro Calmon.

A convite do Sr. Presidente do Instituto, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, fizeram parte da mesa, além do Primeiro Secretário, o Embaixador do Uruguai, Sr. César Gutierrez e o Embaixador Helio Lobo.

Para tomarem lugar no recinto convidou o Sr. Presidente Macedo Soares, Dr. Paranaguá Muniz, representante do Ministro Marcondes Filho, Dr. Luiz Augusto de Matos, representante do Ministro da Agricultura; Dr. J. Correia Pinto, representante do Sr. Prefeito do Distrito Federal; Tenente Herodoto Pereira, representante do Corpo de Bombeiros; o Conselheiro e o Secretário da Embaixada do Uruguai, Srs. Saavedra Barroso e Oscar Justo Berro; o Dr. Afonso Costa, Presidente da Academia Carioca de Letras.

No expediente, o Sr. Secretário leu o seguinte telegrama, que, submetido a apreciação, foi aprovado unanimemente:

"Por motivo de fôrça maior não podendo comparecer reunião tenho honra pedir ilustres consócios inserção ata voto profundo pesar pelo falecimento eminente brasileiro Prudente de Morais Filho que entre outros relevantes serviços ao Brasil prestou o de defender com sua alta autoridade observância limites existentes regiões disputadas entre si pelos Estados irmãos princípio que foi observado pela atual constituição Estado Nacional. Sinceros agradecimentos. Atenciosas saudações. THIERS FLEMING."

Em seguida o Sr. Presidente Macedo Soares, deu a palavra ao sócio Dr. Claudio Ganns, que pronunciou a conferência: "D. Andrés Lamas e o Brasil".

Usou da palavra, também, o Dr. Leite de Castro, para fazer a seguinte comunicação:

"Significativa, sem dúvida, a participação do nosso Instituto nas comemorações da efeméride — tão cara à cultura panamericana — do 1.º centenário da fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai.

Hoje, em sessão especial, reunimos afetos e aplausos na proclamação jubilosa do importante feito, que o brilhante confrade Claudio Ganns — uruguaio de afeição — comentou, com a propriedade e a segurança que lhe são peculiares.

Amanhã, rumará ao País irmão o nosso ilustre e estimado Presidente José Carlos de Macedo Soares para, em pessoa, participar dos festejos comemorativos daquele centenário, o que representa a mais expressiva demonstração de aprêço do nosso Instituto ao congênere do Uruguai.

Volta assim Macedo Soares ao Sul do continente: há tempos, era o "Embaixador da Paz", em quem os corações aflitos repoisavam em esperanças; agora, é o "Embaixador da Cultura" a dizer, nessa hora tremenda de materialismo belicoso, da fôrça viva da inteligência e a proclamar que a obra social humana, para ser duradora e justa, há-de ter fundamento espiritual.

Desejo, em breve comunicado, falar das publicações que o Embaixador Presidente levará ao Uruguai, especialmente editadas pelo nosso Instituto em colaboração com o Conselho Nacional de Geografia, e comemorativas do centenário em aprêço, de continental projeção.

Preliminarmente, devo esclarecer aos ilustres confrades que se ajusta às maravilhas a aliança do Instituto com o órgão oficial das atividades geográficas.

Não só pelo fato de ser a mesma a Presidência, motivo suficientemente forte sem dúvida, mas de caráter pessoal e resultante duma eventualidade feliz.

Mas, sobretudo por determinantes funcionais, porque no grande e complexo sistema coordenador de atividades especializadas, implantado pelo Conselho Nacional de Geografia, no País, há lugar, e destacado, para as instituições privadas, cuja integração se processa mediante um pacto convencional de cooperação funcional ou cultura.

E dessa união cooperativa das entidades privadas e oficiais posso dar dois exemplos marcantes e fecundos.

Um, a integração no Conselho, efetivada em 19 de Julho de 1938, em sessão solene e memorável, das magnas instituições culturais do País, interessadas na pesquisa geográfica: o nosso secular Instituto, a benemérita Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, a pujante Associação de Geógrafos Brasileiros, a respeitável Academia Brasileira de Ciências e o prestígioso Clube de Engenharia.

Lembro, ainda bem vivas, as palavras de Max Fleiuss, representante do Instituto, a denunciarem grandes esperanças no regime de cooperação inteletual, que então se inaugurava.

Outro fato, grandemente reflexivo da preocupação do Instituto oficial em relação às entidades privadas, é o plano, em virtude de lei instituido, da construção do monumental "Palácio da Cultura", no mesmo local do atual Silogeu: está previsto que no Palácio terão séde graciosa, adequada, e provavelmente mobiliada de acôrdo, aquelas instituições de cultura, cuja atuação se projeta no cenário nacional.

E tão largas e brilhantes são as perspectivas que se abrem para o nosso Instituto com a nova séde, que, cheios de confiança e esperanças, os seus consócios conclamam a atuação prestigiosa, eficaz e segura do Presidente Perpétuo, para que o projeto de hoje, em realidade depressa se converta, a assinalar em sua fecunda administração o feito de maior significação que assegurará, em condições esplêndidas, a perpetuidade física da nossa instituição.

Foram dois os folhetos preparados para se comemorar o Centenário da fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai: um, sôbre motivos geográficos brasileiros; outro, referente a Personalidades históricas cuja atua-

ção, através dos tempos, se fez sentir em favor do melhor conhecimento da nossa terra e da nossa gente.

O primeiro intitula-se "Tipos e Aspectos do Brasil", oferecendo com vivacidade numerosos desenhos a bico de pena, da lavra artística de Percy Lau, devidamente comentados sob o ponto de vista geográfico, nos quais se focalizam paisagens e personagens — tipos do Brasil.

O segundo leva por título "Vultos da Geografia do Brasil", e nele aparecem, em desenhos litográficos de autoria do artista Moacyr Medina, personagens ilustres do passado, nacionais e estrangeiros, cuja atuação marcante em proveito da geografia brasileira, cuidados textos comentam.

O folheto de "Vultos" tem uma capa apropriada: é um bico de pena, representando em preto, com a sobriedade e a classe conveniente, motivos da arquitetura das missões, das regiões lindeiras brasílico-uruguaias.

Já no outro, no folheto de "Tipos e aspectos", a capa representa a Ponte internacional Mauá, sôbre o rio Jaguarão, simbolizando portanto a união dos dois Países, e é colorida com os matizes das duas bandeiras, significando no caso o colorido também a vivacidade de que reveste sempre a paisagem geográfica.

E, assim, com uma contribuição histórica e outra geográfica, comparece concretamente o Instituto no certame comemorativo do Uruguai.

E ao eminente portador de tais contribuições, o "Embaixador da Cultura", formulamos os melhores votos de feliz viagem e de pleno êxito, que todos já prevemos excepcional, na sua nobre e fecunda missão de espiritual aproximação das duas culturas sulamericanas.

Tenho dito."

Por último, falou o Dr. Leão Teixeira Filho propondo a designação do Ministro Joaquim de Souza Leão Filho, para representar o Instituto nas comemorações a se realizarem em Londres no mês de Agôsto do corrente ano, em memória de Roberto Southey.

O Sr. Presidente declara encerrada a sessão, agradecendo o comparecimento das pessôas presentes, e faz o convite para a próxima reunião que será em junho próximo, e na qual falará o sócio benemérito comandante Carlos Carneiro sôbre o centenário de nascimento do almirante Guillobel.

Feijó Bittencourt 2.º Secretário

Ata da Sessão especial em comemoração do centenário do nascimento do Almirante José Candido Guillobel, realizada em 25 de junho de 1943 (Sessão 1715)

Abriu a sessão às 17 horas, com a presença dos seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Augusto Tavares de Lira, Virgílio Correia Filho, Basílio de Magalhães, Radler de Aquino, Carlos da Silva Carneiro, Jerônimo de Avelar Rigueira de Melo, Thiers Fleming, Leopoldo Antônio Feijó Bit-

tencourt, Rodolfo Garcia, Hélio Lobo, Emílio Fernandes de Sousa Doca, Pedro Calmon e Edmundo da Luz Pinto.

O Embaixador José Carlos de Macedo Soares, assumindo a presidência, convidou para tomarem lugar à mesa, que era também ocupada pelo 1.º secretário do Instituto, Dr. Virgílio Correia Filho, ao representante de Sua Excia. o Sr. Presidente da República; ao Sr. Almirante Aristides Guilhem, Ministro da Marinha; ao Sr. Almirante Vieira de Melo; e ao Sr. Almirante Ferreira da Silva. Depois de fazer algumas considerações sôbre a personalidade do almirante José Cândido Guillobel, deu a palavra ao orador oficial do Instituto Histórico, o Dr. Pedro Calmon que encareceu o alto valor do oficial de marinha brasileiro cujo centenário de nascimento estava sendo comemorado, bem como se referiu aos grandes méritos do conferencista, Comandante Carlos da Silveira Carneiro, sócio benemérito do Instituto Histórico e especialmente convidado para tratar da efeméride.

Teve em seguida a palavra o Sr. Comandante Carlos da Silveira Carneiro, que pronunciou a sua conferência sôbre o Almirante José Cândido Guillobel.

Falou, por último, o Sr. Almirante Aristides Guilhem agradecendo em nome da Marinha a carinhosa homenagem prestada à memória do Almirante José Cândido Guillobel. Encerrou-se em seguida a sessão, às 19 horas.

Feijó Bittencourt,
2.º Secretário.

## Assembléia Geral, em 9 de julho de 1943 (Art. 54 dos Estatutos) (Sessão 1716)

Às 17 horas, na Sala Varnhagem, sob a ôresidência do Embaixador José Carlos de Macedo Soares abriu-se a sessão com o comparecimento dos seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Augusto Tavares de Lira, Virgílio Correia Filho, Vieira Ferreira, Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, Alfredo Nascimento, Radler de Aquino, Lucas Boiteux, Gago Coutinho, Príncipe Dom Pedro, Pedro Calmon. Thiers Fleming, Cristóvão Leite de Castro, Argeu Guimarães, Ernesto de Sousa Campos, Jerônimo de Avelar Figueira de Melo, Luiz Felipe Vieira Sou'o, Emílio Fernandes de Sousa Doca, Herbert Canabacro Reichardt, José Luiz Batista, Padre Serafim Leite, Cláudio Ganns, Oliveira Viana, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Cândido Mariano da Silva Rondon.

O Secretário, Sr. Virgílio Correia Filho, fês a leitura das Efemérides do Barão do Rio Branco, relativas ao dia, e em seguida passou a submeter à discussão os assuntos que estavam na ordem do dia.

Primeiramente, foi lido o seguinte parecer da Comissão de Fundos e Orçamento:

"A Comissão de Fundos e Orçamento examinou com atenção o balancete apresentado pelo con ador do Instituto. Sr. João Pereira Cabral, bem como todos os documentos de despesa e receita, relativos ao ano de 1942.

A Comissão é de parecer que sejam aprovadas as demonstrações de receita e despesa que, aliás, já o foram pelo Senhor Ministro da Educação e Saúde.

A Comissão regista um voto de agradecimento ao Sr. João Pereira Cabral, que, obsequiosamente, faz a escrituração do Instituto com grande proficiência e regularidade.

Rio de Janeiro, 22 de junho de 1943. — Rodrigo Octavio. — Oliveiro Viana. — Alexandre Sommier. — Raul Tavares. — Alfredo Ferreira Lage.

Pôsto em discussão e ninguém pedindo a palavra, foi o parecer acima transcrito, votado e aprovado por unanimidade. Em seguida o 1.º Secretário, leu o parecer abaixo, da Comissão de História:

"Subscrevendo as indicações que serão a última vontade de quem foi o secretário perpétuo do Instituto Histórico, Max Fleiuss, vinte sócios dessa casa apresentaram a proposta, que, submetida à apreciação da Comissão de Admissão de Sócios, foi apreciada exarando-se-lhe o seguinte parecer.

As vinte assinaturas que ela traz, satisfazem o que recomendam os estatutos no art. 5.°, § 2.°, art. 7.°, parágrafo único, art. 8.°, § 2.°.

O Dr. Clóvis Bevilaqua, o Dr. Rodolfo Augusto de Amorim Garcia e o Dr. Pedro Calmon Moniz de Bittencourt são propostos: o primeiro para sócio grande benemérito e os dois outros para sócios beneméritos. Os nomes indicados a preencherem as vagas existentes, se recomendam sobremaneira: o primeiro deles é autor do Código Civil Brasileiro e escritor cuja pena se celebrizou com as obras de Direito, História e Filosofia, que marcaram época; o segundo, retomando os profundos estudos históricos de Capistrano de Abreu, continuou dando-lhes amplitude notável; e o terceiro cedo se fêz notar pela rara elegância do estilo de seus livros, que se firmaram na opinião pública não só pela originalidade dos aspectos históricos estudados como pela inovação trazida na maneira de apreciar o lado social da vida brasileira.

O Dr. Clóvis Bevilaqua, se recomenda para ser sócio grande benemérito por pertencer à classe dos sócios beneméritos, bem como, ingressando para o Instituto no ano de 1905, fêz parte ora da Comissão de Fundos e Orçamento, ora da de história, ora de ambas cumulativamente, e assim pelo espaço de vinte e quatro anos, isto é, desde 1909 até 1933, ano êsse em que, só por imposições de saúde, se afastou do exercício de serviços permanentes prestados ao Instituto, não obstante voltar à tribuna dessa casa afim de pronunciar erudita alocução, ao comemorar-se o quadragésimo aniversário de Encíclica "Rerum Novarum".

A proposta de seu nome para sócio grande benemérito, atende pois ao

que dizem os estatutos no art. 8.º, § 1.º.

O Dr. Rodolfo Augusto de Amorim Garcia, e o Dr. Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, o primeiro sócio do Instituto desde 1921, e o segundo desde 1931, dispensam maiores referências, se tão conhecidos são os seus notáveis serviços prestados, quer colaborando na Revista do Instituto, nos seus Congressos de História, no Dicionário já publicado, quer no exercício dos cargos para que foram designados.

Para sócios efetivos foram propostos Dr. João Martins Carvalho Mourão,

Dr. Alcindo Sodré e o Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade.

O Dr. João Martins de Carvalho Mourão, já no primeiro congresso de História Nacional, apresentava notável memória acêrca dos municípios. Quando

nada falasse eloquentemente a respeito da sua grande cultura, essa monografia apresentada justificaria a grande nomeada do seu autor. O Dr. Martins Carvalho Mourão é então proposto para esta instituição, que, por mais de uma vez, tem insistido pela sua entrada para o seu corpo de sócios.

O sr. Dr. Alcindo Sodré, atualmente sócio correspondente dêste Instituto, mercê dos trabalhos com que tem concorrido aos congressos promovidos pelo Instituto Histórico, é dos que freqüentam assiduamente as suas sessões, o que indica para sócio efetivo e não para correspondente. Residindo em Petrópolis, está nas condições dos sócios efetivos domiciliados em Niterói, e mesmo em Petrópolis, os quais podem freqüentar e freqüentam assiduamente a casa a que pertencem. De fato; residir nessas cidades não afasta do seu convívio social, razão porque o Instituto jamais levou a sócios correspondentes os que residem quer em Petrópolis, quer em Niterói; na circunstância do Sr. Alcindo Sodré ter residência em Petrópolis não há fundamento para que êle não seja sócio efetivo.

O Sr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, também proposto para sócio efetivo, é o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cargo em cujo exercício tem patenteado a sua grande cultura. Escreveu "Contribuição para o estudo da obra do Aleijadinho", além dos prefácios às publicações que dirige com o alto critério de historiador.

O Dr. Ernesto de Sousa Campos é proposto para sócio correspondente, e o recomenda, para essa categoria, a atividade que exerceu na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, sob a administração durante um ano, a qual concorreu para a transformação dos estudos históricos, em notáveis trabalhos dos que freqüentam essa universidade, divulgados pelo país. É êle autor de estudos sôbre o problema universitário e do "Japão visto através de uma viagem", livro êsse em que observa, nas tradições do povo, o seu problema educacional, últimamente solucionado no sentido de firmar o espírito da nacionalidade. Os méritos do Sr. Ernesto de Sousa Campos recomendam pois a sua transferência de sócio honorário, que é, para sócio correspondente.

D. José Gaspar de Afonseca e Silva e o contra-almirante Agustin Toutant Beauregard são propostos para sócios honorários. O primeiro se faz indicar pelo discurso proferido na sessão de 18 de julho de 1939, em homenagem ao Cardeal Legado, e ao Episcopado Brasileiro, aliás, uma das sessões mais memoráveis das que se realizaram na centenária instituição; o segundo é um dos espíritos mais devotados ao estudo das coisas brasileiras, o que o fêz escrever o livro. — Life's fetful fever. The History of d. Pedro of Brasil, — e o recomenda para entrar no Instituto Histórico.

São também propostos para sócios honorários, o Comandante Alvaro Alberto da Mota e Silva e Coronel Leurênio Lago; o primeiro, se notabilizou por grande cultura científica, caracterizada pela extensão com que se desdobra até nos assuntos históricos por êle eruditamente versados, como se verifica

em "A Guerra Cisplatina" — tese apresentada ao Segundo Congresso de História Nacional, 1931. O Coronel Laurênio Lago é autor de: — Medalhas e Condecorações Brasileiras, — Marechal Salvador José Maciel, — Caxias na Numismática Brasileira; Brigadeiros e generais de D. João VI e de Pedro I; um dos investigadores mais criteriosos e inteligentes, a quem a História do Brasil deve informações de primeira ordem.

A proposta dos dois nomes para fazerem parte do Instituto Geográfico Brasileiro, é pois o sufrágio de escritores distintos cujos méritos os indicam para figurarem entre os nomes dos que fazem parte da centenária instituição.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 1943.

Relatores: Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt — Basílio de Magalhães e Emílio Fernándes de Sousa Doca.

Depois, leu o 1.º Secretário o seguinte parecer da Comissão de Admissão de Sócios:

"A Comissão de Admissão de Sócios considerando a proposta subscrita por número regulamentar de sócios, entende que está de perfeito acôrdo com as disposições estatutárias e por isso merece aprovação, ao indicar para: Sócio grande benemérito, Dr. Clóvis Bevilaqua; Sócios beneméritos: Drs. Rodolfo Augusto de Amorim Garcia e Pedro Calmon Moniz de Bittencourt. Sócios efetivos: Drs. João Martins Carvalho Mourão, Alcindo Sodré e Rodrigo Melo Franco de Andrade; Sócio correspondente: Dr. Ernesto de Sousa Campos; Sócios honorários: D. José Gaspar de Afonseca e Silva, Contra-Almirante Agustin Toutant Beauregard, Comandante Alvaro Alberto da Mota e Silva e Coronel Laurênio Lago.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 1943. — Alfredo Nascimento. — Augusto Tavares de Lyra e Alfredo Valladão".

Não havendo quem pedisse a palavra foram os pareceres acima submetidos votação e aprovados por unanimidade.

#### PROPOSTA

Preceitua o art. 25 dos Estatutos em vigor:

"Ficam criados dois prêmios sob as denominações: Prêmio Pedro II e Prêmio Conselheiro Olegario, definidos pelos parágrafos respectivos.

Apesar de tal dispositivo provir sucessivamente de outros, análogos, que estabeleceram os próprios fundadores da centenária instituição cultural, apenas consta a sua observância em duas ocasiões.

Da primeira, em 1847, a medalha de ouro, hoje denominada Prêmio Pedro II, foi conferida ao Dr. C. F. von Martius, Francisco Adolfo Varnhagem, Tenente Coronel José Joaquim Machado de Oliveira, Dr. Domingos Gonçalves de Magalhães e Coronel Conrado Jacob de Niemeyer.

Com a medalha de prata, ou Prêmio "Conselheiro Olegário" não tinha ainda sido alguém contemplado, quando, em 1917, a receberam os Drs. Pedro Carneiro Lessa e Clóvis Bevilaqua, ao mesmo tempo em que, ao têrmo de intervalo de 70 anos, a primeira era concedida a Capistrano de Abreu, Basílio de Magalhães, E. Roquete Pinto e Afonso Taunay.

Ao concluir o parecer acêrca das obras premiadas indicou a douta comissão julgadora: fazemos votos para que, uma vez reatada a feliz tradição do Instituto, possamos repetir todos os anos essa demonstração de aprêço aos grandes cultores de letras históricas do Brasil".

Todavia, circunstâncias adversas interromperam de novo a execução do citado artigo dos Estatutos, que ora vem à tona, com esta proposta, em que sugerimos seja examinado o meio de lhe dar cumprimento — em caso favorável, nomeada a comissão que deva escolher os trabalhos dos mencionados prêmios.

Rio de Janeiro, 9 de julho de 1943. — Virgilio Corrêa Filho e Feijó Bittencourt".

O Sr. Augusto Tavares de Lira requereu ainda urgência para a votação imediata da proposta acima, que foi aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente Macedo Soares, imediatamente depois de aprovado o que propôs, nomeou para constituir a Comissão encarregada de escolher os trabalhos merecedores dos referidos prêmios os Srs. Ministros Augusto Tavares de Lyra, Dr. Rodolfo Garcia e General Emílio Fernandes de Sousa Doca.

Pediu a palavra, o Sr. Ministro Augusto Tavares de Lira, indicando então que fizessem parte da Comissão os dois signatários da proposta, o que foi aceito. Também tratou da distribuição de prêmios o sócio Sr. Luiz Felipe Vieira Souto que lembrou a existência de um dispositivo testamentário do Almirante Indio do Brasil, legando certa quantia em apólices, para, com o rendimento dessas, se instituir um prêmio com o nome dêsse almirante brasileiro, prêmio êsse a ser conferido nas condições estipuladas em seu testamento. Propôs o orador que o Instituto verificasse se conjuntamente com os prêmios acima mencionados já podia ser conferido êsse a que êle se referia, afim de que se desse cumprimento à vontade do testador. O que ficou resolvido que seria objeto de verificação. Ninguém mais pedindo a palavra, o Presidente declarou encerrada a sessão.

Feijó Bittencourt, 2.º Secretário.

Ata da Sessão comemorativa do centenário do nascimento do Conselheiro Samuel Wallace Mac-Dowell, em 9 de julho de 1943 (Sessão 1717)

Abriu-se a sessão, às 17 e meia horas, com o comparecimento dos seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Augusto Tavares de Lira, Virgílio

Corrêa Filho, Vieira Ferreira, Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, Alfredo Nascimento, Radler de Aquino, Lucas Boiteux, Gago Coutinho, Príncipe Dom Pedro, Pedro Calmon, Thiers Fleming, Cristóvão Leite de Castro, Argeu Guimarães, Ernesto de Sousa Campos, Jerônimo de Avelar Figueira de Melo, Luiz Felipe Vieira Souto, Emílio Fernandes de Sousa Doca, Herbert Canabarro Reichardt, José Luiz Batista, Padre Serafim Leite, Cláudio Ganns, Oliveira Viana, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho e Cândido Mariano da Silva Rondon.

Aberta a sessão, convidou o Sr. Presidente Perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, para fazer parte da mesa, os Srs. Dr. Luiz Estevão de Oliveira, representando o Govêrno de Pernambuco, e cidade de Olinda, Dr. Afonso Mac-Dowell, Padre Leonel Franca, Desembargador Carlos Xavier, Almirante Gago Coutinho, Conde Pereira Carneiro, Virgílio Correia Filho e Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt.

O Presidente Macedo Soares deu a palavra ao Sr. Pedro Calmon, orador oficial do Instituto, que, saudando o conferencista, disse: que a comemoração centenária do Conselheiro Samuel Mac-Dowell dava oportunidade para fazer ao Instituto Histórico merecida e indispensável homenagem - a um grande patriota. A um nobre intelectual, a um jurista de alta reputação, a um parlamentar eminente, a um administrador e a um estadista dos que mais honraram o serviço público no Império. Homem de convicções leais — se não basta o elogio, de homem de convicções --, conselheiro Mac-Dowell ligou seu nome à história nacional na última fase da monarquia; pela altivez de sua intervenção na "questão religiosa" pela vasta influência, aliás inabalável, que desfrutou no Pará, pelo prestígio de sua voz nos conselhos do Govêrno, pelas virtudes cívicas que proyou largamente, no fôro e na tribuna política, na imprensa e no ministério, na intransigente defesa dos princípios conservadores (de que foi campeão desassombrado, a par de Ferreira Viana e da Cândido Mendes, na linha avançada dos advogados da sociedade tradicional) e na vida construtiva, impoluta e desinteressada. Tais títulos o recomendaram à consideração do Brasil, feliz ainda na justiça que lhe tributa a posteridade, a reconhecer-lhe os préstimos, da existência exemplar, e outros bons exímios, que deixou - na perfeição moral de seus descendentes. Um dêstes, monsenhor Mac-Dowell da Costa, nos ofereceu primoroso retrato biográfico de seu ilustre pai. O próximo parentesco, não tira ao orador do dia, Dr. Cristóvão Leite de Castro a isenção, antes lhe aumenta a autoridade, para nos informar, em brilhante conferência, sôbre a personalidade e a obra do notável brasileiro. Devotado às letras históricas e científicas que frequenta com eficiência e dignidade, através de trabalhos aplaudidos, o Dr. Leite de Castro que divide, entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Instituto Histórico, as suas atividades beneméritas. Muito lhe deve já aquela casa. Esta ficará a dever-lhe, dentre outras contribuições valiosas, o detido estudo sôbre o conselheiro Mac-Dowell, a sua ação, o seu pensamento, as suas lutas, a sua insigne coerência, o seu idealismo e o seu caráter condigna celebração do centenário que ora festejamos.

Em seguida o Dr. Leite de Castro proferiu a conferência comemorativa do centenário do nascimento do Cons. Samuel Wallace.

Usou, também, da palavra o Dr. Luiz Estevão de Oliveira, dizendo que o Estado de Pernambuco e a Cidade de Olinda o haviam surpreendido com a distinção de representá-los naquela solenidade; distinção da qual não declinara imediatamente, porque tinha entendido que se tratava de uma honra que, na lição de um velho professor da Faculdade do Recife, não podia ser recusada pela mesma razão por que não podia ser solicitada. Não o desvanecera, porém, a distinção, porque compreendera de pronto que ela não se fundara em considerações de mérito pessoal, mas resultara, apenas, de aparências ilusórias no matriz de dois destinos, que eram, entretanto, profundamente dissemelhantes em magnitude e finalidade. É que os eminentes titulares dos governos de Pernambuco e de Olinda sabiam, por certo, que o orador, como o Conselheiro Samuel Wallace Mac-Dowell, fôra um pernambucano exul, filho espiritual da mesma cidade lendária, a quem o Pará, sem igual justiça, mas com generosidade igual, havia dado, também, todos os bens da vida. O que êles talvez ignorassem é que a delegação viria ao encontro da sua afetividade, porque se havia acostumado desde a infância a estimar e admirar o egrégio homenageado, familiar querido da casa dos seus maiores, amigo e companheiro de estudos de seu pai e a respeito de quem, nos serões de família, sua mãe falara muitas vêzes com entusiasmo e carinho.

Recordou, então, um dia da juventude em que o vira, acompanhado do seu primogênito ilustre, que acabava de fazer o curso de Direito com o brilhantismo natural dos Mac-Dowell, quedar-se enternecido na contemplação do vetuste edifício em que nascera, erigido como um fortim roqueiro no cômodo da colina histórica de Olinda e que se dizia fundado nos próprios alicerces do castelo de Duarte Coelho. Desgraçadamente, alguns anos depois, um vandalismo inconsciente demolia o sobrado secular para utilizar-lhe o material na descaracterização da velha Sé, que lhe ficava fronteira, e que iria perder a feição baroca tradicional, simples e grandiosa, para transformar-se num gótico caricatural, que a injúria do tempo não deixou subsistir.

Aludiu depois a aspectos da vida pública do homenageado, e afirmou que a admiração por êle, que trouxera do ambiente paterno, se foi engradecendo e consolidando à proporção que pôde direta e pessoalmente aferir dos seus méritos. Perorou dizendo que o Conselheiro Samuel Wallace Mac-Dowell tinha sido a encarnação do verdadeiro brasileiro, integrado pelo espírito na cultura universal, mas amando e sentindo o Brasil na sua realidade histórica, sem regionalismos irritantes ou dissídios faciosos, norteado pelo civismo e iluminado pela Fé, que lhe dera ao ânimo a pugnacidade de um templário. Que Deus comunicasse a todos os brasileiros os mesmos talentos e virtudes, tocasse-os da mesma Fé, para que continuassem resolutos a marcha para os grandes destinos da nacionalidade, sentindo encorajados a assistência de sua misericórdia, como sentiam visível e iluminada sôbre suas cabeças a benção constelar do Cruzeiro do Sul".

Agradecendo, em nome da Familia, falou o Dr. Afonso Mac-Dowell, que proferiu as seguintes palavras:

"Eminente Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares,

Senhoras .

Senhores.

Quando se tem, por um dever irrefragável, de falar para agradecer homenagem como esta, tão significatica e generosa, à memória do chefe de nossa família, o Conselheiro Samuel Wallace Mac-Dowell, celebrando-se o seu centenário de nascimento neste venerando Instituto, quasi seu coetâneo, faz-se, sem dúvida, em duro estado comocional de espírito e coração difícil de esconder.

Mas, ao transporem-se os primeiro degraus desta casa egrégia, o ambiente que logo envolve a todos, em ondas de perfumados olmos e incensos, é o da nobreza de intuitos, com serenidade, recolhimento, meditação e elevado estudo, que, fortalecendo o ânimo, ritma o coração.

Estamos aqui, em verdade, fora dos rumores e desencontros da vida lutada. Já penetramos, então, no templo das consagrações históricas, onde se desvanecem as vaidades humanas e só impera a verdade serena, quase religiosa, dos fatos pretéritos.

Sois um colégio de veneráveis cientes beneditinos, por isso não foi exorbitante que um dos vossos, que já partiu, o grande Pedro Lessa, em páginas lapidares, na língua, pôsto que discutíveis na doutrina filosófica esposada, estudasse numa interessante tese, o determinismo e a história, para provar que já existe na investigação histórica hodierna uma ciência autêntica e pura.

Sem embargo do ponto de vista do determinismo, que admitia, parecer mas não estar em desacôrdo com o livre arbítrio ensinado pela filosofia perene do genial aquinense, cada dia mais atual e presente no dizer de Jacques Maritain — Le Docteur Angelique n'appartient pas au Moyen Âge... il appartient à tous le temps — realmente conforme o seu ensino a inteligência é de fato a causa do livre arbítrio, sendo a vontade o sujeito do mesmo. — Radix Libertatis est voluntas sicut subjectum; sed sicut causa est ratio — dai o intelectual e o afetivo ligarem-se para o aperfeiçoamento do ato humano por excelência; a auto-determinação, a escolha livre.

Perdoai-me esta curtíssima digressão para inculcar como, nos fatos históricos e nos vossos impulsos gentis de consagração póstuma, nada existe de personalismo. Pode-se mesmo deparar com um perfeito determinismo científico, que, para nós, que cultivamos ramos da biologia, poderíamos dizer a Cláudio Bernard.

Certo, não se fala mais daquela história que se fazia no período grecoromano quando se coligiam apenas anais políticos e militares das grandes
nações da Europa; nem de só acumular numerosos dados históricos sôbre
religião, ciências, legislação, letras, belas-artes, costumes e antiguidades vários; mas, ao momento histórico, em que se elevou a economia política à

categoria duma ciência; e a ciência da estatística e as Geografias têm feito notáveis e espantosos progressos.

Assim se pode, numa evidência avassalodora, estudar as ações e os traços que caracterizam povos e homens adiantados na civilização, sendo possível comparar condições da humanidade em diversas fases de adiantamento e em variadas circunstâncias das sociedades e dos estados.

Assim induções, leis, princípios, foram investigados, melhor explicando-se os atos individuais e coletivos à luz de novas conquistas na esfera da biologia, da psicologia objetiva e das leis sociais ao serviço daquelas ciências.

Porque assim é e assim devia ser, permiti que ainda por uma auto-determinação eu me reporte às expressões de Aristóteles — uma das fontes do grande santo Tomaz de Aquino, quando chama a escolha o intelecto afetivo ou a afetividade intelectual, para explicar o porque nas minhas ligações de afeto com o vosso ilustre orador ter eu acolhido com muito agrado a notícia da sua indicação para falar nesta cerimônia; e ouse agora insistir numa passagem do seu elevado e substancioso panegírico de meu pai a qual se refere a campanha abolicionista.

De fato a sua atuação nesse grande momento político brasileiro no segundo império foi sempre de incontestável abolicionismo, mas era um abolicionista gradual, não o *ex-abrupto*, porque antevia o colapso brutal econômico-nacional com repercussões longínquas.

Permiti mais uma vez e dai-me justiça que eu queira suscitar aqui neste magno recinto de história do nosso país, que os fatos da economia política brasileira e de sua história que se seguiram até hoje dão inteira razão aqueles, que se bateram com denôdo pela abolição gradual da escravatura; se não vejamos, como minúsculo exemplo do grave colapso, que foi a abolição imediata para a nação, o espectáculo ainda hoje contristador e lastimável das terras da Baixada Fluminense, há dois passos da grande Metrópole, cheia de maravilhas, contrastando com o abandono e a miséria daquela região, outrora fértil e produtora. Até parece que a Providência, amiga do Brasil, deixa ali ficar aquêle exemplo para advertir aos homens públicos de atos imprudentes e inoportunos no govêrno do país.

E perdoai-me uma vez mais essa idéia aqui suscitada, sôbre a visão de homem de estado de meu pai e de suas fortes convicções; perdoai-me, pois, do que êle próprio não m'o perdoaria porque nunca aludiu a episódios — vencedor ou vencido — de sua vida política; nem às asperezas das suas lutas nem mesmo as interiores ou físicas em combates incruentos e sofreres às vêzes cruciantes.

Ele, qual o outro prudente e afligido varão de quem o poeta latino canta — Spem vultu simulat, premit altum corde dolorem — fingia semblante ale4 gre ainda quando o coração chorava lágrimas de sangue.

Nem outra pode ser neste lugar e em tal momento a minha missão de agradecer em nome da família Mac-Dowell senão inventariando perante vós, que sois os cultores da história do Brasil, esta deixa que não tem partilhas,

pois que pequena deve de ser indivisa e precípua para juntar-se a grande massa dos haveres nacionais.

E porque não ser assim ou ser eu deselegante nessa alusão quando em todos os tempos se reivindicaram para as famílias e para as sociedades as glórias dos antepassados a fim de as levar aos pés das aras nacionais.

Foi por isso que num dos discursos mais cintilantes de Emílio Castelar sôbre o gênio de Lucano, lembrando Roma a última encarnação do gênio do mundo antigo, quando o ceptro de seus imperadores era o eixo da terra e todos os povos seus tributários, pedia para sua Espanha as glórias de lhes ter dado aos romanos seu grande chefe Trajano, Quintiliano, o ilustre retórico; Marcial, o triste satírico; Sêneca, seu mais profundo filósofo, e Lucano, o mais puro e gracioso poeta.

Portanto haveis de me relevar que nesse meu agradecimento pelas comemorações que estais realizando no centenário de nascimento do Conselheiro Samuel Wallace Mac-Dowell, também eu, não reivindicando mas ofecen do, por mais humilde que seja, possa trazer essa contribuição pequena todavia ao meu sentir de algum alcance para o que determinou talvez na vida econômica brasileira a abolição de um só golpe contra o qual se insurgiu com superior visão aquêle que hoje magnânimamente aqui relembrais.

Entenderam as instituições culturais com o apoio do clero, da imprensa, de autoridades, promoverem comemorações civicas e religiosas à sua memória em várias localidades do país, laudatórios da sua personalidade. A família cheia de penhor associa-se a essas sensibilizantes manifestações de aprêço.

O Conselho Nacional de Geografia, o Instituto da Ordem dos Advogados, o Instituto Arqueológico e Histórico de Pernambuco pelos seus ilustres oradores, Drs. Cristóvão Leite de Castro, Himalaia Virgolino e Célio Moreira se manifestaram de forma cativante que agora agradecemos.

No Rio de Janeiro realizaram-se cerimônias religiosas que foram presididas por S. Excia. Rvma. Núncio Apostólico, num assomo de bondade extrema que tanto nos honrou; fazendo a oração gratulatória, tão inspirada e notável, o grande orador sacro Monsenhor Benedito Marinho; ali também representando-se o clero regular e secular da Arquidiocese em grande número, pelo que lhes ficamos a todos sumamente gratos.

No Pará o Exmo. e Revmo. Sr. Arcebispo Dom Jaime de Barros Câmara, o seu vigário-geral Monsenhor Algemiro Pantoja, o superior dos Rvmos. padres barnabitas, o padre Afonso Di Giorgio, vigário da Basílica de Nazaré oficiaram em missas gratulatórias. Tendo mais tarde o Senhor Arcebispo em sessão solene no salão dos "Atos públicos do Colégio de Nossa Senhora de Nazaré" falado na abertura da mesma, sendo o orador oficial pela Arquidiocese paraense o Cura da Catedral Cônego Américo Leal. Discursando ainda os Senhores professores Paulo Eleutério pelo Instituto Geográfico do Pará e Daniel Coelho de Sousa pela Faculdade de Direito. Por tudo somos profundamente agradecidos.

A imprensa daqui e dos Estados, sempre pródigas em manifestações amáveis, pedimos que aceitem e transmitam o nosso vivo e penhorado agradecimento.

Entretanto essa memorável comemoração com que, hoje, estais coroando de maneira inequívoca e generosa as cerimônias e os escritos em que se relembram a vida de meu pai pela passagem de seu centenário de nascimento tocou a família Mac-Dowell de modo particular, porque promovida pelo secular e prestigioso Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — a casa solarenga da tradição e da cultura brasileira — no dizer de um dos vossos.

Expressão máxima de cultura e sentimentos a vossa consagração nos domina e nos empolga embaraçando até a forma do nosso inteiro penhor por dois motivos principais: antes de tudo a palavra do Instituto, egrégio sodalício do país de maior renome cultural, sem dúvida, representa legítima consagração histórica dos varões brasileiros; depois porque o Instituto, quase coevo do Conselheiro Samuel Wallace Mac-Dowell, transpira em tudo a época imperial em cujo cenário atuou meu pai.

Senhores, agradecendo por toda nossa família numa oração de ardente fé a Deus Onipotente por todos êsses prêmios e graças que foram as homenagens prestadas à memória de meu pai, peço também licença para comovidamente me dirigir e de modo especial agradecer ao Eminente Senhor Embaixador Macedo Soares, que teve a iniciativa desta sessão, tanto de seus moldes da mais alta nobreza e de seu grande e fecundo descortino. Ao preclaro professor Dr. Pedro Calmon, cuja palavra é uma caudal inexaurível de gemas preciosas e ao vosso orador de hoje, o Dr. Cristóvão Leite de Castro, um dos mais vigorosos e triunfantes pugnadores das grandes causas da Geografia e da Estatística Brasileira, o qual, num evidente paradoxo, sendo ainda jovem já é um provecto expoente cultural dêste Instituto, a êstes dois ilustres homens de letras e ciências o nosso grande penhor. Enfim, por tudo e para todos, eminente Senhor Presidente Perpétuo o nosso agradecimento, perpetuamente, aqui jurado".

Compareceram os Srs. Sílvio Brito Soares, representante do Dr. Sousa Costa, Ministro da Fazenda, representante do Sr. Coronel Aristarco Pessoa e representante do Comandante da Polícia Militar e Dr. Benedito Quirino dos Santos, presidente do Instituto Histórico de Minas Gerais.

Encerrou-se a sessão às 19 e meia horas.

Feijó Bittencourt 2.º Secretário

Ata da Sessão Especial, em homenagem ao sócio benemérito Sua Eminência Dom Sebastião Leme, em 17 de setembro de 1943 (Sessão 1719)

As 17 horas, abriu-se a sessão, com a presença dos seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares; Augusto Tavares de Lira; Virgílio Correia Filho;

Ernesto de Sousa Campos; Cláudio Ganns; Dom Aquino Correia; Radler de Aquino; Nelson de Sena; Afonso de Escragnolle Taunay; Thiers Fleming; Edmundo da Luz Pinto; Feijó Bitencourt; Padre Serafim Leite; Jerônimo de Avelar Figueira de Melo; Cristóvão Leite de Castro; Frei Pedro Sinzig O. F. M.; Alfredo do Nascimento; Emílio Fernandes de Sousa Doca; Pedro Calmon; José Luiz Batista; Leão Teixeira Filho; Elmano Cardim; Cândido Mariano da Silva Rondon; Jônatas Serrano; Herbert Canabarro Reichardt; Leví Carneiro; Rodrigo Melo Franco de Andrade; Sílvio Rangel de Castro; Alfredo Valadão.

A mesa ficou assim constituída: Presidente, Embaixador José Carlos de Macedo Soares; General Firmo Freire, representante do Sr. Presidente da República; S. Excia. Rvma. Dom Jaime Câmara, Arcebispo do Rio de Janeiro; Monsenhor Aloisi Masella, Núncio Apostólico; Padre Leonel Franca; Monsenhor Rosalvo da Costa Rêgo; Ministro Heitor Varadí, representante do Clube Naval; Drs. Amoroso Lima e Virgílio Correia Filho, 1.º Secretário.

Abrindo a sessão o presidente, Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, pronunciou a seguinte alocução:

"O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro realiza hoje sessão especial em homenagem ao saudoso sócio benemérito o eminentíssimo senhor Dom Sebastião Leme da Silveira Sintra, o segundo Cardeal brasileiro.

Desde o ano de 1928 Dom Sebastião Leme fazia parte do nosso sodalício. Sua proposta recebeu parecer favorável assinada por grandes nomes do Instituto Histórico: Barão de Ramiz Galvão, Ministro Augusto Tavares de Lira, Dr. Miguel de Carvalho e Dr. Max Fleiuss. Como relator o nosso saudoso Secretário Perpétuo exaltou as excelsas qualidades morais e intelectuais do, na época, Arcebispo de Farsália, coadjutor do Rio de Janeiro, e salientou entre outros trabalhos de natureza histórica a famosa circular em que Dom Leme aconselhava a defesa do patrimônio artístico e histórico das igrejas brasileiras. Na sessão de 14 de abril de 1942 foi o grande Cardeal Dom Sebastião Leme eleito sócio benemérito do Instituto Histórico.

Todos desta casa ansiavam por tomar parte nessa sessão especial em homenagem ao saudoso Dom Leme. Esperávamos realizá-la por ocasião do primeiro aniversário de seu falecimento. Acontece que tendo sido eleito sócio honorário o ilustre senhor Dom José Gaspar de Afonseca e Silva, Arcebispo de São Paulo, confiamos ao grande orador a missão de fazer o elogio daquêle que tantas vêzes honrou com sua presença as nossas sessões. Desgraçadamente perdemos também o nosso novo consócio. Mas a sua morte não impediu de ouvirmos a sua oração eloqüentíssima. Dom José Gaspar deixou escrito o formoso discurso que vai ser lido pelo nosso sócio benemérito o Sr. Dom Aquino Correia, depois de falar o orador oficial do Instituto Histórico.

Terminando a sua alocução, o Presidente deu a palavra ao Sr. Pedro Calmon, orador oficial do Instituto, que se fêz ouvir pela forma abaixo:

"Do inesquecível Cardeal Dom Leme devera falar hoje o notável arcebispo Dom José Gaspar de Afonseca e Silva. Quis Deus que a homenagem de

respeitosa saudade consagrada ao primeiro se estendesse ao segundo, para que pranteássemos conjuntamente dois altos prelados, glória da igreja, brasileiros heróicos nas suas virtudes exímias, pastôres ilustres, lúcidos e amados, cuja autoridade floresceu em atitudes memoráveis. Dêles dirá quem melhor, no Instituto Histórico, poderia interpretar-lhes a vida e o pensamento, outro arcebispo, ornado, como êles, de letras consagradas e humanas, também poeta, igualmente responsável por um vasto govêrno espiritual, vibrante de anelos patrióticos, nobre campeão de idéias — e além disso, brilhante orador acadêmico. D. Francisco de Aguino Correia faz às vêzes de seu eminente confrade desaparecido, lendo-lhe o discurso de elogio e justiça ao bom Cardeal. Nessa substituição revemos o sentido da inteligência imortal, senão o destino da Igreja eterna. Irreparável perda foi sem dúvida a do antístite jovem e eminente que tinha a robustez mental e a humildade magnífica dos grandes bispos evangelizadores. Mas importa principalmente a continuação. A sobrevivência. responsabilidade que se transmite, que se preserva, que se valoriza. A herança moral. As mensagens que vencem a morte. O sôpro divino da inspiração que as ditou. Fora do tempo e do espaço, e seu caráter permanente. O legado imaterial que contém. A sua beleza e a sua verdade. O que melhor há na vida, que é a sua projeção além dela. O exemplo, a palavra, a conviçção. Redivivo está o autor na imperecível harmonia de sua arte. Um discurso pode ser um testamento. Também um argumento contra a morte. Neste caso o é. Pretendia provar as razões da perene lembrança do Cardeal de grata memória. E exibe as razões da perpétua recordação do arcebispo que o compreendeu e o seguiu. Esse documento primorosa e duplamente biográfico, tem de ser lido como uma página excepcional da história religiosa do país. É uma página de antologia literária. Na sua eloquência palpita um coração que já não pertence à terra, porém à História e à Pátria. Pensamos em frei Luiz de Sousa a contar a existência simples e benévola do ínclito Arcebispo. D. frei Bartolomeu... É louvor de ambos!".

O Bispo da cidade de São Pauío, D. José Gaspar de Afonseca e Silva que se incumbira do elogio do cardeal brasileiro, D. Sebastião Leme, não chegou a pronunciar a sua oração que ultimara dias antes de perecer em doloroso acidente que enlutou o coração do país. Para vir à tribuna do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro recitar a última página que o prelado ilustre escreveu, o presidente Macedo Soares convidou o sócio benemérito D. Aquino Correia, Arcebispo de Cuiabá, que depois de realçar os grandes ensinamentos cristãos encerrados no discurso que passou a ler, fêz ouvir um dos mais belos retratos de um grande vulto da Igreja.

Pedindo a palavra, o sócio efetivo Dr. Cláudio Ganns, leu a seguinte proposta, depois de justificá-la:

<sup>&</sup>quot;Propomos para sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o autor da História da Filosofia, Padre Leonel Franca, atualmente Reitor das Faculdades Católicas.

Tal circunstância basta para lhe evidenciar os méritos, caso não constituíssem os livros que elaborou provas cabais de quanto já contribuíu para realçar a cultura nacional, mediante obras didáticas, como também àcêrca de questões sociais.

Tão alto lhe cresceu a fama que ao comemorar o 4.º Centenário do nascimento do Padre José de Anchieta, o Instituto lhe solicitou a colaboração, expressa em primorosa conferência proferida a 19 de março de 1934.

Adquiriu, desde então, direito a ingressar-lhe no quadro social, justificando assim a presente proposta. Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1943 — José Carlos de Macedo Soares, Dom F. Aquino Correia, Augusto Tavares de Lira, Rodrigo Otávio, Oliveira Viana, Padre Serafim Leite, Virgílio Correia Filho, Cláudio Ganns, Radler de Aquino, Frei Pedro Sinzig O. F. M., Alfredo Nascimento, Feijó Bitencourt, Thiers Fleming, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Emílio Fernandes de Sousa Doca, Pedro Calmon, Jônatas Serrano, Edmundo da Luz Pinto, Rodrigo Otávio Filho, Afonso de E. Taunay, Nelson de Sena; Cristóvão Leite de Castro, Jerônimo Avelar Figueira de Melo, Herbert Canabarro Reichardt, José Luiz Batista, Carvalho Mourão, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Rubem Rosa, Bernardino de Sousa, Elmano Cardim, Rodolfo Garcia, Wanderley Pinho, J. Matoso Maia Forte, Afrânio Peixoto, Alcindo Sodré, E. Vilhena de Morais, Noronha Santos.

A proposta acima foi, encaminhada pelo Sr. Presidente à Comissão de Admissão de Sócios.

O sócio efetivo Sr. Thiers Fleming propôs fôsse enviado ao Presidente da República telegrama de felicitações, pela recente criação de cinco territórios federais.

Eis a proposta do Sr. Thiers Fleming:

"Exmo. Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, eminente Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. — Considerando meu telegrama à Sua Excelência o Sr. Presidente Dr. Getúlio Vargas: — "Tenho subida honra grande prazer apresentar Vossa Excelência muito respeitosos cumprimentos criação mais cinco territórios federais. Cartograma atual divisão municipal Brasil brilhantemente editado Conselho Nacional Geografia evidencia ter sido medida administrativa alto alcance patriótico". Considerando a aprovação por aclamação da Sociedade de Geografia às propostas de felicitações: I — A Sua Excelência o Sr. Presidente da República — pela criação de mais cinco territórios federais — medida administrativa de alto alcance patriótico, e II — Ao Conselho Nacional de Geografia — pela publicação de Cartograma de Divisão Municipal do Brasil — de real utilidade: — tenho a honra e o prazer de pedir ao egrégio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em seu reconhecido prestígio, também felicitar a Sua Excelência o Sr. Presidente da República e ao Conselho Nacional de Geografia pelos motivos acima expostos".

A proposta acima, dada a relevância do assunto, foi encaminhada pelo Sr. Presidente à uma comissão especial para dar parecer.

Fizeram-se representar os Srs. Ministros Marcondes Filho; Sousa Costa, e o Prefeito Henrique Dodsworth. Compareceram entre outras pessoas os Srs. Dom Benedito de Sousa, Bispo de Oriz; Dr. Joaquim Moreira da Fonseca; João de Paranaguá Moniz, Álvaro de Sousa, representante do Instituto Histórico de Santa Catarina; General Azeredo Coutinho, Tenente Alves Velho, representante do Sr. General Maurício Cardoso; Major Jair Gomes, representante do Sr. Chefe de Polícia; Major J. Ulhoa, representante do Prefeito do Distrito Federal; Monsenhor Gonçalves de Resende, representante do Sr. Vilhena de Morais, Diretor do Arquivo Nacional; Dr. Carlos Kiehl, presidente do Centro Paulista, representante do Sr. Comandante da Polícia Militar; Dr. Alfredo Soares, pelo Clube de Engenharia; Dom Mamede; Dom André Arcoverde; Manuel Teixeira Soares, pelo Embaixador de Portugal; Monsenhor Mac-Dowell, Coronel Jonas Correia e muitas outras altas personalidades da igreja e da sociedade.

O Dr. E. Vilhena de Morais, diretor do Arquivo Nacional, nomeou para representar esta Repartição na sessão solene realizada ontem no Instituto Histórico em homenagem à memória do Cardeal D. Sebastião Leme, uma comissão composta dos Srs. Pandiá H. de T. Castelo Branco, Bibliotecário, Devanir de Lima Gil, secretário, Aristides Leal Coelho da Rosa, chefe da Secção Administrativa e Eugênio Timóteo de Barros, arquivista.

Do Almirante Raul Tavares, sócio benemérito, foi recebido o seguinte telegrama: "Impossibilitado comparecer entretanto associo-me inteiramente tôdas homenagens prestadas grande espírito Cardeal Leme. (ass.) Raul Tavares".

Encerrou-se a sessão às 18 horas.

Feijó Bittencourt

2.º Secretário

# Ata da Sessão Magna comemorativa do 105.º aniversário da fundação do Instituto Histórico, em 21 de outubro de 1943 (Sessão 1720)

Às 17 horas, sob a presidência do Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, teve início a sessão comemorativa do centésimo quinto aniversário da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Compareceram os seguintes sócios: — José Carlos de Macedo Soares, Augusto Tavares de Lira, Virgílio Correia Filho, Bernardino José de Sousa, José Wanderley de Araújo Pinho; Basílio de Magalhães, Rodrigo Otávio Filho, Cláudio Ganns; Cincinato Braga, Braz do Amaral, Dom Aquino Correia, Ernesto de Sousa Campos, Rubem Rosa, Carlos da Silveira Carneiro, José Luiz Batista, Afonso d'Escragnolle Taunay; Cândido Mariano da Silva Rondon; Lucas Boiteux; Manuel Tavares Cavalcanti, Antônio Leopoldo Feijó Bitencourt, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho; José de Oliveira Viana, Elmano Cardim, Pedro Calmon, Emílio Fernandes de Sousa Doca; Hermenegildo Rodrigues de Barros, Sílvio Rangel de Castro, Cristóvão Leite de Castro e Serafim Leite, S. J.

Para o recinto convidou o Sr. Presidente os Srs. Antônio Leite Magalhães Bastos Neto, representante do Sr. Ministro da Guerra, Major Isolino Velho, representante do Sr. Prefeito do Distrito Federal, Major Pedro Mazzolini, representante do Sr. Ministro Marcondes Filho; O representante do Sr. Ministro da Educação e Saúde; Capitão Valter Teixeira, representante do Sr. General Comandante da Polícia Militar, Charles Leyon Chardles, representando a Sociedade de História Americana em Washington e a Sociedade de História da Pensilvânia, Major José Luiz Guedes, representando o Sr. General Eduardo Alcoforado, representação do Corpo de Bombeiros, do Distrito Federal; Sr. William Rex Crawford, adido cultural da Embaixada Norte-Americana; A Família do saudoso Dr. Max Fleiuss, do Conselheiro Lampreia, Desembargador Julião de Macedo Soares, e Dr. Carlos Kiehl, pelo Centro Paulista: Padre José Reinere, representante do Reitor Maior da Congregação Salesiana da América do Sul, e Padre Orlando Chaves, Inspetor Salesiano do Sul.

Justificaram a ausência os Srs. Jônatas Serrano e Magalhães Correia.

A mesa ficou assim constituída: Embaixador José Carlos de Macedo Soares, General Cândido Mariano da Silva Rondon; Dr. Cincinato Braga, Drs. Virgílio Correia Filho e Feijó Bitencourt, 1.º e 2.º secretários.

O Sr. Presidente Macedo Soares deu a palavra ao 1.º Secretário Dr. Virgílio Correia Filho, que começou lendo a seguinte carta de congratulações pela data comemorada:

Outubro, 21-1943. — Exmo. Sr. Embaixador J. C. de Macedo Soares DD. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, verdadeiro repositório das nossas tradições acompanha passo a passo os movimentos reivindicadores da nacionalidade, assinalando a sua já longa existência com os próprios acontecimentos exponenciais, da nossa Pátria. Por isso mesmo a data do aniversário de sua fundação tem caráter festivo em todos os setores e, destacadamente, nos meios de imprensa do País pelos laços de amizade que unem a nossa classe a êsse Instituto e que ligam os jornalistas aos dirigentes do I. H. G. B. A Associação Brasileira de Imprensa, e o seu presidente, certos de interpretarem o sentimento de todos os confrades da imprensa, apresentam ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na pessoa de seu ilustre Presidente — Embaixador José Carlos de Macedo Soares — efusivas e sinceras felicitações por tão grata efeméride.

Em seguida o Sr. 1.º Secretário passou à leitura do seu Em seguida o Sr. 1.º Secretário passou à leitura do seu *Relatório*:

### RELATÓRIO:

"Desde 1906, quando, em pleno viço de seu entusiasmo comunicativo, se estreou na tribuna que frequentaria por 36 anos, para relatar periòdicamente os feitos do Instituto, em que se lhe espelha a vida cultural, jamais falhou Max Fleiuss no cumprimento das obrigações estatuárias a seu cargo.

Ano por ano, invariàvelmente, comparecia à sessão de encerramento, como aliás ocorria nas outras, em que era oficiante pontual, para assinalar os sucessos

verificados nos doze meses anteriores, de que participara, em virtude das funções que lhe cabiam.

Considerados em conjunto, os seus relatórios anuais constituem valiosa narrativa das atividades que desenvolveu a prestante agremiação neste século.

Trinta e seis anos bem vividos, pelo Instituto e pelo seu Primeiro Secretário, acrescidos do qüinqüênio em que atuou, no pôsto imediato, de Segundo, justificaram-lhe o título de — Perpétuo — concedido pelos seus parceiros, que parece o pouparia às contingências humanas da decrepitude.

Identificara-se inteiramente com a secular instituïção que não envelhece com o decorrer dos anos, senão para ganhar maior prestígio e consciência da sua imortalidade.

E para lhe corresponder à convicção de perpetuidade, timbrava em manter-se e assíduo no trabalho, a que se habituara desde cedo, e conservar a mocidade espiritual que só terminaria com a própria vida.

O arcabouço perecível alquebrara, é certo, dificultando-lhe a repetição de caminhadas tão do seu agrado.

Mas o ânimo como que desafiava a ação erosiva dos decênios, assinalados por empreendimentos memoráveis, a que dedicou fecundos esforços.

Três Congressos de História Nacional, um Internacional de História da América, além da Assembléia Inagural do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, estimularam a elaboração de monografias muitas das quais imprimiram luminosos rumos aos estudos históricos.

A Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário da Imprensa no Brasil, o Dicionário Geográfico e Etnográfico do Brasil, a Academia de Altos Estudos e tantas iniciativas de incontestável relevância evidenciar-lhe-iam os propósitos de contribuir para o engrandecimento da associação, cuja crescente nomeada lhe excitava jubilosa ufania.

Ao abrir a sua derradeira informação anual ainda garbosamente asseverou: "trabalhamos, prosseguindo assim o Instituto no cumprimento modelar dos seus deveres".

O fêcho, porém, já se envolveu em condicionais sombrias, que, se não agourentavam às claras, mal dissimulavam tristes pressentimentos.

"Enquanto tiver alento e fôr da vontade de meus eminentes pares", prometeu solenemente, "aqui estarei".

"Mas é preciso lembrar, ajuntou significativamente, já o disse o grande Vieira, tudo cura o tempo, tudo digere, tudo consome".

Amantado pelo conceito do insigne pregador, insinuava estar próximo o fim da peregrinação.

Em meio, todavia, da marcha evolutiva de achaques da velhice, galhardamente suportados pela sua firme decisão de reagir a todo o transe, inesperadamente baqueou, em noite aziaga.

Na manhã seguinte, a sala onde trabalhava recebeu-lhe o corpo inerte, ao qual foram prestadas as mais carinhosas homenagens do Instituto, que lhe chorava o desaparecimento, por bem avaliar a falta da coluna que ruíra.

Urgia, entretanto, substitui-la mais ràpidamente possível, pois que a imortalidade do Instituto sobranceia a transitoriedade dos seus elementos constitutivos

Passam os homens, substituem-se as gerações de pesquisadores, transformam-se os regimes, e o Instituto, como fiel imagem do próprio Brasil imortal, prossegue, predestinado aos mais radiosos destinos, em sua faina gloriosa.

Dolorosamente surpreendido pelo desaparecimento do saudoso amigo, para logo pesou ao Segundo Secretário a incumbência, a que não logrou eximir-se, de ocupar-lhe provisòriamente a vaga, por determinação do insigne Presidente do Instituto, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, contra cuja decisão, com o apoio total da Diretoria, de nada valeram as escusas apresentadas.

A substituição, bem que de emergência mostrará que, a despeito das falhas pessoais de algum dos seus obreiros, a instituição viça e atua, mercê das energias coletivas que lhe integram o quadro social.

Ver-se-á que no decurso do ano a findar-se, não obstante desastroso para o Instituto, desde o primeiro dia, que lhe arrebatou um dos sócios mais conspícuos, e logo depois o Secretário Perpétuo, não sofreram interrupção as atividades que lhe constituem o programa formulado há 105 anos pelos seus fundadores.

## SUBSTITUIÇÕES

Após a derradeira sessão magna, o quadro social do Instituto sofreu alterações impostas por fatais contingências.

Assim foi que a 11 de novembro, desapareceu o Professor Rodolfo Rivarola, sócio honorário desde 15 de dezembro de 1937.

A 5 de dezembro, extinguiu-se o Dr. José Joaquim Seabra, admitido como sócio honorário a 28 de abril de 1905.

No primeiro dia do ano, coube a vez do Dr. Afrânio de Melo Franco, eleito a 11 de maio de 1912.

Dias depois, a 12 de janeiro, sucumbiu o General Agustin P. Justo, a quem o Instituto, em momento de exaltação pan-Americana, acolheu como Presidente honorário.

Ao encerrar-se o mês, baqueou, a 31, Max Fleiuss, cuja trabalhosa existência poderá caracterizar-se por duas fases, antes e depois do seu ingresso, a 3 de agôsto de 1900, quando se transformou, para melhor personificar a instituição.

A 10 de julho, faleceu o conselheiro João de Oliveira Camelo Lampreia, sócio honorário de 15 de maio de 1898.

E a 27 de agôsto, trágico acidente atalhou a trajetória notável do Arcebispo de São Paulo, Dom José Gaspar de Afonseca e Silva, que, eleito honorário a 9 de junho anterior, vinha tomar posse, e proferir admirável alocução, que, salva do desastre, foi interpretada a primor pela palavra autorizada do arcebispo de Cuiabá, Dom Francisco de Aquino Correia.

De todos tratará, cada qual por sua vez, a eloquência admirável de Pedro Calmon, orador do Instituto.

#### CONFERÊNCIAS

A partir de 22 de fevereiro, em que se comemorou o primeiro centenário de nascimento de Alfredo de Escragnolle Taunay, mais oito vêzes o Instituto se reuniu nesta sala para ouvir doutos confrades.

Naquela data, além da formosa conferência de Wanderley de Pinho, de que ressaltou o perfil elegante do escritor galardoado com o título de Visconde, expressiva exposição patenteou-lhe as sucessivas edições do romance *Inocência*, que lhe granjeou fama e da narrativa militar *Retirada da Laguna*, repassada de sôpro épico, bem como documentos e objetos relacionados com a sua vida, e exemplares de outras obras, literárias e musicais.

A 14 de abril, dia pan-americano, coube ao General F. E. de Sousa Doca a incumbência de apreciar admiràvelmente os feitos da diplomacia brasileira definidores de diretrizes inspiradas por sentimentos de cordial solidariedade americana, cujos primeiros anelos antecederam a consagração eficaz da doutrina de Monroe.

A 28, a sessão dedicada a Max Fleiuss apenas foi de saudades, em que vários oradores recordaram-lhe a personalidade inconfundível, que os seus amigos tanto apreciavam.

A 3 de maio, o ministro Argeu Guimarães evocou a figura notável de Pedro Américo e suas telas, como valiosa contribuição, de agudo senso crítico, para a glorificação do incomparável pintor, cujo centenário de nascimento motivou justa ufania dos seus patrícios.

A 21, o assunto aparentemente transbordava do âmbito nacional para interessar de maneira direta a República do Uruguai, que festejava a magna data de fundação do seu Instituto Histórico.

Todavia, Cláudio Ganns, em documentada oração, ao tratar de Dom André Lamas, não só lhe relembrou a fiel amizade ao Brasil, como ainda a inspiração, de que se impregnou na convivência dos imortais fundadores dêste sodalício, para ir, em sua terra natal, promover organização análoga.

Assim é que o Instituto Histórico do Uruguai não pode ser considerado estranho ao seu irmão mais velho, ao qual se ligou pela origem faz um século.

O centenário de nascimento do almirante José Cândido Guilhobel deu causa à sessão de 25 de junho, na qual lhe estudou com proficiência a vida o sócio benemérito Carlos da Silveira Carneiro.

Outro centenário, não mais de um veterano de batalhas navais e peregrinações pelos sertões impérvios, mas de incansável paladino de altas causas defensoras da dignidade humana, reuniu, a 9 de julho, os admiradores da nobre atuação do Conselheiro Samuel Wallace Mac-Dowell, carinhosamente rememorada por Cristóvão Leite de Castro, que dispunha, para o caso, de opulenta documentação familiar.

Interrompendo a série de comemorações centenárias, o Ministro A. Tavares de Lira, leu, a 4 de agôsto, interessante capítulo de suas memórias — "Minha Passagem pelo Senado" — que entremostrou a valia da obra em elaboração, com

a mesma probidade investigadora, que o sagrou conhecedor emérito da política brasileira, tanto republicana como imperial.

Por fim, a 17 de setembro, devia caber a palavra a Dom José Gaspar de Afonseca e Silva, cujo magnífico escrito, em louvor ao cardeal Dom Sebastião Leme, não acompanhou ao túmulo o seu autor, e assim encontrou no Arcebispo Dom Francisco de Aquino Correia intérprete condigno, cuja palavra causadora de enlevos como que ainda ecoa neste recinto.

Além das sessões referidas, o Instituto reuniu-se em Assembléia Geral extraordinária, a 22 de fevereiro, na qual foi apresentada a proposta para a escolha de novos sócios, e a 9 de julho, quando os pareceres das Comissões de Geografia e Admissão de Sócios, devidamente aprovados, concluíram pela aceitação dos nomes indicados, a saber:

Sócios efetivos: Doutor João Martins de Carvalho Mourão e Rodrigo Melo Franco de Andrade, honorários, Dom José Gaspar de Afonseca e Silva, Contra-Almirante Agustin Toutant de Beauregard, Comandante Álvaro Alberto e Coronel Laurêncio Lago.

Nessa mesma ocasião, passou a grande benemérito o sócio benemérito Dr. Clóvis Beviláqua, a beneméritos os efetivos Dr. Rodolfo Augusto de Amorim Garcia, e Pedro Calmon Muniz de Bittencourt, a efetivo o correspondente, Dr. Alcindo Sodré, e a correspondente o honorário Dr. Ernesto de Sousa Campos.

Nas salas do Instituto, porém, não se fizeram ouvir apenas os que lhe nobilitam o quadro social. A sua missão cultural compraz-se em auxiliar atividades afins, a que proporciona meios de realização.

Assim é que se reúne periòdicamente na Sala Varnhagem o Instituto de Geografia e História Militar, constituído de fervorosos investigadores do passado, sob a douta presidência do General F. E. de Sousa Doca.

Nesse mesmo recinto, em que também foi relembrado o vulto do desembargador Miguel Calmon du Pin e Almeida, operaram comissões especiais, tanto da 2.ª Conferência Inter-Americana de Advogados, reunida nesta Capital, de 7 de agôsto a 7 de setembro, como do Congresso Jurídico Nacional à solicitação de cujos organizadores houve por bem o Sr. Presidente Perpétuo prontamente atender.

Tais provas de cordialidade e espírito de cooperação realizaram-se todavia, sem prejuízo do andamento normal dos serviços internos, em que se registrou o resultado a seguir:

## FREQÜÊNCIA

Biblioteca	4.354 consultas
Mapoteca	281 "
Arquivo	2.223 "
Museu Histórico	602 visitantes

## AQUISIÇÕES

As coleções da Biblioteca aumentaram de Obras	
oferecidas	530
Obras adquiridas	20
Revistas nacionais e estrangeiras recebidas	675
Jornais recebidos	120
Encadernação e reencadernações	324
EXPEDIENTE	
Officios, cartas e telegramas recebidos	3.078
Ofícios, cartas e telegramas expedidos	4.473

#### SECRETARIA

Como lhe seja atribuição conferida pelos Estatutos, cuidou o primeiro Secretário, ao empossar-se no cargo, de conhecer as reais condições de funcionamento das várias seções em que se repartem os trabalhos do Instituto.

A Biblioteca, em particular, mereceu inspeção cuidadosa, não sòmente por lhe constituir a porção maior do patrimônio, como ainda pelos problemas a que dá causa.

O principal, e mais difícil de afastar na atualidade, resulta do próprio local em que se acha, acanhado e maligno.

O edifício do Silogeu, construído com as exigências técnicas da época anterior ao surto do concreto armado, facilitou a invasão de térmitas, que lhe caruncham as peças essenciais.

Ainda recentemente, por ocasião da reunião do Congresso Jurídico, fê:-se mister a substituição de parte do assoalho do saguão, cuja deficiência da segurança reclamava providências preventivas de desabamentos.

A retirada preliminar da madeira visivelmente deteriorada revelou as condições deploráveis em que se achavam as vigas ocultas. Fêz-se mister substituí-las e, por precaução, aumentar os pontos de apoio, mediante esteios que ladeiam a escadaria, assim denunciando grave defeito, capaz de superar exigências estéticas.

Em tais condições, não maravilha que tôdas as salas do prédio estejam ao alcance do terrível cupim, especialmente no andar térreo, onde se acham os depósitos da Biblioteca e os armários da Mapoteca.

De princípio, afigurar-se-ia propícia a situação, com as estantes metálicas, novas e bem distribuídas por amplo salão.

A pouco e pouco, entretanto, foram se acogulando de livros, que transbordaram para todos os vãos utilizáveis, em prateleiras simples de madeira coladas às paredes. Atualmente a carência de espaço, com as suas conseqüências angustiantes, embaraça qualquer plano de campanha sistemática, ainda que houvesse verba suficiente para custeá-la.

Todavia, dentro das suas restritas possibilidades financeiras, a Secretaria substituiu as estantes carcomidas que ameaçavam tombar e iniciou o expurgo de livros, estante por estante, valendo-se do concurso de experimentado profissional.

Ao mesmo tempo, continua a revisão da respectiva catalogação, perturbada por duas tentativas anteriores, que se interromperam em meios da jornada.

É tarefa que exige atenção cuidadosa, além de continuidade de ação eficiente. Bem que morosamente, vai prosseguindo, com vantagem para os consulentes, que já encontram maior número de obras catalogadas à sua disposição.

Assim também foi reorganizado o catálogo de retratos e estampas, que se deparam em livros, e não se articulavam ainda em fichário especial.

De portas a fora, não menor se manifestou a atividade do Instituto, cujo Presidente Perpétuo lhe realçou o prestígio cultural em memorável excussão.

#### EMBAIXADA CULTURAL AO RIO DA PRATA

Especialmente instado para assistir às solenidades culturais platinas, umas inaugurais, outras comemorativas de datas relevantes, ao Presidente do Instituto, José Carlos de Macedo Soares, não faltaram expressivas homenagens de simpatia e admiração.

Montevidéu e Buenos Aires porfiaram em gentilezas, que evidenciaram quando lhes aprouve a presença do Embaixador de Cultura brasileira, alí mesmo de outra feita apelidado de Embaixador da Paz, quando conseguiu harmonizar vizinhos abrasados em ardores belicosos.

Emularam-se em requintes de fidalguia intelectual a Academia Uruguaia de Letras, inaugurada na ocasião, sob a presidência do Monsenhor Antônio Maria Barbiere, arcebispo de Montevidéu, a Academia Argentina de Letras, que lhe concedeu o título de correspondente, o Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai, fundado a 25 de maio de 1843, por André Lamas, a Academia Nacional de História, em que se transfigurou, desde 1938, durante a presidência do General Agustin P. Justo, a afamada "junta de História e Numismática", orgulhosa, e com razão, de sua instalação a 4 de junho de 1893.

Ao centenário do grêmio uruguaio, cuja criação denuncia influxos amistosos do modêlo brasileiro, mais velho apenas cinco anos, correspondeu, de outra banda do Rio da Prata, o cinqüentenário da associação, que viçou vigorosamente, à sombra do prestígio dos seus fundadores, entre os quais sobressaía o idealismo ativo de D. Bartolomeu Mitre.

As duas comemorações compareceu o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, representado superiormente pelo seu egrégio Presidente Perpétuo, que presenteou o primeiro com publicações especiais e o segundo com expressiva metade de moeda brasileira, em que aparece a efígie de D. Pedro II, cuja parte

restante confiou ao Museu desta casa, como prova de amizade entre as duas associações irmanadas por análogas aspirações culturais.

#### RIO BRANCO

Fronteiras a dentro, o Instituto ainda participou tanto de atos mediante os quais periòdicamente pratica, em datas propícias, o culto à memória de individualidades de prol, como a Imperatriz Leopoldina, cujo túmulo recebeu, a 7 de setembro, a visita da Diretoria, quanto de inaugurações, a exemplo da que sucedeu, no mesmo dia, em honra ao imortal chanceler.

Além de brasileiro insigne, e por essa condição merecedor de afetuosas homenagens dos seus patrícios circunstância especial triplicava-lhe a benemerência.

O Barão de Rio Branco, admitido no quadro social do Instituto, quando era apenas José Maria da Silva Paranhos Júnior, imprimiu-lhe à Presidência, em quadra renovadora, até baquear, inanimado, o cunho de sua personalidade inconfundível. Deu-lhe prestígio e vigor e por isso ingressou no Panteon dos seus inesquecíveis benfeitores. Justo era que o Instituto considerasse como festa sua a inauguração do monumento ao estadista, cujas vitórias diplomáticas resultaram incontestàvelmente do seu incomparável saber em matérias, cujo estudo lhe justificou a fundação: a Geografia e História do Brasil.

Não sòmente à cerimônia estiveram presentes inúmeros consócios, como ainda contribuiu o Instituto com primorosa alocução, proferida por um dos seus mais eminentes vice-presidentes, o ministro A. Tavares de Lira, a quem a Comissão organizadora em boa hora convidou para orador oficial.

#### REVISTA

A mais frequente, porém, manifestação de vida mental do Instituto evidencia-se pela sua *Revista*, que passou por oportuna alteração. Em vez de um só número anual, volumoso e de manuseio difícil, aproximou-se de novo da velha tradição, para reaparecer trimestralmente, como de início.

A numeração, todavia, será seguida, para evitar os inconvenientes observados anteriormente.

A publicação acha-se perfeitamente em dia, pois que já saiu à luz o volume correspondente ao 3.º trimestre do corrente ano, graças à operosa dedicação do respectivo diretor, nosso companheiro Cláudio Ganns e da ativa boa vontade do diretor da Imprensa Nacional, Dr. Rubens Pôrto.

## FINANÇAS

Já em relatório anterior, foram expressos merecidos agradecimentos ao Sr. Presidente Getúlio Vargas pelo acréscimo da subvenção federal, de que necessita o Instituto para desenvolver as suas atividades culturais.

No exercício corrente, verificou-se o recebimento respectivo, que o libertou das angústias de outrora, manifestas ainda nas dívidas cujo resgate lhe reduziu as disponibilidades.

Parcela equivalente a 30% da subvenção foi destarte aplicada em solver compromissos antigos de que ainda alguns permanecem aguardando oportunidade.

Os funcionários, que se esforçam por bem servir, compensando pela dedicação, tanto a deficiência do seu número em comparação com as tarefas necessárias, como a retribuição destoante dos preços atuais das utilidades, consumiram aproximadamente 60%.

O restante, acrescido de reduzidas arrecadações de procedências diversas, aplicou-se na substituição de móveis estragados, inclusive estantes, de expurgo de livros, e outras despesas urgentes, conforme documentará a prestação de contas do Tesoureiro, comandante F. Radler de Aquino, cuja prudente orientação garante judiciosa aplicação da receita do Instituto, de que nenhuma parcela se destina a sócio algum.

O trabalho que executem é inteiramente gratuito, e não raro se acompanha de despesas, custeadas por conta particular, isenta de cogitações de reembôlso.

Assim é que o Instituto se esforça por empregar da melhor maneira possível os recursos financeiros, de que disponha, em benefício da conservação e acrescentamento do patrimônio que possue, representado pela coleção opulenta de livros, muitos dos quais constituem preciosidade bibliográfica, de manuscritor de revistas, mapas, quadros, fotografias, e peças várias do seu Museu.

Nela se espelha a própria História do Brasil, cujos pesquisadores não poderão prescindir de consultá-la a miúde. Representa a integração de esforços das gerações de sabedores, que se vêm sucedendo em memorável centúria, desde quando Januário da Cunha Barbosa, cônego, e Raimundo José da Cunha Matos, marechal, propuseram aos seus pares do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o plano de fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para "coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e Geografia do Brasil e assim promover os conhecimentos dêstes dois ramos científicos, por meio de ensino público, logo que os cofres sociais o permitissem".

As atividades atuais provam que a flama ainda se mantém, vivaz e iluminante, como há um século, embebida do mesmo sadio idealismo, que lhe garante a imortalidade."

Depois de lido o relatório do 1.º Secretário Sr. Virgílio Correia Filho, o Sr. Presidente deu a palavra ao orador oficial do Instituto Dr. Pedro Calmon, que pronunciou a oração de elogio dos sócios falecidos.

Serenados os aplausos que coroaram as últimas palavras do orador do Instituto o Sr. Feijó Bitencourt solicitou um voto de pesar pelo falecimento do Sr. General Nascimento Vargas, falecido na véspera, o que foi unânimemente aprovado.

Encerrou-se a sessão às 18 e meia horas.

Feijó Bittencourt 2.º Secretário Ata da Sessão Especial comemorativa do centenário da morte do Padre Diogo Antônio Feijó, em 30 de outubro de 1943 (Sessão 1721)

Aberta a sessão às 17 horas, sob a presidência do Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, realizou o Instituto Histórico a sessão especial em comemoração do centenário da morte do Padre Diogo Antônio Feijó.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Augusto Tavares de Lira, Virgílio Correia Filho, Radler de Aquino, Rubem Rosa, Príncipe Dom Pedro de Orléans e Bragança, Alcino Sodré, Herbert Canabarro Reichardt, Feijó Bittencourt, Cristóvão Leite de Castro, Vieira Ferreira, Jerônimo de Avelar Figueira de Melo, Emílio Fernandes de Sousa Doca, Pedro Calmon e Ernesto de Sousa Campos.

Fizeram parte da mesa os Srs. Embaixador Macedo Soares, Drs. Virgílio Correia Filho, Pedro Calmon, Comandante Radler de Aquino e o Presidente do Instituto Histórico da Paraíba, Dr. Ademar Vidal.

Abrindo a sessão o Embaixador Macedo Soares disse:

"A sessão de hoje é comemorativa do centenário da morte do Padre Diogo Antônio Feijó. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro entendeu que a melhor maneira de fazer a comemoração seria tornar público os trabalhos realizados por alguns conceituados cientistas de São Paulo, para fixar os índices orbitários, nasal, prosopográfico, mandibular, estafilino e alveolar do grande Ministro da Justiça da segunda regência trina. Tôdas as medidas do crânio do Padre Feijó foram feitas pelos Professores Dr. Luiz Silva, Carmelino Scartezzini e José Ramos, sob a direção geral do Dr. Ricardo Gumbleton Daunt, Chefe do Serviço de Identificação do Gabinete de Investigações de São Paulo.

A abertura do sarcófago do Padre Feijó foi feita por aquêles cientistas na presença dos Senhores Monsenhor Martins Ladeira, vigário geral, e Cônego Paulo Rolim Loureiro, Chanceler, representando S. Ex. Reverendíssima Arcebispo de São Paulo, o nosso saudoso consócio Dom José Gaspar de Afonseca e Silva. Estiveram ainda presentes o Sr. Dr. Ernesto Leme, e Dr. Arnaldo Amado Ferreira, representando, respectivamente, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Universidade de São Paulo.

Vamos ouvir o Dr. Ricardo Daunt sôbre a Individualidade e personalidade do Padre Feijó, e o Sr. Professor Luiz Silva que lerá e comentará os laudos feitos pelos peritos".

O Dr. Ricardo Daunt pronunciou então a sua conferência sôbre a "Individualidade de Feijó".

Depois do Professor Ricardo Daunt terminar a sua conferência sob os aplausos de todos, tomou a palava o Professor Luiz Silva que, estudando os diversos retratos do grande vulto histórico, analisou-lhes a veracidade comentada em face das medidas colhidas no crânio do polítco paulista.

O orador do Instituto, Professor Calmon, usando da palavra, que lhe foi dada pelo Embaixador Macedo Soares, para que agradecesse em nome do Instituto a contribuição dos dois ilustres cientistas, concluiu que os seus trabalhos eram de certo modo a ressurreição de uma figura célebre da História do Brasil, incitando os dois nomes consagrados de cultores da ciência a prosseguirem nos trabalhos notáveis que estão realizando.

Ninguém mais pedindo a palavra, o Embaixador Macedo Soares depois de agradecer a presença da numerosa assistência, declarou encerrada a sessão.

Feijó Bittencourt

2.º Secretário

# Ata da Assembléia Geral, em 21 de dezembro de 1943, Eleição da Doretoria para 1944-1945 (Sessão 1722)

· Às 16 horas reuniu-se na Sala Varnhagem, a Assembléia Geral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sob a presidência do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Presidente Perpétuo, com o comparecimento dos seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares; Augusto Tavares de Lira; Virgílio Correia Filho; Braz Hermenegildo do Amaral; Jerônimo Avelar Figueira de Melo; Radler de Aquino; Cândido Mariano da Silva Rondon; Rodrigo Otávio Filho; Alfredo Nascimento; Carvalho Mourão; Feijó Bittencourt; Luiz Felipe Vieira Souto; Sílvio Rangel de Castro; Rodrigo Melo Franco de Andrade; Basílio de Magalhães; Marinho Nobre de Melo; Frei Pedro Sinzig, O.F.M.; Pedro Calmon; Serafim Leite; Alcindo Sodré; Herbert Canabarro Reichardt; Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho; Claudio Ganns; Emílio Fernandes de Sousa Doca.

Abrindo a sessão, convidou o Presidente Macedo Soares para tomarem parte na mesa o Vice-Presidente, Ministro Augusto Tavares de Lira, os Srs. Virgilio Correia Filho, Feijó Bittencourt e o tesoureiro Comte. Radler de Aquino.

O presidente deu, em seguida, a palavra ao primeiro secretário que leu o parecer da Comissão de Admissão de Sócios referente ao Padre Leonel Franca:

"A Comissão de Admissão de Sócios ao tomar conhecimento da proposta que indicou para sócio honorário do Instituto o Padre Leonel Franca, concorda inteiramente com os 36 proponentes que a subscreveram".

"Consoante reza o art. 7 dos nossos Estatutos "sócios honorários sòmente poderão ser as pessoas de alta representação social ou que tiverem manifestado

competência especial em matéria de História, de Geografia, de Etnografia ou Arqueologia".

"Ora, o atual Reitor das Faculdades Católicas tanto satisfaz à primeira condição, como à segunda, por ser autor das eruditas obras "História da Filosofia" e "Igreja, Reforma e Civilização". — Rio de Janeiro, 7 de Outubro de 1943. — Augusto Tavares de Lira. — Braz Hermenegildo do Amaral. — Alfredo Nascimento Silva. — Alfredo Valadão".

O Vice-Presidente Tavares de Lira, após a leitura, pediu dispensa do interstício.

Recolhidos à urna os votos dos presentes, verificou-se ter sido aprovado por unanimidade o parecer, de acôrdo com o qual o Presidente proclamou eleito o Padre Leonel Franca, como igualmente o Capitão-de-Mar-e-Guerra Dídio Iratim Afonso Costa, depois de lido e aprovado, também unânimemente, o parecer que reza:

"A Comissão de Admissão de Sócios foi apresentada a proposta referente à inclusão do Capitão-de-Mar-e-Guerra Didio Iratim Afonso Costa entre os sócios honorários do Instituto Histórico".

"Existe vaga a ser preenchida e não há objeção contra o nome indicado por 22 proponentes".

"Ao contrário, apóia-lhe a candidatura o art. 7 dos Estatutos, que regula a matéria ao estipular: "sócios honorários sòmente poderão ser as pessoas de alta representação social ou que tiverem manifestado competência especial em matéria de História, de Geografia, de Etnografia ou Arqueologia".

"Não só o indicado é chefe da Quarta Divisão do Estado-Maior da Armada, como ainda possue vasta e valiosa bibliografia, em que as obras de matéria naval se emparceiram com outras, em que predomina o interêsse histórico, como as biografias do Almirante Joaquim Marques Lisboa, marquês de Tamandaré, e Marcílio Dias, a publicação do manuscrito de Simão Ferreira Pai — "As famosas armadas Portuguesas", — eruditamente anotado: — "Os Portugueses na Marinha de Guerra do Brasil", os "Subsídios para a História Marítima do Brasil", cujos quatro volumes editados lhe evidenciam não sômente a operosidade aplicada a trazer a lume esquecidos ensaios alheios enaltecedores dos feitos navais brasileiros, como ainda o resultado de suas próprias pesquisas históricas, mediante as quais lhe cabe o direito de ingressar no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro". — Rio, 7 de Outubro de 1943. — Alfredo Nascimento Silva, relator. — Augusto Tavares de Lira. — Braz do Amaral. — Alfredo Valadão.

Como o Presidente anunciasse, em seguida, a eleição da Diretoria que deverá servir no biênio de 1944-45, retiraram-se da mesa os atuais membros, cujo mandato termina no corrente ano, e os sócios, Srs. Alcindo Sodré e Canabarro Reichardt, foram convidados para escrutinadores.

Procedida à votação foram apurados os seguintes votos: para 1.º Vice-Presidente, Augusto Tavares de Lira, 22 votos e Rodolfo Augusto de Amorim Garcia, 1 voto; para 2.º Vice-Presidente Rodrigo Otávio de Langgaard Menezes, 23 votos; para 3.º Vicc-Presidente, Alfredo do Nascimento Silva, 22 votos e Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, 1 voto; para 1.º Secretário, Virgílio Correia Filho, 22 votos, e Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, 1 voto; para 2.º Secretário, Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, 21 votos, e José Wanderley de Araújo Pinho e Rodrigo Otávio Filho, cada qual um voto; para orador, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, 22 votos e Rodrigo Otávio Filho, 1 voto; para tesoureiro, Francisco Radler de Aquino, 22 votos e Rodrigo Otávio Filho, 1 voto.

Em seguida o Sr. Presidente Macedo Soares proclamou eleitos os seguintes:

1.º Vice-Presidente, Augusto Tavares de Lira; 2.º Vice-Presidente, Rodrigo Otávio; 3.º Vice-Presidente, Alfredo Nascimento Silva; 1.º Secretário, Virgílio Correia Filho; 2.º Secretário, Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt; Orador, Pedro Calmon; Tesoureiro, Radler de Aquino.

#### COMISSÕES PERMANENTES

Procedeu-se a seguir à votação dos membros das comissões permanentes e foram proclamados eleitos os seguintes sócios, os quais alcançaram os seguintes votos:

Comissão de História: — Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Emílio Fernandes de Sousa Doca, Basílio de Magalhães e Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, cada qual com 23 votos.

Comissão de Fundos e Orçamentos: — Rodrigo Otávio de Langgaard Menezes; Alfredo Ferreira Laje; Francisco José de Oliveira Viana; José Matoso Maia Forte e Alexandre Sommier, cada qual com 24 votos.

Comissão de Geografia: — Raul Tavares; Francisco Radler de Aquino; Carlos da Silveira Carneiro; e Lucas Alexandre Boiteux, cada qual com 24 votos; e Virgílio Correia Filho, com 23 votos.

Comissão de Arqueologia e Etnografia: — Rodolfo Augusto de Amorim Garcia; Afranio Peixoto; Edgard Roquette Pinto; José Luiz Batista, e Gustavo Barroso, cada qual com 24 votos.

Comissão de Bibliografia: — Bernardino José de Sousa; Liberato Bittencourt; Fernando Luiz Vieira Ferreira e Jônatas Serrano, cada qual com 24 votos; Rodrigo Otávio Filho, 23 votos.

Comissão de Estatutos: — Leví Carneiro; João da Costa Ferreira; José Wanderley de Araújo Pinho; Edmundo da Luz Pinto, cada qual com 24 votos e Pedro Calmon com 23 votos.

Comissão de Admissão de Sócios: — Alfredo Valadão, com 24 votos; Augusto Tavares de Lira; Alfredo do Nascimento Silva; Braz Hermenegildo do Amaral e Claudio Ganns, cada qual com 23 votos. Foram ainda votados para membros das Comissões Permanentes:

História: — Rodrigo Otávio Filho; Alcindo Sodré e Hélio Lôbo, cada qual com um voto.

Geografia: - Hélio Lôbo, um voto.

Estatutos - Rodrigo Melo Franco de Andrada, 1 voto.

Admissão de Sócios: — Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, 2 votos; Ataulfo Nápoles de Paiva e Eugênio de Castro, cada qual com um voto.

O Sr. Presidente Macedo Soares declarou que de acôrdo com o art. 26 parágrafo único dos Estatutos, dar-se-á posse dos eleitos no dia 7 de janeiro próximo.

Terminados os trabalhos para que foram convocados os sócios do Instituto, o Presidente Macedo Soares encerrou a Assembléia Geral e convidou os presentes para a sessão especial, que se realizou no Salão D. Pedro II, onde brilhante assistência aguardava a hora marcada para o início da sessão.

Nada mais constando da sessão, lavrei a presente ata que vai por mim assinada, na qualidade de 2.º Secretário.

Feijó Bittencourt, 2.º Secretário

Ata da Sessão Ordinária, em 21 de dezembro de 1943 (Sessão 1723) — Posse do sócio honorário D. Pedro de Orléans e Bragança — Centenário do falecimento de Robert Southey.

Às 17 horas, abriu-se a sessão com a presença dos seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Augusto Tavares de Lira, Virgílio Correia Filho, Braz Hermenegildo do Amaral, Jerônimo Avelar Figueira de Melo, Radler de Aquino, Cândido Mariano da Silva Rondon, Rodrigo Otávio Filho, Alfredo Nascimento, Carvalho Mourão, Feijó Bittencourt, Luiz Felipe W. Souto, Sílvio Rangel de Castro, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Basílio de Magalhães, Martinho Nobre de Melo, Frei Pedro Sinzig, O.F.M.; Pedro Calmon, Serafim Leite, Alcindo Sodré, Herbert Canabarro Reichardt, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Claudio Ganns, Dom Pedro Orléans e Bragança, Emílio Fernandes de Sousa Doca, Nelson de Sena, Oliveira Viana, Rubem Rosa, Afranio Peixoto, Leví Carneiro, Rodolfo Garcia, Elmano Cardim e Hélio Lôbo.

A mesa ficou assim constituída: Presidente, Macedo Soares; Embaixador Marinho Nobre de Melo; Drs. Virgílio Correia Filho e Feijó Bittencourt, 1.º e 2.º secretários do Instituto.

Abrindo a sessão, o Senhor Presidente Macedo Soares disse que iria tomar posse como sócio honorário D. Pedro Gastão de Orléans e Bragança, e para acompanhá-lo ao recinto nomeou uma comissão constituída dos Srs. Rodrigo Otávio Filho; Leão Teixeira Filho e Alcindo Sodré.

Presente o Príncipe D. Pedro, saudou-o em nome do Instituto o Dr. Pedro Calmon que pronunciou o discurso cujo resumo damos a seguir.

O Sr. Pedro Calmon disse que a entrada, no Instituto Histórico, de D. Pedro Gastão de Orléans e Bragança, representa uma dupla homenagem. Ao bisneto de D. Pedro II, e ao jovem e grande amigo das tradições nacionais que tantos serviços promete à casa fundada e enobrecida por seu "magnanimo" antepassado.

No seu nome ostenta um compromisso de leal amor à Pátria; e os argumentos de sua fidelidade ao Instituto presidido meio século pelo Imperador, seu bisavô, continuado, nessa estima assídua e nesse alto aprêço do cenáculo predileto, pelo marechal Conde D'Eu, seu avô, e pelo príncipe D. Pedro d'Orléans e Bragança, seu saudoso pai. Vale dizer que sôbre a sua ilustre herança se debruçam três gerações, que constituem três épocas da evolução do país, a ensinar-lhe o gôsto dos estudos cívicos, a importância das pesquisas sociais, a significação dos trabalhos desinteressados no ambiente de exaltação patriótica em que festejamos as glórias do passado. Nele achamos - no passado tormentoso da terra descoberta, conquistada, ampliada e enriquecida pelas fôrcas virtuosas da raça — o segrêdo da unidade nacional e as razões de sua conservação. Encontramos nele, por igual, inseparável do desenvolvimento do Brasil na sua presença trissecular, a família que floresceu no arguto bom senso de D. João VI, na bravura cavalheiresca de D. Pedro I, na dignidade austera de D. Pedro II, no coração largo da Redentora — a que converteu em batalhas de flores as lutas ásperas da Abolição.

Educado no convívio das lembranças e visões do Brasil velho, D. Pedro Gastão é um apaixonado do Brasil novo. Conhece-o como pouca gente, nas suas viagens de extremo a outro, através dos matos ignotos e dos rios semi-inéditos; percorre-o, com a pressa e a ternura que foram apanágios de seus parentes de França, famosos fura-mundos, o príncipe de Joinville, o príncipe D. Luiz, D. Pedro, que contraiu nas alturas do Himalaia a doença que lhe abreviara a vida. Nem se contenta em excursionar pelas regiões inexploradas intensamente como se a floresta e os caudais selvagens fôssem o compêndio de suas preferências. Interessa-se por tudo o que seja histórico, autêntico Brasil, na arte rústica, na documentação verídica, nos aspectos originais; e não esconde o plano de abrir oportunamente à curiosidade dos especialistas os arquivos do castelo d'Eu, tanto possa reavê-los, integrando-os na riqueza espiritual da Nação como palpitante e vasto tesouro de informações preciosas.

É, pois, acolhido no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com justos aplausos.

Cessadas as palmas, que aplaudiram o discurso do orador do Instituto, o Sr. Presidente convidou para o recinto D. Mary Pessoa, viúva do Grande Benemérito do Instituto, Epitacio Pessoa, como já tinha feito com os representantes das autoridades.

E deu, em seguida, a palavra ao novo sócio honorário, que da tribuna agradeceu as saudações que lhe foram dirigidas.

Foram estas as palavras de D. Pedro:

"Muito antes de acudir ao chamado da vossa grande generosidade, eu vim a esta casa atendendo aos apelos do sentimento e do sangue.

Há mais de vinte anos que a frequento, pois, logo após a revogação da lei do banimento da família imperial, menino dos meus 9 anos, acorri a êste recinto pela mão de meu Augusto e saudoso pai. E, desde então, amei o convívio da vossa amizade, o contacto da vossa cultura, o achego dos vossos corações e senti apaixonadamente, no recinto do Instituto, viva como outrora, a presença daquele que encheu de sua lembrança os longos anos do nosso destêrro e cujo exemplo perdura como uma bênção e um incentivo, na carne e no espírito dos seus descendentes: D. Pedro II.

Sei que é o único mérito, ou melhor o único pretexto, que justifica a homenagem da minha escolha para vosso consócio.

Quero, todavia, afiançar-vos quanto o vosso gesto me penhora, por prolongar no filho do Príncipe do Grão Pará, no neto da Redentora e do Marechal da Vitória, no bisneto do Magnânimo o afeto que dispensais à memória dos que se foram e que é grande bastante para ser repartido com os que vieram.

Digo-vos estas palavras simples e despretensiosas quase que acanhado, por perceber nelas, na sua pronúncia defeituosa, o ferrete do exílio, que me criou longe do Brasil.

Tento resgatar essa pena, procurando constantemente e incansàvelmente, conhecer a nossa terra e o nosso povo. Já percorri a Pátria de meus maiores e minha Pátria, em todos os sentidos, e espero breve poder contribuir para os vossos trabalhos com um relato dessas viagens e das observações que me proporcionaram, e que terão algum interêsse histórico e geográfico.

Ao ilustre Presidente do Instituto, ao eminente orador que me saudou, à diretoria e a todos os confrades, aos amigos que aquí me trouxeram, aos que delicadamente compareceram à minha posse, a todos o meu obrigado e a certeza do meu reconhecimento".

Por fim, o Presidente Macedo Soares declarou que aquela sessão se destinava a comemorar o centenário do falecimento do historiador Robert Southey cujo elogio se faria através da palavra elegante e sábia do professor Afrânio Peixoto, que ocupou a tribuna para pronunciar sua anunciada conferência, aplaudida com entusiasmo.

Franqueada a palavra a quem dela desejasse, o sócio Sr. Leão Teixeira Filho declarou que tinha em mãos as cartas originais de Roberto Southey, com a incumbência de entregá-las ao Instituto, depois de promover-lhes a publicação, como já se verificou pela Revista n. 178. O próprio intermediário, Dr. J. Sousa Leão Filho, que as recebera de uma bisneta do autor da primeira grande História do Brasil, desejava apresentá-las aos consócios, mas, impedido pelas circunstâncias atuais, lhe recomendara que o substituísse nessa incumbência, de que se desempenhava com prazer.

O Sr. Presidente Macedo Soares agradeceu a oferta, como também a presença da seleta assistência e declarou encerrada a sessão.

Encerrou-se a sessão às 19 e meia horas.

Feijó Bittencourt

2.º Secretário



BIO-BIBLIOGRAFIA DOS SÓCIOS



# BIO-BIBLIOGRAFIA DOS SÓCIOS DO INSTITUTO HISTÓRICO

por MARIA CAROLINA MAX FLEIUSS

## I — CLÓVIS BEVILÁQUA

Nascido em Viçosa, Estado do Ceará, a 4 de outubro de 1859. Casado com a escritora Dona Amélia de Freitas Beviláqua.

Fêz estudos secundários no Ceará e no Rio de Janeiro. Cursou a Faculdade de Direito de Recife, onde colou grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais em 1882.

Promotor público de Alcântara. Estado do Maranhão: Bibliotecário da Faculdade de Direito de Recife; Secretário do Govêrno do Piauí: Membro da Assembléia Constituinte do Ceará, na época da proclamação da República; professor de filosofia no Curso Anexo da Faculdade de Direito de Recife, 1888; professor de Legislação Comparada, na mesma Faculdade, 1901; Membro da Côrte Permanente de Arbitragem de Haia; Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores. Diretor das revistas: "O Direito". "Revista de Crítica Iudiciária": Membro do Conselho de Honra da International Vereinigung fuer Recht-und Wirthschaft-Philosophie de Berlim; Professor honoris-causa da Faculdade de Jurisprudência de Buenos Aires; Presidente honorário do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, secão do Rio de Janeiro; Professor honorário das Faculdades de Direito de São Paulo, Ceará, Maranhão e Rio de Janeiro; Sócio das Academias de Jurisprudência de Bogotá e Quito; Membro não nacional da Comissão de Conciliação entre os Estados Unidos da América e a Lituânia; Membro da Academia Brasileira de Letras; e da Academia de Letras do Ceará; Sócio Benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Sócio dos Institutos Históricos do Ceará, São Paulo e Sergipe. Paraninfo dos bacharelandos de 1942 da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

# E' autor dos seguintes livros:

- Projeto do Código Civil Brasileiro.
- Código Civil comentado (6 volumes).

- Teoria geral do direito civil.

- Em defesa do projeto de código civil.
- Dineito da família.
- Direito das obrigações.
- Direito das coisas.
- Direitos das sucessões.
- L'évolution du droit civil du Brésil de 1869-1919.
- Criminologia e direito.
- Projeto de código penal para a Armada.
- Direito internacional privado.
- Direito público internacional (2 volumes).
- Projeto d'organisation d'une Cour permanent de justice internationale.
- Estudos de direito e economia política.
- Coletânea jurídica literária.
- Juristas filósofos.
- Estudos jurídicos.
- Literatura e direito (em colaboração com Amélia de Freitas Beviláqua).
- Soluções práticas de direito (3 volumes).
- Noções de legislação comparada.
- Esbôço e fragmentos.
- \* Epocas e individualidades.
- Frases e fantasias.
- Traços biográficos do desembargador José Manuel de Freitas.
- Sílvio Romero.
- Guerras e tratados.
- História da Faculdade de Direito de Recife (2 volumes).
- Revivendo o passado, 4 fases.
- Opúsculos (3 volumetos).
- Vigílias literárias (1879).
- A filosofia positiva no Brasil (1883).

#### TRADUÇÕES:

- Jules Soury Jesus e os evangelhos (em colaboração).
- R. von Thering Hospitalidade no passado.
- O Brasil na legislação penal comparada (em colaboração com o professor João Vieira de Araújo.
  - Georgio del Vecchio Principios gerais do Direito.

# II — MACEDO SOARES (José Carlos de)

- 1 O Dr. José Carlos de Macedo Soares nasceu na cidade de São Paulo (Estado de São Paulo, Brasil), na rua da Princesa, hoje rua Benjamim Constant, no dia 6 de outubro de 1883.
- 2 Filho do Dr. José Eduardo de Macedo Soares e da Exma. senhora D. Cândida Sodré de Macedo Soares, um e outro oriundos de tradicionais famílias fluminenses.
- 3 Casado com a exma. senhora D. Merthola Moreira de Macedo Soares, filha do Dr. João Manuel da Fonseca Júnior e da exma, senhora D. Escolata Melchior da Fonseca.
- 4 Fêz o seu curso primário na Escola Modêlo Caetano de Campos, e o de humanidades no Ginásio da capital do Estado de São Paulo, tendo recebido o diploma de Bacharel em Ciências e Letras, em 1901. Recebeu no Ginásio o Prêmio "Dr. Augusto Freire da Silva".
- 5 Colou grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1905.
- 6 Quando cursava o quinto ano da Faculdade de Direito for Presidente do Centro Acadêmico XI de Agôsto, tendo recebido o título de Presidente Honorário, logo que deixou a Academia.
- 7 Pouco depois de diplomado em direito foi Professor de Economia Política e Finanças no Curso Superior da Escola de Comércio Alvares Penteado, de São Paulo, e Diretor do Ginásio Macedo Soares.
- 8 Diretor do Banco de São Paulo, da Companhia Paulista de Artefatos de Alumínio, da Companhia Campos de Jordão e da Companhia Anglo-Brasileira de Tecidos de Juta; deixou todos êstes postos em 1924, por ocasião da Revolução de 5 de julho, em São Paulo, onde, na qualidade de Presidente da Associação Comercial de São Paulo, cuidou corajosamente dos interêsses da população inerme e não culpada dos acontecimentos políticos. Prêso e exilado, durantes três anos e meio permaneceu na Europa. Durante todo êsse tempo, foi sempre reeleito Presidente da Associação Comercial, e eleito Presidente de honra da mesma.

- 9 Em novembro de 1930, fêz parte do primeiro govêrno provisório de São Paulo, ocupando a Secretária do Interior.
- 10 Em 1931, tendo sido nomeado Embaixador do Brasil na Bélgica, demitiu-se depois de um retumbante discurso pronunciado num banquete de mais de quatrocentos talheres, oferecido pela elite de São Paulo.
- 11 Em 1932, seguiu para a Europa nomeado Chefe da Delegação do Brasil à Conferência do Desarmamento.
- 12 Em Genebra, naquele ano, foi o Chefe da Delegação Brasileira à 16.ª Conferência Internacional do Trabalho, e representante do Brasil no "Bureau" de administração do B.I.T.
- 13 Foi em 1932 Embaixador, em missão especial, junto ao Govêrno Italiano.
- 14 Deputado à Assembléia Nacional Constituinte, em 1933-1934.
- 15 Em julho de 1934, foi nomeado Ministro das Relações Exteriores.
- 16 Em 1935, por ocasião da visita do presidente Getúlio Vargas a Buenos Aires, deixou-se ficar na Capital Argentina, e graças, sobretudo, à sua atuação hábil e enérgica foi o maior fator para a terminação da guerra entre a Bolívia e o Paraguai, recebendo de volta ao Brasil uma verdadeira consagração, ficando cognominado o "Chanceler da Paz".
- 17 Em 1936, voltou à Argentina chefiando a Delegação do Brasil na Conferência Roosevelt, para Consolidação da Paz.
- 18 Em 1936, visitou oficialmente o Chile, onde foi recebido com honras de Chefe de Estado, e em seguida visitou a República do Uruguai.
- 19 No dia 19 de janeiro de 1937, ainda em Buenos Aires, exonerou-se do cargo de Ministro das Relações Exteriores.

Em janeiro de 1937 seguiu para os Estados Unidos da América para representar o Brasil na posse do 2.º mandato do Presidente Roosevelt, tendo sido recebido nos Estados Unidos com honras de Chefe de Estado.

- 20 Em julho de 1937, foi nomeado Ministro da Justiça, cujo pôsto ocupou até 9 de novembro de 1937.
- 21 Em dezembro de 1937, foi eleito em primeiro turno membro da Academia Brasileira de Letras, tomando posse na cadeira, em dezembro de 1938.
- 22 Em meados de 1939, ocupou, como Vice-Presidente, a presidência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para a qual foi eleito em dezembro do mesmo ano. Sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e sócio dos Institutos Históricos e Geográficos do Amazonas, Pará, Sergipe, Paraná e de Petrópolis (Estado do Rio de Janeiro).
- 23 Nomeado em 1937 Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, instalou o conceituado órgão da administração federal, tendo organizado depois os dois Conselhos Nacionais de Estatística e de Geografia, de que é Presidente e em 1938 a Comissão Censitária Nacional.
- 24 E', desde 1939, membro da Comissão Brasileira para Codificação do Direito Internacional.
- 25 E' Professor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro, e da Faculdade de Direito da Universidade Católica do Rio de Janeiro.
  - 26 Membro da Academia Internacional de Diplomacia.
- 26 Presidente de honra da Associação Comercial de São Paulo, da Associação Comercial de Campinas (Estado de São Paulo), da Associação Comercial de Botucatu (Estado de São Paulo), da Associação Comercial de Rio Preto, da Associação Comercial de Catanduva (Estado de São Paulo) e Sócio honorário da Associação Comercial do Rio de Janeiro.
- 28 Presidente de honra da Sociedade Internacional e Beneficente dos Chauffeurs do Estado de São Paulo, do Centro dos Motoristas de São Paulo e da Sociedade dos Chauffeurs de Santos (Estado de São Paulo). Sócio honorário da União dos Chauffeurs do Rio de Janeiro.

- 29 Doutor "honoris causa" da America Catholic University, dos U.S.A., e da Universidade de São Paulo.
- 30 Presidente de honra do Centro Acadêmico XI de Agôsto da Faculdade de Direito de São Paulo; do Centro Acadêmico Osvaldo Cruz, da Faculdade de Medicina de São Paulo; do Centro Acadêmico Pereira Barreto, da Escola Paulista de Medicina, e do Aeroclub de Taquaritinga (Estado de São Paulo).
- 31 Sócio honorário do Grêmio Politécnico da Escola Politécnica de São Paulo, e sócio benemérito do Centro Acadêmico Luiz de Queiroz, da Escola Agrícola Luiz de Queiroz, de Piracicaba.
- 32 É atualmente diretor da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, da "São Paulo", Companhia Nacional de Seguros de Vida, da Companhia Campos do Jordão e da Cerâmica Pôrto Ferreira, S.A.
- 33 Sócio do Jockey Club de São Paulo e do Rio de Janeiro; do Clube Hípico de São Paulo e do Rio de Janeiro; do Touring Club; do Clube dos Duzentos.
  - 34 Membro da Ordem dos Advogados de São Paulo.
- 35 Sócio Grande Benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- 36 Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- 37 Da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e da Sociedade de Geografia de Lima, Peru.
- 38 Sócio correspondente da Sociedade Chilena de História e Geografia.
- 39 Sócio correspondente de honra do Centro de Ciências e Letras e Artes de Campinas, Estado de São Paulo.
  - 40 Membro da Academia Paulista de Letras.
  - 41 Membro da Academia Riograndense de Letras.
- 42 Sócio honorário da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnografia.

- 43 Sócio benemérito do Instituto de Geográfia e História Militar.
  - 44 Diretor da Liga da Defesa Nacional.
- 45 Sócio de honra do Liceu Literário Português, e do Clube Português, de São Paulo.
  - 46 Patrono da Sociedade Filatélica Paulista.
- 47 Presidente, desde 1918, do "Tiro de Guerra General Osório", n. 546.
  - 48 Presidente de Honra do Bardauni Clube, de São Paulo.
- 49 Patrono da Biblioteca Municipal "Macedo Soares", de Taquaritinga, Estado de São Paulo.
- 50 Patrono da Biblioteca da Prefeitura Municipal de Catanduva. São Paulo.
- 51 Patrono da Biblioteca "Macedo Soares" de Tabapuã, Estado de São Paulo.
- 52 Patrono da Biblioteca Municipal de Rio Preto, Estado de São Paulo.
- 53 Patrono da Biblioteca "Macedo Soares" do Departamento de Estatística do Estado do Piauí.
- 54 Presidente da Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito de São Paulo, 1942-43.
- 55 Presidente da Academia Brasileira de Letras, 1942, tendo sido reeleito para o ano de 1943.
- 56 Acadêmico correspondente da Academia Argentina de Letras.
- 57 Membro honorário do "El Instituto Sanmartiniano" da República da Colômbia.
- 58 Membro correspondente da "Academia Nacional de Historia" da República do Equador.
- 59 Sócio correspondente da "Sociedad Uruguaya de Estadístisca.

- 60 Presidente do Conselho Consultivo da Legião Brasileira de Assistência.
  - 61 Presidente da Sociedade Brasileira de Estatística.

CONDECORAÇÕES RECEBIDAS PELO DR. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

### Grã-Cruzes

- 1 São Maurício e São Lázaro (Itália).
- 2 Coroa de Itália.
- 3 São Lázaro de Jerusalém.
- 4 Ordem de Leopoldo (Bélgica).
- 5 São Gregório Magno (Vaticano).
- 6 Santo Sepulcro (Vaticano).
- 7 Polônia Restituída (Polônia).
- 8 Legião de Honra (França).
- 9 Ordem Militar de Cristo (Portugal).
- 10 El Sol del Perú (Peru).
- 11 El Mérito (Chile).
- 12 El Condor de los Andes (Bolívia),
- 13 Cruz Vermelha (Alemanha).
  - 14 Ordem do Jade Brilhante (China).
  - 15 Ordem "Al Mérito" (República del Ecuador).
  - 16 Ordem de Boyacá (Colômbia).
  - 17 Ordem do Mérito de 1.ª Classe (Aústria).

## Grande Oficial

- 1 Mérito Naval (Brasil).
- 2 Mérito Militar (Brasil).
- 3 El-mérito (Paraguai).

### Comendador

1 — São Tiago (Portugal).

#### Medalhas

- 1 Medalha da The Pan-American Society (U.S.A.).
- 2 Medalha de Nossa Senhora de Loreto.
- 3 Medalha de São João de Jerusalém.
- 4 Medalha Comemorativa do Cinqüentenário da Proclamação da República (Dada pela Comissão Nacional da Comemoração).

#### BIBLIOGRAFIA

- 1 Processo Angelo Longaretti Revisão crime n. 1.296. Petição inicial, 1908.
  - 2 Psicologia e Pedagogia São Paulo, 1912.
  - 3 O Imposto único Georgismo e Valorização Imerecida, 1926.
- 4 Hospital dos Lázaros de São Paulo Relatório apresentado pelo Mordomo Dr. José Carlos de Macedo Soares, em 30 de junho de 1918.
  - 5 O Artigo 183, número IV, do Código Civil Brasileiro 1919.
  - 6 Escolas de Fachada 1920.
  - 7 Falsos Trofeus de Ituzaingó 1920.
- 8º A Indústria das Falências Discurso pronunciado na Associação Comercial de São Paulo 1924.
  - 9 Palavras ao Comércio 1924.
- $\sqrt{10 Justica}$  Prefácio do Prof. Lapradelle, da Faculdade de Direito de París, 1925.
- 11 Associação Comercial de São Paulo Relatório sôbre as providências tomadas durante a revolta de 1924 pelo Presidente Dr. José Carlos de Macedo Soares.
  - 12 A Borracha París, 1927.
  - √13 O Brasil e a Sociedade das Nações París, 1927.
    - 14 A Política Financeira do Presidente Washington Luiz 1928.
- 15 As Eleições Presidenciais nos Estados Unidos Prefácio de Nestor Rangel Pestana, diretor do "Estado de São Paulo". "Na Feira Literária", vol. XII, 1928.
- 16 O Banco do Brasil, como Banco Central de Emissão e Redesconto Conferência na Universidade de Minas Gerais, em 31 de maio de 1939.
- 17 "Per Aspera Ad Astra" Discurso pronunciado por ocasião da entrega de diplomas aos novos bacharéis do Ginásio do Carmo, aos 16 de novembro de 1929.
- √ 18 O Cardinalato Conferência feita no Seminário Arquiepiscopal de São Paulo, em 17 de setembro de 1930.

- v 19 Discurso Pronunciado no almôço oferecido aos 26-4-1931 pela sociedade de São Paulo ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares.
- 20 Discurso Pronunciado na Assembléia Nacional Constituinte, na 91.º Sessão, em 10 de março de 1934. Instituto D. Ana Rosa, São Paulo, 1934.
- 21 Autonomia Municipal Discurso Discurso pronunciado pelo reresentante do Estado de São Paulo na 114.ª Sessão da Assembléia Nacional Constituinte, em 31 de março de 1934. Instituto D. Ana Rosa, São Paulo, 1934.
- 22 Validade Jurídica ao Casamento Religioso Discurso pronunciado pelo representante do Estado de São Paulo na 156.ª Sessão da Assembléia Nacional Constituinte, em 28 de maio de 1934. Estabelecimento Gráfico "Edanee", 1934.
- 23 Atos do Govêrno Discricionário Discurso pronunciado pelo representante do Estado de São Paulo na 162.ª Sessão da Assembléia Nacional Constituinte, em 4 de junho de 1934. Estabelecimento Gráfico "Edanee", 1934.
- 24 Discurso Ao Ministro da Marinha Argentina, Almirante Vidella, 1936.
  - 25 Discursos Rumos da diplomacia brasileira, 1937.
- 26 Osvaldo Cruz Discurso no "Centro Acadêmico Osvaldo Cruz". da Faculdade de Medicina de São Paulo, 1938.
- 27 Discurso De posse na Academia Brasileira de Letras, em 10 de dezembro de 1938.
- 28 Discurso No Consistório da Irmandade da Santa Casa, na comemoração do 1.º centenário da elevação de Santos a cidade, 1939.
- √29 Fronteiras do Brasil no Regime Colonial Tese n. 17, apresentada ao 3.º Congresso de História Nacional comemorativa do centenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
  - 30 Deodoro, Rui e a Proclamação da República Conferência, 1939.
- 31 "São Francisco de Assis, precursor da "Rerum Novarum" Revista do I.H.G.B., vol. 176, 1942.
  - √32 Santo Antônio de Lisboa, Militar no Brasil, 1942.

#### TRADUÇÕES

- 1 El Brasil y la Sociedad de Naciones Carta prologo del Conte de Romanones.
- 2 Le Brésil et la Société des Nations Préface de M. Gabriel Hanotaux, de l'Academie Française. Pedone, éditeur, Paris 1927.
- 3 Brasil and the League of Nations Introduction by Lord Philimore. Pedone, editeur, 1928.
- 4 Le Caoutchouc Préface de M.A.P. Lutringer, rédacteur en chef de la revue "Le Caoutchonc et la Gutta-Percha", Gillard, éditeur Paris, 1938.
- 5 Der kautchouck Deutsch von Dr. Alfredo Marcuzi, Berlim, Vorwort von Walter Lindemann, Orel Fussil, Verlag, Zurich, und Leipzig 1930.

- 6 Rubber An Economic and Statistical Study. Preface to the Brazilian Edition by Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Preface to the English Edition by Phillip Schidrowtzs, Ph. Dr. (Berne) F.C.S.F.I.R.I. London, 1930.
- 7 The False "Trophies of Ituzaingó" Translated from the Brazilian Editions by Conceição de Almeida Rodrigues and Gabrielle de Berchtold. Burke, 1930.
- 8 El Cardenalato Traducción castellana de Emilio de Goicochea y Marusi São Paulo, Instituto D. Ana Rosa, 1931.
- 9 Le Cardinalat Traduction de Mme. Heloisa C. de Azevedo Rocha, Paris, E. Muller, Libraire, 16 Rue Monsier-le-Prince.
- 10 Il Brasile, Paese Consumatore della Produzione Agraria Italiana Conferenza tenuta alla R. Accademia dei Georgofili di Firenze, nell'Aduananza del 3 Aprile 1932.
- 11 Discurso Proferido en el banquete ofrecido a su excelencia el señor Eleazar Vidella, Ministro de Mariña de la Nación Argentina.



CADASTRO SOCIAL



# CADASTRO SOCIAL EM 31-12-1943

#### PRESIDENTES HONORARIOS

NOMES

DATAS DE ENTRADA RESIDÊNCIAS NO INSTITUTO

	15-12-1923	
3 - Dr. Washington Luis Pereira de		
Sousa	18- 7-1927	Weylin Hotel 54, New York, Es-
		tados Unidos da América do Norte.
4 — Dr. Getúlio Dorneles Vargas	9- 1-1934	Palácio Guanabara — Rio de Janeiro. Tel. 25-2399.

#### SÓCIOS GRANDES BENEMÉRITOS (5) (A)

1 Ministro Dr. Rodrigo Otávio de Langgaard Meneses		Rua das Palmeiras, n. 38, Botafogo — Rio de Janeiro. Tel. 26-0667.
2 — Dr. Manuel Cícero Peregrino da Silva	21- 7-1905	Rua das Palmeiras, n. 54, Botafogo
3 — Dr. Clóvis Beviláqua	15-10-1906	— Rio de Janeiro. Tel. 26-0740. Rua Barão de Mesquita, n. 572, Andraí — Rio de Janeiro.
4 — Ministro Dr. Augusto Tavares de Lira	16- 9-1907	Rua Voluntários da Pátria, n. 435  — Rio de Janeiro. Tel. 26-0849.
5 — Embaixador José Carlos de Macedo Soares	6- 8-1921	Praia do Flamengo, n. 2 — Rio de Janeiro. Tel. 25-3311.

<sup>(</sup>A) Nota — Para ser elevado a sócio grande benemérito, é indispensável que o sócio benemérito tenha no mínimo 20 anos de serviços ao Instituto, e que a proposta alcance 21 assinaturas (Arts. 4.º e 8.º dos Estatutos).

Só a Assembléia Geral poderá resolver quanto à elevação dos sócios grandes beneméritos e beneméritos.

#### SÓCIOS BENEMÉRITOS (15) (B)

NOMES

1 — Dr. Alfredo Nascimento Silva	12-12-1890	Rua São Clemente, n. 413 — Rio de Janeiro. Tel. 26-1891.
2 - Dr. Miguel Joaquim Ribeiro de		
Carvalho	12-12-1899	Rua Marquês de Abrantes, n. 126  — Rio de Janeiro. Tel. 25-1381.
3 — Embaixador Dr. Ramon J. Cárcano	1- 8-1910	Calle Montevidéo, 1597 — Buenos Aires.
4 — Dr Brás Hermenegildo do Amaral	22- 6-1911	Cidade do Salvador (Bahia) — Provisòriamente: Rua Venâncio Flores, n. 53, Leblon — Rio de Janeiro. Tel. 27-3355.
5 - Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco		
Rádler de Aquino	26- 8-1911	Rua Raul Pompéia, n. 133, Copacabana — Rio de Janeiro. Telefone 27-0308.
6 — Dr. Afonso d'Escragnolle Taunay	2÷ 9-1911	Rua Nestor Pestana, n. 48 — São Paulo.
7 — Ministro Dr. Alfredo Valadão	19- 7-1912	Regina-Hotel, Rua Ferreira Viana, n. 29 — Rio de Janeiro. Telefone 25-7280.
8 — Almirante Raul Tavares	23- 8-1912	Rua Visconde de Carandai, n. 23 — Rio de Janeiro. Tel. 26-1755.
9 — Professor Basílio de Magalhães	27- 8-1914	Rua Paulino Fernandees, n. 27 — Rio de Janeiro. Tel. 26-7815.
10 - Capitão de Fragata Carlos da Sil-		
veira Carneiro	6- 8-1921	Rua Aníbal de Mendonça, n. 151, Copacabana — Rio de Janeiro. Te- lefone 27-4949.
11 — General Emílio Fernandes de Sousa		
Doca	6- 8-1921	Rua Ministro Viveiros de Castro, n. 122, Copacabana — Rio de Ja- neiro. Tel. 27-3198.
	1	
12 — Dr. Rodolfo Garcia	6- 8-1921	Rua República do Perú, n. 380, Co- pacabana — Rio de Janeiro. Te- lefone 27-6083.
13 — Arcebispo Dom Francisco de Aqui- no Correia	10- 7-1926	Cuiabá — Estado de Mato Grosso.
14 - Dom Ricardo Levene	1-10-1928	Melo, 2.134 — Buenos Aires.
15 — Dr. Pedro Calmon Moniz de Bit- tencourt	22- 8-1931	Rua Santa Clara, n. 415, Copaca- bana — Rio de Janeiro. Telefone 26-0222.

<sup>(</sup>B) Nota — Para ser sócio benemérito é preciso que o sócio efetivo ou correspondente tenha 10 anos de serviços ao Instituto. A proposta deve reunir 12 assinaturas (Arts. 4.º e 8.º dos Estatutos).

#### SóCIOS EFETIVOS (40) (C)

NOMES

		Dr. Nélson Coelho de Sena	23- 8-1901	Hotel Avenida — Rio de Janeiro. Tel. 22-9800.
2	~~~	Embaixador Dr. José Bonifácio de		
		Andrada e Silva	15- 7-1911	Rua Voluntários da Pátria, n. 450  Rio de Janeiro. Tel. 26-6076.
3		General Dr. Liberato Bittencourt	27- 5-1912	Rua São Francisco Xavier, n. 866  — Rio de Janeiro. Tel. 48-4527.
4		Dr. Edgar Roquette Pinto	4- 8-1913	Avenida Beira Mar, n. 210, ap. 504. Tel. 42-3275 — Rio de Janeiro.
5		Dr. Antônio Carlos Ribeiro de An-		
		drada	26- 9-1913	Rua Voluntários da Pátria, n. 448  — Rio de Janeiro. Tel. 26-2342.
6	-	Capitão-de-Mar-e-Guerra Thiers Fle-		
		ming	10- 7-1918	Rua Joaquim Nabuco, n. 43, ap. 81, Copacabana — Rio de Janeiro. Te- lefone 27-7832.
7		Dr. Jônatas Serrano	24- 5-1919	Rua Pires de Almeida, n. 15, ap. 40, Laranjeiras — Rio de Janeiro. Te- lefone 25-1180.
8	_	Dr. Afrânio Peixoto	16- 7-1919	Rua Paissandú, n. 59 — Rio de Janeiro. Tel. 25-2496.
9		Ministro Dr. Bernardino José de		
		Sousa	6- 8-1921	Rua Cândido Gaffrée, n. 196 — Rio de Janeiro. Tel. 26-2662.
10		Comandante Eugênio Teixeira de		
		Castro	6- 8-1921	Rua Pereira da Silva, n. 98, Laran- jeiras — Rio de Janeiro. Tele- fone 25-0639.
11		Dr. Engênio Vilhena de Morais	6- 8-1921	Arquivo Nacional (Praça da República) — Rio de Janeiro, Telefone 22-4441.
12	_	Dr. Alfredo Ferreira Laje	20- 7-1923	Rua Cândido Mendes, n. 58, Glória  — Rio de Janeiro. Tel. 42-1152.
13		Ministro Dr. Francisco José de Oli-		
		veira Viana	19- 7-1924	Alameda São Boaventura, n. 41, Ni- terói — Estado do Rio.
14		Dr. Alexandre Emílio Sommier	22- 8-1931	Rua Prudente de Morais, n. 287, Ipanema — Rio de Janeiro. Tele- fone 27-4804.
15	_	Tenente-coronel Antônio Leôncio		
		Pereira Ferraz	22- 8-1931	Rua Japeri, n. 32-A, ap. 1, Rio Comprido — Rio de Janeiro.
16		Desembargador Dr. Fernando Luiz		
		Vieira Ferreira	22- 8-1931	Rua Moreira César, n. 66 — Ni- terói.
17		Dr. Gustavo Barroso	22- 8-1931	Rua Sá Ferreira, n. 123, Copacabana  Rio de Janeiro. Tel. 27-2895.

<sup>(</sup>C) Nota — Para ser sócio efetivo é preciso residir no Rio de Janeiro e ter apresentado trabalho sôbre história, geografía, etnografía ou arqueologia, inédito ou estampado (Art. 5.º dos Estatutos).

18 - Dr. Henrique Carneiro Leão Tei-		
xeira Filho	22- 8-1931	Avenida Rio Branco, n. 311, 5.º — Rio de Janeiro. Tel. 22-2147.
19 Dr. João da Costa Ferreira	22- 8-1931	Rua Dona Ana, n. 62, Botafogo — Rio de Janeiro. Tel. 26-1747.
20 — Ministro José Matoso Maia Forte	22- 8-1931	Rua José Bonifácio, n. 39 — Ni- terói.
21 - Dr. José Vanderley de Araújo Pi-		A 11 TO 1
nho	22- 8-1931	Avenida Pasteur, n. 415, Praia Vermelha — Rio de Janeiro. Telefone 26-1536.
22 — Dr. Levi Fernandes Carneiro	22- 8-1931	Rua Gustavo Sampaio, n. 92, Leme  Rio de Janeiro. Tel. 27-4871.
23 — Capitão de Mar e Guerra Lucas		
Alexandre Boiteux	22- 8-1931	Rua Delgado de Carvalho, n. 30 — Rio de Janeiro. Tel. 28-4120.
24 Dr. Luiz Antônio Vieira da Silva	22- 8-1931	Edifício Itacolomi (Rua do Russell) n. 158, ap. 61 — Rio de Janeiro. Tel. 25-9717.
25 — Dr. Luiz Filipe Vieira Souto	22- 8931	Rua Voluntários da Pátria, n. 69 Rio de Janeiro. Tel. 26-1700.
26 — Dr. Manuel Tavares Cavalcante	22- 8-1931	Rua Urbano dos Santos, n. 58, Urca — Rio de Janeiro. Telefone 26-1046.
27 - Ministro Dr. Otávio Tarquínio de		
Sousa	22- 8-1931	Rua Inglês de Sousa, n. 160, Gávea  — Rio de Janeiro. Tel. 26-3623.
28 — Dr. Rodrigo Otávio de Langgaard		
Meneses Filho	22- 8-1931	Rua São Clemente, n. 421 — Rio de Janeiro. Tel. 26-0953.
29 — Dr. Virgilio Correia Filho	22- 8-1931	Praça André Rebouças, n. 17, Mariz e Barros — Rio de Janeiro. Tele- fone 28-0864.
30 — Dr. Alexandre José Barbosa Lima		
Sobrinho	22- 8-1931	Rua da Assunção, n. 77, Botafogo — Rio de Janeiro. Tel. 26-4861.
31 — Dr. Fernando Augusto Ribeiro de	00 10 1001	
Magalhães	22-12-1931	Ladeira do Ascurra, n. 76 (Cosme Velho) — Rio de Janeiro — Telefone 25-3199.
32 — Dr. Herbert Canabarro Reichardt	12- 5-1937	Rua das Laranjeiras, n. 29 — Rio de Janeiro. Tel. 25-0022.
33 - Dr. Leopoldo Antônio Feijó Bit-		
tencourt	12- 5-1937	Rua Otávio Correia, n. 84 (Urca)  — Rio de Janeiro. Tel. 26-1501.
34 — Dr. Alcindo Sodré	31- 5-1939	Rua Sá Earp, n. 99 - Petrópolis.
35 — Dr. Edmundo da Luz Pinto	31- 5-1939	Rua Ribeiro de Almeida, n. 36, Laranjeiras — Rio de Janeiro. Telefone 25-2684.
36 — Dr. José Luiz Batista	31- 5-1939	Rua Xavier da Silveira, n. 81, Co- pacabana — Rio de Janeiro. Tele- fone 27-1014.
37 — Dr. Cláudio Ganns	15-12-1939	Avenida Beira Mar, n. 226, ap. 31  — Rio de Janeiro. Tel. 42-3163.

#### NOMES DATAS DE ENTRADA RESIDÊNCIAS NO INSTITUTO

38 — Ministro Ruben Rosa	29- 5-1941	Praia de Botafogo, n. 48, ap. 72 -
7. * 28.		Rio de Janeiro. Tel. 25-5800.
39 — Ministro Dr. João Martins de Car-		
		Rua São Salvador, n. 38 — Rio de Janeiro. Tel. 25-3718.
40 - Dr. Rodrigo Melo Franco de An-		the second second second second second
drade	9- 7-1943	Rua Bulhões de Carvalho, n. 181, Copacabana — Rio de Janeiro. Te- lefone 27-2503.

#### SóCIOS CORRESPONDENTES (40) (D)

1 - Professor José Feliciano de Oli-		
veira	19- 2-1904	
2 — Dr. Dom José Salgado	10-10-1911	Calle Rincon, 438, 1.º piso — Montevidéu.
3 - Dr. Washington Luis Pereira de		
Sousa	4- 5-1912	Weylin Hotel, 54, New York, Estados Unidos da América do Norte.
4 — Dr. Alberto Rangel	6- 6-1912	Rua Paissandú, n. 59 — Rio de Janeiro. Tel. 25-4991.
5 — Ministro Dr. Hélio Lobo	6- 7-1912	Praia do Russell, n. 158, ap. 1001  — Rio de Janeiro. Tel. 25-5898.
6 - Dr. Eugênio de Andrada Egas	28- 6-1913	Rua Bela Cintra, n. 801 - São Paulo.
7 — Dr. Fidelino de Figueiredo 8 — Ministro Dr. Jerônimo de Avelar	28- 7-1913	Caixa Postal, n. 2926 — São Paulo.
Figueira de Melo	31- 5-1917	Praia do Russell, n. 174 — Rio de Janeiro. Tel. 25-4335.
9 — Dr. Mário Carneiro do Rêgo Melo 10 — Dr. Clemente Gaspar Maria Bran-	31- 5-1917	Recife — Pernambuco.
denburger	15-10-1919	N. S. da Conceição do Rio Bonito (Vassouras) — Estado do Rio.
11 — Ministro Dr. Sílvio Rangel de Cas-		
tro	13- 9-1930	Av. Atlântica, n. 426, ap. 6 — Rio de Janeiro. Tel. 27-0429.
12 — Embaixador Dr. Carlos Magalhães		·
de Azeredo	22- 8-1931	Via de Vila Emiliani, n. 9, Parioli — Roma.
13 — Dr. Djalma Forjaz	22- 8-1931	Rua Rodrigo Cláudio, n. 225 — São Paulo.
14 — Dr. Estevão de Mendonça 15 — Embaixador Dr. Hildebrando Ac-	22- 8-1931	Cuiabá — Estado de Mato Grosso.
cioly	22- 8-1931	Embaixada do Brasil no Vaticano  — Roma.
16 — Dr. Lúcio José dos Santos	22- 8-1931	Belo Horizonte — Estado de Minas Gerais.
17 — Luis Enrique Azarola Gil	30- 7-1934	Frederico Lacroze, n. 2.100 — Buenos Aires.

<sup>(</sup>D) Nora — Para ser sócio correspondente é preciso preencher as mesmas condições de sócio efetivo — menos a residência (Art. 6.º dos Estatutos).

NOMES

18 — Dr. Argeu de Segadas Machado		
Guimarães	30- 7-1934	Embaixada do Brasil — Washington.
19 — Dr. Luiz da Câmara Cascudo	30- 7-1934	Natal — Rio Grande do Norte.
20 — Ministro Caio de Melo Franco	30- 7-1934	Otawa — Canadá.
21 - Dr. Vicente de Paulo Vicente de		
Azevedo	15-12-1934	Rua Carlos Sampaio, n. 118 — São
on D. T 1 Court Total Pills	15 10 1024	Paulo.
22 — Dr. Joaquim de Sousa Leão Filho	15-12-1934	Embaixada do Brasil em Londres.
23 — Dr. Antônio Augusto Mendes Cor-	15-12-1934	Rua do Moreira, n. 263 - Pôrto,
reia	13-12-1934	Portugal.
24 — Professor Armando de Matos	15-12-1934	Rua São João da Foz do Douro —
of Allianta Callas Winner Com Com		Portugal.
25 — Almirante Carlos Viegas Gago Cou-	15 10 1024	Due Ference m 164 Tiches
tinho	15-12-1934 28- 5-1935	Rua Esperança, n. 164 — Lisboa. Honduras — América Central.
	4-12-1936	Calle Charcas, 3.440 — Buenos Ai-
27 — Enrique de Gândia	4-12-1930	res.
28 — Dr. Alvaro de Sales Oliveira	4-12-1936	Rua Quintino Bocaiuva, n. 54, 4.º
		pav. — São Paulo.
29 — Dr. Artur César Ferreira Reis	4-12-1936	Avenida Nazaré, n. 499 — Belém, Pará.
30 - Desembargador José de Mesquita	12- 5-1937	Cuiabá - Estado de Mato Grosso.
31 — Dr. Buenaventura Caviglia (hijo)	13- 4-1938	Calle Paraguai, n. 1.291 — Montevidéu.
32 - Coronel Henrique de Campos Fer-		ecvided.
reira Lima	13- 4-1938	Rua das Amoreiras, n. 83, 3.º -
	20 , 2500	Lisboa.
33 — Dom Henrique Pereira de Cornache		
(Conde de Campo Belo)	13- 4-1938	Vila Nova de Gaia — Portugal.
34 — Dr. Domingos Amunategui Solar	31- 5-1939	Santiago — Chile.
35 — Desembargador Jorge Hurley	31- 5-1939	Avenida Nazaré, n. 189 — Belém, Pará.
36 - Dr. Luiz Norton de Matos	31- 5-1939	Ministério dos Estrangeiros — Lisboa.
37 — Dr. Roberto Simonsen	31- 5-1939	Rua Boa Vista, n. 15 1.º and. — São Paulo.
38 - Padre Serafim Leite, S. J	31- 5-1939	Rua São Clemente, n. 226 — Rio
39 — Dr. Ernesto Sousa Campos	01 0 1010	de Janeiro. Tel. 26-7555.
40 — Dr. Aureliano Leite	21- 8-1939 29- 9-1942	Rua Bela Cintra, 1.768 — São Paulo.
70 Di. Muchano Bette	27- 7-1942	Rua Brigadeiro Luiz Antônio, número 2.791 — São Paulo.
SóCIOS HOI	NORARIOS	(50) (E)

1 —	Dr. Cincinato	César da	Silva Bra	ga 25.	8-1895	Rua	das Lara	anjeira	s, n. 83	- Rio
						de	Janeiro.	Tel.	25-1320.	
2	Embaine Jan	T/ 36	1 0 1							

2	TO IT	Darkauor	Juse	manuei	Cardoso									
	de	Oliveira				22-	5-1903	Rua	General	Dionisi	o, n.	64	— :	Rio
								de	Janeiro.	Tel.	26-16	59.		

<sup>(</sup>E) Nota — Sócio honorário só poderá ser quem tenha alta representação social ou revelado competência especial em história, geografia, etnografia ou arqueologia (Art. 7.º dos Estatutos).

NOMES

3 - Dr. Eduardo Marques Peixoto	23-10-1903	Rua Marquês de Olinda, n. 90, 1.º,
		ap. 13 Rio de Janeiro. Tele-
A De Den Best Site A	0.40.404	fone 26-2227.
4 — Dr. Dom Daniel Garcia Acevedo 5 — Dr. Norival Soares de Freitas	3-12-1906	Montevidéu — Uruguai.
5 - Dr. Norivai Sources de Freitas	5-10-1908	Rua do Rosário, n. 106 — Rio de
6 — Henry R. Lang	22- 6-1911	Janeiro. Tel. 43-1292. New York — Estados Unidos da
	22 0-1711	América do Norte.
7 - Dr. Luiz Gastão de Escragnolle		
Dória	4- 5-1912	Rua Delgado de Carvalho, n. 79-
		Rio de Janeiro. Tel. 28-0982.
8 - Ministro Ataúlfo Nápoles de Paiva	6- 6-1912	Rua Valparaíso, n. 36 - Rio de
		Janeiro. Tel. 28-0416.
9 — Francisco Agenor de Noronha San-		
tos	6- 6-1912	Rua D. Ana Néri, n. 242-A — Rio de Janeiro.
10 - Dr. Dom Lucas Ayarragaray	23- 5-1914	Buenos Aires — República da Ar-
		gentina.
11 — Dr. Alberto Lamego	28- 7-1914	Rua 7 de · Setembro, n. 122, Cam-
		pos — Estado do Rio de Janeiro.
12 — Ministro Dr. Anibal Veloso Rebelo	12-10-1915	Rua Cândido Gaffrée, n. 122, Urca
S. Carlotte and C. Carlotte an		Rio de Janeiro.
13 - Professor Carlos Delgado de Car-	A	
valho	6- 8-1921	Rua Siqueira Campos, n. 7, Copa-
		cabana — Rio de Janeiro. Tele- fone 47-3611.
14 — Dr. Otelo de Souza Reis	6- 8-1921	Rua Maria Amália, n. 66, Muda da
		Tijuca — Rio de Janeiro. Tele-
		fone 38-4839.
15 — Ministro Dr. Dom Diego Carbonell	20- 7-1923	Caracas — Venezuela.
16 - Dr. Dom Pedro Dulanto	18- 7-1927	Lima — República do Perú.
17 — Embaixador Dr. Luiz Martins de		
Souza Dantas	29- 6-1928	Campo de Concentração — Rosenbeg,
		Alemanha.
18 — Professor Paul Rivet	13- 9-1930	Rua Bufton, n. 61 — Paris. Paris.
19 — Padre Paul Coulet, S. J 20 — Dr. Joaquim Bensaúde	22- 6-1931 22- 8-1931	Boulevard Flandrin, n. 56 — París.
21 — Ministro Hubert Knipping	22- 8-1931	Waldhausen Linzerstrasse, 3 — Han-
21 — Hilliotto Hubert Emipping	22 0 2702	nover, Alemanha.
22 — Dr. Mário de Souza Ferreira	22- 8-1931	Rua Senador Furtado, n. 97, casa
DI. Mailo de Donza I cilenta	22 0 2702	VII — Rio de Janeiro.
23 — Cardeal Dom Manuel Gonçalves		•
Cerejeira	27-10-1934	Patriarcado — Lisboa.
24 — Dr. Elmano Cardím	15-12-1937	Avenida Portugal, n. 38, Urca -
Z. Dimeno Cardini		Rio de Janeiro. Tel. 26-5595.
25 — Embaixador Martinho Nobre de		
Melo	19-10-1938	Rua São Clemente, n. 424 — Rio
		de Janeiro. Tel. 26-3255.
26 — General de Divisão Augusto Tasso		
Fragoso	14- 4-1939	Rua Davi Campista, n. 67, Largo
Fragoso	14- 4-1939	Rua Daví Campista, n. 67, Largo dos Leões — Rio de Janeiro. Tel. 26-0628.

27 General-de-Divisão Cândido Mariano	3	THE NEED OF THE PARTY OF THE PA
da Silva Rondon	14- 4-1939	Rua Domingos Ferreira, n. 187, Co- pacabana — Rio de Janeiro. Te- lefone 27-2318.
28 Professor Clarence Henry Haring	14- 4-1939	Universidade de Cambridge, Mass.  — Estados Unidos da América do Norte.
29 - Ministro Hermenegildo Rodrigues		
de Barros	14- 4-1939	Rua Hermenegildo de Barros, número 158, Santa Teresa — Rio de Janeiro. Tel. 22-7113.
30 — Dr. José Honório Silgueira	14- 4-1939	B. de Irigoyen, n. 112, 2.º piso— Buenos Aires.
31 — Dr. Júlio Dantas	14- 4939	Rua Castilho, n. 30, 2.º — Lisboa.
ven	14- 4-1939	Universidade de Pittsburg, Pensilvâ- aia — Estado Unidos da América do Norte.
33 — Dr. Tobias do Règo Monteiro	14- 4-1939	Rua Bela Vista — Petrópolis.
34 — Dr. Ernesto Leme	21- 8-1939	Rua Turiaçú, n. 297 — São Paulo.
35 — Dr. Léo Stanton Rowe	21- 8-1939	Washington D. C. — Estados Unidos da América do Norte.
36 — Dr. Luiz Philipp Guedalla	21- 8-1939	Londres,
37 — Dr. Waldo Gifford Leland	21- 8-1939	Washington, D. C. — Estados Unidos da América do Norte.
38 — Embaixador Dr. Osvaldo Aranha	15-12-1939	Rua Campo Belo, n. 199, Laranjeiras  — Rio de Janeiro. Tel. 25-1488.
39 — Frei Pedro Sinzig (O.F.M.)	15-12-1939	Convento de Santo Antônio, Largo da Carioca — Rio de Janeiro.
40 — Dr. Cristóvão Leite de Castro	26- 6-1940	Rua Lopes Quintas, n. 183, Jardim, Botânico — Rio de Janeiro. Te- lefone 26-8001.
41 - Dr. Manuel Augusto Pirajá da Sil-		
ya	26- 6-1940	Alameda Itú, n. 911 — São Paulo.
valho	29- 9-1942	Rua Uruguai, n. 572, Tijuca — Rio de Janeiro. Tel. 38-0432.
43 — Dr. Félix Guisard	29- 9-1942	Taubaté — São Paulo.
44 — Reverendo Joseph F. Thorning	29- 9-1942	Emmitsburg, Moryland — Estados Unidos da América do Norte.
45 — Dom Pedro de Orleans e Bragança 46 — Cont a-almirante Augustin T. Be-	29- 9-1942	Palácio Grão Pará — Petrópolis.
auregard	9- 7-1943	El Cordova — Coronado, California.
Alberto da Mota e Silva	9- 7-1943	Rua Barata Ribeiro, n. 560, Copa- cabana — Rio de Janeiro. Tele- fone 27-4439.
48 — Coronel Laurenio Lago	9- 7-1943	Rua Bolívar, n. 147, Copacabana — Rio de Janeiro. Tel. 27-8973.
49 — Capitão-de-Mar-e-Guerra Didio Ira-		
tin Afonso da Costa	21-12-1943	Rua Araújo Pena, n. 80 — Rio de Janeiro. Tel. 28-5272.
50 Padre Leonel Franca, S. J	21-12-1943	Rua São Clemente, n. 226 — Rio de Janeiro. Tel. 26-6239.

# RELAÇÃO CRONOLÓGICA

NOMES	TAS DE ENTRA	DA TÍTULOS
DA	NO INSTITUTO	
1 — Alfredo Nascimento Silva	12-12-1890	Benemérito e 3.º vice-presidente.
2 — Cincinato César da Silva Braga	25- 8-1895	Honorário.
3 — Miguel Joaquim Ribeiro de Car-	10 10 1000	
valho	12-12-1899	Benemérito.
	06 10 1000	Const. Sec. 177
'neses'	26-10-1900	Grande benemérito e 2.º vice-pre-
5 — Nelson Coelho de Sena	02 0 1004	sidente.
6 — José Manuel Cardoso de Oliveira	23- 8-1901	Efetivo. Honorário.
7 — Eduardo Marques Peixoto	22- 5-1903 23-10-1903	Honorário.
8 — José Feliciano de Oliveira	19- 2-1905	Correspondente.
9 — Manuel Cicero Peregrino da Silva	21- 7-1905	Grande benemérito.
10 — Clóvis Beviláqua	15-10-1906	Grande benemérito.
11 — Daniel Garcia Acevedo	3-12-1906	Honorário.
12 — Augusto Tavares de Lira	16- 9-1907	Grande benemérito e 1.º vice-pre-
		sidente.
13 - Norival Soares de Freitas	5-1011908	Honorário.
14 — Ramon J. Cárcano	1- 8:1910	Benemérito.
15 - Braz Hermenegildo do Amaral	22- 6-1911	Benemérito.
16 - Henry R. Lang	22- 6-1911	Honorário.
17 — José Bonifácio de Andrada e Silva	15- 7-1911	Efetivo.
18 — Francisco Rádler de Aquino	26- 8-1911	Benomérito e tesoureiro.
19 - Afonso d'Escragnolle Taunay	2- 9911	Benemérito.
20 — José Salgado	10-10-1911	Correspondente.
21 — Luiz Gastão de Escragnolle Dória	4- 5-1912	Honorário.
22 — Washington Luis Pereira de Sousa	4- 5-1912	Correspondente e presidente.
23 — Liberato Bittencourt	27- 5-1912	Efetivo.
24 — Alberto Rangel	6- 6-1912	Correspondente.
25 — Ataúlfo Nápoles de Paiva	6- 6-1912	Honorário.
26 — Francisco Agenor de Noronha San-		**
tos	6- 6-1912	Honorário.
27 — Hélio Lobo	6- 7-1912.	Correspondente.  Benemérito.
28 — Alfredo Valadão	19- <b>7</b> -1912 23- <b>7</b> -1912	Benemérito.
29 — Raul Tavares	28- 7-1912	Correspondente.
31 — Fidelino de Figueiredo	28- 7-1913	Correspondente.
32 — Edgar Roquette Pinto	4- 8-1813	Efetivo.
33 — Antônio Carlos Ribeiro de Andrada	26- 9-1913	Efetivo.
34 — Lucas Ayarragaray	23- 5-1914	Honorário.
35 — Alberto Lamego	28- 7-1914	Honorário.
36 — Basílio de Magalhães	27- 8-1914	Benemérito.
37 — Aníbal Veloso Rebêlo	12-10-1915	Benemérito.
38 — Jerônimo de Avelar Figueira de		
Melo	31- 5-1917	Correspondente.
39 — Mário Carneiro do Rêgo Melo	31- 5-1917	Correspondente.
40 — Thiers Fleming	10- 7-1918	Efetivo.
41 — Jônatas Serrano	24- 5-1919	Efetivo.
42 — Afrânio Peixoto	16- 7-1919	Efetivo.
43 - Clemente Gaspar Maria Branden-		
burger	15-10-1919	Correspondente.
44 - Bernardino José de Sousa	6- 8-1921	Efetivo.

MOMES

#### DATAS DE ENTRADA TÍTULOS NO INSTITUTO

45 — Carlos Delgado de Carvalho	6- 8-1921	Honorário.
46 — Carlos da Silveira Carneiro	6- 8-1921	Benemérito.
47 — Emílio Fernandes de Sousa Docca	6- 8-1921	Benemérito.
48 — Eugênio Teixeira de Castro	6- 8-1921	Efetivo,
49 — Eugênio Vilhena de Morais	6- 8-1921	Efetivo.
50 José Carlos de Macedo Soares	6- 8-1921	Grande benemérito e presidente per-
Jose Carlos de Madedo Soures III.	0 0 1721	pétuo.
51 Otelo de Sousa Reîs	6- 8-1921	Honorário.
52 — Rodolfo Augusto de Amorim Gar-	0 0 17 11	
cia	6- 8-1921	Benemérito.
53 — Alfredo Ferreira Laje	20- 7-1923	Efetivo.
54 — Diego Carbonell	20- 7-1923	Honorário.
55 — Francisco José de Oliveira Viana	19- 7-1924	Efetivo.
56 — Dom Francisco de Aquino Cor-		
reia	10- 7-1926	Benemérito.
57 — Pedro Dulanto	18- 7-1927	Benemérito.
58 — Luiz Martins de Sousa Dantas	29- 6-1928	Honorário.
59 — Ricardo Levene	10-1928	Benemérito.
60 - Paul Rivet	13- 9-1930	Honorário.
61 - Sílvio Rangel de Castro	13- 9-1930	Correspondente.
62 — Paul Coulet	22- 8-1931	Honorário.
63 — Joaquim Bensaúde	22- 8-1931	Honorário.
64 - Alexandre Emilio Sommier	22- 8-1931	Efetivo.
65 — Antônio Leôncio Pereira Ferraz	22- 8-1931	Efetivo.
66 - Carlos Magalhães de Azeredo	22- 8-1931	Correspondente.
67 — Djalma Forjaz	22- 8-1931	Correspondente.
68 — Estêvão de Mendonça	22- 8-1931	Correspondente.
69 — Fernando Luiz Vieira Ferreira	22- 8-1931	Efetivo.
70 — Gustavo Barroso	22- 8-1931	Efetivo.
71 — Henrique Carneiro Leão Teixeira		
Filho	22- 8-1931	Efetive
72 — Hildebrando Accioly	22- 8-1931/	Correspondente.
73 — Hubert Knipping	22- 8-1931	Benemérito.
74 — João da Costa Ferreira	22- 8-1931	Efetivo.
75 — José Matoso Maia Forte	22- 8-1931	Efetivo.
76 — José Wanderley de Araújo Pinho	22- 8-1931	Efetivo.
77 — Leví Fernandes Carneiro	22- 8-1931	Efetivo.
78 — Lucas Alexandre Boiteux	88- 8-1931	Efetivo.
79 — Lúcio José dos Santos	22- 8-1831	Correspondente.
80 — Luiz Antônio Vieira da Solva	22- 8-1931	Efetivo.
81 — Luiz Filipe Vieira Souto	22- 8-1931	Efetivo.
82 — Manuel Tavares Cavalcante	22- 8-1931	Efetivo.
83 — Mário de Sousa Ferreira	22- 8-1931	Honorário.
84 — Otavio Tarquínio de Sousa	22- 8-1931	Efetivo.
85 — Pedro Calmon Moniz de Bitten-		
court	22- 8-1931	Benemérito.
86 — Rodrigo Otávio de Langgaard Me-		
neses Filho	22- 8-1931	Efetivo.
87 — Virgílio Correia Filho	22- 8-1931	Efetivo.
88 — Alexandre José Barbosa Lima So-		
brinho	22-12-1931	Efetivo.
89 — Fernando Augusto Ribeiro de Ma-		
galhães	22-12-1931	Efetivo.

DATAS DE ENTRADA TÍTULOS NO INSTITUTO

90 — Argeu de Segadas Machado Gui-		
marães	20 7 1024	C
91 — Caio de Melo Franco	30- <b>7-</b> 1934 30- <b>7-</b> 1934	Correspondente.
92 — Luís da Câmara Cascudo	30- 7-1934	Correspondente.
93 — Luís Enrique Azarola Gil	30- 7-1934	Correspondente.
94 — Manuel Gonçalves Cerejeeira	27-10-1934	Honorário.
95 — Antônio Augusto Mendes Correia		
96 — Armando de Matos	15-12-1934	Correspondente.
97 — Carlos Viegas Gago Coutinho	15-12-1934	Correspondente.
98 — Joaquim de Sousa Leão Filho	15-12-1934	Correspondente.
99 — Vicente de Paulo Vicente de Aze-	15-12-1934	Correspondente.
	15 10 1021	C 1 .
vedo	15-12-1934	Correspondente.
100 — Federico Lunardi	28- 5-1935	Correspondente.
101 — Alvaro de Sales Oliveira	4-12-1936	Correspondente.
102 — Artur César Ferreira Reis	4-12-1936	Correspondente.
103 — Enrique de Gandia	4-12-1936	Correspondente.
104 — Herbert Canabarro Reichardt	12- 5-1937	Efetivo.
105 — José de Mesquita	12- 5-1937	Correspondente.
106 - Leopoldo Antônio Feijó Bitten-		
court	12- 5-1937	Efetivo.
107 — Elmano Cardim	12-12-1937	Honorário.
108 — Buenaventura Caviglia (hijo)	13- 4-1938	Correspondente.
109 — Henrique de Campos Ferreira		
Lima	13- 4-1938	Correspondente.
110 - Henrique Pereira de Cernache		
(Conde de Campo Belo)	13- 4-1938	Correspondente.
111 - Martinho Nobre de Melo	19-10-1938	Honorário.
112 — Augusto Tasso Fragoso	14- 4-1939	Honorário.
113 — Cândido Mariano da Silva Rondon	14- 4-1939	Honorário.
114 — Clarence Henry Haring	14- 4-1939	Honorário.
115 — Hermenegildo Rodrigues de Barros	14- 4-1939	Honorário.
116 — José Honório Silveira	14- 4-1939	Honorário.
117 — Júlio Dantas	14- 4-1939	Honorário.
118 — Nels Andrew Nelson Cleven	14- 4-1939	Honorário.
119 — Tobias do Rêgo Monteiro	14- 4-1939	Honorário.
120 — Alcindo Sodré	31- 5-1939	Efetivo.
121 — Domingo Amunategui Solar	31- 5-1939	Correspondente.
122 — Edmundo da Luz Pinto	31- 5-1939	Efetivo.
123 — Jorge Hurley	31- 5-1939	Correspondente
124 — José Luís Batista	31- 5-1939	Efetivo.
125 - Luís Norton de Matos	31- 5-1939	Correspondente.
126 — Roberto Simonsen	31- 5-1939	Correspondente.
127 — Serafim Leite	31- 5-1939	Correspondente.
128 — Ernesto Leme	21- 8-1939	Honorário.
129 — Ernesto de Sousa Campos	21- 8-1939	Honorário.
130 — Léo Stanton Rowe	21- 8-1939	Honorário.
131 — Luís Philipp Guedalla	21- 8-1939	Honorário.
132 — Waldo Giffor Leland	21- 8-1939	Honorário.
133 — Cláudio Ganns	15-12-1939	Efetivo.
134 — Osvaldo Aranha	15-12-1939	Honorário.
135 — Pedro Sinzig	15-12-1939	Honorário.
136 — Cristovão Leite de Castro	26- 6-1940	Honorário.
137 — Manuel Augusto Pirajá da Silva	26- 6-1940	Honorário.
138 — Ruben Rosa	29- 5-1941	Efetivo.
130 - Ruben Rosa		

#### DATAS DE ENTRADA TÍTULOS NO INSTITUTO

	139	Aureliano Leite	29- 9-1942	Correspondente.
	140	Estêvão Leitão de Carvalho	29- 9-1942	Honorário.
	141 —	Félix Guisard	29- 9-1943	Honorário.
	142	Joséph F. Thorning	29- 9-1942	Honorário.
	143 -	Pedro de Orleans e Bragança	29- 9-1942	Honorátio.
	144	Augustin T. Beauregard	29- 7-1943	Honorário.
1	145	Alvaro Alberto da Mota e Silva	9-, 7-1943	Honorário.
	146	João Martins de Carvalho Mourflo	9- 7-1943	Honorário.
	147	Laurênio Lago	9- 7-1943	Honorário.
	148	Rodrigo Melo Franco de Andrade	9- 7-1943	Efetivo.
	149	Didio Iratin Afonso da Costa	9- '7-1943	Honorário.
	150	Leonel Franca	21-12-1943	Honorário.

#### ORDEM ALFABÉTICA

Accioly (Hildebrando), correspondente.

Acevedo (Daniel Garcia), honorário.

Ameral (B. ás Hermenegildo do), benemérito,

Andrada (Antônio Carlos Ribeiro de), efetivo.

Andrada (José Bonifácio de Andrada e Silva), efetivo.

Andrade (Rodrigo Melo Franco de), efetivo.

Aquino (Francisco Rádler de), benemérito, tesoureiro.

Aquino Correia (Dom Francisco de), benemerito.

Aranha (Osvaldo), honorário.

Araújo Pinho (José Wanderley de), efetivo.

Ayarragaray (Lucas), honorário.

Azarola Gil (Luís Enrique), correspondente.

Azeredo (Carlos Magalhães de), correspondente.

Azevedo (Vicente de Paulo Vicente de), correspondente

Batista (José Luís), efetivo.

Barbosa Lima Sobrinho (Alexandre José), efetivo.

Barros (Hermenegildo Rodrigues de), honorário.

Barroso (Gustavo), cfetivo.

Beauregard (Augustin T.), honorário.

Bensaúde (Joaquim), honorário.

Beviláqua (Clóvis), grande benemérito.

Bittencourt (Leonardo Antônio Feijó), efetivo, 2.º secretário.

Bittencourt (Liberato), efetivo.

Boiteux (Lucas Alexandre), efetivo.

Braga (Cincinato César da Silva), honorário.

Bragança (Pedro de Orleans e), honorário.

Brandenburger (Clemente Gaspar Maria), correspondente.

Calmon (Pedro Calmon Moniz de Bittencourt), benemérito.

Camara Cascudo (Luís da), correspondente.

Carbonell (Diego), honorário.

Cárcano (Ramón J.), benemérito.

Cardim (Elmano), honorário.

Carneiro (Carlos da Silveira), benemérito.

Carneiro (Levi Fernandes), efetivo.

Carvalho (Carlos Delgado de), honorário.

Carvalho (Estêvão Leitão de), honorário.

Carvalho (Miguel Joaquim Ribeiro de), benemérito.

Castro (Cristóvão Leite de), honorário.

Castro (Eugênio Teixeira de), efetivo.

Castro (Silvio Rangel de), correspondente.

Caviglia (hijo) (Buenaventura), correspondente.

Cerejeira (Dom Manuel Gonçalves), honorário.

Cernache (Henrique Pereira de), (Conde de Campo Belo), correspondente.

Cicero (Manuel Cicero Peregrino da Silva), grande benemérito.

Cleven (Nels Andrew Nelson), honorário.

Correia (Antônio Augusto Mendes), correspondente.

Correia Filho (Virgilio), efetivo, 1.º secretário.

Costa (Didio I. Afonso da), honorário.

Coulet (Padre Paul), honorário.

Coutinho (Carlos Viegas Gago), correspondente.

Dantas (Júlio), honorário.

Dória (Luiz Gastão de Escragnolle), honorário.

Dulanto (Pedro), honorário.

Egas (Eugênio de Andrada), correspondente.

Ferraz (Antônio Leôncio Pereira), efetivo.

Ferreira (João da Costa), efetivo.

Ferreira (Mário de Sousa), honorário.

Figueira de Melo (Jerônimo de Avelar), correspondente.

Figueiredo (Fidelino de), correspondente.

Fleming (Thiers), efetivo.

Forjaz (Djalma), correspondente.

Fragoso (Augusto Tasso), honorário.

Franca (Padre Leenel), honorário.

Freitas (Norival Soares de), honorário.

Gandia (Enrique de), correspondente.

Ganns (Cláudio), efetivo.

Garcia (Rodolfo Augusto de Amorim), benemérito.

Guedalla (Luiz Philipp), honorário.

Guimarães (Argeu de Segadas Machado), correspondente.

Guisard (Félix), honorário.

Harring (Clarence Henry), honorário.

Hurley (Jorge), correspondente.

Knipping (Hubert), honorário.

Lage (Alfredo Ferreira), efetivo.

Lago (Laurênio), honorário.

Lamego (Alberto), honorário.

Lang (Henry R.), honorário.

Langgaard Meneses (Rodrigo Otávio de), grande benemérito e 2.º vice-presidente.

Langgaard Meneses Filho (Rodrigo Otávio de), efetivo.

Leão Teixeira Filho (Henrique Carneiro), efetivo.

Leite (Aureliano), correspondente.

Leite (Padre Serafim), correspondente.

Leland (Waldo Gifford), honorário.

Leme (Ernesto), honorário.

Levene (Ricardo), bonemérito.

Lima (Ricardo), benemérito.

Lima (Henrique de Campos Ferreira), correspondente.

Lóbo (Hélio), correspondente.

Lunardi (Monsenhor Federico), correspondente.

Lira (Augusto Tavares de), grande benemérito e 1.º vice-presidente.

Macedo Soares (José Carlos de), grande benemérito e presidente perpétuo.

Magalhães (Basílio de), benemérito.

Magalhães (Fernando Augusto Ribeiro de), efetivo.

Maia Forte (José Matoso), efetivo.

Matos (Armando de), correspondente.

Matos (Luiz Norton de), correspondente.

Melo (Martinho Nobre de), honorário.

Melo Franco (Caio de), correspondente.

Mendonça (Estêvão de), correspondente.

Mesquita (José de), correspondente.

Monteiro (Tobias do Rêgo), honorário.

Morais (Eugênio Vilhena de), efetivo.

Mota e Silva (Alvaro Alberto), honorário.

Mourão (João Martins Carvalho de), efetivo.

Nascimento Silva (Alfredo), benemérito e 3.º vice-presidente.

Oliveira (Alvaro de Sales), correspondente.

Oliveira (José Feliciano de), correspondente.

Oliveira (José Manuel Cardoso de), honorário.

Oliveira Viana (Francisco José de), efetivo,

Paiva (Ataúlfo Nápoles de), honorário.

Peixoto (Afrânio), efetivo.

Peixoto (Eduardo Marques), honorário.

Pereira de Sousa (Washington Luis), correspondente.

Pinto (Edmundo da Luz), efetivo.

Rangel (Alberto), correspondente.

Rebêlo (Aníbal Veloso), honorário.

Rêgo Melo (Mário Carneiro do), correspondente.

Reichardt (Herbert Canabarro), efetivo.

Reis (Artur César Ferreira), correspondente.

Rivet (Paul), honorário.

Rondon (Cândido Mariano da Silva), honorário.

Roquete Pinto (Edgard), efetivo.

Rosa (Rubem), efetivo

Rowe (Léo Stanton), honorário.

Salgado (José), correspondente.

Santos (Francisco Agenor de Noronha), honorário.

Santos (Lúcio José dos), correspondente.

Sena (Nelson Coelho de), efetivo.

Serrano (Jônatas), efetivo.

Silgueira (José Honório), honorário.

Silva (Manuel Pirajá da), honorário.

Simonsen (Roberto), correspondente.

Sinzig (Frei Pedro), honorário.

Sodré (Alcindo), efetivo.

Solar (Domingo Amunategui), correspondente.

Sommier (Alexandre Emílio), efetivo.

Sousa Dantas (Luís Martins de), honorário.

Sousa (Bernardino José de), efetivo.

Sousa (Otávio Tarquínio de), efetivo.

Sousa Campos (Ernesto de), correspondente.

Sousa Docca (Emilio Fernandes de), benemérito.

Sousa Leão Filho (Joaquim de), correspondente.

Taunay (Afonso d'Escragnolle), benemérito.

Tavares (Raul), benemérito.

Tavares Cavalcante (Manuel), efetivo.

Thorning (Reverendo Joseph F.), honorário.

Valadão (Alfredo), benemérito.

Vieira Ferreira (Fernando Luiz), efetivo.

Vieira da Silva (Luís Antônio), efetivo.

Vieira Souto (Luís Filipe), efetivo.

#### SÓCIOS FALECIDOS DEPOIS DE 21-x1-42

Prof. Rodolfo Rivarola - Eleito em 1937 - (Honorário), faleceu em 11-11-1942.

Dr. José Joaquim Seabra -- Eleito honorário em 28-4-1905, faleceu em 5-12-1942.

Embaixador Afrânio de Melo Franco - Eleito efetivo em 27-5-1912, faleceu em 1-1-1943.

General Agustín P. Justo - Presidente honorário em 9-1-1934 - Faleceu em 12-1-1943.

Prof. Max Fleiuss — Eleito em 3-8-1900 — Grande benemérito e Secretário perpétuo, faleceu em 31-1-1943. Conselheiro João de Oliveira Sá Camelo Lampreia — Eleito honorário em

15-5-1898, faleceu em 10-7-1943. Dom José Gaspar de Afonseca e Silva — Eleito em 9-7-1943, faleceu em 27-8-1943. (Não chegou a tomar posse).

Visto. Em 31-12-1943.

Virgílio Correia Filho 1.º Secretário.



PUBLICAÇÕES RECEBIDAS



### PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

### LIVROS - EM OUTUBRO DE 1943:

- Cadernos 6 e 7 da Academia Carioca de Letras Oração de Castilho Goycochea e Ivan Lins Gráfica Sauer Rio 1943.
- Antônio José (O Judeu) Cândido Jucá Civilização Brasileira Rio 1943.
- Talleyrand in America As A. Financial Promoter (1794-96) Hans Huch e Wilma Pugh Washington United States of America 1942.
- Felipe Pinel (O Precursor da Higiene Mental por Waldemar de Almeida Tipografia do Jornal do Comércio Rio de Janeiro 1943.
- O Brasil pela Imagem (Desenhos e Legendas de Seth) Ed. da Indústria do Livro Rio de Janeiro 1943.
- Em Memória do Patriarca de Sertãosinho (Major Izidoro Jerônimo da Rocha) — Oficinas Gráficas Orfanato São Domingos — Maceió — 1943.
- 5 Anos de Atividade (Coletânea Organizada por Fortunato Pîmentel Of. Gráfica da Imprensa Oficial Pôrto Alegre 1943.
- Cristo e o Mundo Atual (trigésima primeira carta pastoral de D. João Becker Of. Gráfica do Centro Pôrto Alegre 1943.
- História de los Partidos Políticos en El Uruguay (tomo II) Juan E. Pivet Devoto — Tipografia Atlântida — Montevidéu — 1943.
- Por la Democracia y por la Libertad Aristides Sosa de Quesada P. Fernandez y Cia. La Habana 1943.
- Mapa do Estado do Rio de Janeiro editado pelo Departamento Nacional do Café (Seção de Estatística) Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sem data.

- A Inconfidência Mineira (Brasil-Minas) Os dois Mártires por José
  Caetano Alves Neves Irmãos Pongetti Editores Rio de Janeiro
   1943.
- Parada Morta-General José Cândido Muricí Editora Alba Rio de Janeiro — 1943.
- Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro (Memória Histórica pelo Coronel Laurênio Lago Imprensa Militar Rio de Janeiro 1942.
- Dados Biográficos do Brigadeiro Dr. Manuel Antônio Henrique Tota —
  pelo Coronel Laurênio Lago Imprensa Militar Rio de Janeiro
   1942.
- As Duas Marinhas (A Margem de um discurso do Almirante Harold Starck (U. S. N.) pelo Comandante Dídio Costa Mundo Marítimo Brasileiro Rio de Janeiro 1942,
- Tamandaré (Joaquim Marques Lisboa) pelo comandante Dídio Costa
   Alba Oficinas Gráficas Rio de Janeiro 1942.
- Marcílio Dias (Imperial Marinheiro) pelo comandante Dídio Costa Alba Oficinas Gráficas Rio de Janeiro 1942.
- Teófilo Otoni Ministro do Povo por Paulo Pinheiro Chagas Zélio Valverde Rio de Janeiro 1943.
- Nas Aguas da Gasconha por Dídio Costa Imprensa Naval Rio de Janeiro — 1943.
- As Famosas Armadas Portuguesas (1496-1650) por Simão Ferreira Pais Ministério da Marinha Rio de Janeiro 1937.
- Os Portugueses na Marinha de Guerra do Brasil (Contribuição comemorativa dos Centenários de Portugal (1139-1640) Comissão Brasileira dos Centenários Portugueses.
- Os Pan-Americanos (Estudos das origens e vida política dos países por Braz do Amaral Livraria Editora Zélio Valverde Rio de Janeiro 1943.
- As Contas do Brasil Ruben Rosa Imprensa Nacional Rio de Janeiro 1943.
- Bibliografia Vicentina Tipografia Inácio Pereira Rosa Lisboa 1942.
- O Beato João de Brito (Divisão de Publicações e Bibliotecas Agência Geral das Colônias) — Frederico Gavazzo Perry Vidal — Editorial Ática — Lisboa — 1943.
- As Perturbações Gastro-Intestinais da Infância e seu tratamento pelo Dr. Adamastor Barbosa Est. Gráfica Barreto Rio de Janeiro 1942.

- A Casa da Criança pelo Dr. Olinto Oliveira Imprensa Nacional Rio de Janeiro 1942.
- Postos de Puericultura pelo Dr. Olinto Oliveira Imprensa Nacionad Rio de Janeiro 1942.
- Especificações dos Postos de Puericultura pelo Dr. Hermes Bartolomeu Rio de Janeiro 1943.

#### LIVROS - EM NOVEMBRO DE 1943:

- Informe del Ministro de Relaciones Esteriores a la Nacion (1942-1943) —
  Tallers Graf. del Ministério Educacion Ecuador 1943.
- Ordens Honoríficas do Brasil (Histo. Org. Padrões, Legislação) por Luis Marques Poliano — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1943.
- El Paraiso en el Nuevo Mundo tomos I e II Antonio de Leon Pinelo Imp. Torres Aguirre Lima 1943.
- Maternidade e Serviço Social pelo Dr. Clóvis Correia da Costa Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1943.
- O Itamaratí e o Barão por Mário Vasconcelos Imprensa Nacional Rio de Janeiro 1943.
- O Cêrco de Igaraçu (1549) C. Fouquet São Paulo 1943.
- Fascismo e Falsificação Edmundo Maia Tipografia da Fundação Romão Duarte Rio de Janeiro 1943.
- El Desarrolo de las Ideas em los Estados Unidos tomo tercero. Vernon Louis Parrington — Estados Unidos — 1943.
- Um Passeio pela História do Brasil (4 conferências realizadas pelo prof.

  Américo Jacobina Lacombe) Tip. do Jornal do Comércio) Rio
  de Janeiro 1943.
- Taubaté (Documentos para a História do Vale do Paraíba) 3 volumes por Félix Guisard Filho Emp. Editora Universal São Paulo 1943.
- El Arte del Indio en los Estados Unidos Rene d'Harnoncourt.
- Exposição sôbre o Estado de Guerra apresentada pelo Dr. José Carlos de Macedo Soares Imprensa Nacional Rio de Janeiro 1937.
- Inglaterra Minha Inglaterra (Conf. realizada na Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa) — por Mr. Francis Foye — Tip. de Jornal do Comércio — Rio de Janeiro — 1943.
- Hacia allá y Para Cá (Una Estada entre los Indios Mocobies (1749-1767) — por Florian — Imprenta y Casa Editora "Coni" — Buenos Ayres — 1942.

- Llueve sobre el Mar (Cuentos) Cuadernos Literarios da Associación de Escritores Venezolanos Gustavo Solis Dias Tip. de la Nation Caracas 1943.
- Almirante José Cândido Guillobel (Conferência) Carlos Carneiro Tip. do Jornal do Comércio Rio de Janeiro 1943.
- Barão do Rio Branco (Discurso) A. Tavares de Lira Imprensa Nacional Rio de Janeiro 1943.
- Apontamentos para uma Bibliografia Carioca por Roberto Macedo Dep. Editora do Centro Carioca Rio de Janeiro 1943.
- Gaspar Silveira Martins (O Condestável da Democracia Brasileira) Por Paulino Jacques Zélio Valverde Rio de Janeiro 1943.
- Correspondencia diplomatica de la Delegacion cubana en Nueva York durante la guerra de Independência de 1895-1898 Publicaciones del archivo Nacional de Cuba tomo Primeiro.

#### LIVROS - EM DEZEMBRO DE 1943:

- Discurso pronunciado na Escola de Ouro Preto por ocasião dos festejos da sua fundação Euzébio de Oliveira.
- Conclusões do 1.º Congresso Brasileiro e outros Combustíveis Nacionais, realizados no Rio de Janeiro de 22-10 a 8-11 de 1922.
- Instruções para o Serviço de fiscalização das companhias que extraem e beneficiam carvão mineral.
- O Problema da Siderurgia Nacional (Discurso) Nelson de Sena.
- Eletro-siderurgia na Suécia e Noruega J. H. Vogt.
- Resumo da Geologia do Brasil para acompanhar o Mapa Geológico do Brasil
   John Casper Bramer.
- Carvão Nacional (Artigo publicado no Correio do Paraná) Euzébio Paulo de Oliveira.
- Legislação sôbre o Uso da Energia Hidráulica (Min. Agricultura) Euzébio Paulo de Oliveira.
- Geologia Histórica do Brasil (Min. Agricultura) Euzébio Paulo de Oliveira.
- Estradas de Ferro Eletrificadas do Brasil Valdemar José de Carvalho.
- Métodos geofísicos aplicados às fundações de barragens Euzébio Paulo de Oliveira.
- O que realizou o Serviço Geológico na Amazônia Euzébio Paulo de Oliveira.
- Fontes de Energia do Brasil Euzébio Paulo de Oliveira.
- O que faz o Serviço Geológico Euzébio Paulo de Oliveira.

- Fontes de Energia do Estado de Minas Gerais Euzébio Paulo de Oliveira.
- Mineral Resources of Brazil Eusébio Paulo de Oliveira.
- Regiões carboníferas dos Estados do Sul Eusébio Paulo de Oliveira.
- Mapa Florestal Gonzaga Campos.
- Através da Guiana Brasileira pelo Rio Erepecurú Estado do Pará (Boletim n. 31 do Serv. Geol. e Min. do Brasil Avelino Inácio Oliveira.
- Radioatividade das águas Minerais de Imperatriz (Boletim n. 48) José Ferreira de Andrade Júnior.
- Reconhecimento Geológico na Série Assunguy (Boletim n. 71) Paulino Franco de Carvalho Estevão Alves Pinto.
- Recursos Minerais do Estado do Rio Grande do Sul (Boletim n. 72) Paulino Franco de Carvalho.
- A Política do Ouro (Boletim n. 73) Euzébio Paulo de Oliveira.
- Fósseis Carboníferas do Rio Jatapú (Boletim n. 74) Aristomenes Duarte,
- Relatório Final da Comissão Nacional de Siderurgia (Boletim n. 75) Euzébio Paulo de Oliveira.
- Noções Sumárias de Palacofitologia (Boletim n. 76) Matias G. de Oliveira Roxo.
- Argilas Fossíferas do Pliocênio do Território do Acre Dr. Carlota Joaquina Maury.
- Rio Gurupi (Boletim n. 78) Pedro de Moura.
- Idade dos Calcáreos do Morro do Chaves, Estado de Sergipe (Boletim n. 79)

   Aristomènes Duarte.
- Monografias do Serv. Geol. e Min. do Brasil vol. II, sôbre alguns Camelibrânquios Fósseis do Sul do Brasil Dr. Ph. Karl Holdhaus.
- Monografias do Serv. Geol. e Min. do Brasil vol III, Peixes Cretáceos do Ceará e Piauí David Starr Jordon.
- Monografais do Serv. Geol. e Min. do Brasil vol. IV Fósseis Terciários do Brasil Carlota Joaquina Maury.
- Monografias do Serv. Geol. e Min. do Brasil vol. V Carvão Nacional Domingos Fleury Rocha.
- Monografias do Serv. Geol. e Min. do Brasil Album de Estampas Domingos Fleury Rocha — Vol. V.
- Monografias do Serv. Geol. e Min. do Brasil vol. VI Geologia e Recursos do Estado do Paraná Euzébio Paulo de Oliveira.
- La Espontaneidad Dirigida (Reforma de la Ensenanza Secundaria) Benjamin Aybar.

- Centenario del Inst. de la Orden de los Abogados Brasileños J. Honório Silgueira.
- Caldas Viana Sep. do Volume VII de Dent. de Petrópolis Manuel Viana de Castro.
- Um passeio pela História do Brasil (4 conferências) Américo Jacobina Lacombe.
- Memórias de Um Magistrado do Império (Conselheiro José Barbosa de Oliveira) por Américo Jacobina Lacombe Biblioteca Pedagógica Brasileira Rio de Janeiro 1943.
- História do Açúcar por Edmund O. Von Lippman tradução de Rodolfo Coutinho Tip. Leuzinger Rio de Janeiro 1941.

### OUTRAS PUBLICAÇÕES — EM OUTUBRO DE 1943:

Boletin de la Sociedad Geográfica de La Paz — Bolívia — Ano LIV — n. 65.

Publicações do Museu da Bahia — n. 3 — 1943.

Revista Imperial do Brasil — julho e agôsto de 1943 — n. 14.

Em Guarda — Ano 2 — n. 10.

- Revista do Instituto Arqueológico Histórico Geográfico de Pernambuco vol XXXVII 1941-1942 Pernambuco.
- Bulletin of The New York Public Library july 1943 vol. 47 n. 7 New York 1943.
- Boletin de la Sociedad Geográfica de La Paz año LIV La Paz Junio de 1943 n. 65.
- Revista Brasileira de Geografia Inst. Bras. Geog. e Est. abril-junho de 1943 ano V vol. 2.

Anales del Museo Argentino de Ciencias Naturales - Buenos Aires - tomo XL

A Defesa Nacional - 10 de setembro de 1943 - n. 342 - Rio.

Brazilian American — 2 de outubro de 1943.

M. S. N. Notícias Científicas Mensais — n. 23.

- Revista Brasileira de Estatística Inst. Bras. Geog. e Est. ano IV julho a setembro de 1943 n. 15.
- Revista do Inst. de Geog. e Hist. Militar do Brasil 1.º Semestre de 1943 vol. III Rio.
- Boletim del Instituto de San Felipe y Santiago de Estudios Historicos de Salta tomo III n. 10 Segundo Semestre de 1942.
- Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná 1942 Curitiba.

Memórias do Instituto Osvaldo Cruz — Ano de 1943 — tomo 38 — fascículo 3 — Rio.

I. B. M. - agôsto de 1943.

Books — Catalogue n. 669 — London.

Boletim n. 1 do Instituto — 1.º trimestre de 1940.

Indians at work - july-august 1943.

Boletim da Superintendência dos Serviços do Café — Ano XVIII — n. 197 — Jul. 1943.

Liga Marítima Brasileira — Ano XXXVII — Rio de Janeiro — n. 434 — agôsto.

Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior — Ano VI — Rio — Setembro de 1943 — ano 5.

Boletim do Museu Nacional — Antropologia ns. 2 e 3 — 15 de junho de 1943 — Rio de Janeiro — Brasil.

Rodovia — Ano VI — setembro 1943 — n. 44 — Rio de Janeiro.

Think - August 1943 - New York U. S. of America.

Airways to peace - 1 volume XL - August 1943.

Vozes de Petrópolis — Set. e outubro de 1943 — vol. 1 — fascículo 5.

Liga Marítima Brasileira — Ano XXXVII — n. 435 — Rio de Janeiro.

Revista das Academias de Letras — Rio de Janeiro — n. 46 — julho-agôsto 1943.

Boletim Indigenista — vol. III — México — Marzo 1943 — n. 1.

Deuro-Litoral — (Boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História — VI) — 1943 — Pôrto.

Suplemento do Boletim n. 11 do Departamento Nacional da Criança.

Revista Brasileira de Estatística — Ano IV — julho-setembro de 1943 — n. 15.

Ata Americana — Enero Marzo — vol. 1 1943 — Revista da Sociedade Interamericana de Antropologia e Geografia.

O Mundo Português — Revista de Cultura e Propaganda de Arte e Literatura Coloniais — junho e julho de 1943 — ns. 114 e 115.

I. B. M. — Rio de Janeiro — Set. 1943 — n. 9.

America Indigena — Organo trimestral del Instituto Indigenista Interamericano — vol. III — México D. T. — julho 1943 — n. 3.

Boletin del Centro Hist. Larense - n. VI - año - abril-mayo y junio 1943.

Boletim Linotípico — Brooklin — Nova York — n. 58 — 1943.

Liga Marítima Brasileira n. 435 — ano XXXVII — Rio de Janeiro.

Maternidade e Serviço Social — Coleção D. N. C. — n. 76.

Boletim trimensal do Dep. da Criança — Ano IV — n. 11 — Dez. 1942.

#### OUTRAS PUBLICAÇÕES - EM NOVEMBRO DE 1943:

Lanterna Verde — Boletim da Sociedade Felipe d'Oliveira — n. 7.

Publicações do Museu da Bahia n. 3 - 1943.

Em Guarda — Ano 2 — n. 11.

Boletim Informativo — Quito, julio 25 de 1943 — Min. das Relaciones Exteriores.

Boletim Linotípico — Brooklin, E. Unidos — n. 58 — 1943.

Informe del Ministro de Relaciones Exteriores a la Nacion — 1942-1943 — Quito.

Bulletim of The New York Public Library - September 1943 - vol. 47 - number 9.

Boletim do Colégio Brasileiro de Cirurgiões — n. III — vol. XVIII.

Moçambique — n. 34 — junho de 1943.

Boletin Informativo da Republica del Ecuador — Quito — Agôsto 1943.

Relatório das atividades do Prefeito João Alkim em 1942 — Pref. Mun. de Santana — Estado da Bahia.

Boletim Informativo do Clube de Engenharia — Ano 1 — n. 6 — Rio — 1943.

America Indigena - vol. III - México - julio 1943 - n. 3.

Sintese — vol. VIII — Outubro de 1943 — n. 22.

The Pan American Book Shelf — vol. VI — number 9 — Sep. 1943.

Brazilian American — 6 de novembro de 1943 — Rio.

The Geographical Journal — vol. VI — ns. 5 e 6 — May-June 1943.

Revista Nacional — Min. de Inst. Publica — Año VI — junio de 1943 — n. 66.

Relatório do Ano de 1941 — apresentado à Mesa Conjunta de 12 de 1942 — Irmandade da Santa Casa de São Paulo.

Em Guarda — Ano 2 — n. 12.

Revista de Imigração e Colonização — Ano IV — n. 2 — junho 1942.

Anois da Sociedade Brasileira de Filosofia — ano III — n. 3 — 1942 a 1943,

Publications on Latin American Geography in 1941 — (Catálogo) — 1942.

Boletim Municipal Pref. de Pôrto Alegre — maio-agôsto 1943.

Revista Brasileira (Pub. Acad. Bras. Letras) — Ano III — n. 7 — Set. de 1943.

- Revista da Academia Brasileira de Letras ano 42 vol. 65 Anais de 1943 janeiro a junho Rio de Janeiro.
- Pontos de Vista ns. setembro e novembro de 1943 Dep. de Cooperação Intelectual Un. Panam. Washington D. C.
- The Hispanic American Historical Review August 1943 Durhan North Carolina, U. S. A.
- Anales de la Sociedad de Geografia e Historia de Guatemala tomo XIX Septiembre de 1943 n. 1.
- Anuário de Lourenço Marques 1943 29.ª edição.
- Revista del Banco de la Republica vol XVI n. 190 Agôsto de 1943 Colômbia.
- Lucky Books The New York Public Library in 1942 New York 1943.

Boletim da União Panamericana - Outubro 1943.

Geographical Review - October 1943.

Liras Colores - vol. I - México, Septembro 1943 - n. 7.

Liras Colores - vol. I - México - 16 Septembro 1943 - n. 8.

Boletim da União Panamericana - Out. 1943 - Washington D. C.

- Biblos Org. Oficial de la Camara Argentina del Libro Año II ns. 7 e 8 Buenos Aires.
- A Revolução na Indústria Vidreira ou A Indústria do Vidro no Brasil Ano VI Fascículo n. 17 Rio de Janeiro.
- Revista del Museo de la Plata Seccion Oficial 1941-1942 Republica Argentina 1943.
- International Health Division Annual Report 1942 (The Rodkefeller Foundation).
- A Defesa Nacional 10 de nov. de 1943 n. 354 Rio de Janeiro Brasil.
- Para Que está você lutando? (Propaganda).

### OUTRAS PUBLICAÇÕES — EM DEZEMBRO DE 1943:

- Anais da Academia Brasileira de Ciências tomo IV ns. 1, 2, 3 e 4 de 1932 Rio de Janeiro.
- Anais da Academia Brasileira de Ciências tomo III n. 4 de 1931 Rio de Janeiro.
- idem tomo X 1939 n. 3 Rio de Janeiro.
- idem tomo XI n. 4 1939 e tomo XII n. 3 1940.
- idem tomo XIII n. 3 1941.

idem - tomo XIV - n. 3 - 1942.

Handbook of Latin American Studies — 1941 — n. 7 — Cambridge — Massachusetts.

Boletim Geográfico — Mensário do Conselho Nacional de Geografia — ano I — julho de 1943 — n. 4 — Rio de Janeiro.

América Indigena — volumen III — México — Abril e julio — 1943 — números 2 e 3.

Boletim Indigenista — volumen III — México — junio — 1943 — n. 2.

Banco do Brasil S. A. — (Relatório de 1942) — 1808-1943.

Boletim da Superintendência do Café — Ano XVIII — setembro de 1943 — n. 199.

Catálogo da Representação do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil na Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil — 1922.

Informaciones Argentinas — Buenos Aires — Sep. e Out. ns. 78 e 79 — 1943.

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General João de Mendonça Lima pelo Major Napoleão de Alencastro Guimarães — 1942.

Relatório de 1942 — 2.ª divisão — Ramal de São Paulo — E. F. C. B.

Selected list of Books in English by U. S. Authors — 1942 — Chicago — American Lib. Association.

Boletim Informativo do Clube de Engenharia — Ano 1 — n. 7 — novembro de 1943.

Cypactly — Revista de Variedades n. 174 — julio de 1943 — Año XII.

Revista Duperial do Brasil - setembro e outubro de 1943.

Boletin Bibliográfico Mexicano - julio de 1943.

Instituto de America — (Boletin) — año I — tomo I — n. de agôsto de 1943 — México.

Pontos de Vista n. 5 — setembro de 1943 — Washington D. C.

Brasilian American — 11 de dexembro de 1943.

Ciência Política — Boletim Mensal — Fascículo V — volume VI e fascículo I — volume VII,

Boletim de Fililogia — tomo III — ns. 18 e 19 — septiembre de 1941 — marzo de 1942 — Montevidéu.

Registro Geral da Câmara da Cidade de São Paulo 1844-1845 — Publicação da Sub-Divisão de Documentação Histórica — vol. XXXIII.

Atas da Câmara da Cidade de São Paulo (1861) — vol. XLVII — Publicação da Sub-Divisão de São Paulo — 1943.

Revista do Arquivo Municipal de São Paulo - 1943 - vol. XCII.

Notícias do México - año III - n. 80 e 81.

News Bulletin - nineteenth volume - October 1, 1943 - n. 1.

Vozes de Petrópolis — nov. e dez. de 1943 — vol. 1 fascículo 6.

Em Guarda — n. 12 — ano 2 — 1943.

Sintese Estadistica de la Rep. O. del Uruguay ns. 19 e 20 — 1941 y 1942.

Revista de la Sociedad Filatelica Argentina — año XLVI — n. 3 — Buenos Ayres — Mayo-junio 1943 — n. 330.

Revista da Liga Marítima Brasileira — Ano XXXVII — Rio de Janeiro — outubro de 1943 — n. 436.

Brazilian American - n. de 18 de dezembro de 1943.

Boletin informativo del Ministério de Relaciones Exteriores del Ecuador —, Octubre 25 — 1943.

Boletin do Colégio Brasileiro de Cirurgiões — vol. XVIII — número IV — outubro de 1943.



NOTICIÁRIO



### NOTICIÁRIO

Novos sócios — Na assembléia geral de 21 de dezembro dêste ano, foram aprovadas as propostas de vários sócios, indicando para as vagas existentes de sócios honorários, os Srs. Padre Leonel Franca S. J. e Capitão-de-Mar-e-Guerra Dídio Iratim Afonso da Costa.

Não só as aludidas propostas, como os pareceres da respectiva comissão de admissão de sócios — justificam plenamente o ato da última assembléia — incorporando ao quadro social os nomes daqueles ilustres brasileiros.

Novas propostas — Foram encaminhadas, no correr dêste ano, à Secretaria do Instituto Histórico, devidamente justificadas, e preenchendo os requisitos regulamentares — novas propostas, indicando para sócios os Srs. General Pedro Cavalcanti, Francisco Marques dos Santos, Almirante Henrique Boiteaux, Aurélio Pôrto e Desembargador Julião de Macedo Soares.

À medida que se forem verificando vagas no quadro social — as referidas propostas, como determinam os estatutos, serão encaminhadas às competentes comissões, para receberem parecer, antes de submetidas a plenário.



## INDICE

		Págs.
Conferências e Discurso:		
I.	Visconde Taunay - Por Wanderley Pinho	5
II.	O Conselheiro Mac-Dowell - Por Cristóvão Leite de Castro	45
III.	A individualidade de Feijó — Por Ricardo Gumbleton Daunt	<b>7</b> 5
IV.	Southey e a História do Brasil — Por Afranio Peixoto	87
V.	Elogio dos sócios — Por Pedro Calmon	101
VI.	Атаs ве 1943 — Inst. Hist. e Geográfico Brasileiro	119
	Assembléia geral de 22-2-43	121
	Centenário do Visconde de Taunay	123
	Dia Pan-Americano	129
	Homenagem a Max Fleiuss	129
111	Centenário de Pedro Américo	130
	Centenário do Inst. Hist. do Uruguai	135
	Centenário do Almirante Guilhobel	137
	Assembléia geral de 9-7-43	138
	Centenário do Cons. Mac-Dowell	142
	Homenagem ao Cardeal Leme	148
	Sessão magna de 21-10-43	152
	Centenário de Feijó	162
	Assembléia geral de 21-12-43	163
	Centenário de R. Southey	166
VII.	Bio-bibliografia dos sócios — Por Maria Carolina M. Fleiuss	173
VIII.	Cadastro Social em 1943	187
IX.	Publicações recebidas	205
×	Noticiário	219

1944 IMPRENSA NACIONAL RIO DE JANEIRO — BRASIL





# INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

### COMISSÕES PERMANENTES EM 1944-1945

Leão Teixeira Filho Sousa Docca HISTÓRIA: Basílio de Magalhães Feijó Bittencourt Canabarro Reichardt. Rodrigo Otávio Alfredo Lage FUNDOS E ORCAMENTOS: ... ! Oliveira Viana Matoso Maia Forte Alexandre Sommier. Raul Tavares Radler de Aquino Carlos da Silveira Carneiro Virgílio Correia Filho Lucas Boiteux. Rodolfo Garcia Afrânio Peixoto AROUEOLOGIA E ETNOGRAFIA: Roquete Pinto José Luís Batista Gustavo Barroso. Rodrigo Otávio Filho Bernardino de Sousa BIBLIOGRAFIA: Liberato Bittencourt Vieira Ferreira Jônatas Serrano. Levi Carneiro Costa Ferreira Wanderley Pinho. ESTATUTOS: Pedro Calmon Edmundo da Luz Pinto. Alfredo do Nascimento Augusto Tavares de Lira Alfredo Valadão ADMISSÃO DE SÓCIOS: .....

> Braz do Amaral Cláudio Ganns.







